



ATA - SEDUH/GAB/ASCOL

**COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE
ORDENAMENTO TERRITORIAL – CGP/PDOT
ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Ao quarto dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, no Auditório da SEDUH - Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF, foi iniciada a Décima Primeira Reunião Extraordinária do Comitê de Gestão Participativa (CGP), da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), pela Senhora **Juliana Machado Coelho**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano (SUPLAN) da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH), contando com a presença dos membros relacionados ao final desta ata, para deliberar sobre os assuntos constantes no roteiro a seguir transcrito: 1. Ordem do Dia. 1.1. Verificação do quórum. 1.2. Abertura dos trabalhos. 2. Apreciação. 2.1. Debate e tratativas quanto à audiência pública final do processo de revisão do PDOT. 3. Assuntos Gerais. 4. Encerramento. Prosseguiu-se imediatamente ao item 1.2. Abertura: A Senhora **Juliana Machado Coelho** iniciou a reunião cumprimentando a todos e resumiu a pauta proposta. Como combinados, pediu que fosse mantido o cronograma previsto da reunião, que as manifestações fossem feitas ao final de cada etapa, que as falas fossem objetivas e precedidas de nome e entidade representada. Adiante, seguiu-se ao item 2. Apreciação. 2.1. Debate e tratativas quanto à audiência pública final do processo de revisão do PDOT: Com a palavra, o Senhor **José Mario Pacheco Júnior**, Coordenador de Planejamento Territorial e Urbano (COPLAN) da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, inferiu que a SEDUH recebeu a Recomendação de nº 7 de 2025, que apresenta recomendações à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH), acerca da exigência de efetiva participação da Sociedade Civil na fase de elaboração da minuta do Projeto de Lei de Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT). Seguidamente, realizou a leitura das recomendações que seguem: 1. A imediata reativação da ferramenta virtual interativa, antes da convocação da audiência pública correspondente, por prazo não inferior a 20 (vinte) dias, a fim de que a população possa analisar e oferecer contribuições à minuta do projeto de lei complementar da revisão do PDOT, levando-se em conta a extensão e a complexidade da referida minuta, assim como dos documentos que lhe servem de base; 2. Em seguida, a submissão da minuta resultante desse processo de participação ao GTI e ao CGP, com prazo suficiente para a avaliação e discussão das alterações realizadas, nos termos de suas respectivas competências; 3. Em seguida, a avaliação, de forma fundamentada, das contribuições apresentadas ao texto da minuta pelo GTI e pelo CGP, tanto para acolhê-las quanto para rejeitá-las; 4. Em seguida, a publicação da minuta consolidada do projeto de lei complementar de revisão do PDOT, assim como dos estudos, documentos e informações que lhe servem de base, inclusive daqueles requisitados pelo Ministério Público por meio do Ofício no 273/2025 – 1ª PROURB. O senhor Mário informou que foi feita a leitura do ofício citado no início da reunião passada. Dando continuidade à leitura; 5. Após o cumprimento integral dos itens anteriores, a convocação da audiência pública correspondente, nos termos da legislação vigente, que deverá ser realizada em local adequado, com possibilidade de participação remota, e se estender por tempo suficiente para a discussão apropriada das questões levantadas pelos participantes, ainda que, para tanto, seja necessário desdobrar o ato em mais de um dia ou realizar mais de uma audiência pública. Caso a audiência pública já tenha sido convocada quando do recebimento da presente recomendação, o ato de convocação deverá ser revogado; 6. Em seguida, a avaliação de forma fundamentada das contribuições apresentadas ao longo da audiência pública, tanto para acolhê-las quanto para rejeitá-las; 7. Em seguida, a publicação da nova minuta consolidada do projeto de lei complementar de revisão do PDOT, com as alterações resultantes das audiências públicas; 8. Em seguida, o encaminhamento da nova minuta consolidada, com as alterações resultantes da audiência pública, ao

Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN), reabrindo-se o prazo para manifestação daquele Conselho; 9. A adoção de cronograma que permita ao relator e demais conselheiros do CONPLAN a análise da proposta com a profundidade e o cuidado compatíveis com a complexidade e a importância do PDOT, como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, garantindo-se a todos os envolvidos o acesso a todas as informações e documentos necessários ao exercício desse mister; 10. A publicação da minuta de projeto de lei complementar que será encaminhada à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), após a apreciação do CONPLAN, acompanhada de planilha consolidada contendo as contribuições apresentadas por órgãos, instituições públicas, parlamentares e sociedade durante o processo de revisão do PDOT, com os fundamentos adotados para acolhê-las ou para rejeitá-las; e 11. A imediata divulgação do conteúdo da presente recomendação ao CONPLAN e ao CGP. Posteriormente, a Senhora **Juliana Machado Coelho** deu continuidade ao assunto, informando que a Recomendação foi encaminhada ao Governador, que respondeu determinando que fosse mantido o prazo e data para realização da Audiência Pública. Reforçou também que foi recepcionado um ofício encaminhado pelo Presidente da Câmara Legislativa solicitando que a data para realização da Audiência também fosse mantida. Finalizou considerando que ainda não saiu uma manifestação da Secretaria, mas saiu a determinação do Governador. Em seguida, a Senhora **Betúlia de Moraes Souto**, Sálvia Terra, fez o questionamento acerca da solicitação que foi enviada ao Secretário, Senhor Marcelo Vaz Meira da Silva, sobre a prorrogação do prazo para realização da Audiência Pública. Em resposta, a Senhora **Juliana Machado Coelho** informou que a orientação era para que fosse avaliada a resposta ao ofício que foi enviado ao Governador. Ato contínuo, a Senhora **Betúlia de Moraes Souto**, fez as seguintes considerações: *“Então, no dia 26 de maio, membros do CGP e GTI se juntaram para discutir isso com relação à questão da marcação da audiência pública, e a gente solicitou uma prorrogação desse prazo para que, de fato, a minuta pudesse ser, para que, de fato, a equipe técnica pudesse incorporar todas as questões à minuta final, então a gente escreveu aqui uma manifestação”*. Após, realizou a leitura da referida manifestação, que segue: *“Nós, membros do CGP, encaminhamos, em 26 de maio de 2025, uma carta à assessoria técnica de órgãos colegiados e à subsecretária Juliana Coelho, solicitando a revisão da data da audiência pública marcada para o dia 28 do junho de 2025. A solicitação foi fundamentada em argumentos técnicos, apontando que a minuta ainda não está suficientemente consolidada para ser levada à audiência. Nossa solicitação de um prazo razoável de 20 dias para que as discussões técnicas pendentes ocorram no âmbito do GTI tem por objetivo evitar que uma audiência pública seja realizada com uma minuta sem análise adequada, o que pode comprometer sua validade e demandar a realização de nova audiência, o que, de fato, atrasaria ainda mais o processo. Não houve tempo hábil sequer para que a análise das diferentes instâncias da SEDUH e outros órgãos do governo, visto que as contribuições chegaram até sexta-feira, às 23h59, e a minuta foi publicada na terça-feira seguinte, tendo apenas um dia útil nesse intervalo. Ressaltamos ainda que, apesar do esforço técnico e participativo, feito até aqui, não houve resposta à nossa carta nem retorno sobre as contribuições enviadas. A condução do processo tem desconsiderado as atribuições do CGP e ignorado o diálogo necessário, o que compromete a efetividade da participação social. Assim, não vemos sentido em discutir e contribuir proativamente, como sempre fizemos nessa reunião, com um plano de mobilização para referir a audiência. Neste contexto, entendemos que não foram levadas em consideração as atribuições do CGP na mediação do processo participativo, que, dessa forma, torna nossa participação, nesse momento, inefetiva nessa reunião”*. A Senhora Betúlia de Moraes Souto, informou que assinaram essa carta as seguintes pessoas: Alba Evangelista Ramos, representante da CBH; Antônio Menezes Júnior, CAU/DF (membro CGP); Benny, da UnB e do Andar a Pé (membro CGP); Betúlia, Instituto Sálvia; Carolina Baima, Candanga Advocacia Popular (membro CGP); Cláudio Pires, da Aprontag (membro CGP); Cristiane Benedetto, IBDU (membro CGP); Gislaine Medeiros, Cress/DF (membro CGP); Guilherme Jaganu, Fórum de Defesa das Águas; Jean, Cress/DF (membro CGP); Jhenyfer Pires, Candanga Advocacia Popular (membro CGP); Juliette, IAB/DF (membro CGP); Ludmila, CAU/DF (membro CGP); Maria Estela, Asproeste (membro CGP); Marcondes, Instituto Nacional do Índio (membro CGP); Marcos Santarosa, Asproeste (membro CGP); Massae, Aprontag (membro CGP); Paulo Henrique de Moraes, Caritas (membro CGP); e Mário Blanco, Precomor (membro CGP). E seguiu com as seguintes ponderações: *“Nós não achamos que faz sentido ficarmos aqui conversando sobre um plano de mobilização para uma audiência pública, que não deveria estar acontecendo nesta data, porque essa é uma decisão política, e não uma decisão técnica e muito pouco participativa. E continuamos como membro do CGP, porque a gente acredita que o processo participativo é o único caminho correto para uma construção de leis, políticas públicas, e é o caminho que tem que ser seguido. Continuamos como*

membro, mas eu convido a todos, nós convidamos a todos a se retirar da reunião, porque não faz sentido a gente discutir sobre essa pauta que não é, e legitimar algo que a gente não aceita”. Após, o Senhor **Almiro Cardoso Farias Júnior**, OAB/DF, inferiu: “Betúlia, eu, sinceramente, penso, com todo respeito, que o direito de manifestação é justo, é legítimo, e aqui, por ser um órgão colegiado, é o local que deve ser, sobretudo, respeitado esse direito. Agora, a única questão que eu gostaria que fosse deixada clara, e eu tenho batido nisso, desde que essa situação começou a vir à tona, é que você diz aí no início, você não, a manifestação diz no início que nós, e não indica quais são os nós, e, ao final, vêm as assinaturas, e, pelo que eu pude observar rapidamente, me corrija se eu estiver equivocado, existem mais de uma pessoa assinando por a mesma instituição. Pois é, são 14, mas, pelo que você falou, por exemplo, o Instituto Candanga, se não me engano, parece que tem duas pessoas assinando. Está dentro da conta dos 14? Então, contou só as instituições, não é? Então, de qualquer forma, deixemos bem claro, e faço uso da palavra para deixar registrado nesse sentido, que, de 32, são 14. Então, não obstante, se os demais não se manifestaram a respeito, é porque, em tese, concordam com o prosseguimento do cronograma estabelecido. Respeito, volto a dizer, respeito todas as manifestações, entendimento no sentido contrário, eu penso que nós temos discutido isso, ao longo dos últimos, salvo engano, três anos, desde dezembro do ano passado, que nós temos prorrogado.... Por favor, gente, eu estou...Chico. Chico, salvo engano, a manifestação conjunta aqui atrapalha a gravação, e depois fica ruim para registrar. Então, vamos lá. Nós estamos, desde o ano passado, nessa história de prorrogar, prorrogar, prorrogar, era para ter ido para o CONPLAN, salvo engano, dia 9 de dezembro do ano passado, e, desde então, as prorrogações, todas as solicitações têm sido atendidas, e, inclusive, a última, agora feita em abril, lá no Colégio Elefante Branco, também foi feita e foi atendida, e eu não vejo a gente chegar a um fim, porque toda vez que anda um pouco mais há uma prorrogação, e a gente não tem um fim. No primeiro ano do CGP, nós passamos discutindo processo e procedimento, era uma discussão extremamente, muitas vezes maçante, enfadonha, mas passamos o tempo inteiro discutindo processo e procedimento. E aí eu falo, Juliana, essa questão foi colocada naquele momento de discussão, processo e procedimento, se foi nós estamos seguindo, eu não sou a favor da prorrogação. Agora, se foi colocada, se não foi, não está sendo seguida, aí é diferente. Então, se passamos um ano discutindo para depois passarmos a colocar mais uma massa propriamente dita, então eu entendo que o que é acordado não é caro, utilizando a expressão popular, e, por isso, voltamos ao que foi ajustado lá atrás, no primeiro ano. Caso contrário, aí, sim, vamos ter que repensar alguma coisa. Agora, de outro lado, até quando? Porque aí são mais 20 dias. Eu li a solicitação do Ministério Público e faço a crítica, e deixo registrada a minha crítica, eu entendo que a recomendação do Ministério Público deveria trocar de nome, porque os termos que são utilizados em todas elas não são termos de recomendação, não são termos amigáveis, não são termos que se chamam para um diálogo, são termos de ameaça. Essa é a verdade. E se o Ministério Público fosse o dono da verdade em todas as circunstâncias, inúmeras ações que eles propõem não seriam julgadas improcedentes. Então, as coisas não funcionam bem assim. Então, de outro lado, me vem uma série de solicitações, de informações, daí vai. Eu não sei se, até mesmo dentro do prazo dos 20 dias que se solicita a prorrogação, seria tempo hábil para poder atender a todas as solicitações. De repente, o equívoco que se teve não foi colocar o Ministério Público sentado aqui, porque, igual no PPCUB, e eu estive presente lá naquele seminário do PPCUB, dos dias 19 e 20 de setembro, e, ao final, para poder ouvir que o seminário foi feito para poder angariar elementos, para decidir se haveria propositura de alguma medida judicial na hora. Então, por que não se participou desde o início? É franqueado a todos. Ali está aberto a todos. É franqueado a todos. Então, vamos participar. É muito fácil chegar ao final e vir com uma recomendação, uma série de solicitações de informações, que, se estivesse participando, saberia. E outra, as mesmas solicitações que são feitas poderiam ter sido feitas lá atrás, por meio de mero ofício, e não através de uma recomendação que tem cara de ameaça. Então, eu, sinceramente, não vejo maiores elementos para isso. Reitero o meu respeito, a manifestação de quem pensa o contrário, isso é a democracia, o ambiente que você tem para poder discutir isso realmente é aqui, mas eu, sinceramente, depois de tantas postergações, eu não vejo razão. E, para mim, sinceramente, o fato de o Ministério Público recomendar, nós temos no nosso direito, está aqui a Samia, que é mestra em Direito, acabamos de conversar a respeito disso, nós temos no nosso direito pátrio algumas poucas fontes de obrigações. São elas a lei, o contrato, o ato ilícito e a decisão judicial. Dentre elas, não está a recomendação. Então, até que tenhamos qualquer uma fonte de obrigação dessa nesse sentido, eu entendo que a recomendação em si, ela também respeito, mas não vejo, de tudo o que eu tenho vivido aqui nos últimos anos, uma razão para isso. E, se for para poder responder, nos termos que foi solicitado, ok, mas eu entendo que isso não interfere na prorrogação do cronograma. E, para finalizar, até para poder ir em respeito à Betúlia, para poder finalizar, eu diria o seguinte, que o

fato de termos prorrogado o prazo lá atrás, no mês de abril, por mais, se não me engano, foi do dia 5 até o dia 30, se não me engano. Ao menos, no olhar que eu tive, rápido, quando a solicitação foi feita, depois nós tivemos a manifestação do secretário Marcelo aqui na reunião do CONPLAN, e aí eu passei a observar em números de participação, porque ficava lá registrado, a quantidade de participações. Eu realmente não vi, olhando a grosso modo, e acredito que vocês devem ter esses dados planilhados, eu não vi, a grosso modo, que 20, 25 dias tenha representado, efetivamente, uma maior participação popular. Da mesma forma que lá atrás eu fui a favor, e, se não me engano, isso no mês de dezembro ou na primeira reunião de janeiro, fui a favor das ponderações que, encabeçadas pela Betúlia também, a respeito da necessidade de uma maior divulgação. Eu achei que realmente aquele dali estava adequado, o João Accioly até estava do meu lado, também concordou comigo, e aquele dali realmente era o momento. Mas, infelizmente, de lá para cá, mesmo tendo uma divulgação maior, eu também não tenho visto esse resultado, de maneira direta, na participação, lá ou menos, lá no site. Eu vejo as reuniões, como a última que tivemos, lá na Câmara Legislativa, cheia. Eu vi pelo Youtube a reunião lá do Elefante Branco, cheia, mas o canal que nós temos aí, entre aspas, para poder formalizar desde o ano passado, que é a participação no site, que é de maneira mais recente, os comentários ao próprio texto da lei, eu não tenho visto isso. Então, será que 20 dias, 30 dias, ou prazo que for, vai representar? Ou nós estaremos empurrando isso para uma discussão muito menor de prazo, no âmbito da Câmara Legislativa, que é onde também estão os legítimos representantes da população e que, dialogando com as suas bases, tais quais estão aqui representadas de uma maneira um pouco menor, também terão a possibilidade de levantar outras questões. Então, por essas e por outras, deixo claro que essa é uma posição minha e, por isso, nós não compactuamos com o pedido de prorrogação, dentre outros motivos”. Em resposta, a Senhora **Betúlia de Moraes Souto**, fez as seguintes considerações: “O primeiro ponto que eu queria responder é quando ele fala de todas as entidades. Eu acho que nós temos que observar as entidades que fazem parte desse processo desde o início, não aquelas que chegaram no finalzinho para que o negócio andasse. Então, é muito importante que nós respeitemos quem construiu esse processo desde o início e não conte com aqueles que não estavam aqui. E o segundo ponto, que eu acho muito importante deixar claro, é que o Ministério Público merece muito respeito. Eles participaram do processo desde o início e, se não fossem eles, nós não tínhamos nossa participação popular garantida e ouvida. E eu acho uma pena nós termos que depender do Ministério Público, infelizmente, para que isso aconteça”. Seguidamente, a Senhora **Samia Waleeska Pereira B. de Carvalho**, Associação Positiva de Brasília, iniciou informando a sua participação na reunião do CGO, representando o CGP. “Na ocasião, compartilhei uma preocupação que, direta ou indiretamente, toca no que o Dr. Almiro Júnior, também pontuou: a crescente possibilidade de o Ministério Público adotar uma posição mais rígida no tocante à participação popular no processo de revisão do PDOT. Considerou que não estamos aqui para deslegitimar a participação popular, que é fundamental e garantida. Mas acredito que precisamos buscar equilíbrio e bom senso. Como disse hoje pela manhã: “nem tanto ao mar, nem tanta à serra.” Há propostas que não contemplam interesses meramente particulares ou de certos grupos — e isso é positivo. Porém, a análise técnica realizada pela equipe da Juliana não pode ser simplesmente ignorada. Não devemos instrumentalizar o processo de participação popular como um meio de forçar a inclusão de interesses regionais específicos em detrimento do interesse coletivo. Se fosse assim, eu mesma poderia, como advogada atuante em regularização fundiária, levantar bandeiras nesse sentido de forma indiscriminada. Mas não é essa a postura que devemos adotar. Participo das discussões buscando contribuir para um debate qualificado e equilibrado. A importância desse equilíbrio porque, como foi bem lembrado pelo secretário de Governo, José Humberto, existem comunidades em áreas de interesse social que aguardam ansiosamente essa revisão. O próprio Estatuto da Cidade estabelece que a revisão deve ocorrer a cada dez anos — e já discutimos este processo há cinco anos. Portanto, nosso papel aqui é contribuir para que avancemos, e não para travar o processo. Radicalização não nos levará a avanços concretos. Estamos aqui para contribuir para um plano que sirva ao interesse coletivo, Obrigada”. Adiante, o Senhor **Guilherme Jaganu**, Membro Honorário, deixou suas contribuições: “Boa tarde a todos! Respondendo um pouco à posição do nobre advogado Almiro Júnior e um pouco da Samia. Eu participo das oficinas da construção do PDOT, desde o início. Participei de praticamente todas as oficinas participativas, de todas as oficinas de eixo temático, dos macrotemas, das UPT's e sou do CGP, participo de todas as reuniões do CGP, praticamente. Posso contar nos dedos as que eu faltei. E não vi, sinceramente, com todo respeito, a tua participação tão efetiva quanto a nossa. Então eu acho que você não acompanhou, de fato, todos os questionamentos que a gente fez. Desde o início, quando foram colocados os prazos, nós pedimos um prazo maior. Nós estamos pedindo esse prazo maior há dois anos. Então não foi contemplado esse prazo

maior, não foi contemplado várias coisas. Existem muitas lacunas que não estão sendo trabalhadas justamente pelo prazo apertadíssimo que está sendo feito. E está prejudicando, inclusive, o trabalho da própria equipe da SEDUH, que está virando noites, trabalhando para poder vencer um prazo apertado por determinação política do governador, a partir do momento em que... E uma decisão política, sendo que, todo o tempo, nós estamos falando que isso é um trabalho técnico. E essa foi uma decisão política. Então eu corroboro com a posição que a Betúlia trouxe, eu faço parte dessa posição e também me retiro para poder trabalharmos melhor isso, com todo o respeito a toda a equipe da SEDUH e a todos que falaram. Obrigado!”. Posteriormente, a Senhora **Ludmila de Araújo Correia**, CAU/DF, proferiu a seguinte fala: “Primeira coisa que eu acho que é importante, mais uma vez, a gente lembrar, é que esse processo, apesar de muitas vezes ser colocado como sendo algo que foi voluntariamente feito, de ter participação social, não foi assim que aconteceu. A instituição do CGP, como ele é hoje, e todo o processo realmente participativo, só aconteceu porque houve muita luta da gente. Esse processo foi instituído durante a pandemia e, mesmo sem as condições adequadas, as reuniões aconteceram, houve chamamento e as pessoas não conseguiam se inscrever. Então hoje a gente tem uma representatividade grande aqui de pessoas que estão, vamos dizer, eleitas para esse comitê, mas muitas deixaram de participar por não acreditarem mais nesse processo. E dessas 14 que tem aqui, eu diria que temos mais umas 10 que estariam aqui também, se estivessem acreditando no processo. E eu, como outros que estamos aqui, desde o início, desde antes do CGP ser instituído, quando lá na frente, composta por várias entidades que estão aqui, a gente lutou para que esse comitê fosse construído e realmente acontecesse, fosse participativo, a gente fez, desde então, a gente tem feito tudo para contribuir ao máximo para que esse processo não só seja participativo, mas seja qualificado tecnicamente. Hoje eu estou no CAU, mas eu já estive aqui como IAB, já estive aqui como CEUB, porque eu acredito nesse processo. A gente teve uma minuta publicada com o tempo, como já foi dito aí, que não foi suficiente nem para a população entender o que estava sendo colocado nela. Então, a falta de participação no site vem muito por isso. Eu recebi vários relatos de dificuldade de entender o que o texto estava dizendo, porque a gente não teve esse tempo de debater a minuta. Inclusive, o Accioly chegou aqui e é uma pessoa que sempre falou isso aqui nas reuniões do CGP, que a gente precisava ter a minuta em mãos para discutir essa minuta. E isso a gente não teve, esse tempo a gente não teve. Então, a gente insistiu ao longo desses cinco anos que as reuniões do GTI deveriam acontecer, por quê? Porque é a instância onde a gente vai ter participação social por meio do CGP, discussão técnica, não só na SEDUH e nas suas subsecretarias, mas com os diversos órgãos do governo. E eu cansei de falar aqui também que foram sempre muito ricas as reuniões. E isso eu falei para o secretário, que eu vi nessas reuniões que a gente tem uma capacidade técnica dentro do governo muito grande. A gente tem um potencial de fazer um PDOT exemplar e a gente não vai fazer por conta de decisão política, de um prazo que foi dado. Lá atrás foi feita uma solicitação de prorrogação do prazo para que as pessoas pudessem participar e conhecer a minuta e contribuir. Só que os outros prazos, na sequência, não foram estendidos. E aí, de repente, a gente teve prazo de contribuição até um dia e um dia útil depois essa minuta foi publicada. Quando, na verdade, na estrutura que foi pensada para a governança, e aí inclui CGP, GTI, CGO e todas essas oficinas e tudo mais, era para essas discussões de consolidação, inclusive de conflitos, que podem acontecer entre diferentes demandas da população, fossem discutidos tecnicamente no âmbito do GTI. E a gente não teve nenhuma reunião do GTI, já que não houve tempo hábil para isso. Então, a gente está falando de uma minuta que saiu com o que foi humanamente possível e eu parabeno demais a coordenação sua, Juliana, e dos meninos, pelo esforço e pelo empenho que a gente sabe que vocês têm. Mas é humanamente impossível que você sozinha, ou a SEDUH inteira sozinha, conseguisse contemplar tudo o que foi colocado como contribuição, porque tem coisa que depende do Ibram, tem coisa que depende da CAESB, e isso a gente viu muito claramente nas reuniões do GTI. Tem questões que foram, inclusive, muito bem recepcionadas nas discussões do GTI e que não foram contempladas. Então, a gente precisa de respostas para a gente entender se essa minuta está falha. Para o olhar de vários de nós, está falha. E a gente não pode chegar em uma audiência pública, que é o espaço, o momento em que a população vai falar, é isso que a gente quer, e vai dizer o que pode melhorar. A gente não pode chegar lá com uma minuta cheia de buracos, porque senão vai acontecer o que aconteceu no PPCUB, que tinham pontos muito críticos, que chegaram na CLDF, e quando a gente questionava, a resposta era, ah, mas passou pela audiência pública, ah, mas passou pelo CONPLAN. E aí, quando a gente resgatou as atas da audiência pública e do CONPLAN, a gente viu que aquilo que a gente estava questionando lá na frente tinha sido questionado na audiência pública, foi questionado no CONPLAN e, mesmo assim, passou. Então, a gente não tem mais controle social a partir do momento que essa audiência pública acontecer. Por isso que a gente tem insistido, que a gente precisa

de um tempo, e a gente não está pedindo meses, a gente está pedindo 20 dias. A gente até falou, vamos botar 20 para negociar 15, para a gente conseguir ter um tempo minimamente de discutir isso no âmbito do GTI com os diversos órgãos envolvidos, para que a gente consiga realmente trazer respostas. E aí, quando eu ouço essa história de que as comunidades estão aguardando, Samia, as comunidades não precisam mais, porque a gente tem legislações que foram publicadas recentemente que invalidam o PDOT, que enfraquecem muito o PDOT, que inclusive estão sendo questionadas por inconstitucionalidade e artigos dessas leis estão sendo inseridas, os jabutis, nessa minuta do PDOT. E são pontos muito críticos, muito sérios, que inclusive podem fazer com que aconteça o que aconteceu no PDOT passado, que a gente teve um PDOT em 2009 e aí teve ação e a gente teve outra publicação de PDOT em 2012. Então, a gente tem muitos pontos que precisam ser discutidos, que são críticos e que não podem passar sem a gente discutir isso no GTI e sem a gente ter respostas. Então, vários pontos que foram colocados pelo Ministério Público foram pontos que nós trouxemos ao longo das reuniões, inclusive, e que o Dênio teve várias delas. Então, não é uma coisa que ele está pedindo agora, são coisas que nós mesmos já tínhamos pedido e que não tivemos resposta. Então, eu reforço aqui que eu, Ludmila assino, também, o Antônio, que é do CAU, está como representante. Nosso presidente está ciente, também concorda que não é dessa maneira que deve acontecer. Então, a gente pede que isso seja revisto mais uma vez. E eu estou me retirando. Obrigada!”. Em resposta, a Senhora **Samia Waleeska Pereira B. de Carvalho**, considerou que as pessoas estão acostumadas a passarem uma procuração em branco, seja o voto ou na delegação. Ponderou também que no CGP as pessoas, efetivamente, tinham o interesse em conhecer sobre os assuntos pautados. Concluiu inferindo que o debate enriquece e que as pessoas e entidades que estão representadas, que participaram do processo, possuem o compromisso social. Em seguida, a Senhora **Juliana Machado Coelho** explicou que aconteceram reuniões do GTI onde foi discutida a minuta com os órgãos responsáveis, chegando a duas semanas de discussões. Durante esse processo a SEDUH recebeu contribuições. Diante disso, os técnicos da SEDUH, e que são coordenadores de eixos, entenderam que não havia mais o que ser discutido com o GTI. Então, foi proposto que após a Audiência Pública, “e isso foi acatado pela coordenação técnica, e com a consolidação das propostas, tanto da audiência pública, quanto o que estamos recebendo pelo site, quanto das discussões com a Câmara Temática do CONPLAN, vamos fazer uma análise e, após essa análise, vamos fazer uma reunião com o GTI.” Ato contínuo, o Senhor **Adalberto Ferreira de Paula Carvalho**, ASSOLIM, inferiu que não vê o prazo de 20 dias como algo suficiente e ponderou que as pessoas têm reclamado, principalmente, acerca dos PUIs, pois no PDOT atual não existe espaço e condições para essa discussão. Após, Senhor **Francisco Dorion de Moraes**, PRECOMOR, fez as seguintes inferências: “Bom, boa tarde a todos! Desculpa aí, porque eu, sinceramente, no lugar democrático, as pessoas têm que ter um pouquinho de respeito pelas pessoas. E quando começou esse PDOT, doutor, esses elogios, eles são feitos aqui. Mas pode ter certeza que na calada dessas reuniões, as críticas são do Governador aos Técnicos. Isso eu tenho certeza. Esse afago só é aqui. Porque essa coisa aqui é montada, é uma coisa organizada. Espero que eles não tenham coragem de ir lá no Santa Luzia. Está aqui um Condomínio Vitória que depende de um PDOT. Várias áreas do Distrito Federal dependem de PDOT. Outro dia eu falei do Belchior. Acabou o Belchior, não existe. No discurso deles, eu já participei de conferência com ele, nós já tivemos divergências, eles sabem disso. Há 10, 15 anos atrás, mesmo discurso, está lá o Belchior, morreu. Felizmente. O discurso é bonito. O Dênio, o promotor, esteve aqui em uma reunião sexta-feira passada, levantou as posições. Eu não entendo o que é um mandado de suspender a audiência do dia 28. É uma sugestão. O governo que ganhou está aí, instalado. Se tem outro governo instalado, eu desconheço. Mas o que ganhou foi esse aí. E se ele não fizer o PDOT no governo dele, a eleição vai cobrar dele. E vai dizer que foi incompetente, igual o PPCUB, passou, não sei quantos anos, 14 anos, 10 anos, 12 anos, e os governos vinham para ouvir. Ouviam, ouviam, ouviam e não faziam. O PDOT não aguenta, as pessoas não aguentam. Aliás, Brasília não merece. E eu fico triste, para finalizar a minha fala, e está virando uma rotina isso aqui, de denunciismo de pessoas que estão aqui, pessoas idôneas, como se tivesse sido colocado pelo governo, ou estão aqui ajeitadas por poderes. Fez isso no CONPLAN, e parece que é um discurso meio que organizado. Eu vou pedir que registre em ata essa denúncia que essa moça fez aqui. Isso é muito grave. Porque se ela não viu as pessoas, as instituições estão aqui. Aqui representa a instituição. Se amanhã eu me sentir desconfortável, como eu estou desconfortável na PRECOMOR, e vou pedir minha renúncia hoje, eu não venho mais. Mas as pessoas não podem fazer denúncia de coisas como se o governo estivesse aceitando, porque tem regra. Fui eleito, fomos eleitos, democraticamente, transparentemente. Cada instituição aqui pode fazer, através do seu estatuto, da sua ata e da sua direção, fazer o que bem entender. Então eu acho que essas falas, elas parecem que estão materializando. E a Secretaria de

Habitação tem que passar a ter uma postura mais firme, porque senão, daqui a um pouquinho, eu vou me sentir coagido também pelas coisas que as pessoas vêm aqui. Meu CPF é fácil de achar, é só entrar no site e achar. Então eu fico muito preocupado com isso. Já não é a primeira vez. Outro dia nós ouvimos aqui, o Governo mandando os processos para o Ministério Público por uma fala de uma pessoa na Câmara Legislativa falando que aqui é um conluio de pessoas do CONPLAN, com pessoas honradas, sérias, que representam segmentos sérios e honrados. Então eu faço aqui um apelo à Secretaria de Habitação, eu já tenho me preocupado com isso. Se é conluio, esse povo tem que botar o dedo na ferida e dizer onde é o conluio. Eu não trabalho nesse governo, não trabalho para ele, não sirvo a ele. Então tem que ter esses cuidados. É só isso que eu gostaria de fazer. E o respeito, viu? O senhor vem aqui, agride as pessoas, vai embora. É uma organização mesmo. Daqui a um pouquinho o outro levanta, mete o cacete, fala mal, vai embora. É assim mesmo. Democracia é uma coisa livre. Quer ir embora, vai. Acabou a reunião, prejudicou. Quem veio para fazer, trabalhar sério, não vai trabalhar. E agora desgastou, todo mundo está aqui chateado, triste. Enfim, obrigado!”. Seguidamente, o Senhor **Jean Vitor Cândido**, CRESS/DF, considerou: “Eu acho que tem alguns pontos. O primeiro ponto é dizer que sempre isso está registrado em ata, sempre. Esse CGP disse e registrou a competência e o trabalho árduo da equipe técnica. Sempre, sempre. Mesmo com todos os processos de sobrecarregar e explorar condições mínimas para o trabalho. O CGP sempre. E todas as organizações que assinam reconhecem a qualidade técnica de todos os trabalhadores. As cidades, as áreas rurais estão desiguais. E colocar um processo, uma minuta dessa, com lacunas é corroborar para a desigualdade. Nós estamos falando de trabalhadores, de pessoas que muitas vezes não tiveram nem acesso a isso. E mandar com lacuna para ter outras publicações reformulando, isso não adianta. O processo de combater a desigualdade das cidades, das áreas rurais, é agora. E fazer isso de uma forma que a gente não consiga avaliar enquanto CGP, enquanto GTI, é corroborar para a desigualdade. E dizer que o Conselho Regional de Serviço Social acredita sim nos movimentos sociais, acredita sim em todas as organizações que assinaram essa carta, todas essas acreditando no processo de trabalho, nos trabalhadores que trabalharam aqui com muito esforço. Mesmo com os mandatos políticos que querem fazer, dessa minuta do PDOT, uma chave de reeleição. Então dizer que o CRESS/DF também assina essa carta, e eu, enquanto representante titular, e Gislaine, enquanto vice-presidente e suplente também nesse processo, nós nos retiramos. E dizer também que a retirada, a nossa retirada, a nossa saída, não significa que a gente saia do CGP e do GTI. Isso significa que nós, enquanto entidade de classe, entidade de assistentes sociais que estão diretamente em diversos lugares na ponta, entendendo a transversalidade que a cidade, a desigualdade da cidade faz nas políticas públicas e sociais e na vida de muita gente, a gente quer sim corroborar com esse processo. A gente quer sim estar nesse processo e estaremos. Mas precisamos de fato que as organizações sejam escutadas e que a minuta do PDOT não seja lançada enquanto chave de política”. Adiante, a Senhora **Verônica Ferreira de Figueiredo**, PAES, proferiu a seguinte fala: “Já tem algum tempo que eu não participo de nenhuma reunião do CGP, por questões de saúde, e voltei em um dia bem atípico. Normalmente, eu participava de reuniões que eram mais dialogadas e debatidas. A Ludmila, inclusive, também me chamou e me convidou a assinar essa carta, e eu acabei não assinando. Também peço desculpas a ela por não ter dado retorno. Mas, ao mesmo tempo, todos aqui da mesa sabem e conhecem a minha situação em particular, que é uma situação em que a minha comunidade — e aí, lógico, dentro de todo o processo — representa o DF como um todo. Mas eu também não posso deixar de representar especialmente a minha área, que foi uma área onde, por todo o processo do PDOT, em todas as reuniões e em todas as vezes que houve participação popular, nós fomos a maioria, como comunidade, como população. E também, sempre que estive aqui presente, solicitei e reforcei, junto com a Ludmila, a Betúlia e outros, a questão da divulgação. E eu falo da parte que está na ponta, que são justamente aquelas pessoas que vivem hoje em áreas tidas como irregulares, onde não há saneamento, não há água potável, não há nada, literalmente, vivemos à margem da margem da sociedade. Logicamente, esse processo é um processo que, de fato, mudaria a vida de muitas e muitas famílias. E a gente sabe que, mesmo sendo um processo que ainda vai perdurar mais 10 anos para que volte a ter novamente alguma outra movimentação, a gente pensa, como comunidade: será que isso foi o que pesou quando a Ludmila me fez esse convite? É importante, sim, em algumas situações, perceber que ainda existem algumas lacunas. Ao mesmo tempo, eu também me pergunto: 15 dias, 20 dias, faria realmente essa diferença? E eu digo isso porque, no caso da minha comunidade, fomos negados. Para mim, como representante daquela comunidade, seria ótimo ter mais 10, 15, 20, 30 dias. Por quê? Seria mais tempo para eu correr atrás novamente. Visto que, na primeira minuta, nós fomos citados. Na segunda minuta, fomos negados. E saímos da minuta do PDOT. Deixo claro aqui que isso não ocorreu, em nenhum momento, por

irresponsabilidade ou falha técnica da equipe da SEDUH. Eu sei que a nossa situação é mais complexa, porque envolve questões específicas. Mas também reforço o que o Adalberto falou: o que vai acontecer no meu caso, e falo particularmente do meu caso, com mais de 480 famílias? Porque não estamos na minuta, porque não vamos entrar no PDOT com a nossa comunidade e, provavelmente, seremos retirados. E vamos para onde? Para onde irão essas pessoas? E não apenas nós, mas outras também. E, ao mesmo tempo, também trago aqui à mesa este questionamento: por quê? Porque eu sei que outras comunidades, que estavam na mesma situação da minha, entraram. Por que a minha foi a única que ficou de fora? Por quê? Então, assim, eu não sei qual será o futuro dessa comunidade. O que eu posso dizer é que a gente vai continuar lutando até o final, sim, buscando o direito, a dignidade, a moradia digna. Em nenhum momento nós apoiamos a questão de grilagem, de danificação dos mananciais, pois sabemos o quão importante isso é para a vida de todos. Mas eu peço aqui também, como membro do CGP, já há quase quatro anos, a vocês, que também são de associações e entidades, que reflitam sobre o que será feito dessas famílias. O que seremos? Gente, eu só tenho a minha casa, que nem é uma casa, é um barraco. Assim como é a realidade de todos os moradores de lá. Um barraco. Por quê? Porque a gente tem medo de construir? Não. É porque não temos condições de construir. Nenhuma. Temos apenas o simples, um salário mínimo, e nem todos conseguem isso. Tanto é que, inclusive a pedido do MP, está sendo feito um levantamento socioeconômico dentro da comunidade, algo que nunca houve em todos esses anos, e agora está sendo realizado. Eles só estão confirmando o que nós sempre falamos. Então, a pergunta que eu quero que vocês considerem, e eu peço, sim, em nome da minha comunidade, é: o que vai ser das 480 famílias? De verdade, eu não sei como será o meu dia de amanhã. Não sei. Porque os nossos sonhos, as nossas perspectivas, o que a gente tinha, estavam literalmente dentro do PDOT. Sabemos o quão importante o PDOT é para a vida de cada pessoa que vive ali. Não à toa que viemos de ônibus, dois, três ônibus, para participar. Porque continuamos acreditando nesse processo. Então, aqui, como comunidade, aquela comunidade que vive na ponta, no extremo, que participou nos últimos três anos das reuniões, seja nas RAs, seja aqui dentro, seja em audiências públicas, o que vai acontecer conosco? Eu não vou dizer 'com aquelas famílias', porque eu estou lá dentro e vivo essa realidade. Então, eu peço a vocês que também, mesmo sabendo, como já me foi respondido, que isso não depende da SEDUH, mas sim do IBRAM, eu sei. Mas peço que, de alguma forma, tentem nos ajudar. Porque não há condição de 480 famílias saírem do lugar onde nossos filhos nasceram, onde minha filha e meu filho nasceram e têm suas infâncias. São 232 crianças. O que vai acontecer com essas crianças? A única coisa que eu não quero é ver meus filhos verem a casa onde nasceram sendo derrubada. Porque, imaginem: para mim, que sou adulta, vou tentar acreditar e me recuperar. Mas e meus filhos? Eles vão conseguir recuperar isso? Vão? Eu tenho certeza de que não. Não tenho dúvida de que não. Então, estamos, literalmente, no tudo ou nada. Queremos apoio. Seja qual for a definição no final de tudo, queremos, pelo menos, ser vistos. Porque fizemos a nossa parte como população, como comunidade. Estivemos presentes e continuaremos até o final, independentemente da data. Obrigada. O Senhor **André Júnio Tavares Barbosa**, Coletivo Calunga, considerou: "A gente tem que manter a tradição do diálogo. Quanto à equipe da SEDUH, o que eu tenho mostrado, e acho que é válido, é o pedido de adiamento e, até então, ainda tenho dúvidas. Como eu componho, pelo IAB, o Coplan e também componho a Câmara Temática da minuta de lei, onde estamos lendo por título, eu sinto, e até aumentamos o tempo de reunião para poder debater mais a minuta, que há um aceleração que a gente poderia conduzir de outra forma". Inferiu que o ideal seria finalizar a etapa no CGP e passar para o CONPLAN e depois ser realizado o debate. Pontuou também que para os títulos de cada capítulo deveriam ser colocadas informações acerca daquela temática, para que fique de fácil interpretação das pessoas que vão ler posteriormente. Reforçou que a lista de propostas realizada pela comunidade deve vir a público, no sentido de debater e verificar se a sociedade está sendo escutada e contemplada no PDOT. Finalizou ponderando que a revisão do PDOT deve ser feita de forma cautelosa, participativa e traduzida. Em resposta, a Senhora **Juliana Machado Coelho** explicou: "Primeiro, segundo nosso decreto, que tem a estrutura de participação social e governança, a gente tem algumas instâncias, e esta instância do CGP, ela discute a questão da participação social. Então, aqui a gente discute como vão ser as audiências, o plano de mobilização, isso é o que está na atribuição. A discussão das propostas técnicas é em âmbito do GTI, que é o Grupo de Trabalho Interinstitucional, que é o grupo técnico. Existem representantes do CGP no GTI, mas a discussão da minuta não seria aqui no CGP, e sim, e que foi o que a gente fez, a gente discutiu a primeira proposta, a primeira versão de minuta, a gente discutiu com o GTI. Assim como as propostas que foram, que estavam lá na primeira versão, elas foram feitas com o GTI. Então, a gente não pode confundir as instâncias da estrutura de participação social e governança. O CGP participa, sim, mas participa como membro, os representantes do CGP são

membros do GTI também. Então, a discussão não seria aqui nessa instância. Outra questão que a gente precisa levantar é que a Câmara Temática do CONPLAN, ela está discutindo, sim, a minuta, todos receberam uma minuta, a primeira versão da minuta impressa, receberão uma segunda versão da minuta impressa para discutir. O que tem sido discutido na Câmara Temática vai ser avaliado antes do envio para o CONPLAN, depois que a minuta, porque a gente vai ter audiência pública, a gente vai avaliar também o que tem sido enviado pelo site e o que foi discutido na Câmara Temática. Após essa avaliação pela equipe técnica, a gente vai enviar para o CONPLAN essa minuta. Então, vão ter os procedimentos que são próprios do CONPLAN. Essa discussão é uma discussão prévia, uma discussão da Câmara Temática, que é uma das possibilidades que o CONPLAN tem para discutir e já conhecer um pouco mais antes da proposta chegar definitivamente. Outra questão que é importante colocarmos aqui é que justamente o Plano de Mobilização que temos para apresentar para vocês e que, pela hora, acho que não conseguiremos, porque ainda temos inscritos, esse plano de mobilização traz, sim, a proposta da tradução da leitura dessa minuta. Por quê? Porque o prazo que temos, o prazo legal, a gente tem a lei que indica que a gente precisa publicar esses documentos, a convocação da audiência pública 30 dias antes. Para quê? É esse prazo que a população tem, sim, para se manifestar, para conhecer. É um prazo para conhecer, é um prazo para ler a minuta, é um prazo para poder colocar as propostas. Então, a gente está seguindo esse prazo. Nem teria como fazer sem seguir. É uma obrigação legal. A gente precisa seguir esse prazo de 30 dias. Então, nesse prazo, a gente está desenvolvendo uma cartilha para entregar para a população da audiência pública. Além disso, a gente tem o plano de mobilização que é justamente essa tradução das propostas por RA. Eu sei que, e a gente sabe, todos que estão aqui, foram muitas vezes solicitados que a gente fizesse vídeos por RA mostrando as propostas. Infelizmente, a gente não tem recursos para isso. Mas a gente tem a possibilidade, a gente está fazendo essa divulgação. A gente, na semana passada, chegou até a entregar para quem estava um folderzinho, que vai ter também o que tem para cada RA. Esse aqui. Então, a gente tem algumas questões que foram colocadas aqui, nessa reunião, que são questões do GTI e não do CGP. Então, eu gostaria só de deixar explicada essa estrutura que foi proposta lá pelo Decreto nº 41.004 de 2020, que não estávamos aqui ainda. Enfim, mas eu gostaria, eu quis só explicar, porque eu tenho escutado essa confusão”. Em seguida, o Senhor **Almiro Cardoso Farias Júnior**, considerou: “Participo do CGP desde o início; tem aproximadamente três anos que eu participo. Para além disso, agora, em setembro, fará quatro anos que eu represento a OAB no CONPLAN. E, por fim, componho também a Câmara Técnica, e lá dentro da Câmara Técnica, que é composta por membros do CONPLAN, eu fui indicado, por unanimidade, como relator do PDOT dentro do CONPLAN. Além disso, é importante deixar claro o seguinte, e me deixa muito triste, quando vejo que as discussões extrapolam o âmbito técnico, o âmbito institucional, e passam para ataques pessoais desnecessários. Betúlia, Jaganu, toda a minha manifestação foi feita com todo o respeito, e vocês são testemunhas disso. Eu deixei claro que as divergências existem, e tudo bem. Deixei claro que minhas oposições são respeitadas, e não faltei com a educação em momento algum. Agora, vir dizer que não se recorda de mim, que não me viu aqui, é, para começar, uma leviandade. Porque, para isso, tantos outros me viram, e minha assinatura está aposta na lista de presença ao longo desse tempo inteiro. Algumas poucas vezes eu não vim, confesso, porque vi que eram desdobramentos de discussões que, muitas vezes, não saíam do lugar, e que faziam com que a tarde parecesse perdida. E tanto estive presente que, em setembro ou outubro do ano passado, eu fui uma das primeiras vozes a se levantar favorável à realização de reuniões extraordinárias, duas por semana, enquanto vários daqueles que hoje reclamam foram contrários. Eu me recordo bem disso, e está registrado também em áudio. Vários foram contrários, e hoje reclamam de falta de tempo. Então, vir dizer que não me viu, como se isso fosse sinônimo de que eu não participei... E, pior, Dorion, obrigado inclusive por ter lembrado, como se eu tivesse sido colocado aqui para fazer as coisas andarem, como bem disse a Betúlia, eu quero dizer o seguinte: Lembro que, e acredito que nem todos saibam disso, a Ordem dos Advogados do Brasil existe desde 1930, portanto, há 95 anos. A seccional do Distrito Federal existe há 65 anos. É a única instituição de classe, ou da sociedade civil organizada, que tem previsão na Constituição Federal da República. E, por isso, é a única instituição da sociedade civil organizada que pode, inclusive, questionar dispositivos que, porventura, afrontem a Constituição. E nem por isso, Sâmia, eu utilizo a instituição, coisa que eu não faço, para atacar quem quer que seja. Estou aqui, humildemente, manifestando a nossa posição e respeitando as posições contrárias. Já há muito tentam arranhar a imagem de uma instituição quase centenária com a alegação de que aparecemos só agora para fazer o processo ou o procedimento andar. Então, deixo isso registrado. Peço respeito, da mesma forma que tenho dado respeito a todos aqui, independentemente da posição, independentemente da bandeira ou da cor que seja levantada. Nunca me manifestei com desrespeito a ninguém. E deixo

registrado que, numa próxima manifestação desse tipo, nós, como instituição, vamos interpelar. Porque quem acusa, Sâmia, isso está previsto em nossa legislação, quem acusa tem que demonstrar de onde veio o fundamento da acusação. E vamos interpelar. Porque não é assim que se faz um debate: não é acusando e correndo. Eu aprendi, quando era criança, que essa história de tocar a campainha e sair correndo, que essa história de jogar pedra na vidraça dos outros e correr, é feio. E que ser adulto, dentre tantas outras questões, é assumir a responsabilidade por aquilo que se fala e se faz. Falar e sair correndo, como se isso fosse coerente com o discurso, desculpe, mas, do meu ponto de vista, no meu entendimento, não é. Eu queria muito que essa pessoa estivesse aqui para ouvir. Porque, como diz um grande amigo meu, na simplicidade de suas falas: 'Falar sem que quem deveria ouvir esteja presente é igual a fazer careta para cego'. Não faz o menor sentido. Obrigado." A Senhora **Samia Waleeska Pereira B. de Carvalho**, reafirmou a importância de dar continuidade à revisão do PDOT, destacando que a prorrogação excessiva só atrasará um processo já defasado. Argumenta que o DF precisa urgentemente de um novo PDOT para atender às demandas sociais e corrigir conflitos, principalmente em áreas de interesse social e comunidades indígenas. Defende uma construção coletiva com responsabilidade social, sem ações que visem apenas barrar o processo. Lembra que a revisão é uma necessidade real, independentemente de questões políticas ou eleitorais, e que a população deve entender o conteúdo da nova lei. Conclui que o respeito às comunidades deve ser o foco e que é hora de avançar. Após, o Senhor **Marcondes Alves Barbosa**, INDI, realizou as seguintes ponderações: "Eu tenho participado de algumas reuniões, sim, do processo, já venho desde o início, represento comunidade indígena no Distrito Federal, escutei a fala de todos, mas, doutora Samia, não é isso? A minha fala se referiu aos povos indígenas. Eu preciso trazer a realidade da minha comunidade indígena. Nós participamos das reuniões participativas do PDOT, no Lago Norte, Paraná. Fizemos reuniões individuais na FAU, na UNB, protocolamos ofícios nessa casa, inclusive pedimos reuniões com o presidente e não fomos atendidos. Então, enfim, a gente sempre vem dando à comunidade indígena. Tivemos reuniões aqui onde a grande maioria foi de indígenas que eu trouxe, acho que naquela ocasião eu trouxe quase 40 indígenas aqui dentro. A nossa comunidade indígena, ela vem sofrendo. Aqui mesmo, em uma dessas reuniões, eu citei de quando o governo do Distrito Federal foi à minha comunidade e tirou todas as nossas, derrubou as nossas estruturas, desligou a energia e fez uma situação da situação. Doutora, eu acho que 20 dias faz uma diferença muito grande. Sabe por quê? Porque eu acredito que todos vocês têm energia em casa para carregar um aparelho telefônico ou para ligar um computador. Eu não tenho, porque há um ano e quatro meses, eu disse aqui, quando o governo do Distrito Federal foi lá e retirou a energia da minha casa. E desde então a gente tem uma briga para tentar ligar a energia elétrica de novo, aonde a companhia de energia elétrica me cobrou um valor de 60 mil que nós não temos para pagar. Então, se vocês não estão acostumados com banho gelado, é esse que a gente toma todas as noites. Então, o meu telefone está aqui com menos de seis quilos de energia, eu tenho que passar agora um canto aí para pôr para carregar para poder continuar acompanhando o grupo aqui. A minuta, eu lembro que antes da última audiência que teve lá na Câmara dos Deputados foi prometida que a pré- minuta ia chegar para a gente, ela não chegou, só ontem que eu vim conseguir ler o final da pré-minuta que está aí. Então, a gente, com toda uma dificuldade, não tem escolaridade como Doutor, Advogado, viu, Doutor? Mas, assim, eu tenho apenas a terceira série do Ensino Fundamental e é difícil para a gente ler quando, principalmente, você não tem energia elétrica. Eu venho pedindo, todas as nossas falas é pedindo, para que se reconheça o direito dos povos originários. Eu sou descendente de uma família de povos originários, que eu tenho idosos aí de 115 anos, ainda moram no Varjão, eu tenho idosos de 90 anos que conheceram isso aqui e antes de existir lago e antes de qualquer um dos pais ou familiares de vocês virem para o Distrito Federal. Nós somos comunidade indígena, nós somos dono dessa terra aqui e até hoje a gente tem sido injustiçado na questão do território. Aqui nós estamos na Secretaria de Habitação, nós estamos falando aqui de organização territorial, espera aí, nesse processo civilizado de organização territorial, nós é que estamos nos vendo bem lesados. Por quê? Porque eu consegui ler a minuta toda ontem, e por isso que 20 dias faz uma diferença para mim. Então, eu não consegui ainda enxergar na minuta o que se refere aos povos indígenas, porque todos os nossos pedidos e reivindicações não estão na minuta de lei, não estão. A gente está pedindo a regularização do território da Aldeia Rainha no Paranoá, não consta isso, não consta. Eu protocolei ofício, tem poucos dias, inclusive, na mão da presidente da mesa e não tem, não existe. Nós fomos na Câmara, todo mundo terminou lá, fez as discussões e saíram fora. A equipe da SEDUH estava pedindo licença para a gente sair, porque eles pensavam em desmontar as tendas. Os únicos que ficaram lá até o final foi o povo indígena, ou não foi? Foi o povo indígena tentando dar a sua contribuição. E a gente vem vindo para cá e a gente está cansado de ser invisibilizado, porque Brasília, a gente foi invisibilizado nesse

processo. Nosso território foi tomado, onde é a sua casa hoje? Onde é o seu apartamento? Onde é o seu trabalho? Era a terra nossa, era a terra nossa dos meus ancestrais. A herança não caduca. E aí, ainda hoje, a gente está brigando por uma pequena fechadinha de cerrado para preservar seis nascentes que estão lá dentro, nos cursos de energia. Olha a minha mão, acredite que tem mais calor do que a mão de qualquer um de vocês aqui, cavando buraco para plantar muda de árvore, para ter água, para ter dignidade. Eu preciso que a questão dos povos indígenas seja mais respeitada nessa minuta do PDOT, nesse processo do Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Estou conselheiro aqui como INDI, vejo muitos bradar com voz alta, vejo muitos falar muita coisa. Em todas as reuniões, eu praticamente nunca me esboço. Eu sempre fico calado, mas eu estou enxergando que a forma que vocês estão dirigindo a coisa não é a forma mais correta. A gente vê a amiga aqui da comunidade, a conselheira aqui da comunidade, falando da dificuldade deles, é a mesma dificuldade minha, a gente sente isso nos ossos. Eu tenho gente lá enfermo dentro da minha comunidade que já passou pela beira da morte cinco vezes, que recebeu transfusão de sangue de cachorro para não morrer, que tem o intestino amputado, que tem doença de pele com degeneração óssea. Eu tenho lá idosas com tuberculose. Eu tenho idoso lá, já de mais de 60 anos, com problema do coração, e nós estamos lá sem energia elétrica e sem nenhuma esperança de que o nosso processo, contemplado no Plano Diretor de Ordenamento Territorial, e eu quero dizer que existe injustiça, injustiça nesse processo. Por que é subsecretária? Porque o nosso pleito, os nossos pedidos não foram incluídos nesse processo, nessa pauta, que eu vim aqui ler só ontem, dentro das minhas limitações, quer seja de energia ou qualquer outra. Eu estou aqui representando uma comunidade indígena, eu sou Cacique de uma Aldeia, eu represento um instituto, é o Instituto Nacional do Índio, e a gente tem toda uma dificuldade, porque de repente é mais fácil para um advogado passar um rabo de olho em um documento e entender tudo que está ali. Para mim não é assim, eu tenho que ler, ler e tentar ler outra vez, para tentar começar a entender o que está ali. Se a advogada acabou de dizer que ela tem dificuldade, tem que pedir ajuda aos pais dos advogados para tentar traduzir alguma coisa, isso para a minha comunidade que está lá analfabeto, mas somos uma realidade. Eu preciso respeito dentro desse Plano de Ordenamento Territorial. A comunidade indígena está aí, a minha é originária antes de qualquer um dentro do Instituto Federal. Minha família já estava aqui. E aí, a gente tem comunidade indígena mais recente, tipo no Noroeste, que estão ali há 40 anos, e as indígenas de fora mais também estão aí. E a gente não vê, enquanto discutimos o Ordenamento Territorial, recentemente, mês passado, estava lá o governo retirando pessoas que estão lá da Asa Norte, indígenas, porque o interesse de quem quer construir prédio é maior. A gente sabe, a terra é nossa, a gente tem esse conhecimento, porque alguém citou aqui do córrego até o Rio Belchior. Lá teve sepulturas indígenas retiradas de lá. Eu tenho informações aqui dos meus antigos, onde tem cemitério indígena, em Taguatinga, simplesmente jogaram concreto em cima e construíram uma instituição de negócio de energia elétrica. A gente está aí, a gente é uma realidade. Nós temos aqui no Paranoá, no Sítio Arqueológico de Cachoeirinha, que o indígena está aqui há 10.424 anos. A gente está aqui. Eu tenho, sim, quase 50 anos de idade. Eu nasci aqui e a família é daqui. Minha mãe morreu aqui. Inclusive, morreu atropelada por um caminhão na construção do metrô. Então, é nesse processo civilizado que nós estamos nos vendo bem lesados. Eu preciso respeito ao povo originário. Nós não somos muitos. Alguém vai falar, a preocupação macro da coisa e não a micro. Nós somos micro, mas o micro também precisa ser visto. Então, eu peço que respeitem todo o processo que vem ao longo desses anos e a gente pedindo, informando as nossas contribuições. Porque, à mesa presente, eu digo, nós não fomos contemplados. Os nossos pedidos não estão lá. Os nossos ofícios não foram observados. E nem resposta. Eu tenho ofício que eu protocolei aqui na SEDUH há três anos atrás, eu nunca recebi resposta desse ofício. Há um mês atrás, eu protocolei ofício diretamente na mão da mesa. Eu não recebo resposta desses ofícios. Eu peço respeito. E encerro a minha fala”. Ato contínuo, o Senhor **Mário Blanco Nunes Neto**, PRECOMOR, considerou: “O que falar, o que acrescentar depois das palavras do Cacique, da Verônica e de ver aqui uma guerreira que está aqui atrás, a Elied, que vem lutando desde o início da construção do PDOT para incluir a comunidade dela no PDOT? Quando o grupo resolveu pedir o prazo, eu queria deixar uma coisa clara. Eu assinei, não por estar contra o governo do Distrito Federal, não por estar contra o governador Ibaneis, não por estar contra a SEDUH, não. Eu assinei porque, quando fui eleito para o CGP para representar a regularização fundiária, fui eleito para representar a sociedade civil. Eu não estou aqui representando o governo. Nesse sentido, achei que tinha o direito de assinar também o manifesto. Não por questões políticas, repito, não por achar que a SEDUH não fez o seu trabalho direito, viu, Juliano? Muito pelo contrário. Acho que a equipe da SEDUH tem trabalhado em dias úteis e até mostrou que trabalhou em finais de semana e feriados para realmente dar conta do recado. Quando assinei o manifesto pedindo que fosse estudada a possibilidade

de se dar um prazo maior, foi justamente porque ando pela cidade, ando pelas comunidades. Não sou um representante que fica atrás de mesas com ar-condicionado fazendo discurso. Lido com a realidade. A Verônica sabe disso, o pastor Carlos sabe disso, o Elied sabe disso. Quem me conhece sabe que, no início da minha comunidade, em Sucupira, eu entrei na frente de máquinas, entrei na frente de trator, defendi, fui na frente da PM para defender a moradia de quem precisa de moradia, mas, independentemente de outros interesses, o meu interesse não é afrontar o governo nem afrontar a SEDUH, mas simplesmente ganhar um tempinho a mais para que o Cacique possa lutar e buscar, pelo menos, um pouco mais de chance de ver a comunidade dele inserida no PDOT. A mesma coisa digo em relação ao condomínio da Verônica e do pastor Carlos, que ainda não foram incluídos porque dependem, de repente, de mais 15 ou 20 dias para obter o aval e a licença do presidente do IBRAM, que eles estão buscando. Estão correndo atrás, e, de repente, por 10, 15, 20 dias, podem ficar de fora. Estou correndo atrás dessa prorrogação por causa da comunidade da Elied, que também depende de algum tempo para que venha a apresentar provas concretas de que a comunidade dela faz jus a estar contemplada no PDOT. Foi dito aqui que nenhuma lei é perfeita, mas ela pode ser um pouco mais perfeita. Nunca chegaremos à perfeição. Mas, às vezes, um dia a mais pode melhorar uma lei. É por essa razão que eu, Juliana, assinei o manifesto. Não foi para estar contra vocês, nem contra o governador, nem contra ninguém. Quando assinei, estava apolítico. A Precomor, a Prefeitura da Sucupira, é uma entidade muito séria, que sempre lutou. E quem conhece o nosso trabalho sabe que, onde chegamos, somos respeitados, porque não nos corrompemos. Sempre trabalhamos com honestidade, não vou me retirar do processo, porque acho que ainda tenho muito a contribuir. Não vou me retirar, porque acho que podemos ajudar muito o Cacique, a comunidade da Verônica, a comunidade do pastor Carlos, a comunidade da Elied, até o fim. Muito obrigado". Após, o **Senhor Francisco Dorion de Moraes**, considerou: "Eu não vou responder o André porque sábado, na conferência, eu vou responder ele lá. Eu tenho condição de responder ele lá. Ele sabe disso. Eu fico assim pensando na hipocrisia. A moça que leu o documento falou de colcha de retalho. Quem é que está fazendo a colcha de retalho? Se os processos como o desse moço, dessa moça não entrou, se entrar é colcha de retalho? Agora olha Almiro, João. Um, dois, três. Benny, que é do grupo deles, quatro. O André, cinco. Tinha seis aqui da Câmara Técnica que vai ter reunião sexta-feira. Ô gente, para. Tem um pouco de hipocrisia nisso, na boa. Lá vai ter sete reuniões, seis reuniões ainda lendo artigo, Doutora, por artigo, toda sexta-feira. Chega aqui às oito e meia da manhã. As velhas saem daqui uma hora da tarde, lendo, relendo. Eles não se ficam satisfeitos, substituem o titular, mandam surpreender. Quando o suplente chega aqui, não sabe bulhufas nenhuma, a gente tem que voltar lá para o artigo um, começar tudo de novo. Então, acho que tem que ter um pouquinho assim, sabe, de responsabilidade. Verônica, deixa eu te falar, amiga. Falar sobre o seu problema é simples. Você sabe que a gente tem que encaminhar e convencer o IBRAM que, na época de 1997, foi feita uma poligonal do parque, depois, em 2007, foi feita uma outra para atender interesses, e que eu estava nessa discussão da poligonal, pelo menos o parque dobrou de tamanho. Nós encaminhamos um documento ao IBRAM e a área que eles tiraram, e hoje eu descobri, através de um parlamentar, que eles estão alegando que é da SPU. Nós vamos entrar amanhã com um pedido à SPU pedindo a terra, que doe ao Distrito Federal. Como eu faço parte do Conselho Federal ligado à SPU, amanhã nós vamos, eu estava marcando aqui com o Policarpo, o Presidente da SPU, para a gente achar uma solução. Vinte dias a mais, se fosse para levar em consideração 20 dias, nós já perdemos um. Esse aqui já perdeu, não volta mais. E quando for no último dia dos 20 dias que vai se dar, quando o secretário adiou 30 dias, foi o primeiro a falar, e você estava aqui, João, você vai fazer 30, mas pode preparar mais 30, e mais 30, e mais 30, porque todo mundo tem um PDOT na cabeça. Governo, oposição, e o que eu mais temo, e é o que eu percebo, é a politização desse PDOT. E eu estou enxergando que isso está caminhando para isso. O Doutor Almiro, percebeu, eu também percebi, porque eles colocam palavras aqui, o promotor está ouvindo essa audiência, ou vai ter conhecimento dessa audiência, e vai chegar lá para ele, que você atacou o Ministério Público, porque é a fase da construção de falas. Eu não sei se você percebeu, e foi direcionado, aí, Doutor. Me desculpe, mas depois a gente larga os nossos afazeres, vem aqui, ouve, eles combinaram, vamos falar, um fala, outro fala, levanta, outro levanta. Quero te parabenizar, Mário, porque, apesar de você ter assinado o documento, você teve a hombridade de estar na discussão, que, infelizmente, acabou a reunião. Essa moça vai continuar, mas hoje, amanhã, daqui a 20 dias, 30 dias, mas eu vou dizer uma coisa aqui para você. Se tem um Deus, e eu acredito muito nele, eu não vejo a gente construir, a gente está falando com muita gente, o secretário já se expôs, a gente vai estar no dia 28, se é dia 28, o Condomínio Vitória vai estar lá, dizendo que vocês não são animais de pasto e nem servem a interesses políticos, a não ser querer morar em uma coisa que, no começo, por que não proibiram de entrar? Por que deixaram os grileiros se beneficiar disso? Almiro, eu

te peço que você auxilie essa moça. O desespero, ela não consegue mais chorar. O Pastor Carlos também não consegue mais chorar. Eu fui lá uma vez, nesse Condomínio, eu conheço a realidade do Riacho Fundo, como ninguém, como conheço. O Rôney, o Presidente do IBRAM, a gente encaminhou um documento para ele, sugerindo, do lado tem uma área que dá para expandir o parque. Se o parque foi feito em 97 e mudou em 2007, e a gente aumentou e dobrou, e eu estava lá, como estava na discussão do PDOT da vez passada também. Então, João, sinceramente, secretária, eu acho que a fala não bate com a verdade. Por isso que eu falo, a mão que afaga é a que vai bater. Porque não adianta falar que vocês estão fazendo um bom trabalho quando o documento que chega no Ministério Público fala que é uma colcha de retalho. E eles não vão entender a fala deles aqui de afago, mas vão entender o que está escrito lá, que está sendo uma coisa montada, que todo dia chega uma coisa, mas tem que chegar todo dia, porque ainda está se lendo os documentos que foram apresentados aqui para incluir no PDOT. Então, secretária, eu lamento muito a gente perder uma tarde, perder não, que foi bom, eu estou acostumado com isso. A gente ganhou, mas espero que na próxima a gente não seja pego de surpresa para a gente vir aqui à tarde, eles fazerem uma fala bonita e dizer, ó, eu falo, vou embora, eu falo, vou embora, eu falo, vou embora. E a gente fica aqui com cara de tacho e nem sequer pode responder para eles, porque a covardia é tão grande que eles se ausentam de participar da resposta. Eles falam, agridem, e aí não foi uma agressão, eu queria responder para eles. Eu estava, tinha um monte de gente lá atrás falando abobrinha, eu só pedi um segurança, é um direito meu, eu estou aqui, eu tenho que me preservar, não vou sair batendo em ninguém, nem apanhando. Isso já aconteceu uma vez, há 15 anos atrás, nós saímos na porrada, eu ainda dava conta, hoje eu não dou conta mais. Então, eu vi eles falando lá o que eles estavam combinando, eu sei lá o que eles estavam combinando, jogar essas mesas aqui no peito dos outros, eu já vi isso, eu já assisti isso, eu já vivi isso. Então, eu não vou esperar um cara que, pela fala, não foi ofensiva, eu sou do Movimento Habitacional, sou do Movimento Popular, e é assim, e não fujo da luta. Sábado nós vamos estar lá na conferência para discutir a habitação. E se eu fosse pensar que a habitação, secretária, é feita para um entendimento político do PT, eu nem iria, porque nem peso na nacional nós não temos, mas não vamos fazer mais delegado do que eles aqui em Brasília. Eles não têm moral e não têm peso suficiente para fazer mais delegado aqui em Brasília do que nós. Manda eles juntarem a tropa deles todinha, todinha, botar todo mundo no ônibus, que não conseguem encher um fusca. São as mesmas pessoas que eu conheço há 15, 20 anos. Então, eu fico muito ofendido com isso, na boa. Fico, porque já não é a primeira vez, doutor, que eles vêm falar que nós somos um conluio de pessoas, e aí os documentos têm que subir para o Ministério Público, como se nós estivéssemos aqui fazendo, ou no CONPLAN, fazendo acordos espúrios para satisfazer o governo A e o governo B. Isso é muito ruim, muito ruim. Então, eu deixo aqui meu repúdio. Mais uma vez, na próxima, eu vou ter que ter uma posição muito mais enérgica, e vou ter. Eu não vou aceitar mais isso de eu ser aqui colocado como uma pessoa que vem aqui porque é conluio de A ou B, ou de empresário, ou de segmento popular, ou de quem quer que seja. Nós temos que acabar com isso. Isso acaba com a nossa honra, mexe com o nosso brilho. E, Verônica, mais uma vez, não fique e não abaixe a cabeça. Eu já vi coisa pior. Quem morou no Riacho Fundo um ano e meio, há 30 anos atrás, enfrentou polícia, grileiro e governo, e a cidade estava pronta e fazia reunião todo dia, às 6 horas da tarde. Não tem medo de cara feia. Nós vamos virar esse jogo lá no residencial de vocês. Vitória. Pode escrever o que eu estou falando e eu falo aqui em alto e bom som. Nós vamos virar esse jogo. Obrigado, boa tarde!”. Seguidamente, o Senhor **Adalberto Ferreira de Paula Carvalho**, ASSOLIM, sugeriu que fosse colocado como proposta a prorrogação de 15 dias e que houvesse a votação da sugestão por parte dos conselheiros presentes. Em resposta, a Senhora **Juliana Machado Coelho** ponderou que o prazo não cabe a ela dar um prazo, pois essa questão já foi definida pelo Governador Ibaneis, o qual solicitou que a Audiência Pública não fosse adiada, seguindo, assim, o cronograma que já foi pré-definido. Após o Senhor **João Gilberto de Carvalho Accioly**, SINDUSCON, considerou: “Não, é só para reforçar que, na nossa área de atuação, a gente está acostumado a trabalhar com prazos o tempo inteiro. Então, se o prazo é de dois dias, a gente se vira e faz em dois dias. Se é de 15 dias, a gente faz em 15 dias. O que for estabelecido, a gente resolve. É sempre bom ter um respiro ou, às vezes, uma tranquilidade para, eventualmente, trabalhar um pouquinho mais ou com um pouco mais de calma, às vezes até entregar um trabalho um pouco mais bem-feito. Mas, se o limite é colocado, a gente trabalha dentro dele. Acho que tem assim uma coisa muito importante, muito importante mesmo, e aí eu não sei se é do Fórum do CGP ou se é do GTI, aquela questão que a gente sempre insiste nas discussões mais técnicas: é o retorno. Retorno dos pleitos, do pleito da comunidade indígena, do envio da Verônica, de todo mundo, do Chico, da Sâmia. Mas, de alguma forma, não sei em qual fórum, se isso é no GTI ou se é aqui, ou como é só mais essa questão do retorno, para que a gente

entenda um pouco o que está sendo acatado e o que não está sendo acatado em termos de contribuições e sugestões que, eventualmente, estamos propondo. Obrigado”. Após, a Senhora **Verônica Ferreira de Figueiredo**, deixa registrado que: “Independentemente do resultado, no dia 28, assim como a audiência que vai ser apresentada, que nós, como comunidade, iremos estar ou não dentro do PDOT, nós estaremos lá, continuando, em massa, em comunidade, em dois anos, seja o que for, porque nós acreditamos sim nisso. A gente acredita, independentemente desse resultado que venha a ser próprio para nós, porque não é um resultado único, é um resultado que vai interferir na vida de milhares e milhares de famílias. Então a gente está aqui, permanece aqui, vai continuar até o final do processo porque, de fato, a gente acredita nesse processo e a gente sabe o quanto isso vai ser importante no final de tudo para tantas e tantas pessoas que vivem a situação que hoje a gente vive, obrigada”. Em resposta ao senhor João Accioly, informa-se que a senhora **Juliana Machado Coelho** informou que, após a consolidação da minuta junto com as contribuições recebidas na audiência pública, o GTI será convocado para uma discussão técnica antes do encaminhamento ao CONPLAN. Ato contínuo, passou-se ao item 3. Assuntos Gerais: Não havendo assuntos a serem tratados, seguiu-se ao item: 4. Encerramento: a Subsecretária Políticas e Planejamento Urbano (SUPLAN) da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH), Senhora **Juliana Machado Coelho**, declarou encerrada a 11ª Reunião Extraordinária do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT) agradecendo a presença e a participação de todos.

JULIANA MACHADO COELHO, Coordenadora – SUPLAN; **JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR**, Titular – SUPLAN; **ANTÔNIO MAYCON MARTINS**, Suplente – SUPLAN; **RENATA FREITAS CARVALHO CALDEIRA**, Suplente – SUDEC; **MARIA HELENA FRÓZ GOMES**, Titular – SCUB; **LUCAS SANTANA SIGWALT**, Titular – SUPAR; **ANA FLÁVIA SILVA PIRES DURÃES**, Suplente – SECID; **MARCONDES ALVES BARBOSA**, Titular – INDI; **VERÔNICA FERREIRA DE FIGUEIREDO**, Titular – PAES; **ANDRÉ JÚNIO TAVARES BARBOSA**, Titular – CALUNGA; **SAMIA WALEESKA PEREIRA B. DE CARVALHO**, Titular – Positiva de Brasília; **BETÚLIA DE MORAIS SOUTO**, Suplente – Sálvia Terra; **BENNY SCHVARSBURG**, Titular – Andar a Pé; **MARCOS LUIZ SANTAROSA**, Titular – ASPROESTE; **ADALBERTO FERREIRA DE PAULA CARVALHO**, Titular – ASSOLIM; **CARLOS JOSÉ DA SILVA**, Suplente – ASSOLIM; **MÁRIO BLANCO NUNES NETO**, Titular – PRECOMOR; **FRANCISCO DORION DE MORAIS**, Suplente – PRECOMOR; **JOÃO GILBERTO DE CARVALHO ACCIOLY**, Titular – SINDUSCON; **TEREZA CHRISTINA COELHO CAVALCANTE**, Titular – FIBRA; **MASSAE WATANABE**, Suplente – APRONTAG; **LUDMILA DE ARAÚJO CORREIA**, Suplente – CAU/DF; **JEAN VITOR CÂNDIDO**, Titular – CRESS/DF; **ALMIRO CARDOSO FARIAS JÚNIOR**, Titular – OAB/DF; **GUILHERME JAGANU**, Membro honorário; **CAIO FREDERICO E SILVA**, Titular – FAU/DF.

JULIANA MACHADO COELHO

Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano (Suplan)

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh)



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO - Matr.0126694-2, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 26/06/2025, às 11:57, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **174479104** código CRC= **36D7F0E1**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

ATA - SEDUH/GAB/ASCOL

**COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE
ORDENAMENTO TERRITORIAL – CGP/PDOT**

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Às dezenove horas do dia vinte e cinco do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, no Auditório da SEDUH, localizado no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A, Edifício Number One – Asa Norte, Brasília/DF, teve início a 30ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa (CGP), da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), sob a condução da Senhora **Juliana Machado Coelho**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano (Suplan) da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh). A reunião contou com a presença dos membros relacionados ao final desta ata, com o objetivo de deliberar sobre os assuntos constantes no roteiro abaixo transcrito: 1. Ordem do Dia. 1.1. Abertura dos trabalhos. 1.2. Apreciação e aprovação da Ata da 29ª Reunião Ordinária, realizada em 28 de maio de 2025, e da 11ª Reunião Extraordinária, realizada em 04 de junho e 2025. 2. Divulgação da audiência pública e informes quanto ao andamento dos trabalhos do processo de revisão no presente momento. 3. Assuntos gerais. 4. Encerramento. Dando prosseguimento, passou-se ao item 1.1 – *Abertura*. A Senhora **Juliana Machado Coelho** deu início à reunião com cumprimentos aos presentes, apresentando, em seguida, um resumo da pauta proposta. Em continuidade, deu-se início ao item 1.2 – *Apreciação e aprovação das atas*. A Senhora **Juliana Machado Coelho** submeteu à apreciação a ata da 29ª Reunião Ordinária do CGP. Não havendo manifestações, a referida ata foi aprovada por unanimidade. Na sequência, foi colocada em apreciação a ata da 11ª Reunião Extraordinária do CGP, também aprovada por unanimidade, diante da ausência de manifestações. Dando seguimento, passou-se ao item 2 – *Divulgação da audiência pública e informes quanto ao andamento dos trabalhos do processo de revisão no presente momento*. O Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, Coordenador da Coordenação de Planejamento Territorial e Urbano da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e habitação (Seduh/Coplan), solicitou que fosse mantido o cronograma previamente estabelecido para a reunião, que as falas fossem realizadas ao final de cada etapa, precedidas pelo nome e entidade do manifestante, e que todas as manifestações fossem objetivas e respeitadas. Na sequência, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior** informou sobre o recebimento da Recomendação nº 7/2025, encaminhada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), acerca da exigência da efetiva participação da sociedade na fase de elaboração da minuta do Projeto de Lei Complementar de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) do Distrito Federal. Explicou que a equipe técnica da SEDUH elaborou e encaminhou resposta à recomendação, destacando que o documento apresentado pelo MPDFT continha 28 pontos de consideração e 11 recomendações efetivas — sendo a última

referente à divulgação do conteúdo da minuta ao Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN) e ao Comitê de Gestão Participativa (CGP), o que, segundo ele, já havia sido devidamente realizado. Informou ainda que será realizada uma reunião para apresentação do retorno das contribuições comunitárias na segunda semana de julho, com a participação do CGP e do Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI). Em seguida, reforçou que a Audiência Pública relativa ao processo de revisão do PDOT havia sido convocada para o dia 28 de junho, e lembrou que os documentos pertinentes estavam disponíveis para consulta no site oficial, incluindo a minuta da proposta e o formulário eletrônico destinado ao recebimento de contribuições e sugestões. Iniciando as manifestações, o Senhor **Adalberto Ferreira de Paula Carvalho**, representante da ASSOLIM, solicitou que os membros do Comitê pudessem utilizar o estacionamento da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) no dia da Audiência Pública. Após, a Senhora **Verônica Ferreira de Figueiredo**, representante da PAES, relatou problemas de logística enfrentados em eventos anteriores realizados na Câmara Legislativa, especialmente em relação à limitação de lugares, e registrou que as comunidades estavam mobilizadas para participar da audiência. O Senhor **José Mário Pacheco Júnior** esclareceu que o auditório da CLDF possui capacidade para 498 pessoas sentadas e informou que seriam alugadas tendas, cadeiras e televisores para instalação na área externa, ao que a Senhora **Juliana Machado Coelho** complementou que as pessoas presentes na parte externa também teriam a possibilidade de se inscrever para uso da palavra durante a audiência. Então, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior** acrescentou que seriam instaladas tendas na área externa da CLDF, acompanhadas de banners e computadores para recepção de contribuições do público. Na sequência, Senhor **Antônio Maycon Martins**, Diretor de Planejamento Territorial e Urbano da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e habitação (Seduh/Diplan), iniciou a apresentação sobre as estratégias de mobilização social desenvolvidas em apoio à Audiência Pública, cujo objetivo era ampliar a participação dos diversos atores sociais e divulgar as formas de envio de contribuições à minuta final do PDOT. Detalhou as ferramentas de mobilização utilizadas tanto para os entes do Governo quanto para a sociedade civil, destacando as estratégias de diálogo com as Regiões Administrativas (RAs), mesmo considerando que o escopo do PDOT abrange o Distrito Federal como um todo. Apresentou ainda as estratégias voltadas à qualificação da população, com o objetivo de enriquecer o debate público, incluindo o desenvolvimento de *folders* específicos por RA e a elaboração de uma cartilha educativa sobre o PDOT. Mencionou também a criação de uma ferramenta de interação online com a minuta do PDOT e a sistematização contínua das contribuições recebidas, ressaltando que todos os materiais foram concebidos para facilitar o entendimento da proposta e promover a participação da sociedade. Informou que a ferramenta de envio de contribuições permaneceria disponível até o dia da Audiência Pública e ilustrou as postagens realizadas a respeito de cada RA. Em seguida, abordou a iniciativa de traduzir o conteúdo técnico da revisão do PDOT para um formato acessível, por meio da produção de matérias jornalísticas, com o intuito de promover o letramento urbanístico e aprimorar a participação social. Complementando, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior** explicou que as matérias jornalísticas elaboradas apresentavam os critérios técnicos que embasaram as estratégias do PDOT, bem como as áreas contempladas. Destacou ainda que os critérios utilizados para a definição das áreas de regularização também estavam listados nas publicações e registrou agradecimentos à equipe de assessoria de comunicação da SEDUH pelo trabalho

desenvolvido. Retomando as manifestações, o Senhor **Almiro Cardoso Farias Júnior**, representante da OAB/DF, parabenizou a equipe da SEDUH pelo trabalho de divulgação e comunicação relacionado à revisão do PDOT, mas pontuou a percepção de baixa mobilização social e o aparente desinteresse da população em participar do processo. A Senhora **Verônica Ferreira de Figueiredo** também parabenizou o trabalho de divulgação e reforçou a avaliação de que ainda havia pouco interesse pelo tema por parte da sociedade, apesar dos esforços realizados pelas entidades representativas para disseminar as informações. Na sequência, Senhor **José Mário Pacheco Júnior** registrou que a Secretaria de Comunicação do Distrito Federal havia retomado a campanha publicitária voltada à convocação da Audiência Pública. Subsequentemente, a Senhora **Maria Estela Cavalcante Paraguassu de Oliveira**, representante da Asproeste, elogiou a campanha publicitária, especialmente em relação a campanha da primeira fase do processo, assinalando que o PDOT mesmo não tendo um bom passado, pode ter um melhor futuro. A publicidade torna o projeto de Lei compreendido. Assim pode ser acompanhado e, principalmente, fiscalizado pela população do DF. O Senhor **Antônio Maycon Martins** solicitou que todos os presentes colaborassem na divulgação da Audiência Pública. Adiante, o Senhor **Caio Frederico e Silva**, representante da FAU/UnB, colocou à disposição as redes institucionais da Universidade de Brasília (UnB) para apoiar a divulgação do processo de revisão do PDOT. Por fim, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior** destacou e agradeceu o trabalho da Senhora **Verônica Ferreira de Figueiredo**, reconhecendo sua atuação ao longo de todo o processo de revisão do Plano Diretor, em especial no que diz respeito à mobilização da população. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a Senhora **Juliana Machado Coelho**, Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano (Suplan) da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh, declarou encerrada a 30ª Reunião Ordinária do Comitê de Gestão Participativa da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CGP/PDOT), agradecendo a presença e a participação de todos.

JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR, Titular – SUPLAN; **ANTÔNIO MAYCON MARTINS**, Suplente – SUPLAN; **LETÍCIA LUZARDO DE SOUZA** – Titular – SUDEC; **LUCAS SANTANA SIGWALT**, Titular – SUPAR; **ELAINE DE OLIVEIRA LA TORRES** – Titular – SECID; **VERÔNICA FERREIRA DE FIGUEIREDO** – Titular – PAES; **MARIA ESTELA CAVALCANTE PARAGUASSU DE OLIVEIRA**, Suplente – ASPROESTE; **ADALBERTO FERREIRA DE PAULA CARVALHO** – Titular – ASSOLIM; **CARLOS JOSÉ DA SILVA**, Suplente – ASSOLIM; **JOÃO GILBERTO DE CARVALHO ACCIOLY** – Titular – SINDUSCON/DF; **ALMIRO CARDOSO FARIAS JÚNIOR** – Titular – OAB/DF; **CAIO FREDERICO E SILVA**, Titular – FAU/UnB.

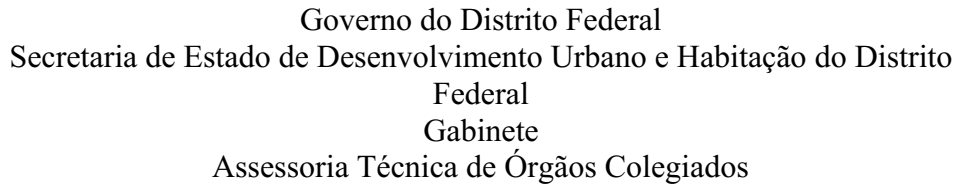
JULIANA MACHADO COELHO

Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano (Suplan)

Secretaria de Estado de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal (Seduh)



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO** - **Matr.0126694-2**, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano, em 18/07/2025, às 15:02, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Ata da 2ª Reunião do Conselho de Administração do CEF (1978/83/94) SEI/SEB903900046557022025-87g. p.9423

trabalho de garantir que a informação seja disponibilizada de uma forma que a pessoa consiga compreender. Houve uma preocupação de garantir isso com as contribuições, com a minuta e ferramenta. Ponderou que em relação as contribuições apresentadas na reunião atual, objetivamente, o arquivo será disponibilizado em PDF para que fique visível, à medida que as tratativas forem evoluindo. Adiante, o Senhor **Pedro Braga Netto**, representante do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IBRAM), pontuou: “*Bom dia a todos! Eu queria, vou direto ao ponto, até para você ouvir, Juliana, que é uma questão central que diz respeito ao macrozoneamento. O macrozoneamento é a base disso tudo, o cerne do ordenamento territorial é o macrozoneamento. E, vamos dizer, contrariando inclusive o que foi discutido, o que foi trazido pelo órgão ambiental, a macrozona que vocês definiram como de proteção integral, ela traz um erro conceitual em si, porque colocou-se unidades de conservação de proteção integral de posse e domínio público. Isso claramente exclui duas categorias importantes de proteção integral, que é o Refúgio de Vida Silvestre e o Monumento Natural. Por quê? Porque admitem propriedades particulares, mas admitem propriedades particulares só que existiam anteriormente à criação da unidade. Então, a unidade é criada, ela recebe propriedades ali, estabelece regramentos restritivos a partir de então. Então, se aqueles proprietários respeitarem as diretrizes da unidade de conservação, eles se mantêm ali convivendo pacificamente. Se não, são desapropriados. Então, o conceito de unidade de proteção integral tem que ser respeitado em todas as suas categorias. Ou a gente faz um mapeamento das unidades de conservação de proteção integral ou muda o nome. Que era, inclusive, o que a gente propôs desde o início, que seria uma macrozona de conservação ambiental, muito mais apropriado. Por quê? Porque poderia integrar as unidades de proteção integral e mais aquelas de posse e domínio público. O que foi feito? Os nossos colegas pegaram unidades de conservação de proteção integral e subtraíram aquelas que não são de posse e domínio público, estritamente, que é o Monumento Natural e Refúgio Vida Silvestre. Nos parece uma subtração à conservação e não um acréscimo, como a gente pretendia. A gente pretendia que fossem mapeadas as unidades de proteção integral e mais as de posse e domínio público, que aí iríamos incluir os parques ecológicos, por exemplo. Então, você poderia mapear de forma mais fidedigna aquilo que está em conservação ambiental, ou seja, que não se presta nem a parcelamento rural e nem a parcelamento urbano. A destinação daquela macrozona é a conservação ambiental. Então, por favor, Mário, corrija isso. Porque, olha, são anos que a gente fica aqui batendo a tecla, mandando conceito, mandando listagem e chega no final. Eu vi isso ontem. É tão gritante que chamou a atenção, bateu assim, meu Deus do céu, não estou acreditando no que estou vendo aqui. Entendeu? Então, eu espero que tenha ficado claro. Eu espero que o companheiro do Ministério Público também tenha percebido com clareza e a gravidade desse assunto. Eu vou dizer o porquê, em nível nacional, a gente tem uma meta a cumprir em termos de conservação ambiental e um dos indicadores que é utilizado exatamente são as unidades de proteção integral no território. Como é que você me subtrai? Duas categorias importantes. Tão difícil criar uma unidade de proteção integral. Monumento, nós temos três apenas no Distrito Federal. Refúgio de Vidas Silvestres, alguns poucos. Então, por favor, corrija isso aí, que isso é um erro conceitual grave que quem entender minimamente do assunto vai achar uma coisa, no mínimo, estranha. Como é que é isso? É proteção integral, mas aí não estamos de proteção integral mapeadas? E mais, o que eu solicito mais uma vez é que estejam mapeadas as unidades de proteção integral e mais a gente posse domínio público, que são os*

parques ecológicos. Muito obrigado! ”. Posteriormente, o Senhor **Marcelo Leonardo Benini**, representante do Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio Maranhão no Distrito Federal (CBH Maranhão-DF), registrou que recebeu a minuta apenas na segunda-feira, dia 14 de julho de 2025, às 11h20. Ressaltou também sobre duas questões. A primeira relacionada ao Artigo 73, que trata sobre o Condomínio Rural, que apresenta algo mal definido dentro da minuta. Quando se trata da fala referente a relações unifamiliares, mas não estabelece o nível, o grau de parentesco dessas relações; e como essas questões serão consideradas em caso de herança. A segunda faz referência às Áreas de Proteção de Manancial, pois, foi realizada uma grande discussão no GTI sobre esse tema, permanecendo um consenso do grupo sobre a criação de novas APM's, porém, dentro da minuta o assunto sumiu. Reforçou também que a CAESB ficou de se posicionar quanto a essas questões, porém não o fez, inclusive, o corpo técnico da CAESB que era a favor da criação da APM das Águas Emendadas não fez mais nenhum tipo de menção. Em seguida, o Senhor **Marcos Luiz Santarosa**, membro do CGP, inferiu estar muito feliz de estar participando da reunião, pois ela confirma uma preocupação que os membros do CGP tinham desde 2024, de que o prazo não seria suficiente para realizar um Projeto de Lei decente para que pudesse chegar a Câmara Legislativa. Pontuou que fez uma colocação sobre as APM's atuais, pois no PDOT vigente não é permitido o parcelamento de áreas rurais. Ressaltou que a EMATER defendia o parcelamento, um argumento que parecia ter sido derrubado à época. Considerou que acerca dos Artigos 73 e 74, isso é uma novidade e não foi discutido dentro do CGP e que deve ser discutido sobre o que é ou não o condomínio rural, como bem pontuado, é muito complicado distinguir. Também questionou acerca do Artigo 156, que trata da provisão habitacional em zona rural, o qual não faz sentido. Finalizou a fala ponderando que em relação ao PDOT de 2009, o que está sendo discutido está regredindo. Ato contínuo, o Senhor **Dálio Ribeiro de Mendonça Filho**, representante da Secretaria de Estado e do Meio Ambiente (SEMA), concordou com as inferências apresentadas pelo Senhor Dênio Augusto de Oliveira Moura, considerando que está sendo pensado o futuro da capital do país e relembrou três pontos. O primeiro pondera que o Distrito Federal não está flutuando no ar, existe um Entorno que deve ser observado, pois, o DF exerce grande influência sobre essa área. Ressaltou que não foi criada uma Região Metropolitana no sentido de abordar isso no PDOT, mas deve ser pautado, pelo menos uma pequena parte, na minuta. Como segundo ponto, observou que a proposta de criação de uma Comissão Interinstitucional com participação das OCS's, para monitorar o andamento do Plano Diretor. Finalizou com o terceiro ponto, inferindo que a imprensa noticiou que houve uma solicitação para postergar a análise do PDOT, mas foi indeferido pelo juiz, diante do exposto, perguntou se o Senhor Dênio Augusto de Oliveira Moura, saberia informar alguma coisa sobre essa pauta. Após, o Senhor **Fábio dos Santos Miranda**, representante do instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), corroborou com as falas de seus antecessores e considerou que o PDOT carece de mais tempo, principalmente pensando nas considerações e alterações que foram realizadas na minuta. Reforçou também que a questão relacionada a Macrozona de Proteção Integral, que é um nome equivocado, ressaltou que isso foi exposto na Nota Técnica encaminhada pelo ICMBio, deve permear por outras zonas. Seguidamente, a Senhora **Maria Silvia Rossi**, representante da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), agradeceu a realização da reunião, pois, considerou como algo muito importante para a população do DF, a fim de conhecer um pouco mais sobre o passo a passo que tem sido realizado. Ponderou que

concorda com os colegas membros, já que é necessário mais prazo para que seja elaborada uma minuta da melhor forma possível. Acerca das mudanças climáticas, ponderou que há um grande desafio que veio para ficar, e de todos os ativos ambientais de uso de domínio público e comum, que alguns chamam de capital natural, as águas representam essa questão central. Inferiu também que considera um absurdo conceber que a área rural se torne um condomínio, um lugar que é essencialmente fechado para pessoas em área urbana. Pontuou que a infraestrutura do rural não é a mesma do urbano, que o conceito de agrovila é totalmente diferente do conceito de cidade. Finalizou inferindo que o PDOT deve orientar o orçamento, que no Estatuto das Cidades, vem anunciando que é o ordenamento de usos que orienta o orçamento e o planejamento territorial, onde deve ser considerada a infraestrutura e os instrumentos urbanísticos. E solicitou para que fosse indicado no site como foram incorporados os riscos do que está sendo apresentado na minuta. Adiante, o Senhor **Dênio Augusto de Oliveira Moura**, MPDFT/PROURB, ponderou: *“É só porque foi citado aqui, eu gostaria de prestar alguns esclarecimentos. O Ministério Público, de fato, entrou com uma medida jurídica, uma Ação Civil Pública. Antes, o Ministério Público tinha sido acionado por alguns integrantes do CGP, mas, independentemente disso, muitos aqui sabem que eu venho acompanhando desde o início todo esse trabalho e tinha essa mesma impressão. Nós entramos com essa Ação Civil Pública na Vara do Meio Ambiente, que é uma vara especializada, o juiz concedeu a eliminar, o Doutor Maroja já concedeu a eliminar, e o Distrito Federal entrou com duas medidas. Foi um agravo de instrumento, que é o recurso cabível contra esse tipo de decisão, e o desembargador relator, ele manteve a decisão de primeira instância. Então, na segunda instância, o Ministério Público também saiu vitorioso. Mas, o Distrito Federal entrou com uma medida chamada suspensão de segurança, que aí já é uma medida direcionada não ao juiz competente, mas ao presidente do tribunal, e essa medida tem um caráter excepcionalíssimo para casos graves, tanto que os argumentos são vai causar riscos à ordem pública, vai causar riscos à ordem econômica. E aí eu fiquei aqui me perguntando qual é o risco, que o pedido que nós estávamos fazendo é que se desse mais 30 dias para que vocês e o CGP pudessem avaliar a minuta que ainda não havia sido avaliada. E aí a presidência do TJ suspendeu essa decisão de primeira instância, mas por isso que houve audiência pública. Mas só lembrando que a ACP ela continua, o nosso pedido é para que, caso a audiência pública viesse a ocorrer que ela fosse considerada nula, então isso ainda está sendo avaliado, tem os recursos cabíveis. Mas o que me chama atenção e eu me sinto na obrigação de falar é que o DF, por causa de 30 dias que estava sendo solicitado, coloca em risco todo o processo com a possibilidade disso ser declarado nulo depois. É uma conta que realmente para mim não fecha. Não estou dizendo que nós vamos conseguir isso, mas é um risco desnecessário por causa de 30 dias para que se pudesse avaliar isso. E outra coisa, vocês mesmos deixam muito claro para a gente que isso era necessário, porque toda vez que eu faço essa pergunta, sempre falam o seguinte, isso é um cronograma que foi definido, então não cabe a gente discutir. Então isso fica tão claro para todo mundo que esse prazo é insuficiente, que esse prazo é irrazoável. Muito obrigado! ”*. Posteriormente, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, representante da Secretaria de Políticas e Planejamento Urbano (SUPLAN), respondeu aos questionamentos dos conselheiros: *“Vamos lá, eu anotei alguns pontos que acho importante colocar aqui. Vou falando à medida em que foi anotando, buscando responder o máximo que me for possível aqui. No presente momento. Mas de cara, eu quero iniciar colocando que todos os aspectos que foram*

colocados, a gente, no momento em que a Juliana agendou essa reunião para hoje, ela pediu que a equipe técnica estivesse presente para que tudo que fosse apresentado por vocês fosse anotado e fosse objeto de discussão. A gente tem uma segunda reunião amanhã à tarde com o CGP para abrir mais um momento para essa mesma possibilidade, dessa mesma discussão. E na quinta-feira inicia, como a Juliana já colocou, inicia a análise do PLC no CONPLAN. E não há a previsão de que haja aprovação do CONPLAN já na quinta, como a Juliana também colocou. Há a previsão de que se inicie o debate do PLC. Qualquer aspecto que eu colocar aqui, a equipe técnica fica à vontade para intervir ou me complementar, mas já reitero que a gente já está programando para que tudo que a gente discuta aqui seja objeto de discussão com a gente ao longo desses próximos dias. Maria Silvia, eu vou falar do ZEE e vou falar direto para você. Primeiro, obrigado por todas as colocações que você fez, suas colocações são sempre muito ricas. Com relação ao ZEE, de fato não há um mapa que aponte, espacialize todos os riscos trazidos lá em todos os mapas do ZEE, mas enquanto técnico também, o que eu posso afirmar é que desde a segunda metade do ano passado a gente se debruçou um pouco a colocar toda a equipe em pé de igualdade, vamos assim dizer, sobre a interpretação dos mapas do ZEE. Lemos juntos o documento técnico do zoneamento ecológico-econômico e em cima daquele zoneamento ecológico-econômico, junto de outros mapas que nós achamos também necessários, nem importantes, necessários, nós fizemos um estudo dos zoneamentos de todas as APA's, mapeamos quais eram as áreas que tinham restrição à ocupação, pegamos um estudo técnico que aí eu posso falar que foi eu que solicitei lá em 2020 para que o Serviço Geológico Brasileiro elaborasse, são as Cartas de Suscetibilidade a Movimentos Gravitacionais de Massa e Inundações, Cartas Geotécnicas de Aptidão à Urbanização, Carta Geotécnica e Carta de Riscos, são as três cartas geotécnicas que a Lei de Proteção a Riscos e Desastres de 2012 orienta que todo plano diretor demande a elaboração. A gente solicitou ao CPRM que ele elaborasse esse material no ano 2020, eles nos entregaram o material no ano 2022. As três cartas prontas. Essas cartas, junto com os riscos do ZEE, junto com todas as zonas dos planos de manejo das APA's que tinham restrição à ocupação, foram sobrepostos e isso nos gerou um mapa de restrições à ocupação no território do DF. Esse mapa é o mapa 3.1 do documento de complementação diagnóstico publicado em 17 de setembro do ano passado. Sobre esse mapa a gente colocou, a gente fez um mapeamento dos lotes já registrados no DF e depois as ocupações irregulares. Para quem já teve reunião aqui da área da temática de regularização sabe que a equipe de regularização mapeou, eu não sei se foram quase ou se foram mais de 600 ocupações informais no território do DF. E a gente sobrepôs isso nesse mesmo mapa. Em cima disso, a Equipe Técnica da Diretoria de Estudos em Regularização Fundiária, junto da Diretoria de Monitoramento Territorial fizeram um exercício bastante extenso de estudar a aptidão da área, ver quais eram as características daquela área, se aquela área era urbana, tinha mais características urbanas, já tinha uma dinâmica urbana, ou se já tinha mais características rurais, ainda não tinha características rurais. E a partir disso, começaram a ser discutidas as possibilidades tanto de regularização quanto da atualização do zoneamento. E aí foi daí que veio esse zoneamento. Agora claro, isso foi a base. A partir disso, outros elementos, porque aí isso foi o primeiro momento, a gente partiu dessa restrição, eu acho que eu até respondo aqui agora um comentário que o Dênio fez, no início da primeira reunião de macrotema, dia 29 de março, lá no Colégio Elefante Branco, você colocou que o desenho do macrozoneamento deveria partir das restrições

ambientais. Eu não tive a oportunidade de falar isso naquela data, mas estou falando agora. Ele partiu das restrições ambientais. Eu tenho 101% de segurança para falar isso, porque fui eu que conduzi a equipe nesse estudo, que foi feito pela equipe da Talita. Então, em cima desse desenho, desse mapa de restrições ambientais, isso foi feito. Agora claro, a partir desse desenho, outros aspectos técnicos foram sobrepostos, como por exemplo, a gente teve reunião com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, onde lá eles são os responsáveis pela política setorial de economia, onde eles têm a previsão das áreas econômicas, as áreas que o PDOT inclusive não tinha identificado no plano diretor atual, mas que eles já tinham monitorado que deveria ter esse fomento ao desenvolvimento econômico. Ai tinha a questão da Secretaria de Mobilidade, que desde outubro, vamos assim dizer, depois que a gente teve a segunda audiência pública, a Miriam virou um contato frequente nas nossas agendas, a gente veio conversando com ela com frequência, tanto para alinhamento dos procedimentos administrativos, logísticos da revisão do PDTU, quanto da questão técnica. A gente foi discutindo isso e sobrepondo a essa ideia de zoneamento, em cima desse mapa de restrições, em cima de dados técnicos das outras temáticas, em cima do zoneamento atual e fazendo esse desenho do zoneamento. Eu trago isso no sentido de que foi uma base considerada, a gente discutiu ali a interpretação, o que seria cada um daqueles riscos que o ZEE traz, para em cima disso definir, olha, aqui, por mais que já tenha ocupação, isso não tem como entrar na área de regularização, aqui não tem como puxar a macrozona urbana. Aqui já tem, aqui já tem uma área urbana consolidada, uma área com características urbanas consolidadas, aqui não existe mais característica rural, hoje está dentro da zona rural, não existe um veto a ocupação pela norma ambiental, não existe um veto pelos documentos CPRM, que é o Serviço Geológico Brasileiro, não existe um risco muito alto dentro dos riscos do ZEE. Então, dentro disso, vamos trazer. Agora, claro, cada equipe, dentro de sua expertise, trouxe, dentro de seus textos técnicos, os critérios que lhe foram orientadores. Então, você encontra tudo isso dentro do documento. Lá na parte do macrozoneamento, colocaram os critérios elencados, lá dentro da área de regularização, a equipe traz ali todos os elementos elencados, e tudo isso eu entendo que se reflete em uma proposta final que vem, o que eu quero dizer, que vem de muitas camadas, de muitos dados técnicos que foram sobrepostos. Realmente, ao ver o produto final, isso possa não ficar muito claro. Mas uma coisa que eu estava aqui no celular, quando a gente está aqui no celular, é sempre eu perguntando, 'Ei, Talita, isso aqui a gente conversou assim, assim, assado, tal data, certo?' Ela assim, Pedro, isso aqui foi assim, né? Felipe, para poder falar aqui e não cometer nenhum equívoco na minha fala. Já mandei, já falei aqui com o Pedro e com a Talita, para que a gente deixe mais detalhado, numa próxima versão, já pedi que eles elaborem aqui uma próxima versão do texto de macrozoneamento e complemento deixando ainda mais detalhado esse reflexo dos riscos, porque a gente entende que é muito importante, a gente já discutiu isso muitas vezes, uma pessoa que não participou diretamente dessas discussões, mas que sempre que possível participava, está aqui do meu lado, que tem basicamente os anexos do ZEE todos decorados na ponta da língua, não me deixa mentir. Mas o que eu posso te dizer, assim, e acho importante, depois da sua colocação, é que, é claro, a gente não consegue contemplar todos os critérios que a gente gostaria, mas tudo aquilo que a gente escolhe, entre isso e isso, existe essa questão ambiental que é mais alarmante. Então vamos respeitar isso aqui, tudo isso a gente buscou ter esse respeito e eu coloco aqui a minha responsabilidade de melhorar esse texto, inclusive te convido, se você quiser trazer alguma

contribuição em texto e tal, eu estou 101% aberto para receber isso, a gente discute, a gente marca uma reunião, você vem aqui rapidinho, a gente vai lá e a gente fecha uma complementação desse texto. Assim, vou ter o maior prazer de ter esse diálogo contigo. Com relação ao orçamento, a gente teve muita discussão com o pessoal do desenvolvimento econômico também e algumas reuniões pontuais com o pessoal do planejamento. Com relação ao orçamento, a previsão orçamentária, que eu acho que foi a Maria Silva também que trouxe esse ponto. A gente já chegou a conversar algumas vezes disso ainda no ano passado, mas no começo do ano a gente teve algumas conversas com o pessoal da SEPLAD, lá envolvida na LOA, no PPA. Eu busquei entender com eles mais ou menos como era a engrenagem para isso. Existe um setor aqui na SEDUH também que faz o acompanhamento da aplicação disso. Eu, inclusive, sou um dos técnicos dentro da SEDUH que responde. Por exemplo, dentro da LOA o que estava previsto para a SEDUH? Dentro do PPA o que estava previsto para a SEDUH? O que foi implementado? O que não foi? Quantos por cento? Até quando tantos por cento? Se atrasou a justificativa? Como eu faço essa resposta, visto que a unidade que eu chefiar hoje é responsável pela implementação do PDOT, a gente teve essa discussão e buscou trazer um dispositivo dentro do plano diretor para que fosse mantido essa previsão, para que houvesse uma articulação mínima, mas realmente, dentro até das conversas que a gente teve com as outras pastas, entenderam que era melhor que isso fosse detalhado dentro de uma regulamentação. Então, por isso, a gente traz, mas, claro, a gente pode sempre reiniciar e prolongar essa discussão. Mas isso não foi um assunto deixado de lado ou que passou, inclusive, foi objeto, se eu não me engano, item 13 da recomendação número 7 do Ministério Público, que eu respondi no mês de maio, questionava isso e lá eu coloquei na minha resposta essa previsão, acho que o Dênio deve lembrar também. Com relação à questão, acho que foi o Dálio que colocou a questão da comissão de monitoramento, não é, Dálio? Eu não vou lembrar de cabeça, eu acho que é CGPT. Dentro, a minuta do PDOT prevê, inclusive, uma das cabeças proponentes disso está sentada aqui na minha frente, uma comissão para acompanhar mais de perto, para além do CONPLAN, a implementação do PDOT. Algo nos moldes do atual CGP que acompanha o processo de revisão. Então, foi proposta a Comissão de Gestão Territorial de Planejamento. Que é uma comissão, Dálio, que é uma comissão mais abrangente, em termos, inclusive, de representação popular, responsável por acompanhar a implementação do PDOT. E aí existe uma previsão, né? Representando a sociedade civil organizada, existe uma previsão de que ela acompanhe, se manifeste quanto a novos empreendimentos, se manifeste quanto às pautas. Que o CONPLAN já se manifesta, mas também quanto a outros procedimentos que não são objeto de análise do CONPLAN. Agora, claro, a gente pensou o macro disso dentro da minuta do plano diretor. E aí, eu lembro até que, acho que foi o Guilherme Jaganu que me questionou, ah, mas como que vai ser feita a seleção? Mas precisa de CNPJ? Eu, não, Jaganu, esses já são detalhes que são da regulamentação, esse já é procedimento. Mas essa questão que você está trazendo, eu acho que já se enquadra dentro do que você trouxe, já se enquadra aqui dentro da CGPT, está certo? E que é, inclusive, eu acho que eu já posso, a Juliana não está aqui, mas eu acho que eu já posso adiantar que publicado o Plano Diretor, é por onde a gente, a diretoria cujo Antônio é chefe hoje, é a diretoria responsável por executar a implementação do plano diretor. O que não é política setorial, que é geral do plano diretor, a diretoria dele, a gente já, inclusive, começou a conversar sobre a regulamentação disso. Começar a regulamentação do plano diretor por meio dessa CGPT, que é a comissão que vai

acompanhar ali, de fato, fiscalizar, acompanhar, monitorar, essa é a palavra, monitorar a implementação do Plano Diretor. Então, eu acho que essa contribuição que você trouxe, esse aspecto que você trouxe, que é extremamente importante e que vai de acordo com os princípios que a gente elencou desde lá de 2019, na verdade, desde 2018, quando iniciaram os seminários internos para a discussão do PDOT, se reflete nessa intenção de trazer essa participação como fiscalizadora e agente de monitoramento da implementação do plano. Está bem? Com relação à questão que o Santarosa trouxe, lá onde foi adicionada, Santarosa, as zonas urbanas e rurais na provisão habitacional. De fato, gera um estranhamento, mas isso foi uma atualização especialmente, uma inclusão especialmente, para que a política do DF se alinhe à política urbana federal. O Ministério das Cidades conduz a política urbana federal e dentro das diretrizes do Ministério das Cidades, dos programas de diretrizes do Ministério das Cidades, tem um programa muito famoso que acho que todos vocês conhecem, que é o programa Minha Casa, Minha Vida. E o programa Minha Casa, Minha Vida tem duas vertentes, o programa Minha Casa, Minha Vida e o programa Minha Casa, Minha Vida Rural. Porque lá dentro, inclusive, da portaria, acho que é número 15, não sei se estou enganado, publicado em fevereiro de 2023, assim que a atual gestão federal tomou posse, eles trazem os princípios e as principais diretrizes para a renovação e continuidade do programa Minha Casa, Minha Vida. E um dos eixos prioritários é a provisão de moradia popular nas zonas rurais. E a gente não tinha, dentro do plano diretor, isso detalhado de forma clara. E aí essa inserção é para atender para que o plano diretor, como deve ser feito por lei, se alinhe à política federal. A política federal prevê a provisão habitacional em área rural e é por isso que o plano diretor previu isso. Agora, claro, como essa provisão habitacional será feita, a gente tem as diretrizes do capítulo da política ambiental, da provisão de moradia digna, que dentro contém a estratégia de provisão habitacional, lá no plano diretor. Se eu não me engano, é o terceiro capítulo da parte de estratégias, do PDOT, do título de estratégias, que traz diretrizes. A gente tem a política distrital de habitação, que foi inclusive objeto de um processo de revisão recente com a nossa equipe técnica participando aqui. E uma grande discussão disso, da atualização da política habitacional distrital, foi trazer diretrizes, trazer programas, trazer algo para a provisão habitacional na área rural para se adequar ao alinhamento do que era a diretriz do programa Minha Casa Minha Vida, que foi atualizada lá em fevereiro de 2023. O plano diretor vai trazer todos os detalhes, todos os procedimentos para como isso vai ser implementado na zona rural? Não. Isso é objeto de regulamentação, até porque é um caso mais específico que depende de um alinhamento também com outras normas distritais que precisam inclusive ser consultadas após o plano diretor. Agora, claro, o plano diretor não pode se eximir de trazer uma questão que foi prevista pela regulamentação federal. Isso deixaria o plano diretor em desacordo com o que a política federal prevê. Só para fazer registro dessa questão. Com relação ao condomínio rural, isso foi uma questão apresentada e discutida no âmbito da Câmara Temática do Plano Diretor, no âmbito do CONPLAN. E aí, claro, as questões, as discussões, os aspectos técnicos trazidos pelos técnicos que discutiram, pelos participantes da Câmara Temática que discutiram essa proposta podem ser, inclusive, disponibilizados para vocês porque são objetos de ata, inclusive por membros participantes do CGP que defenderam essa opinião, essa proposta. Mas o que eu posso destacar é ter sido elencado o respeito ao módulo mínimo rural. Isso está muito claro dentro da redação do plano diretor. E a questão de 1,5 habitações por hectare. Isso implica o quê? Que qualquer ocupação na zona rural que se registre com esse título de condomínio rural não vai

poder ter um parcelamento com características urbanas. Porque qualquer parcelamento que indique características urbanas vai ter mais do que 1,5 habitações por hectare. Por que 1,5 habitações por hectare? Porque isso implica para os dois hectares, que é o módulo mínimo, as três edificações dentro do módulo mínimo de dois hectares, que é um dispositivo, inclusive, previsto por outras regulamentações que têm outras normas, que trazem diretrizes para o ordenamento do território rural, inclusive no Distrito Federal. Então, duas coisas que a gente se ateve a trazer. O artigo, como foi apresentado na Câmara Temática do CONPLAN, trazia mais previsões, inclusive, mais diretrizes que a gente entendeu não serem coerentes com o ordenamento do território rural, não serem coerentes com os princípios e entendimentos e estudos técnicos que a gente já tinha feito. Então entendemos ter de forma objetiva esse respeito ao módulo mínimo rural e ter essa faixa, esse quantitativo de 1,5 habitações por hectare para que pudesse atender as três edificações dentro do módulo mínimo. Com relação às APM, a gente teve, acho que foi o Marcelo, o Santarosa que também trouxe isso, mas acho que quem trouxe a questão primariamente foi o Marcelo. Marcelo, como eu falei na nossa discussão no grupo de trabalho para debater APM, nós listamos todos os pedidos com relação à APM, tanto de expansão, quanto de redução de poligonal, quanto de criação, quanto de extinção. Todos os pedidos de APM que nós recebemos a gente inseriu no processo e encaminhou, inclusive estava presente o representante da CAESB na data, encaminhamos para a CAESB, para a manifestação. Depois disso, a gente recebeu mais um quantitativo de pedidos com relação à APM por meio das ferramentas que foram disponibilizadas virtualmente e na semana passada a gente se debruçou sobre as contribuições recepcionadas dentro do período de convocação da audiência pública e vieram mais contribuições relacionadas à APM. O que nós discutimos inicialmente quando a gente começou essa discussão sobre as áreas de proteção de manancial? É que o objetivo basilar das áreas de proteção de manancial são a proteção de uma área que vai implicar na captação de água para o manancial de abastecimento público. Então, uma coisa que nós entendemos é que é importante, para não dizer necessário, a manifestação da concessionária. Eu, enquanto SEDUH, posso trazer e devo trazer dentro do plano diretor a previsão das APM. Tanto que, na primeira manifestação que encaminhamos à CAESB, nós informamos que não haja uma manifestação contrária, as 26 APM então previstas serão mantidas. Por quê? Porque no plano diretor atual houve uma consulta, houve um debate técnico em que se entendeu, por parte da concessionária, ao entendimento de que todas essas 26 áreas contribuem para o escoamento para a área de captação do manancial de abastecimento público. Outra coisa que nós também fizemos e informamos isso foi o rebatimento das áreas de proteção de manancial vigentes no PDOT, sobre as zonas de proteção de manancial definidas nos planos de manejo das áreas de preservação. E aí, o Pedro pode me confirmar, ou a Talita, acho que quase todas têm o rebatimento, as ZPM sobre as APM, e que isso já estaria contemplado, porque isso foi um objeto de discussão dentro desse GT, até o Pedro Braga, acho que deve lembrar dessa discussão, vamos pegar todas as áreas que são ZPM e onde não tiver APM, a gente faz a criação das APM. A gente fez esse rebatimento, eu lembro que no mesmo dia após a reunião, identificamos que as áreas de ZPM estão total ou parcialmente contempladas por APM no PDOT vigente. Duas? Duas ou três, isso. E aí, as áreas duas ou três não contempladas, certo? São objeto de pedido de criação de novas APM. Então, o que a gente fez? A cada conjunto de contribuições que a gente recebeu, a gente destruiu o processo e foi adicionando nesse mesmo processo encaminhando,

solicitando a CAESB. A CAESB chegou a conversar com a gente em uma reunião pedindo considerações, pedindo encaminhamentos com relação às propostas criadas. Algumas propostas que eles entenderam que eram viáveis, outras que eles achavam que precisariam estudar melhor. Chegaram a nos mostrar alguns esboços de poligonais, entretanto, não nos foi encaminhada uma resposta formal. E aí, até a presente data, eu ainda não abri o meu SEI hoje, porque eu cheguei e já vim direto para cá. Mas, até ontem, a gente não tinha recebido essa resposta da CAESB, mesmo na semana passada. Na semana passada, eu encaminhei mais um pedido cobrando uma resposta para que isso já fosse encaminhado. Primeiro, dentro da minuta ser enviada para a Câmara Técnica do CONPLAN, Câmara Temática do CONPLAN, depois para o próprio CONPLAN. Entendendo que já havia um alinhamento técnico com base no que a gente conversou no nosso grupo de trabalho, favorável à criação dessas APM, e muitas manifestações populares, inclusive, também contribuindo. Essas manifestações, inclusive, a gente salvou, colocou em PDF, que só o processo também encaminhou para a CAESB. Então, assim, do ponto de vista da equipe técnica da SEDUH, a equipe técnica da SEDUH entende o aspecto positivo da criação de novas APM nos locais entendidos, agora, claro, mediante a manifestação da expertise técnica do órgão de saneamento, que é quem tem a competência para dizer, aqui deve ter uma captação ou atual ou futura, que é o objeto para a criação da APM. A outra questão que eu gostaria de trazer, com relação ainda às APM, que acho que essa foi a Santarosa que trouxe. Santarosa, com relação a mim, Mário, e falando pela equipe técnica pela qual eu respondo, a questão do dispositivo para autorização do parcelamento em APM em área rural foi trazido em uma discussão com técnicos, nenhuma chefia que responda pelo órgão, com técnicos em uma reunião aqui na secretaria e depois discutido dentro do grupo de trabalho de APM em reuniões que inclusive você participou. Eu, Mário, não tenho conhecimento, tomei conhecimento agora desse aspecto que você trouxe, de um presidente de um órgão traduzir essa questão. Com relação a mim e das discussões que eu participei, esse tema me surgiu em uma reunião com técnico de um órgão, inclusive debatido tecnicamente nessa reunião e depois as justificativas foram apresentadas pelos próprios técnicos que apresentaram isso nas reuniões. Inclusive as atas estão disponíveis, as atas estão disponíveis e na ata constam lá, porque eu revisei as atas antes de subir no site, atendendo inclusive ao pedido do Ministério Público, e estão lá os aspectos e o porquê que representantes de dois órgãos específicos apresentaram essa sugestão de que se tivesse o parcelamento de APM respeitando ao módulo mínimo em área rural. Com relação a macrozona de proteção integral, Pedro, eu posso trazer para você que a gente pode novamente sentar para discutir isso. Eu tive uma reunião com o Marco João, da Superintendência de Unidade de Conservação, e apresentei alguns aspectos para ele no sentido de que quando a gente estava fazendo o cruzamento dos shapes, dos mapas georreferenciados, da proposta de macrozoneamento, a gente estava fazendo detalhamento desse macrozoneamento, e aí a gente identificou esse cruzamento da macrozona de proteção integral de algumas áreas de proteção integral, unidades de conservação de proteção integral com lotes registrados. E aí a gente debateu, foi na sexta-feira, passada ou retrasada, não lembro mais agora com exatidão, a gente debateu, olha, o que acontece? Em termos de gestão do território, se eu tenho lotes que estão registrados ou que estão em processo cartorial dentro da macrozona de proteção integral, eu veto diversos procedimentos para aquele lote. Então, existem procedimentos que são direitos por lei à pessoa que já é legítimo ocupante que, se eu defino a área como macrozona de proteção integral, é um

caso que acontece, inclusive, a gente viu no Lago Sul e Taguatinga. Cria-se um conflito normativo entre dois dispositivos, entre o dispositivo urbanístico, que é o plano diretor trazendo ali a macrozona de proteção integral, a regulamentação da área enquanto macrozona de proteção integral, e um procedimento cartorial que é direito do legítimo ocupante. Então, eu liguei para o Marcos na hora que a gente viu isso, perguntei para ele quais são as implicações disso acontecer. Do ponto de vista urbanístico, eu tenho, de cara, eu vejo tais aspectos. Ele me trouxe também os aspectos dele e eu falei, olha, como que a gente resolve isso? A gente pode fazer alguma ressalva dentro do dispositivo da macrozona de proteção integral? É, pode ser uma possibilidade. E aí nós ficamos uma tarde no telefone, mandando mensagem um para o outro, ligando um para o outro, eu, ele, a Talita aqui, a equipe da Talita com a Juliana, vendo qual seria a melhor forma de trazer essa previsão para que a gente continuasse trazendo o respeito, o atendimento ao zoneamento que a legislação ambiental prevê, mas que também não criasse dentro do Plano Diretor um empecilho aos procedimentos urbanísticos, que seria o que ocorreria se a gente não tivesse um macrozoneamento dessa forma. Naquele momento, acordamos todos, não foi nem acordamos, entendemos todos que uma solução seria trazer esse reconhecimento das unidades de conservação, de proteção integral de posse e domínio público, dentro da macrozona de proteção integral, e o que não fosse posse e domínio público, a gente traria dentro das áreas de importância ambiental, que é uma figura que o plano diretor já traz, considerando que a macrozona de proteção integral traz aí, acho que isso até responde a uma questão que o Fábio trouxe lá no começo, que o objetivo da macrozona de proteção integral dentro do PDOT é trazer uma macrozona que tem essencialmente o veto à ocupação. Não vou admitir aqui ocupação de qualquer natureza, seja característica urbana, seja característica rural. Entretanto, eu tenho unidades de conservação de proteção integral que não são de domínio público, mas que têm lotes registrados, ainda que não se autorize a criação de novos lotes registrados lá dentro, mas existem lotes registrados ali. Então, como que isso foi uma coisa que todos nós levantamos, mas isso vai ficar desprotegido. Entretanto, todos os procedimentos de licenciamento, de parcelamento, de aprovação de projetos e os dispositivos que o próprio plano diretor já traz demandam ali a observação da legislação ambiental. Então, o que nós entendemos é que em razão do que todos esses outros dispositivos trazem, a gente não criaria um conflito para qualquer procedimento urbanístico dentro desses lotes registrados na unidade de conservação e proteção integral, mas isso não autorizaria a criação de qualquer outro tipo de parcelamento, por exemplo, dentro dessas unidades, uma vez que todos os procedimentos de parcelamento, de licenciamento, de regularização devem observar a norma ambiental porque todas as normas trazem esse dispositivo e também porque o próprio plano diretor diz que para todos esses procedimentos deve ser observada a norma ambiental. Isso é a melhor solução? Aí existem diversas opiniões, inclusive dentro da equipe técnica, mas naquele momento foi o que nós entendemos. Agora, claro, não ficando convencido ou me apontando qualquer outro aspecto que gere uma lacuna para a ocupação dessas áreas que o objetivo da macrozona e proteção integral é essencialmente esse. É um dispositivo dentro da norma de ordenamento territorial que veste a ocupação numa área de proteção integral. Existindo qualquer outro dispositivo, outra lacuna, outra previsão, outra prerrogativa, jurisprudência que permita a ocupação dessas áreas com característica urbana ou rural, aí eu gostaria de tomar conhecimento porque dentro das discussões que a gente teve nós não identificamos uma possibilidade disso acontecer, de se registrar, por exemplo, um novo lote

dentro de uma unidade de conservação e proteção integral, mas eu tenho muito reconhecimento, admiração da sua expertise de anos dentro da política ambiental, pode ser que você tenha algum conhecimento de alguma lacuna que permita isso, e eu estou completamente à disposição para você colocar e a gente discutir novamente e fazer uma atualização desse dispositivo o quanto antes porque o nosso objetivo é que essas áreas não sejam ocupadas. Foi inclusive o objetivo das discussões que a gente teve foi até com você, inclusive um dia que a gente sentou aqui na lateral antes de começar a reunião de APM, não sei se você lembra, de que a gente transformasse algumas unidades de conservação que são de uso sustentável mas de posse de domínio público e incluísse dentro da macrozona de proteção integral também, que foi o que a gente fez com as áreas 1 e 3 da Flona, 1 e 4, eu não decorei agora qual é qual, mas a gente trouxe inclusive áreas da Flona que é a unidade de conservação de uso sustentável mas de posse de domínio público para dentro da macrozona de proteção integral com essa mesma perspectiva. Agora, claro, se existir alguma lacuna que permita a ocupação disso a gente revê sem nenhum problema. Eu faço isso assim e acabar a reunião, inclusive, mas queria só lhe trazer não só para você como para o conhecimento de todos a discussão que a gente teve por trás disso de realmente tentar discutir, a gente realmente fez o advogado do diabo como é a expressão, de tentar falar, mas se for de tal jeito, será que não consegue? Se for de tal jeito no intuito de que se essa distinção criaria ali alguma lacuna, alguma possibilidade de se ocupar, de se registrar, ocupar formalmente, claro, de se registrar algum tipo de ocupação de modo formal dentro dessas áreas". Em seguida, o Senhor **Marcelo Leonardo Benini**, CBH Maranhão-DF, considerou, acerca da resposta apresentada sobre as APM's, que o Senhor José Mário apresentou a mesma resposta nas reuniões do GTI, sendo assim, questionou se não há nenhum mecanismo para que a SEDUH possa dar um prazo para que a CAESB se manifeste a respeito dessa pauta. Em complemento a Senhora Maria Silvia Rossi, CLDF, informou que o conceito de APM era gerido pela Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), e que a SEMA não foi oficiada para se manifestar referente a criação das novas APMs. Em resposta a Senhora Elisângela A. T. Santana, representante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), informou que receberam o processo para criação da APM de Águas Emendadas, tendo a posição favorável, mas havendo a necessidade do parecer da CAESB. Ato contínuo, o Senhor **Marcos Luiz Santarosa**, CGP, pontuou as seguintes questões: "Enquanto você saiu, o Marcelo Benini levantou a questão da falta de resposta da CAESB sobre a criação de novas APM's. E, na verdade, a coisa foi muito mais grave que isso, Marcelo. Nós tivemos a presença do GT que discutiu a APM, a presença, primeiro, do presidente da CAESB, não vou dizer disfarçado, mas ele não chegou e se apresentou, apareceu um servidor novo no GTI, até olhei e falei, engraçado, esse cidadão já tem idade para estar aposentado, ainda está trabalhando até hoje, isso é bom. Aí, da outra vez, ele veio bonitinho, vestido a caráter de terno, e se apresentou. Aliás, se apresentou um pedido meu, na que ele começou a falar, sem se apresentar, eu falei, o senhor poderia, por favor, se apresentar? E os técnicos que já tinham manifestado a questão das APM's foram retirados, eles nunca mais voltaram ao GTI. Eu quero deixar registrado isso em ata. Aquilo ali teve uma coisa estranha, aquilo foi uma coisa estranha. Mas vamos lá. Mário, vamos começar pela justificativa dos rurais na provisão de habitação. Olha, você citou a questão federal, citando o programa da Minha Casa Minha Vida. Eu acho que não cabe a gente pegar isso do programa da Minha Casa Minha Vida e colocar aí, porque isso aí está abrindo a porteira do rural para amanhã falar, não,

não tem onde botar esse povo, tem que tirar eles daqui eles estão num lugar de risco, tem que tirar daqui. E a gente sabe que, olhando o mapa, tem muito mais área rural no Distrito Federal do que área urbana. E por que a gente briga tanto pela área rural? Porque o regramento da área rural é o regramento mais ambiental que tem depois das unidades de conservação, gente. É só por isso. Lá você tem controle de ocupação, você tem controle de impermeabilização de solo, que garante filtração de água, que é o grande problema do Distrito Federal. Se não for hoje, vai ser amanhã. Se não for amanhã, vai ser depois da manhã. Bom, então eu acho que isso aí, essa justificativa para mim não é suficiente. Quanto ao condomínio, Mário, como é que pode entrar uma coisa nova, sem definição, num PDOT, gente? Não faz sentido. Porque eu fui checar, falei, será que existia condomínio rural no PDOT vigente, 2009? Fui verificar, não existia. Quer dizer, isso é novo em todos os lugares. É o jabuti na árvore, não tem outra explicação. E como é que se coloca um artigo citando uma coisa e não tem definição? O que é condomínio rural? Eu chamei atenção para vocês lerem, alguém sabe me definir o que é um condomínio rural? Eu pego uma chácara e ponho um tanto de pessoas lá, ponho meus parentes todos, aí a gente tem uma cota, parte, como se fosse um edifício. Que diabo que é condomínio rural? Ou eu preciso de ter mais chacras para fazer um condomínio rural? Quer dizer, não faz sentido isso aí entrar no PDOT, conforme aí entrou. Aliás, eu acho que ele já provocaria, essa novidade já provocaria uma nova audiência pública, porque ele não apareceu na audiência pública. É novidade pura. E em relação ao parcelamento rural em APM, Mário, a única coisa que eu me lembro, eu não faltei em nenhuma reunião dos GT's, é que houve um argumento da EMATER e eu me lembro que eu me coloquei contrário, inclusive citando o exemplo lá da nossa APM do Lago Oeste, que não havia nenhum impedimento de produção por não se aumentar os habitantes naquela área e depois isso foi, passou para a decisão final dos técnicos. E aí você fala que tem argumento técnico, eu não sei que argumento técnico é esse. Eu estava aqui, eu não vi. Quanto às atas do GT, eu não lembro, teve já ata publicada do GT de APM? Está no site? Porque eu só vi do GTI. As atas das reuniões do GTI. Do GT eu nunca vi. Depois você dá uma olhada se está mesmo. E amanhã a gente volta a conversar sobre isso, porque amanhã nós temos outra reunião, não é isso? ". Em resposta, o Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, SUPLAN, informou que no dia 23 de maio, que foram colocadas no site, na página de comissões, todas as Atas das reuniões realizadas pelo CGP e GTI, até aquela data, incluindo a Ata onde estava intitulada com o tema das APM's. Após, o Senhor **Pedro Braga Netto**, representante do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IBRAM), pontuou: "Eu queria te colocar o seguinte. O próprio João, o Márcio João, me colocou ontem nessa conversa que vocês tiveram, até fazendo menção, deu um BO para o Mário. O BO, parece que ele não entendeu bem da conversa que vocês tiveram as implicações dessa discussão. O que eu queria colocar com clareza, mais uma vez, é que é o seguinte. Se a gente utiliza o conceito de unidade de proteção integral, vamos mapear todas. Não é você que vai dizer se o monumento natural ou o refúgio de vida silvestre tem alguma característica que não seja de proteção integral ou não. Isso vem do Sistema Nacional de Unidade de Conservação, corroborado pelo Sistema Distrital de Unidade de Conservação. E eu esclareci para você, as unidades que existem, propriedades particulares que existem, porventura, no monumento ou no refúgio, elas estão lá antes da criação da própria unidade. A partir da criação da unidade, não se admite mais. Outra questão que é simples entender. Sempre que há sobreposição de normas no mesmo espaço territorial, prevalece sempre a norma mais restritiva. Então, em monumento natural, não é

admitido parcelamento novo. Em refúgio, não é admitido. Então, desencane com a questão de ter alguma coisa com registro lá. Segundo argumento. A própria unidade de conservação, ela deve ser objeto de registro imobiliário, como unidade imobiliária. Infelizmente, viu, Mário, aqui no Distrito Federal, a Terracap não nos ajuda nisso. Ela se diz dona das terras, ela não faz o registro e ficam nossas unidades de conservação sem registro. Mas elas têm que ter registro imobiliário. Então, isso não é impedimento para absolutamente nada. Então, vamos ao seguinte. Vamos adotar o que? Qual o conceito? O ICMBio parece que prefere o nome proteção ambiental. Não tem nada contra. O Ibram prefere o nome conservação ambiental, macrozona de conservação ambiental, que vem lá de 2007. E é mais abrangente, porque o termo que se utiliza é conservação da natureza. São unidades de conservação da natureza. Esse é o termo, é conservação da natureza. Macrozona de proteção ambiental fica confundindo lá com APA, Área de Proteção Ambiental. Mas eu não estou preocupado com o nome. Pode até ser proteção integral, desde que coloque, como a gente falou, além das unidades de proteção integral, aquelas de posse e domínio público. Aí vocês cederam parcialmente para a Flona III. Aliás, curiosamente, o desenho da Flona III é o desenho que a gente está trabalhando para recriá-la como unidade distrital. Vai ser um parque distrital. Curiosamente, está lá, toda recortadinha, bonitinha lá no desenho de vocês. Tudo bem, nada contra. Mas já vamos pegar esse embalo, então, que estão admitindo Flona III na proteção integral, e vamos botar os parques ecológicos, que são de posse e domínio público. Aí, dentro desse conceito de vocês, ali não admite ocupação, nem urbana, nem rural. Então, vamos acertar o conceito definitivamente. Entendeu? Então, coloque na cabeça essa história, esse argumento, porque tem registro não, vai ter registro, inclusive, da própria unidade de conservação. É isso que a gente quer, que todas elas sejam registradas e conste lá no cartório. Essa unidade imobiliária é destinada à proteção integral da natureza. Entendeu? Não é nem unidade rural, nem unidade urbana. Apesar de um sistema distrital, ou melhor, federal também, toda unidade de conservação e proteção integral para efeitos legais é considerada rural. Está lá. Então, não vamos misturar as coisas, não. Vamos simplificar e botar um macrozoneamento que expresse o quê? Onde a gente pode fazer parcelamento rural, onde a gente possa fazer parcelamento urbano e onde a gente não possa fazer nem parcelamento urbano, nem rural, porque a área é destinada à conservação ambiental. Será que eu fui claro? Bem, então é isso". Prontamente, o Senhor o Senhor **José Mário Pacheco Júnior**, informou que esse ponto havia sido abordado anteriormente o qual foi debatido sobre o parágrafo específico na norma de regularização fundiária distrital que cita os parques ecológicos justamente por eles serem posto em domínio público e não contabilizarem dentro da regularização, mesmo sendo o sustentável. Posteriormente a Senhora Ivelise Longhi, representante do Conselho de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Estratégico do Distrito Federal (CODESE/DF), parabenizou o avanço da questão ambiental no Plano Diretor, mostrando para a sociedade a preocupação que tem que ser ter quando se define cidades com a questão ambiental. Seguidamente, a Senhora **Maria Silvia Rossi**, CLDF, fez as seguintes inferências: "Dois pontos que eu queria abordar. A importância da governança compartilhada, Juliana. Veja, em que pese a gente tem um esforço muito grande da área técnica da SEDUH e eu também me somo aos demais, porque é um esforço de fôlego. E a gente tem que reconhecer isso. A questão não é uma crítica à equipe técnica. A nossa questão é, a gente tem exemplos de gestão compartilhada na elaboração. O zoneamento ecológico-econômico teve uma coordenação técnica do começo ao fim envolvendo quatro secretarias. A SEMA, a SEDUH, a

SEAGRI e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Por que as quatro secretarias? Porque elas poderiam puxar todos os planos setoriais, toda a legislação federal e compartilhar e compatibilizar do distrital e federal. No caso da SEDUH, foi feita uma outra opção de ser uma coordenação e um trabalho exclusivamente da SEDUH. E isso trouxe fragilidades. Trouxe fragilidades porque os gestores das políticas distritais, transversais como área ambiental ou setoriais, não participaram dessa elaboração dos grupos de vocês. Houve consultas, mas a gênese da formulação da atualização do plano foi interna da SEDUH. Então, quando a gente traz essas questões, como o Pedro trouxe, como vários trouxeram, como a Ivelise trouxe também, da necessidade de considerar os outros planos. A Ivelise até falou assim, esse é um plano, mas tem outros que têm que ser considerados. Como tem outros órgãos, gestores de planejamento, que elaboram, é muito importante que eles estejam dentro desse processo de gênese da atualização. Eu acho que a fala da Ivelise nesse sentido corrobora nessa importância de reiterar a importância dessa governança compartilhada do observatório, do CGP e das outras questões. Então, nesse aspecto, eu queria reforçar isso. A coordenação da SEDUH, mas precisa que as equipes técnicas se integrem de maneira mais orgânica e não serem consultadas só pelo seio, por uma reunião presencial com tal ou qual técnico. Porque aí a gente consegue dirimir dúvidas conceituais que áreas técnicas de planejamento de outras secretarias estão trabalhando há décadas e estão claras, e articular com o federal quando precisa etc. Então, esse é um ponto que eu queria reiterar da importância desse desenho de governança e chamar a atenção para a Câmara Técnica, que chegou a propor nos dispositivos finais a importância de atualizar também a composição do CONPLAN. Tem, inclusive, a proposta de ter as comissões de desenvolvimento locais, das RA's, e extrair dali sete para poder criar sete vagas no CONPLAN em que a gente tenha esse rodízio mais próximo do que é a gestão na implementação do PDOT. Eu queria resgatar esse ponto. A gente precisa aprofundar a nossa governança compartilhada. Ela é importante, ela nos dá segurança no monitoramento e na construção da próxima revisão, conforme foi dito aqui. O segundo ponto do orçamento, o que a gente está falando, não é só da relação com a Secretaria de Orçamento, porque a Secretaria de Orçamento e de Planejamento também deveria estar organicamente ligada com as outras áreas formuladoras das políticas, que são as outras secretarias. O que a gente está falando, por exemplo, é de um esforço que teve em algumas gestões atrás do governo em que a gente queria marcações no PDOT, a área ambiental sugeriu, tivesse tags no orçamento. Uma tag que a gente queria era água. Dois, três governos atrás, não lembro exatamente quando foi. Posso resgatar o material e mandar para vocês. A gente queria uma tag de água. Por quê? Quanto de investimento em infraestrutura, quanto de regularização fundiária em área de desconto de dinheiro de unidade de conservação em área de produção hídrica. A gente queria essa tag no orçamento para entender se, de fato, a gente está priorizando essa estratégia, que deveria estar no PDOT e que está nos dispositivos ambientais, nos planos das unidades de conservação, para que isso se materializasse no território. Quando a gente está falando do orçamento, orientar, é ter essas marcações no orçamento com base nas estratégias do PDOT. Então, não adianta ter, e aí, Mário, eu queria me somar ao esforço que vocês fazem para dar um passo além. Não basta saber o orçamento da SEDUH, tem que saber, na LOA, o orçamento para a estratégia tal do PDOT. Aí a gente começa a falar direito do que é a realidade do território e não só do orçamento para tal ou qual instituição. Então, eu queria me somar a esforço de vocês para que a gente qualifique também com alguns contornos na lei de como tem

que ser feita essa orientação. Onde vai estar disposto no PDOT, dizendo como o PDOT orienta o orçamento. Com alguns contornos gerais. Alguns artigos que possam nos orientar nesse sentido que eu estou sentindo que pode ser um espaço que vocês estão abrindo, para a gente qualificar a minuta também nesse aspecto, sem incorrer no atropelo de dizer qual item vai ser assim. E aí vai para a regulamentação específica. Mas é importante ter na minuta diretrizes que vão gerar esse contorno de como essa regulamentação pode nos ajudar. Obrigada! ". Ato seguinte, passou-se ao Item 2. Assuntos Gerais: Não havendo assuntos a serem tratados, seguiu-se ao item 3. Encerramento: Não havendo mais deliberações, a Subsecretária Políticas e Planejamento Urbano (SUPLAN) da Secretaria de Estado de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal (SEDUH), Senhora **Juliana Machado Coelho**, declarou encerrada a 12ª Reunião Extraordinária do Comitê de Gestão Participativa (CGP) e a 12ª Reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI), realizada de forma conjunta, agradecendo a presença e a participação de todos.

Membros do Comitê de Gestão Participativa (CGP): **JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR**, Titular – SUPLAN; **ANTÔNIO MAYCON MARTINS**, Suplente – SUPLAN; **MARIA HELENA FROZ GOMES** - SCUB; **LUCAS SANTANA SIGWALT** – SUPAR; **MARCOS LUIZ SANTAROSA** – ASPROESTE; **MARIA ESTELA CAVALCANTE PARAGUASSU DE OLIVEIRA** - ASPROESTE; **ADALBERTO FERREIRA DE PAULA CARVALHO** – ASSOLIM; **JOÃO GILBERTO DE CARVALHO ACCIOLY** – SINDUSCON/DF.

Membros do Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI): **JOSÉ MÁRIO PACHECO JÚNIOR**, Titular – SUPLAN; **ANTÔNIO MAYCON MARTINS**, Suplente – SUPLAN; **AMORA DE ANDRADE MACHADO** – SUPLAN; **ANDRÉ BELLO** – SUPLAN; **CRISTINA MARIA CORREA DE MELLO FLORÊNCIO** – SUPLAN; **CRISTINA GOMES FERREIRA GUSMÃO** – SUPLAN; **DANIELLE LIMA FONSECA** – SUPLAN; **DOMINIQUE CORTÊS DE LIMA** – SUPLAN; **FABIANA LEMOS GONÇALVES** – SUPLAN; **FELIPE SOUZA LIMA** – SUPLAN; **GABRIEL RIBEIRO COUTO** – SUPLAN; **GISELE ARROBAS MANCINI** – SUPLAN; **JESSICA SOUSA DUARTE** – SUPLAN; **JULIANA CARVALHO MENDES OZELIM** – SUPLAN; **LUCAS DE OLIVEIRA XAVIER** – SUPLAN; **LUCIANA DE SOUZA CARVALHO** – SUPLAN; **MANUELLA DE CARVALHO COELHO** – SUPLAN; **MARCUS VINICIUS DE CARVALHO ROCHA** – SUPLAN; **PEDRO MARCELO DE SOUSA FERREIRA** – SUPLAN; **RUBENS DO AMARAL** – SUPLAN; **RUBENS RODRIGUES VARGAS** – SUPLAN; **SÍLVIA BORGES DE LÁZARI** – SUPLAN; **TALITA ALVES MORAES E RABELO** – SUPLAN; **TELMO MANUEL VARANDA DOMINGUES** – SUPLAN; **SCYLLA WATANABE** – SCUB; **LUCAS SANTANA SIGWALT** – SUPAR; **LITZ MARY LIMA BAINY** – UNTEC; **SÉRGIO PEREIRA MATTOS** – SEAGRI; **DIOGO SANTOS DE PAULA** – SEEC; **DÁLIO RIBEIRO DE MENDONÇA FILHO** – SEMA; **ELISÂNGELA A. T. SANTANA** – SEMA; **TERESA CRISTINA C. ESMERALDO DE OLIVEIRA** – SEMA; **ANDREIA AUGUSTA DE SOUSA SANTOS** – SECEC; **ALEXANDRE SAUMA DA SILVA** – IBRAM; **PEDRO BRAGA NETTO** – IBRAM; **GIULLIANO MAGALHÃES PENATTI** – TERRACAP; **ISABEL CABRAL ALENCAR** – TERRACAP; **LÍCIA MASCARENHAS BRAGA** – TERRACAP; **THEMIS MARINHO DA SILVA** – TERRACAP; **WENCESLAU BILU RODRIGUES NETO** – TERRACAP; **BRUNA GONÇALVES RODRIGUES** – CEB; **GABRIELA ELIAS CAMOLESI** – CODHAB; **MARCELA ZAGO VILELA** – CODHAB; **ALEXANDRE HENRIQUE SILVA** – METRÔ/DF.

Convidados autorizados a participar: **MARCELO LEONARDO BENINI** – CBH Maranhão-DF; **FÁBIO DOS SANTOS MIRANDA** – ICMBio; **VERUSCA MARIA PESSOA CAVALCANTE** – ICMBio.

JULIANA MACHADO COELHO

Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano (Suplan)

Secretaria de Estado de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal (Seduh)



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA MACHADO COELHO - Matr.0126694-2, Subsecretário(a) de Políticas e Planejamento Urbano**, em 25/07/2025, às 12:03, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **176963835** código CRC= **B94E8E7D**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

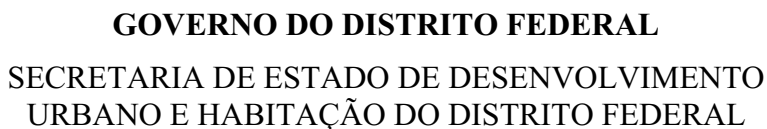
Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br

00390-00004650/2020-11

Doc. SEI/GDF 176963835



Brasília-DF, 26 de maio de 2023.

Maio	30	Terça-feira	Direito à cidade , Moradia e Habitação	Local: Auditório da SEDUH - Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A - Edifício Number One - Asa Norte - 18º Andar. Horário: das 19h às 22h.
	3	Sábado	Paranoá	Local: Colégio CAIC Santa Paulina. Horário: das 09h às 12h.
Junho	6	Terça-feira	Cruzeiro	Local: Centro Educacional 02 do Cruzeiro - SHCES Quadra 85 lote 02 S/N. Horário: das 19h às 22h.
	14	Quarta-feira	Lago Norte	Local: Auditório do Colégio do Sol - SHIN CA 06 - Lago Norte. Horário: das 19h às 22h.
	17	Sábado	Brazlândia	Local: Auditório do Centro de Ensino Médio 01 - Area Especial 2 Setor Sul. Horário: das 09h às 12h.
	22	Quinta-feira	Construção civil, setor imobiliário, indústria e comércio	Local: Auditório da SEDUH - Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A - Edifício Number One - Asa Norte - 18º Andar. Horário: das 19h às 22h.
	24	Sábado	Gama	Local: Auditório Centro de Ensino Especial 01 do Gama -St. Central EQ 55/56. Horário: das 09h às 12h.
	27	Terça-feira	População LGBTQIAP+	Local: Auditório da SEDUH - Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A - Edifício Number One - Asa Norte - 18º Andar. Horário: das 19h às 22h.
	1	Sábado	Água Quente	Local: A definir. Horário: das 09h às 12h.
	4	Terça-feira	Núcleo Bandeirante	Local: Salão de Múltiplas Funções do Núcleo Bandeirante. Horário: das 19h às 22h.
	8	Sábado	Ceilândia	Local: Auditório da Administração Regional - QNM 13, Módulo B - Ceilândia. Horário: das 09h às 12h.

Julho	13	Quinta-feira	Comunidades tradicionais, quilombolas, ciganas e Comunidades indígenas	Local: Auditório da SEDUH - Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A - Edifício Number One - Asa Norte - 18º Andar. Horário: das 19h às 22h.
	15	Sábado	Arapoanga	Local: A definir. Horário: das 09h às 12h.
	19	Quarta-feira	Mulheres e igualdade de gênero	Local: Auditório da SEDUH - Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A - Edifício Number One - Asa Norte - 18º Andar. Horário: das 19h às 22h.
	22	Sábado	Santa Maria	Local: Galpão Cultural De Múltiplas Funções - QC 1 - Santa Maria. Horário: das 09h às 12h.
	25	Terça-feira	Sobradinho	Local: Teatro de Sobradinho - Quadra 12 - Sobradinho/DF. Horário: das 19h às 22h.
	27	Quinta-feira	Região Metropolitana	Local: Auditório da SEDUH - Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A - Edifício Number One - Asa Norte - 18º Andar. Horário: das 19h às 22h.
	29	Sábado	Sol Nascente/Pôr do Sol	Local: EC Juscelino Kubitschek,- Quadra 500, Área Especial 01, Trecho 01, SHSN. Horário: das 09h às 12h.
	2	Quarta-feira	Arniqueira	Local: A definir. Horário: das 19h às 22h.
	5	Sábado	Recanto das Emas	Local: Coordenação Regional de Ensino do Recanto das Emas Quadra 203, lote 32 - Avenida Recando das Emas. Horário: das 09h às 12h.
	10	Quinta-feira	Águas Claras	Local: A definir. Horário: das 19h às 22h.
	12	Sábado	Fercal	Local: A definir. Horário: das 09h às 12h.

Agosto	15	Terça-feira	Transporte e mobilidade urbana	Local: Auditório da SEDUH - Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A - Edifício Number One - Asa Norte - 18º Andar. Horário: das 19h às 22h.
	17	Quinta-feira	Pessoas com Deficiência	Local: Auditório da SEDUH - Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A - Edifício Number One - Asa Norte - 18º Andar. Horário: das 19h às 22h.
	19	Sábado	SCIA/Estrutural	Local: Centro Educacional 01 da Estrutural. Horário: das 09h às 12h.
	24	Quinta-feira	Lago Sul	Local: Auditório da Administração Regional do Lago Sul, Edifício Sede - SHIS QI 11 Área Especial Nº 01. Horário: das 19h às 22h.
	26	Sábado	Samambaia	Local: Complexo Cultural de Samambaia -Quadra 301 Conjunto 05 Lote 01, Samambaia – DF. Horário: das 09h às 12h.
	29	Terça-feira	Reforma agrária e agricultura familiar e Democratização do acesso à terra	Local: Auditório da SEDUH - Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A - Edifício Number One - Asa Norte - 18º Andar. Horário: das 19h às 22h.
	2	Sábado	Taguatinga	L o c a l : Auditório da Faculdade Projeção - AE. nº 5 e 6 - Setor C Norte - Taguatinga Norte. Horário: das 09h às 12h.
	5	Terça-feira	Sudoeste/Octogonal	Local: A definir. Horário: das 19h às 22h.
	12	Terça-feira	Migrantes, imigrantes, apátridas e refugiados	Local: Auditório da SEDUH - Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A - Edifício Number One - Asa Norte - 18º Andar. Horário: das 19h às 22h.
	16	Sábado	Itapoã	Local: Escola Classe 01 do Itapoã - Qd 61, conjunto, área especial, Del Lago-Itapoã-DF. Horário: das 09h às 12h.

Setembro	21	Quinta-feira	Cultura	Local: Auditório da SEDUH - Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A - Edifício Number One - Asa Norte - 18º Andar. Horário: das 19h às 22h.
	23	Sábado	Riacho Fundo	Local: Auditório do Instituto Federal de Brasília - Riacho Fundo I - Av. Cedro, AE 15, QS 16 - Riacho Fundo I. Horário: das 09h às 12h.
	28	Quinta-feira	Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Áreas produtoras de Águas	Local: Auditório da SEDUH - Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A - Edifício Number One - Asa Norte - 18º Andar. Horário: das 19h às 22h.
	30	Sábado	Varjão	Local: Associação dos Idosos do Varjão, localizada na Quadra 05 Conjunto A Chácara 18. Horário: das 09h às 12h.
Outubro	5	Quinta-feira	População em situação de rua	Local: Auditório da SEDUH - Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A - Edifício Number One - Asa Norte - 18º Andar. Horário: das 19h às 22h.
	7	Sábado	Sobradinho II	Local: Auditório da Regional de Ensino. Horário: das 09h às 12h.
	10	Terça-feira	Riacho Fundo II	Local: Auditório do CIL - Centro Interescolar de Línguas -1A Etapa QN 8C - Riacho Fundo II. Horário: das 19h às 22h.
	18	Quarta-feira	SIA	Local: A definir. Horário: das 19h às 22h.
	21	Sábado	Planaltina	Local: A definir. Horário: das 09h às 12h.
	24	Terça-feira	Regularização fundiária	Local: Auditório da SEDUH - Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A - Edifício Number One - Asa Norte - 18º Andar. Horário: das 19h às 22h.

	26	Quinta-feira	ARIS	Local: Auditório da SEDUH - Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A - Edifício Number One - Asa Norte - 18º Andar. Horário: das 19h às 22h.
	31	Terça-feira	Candangolândia	Local: Salão Comunitário - QR 2 - Candangolândia. Horário: das 19h às 22h.
Novembro	7	Terça-feira	Infância e juventude e Idosos	Local: Auditório da SEDUH - Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A - Edifício Number One - Asa Norte - 18º Andar. Horário: das 19h às 22h.
	11	Sábado	São Sebastião	Local: Ginásio Poliesportivo São Bartolomeu. Horário: das 09h às 12h.
	23	Quinta-feira	Guará	Local: Auditório da Administração Regional do Guará -QE 23, Área Especial do CAVE, Guará II - Prédio Sede. Horário: das 19h às 22h.
	28	Terça-feira	Igualdade racial	Local: Auditório da SEDUH - Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A - Edifício Number One - Asa Norte - 18º Andar. Horário: das 19h às 22h.
Dezembro	5	Terça-feira	Jardim Botânico	Local: Centro de Práticas Sustentáveis - CPS- SHM Centro de Práticas Sustentáveis, av. do Cerrado s/n, Jardins Mangueiral. Horário: das 19h às 22h.
	9	Sábado	Park Way	Local: Clube da Associação Cultural e Esportiva Nipo-Brasileira de Vargem Bonita. Horário: das 09h às 12h.
	13	Quarta-feira	Produtores Rurais	Local: Auditório da SEDUH - Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A - Edifício Number One - Asa Norte - 18º Andar. Horário: das 19h às 22h.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal

COMITÊ DE GOVERNANÇA DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE ORDENAMENTO TERRITORIAL DO DF – PDOT (CGO-PDOT)

ATA DA 1ª REUNIÃO

Às quinze horas e trinta minutos do segundo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, via vídeo conferência, em cumprimento ao Decreto nº 41.841, de 26 de fevereiro de 2021, que revogou o Decreto nº 40.546, de 20 de março de 2020, foi iniciada a Primeira Reunião do Comitê de Governança da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF - PDOT / CGO-PDOT, pelo Secretário de Estado da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh), Sr. Mateus Leandro de Oliveira. A lista de presença encontra-se anexa ao final desta ata. A pauta segue transcrita: 1. Ordem do dia: 1.1. Abertura dos Trabalhos; 1.2. Apresentação do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão do PDOT; 1.3. Apresentação da metodologia de revisão do PDOT/DF e do pré-diagnóstico de avaliação do território: desafios; 1.4. Próximas ações. 2. Assuntos gerais. 3. Encerramento. Passou imediatamente ao Item e Subitem 1. Ordem do dia: 1.1. Abertura dos Trabalhos: O Sr. Secretário de Estado **Mateus Leandro de Oliveira** deu por aberta a sessão, cumprimentando a todos. Em seguida, fez um breve retrospecto dos avanços dos trabalhos realizados quanto à revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF, destacando a adoção da multidisciplinaridade e a garantia da efetiva participação popular. Informou ainda sobre o início da fase de realização de audiências públicas nas regiões administrativas, solicitando a divulgação interna e externa para assegurar a participação social no debate sobre o PDOT. Seguiu ao Subitem 1.2. Apresentação do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão do PDOT: A Secretária Executiva da Seduh, Sra. **Giselle Moll Mascarenhas** iniciou a apresentação do decreto que institui o CGO na estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão do PDOT, e de acordo com o art. 7º do decreto acima mencionado, a Comissão de Governança – CGO é composta: I - pelos titulares dos seguintes órgãos e entidades do Distrito Federal: a) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAÇÃO

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal

1ª Reunião realizada em 02.09.2021

e Habitação – SEDUH; b) Casa Civil do Distrito Federal; c) Secretaria de Estado do Governo - SEGOV; d) Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA; e) Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI; f) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SDE; g) Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade – SEMOB; h) Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura – SODF; e i) Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap; II – por dois representantes titulares e respectivos suplentes da Coordenação Técnica prevista no art. 1º, inciso I; III – por dois representantes titulares e respectivos suplentes do Comitê de Gestão Participativa – CGP previsto no art. 1º, inciso IV, escolhidos entre os representantes da sociedade civil organizada, respeitada a representação dos segmentos. Com relação ao disposto no art. 8º, informa que compete ao CGO, no âmbito do processo de revisão do PDOT: I - realizar a supervisão e a avaliação periódica do trabalho desenvolvido; II - mediar e opinar sobre as questões relevantes, acerca de situações, divergências e conflitos institucionais no âmbito do desenvolvimento dos trabalhos do GTI e do CGP; III - supervisionar e orientar os seus representantes no GTI quanto à participação, cooperação, integração e articulação entre os órgãos no exercício de sua competência para o melhor resultado dos trabalhos; IV - atuar de forma estratégica, sistêmica e complementar às ações dos órgãos constituídos neste Decreto, respeitadas suas competências; citou como principal item o V, que dispõe sobre promover o diálogo e articular ações para o adequado desenvolvimento e integração dos trabalhos entre os órgãos; e VI - assegurar a articulação das políticas públicas e promover a gestão interinstitucional e o acesso às informações necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos. Prosseguiu pontuando os objetivos do decreto, quais sejam, instituir uma estrutura de participação social e governança; incorporando coletivos, redes, associações e grupos identitários (étnicos, raciais, de gênero, etc); combater as desigualdades socioespaciais e o déficit habitacional; construir uma agenda de sustentabilidade, articulada às novas agendas globais e locais; incorporar um novo modo de organização social e produtiva rural, estabelecendo estratégias condizentes para a zona rural; promover a gestão resiliente do território com qualidade ambiental; combater o modelo de ocupação



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAÇÃO

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal

1ª Reunião realizada em 02.09.2021

segregado e espraído, a grilagem e promover a regularização fundiária. Além disso, salienta que o Plano Diretor tem como objetivo orientar o desenvolvimento territorial do DF para os próximos 10 anos, considerando a totalidade do território e de cada Região Administrativa, com as seguintes normas a serem alinhadas e integradas ao PDOT: Plano de Desenvolvimento Rural; Lei de Parcelamento; Leis de Regularização; Plano Distrital de Habitação de Interesse Social (Plandhis); SAV; PRH Paranaíba; Plano Distrital de Saneamento Básico (PDSB); Plano de Desenvolvimento do Transporte Público Sobre Trilhos do Distrito Federal (PDTT/DF); Plano Distrital de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PDGIRS); Plano Diretor de Transporte Urbano (PDTU); Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Distrito Federal (PGIRH/DF); Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) e Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos). Prosseguiu ao Subitem 1.3. Apresentação da metodologia de revisão do PDOT/DF e do pré-diagnóstico de avaliação do território: desafios: Abordando os objetivos de desenvolvimento sustentável no PDOT 2020-2030, bem como as etapas da metodologia, estando atualmente na fase de diagnóstico, seguindo para a fase de prognóstico, com a elaboração da leitura técnica e da leitura comunitária. Em seguida, a elaboração das propostas, com a formulação e pactuação de estratégias, instrumentos, diretrizes e zoneamento. E, por fim, a consolidação do Plano, com a finalização da minuta de projeto de lei, elaboração de ação orçamentária e acompanhamento da aprovação junto à CLDF. Comunicou que foram definidos oito eixos temáticos: Território Resiliente; Participação Social e Governança; Gestão Social da Terra; Habitação e Regularização; Ruralidades; Mobilidade; Meio Ambiente e Infraestrutura; Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidade. Quanto à matriz de análise da revisão do PDOT, pontuou as escalas espaciais metropolitana (AMB / Codeplan), Distrito Federal e local (RA ou outra unidade), com relação aos fatores socioeconômicos pontua que a SDE é parceira ativa neste eixo, que abrange os aspectos da economia e do perfil socioeconômico da população. No que tange aos fatores territoriais, a Sema e Seagri atuam como parceiras, tratando de aspectos intrínsecos ao território. Por fim, os fatores normativos, que destaca os aspectos de legislações pertinentes e planos setoriais. Prosseguiu a apresentação das instâncias de



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAÇÃO

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal

1ª Reunião realizada em 02.09.2021

participação da revisão PDOT, a saber: a) Reuniões livres: forma livre de participação da sociedade com encaminhamento direto de propostas em cada etapa de revisão do PDOT; b) Oficinas Temática UPT: análise, discussão e complementação do Diagnóstico/ Prognóstico por meio da Leitura Comunitária, em cada Unidade de Planejamento Territorial (UTP); c) Reuniões Específicas: encontros da equipe técnica com grupos específicos e sociedade, temáticos ou locais, por demanda da secretaria ou da sociedade; d) Reuniões Proposta: análise, discussão e complementação das propostas: mapas, zoneamentos e proposições gerias de todos os temas com a comunidade por meio de temas específicos; e) CGO e CGP: reuniões com o Comitê de Gestão Participativa e Comissão de Governança, em datas a serem marcadas durante todo o processo e f) Audiências Públicas. Relacionado à agenda dos acontecimentos da revisão do PDOT, informou que em 2019/2020 foram realizadas oficinas internas, com o início da construção da Estrutura Participativa e introdução da Leitura Técnica Interinstitucional. No ano de 2021, a realização de encontros para “pensar o território”, de 17 de março a 05 de maio. E quanto às oficinas temáticas, foram realizadas nos dias 2, 9, 16 e 23 de outubro. Informou ainda que a primeira Audiência Pública, está prevista para o dia 11 de dezembro de 2021. Por fim, para o ano de 2022, a realização de reuniões públicas das propostas e a realização da segunda Audiência Pública. Quanto à habitação e regularização, destacou as problemáticas do eixo, citando a diferenciação quanto ao conceito de direito à propriedade e o direito à moradia, que neste segundo caso envolve o ambiente que deve proporcionar uma habitação de qualidade, e que o PDOT procura garantir este direito. Apresentou, em seguida, o histórico da informalidade e da provisão a partir da década de 50 e o eixo de crescimento de acordo com a análise da ocupação urbana. Em seguida, apresentou os dados do déficit habitacional no DF, que hoje chega a 108.316 de déficit bruto e de 11,66% de déficit líquido, evidenciando também o déficit por componente por RA. Como problemas apontados, destaca a considerável e crescente utilização do banco de terras públicas em função da facilidade de procedimentos; transformação social e econômica em virtude da pandemia do COVID 19; rápido processo de gentrificação, resultando num ciclo vicioso que envolve o provimento habitacional e a



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAÇÃO

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal

1ª Reunião realizada em 02.09.2021

ocupação irregular das terras; carência de ações específicas ao déficit regionalizado. Afirma que a UPT Oeste é a que mais contribui para o déficit habitacional no DF com 34,88% do valor total, diferença considerável para o segundo lugar ocupado pela UPT Sul que contribui com um índice de 16,77% do total. A Ceilândia se destaca como a de maior déficit absoluto com 14.937 domicílios; regiões com urbanização, serviços e equipamentos públicos não implementados em sua totalidade, dos 29 Setores Habitacionais (23.840ha); déficit qualitativo e quantitativo localizado em áreas em processo de regularização fundiária, indo de encontro à regularização plena; Apropriação do mercado imobiliário do instrumento de ZEIS como um grande negócio; pressão do mercado imobiliário para criação de áreas em função dos mecanismos do mercado de ativos financeiros e problemas de gestão urbana no monitoramento e fiscalização do banco de terras pública; falta de ações específicas na dimensão da regularização social. Ausência de implantação das ZEIS de vazios urbanos, sendo 32 ZEIS de provimento habitacional (vazios urbanos), com atendimento prioritário às famílias com rendimento até 3 salários mínimos, flexibilização dos parâmetros urbanísticos. Apresentou a situação de implantação: 7 implantadas (22%), 5 em implantação (16%), 20 não implantadas (62%). Sendo 16 Áreas de Provimento Habitacional (sem zoneamento especial), com atendimento a qualquer faixa de renda e obediência aos parâmetros urbanísticos obrigatórios. Citou a situação de implantação: 0 implantadas, 4 em implantação (25%) e 12 não implantadas (75%). Falta de regulamentação dos Instrumentos Urbanísticos previstos. E aprimoramento do método para caracterização das Agrovilas. Quanto à gestão social da terra, destacou as problemáticas do eixo, que apresenta pouca clareza quanto ao papel dos instrumentos urbanísticos no equilíbrio do valor da terra e no financiamento da cidade; não existe a necessária compreensão sobre os conceitos fundamentais que incidem sobre a terra: o direito ao território (relativos às funções sociais da cidade) e a garantia do direito à propriedade privada; enfraquecimento do papel do Plano Diretor no planejamento urbano; os instrumentos urbanísticos não estão sendo direcionados ao financiamento da cidade legal; a regularização de assentamentos informais tende a criar expectativas, tendo como consequência a transferência de recursos públicos para loteadores ilegais; pouca



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAÇÃO

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal

1ª Reunião realizada em 02.09.2021

simetria socioespacial na distribuição de recursos orçamentários. Com relação ao desenvolvimento econômico sustentável e centralidades, destacou as seguintes problemáticas do eixo predominância do Setor de Serviços (95,3%), pontuando que a economia do Distrito Federal é pouco dinâmica, marcada por uma estrutura produtiva de base terciária, com predominância do Setor de Serviços e expressiva participação da Administração Pública. Quanto ao Produto Interno Bruto do Distrito Federal – PIB/DF 2018, evidenciou em valores correntes, que o PIB-DF chegou a R\$ 254,817 bilhões e o DF continua a ocupar a 8ª *posição* no ranking nacional. Em valores correntes, o PIB-DF per capita chegou a R\$ 85.661,00 contando com uma população estimada em 2.974.703 habitantes. Apresentou ainda o mapeamento do *ranking* do PIB per capita (R\$) - Brasil e Unidades da Federação – 2018. No que tange à concentração de emprego e renda, informa que o Distrito Federal possui elevada concentração de empregos e renda na sua área central (Plano Piloto e Adjacências). Complementou que o Plano Piloto concentra a maior parte dos empregos formais (52,2%), seguido de SIA (8,3%) e Taguatinga (7,3%); e o Plano Piloto também concentra a maior parte da Massa Salarial do Distrito Federal (74,7%). Em relação aos dados do desemprego e informalidade, ponderou que o Distrito Federal apresenta elevadas taxas de desemprego (acima da média nacional) e de informalidade, as RAs do Varjão (49,68%), Itapoã (44,90%) e SCIA (44,78%) apresentam taxas de informalidade superiores a 40%. No outro extremo, no Plano Piloto (22,94%), Park Way (22,57%), Sudoeste/Octogonal (22,32%) e SAI (21,81%), a taxa de informalidade é inferior a 23%. A média do país chegou a 46% em 2018. Apresentou também as taxas de desemprego por grupos de Regiões Administrativas do Distrito Federal – 2016. No que se refere à periferia metropolitana, explicita que os municípios da Periferia Metropolitana de Brasília (PMB) apresentam elevada dependência do DF e exercem enorme pressão nos serviços públicos oferecidos. Com disparidades socioeconômicas entre Brasília e sua periferia metropolitana (PMB); O PIB per capita da AMB, inclusive Brasília, é de R\$ 62.620,18 enquanto que o exclusive Brasília é de apenas R\$ 15.033,98. Sobre potencialidades pouco exploradas, pontua que o território do DF apresenta diversas potencialidades poucos exploradas/incentivadas, com atividades ligadas à



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAÇÃO

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal

1ª Reunião realizada em 02.09.2021

economia da conservação; turismo em seus diversos segmentos; economia criativa e indústrias limpas. No que concerne à Política de Desenvolvimento Econômico, afirma que o Plano determina a necessidade de definição de atividades para incentivo à atividade econômica, compatíveis com as diretrizes do ZEE/DF e a necessidade de articulação da política e programas de desenvolvimento econômico ao desenvolvimento urbano. Em conclusão, afirma que os problemas mais evidentes são a segregação socioespacial e disparidades socioeconômicas, concentração de empregos e renda na área central (Plano Piloto e Adjacências), concentração populacional nas áreas periféricas, desequilíbrio na distribuição de atividades econômicas, elevados deslocamentos diários, problemas operacionais para o transporte coletivo e deseconomias nas infraestruturas. Quanto às ruralidades, destacou os problemas do eixo, afirmando que, do ponto de vista espacial, o que se observa nas áreas de transição urbano-rural e na produção dos novos espaços rurais é a configuração de regiões não densamente povoadas, porém com inserção de dinâmicas urbanas (IICA, 2013) que, caso não sejam bem administradas, podem acarretar maiores custos de infraestrutura, além de impactos e danos ambientais, e que apresentam as seguintes determinações: distribuição de competências e definição de diretrizes para a elaboração do plano de desenvolvimento rural sustentável e de outras ferramentas de planejamento e gestão do território rural; ausência de normatização, diretrizes de uso e ocupação do solo para atividades agrícolas e não agrícolas e para parcelamento rural no Distrito Federal; situação fundiária; zoneamento rural pouco adequado à realidade atual; risco à recarga de aquíferos; grau de comprometimento de outorgas de retirada; falta de estruturação do sistema viário para escoamento da produção e insumos agrícolas. Demonstrando através do mapa da situação fundiária dos imóveis rurais, com as áreas rurais regularizadas mediante CDU ou CDRU, áreas em processo de regularização e áreas que não dispõem de pedido de regularização. Em seguida apresentou o mapeamento dos riscos de recarga de aquíferos, com a situação hídrica e capacidade de suporte para irrigação. Em continuidade à apresentação das problemáticas, pontua a falta de localização de atividades de armazenamento, distribuição e logística; planejamento da oferta de novas tipologias de



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAÇÃO

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal

1ª Reunião realizada em 02.09.2021

moradia no campo com necessidade de revisão da figura de “agrovilas” e de espaços para atividades de apoio à vida no campo; ocupações informais para fins urbanos em zona rural com terrenos menores que dois hectares; comunidades rurais com maior número de ocupações informais para fins urbanos; revisão de estratégias de planejamento de áreas de características rurais em macrozona urbana; integrar o transporte de pessoas em macrozona rural com o transporte urbano e com as atividades dentro do ambiente rural. Dando continuidade, apresentou o mapeamento das comunidades rurais, de acordo com os dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER). Quanto ao meio ambiente e infraestrutura, destacou as seguintes problemáticas do eixo no que tange às áreas ambientalmente protegidas: grande diversidade de áreas protegidas no território, com sobreposições de categorias, poligonais e pressões de ocupação urbana; conflitos e lacunas para a aplicação da legislação ambiental vigente – leis, planos de manejo e zoneamento das UC e demais espaços de importância ambiental; pouca efetividade na execução de estratégias ambientais já instituídas (ex.: Conectores Ambientais); necessidade de atualização e revisão da delimitação territorial (poligonais) e do banco de dados referente às áreas protegidas, com impactos ao planejamento e monitoramento; existência de muitas áreas em processo de reconhecimento ou recategorização junto ao órgão ambiental, com impactos ao planejamento e monitoramento. Apresentou o mapeamento da ocupação irregular de áreas de relevante interesse para manutenção da quantidade e qualidade da água, com 9,02% ocupadas. Quanto à energia, informa que os problemas levantados são em relação à duração e à frequência das interrupções de abastecimento é maior na zona rural e menor em áreas urbanas, em especial as com rede subterrânea; matriz energética do DF é majoritariamente de energia hidroelétrica; a geração de energia no DF representa apenas 1,08% do total consumido (6.210 GWh); pouco suporte da infraestrutura de abastecimento de energia já existente para receber o retorno da energia produzida pelos sistemas alternativos de produção de energia elétrica (energia solar). Com relação à drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, destaca os impactos ao meio ambiente urbano causados por redes de drenagem deficientes ou inexistentes (alagamentos, assoreamento de



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAÇÃO

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal

1ª Reunião realizada em 02.09.2021

receptores, processos erosivos e poluição do solo); impactos à capacidade e integridade das redes de drenagem causados pela atividade humana (obstrução de condutos e galerias por sedimentos carregados, especialmente RCC e RLU, e aumento do escoamento superficial); padrões de uso e ocupação do solo impactam no volume e comportamento do escoamento superficial de água; soluções tradicionais que não contemplam os problemas de qualidade de água; baixa adoção de soluções alternativas de drenagem de águas pluviais - infraestruturas verdes podem auxiliar na captação e retenção de poluição difusa, suplementares aos sistemas de macro e microdrenagem. Apresentou ainda o mapeamento dos problemas de alagamento durante todo o período chuvoso. Quanto ao abastecimento de água, salientou a infraestrutura de captação, tratamento e distribuição de água comprometida, apesar da folga entre a quantidade de água disponível para captação e a quantidade média consumida. Águas subterrâneas são responsáveis por 5% da produção de água (SIÁGUA/DF, 2014); com alto consumo de água em 2016, com redução em 2017 e 2018, e aumento em 2019 em diante. Disponibilidade hídrica dos corpos hídricos apresenta comportamento sazonal, enquanto as demandas não necessariamente acompanham esse comportamento. Usos consuntivos da água no DF: 69,9% - abastecimento humano; 24,8% - irrigação; 2,5% - industrial; 1,5% - criação e dessedentação animal. Apresentando, em seguida, o grau de comprometimento da vazão outorgável para retirada de água dos corpos hídricos (ZEE-DF), em que destaca que após crise hídrica que ocorreu entre 2016 e 2018, busca-se cada vez mais a gestão integrada dos recursos hídricos e o respeito ao ciclo da água. Apresentou os mapeamentos da função necessária para a produção hídrica dos aquíferos de 42,56% das áreas urbanizadas e das áreas de proteção de mananciais, que sofrem pressão de ocupação urbana, impactando o abastecimento. No que tange ao esgotamento sanitário, informa que foram encontrados problemas relacionados aos corpos hídricos com qualidade da água classificada média ou ruim; inadequação dos corpos hídricos quanto aos parâmetros prioritários de avaliação apontados pelas resoluções de enquadramento da qualidade dos corpos hídricos (baixa capacidade de depuração/diluição de carga orgânica); 84,51% da população urbana atendida em 2015; a população rural é



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAÇÃO

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal

1ª Reunião realizada em 02.09.2021

atendida com sistemas individuais (fossas sépticas, fossas negras ou lançamento diretamente em córregos). Quanto ao grau de comprometimento da vazão outorgável para diluição de carga orgânica nos corpos hídricos (ZEE-DF), indicou que vários dos corpos hídricos não suportam acréscimo de cargas poluentes e contaminantes. Em relação ao manejo de resíduos sólidos, pontua que o alto volume de resíduo gerado compromete a vida útil dos aterros sanitários e contribui para a formação de pontos clandestinos de descarte (Aterro Sanitário de Brasília: vida útil 8 anos); baixa qualidade do resíduo de coleta seletiva; carência de mobiliário de coleta - PEV, LEV e contêiner semienterrado; ausência de pontos de coleta para a logística reversa; impactos ambientais causados pelo descarte irregular de resíduos; demanda por implantação de novas centrais de triagem, unidades de compostagem, transbordo e tratamento de resíduos da construção civil e usinas de reciclagem. Em referência à mobilidade, evidenciou as seguintes problemáticas do eixo: desarticulação entre os planos setoriais vigentes e o PDOT. Na Governança, os planejamentos sobrepostos; desarticulação entre órgãos de planejamento e de execução; tempos diferentes entre planejamento/projeto/obras acarretam: revisões contínuas de projetos, inadequações de obras ou inviabilização de estratégias. Quanto ao mapeamento do PDTU (2011), cita a desarticulação do Plano com as estratégias de uso e ocupação do solo do PDOT que visam dinamização e configuração de centralidades associadas a estratégias de transporte (Gomes, 2016). Apresentou o mapa do desenvolvimento urbano, com os eixos norteadores do desenvolvimento, propondo áreas para loteamentos com princípios de Desenvolvimento Orientado pelo Transporte Sustentável – TOD; morosidade na implementação de grande parte dos planos, projetos e estratégias de transporte e mobilidade; necessidade de aprimorar a adaptação e respostas rápidas a eventos disruptivos: tecnologia de transporte, mudanças de comportamento e crises. Apresentou também os índices da predominância e crescente uso do transporte individual motorizado, do ordenamento territorial em contrapartida à mobilidade sustentável, o transporte público coletivo atrativo. A problemática relacionada à combinação de características urbanísticas, densidade e baixa diversidade de uso e atividades, desfavorecem modos sustentáveis:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAÇÃO

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal

1ª Reunião realizada em 02.09.2021

Transporte Público Coletivo - TPC, a pé e bicicleta. O TPC do DF é pouco atrativo em relação ao transporte individual motorizado; o transporte de carga e logística ocorre por veículos motorizados causando impactos na infraestrutura de circulação e no uso do solo e são pouco monitorados; e a maior parte das emissões (poluição atmosférica) é proveniente do transporte e não há controle do ruído e poluição sonora proveniente da proximidade das infraestruturas de transportes (rodovias, metrovias, ferrovias). Ato contínuo, passou ao Subitem 1.4. Próximas ações: para garantir a participação da população em geral indica o acesso ao sítio eletrônico do PDOT, podendo participar também de reuniões livres, marcação das centralidades, marcação das ameaças socioambientais por meio do Portal da Resiliência, processos SEI, camada revisão PDOT no Geoportal e Encontros Pensar o Território. Em seguida, apresentou o cronograma das oficinas temáticas a serem realizadas dias 2, 9, 16 e 23 de outubro (sábados de manhã e de tarde), nas seguintes localidades: UPT VII – Sul (Gama; RA sede Santa Maria; Recanto das Emas; Riacho Fundo II); UPT IV – Oeste (Taguatinga; Brazlândia; RA sede Ceilândia; Samambaia; Sol Nascente/Pôr do Sol); UPT III - Central Adjacente II (Núcleo Bandeirante; RA sede Guará; Riacho Fundo I; Águas Claras; SCIA e Estrutural; SIA; Vicente Pires; Arniqueira); UPT VI – Leste (Paranoá; RA sede São Sebastião; Jardim Botânico; Itapoã); UPT V – Norte (Planaltina; RA sede Sobradinho I; Sobradinho II; Fercal); UPT II - Central Adjacente I (Lago Sul; Lago Norte; Varjão; Park Way); RA sede Plano Piloto; UPT I – Central (RA sede Plano Piloto; Cruzeiro; Candangolândia; Sudoeste/Octogonal). Encerrada a apresentação, o Sr. Secretário de Estado **Mateus Leandro de Oliveira** proferiu os agradecimentos. Em seguida, evidenciou que a Seduh tem recebido diversos pleitos, informando que a equipe da secretaria tem feito a espacialização dessas questões no geoportal, solicitando que todos estes sejam apresentados e formalizados, bem como processos em análise nas secretarias sejam encaminhados para avaliação. Afirmou quanto à necessidade de realizar um alinhamento através de discussão interna anteriormente ao debate público, visando a defesa de uma mesma posição técnica e política de governo. Em razão da importância da matéria, afirma que a questão da densidade populacional irá demandar um estudo técnico aprofundado, buscando principalmente o



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAÇÃO

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal

1ª Reunião realizada em 02.09.2021

adensamento de áreas que ofereçam infraestrutura mínima. Como meio de dar ciência sobre os avanços do trabalho do Plano, a Subsecretária de Políticas e Planejamento Urbano (Suplan), Sra. **Sílvia Borges de Lazari** salientou a importância da reunião e de uma construção coletiva, contando com a participação da sociedade, de forma a dar transparência e buscando dar celeridade ao processo de implementação das propostas apresentadas. Colocando a equipe à disposição para sanar possíveis dúvidas. A Diretora de Habitação da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano da Seduh, Sra. **Eneida Aviani** informou estar contemplada nas falas anteriores, agradecendo a participação de todos. A Sra. **Manoela Fajgenbaum Feiges**, URBTEC TM - Engenharia, Planejamento e Consultoria, explicitou sobre a importância do processo de revisão do PDOT do DF, sendo este um processo de grande aprendizagem, afirmando que a reunião foi bastante esclarecedora neste sentido. Comunicou que estão em fase de organização e planejamento das questões a serem abordadas nas próximas reuniões, contando com o apoio técnico e conhecimento da equipe para desenvolvimento do trabalho, colocando-se à disposição para auxiliar no que for preciso. O Secretário de Estado da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (Seagri/DF), Sr. **Candido Teles de Araújo** ponderou sobre a necessidade de um planejamento direcionado ao campo, sendo este um planejamento a ser desenvolvido para o longo prazo, com a observância de suas especificidades. Afirma não haver áreas para regularização fundiária rural em Brasília, defendendo o domínio da propriedade com título, sendo necessário um plano de desenvolvimento rural sustentável, garantindo ao produtor rural a segurança de sua propriedade. Solicitou a realização de uma reunião com a equipe da Secretaria para discutir a questão rural, propondo a criação do Instituto de Terra do Distrito Federal para a ampla regularização e, por consequência, a arrecadação pelo Governo. O Sr. Secretário de Estado **Mateus Leandro de Oliveira** afirmou ser condição do Plano Diretor estabelecer orientações e determinações que devem ser seguidas pelo Estado, independente da gestão. Ponderou sobre a proposta de trabalhar a regularização no sentido de titulação de propriedade, em que a Terracap, por sua vez, irá apresentar as preocupações do ponto de vista de uma imobiliária do Governo, entretanto,



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAÇÃO

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal

1ª Reunião realizada em 02.09.2021

afirma que é uma discussão que deve ser feita. Evidenciou que a Comissão irá apresentar um posicionamento a ser avaliado pelo Governador, ressaltando a confiança no trabalho do Secretário de Agricultura para colaborar nesta discussão, sendo a ruralidade um dos grandes pontos a serem debatidos dentro do Plano Diretor. Como proposta, sugestionou a realização da apresentação do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020 aos Administradores Regionais, para auxiliar na mobilização completa dos movimentos sociais e comunitários, para que estes participem dos encontros a serem realizadas no mês de outubro. O Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal (Segov), Sr. **Helton de Freitas Costa**, assegurou a participação da Segov na mobilização para realização das audiências públicas. Diante dessa articulação, questiona sobre a existência de um informe publicitário para divulgação do cronograma da realização das audiências no mês de outubro. Informou que estão em vias de articulações junto ao Governo Federal, para implementar um projeto de saneamento rural, sendo um avanço de políticas públicas ligadas ao meio rural. Por fim, colocou a Segov à disposição para articulação junto às Regiões Administrativas. O Sr. **Luiz Felipe Cardoso de Carvalho**, representante da Secretaria de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal (Semob), parabenizou os trabalhos desenvolvidos, afirmando que a Semob está engajada no desenvolvimento dos trabalhos do PDOT, afirmando se tratar de um trabalho de Governo, e não das secretarias. Corroborando com as colocações para alinhamento de posicionamentos sobre possíveis discordâncias, a serem realizados através de reuniões internas previamente à discussão pública. Colocou a Secretaria à disposição para contribuições. O Sr. Secretário de Estado **Mateus Leandro de Oliveira** afirmou a importância de iniciar os trabalhos de gestão de governança, contando com o apoio das equipes e coordenações técnicas, e manter um diálogo contínuo com as secretarias e demais órgãos. Solicitou que os secretários realizem reuniões com suas equipes técnicas para que estas apresentem as premissas que, por ventura, entenderem serem essenciais ao debate, possibilitando a definição das pautas das reuniões a serem realizadas, aumentando as chances de uma futura aprovação, garantindo também a articulação com os deputados afetos à matéria. A Secretária-Executiva da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAÇÃO

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal

1ª Reunião realizada em 02.09.2021

Distrito Federal (Sema), Sra. **Marília Marreco Cerqueira** fez ponderações com relação ao levantamento interno nos grupos de trabalho da Secretaria do Meio Ambiente, afirmando que há uma grande defesa quanto à questão rural, e a possibilidade de firmar parcerias com relação a esta questão. Com relação à mobilidade, informou sobre a realização de reunião com o Secretário de Estado Valter Casimiro Silveira para tratar de questões relacionadas a mudanças do clima e o território, evidenciando que a questão foi pouco abordada no Plano Diretor. Citou também o desenvolvimento do plano de mitigação de mudança climática no Distrito Federal, a questão da energia, visando o maior uso de energias renováveis e incentivo à energia solar, sendo estes considerados eixos transversais da política. De acordo com o levantamento interno realizado, afirma que deveria ter sido feita uma maior articulação, aventando a possibilidade de realização de uma reunião conjunta com a Seduh ou o encaminhamento do material levantado nos grupos de trabalho da Sema para análise. Solicitou o envio do material apresentado para discussão interna na Sema, possibilitando a realização de contribuições. Por fim, afirma que questões de interface com relação à Lei de Zoneamento foram poucos consideradas nos trabalhos do PDOT, podendo ser apresentadas revisões quanto a esta questão, bem como o cruzamento da Lei do Zoneamento com o previsto nos mapas da nova lei do PDOT, citando como ponto de divergência o capítulo ambiental da atual lei do PDOT, que trata das áreas protegidas, sendo este anterior à Lei Distrital de 2010. Cita ainda várias terminologias e considerações ao longo da lei que vão de encontro a determinações que estão na Lei do Sistema Distrital de Unidade de Conservação da Natureza (SDUC). Salientou ainda a validação do Cadastro Ambiental Rural do DF (CAR), e a utilização de instrumentos importantes não abordados amplamente no Plano Diretor. O Sr. Secretário de Estado **Mateus Leandro de Oliveira** expressou que há ciência sobre o instrumento ser de fato governamental, e reitera que os órgãos devem apresentar suas propostas de forma crítica, de forma a moldar o desenvolvimento e avanços dos trabalhos. Afirma também que o PDOT de 2009 é em suma prolixo, com regulamentações pouco aplicáveis, e que em termos de revisão tornou-se um grande desafio, enquanto Governo, formular um Plano objetivo, eficiente e simples, para que a população e os operadores do



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAÇÃO

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal

1ª Reunião realizada em 02.09.2021

Governo possam de fato executá-lo. Por fim, destaca a importância de avaliar as propostas de inovações, pensando principalmente no futuro, e que de fato as secretarias devem trabalhar de forma a buscar a convergência visando o desenvolvimento econômico e a questão territorial urbana. Afirmou a necessidade de realização de uma reunião com a Sema para que esta apresente as pautas importantes, e contando com a participação da coordenação técnica. Apresentando as considerações finais, a Secretária-Executiva **Giselle Moll Mascarenhas** evidenciou que a reunião foi realizada para apresentar as questões à mesa, possibilitando o início do desenvolvimento do trabalho conjunto. Quanto ao eixo do meio ambiente, destacou a extensão do mesmo dentro do PDOT, devido a sua importância, afirmando que a questão das mudanças climáticas está incluída na discussão, bem como a questão da resiliência para adaptação aos desafios atuais e tendenciais, pensando em instrumentos para que os territórios possam se adaptar, citando o cenário pandêmico como exemplo de uma situação adversa. Em complemento, informa que reuniões setoriais estão previstas, vislumbrando a necessidade de tomada de decisão de forma conjunta. Por fim, cita a atualização do PDTU, afirmando que a leitura do território é extremamente importante para o plano de transportes, e que a Semob pode contribuir de forma efetiva quanto à questão da mobilidade. A Subsecretária **Sílvia Borges** proferiu os agradecimentos pela presença de todos e pelo trabalho desenvolvido pela equipe. Afirmando que o material será disponibilizado aos técnicos e secretarias, e anteriormente à realização das audiências públicas será publicizado documento técnico com a compilação das questões apresentadas no diagnóstico e prognóstico do Plano Diretor. Afirmo que a construção coletiva de suma importância para alcançar o objetivo do PDOT, para que este seja um efetivo instrumento básico da política territorial e de orientação aos agentes públicos e privados que atuam na produção e gestão das localidades urbanas, de expansão urbana e rural do território do Distrito Federal. Item 3. Encerramento: não havendo mais assuntos a serem tratados, o Sr. Secretário de Estado **Mateus Leandro de Oliveira** declarou encerrada a Primeira Reunião do Comitê de Governança da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF, agradecendo a presença de todos.



ATA - SEDUH/GAB/ASCOL

COMISSÃO DE GOVERNANÇA – CGO

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Às nove horas e trinta e sete minutos do quarto dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, no Auditório da SEDUH, localizado no 18º andar do Edifício Number One, SCN Quadra 1, Asa Norte, Brasília – DF, foi iniciada a Primeira Reunião Extraordinária da Comissão de Governança (CGO), instituída no âmbito da estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, pelo Secretário de Estado da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH), Senhor **Marcelo Vaz Meira da Silva**, contando com a presença dos conselheiros relacionados ao final desta Ata, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta a seguir transcrita: 1. Ordem do Dia. 1.1. Verificação do quórum. 1.2. Abertura dos trabalhos. 1.3. Debate quanto ao cronograma do processo de revisão do PDOT. 2. Assuntos Gerais. 3. Encerramento. Iniciando os trabalhos pelo item 1.1. Verificação do quórum: Verificou-se como suficiente tanto para a instalação dos trabalhos quanto para deliberação. Imediatamente, passou-se ao item 1.2. Abertura dos trabalhos: O Senhor **Marcelo Vaz Meira da Silva**, Secretário de Estado da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH), declarou abertos os trabalhos relativos à Primeira Reunião Extraordinária da Comissão de Governança (CGO) cumprimentando a todos. Ato contínuo, passou-se ao Item 1.3 Debate quanto ao cronograma do processo de revisão do PDOT: Com a palavra, o Senhor **Marcelo Vaz Meira da Silva** iniciou sua fala fazendo as seguintes considerações: *“Essa Comissão de Governança foi criada lá em 2020, por um Decreto que define a estrutura de Governança e Gestão Participativa da revisão do Plano Diretor. Ela tem três colegiados, basicamente: o Grupo Técnico Interinstitucional formado por técnicos de diversas áreas do governo, para discutir a revisão do Plano Diretor; O Comitê de Gestão Participativa, que é formado por membros da sociedade civil para discutir a Gestão Participativa mesmo, a participação social do processo de revisão do Plano Diretor; e essa Comissão de Governança, que é uma comissão formada, em sua maioria, por Representantes do Estado, com dois Representantes da Sociedade Civil e dois Representantes Técnicos que estão aqui representados. E qual foi o motivo dessa convocação? Houve uma provocação do Comitê de Gestão Participativa e, se não me engano, do próprio Santarosa, que está aqui presente, para que uma matéria fosse submetida à deliberação, à avaliação dessa comissão. A primeira delas, uma carta encaminhada por 14 Representantes da Sociedade Civil, dos quais, 7 entidades estão Representadas no Comitê de Gestão Participativa, que solicitam, em suma, a disponibilização da ferramenta de interação virtual do Plano Diretor por mais 20 dias. Isso foi encaminhado para a Secretaria antes da convocação da Audiência Pública. Então, qual era o pedido? Antes de convocar, que se fosse dado um prazo de mais 20 dias, para a interação com a população, após esse prazo, o resultado seria submetido ao Grupo Técnico Interinstitucional, ao Comitê de Gestão Participativa, para, só então, ser convocada uma Audiência Pública. A audiência pública foi convocada no dia 27 de maio, para acontecer no dia 28 de junho. No dia 27, à tarde, o Ministério Público entrou em contato comigo, promotor Dênio, com uma recomendação, basicamente, no mesmo sentido, solicitando, então, essa abertura de prazo de 20 dias, e a convocação posterior à deliberação dos outros colegiados. Eu recebi essa recomendação após a convocação da Audiência Pública, e, então, a gente passa a avaliar a questão técnica dessa recomendação e da carta do CGP. Fato é que estamos nesse período, do ano de 2025, de janeiro até hoje, em um ritmo de conclusão, de fato, dos trabalhos do Plano Diretor. E por que isso? Houve uma reunião, realizada lá no início de janeiro, entre o Governador, o Presidente da Câmara, e eu estava presente, em que foi definido o cronograma dessa revisão. Houve o consenso de que, no ano que*

vem, por ser um ano eleitoral, essa matéria não será deliberada na Câmara Legislativa. Isso foi confirmado, pelos Deputados, em reunião que a gente realizou no Colégio de Líderes, nesta segunda-feira, não há possibilidade de deliberação dessa matéria no ano que vem. Todos os Deputados que estavam presentes, e vale ressaltar que a maioria deles era da oposição, externaram a intenção de votar esse projeto neste ano. Eu acho que é a intenção de todos, não só dos parlamentares, como também dos membros do Executivo, considerando que nós já estamos com cinco anos de atraso, seis anos de atraso na revisão, e mais quatro anos de discussão, que seria um próximo Governo, seria prejudicial a toda a população, principalmente ao planejamento urbano, plano diretor com vigência de 20 anos. Então, há um consenso de que ele precisa ser votado esse ano, de que ano que vem não será votado, e os Deputados não abrem mão de pelo menos quatro meses de discussão na Câmara Legislativa. Isso seria agosto, setembro, outubro e novembro, para a deliberação em dezembro. Eu estou externando aqui, basicamente, o que foi conversado na reunião no Colégio de Líderes nesta segunda-feira. Dito isto, para que a gente consiga encaminhar o Plano Diretor em julho, no final de julho, nós precisamos seguir o cronograma. O atendimento à recomendação do Ministério Público, o atendimento à solicitação desses membros do CGP, inevitavelmente, daria pelo menos uma extensão de 60 dias de prazo nesse cronograma, o que por si só inviabiliza o encaminhamento à Câmara Legislativa no prazo acordado. Nesse sentido, recebi a recomendação, encaminhei a recomendação para os dois Chefes do Executivo e Legislativo, para que tivessem ciência e se manifestassem a respeito dos pedidos. Ambos responderam que, o Governador, no tom de determinação, de que o cronograma fosse mantido, e o Presidente da Câmara, no tom de recomendação, de que o cronograma fosse mantido para que o acordo que foi feito entre Executivo e Legislativo fosse executado. Então, por sugestão do Comitê de Gestão Participativa, eu fiz a convocação desta Comissão de Governança, para que a gente também avalie, tecnicamente, a viabilidade dessa prorrogação. Se temos condições de fazer essa prorrogação, acelerar, em algum outro momento, para conseguir cumprir esse prazo, ou manter o cronograma da forma como está. Um ponto precisa ser ressaltado, as imposições legais de participação social estão sendo cumpridas à risca. A ferramenta que foi disponibilizada, por 15 dias, antes da convocação da Audiência, sobre o qual recai o pedido de prorrogação de mais 20 dias, foi uma liberalidade da Secretaria, para que a gente já tivesse uma participação social antes da convocação da audiência. A Lei nº 5.081, que trata da participação popular, diz o seguinte: 'no momento da convocação da Audiência, todo o material precisa estar disponibilizado e discutido, para que, que nos 30 dias seguintes, a população possa opinar sobre aquela proposta'. O que a gente fez? Nós disponibilizamos o material 18 dias antes da convocação da Audiência. 15 dias a ferramenta virtual, que foi criada pela Secretaria, exatamente para facilitar a interação, ficou disponível para a população. Nós suspendemos essa ferramenta por 3 dias, consolidamos tudo aquilo. É óbvio que isso já vinha sendo consolidado diariamente, a gente não fez tudo isso em 3 dias. Mas tivemos 3 dias para consolidar o trabalho final, que é esse que a gente distribuiu para cada um de vocês aí. Temos, então, a versão final consolidada, que foi disponibilizada a todos no dia 27 de maio de 2025, atendendo ao prazo e reabrindo a ferramenta de interação. Então, em relação à participação social, nós temos a plena convicção de que tudo está sendo cumprido. Eu queria também citar números aqui, para que todos tivessem ciência do trabalho que a Secretaria vem desempenhando. Os trabalhos de participação social tiveram início em 2021. Eu vou já dar o número fechado. Total geral de eventos abertos ao público, contabilizados Audiências Públicas e Reuniões Públicas. A diferença básica entre elas, é que na reunião pública, eu faço a convocação sem os 30 dias de antecedência, na Audiência eu obedeco os 30 dias. Tivemos, então, 90 eventos abertos ao público, dos quais 82 foram realizados em cumprimento a 5.081, com 30 dias de antecedência. Foram sete Reuniões Públicas sem a convocação nos 30 dias. Nesses 90 eventos, nós tivemos a participação presencial de 11.753 pessoas. Através da ferramenta de participação virtual, nós tivemos 10.715 contribuições, sendo 1.783 usuários diferentes. Eu tenho feito a comparação com o processo participativo da revisão do Plano Diretor do município de São Paulo. Só comparativamente também, a nossa população no Distrito Federal tem 3 milhões de pessoas e o município de São Paulo, 12 milhões de pessoas. Enquanto nós fizemos 90 Reuniões Públicas, o município de São Paulo fez 31. Enquanto nós tivemos, presencialmente, 11.753 pessoas, o município de São Paulo teve 12 mil pessoas participando. Então, comparativamente, o nosso processo de participação é efetivo. O questionamento em relação ao tempo de discussão, ele não necessariamente está relacionado à efetividade da participação no processo. Isso por quê? Se a gente discute a mesma matéria durante cinco anos, é natural que os dois primeiros anos, quanto mais o tempo passa, mais o que foi discutido é esquecido, a realidade é alterada e a gente tem uma atualização que já não é mais atual. Quando a gente concentra a discussão, e isso realmente a gente fez, nesse ano de 2025, nós temos sim uma participação

efetiva. Todas as pessoas estão discutindo a mesma proposta. Todo mundo está acompanhando exatamente os mesmos fundamentos. Então, houve sim, um esforço concentrado nesse ano de 2025 para que a gente concentrasse tudo o que está sendo discutido em um período curto. Isso também é estratégia de participação efetiva. Não podemos considerar que o que está no pedido do CGP, por alguns membros, e o que está na recomendação do Ministério Público é a verdade em relação à participação. Temos dois pontos de vista, pode ser que um deles esteja errado, pode ser que nenhum dos dois esteja errado. Mas a gente, também, precisa tomar um partido e dizer que a gente está seguindo por uma linha fundamentada e, assim, a gente precisa seguir até o final para que a gente alcance o resultado. E assim estamos seguindo, com a tranquilidade de que estamos contemplando tudo aquilo que é possível dentro do Plano de Diretor e ouvida a população do Distrito Federal. Também, a título de informação, nós tivemos de 2021 para cá, trinta e quatro reuniões do Conselho de Gestão Participativa. Então, toda a estratégia de divulgação do Plano de Diretor foi pensada pelo Conselho. É claro que nunca é unanimidade e nem vai ser. Nós temos 32 entidades da Sociedade Civil. Se a gente conseguir a unanimidade, realmente é difícil, mas a gente tem tentado. Então, todas as indicações feitas pelo CGP, na medida do possível, estão sendo atendidas. Exemplo disso é o esforço da Secretaria de Comunicação do Governo, por determinação do Governador Ibaneis, de janeiro para cá, na divulgação do Plano Diretor. Eu tenho certeza que todos os secretários e representantes da sociedade civil aqui presentes viram propagandas em todos os meios de comunicação sobre o Plano Diretor. E eu também pergunto aos secretários, ‘alguém já viu essa divulgação tão ampla em algum projeto? Então, realmente, há um esforço do Governo de atender aquelas reivindicações, e nem todas podem ser atendidas por motivos técnicos ou por motivos fáticos. O Estado tem as suas limitações e, em alguns momentos, realmente a gente não tem a possibilidade de fazer tudo aquilo que é posto. Mas tudo o que está dentro do que foi colocado pelo CGP, nós avaliamos uma forma de cumprir e, temos agora também, uma estratégia de mobilização para essa última audiência, para que a gente tenha o máximo e o mais efetivo processo de participação popular. E, só para entenderem, a competência da Comissão de Governança, para a qual a gente está aqui reunido, é mediar e opinar sobre as questões relevantes acerca de situações, divergências e conflitos institucionais no âmbito do desenvolvimento dos trabalhos do grupo técnico interinstitucional e do Comitê de Gestão Participativa”. Finalizou abrindo a palavra para contribuição e participação dos conselheiros presentes. Seguidamente, o Senhor **Zeno José Andrade Gonçalves**, representante da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal (SEMOB), fez as seguintes ponderações: “Bom dia aos membros desse comitê, desse comitê de gestão. Marcelo, é muito importante fazer um registro sobre um outro processo de revisão do plano diretor que está em curso, que é o nosso plano diretor de transporte urbano. E, fatalmente, qualquer alteração no cronograma do PDOT vai afetar o cronograma do PDTU. Então, veja que o atendimento desse pedido vai nos obrigar a rever todos os nossos cronogramas também, que já está apertado, justamente por conta da pressão do ano eleitoral, que é 2026. E, também, o Plano Diretor de Transporte Urbano está atrasado, e esse atraso, todo mundo sabe, a pandemia ocasionou, afetou todos os nossos prazos. Mas, tão importante e relevante quanto o PDOT, também é o PDTU, porque trata daquilo que afeta a vida das pessoas diariamente, que é o transporte urbano. A gente também tem utilizado, cumprido à risca todo o ordenamento legal quanto à participação. De novo, o Governo já sinalizou que vai também dar esse cuidado na divulgação, assim como teve no PDOT, como nunca houve na história antes, e a gente ficou bastante animado com isso, porque entende que o governo faz questão dessa participação, e isso é importante registrar. Por mais que é legítima, a recomendação do Ministério Público, e das entidades, mas, enquanto membro deste comitê, eu manifesto pela manutenção do atual cronograma estabelecido para votação e para encaminhamento do PDOT na proposta de lei à Câmara Legislativa”. Adiante, o Senhor **Rafael Borges Bueno**, representante da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (SEAGRI), considerou: “Bom dia a todos. Bom dia, Presidente. Eu sigo a manifestação também do Secretário Zeno, porque, quando a gente fala de área rural e a pressão imobiliária sobre as áreas rurais, a falta do PDOT amplifica essa pressão sobre as áreas rurais. E, para nós, é muito cara a manutenção das atividades rurais em seus lugares delimitados, compatibilizado com oferta de áreas para habitação, para que a gente possa manter a produção agropecuária, o abastecimento agroalimentar e mais, a preservação dos mananciais de água. Então, qualquer atraso em relação ao PDOT, ambientalmente e em termos produtivos, isso vai ser muito grave, só vai amplificar essa ocupação desordenada. Então, da mesma forma, nós opinamos pela manutenção do prazo já estabelecido atualmente. Obrigado! ” Posteriormente, o Senhor **Antônio Gutemberg Gomes de Souza**, representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal (SEMA), inferiu: “Bom dia a todos! Eu quero dizer, Marcelo, que, de fato, eu

nunca vi uma publicização e um chamado à sociedade para a discussão do Plano de Ordenamento Territorial, como está acontecendo agora. E é importante ressaltar que nós estamos perdendo o território por crime. Ou seja, enquanto não há um ordenamento do território, de fato, as consequências ao meio ambiente são terríveis. Eu tive a oportunidade de fazer uma reunião do CONAMA, do qual eu presido, o Conselho de Meio Ambiente, apresentando o PDOT. Então, os conselheiros que estão no Conselho de Meio Ambiente tiveram a oportunidade de debater com a equipe técnica da SEDUH. Enfim, a SEMA e o IBRAM têm participado de várias audiências públicas. Então, eu só vejo prejuízo à não manutenção do calendário que já foi acordado. Então, portanto, eu defendo que a gente mantenha o prazo, porque, de fato, é uma situação que, chega o ano que vem, um ano eleitoral, você vai ter dificuldade. Tem gente que está apostando nisso. Apostando, inclusive, para fazer discurso político em cima de uma questão que é terrível, que é o impacto ao meio ambiente. Então, eu voto pela manutenção do prazo”. Em seguida, a Senhora **Samia Waleska Pereira B. de Carvalho**, representante do Comitê de Gestão Participativa (CGP), ponderou: “Primeiro, apresento minhas desculpas pelo atraso. Sou membro do CGP. Também sou advogada. Inclusive, na última reunião, eu salientei o trabalho hercúleo, que a nossa subsecretária está conduzindo no PDOT, tem feito com toda a sua equipe. Isso a gente tem que dar mérito a quem tem mérito. E eu também manifestei, naquele momento, a partir da manifestação do doutor Dênio, o promotor de justiça, que também tem assento no PDOT, no CGP, essa questão da participação popular. O grande problema é que, infelizmente, as pessoas estão acostumadas a passar a procuração em branco. Isso é fato. Nós não tiramos o mérito da questão do cronograma apertado. Também não tiramos o mérito da questão das invasões que ocorrem do dia para a noite, da ocupação desordenada do território, da necessidade da preservação ambiental. Mas, também, eu acho que a gente deve estar atento aos sinais. Qual é a minha leitura? Que eu até coloquei na última reunião, Secretário. Eu disse, até o professor Benny, ele referenciou uma situação quando ele coordenava o Plano Diretor de Ordenamento Territorial de Pirenópolis, estava transcorrendo e, em seguida, veio o Ministério Público, ingressou com ação judicial e rompeu aquilo. Eu acho que a gente tem que buscar o equilíbrio, nem tanta o mar, nem tanta a serra. Se está existindo uma solicitação formal do Ministério Público para que a gente desacelere, algo em torno, não sei, de um mês, dois meses, eu acho que a gente deve ter atenção a isso. Porque eu tenho certeza absoluta que o que o governo do Distrito Federal menos quer é que o Ministério Público entre na justiça e coloque o pé na parede. Que a revisão do PDOT, do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, que já enfrentou tantas dificuldades de 2019 para cá, principalmente, praticamente, um ano e meio, quase dois anos, sem que ele fosse exteriorizado em função da pandemia, 2020, 2021, essa situação, ela vem a se complicar mais ainda quando essa revisão sair do âmbito administrativo e for para o âmbito judicial. Então, assim, eu sei que o Santa Rosa, que também representa aqui o CGP, já deve ter falado sobre a necessidade de se buscar uma adequação a essa solicitação do Ministério Público e, embora não tenha estado presente no momento em que ele iniciou a fala, eu opto, opino, melhor dizendo, para que nós possamos fazer uma adequação, um meio termo, nem tanto ao mar, nem tanto a Serra, como eu falei, porque a situação é grave no que diz respeito à participação popular. E, não obstante, nós tenhamos visto os esforços que o GDF tem feito no sentido de chamar realmente a população. Tivemos quase 5.300, não foi isso, Juliana? Participação mediante, contribuições mediante, muito mais do que isso. Então, essa, assim, eu creio que nós possamos também intensificar a situação relativa à publicidade, ao chamamento, usar principalmente das redes sociais para que a gente consiga o engajamento do maior número possível da população. Obrigada! ” Em esclarecimento a fala anterior, o Senhor **Marcelo Vaz Meira da Silva** realizou a seguinte colocação: “Até o momento em que a senhora tinha chegado, só eu tinha falado, Santa Rosa ainda não se manifestou. Mas eu vou falar sobre os números que eu também tinha dito no início. É o seguinte, foram, só pela ferramenta de participação virtual, 10.715 participações, e a quantidade de pessoas que participaram presencialmente nos 90 eventos abertos ao público foram 11.753. Eu tracei aqui um comparativo com a revisão do Plano Diretor de São Paulo, em que tem quatro vezes a população do Distrito Federal, foram 31 eventos abertos ao público, contra 90 do Distrito Federal, e 12 mil participações. Então nós temos, basicamente, a mesma participação de São Paulo, com quatro vezes menos população. Então, na verdade, há uma questão aí a ser considerada sobre a efetividade do processo participativo. Não há, pelo menos, não nos foi apresentado nenhum dado fático ou técnico que, de fato, confronte essa participação. E um outro ponto, em relação à adequação do cronograma, eu também já tinha esclarecido que nós fizemos reuniões com os deputados, a última delas nesta segunda-feira, em que foi externado que não há possibilidade de deliberação desse projeto na Câmara no ano que vem, em razão do ano eleitoral. Por outro lado, todos se manifestaram no sentido de que querem votar esse projeto no final deste ano, com quatro meses de discussão na Câmara. Para que esse tempo, e é

questão matemática, para que esse tempo seja cumprido, nós temos que chegar com o projeto na Câmara em julho. Qualquer dilação de prazo, nesse momento, já inviabiliza todo o processo. Então, o desafio, se houvesse essa possibilidade de adequação, se sobrasse tempo para que a gente conseguisse trabalhar o cronograma, é óbvio que o governo do Distrito Federal não quer a judicialização. Nós queremos, de fato, seguir com o processo da melhor maneira possível. Mas também nós precisamos ponderar a possibilidade de que a gente atenda a recomendação e, ao mesmo tempo, cumpra aquilo que foi definido no início do ano entre os chefes do Legislativo e do Executivo”. Seguindo a ordem das inscrições de fala, o Senhor **Cristiano Lopes de Cunha** representante da Casa Civil (CACI), considerou: “Eu acho que foi colocado já aqui, Marcelo, muito esclarecedor. Todas as áreas técnicas pronunciaram da importância do projeto, de conseguir aprovar o PDOT. Você já colocou aí a defasagem de tempo que nós temos já de atraso na revisão deste Plano Diretor, que é tão importante para a regulação do planejamento urbano da cidade. E o mais importante aqui, eu falo como Casa Civil, não tenho conhecimento técnico, como meus colegas aqui têm, como meus pares têm, mas é esse acordo. Quando a gente senta em uma mesa e conversa e faz o acordo entre o Executivo e o Legislativo para que a gente possa dar prosseguimento à aprovação desse projeto, é importante entender isso, que como se nós tivéssemos também tempo para poder encaixar essas recomendações que o MP trouxe aqui para a gente, obviamente nós fazemos a conjugação de tempo. Mas, diante do pouco espaço que nós temos, da importância que nós temos com relação ao tratamento dessa matéria, torna-se inviável fazer qualquer alteração neste cronograma. Então, corroborando com a maioria expressa aqui, que já foi colocada à mesa, a Casa Civil entende da importância de se manter esse cronograma, respeitando o posicionamento dos acordos feitos entre o Executivo Distrital e a Câmara Legislativa Distrital, para que nós possamos realmente concretizar ainda este ano a votação junto à Câmara Legislativa e darmos realmente uma efetividade a esse trabalho hercúleo que a Secretaria de Desenvolvimento tem feito. Então, são essas minhas breves palavras e fecho dizendo que eu concordo com a manutenção do cronograma”. Adiante, o Senhor **Marcos Luiz Santarosa**, representante do Comitê de Gestão Participativa (CGP), fez suas ponderações, que seguem: “Bom dia a todas e a todos! Primeiramente, eu gostaria de me apresentar. Meu nome é Marcos Santarosa. Alguns dos secretários eu já tive o prazer de trabalhar juntos em várias questões. Eu sou morador e represento o Núcleo Rural Lago Oeste, que é metade zona rural de uso controlado e a outra metade é uma área de proteção de manancial. Então, a gente está representando uma área de produtor de água. Bom, primeiramente, eu quero cumprimentar a atual equipe técnica da SEDUH. Eu tive a oportunidade de estar aqui bem antes de ser membro do CGP, para questionar um diagnóstico que foi feito no Lago Oeste, que foi nessa mesma sala. Foi um momento muito tenso e hoje eu estou sentindo um pouquinho dessa tensão, está repetindo novamente aqui hoje, porque eu sei que é o último momento que de repente a gente pode convencer os senhores de que o nosso pleito não é contra a continuidade da PDOT, porque, pelo contrário, a gente quer que ele chegue bem amarradinho na Câmara, para que ele seja votado mais rapidamente. E eu vou tentar explicar o que eu quero dizer com isso. Bom, mas antes de passar à questão técnica propriamente dita, eu gostaria de esclarecer ao secretário Gutemberg, vou chamar de Guto, porque o nosso conhecimento antecede aqui essa reunião formal, que não existe nenhum, nenhum viés político na ação do CGP até o momento. Pelo contrário, são pessoas da sociedade civil que fazem isso de forma voluntária, pesado. Nos últimos tempos as reuniões foram intensas. Nós temos a obrigação também de participar do GTI. Então foram várias, várias, várias reuniões. Outra coisa que eu quero lembrar, que nós não estamos sem PDOT. O PDOT está vigente, viu, Doutor Rafael? Nós não podemos dar nenhuma desculpa que não tem PDOT para o que acontece em Brasília. Aqui eu vou repetir o que eu ouvi de vários membros do governo do Distrito Federal na abertura da Conferência Distrital de Meio Ambiente, que todos falaram que o mal de Brasília é a... como é que é o termo que usa? Não é bem especulação imobiliária? É invasão, alguma coisa assim. E a grilagem. Agora, para isso existe mecanismo, gente. É uma coisa que a gente vê muito pouco, e eu sou testemunha disso. Eu fui presidente várias vezes da Asproeste, no Largo Oeste, não porque eu queira, mas porque tem poucas pessoas que pensam na comunidade, pensam em trabalhar comunitariamente, e levar fiscalização para fiscalizar é um drama. Um dia, eu disse para o Doutor Nenner que fiscalização do Distrito Federal é uma quimera, e eu tive que traduzir quimera, que é um termo antigo, é um sonho, porque ela está no papel na prática, é muito difícil fiscalizar. E a gente pode depois discutir por que isso, mas isso é uma realidade. Mas agora eu vou tentar explicar um pouquinho o porquê desse pedido do CGP, do Ministério Público, sobre essa prorrogação. Primeiro, eu gostaria de esclarecer o seguinte. A visão da participação popular, como disse o Secretário Marcelo, a gente pode estar olhando a mesma coisa de duas formas diferentes. Tem aquela coisa do copo de água, ele está meio cheio ou está meio vazio? Depende. Se a pessoa estiver com muita sede, ele está meio vazio.

os 15 dias, porque todas as avaliações eram feitas diariamente. Então, basicamente, o final desse período de 15 dias é que foi incorporado e avaliado no final de semana para que a gente tivesse condições de convocar na terça-feira. Então, nada do que foi apresentado deixou de ser avaliado e deixou de ser disponibilizado à consulta pública da audiência. Sobre o CONPLAN, nós instituímos a Câmara Temática de Discussão do Plano Diretor. Essa sexta-feira, agora, nós já estamos na quinta reunião. Então, também não é correto dizer que tão logo saia da audiência ele vai para o CONPLAN. Ele já está no CONPLAN, o CONPLAN já está debatendo a versão final do PDOT e assim será até após a audiência, quando os próprios conselheiros decidirem que é o momento de deliberar. Então, ainda tem essa variante aí que talvez a gente não consiga cumprir o cronograma, mas a gente depende dessa conversa com o CONPLAN. E um outro ponto que é também importante eu dizer, eu não usei nem a expressão 'tática' nem 'política', porque a decisão que foi tomada pelo governador e pelo presidente da Câmara em consenso foi com base na apresentação técnica que eu levei. Então, não houve decisão política sobre a revisão do Plano Diretor e muito menos tática. Há um consenso a respeito daquilo que se julgou viável tanto para o Legislativo quanto para o Executivo, com base em dados técnicos. E por fim, eu questiono um fato, o pedido de algumas entidades do CGP é de que tenha mais 20 dias de disponibilização dessa versão e da ferramenta. Após os 20 dias, tudo isso que o senhor está colocando vai acontecer de novo. Vai ser questionado se teve prazo para a gente incorporar tudo. Eu vou convocar outra audiência pública e talvez alguém questione mais por quê que não deixou mais cinco dias. Assim como a pergunta que eu digo. O prazo legal é de 30 dias. A SEDUH abriu 15 dias por liberalidade. Por que 20 dias a mais? Por que não 10? Por que não 30? Não tem nenhum amparo técnico nesse pedido de 20 dias. Por que esses 20 dias a mais vão garantir uma participação efetiva que se alega não ter até hoje? Então são pontos que a gente precisa ter resposta. Se houver fundamento, a gente pode até conseguir avançar. Mas até o momento que chegou, tanto na recomendação do Ministério Público quanto na carta dos representantes do CGP, foi que seja aberto o prazo de 20 dias porque ainda não teve participação efetiva. Mas vai ter com os 20 dias? Essa reflexão também precisa fazer parte desse diálogo que a gente está tendo aqui agora". Adiante, o Senhor **Marcos Luiz Santarosa** respondeu: "Nós nunca tivemos, nós não fomos atendidos nos prazos porque a abertura da ferramenta por pouco mais de tempo propiciou a gente entender um pouquinho mais como é que estava a minuta. Nós estamos discutindo a minuta, gente. Daqui a pouco isso é lei. Então, exemplos: Eu disse que eu elaborei uma proposta e não tive retorno de por que ela não foi aceita. Quando eu a mencionei, eu me lembro que o Mário falava depende do jurídico. O jurídico, baseado em leis, eu mesmo não sendo deputado, sendo advogado, eu tenho condição de procurar qual é a base dessa lei. Então não houve retorno. E isso faz parte da participação social. Por que eu vou apresentar de novo essa proposta? O que eu tenho que modificar nela para ela passar? Eu não sei. E eu não recebi retorno. Então esse é o ponto. Aí volto ao exemplo do copo d'água. Na sua opinião parece que está tudo certo, na nossa não está. E a gente não pretende fazer uma queda de braço e ir esticando esse prazo, esticando a corda até ela arrebentar. Não é esse o objetivo. Aliás, a gente tem feito elogios. Algumas partes, algumas coisas que foram incorporadas no entorno do PDOT são coisas modernas. Moderno é um termo meio estranho, mas são coisas que realmente vêm em encontro com essa tal de crise climática que eu acho que a maioria das pessoas entende que ela existe. Então tem coisa muito boa que está vindo aí. Agora tem coisa que ainda não está bem amarrada. Nós tivemos um GT das áreas de proteção de manancial a pedido do CGP. E em um determinado momento eu vi que hoje o PDOT atual, ao contrário do PDOT em revisão, a proposta, vamos dizer assim, ao contrário do atual vigente, ele está sendo mais liberal em termos de parcelamento em áreas de proteção de manancial. E essa proposta de manter como está hoje não houve retorno de uma justificativa porque tem que ser. Então tem coisa que não está bem amarrada. E o maior temor é que aconteça o que aconteceu com o PDOT de 2009. Os senhores todos sabem que alguém fala que o PDOT não é 2009, ele é 2012. Porque, na verdade, 2009, quando veio a interpelação judicial e ele foi estancado, ele passou a valer depois que foi feita a mini revisão de 2009 e 2012. Quer dizer, é isso que a gente tem que possa acontecer. Então não há... Os nossos objetivos são comuns, volta a repetir". Posteriormente, o Senhor **Valter Casimiro Silveira**, representante da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Público do Distrito Federal (SODF), fez as seguintes inferências: "Bom, Marcelo, eu acho que, como foi dito aqui, a gente já está há muito tempo discutindo o PDOT. Eu acho que, mesmo vencendo essas etapas que a gente está vencendo agora, com as discussões que foram feitas, com a audiência pública, esse processo ainda vai ter uma grande discussão na Câmara Legislativa, como foi colocado aqui, quatro meses ainda de discussão na Câmara Legislativa. A gente está há cinco anos discutindo o PDOT. E eu acho o seguinte, tiveram participações, e aí, como foi colocado aqui pelo nosso membro, Marco Santarosa, a avaliação de número pode ser relativa para um, com grande representatividade, ou não,

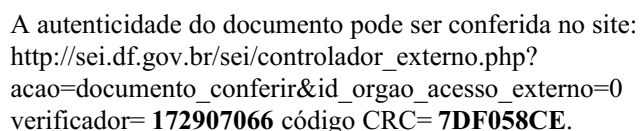
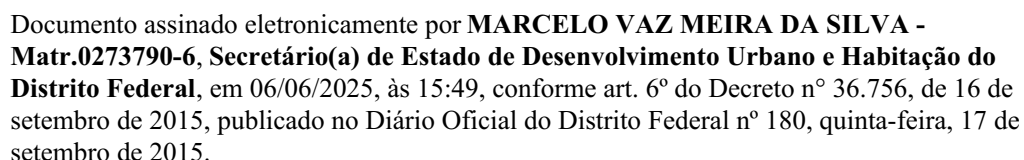
para outro. Mas eu acho o seguinte, a gente precisa avançar, cumprindo cada etapa, e tendo consciência de que o processo não estanca no momento em que a gente encaminha a finalização da audiência pública para a Câmara Legislativa. A Câmara Legislativa é composta por membros que foram escolhidos pela sociedade. São os nossos representantes que estão lá e vão continuar a discutir esse processo. Então, vão ter pessoas sempre que questionam o conteúdo do PDOT como está na proposta, vão ter pessoas que concordam, e isso faz parte da nossa democracia, onde a gente expõe os nossos sentimentos, nossos interesses, e o que a gente entende como o melhor para a sociedade, e outros têm outros pontos de vista. Então, eu acho que a gente cumpriu a etapa com todos os requisitos legais previstos na legislação para a discussão, e não foi pouco tempo para a discussão, cinco anos, eu acho que chega a ser até um tempo demais para ficar discutindo isso, porque aí a gente fica voltando a assuntos, como você mesmo disse, o que se discutiu há quatro anos atrás já está esquecido, então a gente precisa avançar as etapas, e isso, como eu disse aqui, não é o fim em si mesmo, porque a gente vai voltar a discutir isso na Câmara Legislativa, mas quatro meses, conforme foi até colocado pelos nossos Deputados, na intenção de ter esse tempo todo para discutir isso na Câmara Legislativa. Então, eu tenho uma posição de que a gente precisa avançar, eu acho que a gente não pode mais protelar, não dá mais para a gente estender o prazo para encaminhar isso para a Câmara Legislativa, esse é o meu ponto de vista, e eu acho que tem que ser cumprido os prazos já pré-estabelecidos, conforme já tínhamos discutido, e seguir o processo com o cronograma já definido". Em seguida, o Senhor **Antônio Gutemberg Gomes de Souza** pontuou: "Bom, gente, eu acho que aqui, Marcos Santarosa, há um consenso, da aprovação da lei, e a gente está dialogando aqui, eu acho que com prazos, vinte dias, o que acontece é que esse processo precisa ir para a Câmara, então, já tem um acordo na Câmara de que, de fato, os parlamentares precisam de quatro meses, sabe? Um processo complexo como esse, e aí eu vou parabenizar, inclusive, o governo, a sociedade civil, porque nós nos debruçamos aqui, como disse o Walter, cinco anos, ou seja, a discussão, eu estou, inclusive, participando com a equipe técnica da Câmara Técnica aqui, do CONPLAN, então, nós temos aí, usado todas as nossas prerrogativas para que, de fato, a gente publicize isso. Houve publicidade na TV, ou seja, teve panfleto, quem entra na SEMA eu entrego, a gente tem dialogado muito sobre isso, agora, é muito complexo, eu tenho certeza, Santarosa, que nós não vamos ter unanimidade como tudo na vida, é complexo mesmo. Agora, não há má intenção, ou seja, eu acho que a gente tem que estar trabalhando aqui com a perspectiva do ano eleitoral ao ano que vem, porque o ano eleitoral ao ano que vem, ele vai contaminar, no bom sentido, toda a discussão, não é só essa, não, toda a discussão, e nós temos, inclusive, regramentos para o ano que vem, o ano eleitoral, é um ano de *sui generis*, então, eu acho que a gente está trabalhando aqui com a perspectiva, aí, vinte dias, para que a gente faça, cumprir esse cronograma da Câmara, porque se fosse aqui, Marcelo, só no CONPLAN, eu acho que a gente ajustava, sabe, mas como você tem um outro ente da Federação, que é o Legislativo, não dá para ver, olha, nós acordamos aqui, e aí agora vocês estão dizendo que não vão conceder, com que justificativa a Câmara Técnica chega para os parlamentares e diz, olha, não houve acordo, porque a gente corre um risco muito grande. E a verdade é que, de fato, você tem razão, Santarosa, existe uma lei vigente, mas a verdade real é que nós temos um adensamento populacional, a vida está continuando lá, a fiscalização tem atuado, para você ter uma ideia, o Governo Ibaneis, agora, aumentou em mais de 100% a fiscalização, está lá, nós contratamos auditores para fiscalização você pode checar no IBRAM agora, sabe, então, a gente tem feito um esforço, eu tenho trabalhado intensamente. O SISDIA, que é uma ferramenta que nasce da lei, para que a gente tenha a possibilidade de estar trabalhando com a tecnologia em favor da fiscalização e do Ordenamento Territorial. Então, quero dizer que a gente tem buscado instrumentos para facilitar e, de fato, não há má fé, eu tenho acompanhado isso, tenho um histórico de Proteção Ambiental, tenho uma deficiência em função de estar cuidando de uma Unidade com Proteção Ambiental, lá nos anos 90, e eu sei o que é o crime organizado, ou seja, qual é a dinâmica deles. Então, a gente tem perdido áreas e eu estou convencido, aí eu não falo só por mim, eu estou falando pela equipe técnica também que é o IBRAM e a SEMA, que nós trabalhamos juntos, de fato, a gente já fez as discussões necessárias e esse projeto, nós vamos acompanhar, inclusive, a discussão no Parlamento, porque ele não acaba aqui. Eu acho que a gente está aqui, Marcelo, só para manutenção do que foi acordado em relação aos prazos, sabe? Mas a discussão, ela continua e não serão 20 dias, serão 4 meses. E eu tenho certeza que a sociedade civil vai poder influenciar, então, assim, eu faço um apelo aqui para que a gente se atenha a esses prazos. É só isso". Em resposta, o Senhor **Marcelo Vaz Meira da Silva** reforçou: "Eu acho muito bem colocado, Guto, em relação à discussão técnica, acho que o Santarosa também falou. Nós estamos perdendo um tempo, que é precioso, de discussão do conteúdo do projeto, para discutir se prorroga ou se não prorroga. Eu dou o exemplo. Semana passada, nós tivemos uma

reunião do CGP que seria para definir o plano de mobilização para a audiência pública. Passou para hoje à tarde. Se esse plano de mobilização não é discutido, a gente não tem mobilização e não chama a população para discutir o que tem que ser discutido. Então, não adianta a gente ficar nessa situação de prorrogar ou não prorrogar, enquanto isso, o conteúdo em si não está sendo discutido. É importante que a gente avance. Se lá na frente a gente chega na conclusão de que, olha, não dá, o conteúdo aqui não é satisfatório, aí a gente pode mudar de ideia, mudar de planos. Mas não adianta perder tempo discutindo e deixando o conteúdo principal sem discussão". Ato contínuo, o Senhor **Izidio Santos Junior**, representante da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (TERRACAP) fez suas contribuições acerca da pauta: "Secretário Marcelo e demais, considerando toda a exposição e as contribuições dos que me antecederam aqui, entendo que praticamente tudo já foi discutido, já foram acordados previamente, e a nossa opinião é pela manutenção desses prazos, com certeza, e como foi muito bem dito aqui pelos dois secretários que me antecederam, essa discussão, ela acaba na Câmara. Então, aqui a gente está num ponto de exaustão dessa discussão já, e ela será debatida na Câmara. Outras contribuições virão, e lá que é o local correto para isso. E quanto aos prazos, a minha opinião é para se manter, claro, até por conta desse posicionamento da Câmara Legislativa que eles não têm mais prazo. Isso aí, a gente não tem interferência nos prazos deles, eles é que definem sobre isso, minha opinião é essa". Em complementação, o Senhor **Marcelo Vaz Meira da Silva** considerou: "E ainda, a gente ainda não chegou à exaustão, vale lembrar que tem 30 dias até a audiência para a discussão, depois disso ainda tem discussão no CONPLAN, nós estamos discutindo, na reunião da Câmara Técnica, a gente está discutindo linha por linha do Plano Diretor no CONPLAN. Não existe a possibilidade de se alegar que o CONPLAN não avaliou. E o CONPLAN definiu o regimento da Câmara Técnica, o CONPLAN definiu os Representantes da Câmara Técnica, então essa discussão já está acontecendo e continuará acontecendo, ainda depois da Audiência Pública. E, como muito bem colocado, a Câmara Legislativa também precisa do prazo dela, porque também é um momento correto de discussão". Após, o Senhor **José Humberto Pires de Araújo**, representante da Secretaria de Estado do Governo do Distrito Federal (SEGOV) ponderou: "Bom dia! Bom dia a todos. Cumprimentar o Secretário Marcelo, a Tereza, a Juliana, o Mário, a equipe aqui da SEDUH, o trabalho fantástico que está sendo feito, reconhecido pela sociedade. E, queria cumprimentar a Doutora Samia, o Doutor Marcos Santarosa. Temos encontrado, para falar, o Lago Oeste, aliás, melhorou muito mesmo, não é, Marcos? A Meire Motta foi uma boa interlocutora, para que a gente possa ter o Lago Oeste cada vez melhor. Cumprimentar meus companheiros aqui de Governo. Fiquei por último para fazer uma avaliação do que eu ouvi de cada uma das pessoas. Eu acho que a gente pode ponderar dois temas aqui. O primeiro, o prazo que temos e o segundo prazo que não teremos. O prazo que temos é extremamente importante ser usado de maneira produtiva. Vamos trabalhar esse prazo que temos dentro dos comitês específicos e eu tenho certeza que não faltará da parte de vocês nenhum tipo de abertura para que fique muito claro tudo o que está sendo discutido. O prazo que não teremos é um tema, como foi muito bem-dito, que está dentro de uma proposta ajustada com a Câmara Legislativa. Então, nos resta encontrar aí um ponto. E esse ponto, eu entendo, que é aumentar a produtividade enquanto temos tempo. Eu acho que esse é o apelo que a gente precisa fazer. Eu estou falando isso porque eu estou tocando dois projetos lá na Câmara Legislativa e ontem eu tive que fazer uma reunião a pedido dos deputados com os interessados de esclarecimento, uma reunião demoradíssima, mas ao final ficou muito claro que havia erros de interpretação das partes. E isso é natural, porque quando você não conhece com profundidade o tema ou não mergulhou de maneira profunda no tema, é claro que haverá dúvidas. Agora, por volta de duas horas, todo mundo saiu consciente do que estava se tratando e, felizmente, o projeto vai continuar sem aquela opinião inicial de que, de fato, era um projeto prejudicial a uma parte daquelas pessoas interessadas. O outro, um outro projeto, que também é de interesse da sociedade, que, depois de muita discussão dentro da Câmara Legislativa, foi pedido uma revisão, e fizemos a revisão e mandamos muito rapidamente essa revisão. Por que estou enfocando isso? Porque essa é a prática entre Executivo e Legislativo, Sociedade, Executivo, Sociedade e Legislativo, é o direito, nós vivemos em uma democracia, o direito é de manifestar. Então todos nós temos condições, sim, em cada um dos fóruns, dar as nossas opiniões, as nossas contribuições, sobretudo quando você está falando de alguma coisa que vai ordenar uma cidade, como é esse caso. Eu encerro aqui as minhas palavras, chamando a atenção para dois aspectos, aliás, para mais um aspecto, oportunidade e conveniência. Isso é uma coisa a ser pensada, e pensada de maneira muito clara. É uma oportunidade que temos agora e é conveniente que nós façamos agora. Porque outra oportunidade dessa não vai gerar a conveniência para os próximos passos, os próximos anos. Uma vez que, não sendo aprovado esse ano, teremos a nova Câmara, teremos um novo governo, teremos começado tudo de novo, e tudo que foi preparado morre, fica desatualizado, fica fora

da discussão atual. Essas coisas precisam estar muito claras na nossa mente. A gente precisa aproveitar essa oportunidade. E por que eu chamo oportunidade e conveniência? A conveniência é para a sociedade. Eu estou acompanhando as administrações regionais, está dentro da minha pasta. Eu vou toda semana nas RA's. Anteontem eu fui, só para vocês terem ideia, Taguatinga, Ceilândia, Sol Nascente e Gama. E ontem eu fui em Águas Claras. Estamos, inclusive, tratando daquela questão dos prédios na acabada de Águas Claras, que está acabando com a cidade. E nós vamos dar um jeito de resolver essa questão. Por que eu estou dizendo? Nós temos a necessidade de, embora o PDOT que esteja aí não se discute se ele dá essa oportunidade ou não, mas nós temos a necessidade de atualizar o desenvolvimento urbano da nossa cidade. Não estou falando ainda rural, estou falando urbano, que está extremamente complicado. Se você tem ideia, o Deputado Rafael Prudente me ligou lá da Chácara 94, ontem era por volta de dez horas da noite, dizendo que estou aqui em uma reunião, não tem luz, precisa fazer energia legal aqui neste lugar. Ou seja, o desenvolvimento da cidade chega antes do Governo, antes da legislação, porque o povo não espera, ninguém tem tempo para esperar. Esse é o ponto. Daí a razão da gente ter que ser rápido nesse processo, e aí eu faço um apelo aqui à sociedade civil, conheço muito bem a Doutora Samia, e o Santarosa e todos os que estão nesse negócio, para que a gente aproveite esse tempo que ainda temos, para que a gente mergulhe, tire todas as dúvidas, vamos andar. Vamos andar e vamos usar o que nós temos de tempo para que a gente possa fazer o melhor possível. E a oportunidade de a gente encaminhar para a Câmara, o prazo ajustado por eles, mas sem perder a necessidade de manter o diálogo com o Executivo, com o Legislativo, a fim de que nós encontremos lá o melhor caminho para que as coisas possam caminhar. Eu deixo aqui a minha palavra final". Não havendo mais considerações, o Senhor **Marcelo Vaz Meira da Silva** reforçou: "Bom, então acho que a gente pode encerrar a reunião para o objetivo que se propôs, que era discutir, na forma como está na pauta ali, o debate quanto ao cronograma do processo de revisão. Eu acredito que não é unânime, como nunca vai ser, mas nós temos um consenso de que não há possibilidade de retardar esse cronograma. E aí, Santarosa, infelizmente a Samia não está presente nesse momento, ela está ali. Eu acho que é importante que vocês, como membros do CGP, transmitam a intenção do Governo do Distrito Federal de tratar a matéria da melhor forma possível. Não há atropelo. É um planejamento. O planejamento pode não ser consenso, mas é um planejamento. Um planejamento de que a gente precisa cumprir o cronograma para que a gente tenha um plano diretor atual. Concordo que há um plano diretor vigente. Mas eu vou dar um exemplo aqui que o secretário Valter, por exemplo, sofre. Há uma ocupação desordenada na 26 de setembro que não está prevista no plano diretor vigente. Como que a gente trata aquela população? Como que eu falo para a população não posso fazer nada por vocês porque o plano diretor atual não prevê essa área como regularização? Como é que o secretário de obras entra lá para fazer drenagem, para que a gente não veja aquelas matérias na época de chuva? Asfalto não, porque não tem asfalto. De terra sendo levada, de carros sendo levados. Como o governo age? Eu preciso de um Plano Diretor atual. Estou dando um exemplo de 26 de setembro. E todos os outros exemplos que eu tenho certeza que o senhor já leu, e todos os secretários, em relação aos avanços de instrumento urbanístico, aos avanços em relação à preservação do meio ambiente. Tem vários instrumentos que são inovadores aqui e inovadores no Brasil. Nós temos condições de avançar com essa pauta a nível do Distrito Federal dando exemplo para o Brasil inteiro. Isso tem que ser considerado. É uma questão matemática. Se a gente não fizer esse esforço agora, nós não teremos a legislação atualizada. Nós teremos um plano diretor vigente por 20 anos. Os problemas ambientais vão se agravar. Eu não tenho dúvida nenhuma. A 26 de setembro sem drenagem vai ter a população crescendo. Vai ter o problema ambiental se agravando. E a gente discutindo o plano diretor e a gente discutindo se precisa de mais 20 dias ou se o prazo que foi dado foi suficiente. Então eu estou fazendo uma fala quase que como um desabafo aqui para que vocês também entendam. É um equilíbrio que precisa chegar. Eu não consigo ouvir só uma parcela da população em detrimento de outras. Eu não sei se o senhor, a Juliana, falou na reunião do CGP da semana passada, mas na terça-feira a gente recebeu uma recomendação do Ministério Público. Essa recomendação foi divulgada na imprensa. De quarta-feira até hoje eu tenho recebido dez e-mails, por dia, solicitando a não prorrogação do prazo da mesma sociedade civil. Por que eu vou dar voz a uma parcela da sociedade e eu vou deixar invisível o restante? Então a gente tem um esforço aqui na secretaria de tentar conciliar todos os interesses. E estamos tentando. E eu acredito que, consensualmente, inclusive na sua fala, nós tenhamos um plano diretor atualizado. E para isso a gente tem que ter ele votado nesse ano. E aí estavam comigo lá Teresa, Juliana, o Mário, na reunião na Câmara, e não houve nenhum deputado que se dispusesse a abrir mão do prazo de quatro meses lá dentro. Não tem o que fazer. Eles precisam dos quatro meses deles, então a gente precisa chegar com o projeto lá. É uma questão, infelizmente, inegociável. E não por questão política. O que eu senti,

TEREZA DA COSTA FERREIRA LODDER, Suplente – SEDUH; **CRISTIANO LOPES DE CUNHA**, Suplente – CACI; **JOSÉ HUMBERTO PIRES DE ARAÚJO**, Titular – SEGOV; **ANTÔNIO GUTEMBERG GOMES DE SOUZA**, Titular – SEMA; **RENATO SANTANA DA SILVA**, Suplente – SEMA; **RAFAEL BORGES BUENO**, Titular – SEAGRI; **THALES MENDES FERREIRA**, Titular – SEDET; **ZENO JOSÉ ANDRADE GONÇALVES**, Titular – SEMOB; **VALTER CASIMIRO SILVEIRA**, Titular – SODF; **IZIDIO SANTOR JUNIOR**, Titular – TERRACAP; **SAMIA WALESKA PEREIRA BARBOSA DE CARVALHO** – Representante CGP; **MARCOS LUIZ SANTAROSA** – Representante CGP; Coordenação Técnica - **JULIANA MACHADO COELHO**, Subsecretária SUPLAN/SEDUH e **JOSÉ MARIO PACHECO JÚNIOR**, Coordenador da COPLAN/SUPLAN/SEDUH.

Secretário de Estado



Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF
 Telefone(s): 3214-4101
 Sítio - www.seduh.df.gov.br



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Convocação - SEDUH/GAB/ASCOL

**CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL –
GTI/PDOT**

EIXO TEMÁTICO - GESTÃO SOCIAL DA VALORIZAÇÃO DA TERRA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso III e art. 9º do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, **CONVOCA** os membros do **Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI** para participarem da Reunião do **Eixo Temático de Gestão Social da Valorização da Terra**, a ser realizada no dia 15 de abril de 2024, às 09h30, na sala de reunião da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano (Suplan), do 10º andar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizada no Edifício Number One, SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF.

JANAÍNA DOMINGOS VIEIRA

Secretária Adjunta



Documento assinado eletronicamente por **JANAÍNA DOMINGOS VIEIRA - Matr.0276383-4, Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação substituto(a)**, em 11/04/2024, às 10:12, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **138123553** código CRC= **CF4E4B1D**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Convocação - SEDUH/GAB/ASCOL

**CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL –
GTI/PDOT**

**EIXO TEMÁTICO - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E
CENTRALIDADES**

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso III e art. 9º do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, **CONVOCA** os membros do **Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI** para participarem da Reunião do **Eixo Temático de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Centralidades**, a ser realizada no dia 16 de abril de 2024, às 09h30, na sala de reunião da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano (Suplan), do 10º andar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizada no Edifício Number One, SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF.

JANAÍNA DOMINGOS VIEIRA

Secretária Adjunta



Documento assinado eletronicamente por **JANAÍNA DOMINGOS VIEIRA - Matr.0276383-4, Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação substituto(a)**, em 11/04/2024, às 10:12, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **138131268** código CRC= **C37DD9C5**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Convocação - SEDUH/GAB/ASCOL

**CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL –
GTI/PDOT**

EIXO TEMÁTICO - RURALIDADES

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso III e art. 9º do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, **CONVOCA** os membros do **Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI** para participarem da Reunião do **Eixo Temático de Ruralidades**, a ser realizada no dia 16 de abril de 2024, às 15h, na sala de reunião da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano (Suplan), do 10º andar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizada no Edifício Number One, SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF.

JANAÍNA DOMINGOS VIEIRA

Secretária Adjunta



Documento assinado eletronicamente por **JANAÍNA DOMINGOS VIEIRA - Matr.0276383-4, Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação substituto(a)**, em 11/04/2024, às 10:12, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=138131744)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=138131744)
verificador= **138131744** código CRC= **7B50D416**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF
Telefone(s): 3214-4101
Site - www.seduh.df.gov.br

00390-00002094/2024-72

Doc. SEI/GDF 138131744



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Convocação - SEDUH/GAB/ASCOL

**CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL –
GTI/PDOT**

EIXO TEMÁTICO - MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso III e art. 9º do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, **CONVOCA** os membros do **Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI** para participarem da Reunião do **Eixo Temático Meio Ambiente e Infraestrutura**, a ser realizada no dia 17 de abril de 2024, às 9h30, na sala de reunião da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano (Suplan), do 10º andar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizada no Edifício Number One, SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF.

JANAÍNA DOMINGOS VIEIRA

Secretária Adjunta



Documento assinado eletronicamente por **JANAÍNA DOMINGOS VIEIRA - Matr.0276383-4, Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação substituto(a)**, em 11/04/2024, às 17:53, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=138193191)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=138193191)
verificador= **138193191** código CRC= **E7B6F99F**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br

00390-00002094/2024-72

Doc. SEI/GDF 138193191



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Convocação - SEDUH/GAB/ASCOL

**CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL –
GTI/PDOT**

EIXO TEMÁTICO - MOBILIDADE

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso III e art. 9º do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, **CONVOCA** os membros d o **Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI** para participarem da Reunião do **Eixo Temático Mobilidade**, a ser realizada no dia 17 de abril de 2024, às 15h, na sala de reunião da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano (Suplan), do 10º andar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizada no Edifício Number One, SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF.

JANAÍNA DOMINGOS VIEIRA

Secretária Adjunta



Documento assinado eletronicamente por **JANAÍNA DOMINGOS VIEIRA - Matr.0276383-4, Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação substituto(a)**, em 11/04/2024, às 17:53, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=138193839)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=138193839)
verificador= **138193839** código CRC= **E9197A48**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF
Telefone(s): 3214-4101
Site - www.seduh.df.gov.br

00390-00002094/2024-72

Doc. SEI/GDF 138193839



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Convocação - SEDUH/GAB/ASCOL

**CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL –
GTI/PDOT**

EIXO TRANSVERSAL TERRITÓRIO RESILIENTE

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso III e art. 9º do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, **CONVOCA** os membros do **Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI** para participarem da Reunião do **Eixo Transversal Território Resiliente**, a ser realizada no dia 18 de abril de 2024, às 9h30, na sala de reunião da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano (Suplan), do 10º andar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizada no Edifício Number One, SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF.

JANAÍNA DOMINGOS VIEIRA

Secretária Adjunta



Documento assinado eletronicamente por **JANAÍNA DOMINGOS VIEIRA - Matr.0276383-4, Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação substituto(a)**, em 11/04/2024, às 17:54, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=138194458)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=138194458)
verificador= **138194458** código CRC= **50880632**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br

00390-00002094/2024-72

Doc. SEI/GDF 138194458



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Convocação - SEDUH/GAB/ASCOL

**CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL –
GTI/PDOT**

EIXO TRANSVERSAL PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GOVERNANÇA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso III e art. 9º do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, **CONVOCA** os membros d o **Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI** para participarem da Reunião do **Eixo Transversal Participação Social e Governança**, a ser realizada no dia 18 de abril de 2024, às 15h, na sala de reunião da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano (Suplan), do 10º andar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizada no Edifício Number One, SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF.

JANAÍNA DOMINGOS VIEIRA

Secretária Adjunta



Documento assinado eletronicamente por **JANAÍNA DOMINGOS VIEIRA - Matr.0276383-4, Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação substituto(a)**, em 11/04/2024, às 17:54, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=138194795)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=138194795)
verificador= **138194795** código CRC= **C8896BCF**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF
Telefone(s): 3214-4101
Site - www.seduh.df.gov.br

00390-00002094/2024-72

Doc. SEI/GDF 138194795



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Convocação - SEDUH/GAB/ASCOL

**CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL –
GTI/PDOT**

EIXO TEMÁTICO - HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso III e art. 9º do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, **CONVOCA** os membros d o **Grupo de Trabalho Interistitucional - GTI** para participarem da Reunião do **Eixo Temático Habitação e Regularização**, a ser realizada no dia 19 de abril de 2024, às 9h30, na sala de reunião da Subsecretaria de Políticas e Planejamento Urbano (Suplan), do 10º andar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizada no Edifício Number One, SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF.

JANAÍNA DOMINGOS VIEIRA

Secretária Adjunta



Documento assinado eletronicamente por **JANAÍNA DOMINGOS VIEIRA - Matr.0276383-4, Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação substituto(a)**, em 11/04/2024, às 17:54, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=138197290)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=138197290)
verificador= **138197290** código CRC= **06F2F547**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br

00390-00002094/2024-72

Doc. SEI/GDF 138197290



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Convocação - SEDUH/GAB/ASCOL

**CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO
INTERINSTITUCIONAL – GTI/PDOT**

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso III e art. 9º do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, **CONVOCA** os membros de todos os Eixos Temáticos do **Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI** para participarem de reunião, a ser realizada no dia 04 de setembro de 2024, às 14h30, no Auditório do 18º andar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no Edifício Number One, SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília – DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Secretário de Estado



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA - Matr.0273790-6, Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal**, em 28/08/2024, às 21:08, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=149712903)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=149712903)
[verificador= 149712903](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=149712903) código CRC= **87148E2B**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br

00390-00002094/2024-72

Doc. SEI/GDF 149712903



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Convocação - SEDUH/GAB/ASCOL

**CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO
INTERINSTITUCIONAL – GTI/PDOT**

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso III e art. 9º do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, **CONVOCA** os membros de todos os Eixos Temáticos do **Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI** para participarem de reunião, a ser realizada no dia 24 de setembro de 2024, às 14h30, no Auditório do 18º andar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no Edifício Number One, SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília – DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Secretário de Estado



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA - Matr.0273790-6, Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal**, em 11/09/2024, às 15:57, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=150787993)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=150787993)
[verificador= 150787993](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=150787993) código CRC= **DC6441D1**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br

00390-00002094/2024-72

Doc. SEI/GDF 150787993



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Convocação - SEDUH/GAB/ASCOL

GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL – GTI/PDOT

CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO 04/2024

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso III e art. 9º do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, **CONVOCA** os membros de todos os Eixos Temáticos do **Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI** para a Reunião 04/2024, a realizar-se no dia **1º de outubro de 2024**, às 14h30, no Auditório do 18º andar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no Edifício Number One, SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília – DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Secretário de Estado



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA - Matr.0273790-6, Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal**, em 30/09/2024, às 09:15, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=152261343)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=152261343)
[verificador= 152261343](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=152261343) código CRC= **7C98E11C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br

00390-00002094/2024-72

Doc. SEI/GDF 152261343



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Convocação - SEDUH/GAB/ASCOL

GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL – GTI/PDOT

CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO 05/2024

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso III e art. 9º do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, **CONVOCA** os membros de todos os Eixos Temáticos do **Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI** para a Reunião 05/2024, a realizar-se no **dia 2 de outubro de 2024**, às 14h30, no Auditório do 18º andar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no Edifício Number One, SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília – DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Secretário de Estado



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA - Matr.0273790-6, Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal**, em 30/09/2024, às 09:15, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=152262855)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=152262855)
[verificador= 152262855](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=152262855) código CRC= **1144DE44**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br

00390-00002094/2024-72

Doc. SEI/GDF 152262855



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Convocação - SEDUH/GAB/ASCOL

GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL – GTI/PDOT

CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO 06/2024

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso III e art. 9º do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, **CONVOCA** os membros de todos os Eixos Temáticos do **Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI** para a Reunião 06/2024, a realizar-se no **dia 8 de outubro de 2024**, às 14h30, no Auditório do 18º andar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no Edifício Number One, SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília – DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Secretário de Estado



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA - Matr.0273790-6, Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal**, em 07/10/2024, às 13:47, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=152278454)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=152278454)
[verificador= 152278454](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=152278454) código CRC= **1B4AF0D8**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br

00390-00002094/2024-72

Doc. SEI/GDF 152278454



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Convocação - SEDUH/GAB/ASCOL

GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL – GTI/PDOT

CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO 07/2024

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso III e art. 9º do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, **CONVOCA** os membros de todos os Eixos Temáticos do **Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI** para a Reunião 07/2024, a realizar-se no **dia 9 de outubro de 2024**, às 14h30, no Auditório do 18º andar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no Edifício Number One, SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília – DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Secretário de Estado



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA - Matr.0273790-6, Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal**, em 07/10/2024, às 13:47, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=152278728)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=152278728)
[verificador= 152278728](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=152278728) código CRC= **A5F46C2D**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br

00390-00002094/2024-72

Doc. SEI/GDF 152278728



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Convocação - SEDUH/GAB/ASCOL

GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL – GTI/PDOT

CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO 08/2024

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso III e art. 9º do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, **CONVOCA** os membros de todos os Eixos Temáticos do **Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI** para a Reunião 08/2024, a realizar-se no **dia 10 de outubro de 2024**, às 14h30, no Auditório do 18º andar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no Edifício Number One, SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília – DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Secretário de Estado



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA - Matr.0273790-6, Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal**, em 07/10/2024, às 13:47, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=152278777)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=152278777)
[verificador= 152278777](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=152278777) código CRC= **1054821C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br

00390-00002094/2024-72

Doc. SEI/GDF 152278777



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Convocação - SEDUH/GAB/ASCOL

**CONVOCAÇÃO PARA AS REUNIÕES DOS EIXOS TEMÁTICOS
DO GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL – GTI/PDOT**

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso III e art. 9º do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, **CONVOCA** os membros do **Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI** para participarem das reuniões dos **Eixos Temáticos** a serem realizadas às 14h30 nas seguintes datas: **21/10/2024** (segunda-feira); **22/10/2024** (terça-feira); **23/10/2024** (quarta-feira); **24/10/2024** (quinta-feira); e **25/10/2024** (sexta-feira). As reuniões ocorrerão no Auditório do 18º andar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no Edifício Number One, SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília – DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Secretário de Estado



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA - Matr.0273790-6, Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal**, em 18/10/2024, às 10:19, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **153911540** código CRC= **479C6702**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF
Telefone(s): 3214-4101
Sítio - www.seduh.df.gov.br

00390-00002094/2024-72

Doc. SEI/GDF 153911540



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Convocação - SEDUH/GAB/ASCOL

**CONVOCAÇÃO PARA AS REUNIÕES DOS EIXOS TEMÁTICOS
DO GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL – GTI/PDOT**

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso III e art. 9º do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, **CONVOCA** os membros do **Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI** para participarem das reuniões dos **Eixos Temáticos** a serem realizadas às 14h30, no Auditório do 18º andar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no Edifício Number One, SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília – DF, por tema, nas seguintes datas:

- 29/10/2024** (terça-feira) - Gestão Social da Terra;
30/10/2024 (quarta-feira) - Participação Social e Governança;
31/10/2024 (quinta-feira) - Território Resiliente; e
07/11/2024 (quinta-feira) - Consolidação das propostas.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Secretário de Estado



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA - Matr.0273790-6, Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal**, em 23/10/2024, às 18:33, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=154193759)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=154193759)
[verificador= 154193759](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=154193759) código CRC= **A8AFB1C9**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF
Telefone(s): 3214-4101
Sítio - www.seduh.df.gov.br



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Convocação - SEDUH/GAB/ASCOL

GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL – GTI/PDOT

CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO 09/2025

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso III e art. 9º do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, **CONVOCA** os membros de todos os Eixos Temáticos do **Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI** para a Reunião 09/2025, a realizar-se no **dia 20 de fevereiro de 2025**, às 14h30, no Auditório do 18º andar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no Edifício Number One, SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília – DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Secretário de Estado



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA - Matr.0273790-6, Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal**, em 12/02/2025, às 11:44, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=162963832)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=162963832)
[verificador= 162963832](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=162963832) código CRC= **52F58EA5**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br

00390-00002094/2024-72

Doc. SEI/GDF 162963832



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Convocação - SEDUH/GAB/ASCOL

GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL – GTI/PDOT
CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO TÉCNICA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso III e art. 9º do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, **CONVOCA** os membros de todos os Eixos Temáticos do **Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI** para a discussão das propostas preliminares do PDOT, a realizar-se no dia **27 de fevereiro de 2025**, às 14h30, no Auditório Lindberg Aziz Cury da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), localizado na Praça Municipal - Quadra 2 - Lote 5, Brasília – DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Secretário de Estado



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA - Matr.0273790-6, Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal**, em 24/02/2025, às 10:08, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **163948668** código CRC= **C1560FF4**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Convocação - SEDUH/GAB/ASCOL

GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL – GTI/PDOT
CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO TÉCNICA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso III e art. 9º do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, **CONVOCA** os membros de todos os Eixos Temáticos do **Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI** para a apresentação das propostas preliminares do PDOT, a realizar-se no dia **6 de março de 2025**, às 14h30, em sessão presencial, no Auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no 18º andar Edifício Number One, SCN Quadra 1, Bloco A - Asa Norte, Brasília - DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Secretário de Estado



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA - Matr.0273790-6**, **Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal**, em 27/02/2025, às 15:45, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **164074354** código CRC= **52AB7F13**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF
Telefone(s): 3214-4101
Sítio - www.seduh.df.gov.br



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Convocação - SEDUH/GAB/ASCOL

GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL – GTI/PDOT
CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO TÉCNICA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso III e art. 9º do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, **CONVOCA** os membros de todos os Eixos Temáticos do **Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI** para a discussão das propostas preliminares do PDOT, a realizar-se no dia **10 de março de 2025**, às 14h30, no Auditório Lindberg Aziz Cury da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), localizado na Praça Municipal - Quadra 2 - Lote 5, Brasília – DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Secretário de Estado



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA - Matr.0273790-6**, Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, em 27/02/2025, às 15:47, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=164414470)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=164414470)
[verificador= 164414470](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=164414470) código CRC= **7E925282**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Convocação - SEDUH/GAB/ASCOL

GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL – GTI/PDOT
CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO 10/2025

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso III e art. 9º do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, **CONVOCA** os membros de todos os Eixos Temáticos do **Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI** para a Reunião 10/2025, a realizar-se no **dia 13 de março de 2025**, às 14h30, no Auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no 18º andar Edifício Number One, SCN Quadra 1, Bloco A - Asa Norte, Brasília - DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Secretário de Estado



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA - Matr.0273790-6, Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal**, em 11/03/2025, às 09:20, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **165052453** código CRC= **48EB8686**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF
Telefone(s): 3214-4101
Sítio - www.seduh.df.gov.br



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Convocação - SEDUH/GAB/ASCOL

GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL – GTI/PDOT
CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO 11/2025

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso III e art. 9º do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, **CONVOCA** os membros de todos os Eixos Temáticos do **Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI** para a Reunião 11/2025, a realizar-se no **dia 20 de março de 2025**, às 14h30, no Auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no 18º andar Edifício Number One, SCN Quadra 1, Bloco A - Asa Norte, Brasília - DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Secretário de Estado



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA - Matr.0273790-6, Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal**, em 14/03/2025, às 09:49, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **165482431** código CRC= **5A541B57**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF
Telefone(s): 3214-4101
Sítio - www.seduh.df.gov.br



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Convocação - SEDUH/GAB/ASCOL

GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL – GTI/PDOT
CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO DOS EIXOS TEMÁTICOS:

TERRITÓRIO RESILIENTE, RURALIDADES E DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso III e art. 9º do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, **CONVOCA** todos os membros dos Eixos Temáticos: **Território Resiliente, Ruralidades e de Meio Ambiente e Infraestrutura** para a Reunião do **Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI** a realizar-se no **dia 24 de março de 2025**, às 14h30, no Auditório do 18º andar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no Edifício Number One, SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília – DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Secretário de Estado



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA - Matr.0273790-6**, **Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal**, em 20/03/2025, às 08:52, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **166019421** código CRC= **28FD564F**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br

De: Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados
Enviado em: quinta-feira, 20 de março de 2025 09:13
Para: Alexandre Sauma da Silva; Aline da Nóbrega Oliveira; ALVIMAR MARQUES CAMACAM - SDE; Amanda Caldas Porto; ANDERSON ASSIS DE MELO - Seagri; Antônio Queiroz Barreto; Camila da Fosenca Vieira - Terracap; CELBE BERGER SCHULTZ - Terracap; Clebiana Aparecida da Silva; Cristiane Siggea Benedetto - IBDU; CRISTIANO LOPES DA CUNHA - Casa Civil; Daniele Sales Valentini - Detran/DF; DETRAN - ANDERSON FREIRE DE SOUZA; DETRAN - RENATA CAETANO COSTA; ELAINE DE OLIVEIRA LA TORRE - Secid; Entidade do Setor Empresarial: produtores rurais; Fellipe Walisson De Souza Cavalcante; FERNANDO COSTA - Seagri; GEORGENIS TRIGUEIRO FERNANDES - Caesb; Gleide Célia Virgulino da Silva - ETR Terracap; Gleydson de Carvalho Andrade; ISRAEL PINHEIRO TORRES - Adasa; Joao Suender Moreira; Jose Rogeiro Perreira Flor; Juliana Borin Grapeggia Faco; Leonel Graça Generoso Pereira; LOISELENE CARVALHO DA TRINDADE - Emater; Luciana Lacerda B. da Nobrega; IPREV_Ext_Cont_47996; Maria Estela Cavalcante Paraguassu de Oliveira - ASPROESTE; Massae Watanabe - APRONTAG; MESSIVAL JOSÉ MENDES - Caesb; Myrna Cunha Pereira Raw; Natanael Antunes Abade; Paulo Henrique Oliveira Bueno; Pedro Luiz Torres Oliveira; REGINALDO FELICIANO DA SILVA BRAGA; SECID - Amanda Cintra; Sérgio Pereira Mattos; SIMONE ARAÚJO DE SOUZA DE CARVALHO - Casa Civil; Tania Battella de Siqueira; Vanessa Robassini dos Santos; Werner Bessa Vieira; YARA DA SILVA GERALDINI - Detran/DF
Cc: Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados
Assunto: CONVOCAÇÃO - Reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI dos Eixos Temáticos: TERRITÓRIO RESILIENTE, RURALIDADES e de MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
Anexos: GTI_Reuniao dos Eixos Tematicos_convocacao.pdf

Senhores(as) Membros,

De ordem do Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Sr. **Marcelo Vaz**, compartilhamos as informações referente à **Reunião de todos os membros dos Eixos Temáticos do Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI – TERRITÓRIO RESILIENTE, RURALIDADES e DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA:**

Assunto: Debate das áreas de proteção e manancial – APM no âmbito do PDOT.

Data: 24 de março de 2025 (segunda-feira próxima).

Horário: 14h30

Local: Auditório da Seduh - SCN Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One (18º andar) – Asa Norte, Brasília-DF.

Para conhecimento, encaminhamos a Convocação.

Solicitamos a gentileza de **confirmarem a presença** através deste e-mail ascol@seduh.df.gov.br.

Permanecemos à disposição para esclarecer eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

**Equipe Ascol**

Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação

Fone: (61) 3214-4092 – 3214-4032

ascol@seduh.df.gov.br

De: Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados
Enviado em: quinta-feira, 20 de março de 2025 09:14
Para: Amanda Alves Sicca Lopes; Amora De Andrade Machado; Anne Elise Rabelo Rodrigues; Antonio de Oliveira Mello Junior; Antonio Maycon Martins; Camila de Carvalho Pires Lammers; Carla Godoi Azevedo De Oliveira; Celina Maria Pinto Do Amaral; Cristina Maria Correia de Mello; Danielle Lima Fonseca; Dominique Cortês de Lima; Edna Aires; Eliel Kassio Dos Santos Ferreira; Eneida Aviani Ferreira; Erika Barbara Carvalho de Almeida; Fabiana Lemos Gonçalves; Felipe Souza Lima; Gabriel Ribeiro Couto; Giovana de Almeida Martins Azevêdo; Giovanna de Oliveira Cardoso; Gisele Arrobas Mancini; Jefferson Pedroza Dos Santos; José Mário Pacheco Júnior; Júlia Paulino; Juliana Machado Coelho; Lucas De Oliveira Xavier; Manuella de Carvalho Coelho; Marília Silva Melo; Neide Bajo Gonçalves; Paloma Soares Alvim; Pedro Marcelo De Sousa Ferreira; Samuel Da Cruz Prates; Scylla Setsuko Guimarães Mazzoni; Sílvia Borges de Lázari; Talita Alves Morais E Rabelo; Tamara Alves Barbosa Neres; Telmo Manuel Varanda Domingues; Vinícius Alves Euzébio
Cc: Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados
Assunto: CONVOCAÇÃO - Reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI dos Eixos Temáticos: TERRITÓRIO RESILIENTE, RURALIDADES e de MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
Anexos: GTI_Reuniao dos Eixos Tematicos_convocacao.pdf

Senhores(as) Membros,

De ordem do Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Sr. **Marcelo Vaz**, compartilhamos as informações referente à **Reunião de todos os membros dos Eixos Temáticos do Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI – TERRITÓRIO RESILIENTE, RURALIDADES e DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA:**

Assunto: **Debate das áreas de proteção e manancial – APM no âmbito do PDOT.**

Data: **24 de março de 2025 (segunda-feira próxima).**

Horário: **14h30**

Local: **Auditório da Seduh** - SCN Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One (18º andar) – Asa Norte, Brasília-DF.

Para conhecimento, encaminhamos a Convocação.

Solicitamos a gentileza de **confirmarem a presença** através deste e-mail ascol@seduh.df.gov.br.

Permanecemos à disposição para esclarecer eventuais dúvidas.

Atenciosamente,



Equipe Ascol

Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Fone: (61) 3214-4092 – 3214-4032
ascol@seduh.df.gov.br

De: Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados
Enviado em: quinta-feira, 20 de março de 2025 09:16
Para: José Jandson Candido de Queiroz - CEUB; Adalberto Ferreira de paula Carvalho - ASSOLIM; André Junior Tavares - CALUNGA; Antônio Menezes Júnior - CAU/DF; Benny Schvarsberg - ANDAR A PÉ; BETÚLIA DE MORAIS SOUTO - Salvia; Carlos José da Silva - ASSOLIM; Carolina Baima Cavalcante - CANDANGA; CAROLINA PESCATORI CÂNDIDO DA SILVA - CGP (FauUnb); Claudio Antônio Teixeira Pires - APRONTAG; Cristiane Siggea Benedetto - IBDU; Geanina Picado Maykall - ADEMI/DF; Geizianne Gomes Rodrigues - IAB/DF; Gislaine Andrea de Medeiros - CRESS/DF; Gislaine Medeiros - CRESS/DF; Jean Vitor Candido - CRESS/DF; Jean Vitor Cândido - CRESS/DF (jeanvc.cressdf@gmail.com); Jhennyfer Louane Gama Pires - CANDANGA; JOÃO GILBERTO DE CARVALHO ACCIOLY - CGP (Sinduscon); Juliette Lenoir - IAB; Letícia Luzardo de Sousa; LUDMILA DE ARAÚJO CORREIA - CGP (Cau/DF); IPREV_Ext_Cont_47996; Maria Estela Cavalcante Paraguassu de Oliveira - ASPROESTE; Maria Helena Fróz Gomes; Massae Watanabe - APRONTAG; Paulo Henrique da Silva Santarem-Paique; PRECOMOR - Mário Blanco Nunes Neto ; Rafael Damasceno Serrati - ASSOCIAÇÃO LIVRE
Cc: Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados
Assunto: CONVOCAÇÃO - Reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI dos Eixos Temáticos: TERRITÓRIO RESILIENTE, RURALIDADES e de MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
Anexos: GTI_Reuniao dos Eixos Tematicos_convocacao.pdf

Senhores(as) Membros,

De ordem do Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Sr. **Marcelo Vaz**, compartilhamos as informações referente à **Reunião de todos os membros dos Eixos Temáticos do Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI – TERRITÓRIO RESILIENTE, RURALIDADES e DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA:**

Assunto: Debate das áreas de proteção e manancial – APM no âmbito do PDOT.

Data: 24 de março de 2025 (segunda-feira próxima).

Horário: 14h30

Local: Auditório da Seduh - SCN Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One (18º andar) – Asa Norte, Brasília-DF.

Para conhecimento, encaminhamos a Convocação.

Solicitamos a gentileza de **confirmarem a presença** através deste e-mail ascol@seduh.df.gov.br.

Permanecemos à disposição para esclarecer eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

**Equipe Ascol**

Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação

Fone: (61) 3214-4092 – 3214-4032

ascol@seduh.df.gov.br

Karine Barbosa Risso

De: Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados
Enviado em: quinta-feira, 20 de março de 2025 09:19
Para: Alba Ramos - Comitê de Bacias dos Afluentes do Paranaíba no DF; Alexandre Sampaio - ICMBIO; Fabio Miranda - ICMBIO; GR3 -- ICMBIO; Grahal Benatti - ICMBIO; Guilherme Jaganu - Membro Honorario; Hudson Felix - ICMBIO; Juan Rodrigues - ICMBIO; Julio Falcone - ICMBIO; Jussara Leite - ICMBIO; Larissa Diehl - ICMBIO; Marcelo Leonardo Benini; Marcos Joao da Cunha; Robson Silva - ICMBIO; Samuel Coelho Rodrigues - ICMBIO; Verusca Cavalcante - ICMBIO
Cc: Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados
Assunto: CONVOCAÇÃO - Reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI dos Eixos Temáticos: TERRITÓRIO RESILIENTE, RURALIDADES e de MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
Anexos: GTI_Reuniao dos Eixos Tematicos_convocacao.pdf

Senhores(as) Membros,

De ordem do Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Sr. **Marcelo Vaz**, compartilhamos as informações referente à **Reunião de todos os membros dos Eixos Temáticos do Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI – TERRITÓRIO RESILIENTE, RURALIDADES e DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA:**

Assunto: **Debate das áreas de proteção e manancial – APM no âmbito do PDOT.**

Data: **24 de março de 2025 (segunda-feira próxima).**

Horário: **14h30**

Local: **Auditório da Seduh** - SCN Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One (18º andar) – Asa Norte, Brasília-DF.

Para conhecimento, encaminhamos a Convocação.

Solicitamos a gentileza de **confirmarem a presença** através deste e-mail ascol@seduh.df.gov.br.

Permanecemos à disposição para esclarecer eventuais dúvidas.

Atenciosamente,



Equipe Ascol

Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Fone: (61) 3214-4092 – 3214-4032
ascol@seduh.df.gov.br

De: Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados
Enviado em: quinta-feira, 20 de março de 2025 09:20
Para: Alba Ramos - Comitê de Bacias dos Afluentes do Paranaíba no DF; ALBATÊNIO RESENDE GRANJA JR. - Terracap; Albatenio Resende Granja Junior - Terracap; ALINE BATISTA DE OLIVEIRA BRITES - Caesb; Allan Brandão Fonseca; André Luiz Junqueira Guimarães; André Normando Bubenick; Andréia Augusta de Sousa Santos; Arissa Kaori Honda; ARUZA TERESA TANIOS NEMER XAVIER - Caesb; BETÚLIA DE MORAIS SOUTO - Salvia; BRUNA GONCALVES RODRIGUES - Ceb; CAROLINA SILVA DE OLIVEIRA SÁ - Caesb; Clebiana Aparecida da Silva; CRISTIANO LOPES DA CUNHA - Casa Civil; Dalio Ribeiro de Mendonca Filho; Daniele Sales Valentini - Detran/DF; DANILO CRUZ DE LIMA - Terracap; Debora Castro Nesralla; DETRAN - ANDERSON FREIRE DE SOUZA; DETRAN - RENATA CAETANO COSTA; ELAINE DE OLIVEIRA LA TORRE - Secid; Fellipe Walisson De Souza Cavalcante; GEORGENIS TRIGUEIRO FERNANDES - Caesb; Glauco Amorim da Cruz; Gleydson de Carvalho Andrade; Gloria Lustosa Pires; Guilherme Jaganu - Membro Honorario; Hermínio Medeiros de Oliveira; ISRAEL PINHEIRO TORRES - Adasa; JOÃO GILBERTO DE CARVALHO ACCIOLY - CGP (Sinduscon); Joao Suender Moreira; Jose Rogeiro Perreira Flor; Juliana Borin Grapeggia Faco; Karolyne Cristina Godoy Cordeiro; Keilla Fernanda Argollo Sousa; LEANDRO RUAS TAVARES E SOUSA - Terracap; Leonardo Yamada Arantes; Lorena Gonçalves Brasil; Luís Flávio Bazácas Correa Snel; LUIZA CARNEIRO BRASIL - Caesb; IPREV_Ext_Cont_47996; Murilo de Oliveira Caixeta; Myrna Cunha Pereira Raw; Nathália Lima de Araújo Almeida; PEDRO BRAGA NETO - Ibram/DF; REGINALDO FELICIANO DA SILVA BRAGA; RENATO PRADO DOS SANTOS - Ibram/DF; Ricardo Sergio de Oliveira e Silva; Rogério Vidal de Siqueira; SECID - Amanda Cintra; SIMONE ARAÚJO DE SOUZA DE CARVALHO - Casa Civil; SUZI AMANDA DE SOUZA - Caesb; Tania Battella de Siqueira; Tereza Cristina esmeraldo de Oliveira; Vanessa Robassini dos Santos; WIRES SANTOS AMORIM - Ceb; YARA DA SILVA GERALDINI - Detran/DF
Cc: Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados
Assunto: CONVOCAÇÃO - Reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI dos Eixos Temáticos: TERRITÓRIO RESILIENTE, RURALIDADES e de MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
Anexos: GTI_Reuniao dos Eixos Tematicos_convocacao.pdf

Senhores(as) Membros,

De ordem do Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Sr. **Marcelo Vaz**, compartilhamos as informações referente à **Reunião de todos os membros dos Eixos Temáticos do Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI – TERRITÓRIO RESILIENTE, RURALIDADES e DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA:**

Assunto: Debate das áreas de proteção e manancial – APM no âmbito do PDOT.

Data: 24 de março de 2025 (segunda-feira próxima).

Horário: 14h30

Local: Auditório da Seduh - SCN Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One (18º andar) – Asa Norte, Brasília-DF.

Para conhecimento, encaminhamos a Convocação.

Solicitamos a gentileza de **confirmarem a presença** através deste e-mail ascol@seduh.df.gov.br.

Permanecemos à disposição para esclarecer eventuais dúvidas.

Atenciosamente,



Equipe Ascol

Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação

Fone: (61) 3214-4092 – 3214-4032

ascol@seduh.df.gov.br

Karine Barbosa Risso

De: Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados
Enviado em: quinta-feira, 20 de março de 2025 09:21
Para: ALBATÊNIO RESENDE GRANJA JR. - Terracap; Albatenio Resende Granja Junior - Terracap; AYNNA ATAIDE RIBEIRO FAGUNDES - Terracap; BETÚLIA DE MORAIS SOUTO - Salvia; Cecília Ferreira - Terracap; Clebiana Aparecida da Silva; cons.ludmila.correia@caudf.gov.br; CRISTIANO LOPES DA CUNHA - Casa Civil; Dalio Ribeiro de Mendonca Filho; Daniele Sales Valentini - Detran/DF; DANILO CRUZ DE LIMA - Terracap; DETRAN - ANDERSON FREIRE DE SOUZA; DETRAN - RENATA CAETANO COSTA; ELAINE DE OLIVEIRA LA TORRE - Secid; Felipe Walisson De Souza Cavalcante; Gleydson de Carvalho Andrade; ISRAEL PINHEIRO TORRES - Adasa; Joao Suender Moreira; Jose Rogeiro Perreira Flor; Juliana Borin Grapeggia Faco; Leandro de Almeida Salles; LEANDRO RUAS TAVARES E SOUSA - Terracap; Maira Carvalho de Santana; MARCELLA MESQUITA FURTADO - Terracap; Marcos de Lara Maia; Myrna Cunha Pereira Raw; Nathália Lima de Araújo Almeida; Norma Geraldi Hidalgo Dixo - Caesb; REGINALDO FELICIANO DA SILVA BRAGA; Roberto Souza Borges - Caesb; SECID - Amanda Cintra; SIMONE ARAÚJO DE SOUZA DE CARVALHO - Casa Civil; Tania Battella de Siqueira; Tereza Cristina esmeraldo de Oliveira; Vanessa Robassini dos Santos; YARA DA SILVA GERALDINI - Detran/DF
Cc: Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados
Assunto: CONVOCAÇÃO - Reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI dos Eixos Temáticos: TERRITÓRIO RESILIENTE, RURALIDADES e de MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
Anexos: GTI_Reuniao dos Eixos Tematicos_convocacao.pdf

Senhores(as) Membros,

De ordem do Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Sr. **Marcelo Vaz**, compartilhamos as informações referente à **Reunião de todos os membros dos Eixos Temáticos do Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI – TERRITÓRIO RESILIENTE, RURALIDADES e DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA:**

Assunto: Debate das áreas de proteção e manancial – APM no âmbito do PDOT.

Data: 24 de março de 2025 (segunda-feira próxima).

Horário: 14h30

Local: Auditório da Seduh - SCN Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One (18º andar) – Asa Norte, Brasília-DF.

Para conhecimento, encaminhamos a Convocação.

Solicitamos a gentileza de **confirmarem a presença** através deste e-mail ascol@seduh.df.gov.br.

Permanecemos à disposição para esclarecer eventuais dúvidas.

Atenciosamente,



Equipe Ascol

Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação

Fone: (61) 3214-4092 – 3214-4032

ascol@seduh.df.gov.br



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Convocação - SEDUH/GAB/ASCOL

GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL – GTI/PDOT

CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO DOS EIXOS TEMÁTICOS:

TERRITÓRIO RESILIENTE, RURALIDADES E DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso III e art. 9º do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, **CONVOCA** todos os membros dos Eixos Temáticos: **Território Resiliente, Ruralidades e de Meio Ambiente e Infraestrutura** para a Reunião do **Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI** a realizar-se no **dia 2 de abril de 2025**, às 14h30, no Auditório do 18º andar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no Edifício Number One, SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília – DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Secretário de Estado



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA - Matr.0273790-6**, **Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal**, em 25/03/2025, às 16:54, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **166540492** código CRC= **C2668CA0**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF
Telefone(s): 3214-4101
Sítio - www.seduh.df.gov.br

Karine Barbosa Risso

De: Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados
Enviado em: quarta-feira, 26 de março de 2025 08:52
Para: Alba Ramos - Comitê de Bacias dos Afluentes do Paranaíba no DF; Alexandre Sampaio - ICMBIO; Fabio Miranda - ICMBIO; GR3 -- ICMBIO; Grahal Benatti - ICMBIO; Guilherme Jaganu - Membro Honorario; Hudson Felix - ICMBIO; Juan Rodrigues - ICMBIO; Julio Falcone - ICMBIO; Jussara Leite - ICMBIO; Larissa Diehl - ICMBIO; Marcelo Leonardo Benini; Marcos Joao da Cunha; Robson Silva - ICMBIO; Samuel Coelho Rodrigues - ICMBIO; Verusca Cavalcante - ICMBIO
Cc: Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados
Assunto: CONVOCAÇÃO - Reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI dos Eixos Temáticos: TERRITÓRIO RESILIENTE, RURALIDADES e de MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
Anexos: Convocação Reuniao Eixos Tematicos.pdf

Senhores(as) Membros,

De ordem do Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, **Sr. Marcelo Vaz**, compartilhamos as informações referente à Reunião de todos os membros dos Eixos Temáticos do **Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI – TERRITÓRIO RESILIENTE, RURALIDADES e DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA**:

Assunto: Debate das áreas de proteção e manancial – APM no âmbito do PDOT

Data: 02 de abril de 2025 (quarta-feira próxima)

Horário: 14h30

Local: Auditório da Seduh - SCN Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One (18º andar) – Asa Norte, Brasília-DF.

Para conhecimento, encaminhamos a Convocação.

Solicitamos a gentileza de **confirmarem a presença** através deste e-mail ascol@seduh.df.gov.br.

Permanecemos à disposição para esclarecer eventuais dúvidas.

Atenciosamente,



Equipe Ascol

Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Fone: (61) 3214-4092 – 3214-4032
ascol@seduh.df.gov.br

De: Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados
Enviado em: quarta-feira, 26 de março de 2025 08:53
Para: José Jandson Candido de Queiroz - CEUB; Adalberto Ferreira de paula Carvalho - ASSOLIM; André Junior Tavares - CALUNGA; Antônio Menezes Júnior - CAU/DF; Benny Schvarsberg - ANDAR A PÉ; BETÚLIA DE MORAIS SOUTO - Salvia; Carlos José da Silva - ASSOLIM; Carolina Baima Cavalcante - CANDANGA; CAROLINA PESCATORI CÂNDIDO DA SILVA - CGP (FauUnb); Claudio Antônio Teixeira Pires - APRONTAG; Cristiane Siggea Benedetto - IBDU; Geanina Picado Maykall - ADEMI/DF; Geizianne Gomes Rodrigues - IAB/DF; Gislaine Andrea de Medeiros - CRESS/DF; Gislaine Medeiros - CRESS/DF; Jean Vitor Candido - CRESS/DF; Jean Vitor Cândido - CRESS/DF (jeanvc.cressdf@gmail.com); Jhennyfer Louane Gama Pires - CANDANGA; JOÃO GILBERTO DE CARVALHO ACCIOLY - CGP (Sinduscon); Juliette Lenoir - IAB; Letícia Luzardo de Sousa; LUDMILA DE ARAÚJO CORREIA - CGP (Cau/DF); IPREV_Ext_Cont_47996; Maria Estela Cavalcante Paraguassu de Oliveira - ASPROESTE; Maria Helena Fróz Gomes; Massae Watanabe - APRONTAG; Paulo Henrique da Silva Santarem-Paique; PRECOMOR - Mário Blanco Nunes Neto ; Rafael Damasceno Serrati - ASSOCIAÇÃO LIVRE
Cc: Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados
Assunto: CONVOCAÇÃO - Reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI dos Eixos Temáticos: TERRITÓRIO RESILIENTE, RURALIDADES e de MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
Anexos: Convocação Reuniao Eixos Tematicos.pdf

Senhores(as) Membros,

De ordem do Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, **Sr. Marcelo Vaz**, compartilhamos as informações referente à Reunião de todos os membros dos Eixos Temáticos do **Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI – TERRITÓRIO RESILIENTE, RURALIDADES e DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA**:

Assunto: Debate das áreas de proteção e manancial – APM no âmbito do PDOT

Data: 02 de abril de 2025 (quarta-feira próxima)

Horário: 14h30

Local: Auditório da Seduh - SCN Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One (18º andar) – Asa Norte, Brasília-DF.

Para conhecimento, encaminhamos a Convocação.

Solicitamos a gentileza de **confirmarem a presença** através deste e-mail ascol@seduh.df.gov.br.

Permanecemos à disposição para esclarecer eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

**Equipe Ascol**

Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação

Fone: (61) 3214-4092 – 3214-4032

ascol@seduh.df.gov.br

Karine Barbosa Risso

De: Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados
Enviado em: quarta-feira, 26 de março de 2025 08:54
Para: Alexandra Cavalcante Salomão Silva; André Bello; André Normando Bubenick; Caroline Fernandes do Nascimento; Cristiane Gomes Ferreira Gusmão; Debora Heloísa Andreoli Luminati; Fellipe Walisson De Souza Cavalcante; Hugo José Costa de Almeida - SECID; Isabela Dutra Campos; Karolyne Cristina Godoy Cordeiro; Letícia Luzardo de Sousa; Liana Maria Figueiredo De Oliveira; Litz Mary Lima Bairy; Lucas Santana Sigwalt; Luís Flávio Bazácas Correa Snel; Maiara Lamas Breves; Maira Carvalho de Santana; Mariana Freitas Priester; Paula Anderson de Matos Eustaquio; Renata Marchini Loureiro; Scylla Setsuko Guimarães Mazzoni
Cc: Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados
Assunto: CONVOCAÇÃO - Reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI dos Eixos Temáticos: TERRITÓRIO RESILIENTE, RURALIDADES e de MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
Anexos: Convocação Reuniao Eixos Tematicos.pdf

Senhores(as) Membros,

De ordem do Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, **Sr. Marcelo Vaz**, compartilhamos as informações referente à Reunião de todos os membros dos Eixos Temáticos do **Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI – TERRITÓRIO RESILIENTE, RURALIDADES e DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA**:

Assunto: Debate das áreas de proteção e manancial – APM no âmbito do PDOT

Data: 02 de abril de 2025 (quarta-feira próxima)

Horário: 14h30

Local: Auditório da Seduh - SCN Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One (18º andar) – Asa Norte, Brasília-DF.

Para conhecimento, encaminhamos a Convocação.

Solicitamos a gentileza de **confirmarem a presença** através deste e-mail ascol@seduh.df.gov.br.

Permanecemos à disposição para esclarecer eventuais dúvidas.

Atenciosamente,



Equipe Ascol

Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Fone: (61) 3214-4092 – 3214-4032
ascol@seduh.df.gov.br

De: Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados
Enviado em: quarta-feira, 26 de março de 2025 09:09
Para: Allan Brandão Fonseca; Amanda Cintra; ANDERSON ASSIS DE MELO - Seagri; André Luiz Junqueira Guimarães; Andréia Augusta de Sousa Santos; Antônio Queiroz Barreto; Arissa Kaori Honda; BRUNO MEDEIROS SANTANA - SEE; Clebiana Aparecida da Silva; CRISTIANO LOPES DA CUNHA - Casa Civil; Dalio Ribeiro de Mendonca Filho; Diogo Santos de Paula; ELAINE DE OLIVEIRA LA TORRE - Secid; Elisangela Person; Fernando Almeida Costa; Glauco Amorim da Cruz; Gleydson de Carvalho Andrade; Gloria Lustosa Pires; Hermínio Medeiros de Oliveira; Hugo José Costa de Almeida - SECID; ISRAEL PINHEIRO TORRES - Adasa; Jessica Barros de Aguiar; Jose Rogeiro Perreira Flor; JULLYANA CARNEIRO DE SOUZA - Seagri; Leonardo Yamada Arantes; Leonel Graça Generoso Pereira; Lorena Gonçalves Brasil; Luciana Lacerda B. da Nobrega; Ludmyla Macedo de Castro e Moura; Mirian Mitusuko Izawa Moraes; Murilo de Oliveira Caixeta; Myrna Cunha Pereira Raw; Paulo Henrique Oliveira Bueno; Pedro Luiz Torres Oliveira; REGINALDO FELICIANO DA SILVA BRAGA; Ricardo Sergio de Oliveira e Silva; Rogério Alves Barbosa da Silva; Sérgio Pereira Mattos; SIMONE ARAÚJO DE SOUZA DE CARVALHO - Casa Civil; Tereza Cristina esmeraldo de Oliveira; Thiago Ungaretti Marcondes de Mello; VANESSA CORTINES BARROCAS
Cc: Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados
Assunto: CONVOCAÇÃO - Reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI dos Eixos Temáticos: TERRITÓRIO RESILIENTE, RURALIDADES e de MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
Anexos: Convocação Reuniao Eixos Tematicos.pdf

Senhores(as) Membros,

De ordem do Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, **Sr. Marcelo Vaz**, compartilhamos as informações referente à Reunião de todos os membros dos Eixos Temáticos do **Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI – TERRITÓRIO RESILIENTE, RURALIDADES e DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA**:

Assunto: Debate das áreas de proteção e manancial – APM no âmbito do PDOT

Data: 02 de abril de 2025 (quarta-feira próxima)

Horário: 14h30

Local: Auditório da Seduh - SCN Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One (18º andar) – Asa Norte, Brasília-DF.

Para conhecimento, encaminhamos a Convocação.

Solicitamos a gentileza de **confirmarem a presença** através deste e-mail ascol@seduh.df.gov.br.

Permanecemos à disposição para esclarecer eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

**Equipe Ascol**

Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação

Fone: (61) 3214-4092 – 3214-4032

ascol@seduh.df.gov.br

De: Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados
Enviado em: quarta-feira, 26 de março de 2025 09:10
Para: ALBATÊNIO RESENDE GRANJA JR. - Terracap; Albatenio Resende Granja Junior - Terracap; Alexandre Sauma da Silva; Ana Virgina Elias Pinho; Andréa da Rosa Pereira; AYNNA ATAIDE RIBEIRO FAGUNDES - Terracap; BIANCA ILHA PEREIRA - Terracap; Camila da Fosenca Vieira - Terracap; CARLOS BATISTA DOS REIS JÚNIOR - Terracap; Carlos Cesar Vieira da Luz; Cecília Ferreira - Terracap; Daniele Sales Valentini - Detran/DF; DANILO CRUZ DE LIMA - Terracap; DETRAN - ANDERSON FREIRE DE SOUZA; DETRAN - RENATA CAETANO COSTA; GIULLIANO MAGALHÃES PENATTI - Terracap; Gleide Célia Virgulino da Silva - ETR Terracap; Isabel Cabral Alencar - Terracap; José Voltaire Brito Peixoto; JULLIANA PIRES TAVARES BONTEMPO - Terracap; LEANDRO RUAS TAVARES E SOUSA - Terracap; LÍCIA MASCARENHAS BRAGA - Terracap; LOISELENE CARVALHO DA TRINDADE - Emater; LUDMILA DIAS FERNANDES - Terracap; MAC LEONARDO SOUTO - Terracap; MARCELLA MESQUITA FURTADO - Terracap; Marcos de Lara Maia; Mariana Bomtempo - Terracap; Mateus Barbosa Rodrigues; NATÁLIA OLIVEIRA DE FREITAS - Terracap; Natanael Antunes Abade; Nathália Lima de Araújo Almeida; PEDRO BRAGA NETTO; Reinaldo Teixeira Vieira; RENATO CORREIA LEAL -Terracap; Renato Prado dos Santos; Rodrigo Teixeira Alves; TERRACAP - EDLLA SOUZA DOS SANTOS; THEMIS MARINHO DA SILVA - Terracap; Vanessa Braga do Nascimento; WALTER JOSÉ DE ALMEIDA FILHO - Terracap; Wenceslau Bilu Rodrigues Neto - Terracap; YARA DA SILVA GERALDINI - Detran/DF
Cc: Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados
Assunto: CONVOCAÇÃO - Reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI dos Eixos Temáticos: TERRITÓRIO RESILIENTE, RURALIDADES e de MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
Anexos: Convocação Reuniao Eixos Tematicos.pdf

Senhores(as) Membros,

De ordem do Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, **Sr. Marcelo Vaz**, compartilhamos as informações referente à Reunião de todos os membros dos Eixos Temáticos do **Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI – TERRITÓRIO RESILIENTE, RURALIDADES e DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA**:

Assunto: Debate das áreas de proteção e manancial – APM no âmbito do PDOT

Data: 02 de abril de 2025 (quarta-feira próxima)

Horário: 14h30

Local: Auditório da Seduh - SCN Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One (18º andar) – Asa Norte, Brasília-DF.

Para conhecimento, encaminhamos a Convocação.

Solicitamos a gentileza de **confirmarem a presença** através deste e-mail ascol@seduh.df.gov.br.

Permanecemos à disposição para esclarecer eventuais dúvidas.

Atenciosamente,



Equipe Ascol

Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação

Fone: (61) 3214-4092 – 3214-4032

ascol@seduh.df.gov.br

De: Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados
Enviado em: quarta-feira, 26 de março de 2025 09:12
Para: Alessandro Nogueira Aleixo; Alexandre Henrique Silva; ALINE BATISTA DE OLIVEIRA BRITES - Caesb; Aline da Nóbrega Oliveira; ARUZA TERESA TANIOS NEMER XAVIER - Caesb; BRUNA GONCALVES RODRIGUES - Ceb; Carla Andrea Mujica Conti Pedrosa; CAROLINA SILVA DE OLIVEIRA SÁ - Caesb; CLOVIS JACOB BARBARA - IPEDF; Debora Castro Nesralla; Elisangela Aparecida Tiberio Santana; Fernanda Silva Gomes; Gabriela Bemvenuto de Abreu e Silva; Gabriela Elias Camolesi; Gabriela Regina Coelho dos Santos; George Eduardo Maeda; GEORGENIS TRIGUEIRO FERNANDES - Caesb; HENRIQUE CRUVINEL BORGES FILHO - Caesb; Jessica da Rocha Brito Oliveira; Izabel Freitas Brandao; Jaqueline da Silva Borges; Juliana Borin Grapeggia Faco; Júnia Salomão Federman; Larissa Carvalho de Carvalho; Leandro de Almeida Salles; LUIZA CARNEIRO BRASIL - Caesb; Marcela Zago Vilela; Marlene Maria Dos Santos Rodrigues; MESSIVAL JOSÉ MENDES - Caesb; Norma Geraldi Hidalgo Dixo - Caesb; Pedro Henrique Gutierrez Pompeu; Roberto Souza Borges - Caesb; Rogério Vidal de Siqueira; SUZI AMANDA DE SOUZA - Caesb; Tania Battella de Siqueira; Umberto Rafael De Menezes Filho; Vanessa Robassini dos Santos; Werner Bessa Vieira; Wesley Waldemar Paranaíba; WIRES SANTOS AMORIM - Ceb
Cc: Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados
Assunto: CONVOCAÇÃO - Reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI dos Eixos Temáticos: TERRITÓRIO RESILIENTE, RURALIDADES e de MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
Anexos: Convocação Reuniao Eixos Tematicos.pdf

Senhores(as) Membros,

De ordem do Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, **Sr. Marcelo Vaz**, compartilhamos as informações referente à Reunião de todos os membros dos Eixos Temáticos do **Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI – TERRITÓRIO RESILIENTE, RURALIDADES e DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA**:

Assunto: Debate das áreas de proteção e manancial – APM no âmbito do PDOT

Data: 02 de abril de 2025 (quarta-feira próxima)

Horário: 14h30

Local: Auditório da Seduh - SCN Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One (18º andar) – Asa Norte, Brasília-DF.

Para conhecimento, encaminhamos a Convocação.

Solicitamos a gentileza de **confirmarem a presença** através deste e-mail ascol@seduh.df.gov.br.

Permanecemos à disposição para esclarecer eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Karine Barbosa Risso

De: Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados
Enviado em: quarta-feira, 26 de março de 2025 08:51
Para: Amanda Alves Sicca Lopes; Amora De Andrade Machado; Anne Elise Rabelo Rodrigues; Antonio de Oliveira Mello Junior; Antonio Maycon Martins; Camila de Carvalho Pires Lammers; Carla Godoi Azevedo De Oliveira; Celina Maria Pinto Do Amaral; Cristina Maria Correia de Mello; Danielle Lima Fonseca; Dominique Cortês de Lima; Edna Aires; Eliel Kassio Dos Santos Ferreira; Eneida Aviani Ferreira; Erika Barbara Carvalho de Almeida; Fabiana Lemos Gonçalves; Felipe Souza Lima; Gabriel Ribeiro Couto; Giovana de Almeida Martins Azevêdo; Giovanna de Oliveira Cardoso; Gisele Arrobas Mancini; Jefferson Pedroza Dos Santos; José Mário Pacheco Júnior; Júlia Paulino; Juliana Machado Coelho; Lucas De Oliveira Xavier; Manuella de Carvalho Coelho; Marília Silva Melo; Neide Bajo Gonçalves; Paloma Soares Alvim; Pedro Marcelo De Sousa Ferreira; Samuel Da Cruz Prates; Scylla Setsuko Guimarães Mazzoni; Sílvia Borges de Lázari; Talita Alves Morais E Rabelo; Tamara Alves Barbosa Neres; Telmo Manuel Varanda Domingues; Vinícius Alves Euzébio
Cc: Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados
Assunto: ONVOCAÇÃO - Reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI dos Eixos Temáticos: TERRITÓRIO RESILIENTE, RURALIDADES e de MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
Anexos: Convocação Reuniao Eixos Tematicos.pdf

Senhores(as) Membros,

De ordem do Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, **Sr. Marcelo Vaz**, compartilhamos as informações referente à Reunião de todos os membros dos Eixos Temáticos do **Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI – TERRITÓRIO RESILIENTE, RURALIDADES e DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA**:

Assunto: Debate das áreas de proteção e manancial – APM no âmbito do PDOT

Data: 02 de abril de 2025 (quarta-feira próxima)

Horário: 14h30

Local: Auditório da Seduh - SCN Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One (18º andar) – Asa Norte, Brasília-DF.

Para conhecimento, encaminhamos a Convocação.

Solicitamos a gentileza de **confirmarem a presença** através deste e-mail ascol@seduh.df.gov.br.

Permanecemos à disposição para esclarecer eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

**Equipe Ascol**

Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação

Fone: (61) 3214-4092 – 3214-4032

ascol@seduh.df.gov.br



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Convocação - SEDUH/GAB/ASCOL

GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL – GTI/PDOT
CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO DOS EIXOS TEMÁTICOS:

TERRITÓRIO RESILIENTE, RURALIDADES E DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso III e art. 9º do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, **CONVOCA** todos os membros dos Eixos Temáticos: **Território Resiliente, Ruralidades e de Meio Ambiente e Infraestrutura** para a Reunião do **Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI**, a realizar-se no **dia 8 de abril de 2025**, às 14h30, no Auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no 18º andar Edifício Number One, SCN Quadra 1, Bloco A - Asa Norte, Brasília - DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Secretário de Estado



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA - Matr.0273790-6, Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal**, em 07/04/2025, às 11:13, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=167471996 código CRC= **BA458E41**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Convocação - SEDUH/GAB/ASCOL

GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL – GTI/PDOT
CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO DOS EIXOS TEMÁTICOS:

TERRITÓRIO RESILIENTE, RURALIDADES E DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso III e art. 9º do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, **CONVOCA** todos os membros dos Eixos Temáticos: **Território Resiliente, Ruralidades e de Meio Ambiente e Infraestrutura** para a Reunião do **Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI**, que terá como pauta **o debate das Áreas de Proteção de Manancial - APM no âmbito do PDOT** a realizar-se no **dia 14 de abril de 2025**, às 14h30, no Auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no 18º andar Edifício Number One, SCN Quadra 1, Bloco A - Asa Norte, Brasília - DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Secretário de Estado



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA - Matr.0273790-6, Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal**, em 09/04/2025, às 12:24, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=167945749 código CRC= **11DF8EA6**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br

00390-00000006/2025-89

Doc. SEI/GDF 167945749



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Convocação - SEDUH/GAB/ASCOL

GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL – GTI/PDOT
CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO DOS EIXOS TEMÁTICOS:

TERRITÓRIO RESILIENTE, RURALIDADES E DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso III e art. 9º do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, **CONVOCA** todos os membros dos Eixos Temáticos: **Território Resiliente, Ruralidades e de Meio Ambiente e Infraestrutura** para a Reunião do **Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI**, que terá como pauta **o debate das Áreas de Proteção de Manancial - APM no âmbito do PDOT** a realizar-se no **dia 22 de abril de 2025**, às 14h30, no Auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no 18º andar Edifício Number One, SCN Quadra 1, Bloco A - Asa Norte, Brasília - DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Secretário de Estado



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA - Matr.0273790-6**, **Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal**, em 14/04/2025, às 17:36, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=168431219 código CRC= **6690BD88**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF
Telefone(s): 3214-4101
Sítio - www.seduh.df.gov.br

00390-00000006/2025-89

Doc. SEI/GDF 168431219



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Convocação - SEDUH/GAB/ASCOL

GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL – GTI/PDOT

CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO DOS EIXOS TEMÁTICOS:

TERRITÓRIO RESILIENTE, RURALIDADES E DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso III e art. 9º do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, **CONVOCA** todos os membros dos Eixos Temáticos: **Território Resiliente, Ruralidades e de Meio Ambiente e Infraestrutura** para a Reunião do **Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI**, que terá como pauta **o debate das Áreas de Proteção de Manancial - APM no âmbito do PDOT** a realizar-se no **dia 6 de maio de 2025**, às 14h30, no Auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no 18º andar Edifício Number One, SCN Quadra 1, Bloco A - Asa Norte, Brasília - DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Secretário de Estado



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA - Matr.0273790-6**, **Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal**, em 25/04/2025, às 16:23, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **169062936** código CRC= **0FAFE426**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Convocação - SEDUH/GAB/ASCOL

GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL – GTI/PDOT

CONVOCAÇÃO PARA A REUNIÃO DOS EIXOS TEMÁTICOS:

TERRITÓRIO RESILIENTE, RURALIDADES E DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA

O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais estabelecidas no art. 105, inciso V, da Lei Orgânica do Distrito Federal e, em cumprimento ao contido no art. 2º, inciso III e art. 9º do Decreto nº 41.004, de 20 de julho de 2020, que institui a estrutura de governança e gestão participativa do processo de revisão da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, **CONVOCA** todos os membros dos Eixos Temáticos: **Território Resiliente, Ruralidades e de Meio Ambiente e Infraestrutura** para a Reunião do **Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI**, que terá como pauta **debate das Áreas de Proteção de Manancial - APM no âmbito do PDOT** a realizar-se no **dia 23 de maio de 2025**, às 14h30, no Auditório da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (Seduh), localizado no 18º andar Edifício Number One, SCN Quadra 1, Bloco A - Asa Norte, Brasília - DF.

MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA

Secretário de Estado



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA - Matr.0273790-6, Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal**, em 22/05/2025, às 08:58, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=171298411)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=171298411)
[verificador= 171298411](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=171298411) código CRC= **BB4475E3**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

Telefone(s): 3214-4101

Sítio - www.seduh.df.gov.br



GTI - Membros CGP

somente admins podem enviar mensa...



26 de junho de 2025

Sexta-feira



Eliete - ASCOL

Senhores(as) Membros,

De ordem da Secretária de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Substituta, **Sra. Tereza Lodder**, compartilhamos as informações referentes à **próxima reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI**:

12ª Reunião

Data: 15 de julho de 2025

(terça-feira)

Horário: 9h

Local: **Auditório da SEDUH - SCN**

Quadra 01, Bloco A – Edifício

Number One (18^o andar) – Asa

Norte, Brasília/DF.

Pauta:

**Apresentação e debate da minuta
de Projeto de Lei Complementar
para o futuro PDOT**

Informamos que a convocação
será publicada em jornal de



Mensagem





GTI - Membros CGP

somente admins podem enviar mensa...



Sexta-feira

Pauta:

Apresentação e debate da minuta de Projeto de Lei Complementar para o futuro PDOT

Informamos que a convocação será publicada em jornal de grande circulação no sábado, dia 12/07/2025, e no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) nº 129, em 14/07/2025.

A minuta do processo de Revisão do PDOT será encaminhada em breve.

Informa-se ... [Ler mais](#)

15:51

Eliete - ASCOL

**2025_Convocação
Assinada_31ª RO CGP e GTI....**

155 kB • PDF

15:51

Senhores(as) Membros,

COMUNICADO

Mensagem





GTI - Membros CGP

somente admins podem enviar mensa...



Pauta:

Apresentação e debate da minuta de Projeto de Lei Complementar para o futuro PDOT

Informamos que a convocação será publicada em jornal de grande circulação no sábado, dia 12/07/2025, e no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) nº [129](#), em 14/07/2025.

A minuta do processo de Revisão do PDOT será encaminhada em breve.

Informa-se que a referida reunião acontecerá de forma conjunta com o Comitê de Gestão participativa - CGP.

Solicitamos a gentileza de confirmarem a presença neste grupo ou pelo e-mail ascol@seduh.df.gov.br

Atenciosamente,

Equipe ASCOL/SEDUH

 ascol@seduh.df.gov.br [\(61\) 3214-4092](tel:(61)3214-4092)

15:51



Mensagem





GTI - Membros CGP

somente admins podem enviar mensa...



Eliete - ASCO Sexta-feira



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Orçamentos e Contas

Comunicação - 00000000000000000000

COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA (CGP)
GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL (GTI)
CONVOCAÇÃO CONSULTIVA

2025_Convocação
Assinada_31ª RO CGP e GTI....

155 kB • PDF

15:51

Senhores(as) Membros,

COMUNICADO

De ordem da Secretária de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Substituta, **Sra. Tereza Lodder**, compartilhamos as informações abaixo:

A reunião convocada para o dia **15 de julho de 2025** (terça-feira), às 9h, será realizada especialmente para os integrantes do Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI e para os membros do Comitê de Gestão Participativa – CGP que tiverem disponibilidade para participar. Dessa forma, **FICA MANTIDA** a realização da referida reunião.



Mensagem





GTI - Membros CGP

somente admins podem enviar mensa...



realizada especialmente para os integrantes do Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI e para os membros do Comitê de Gestão Participativa – CGP que tiverem disponibilidade para participar. Dessa forma, **FICA MANTIDA** a realização da referida reunião.

A 12ª Reunião Extraordinária do Comitê de Gestão Participativa – CGP, será realizada no dia 16 de julho de **2025** (quarta-feira), às 14h30, no Auditório da Seduh.

Pauta:

Apresentação e debate da minuta de Projeto de Lei Complementar para o futuro PDOT

Atenciosamente,

Equipe ASCOL/SEDUH

 ascol@seduh.df.gov.br

 [\(61\) 3214-4092](tel:(61)3214-4092)

18:26

Hoje

Seu código de segurança com Jean - CRESS - CGP mudou. Toque para saber mais.



Mensagem





GTI - Membros CGP

somente admins podem enviar mensa...

**COMUNICADO**

De ordem da Secretária de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Substituta, **Sra. Tereza Lodder**, compartilhamos as informações abaixo:

A reunião convocada para o dia **15 de julho de 2025** (terça-feira), às 9h, será realizada especialmente para os integrantes do Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI e para os membros do Comitê de Gestão Participativa – CGP que tiverem disponibilidade para participar. Dessa forma, **FICA MANTIDA** a realização da referida reunião.

A 12ª Reunião Extraordinária do Comitê de Gestão Participativa – CGP, será realizada no dia 16 de julho de **2025** (quarta-feira), às 14h30, no Auditório da Seduh.

Pauta:

Apresentação e debate da minuta de Projeto de Lei Complementar para o futuro PDOT



Mensagem





GTI - Membros CGP

somente admins podem enviar mensa...



realizada especialmente para os integrantes do Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI e para os membros do Comitê de Gestão Participativa – CGP que tiverem disponibilidade para participar. Dessa forma, **FICA MANTIDA** a realização da referida reunião.

A 12ª Reunião Extraordinária do Comitê de Gestão Participativa – CGP, será realizada no dia 16 de julho de **2025** (quarta-feira), às 14h30, no Auditório da Seduh.

Pauta:

Apresentação e debate da minuta de Projeto de Lei Complementar para o futuro PDOT

Atenciosamente,

Equipe ASCOL/SEDUH

 ascol@seduh.df.gov.br

 [\(61\) 3214-4092](tel:(61)3214-4092)

18:26

Hoje

Seu código de segurança com Jean - CRESS - CGP mudou. Toque para saber mais.



Mensagem





GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	Roxane Aparecida	Dandara	ASCO DAFEN A	61 984511303	-
2	Maria Jara B. Gledroz	Jardim Vitória	FMHDF	61 992885314	-
3	Vanessa P. B. B. B.	ENCERRADA	MUNICÍPIO	21 976885843	-
4	EDIMILSON MATT. V.	GUARA	MOVIMENTO MMJ	61 996253854	-
5	Edmar A. Junior		GO MON. VI	981359259	-
6	VAGNER Simão Carmo	Chacara	32 363	83725184	-
7	Anderson Eduardo Santo	ASCHAGAS	Comunidade	985852727	-
8	Andreia da Silva Azeite	Guany Modulo R. Fina	Jardim Vitória	61 921944005	-
9	Maria das Vitorias Silva	Riocho Fundo	Mis. res. Vitória	38993218044	-
10	Caroline Fernandes de Oliveira	ASCHAGAS	.ASCHAGAS	61 98206645	casadavictoria_03@hotmail.com
11	Wagner Luiz D. S. S.	São Sebastião	AMSECA	61 931357457	Fda. r
12	Maria Helena L. Chaves	Tormentinas	Adm. S. da	89 9990388	-
13	Diogo Rodrigo Moraes	Lado Sul	Conselho Comunitário	61 99421234	-
14	Rosy N. S.	DOBRY		(61) 997832535	-
15	ELIANE	RA GRAMA	MOVING	61 9859267	-

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: ""Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.

folha 1



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	M ^a da Conceição P. da Silva	Assentamento 10 junho	associação Amafaj / FNL	61 9975 1267	associacao-amafaj@gmail.com
2	Mislene Lima Ribeiro	Assentamento 10 junho	Comunidade	—	—
3	Fernanda Alves Guco	Jardim Vitória	PAZ	(61) 9841 1817	fernandaburgreco@gmail.com
4	Leandro J. Franje Jr.	Jardim Vitória	PAZ	61. 9934 8997	Leandro@gmail.com
5	Milton Santos		cab. do Vale	61 1 8584 6926	
6	Gilmar Alves da Silva	Cabana do Vale	Parkira do Vale	61 9921 1444	gilmaralvs.011@gmail.com
7	Marcos Fompo de Silva Vianna	ALTO KANDGIE	PRESEIUA COMUNITARIA AK	61 9981 454562	marcosvianna@hotmail.com
8	Adilson T. dos Santos	Comunidade	UIE PAI	61 9698 5455	
9	Valdomiro de Moraes	JARDIM VITÓRIA	COMUNIDADE	61 9919 07857	apucarana PR100@GMAIL.COM
10	Reniane Lúcia Nunes	São Sebastião	ASSOCIAÇÃO AMONCA	61 14 8678 9623	uyvummo@gmail.com
11	Josimar Tavares dos Santos	São Sebastião	ASSOCIAÇÃO AMONCA		
12	Samuel C. Demétrio	Agua Clara	Washington Adv's	(48) 99 699 6683	Samueldemetrio.sch@gmail.com
13	Katia Regina	Pacheco Fundo	ACHAK	(61) 961 5547	
14	Thiago Santos	Povo Alto	Hansa	61 9859 2148	
15	Marina Leony	Figueras	ASCODA	991815891	M ^a Leony

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: ""Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.

Lista 2



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	CARLOS GUARINDAIA	RA XVI	CONSELHO COMUNITÁRIO LAGO SUL	61-999700753	CEGUARINDAIA@GMAIL.COM
2	Leuzia Maria Brás	26 Setembro	26 de Setembro	61936550723	leuziamaria1991@gmail.com
3	Lucio Costa	Lucio Costa	Comunidade	61.996.24534	
4	Bruno Bruno Bezerra	Camado Ruino	comunidade	61999682254	Brunobezerra1503@gmail.com
5	Ittiam Souza Leão	Lucio Costa	Comunidade	61992700886	IttiamSouza@gmail.com
6	Luana Souza Nunes	Lucio Costa	ASSOCIAÇÃO	61.98174892	LUANA5REDA@GMAIL.COM
7	Clairice de Paula Leite	26 Setembro	Comunidade	(61)995592832	Clairiceleite20@gmail.com
8	Cardene D. Monteiro Oliveira	do Lucio Costa	Comunidade	61994227659	
9	Elizamar KENKWAYS		ATAIN KAM		
10	EMERSON M. O. Nêira	P. ALTA	PREFETURA COMUNITÁRIA	985501226	SERVODIVINOS@GMAIL.COM
11	MARCOS JOSE N. DE ROCHA	P. ALTA	PREFETURA/INTÉRPRETE	61.99135105	MARCOS.ROCHA@GMAIL.COM
12	ANTONIO LEO DO AMARAL	RAIX GILANDIA	COOPERATIVA SEM LIMITES	8464.1820	DOOLIMITESBRASILIA@GMAIL.COM
13	Michelly Tubérnio Souza	P. Alta	Comunidade	9809 0295	Tubérnio.Michelly@hotmail.com
14	maria luiza dos santos	P. Alta	Comunidade	98418-3261	dosantosmarialuiza244@gmail.com
15	Marcel Felipe dos Santos		26 SETEMBRO	993540573	MARCELFELIPE16@GMAIL.COM

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: "Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.

lista 3



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	SANDRO CUNHA	LAGO SUL	COLINA DO BOSCO	992425100	SANDRO.CUNHA@ME.com
2	CELSO DIAS	PARK WAY	PARK WAY	99971-6926	CELSO.DIAS@GMAIL.COM
3	Emanuel B. da Silva	PARK WAY	PARK WAY	99966-6400	emabdasilva@gmail.com
4	Tercia Roroso de OS	Seter Rucio certa aschaps	prefeitura Rucio certa aschaps	982080127	thumtano
5	Elizangela de J. C.	TAGUATINGA	PREITURA 26	992864994	elizangela.jc@gmail.com
6	Deivid Calaneca M. Lú	PARKWAY	Monumento PW	999667740	Deivid.Lú@gmail.com
7	Cherise Maria dos Reis	Córrego Cruzem' asac.		986239028	cherise.crispim@gmail.com
8	Wesley M. Roroso de Sousa	Cel. Envia	CLDF - M. M. M. M.	99899149	wesley.m312@gmail.com
9	Helio S. S. S.	UD M	227#2012	99664586	UD M
10	Amado Abrão melado Sidi	Santa Maria	Parque de Santa Maria	(21) 99938-1205	amado.abrao@yoloso.com.br
11	Marcia A. Lemos da Cruz	RA PW	Adm.	61.99846-2609	marcia.cruz1203@gmail.com
12	Damiano F. F. F.	São Sebastião	Amor 308	61.99125613	damiano.f.f.f.1203@gmail.com
13	Magda Camar de Bernardes	Planaltina	EC NR Córrego do Ateluna	61.984169249	magda.camarde@gmail.com
14	Carla V. V. L. da Silva	W. L. Costa		991026182	carla.v.v.l.da.silva@gmail.com
15	Julio Cesar S. da Silva	GAMA - DF	AMPA DF	61.98253594	

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: ""Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.

Lista 4



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	Flavia Ribeiro da Luz	Park Way	APUR	998227045	fguimaraes93@yahoo.com
2	Adriana de Freitas F. Mats	26 de setembro	26	998696260	adrianadefreitas@hotmail.com
3	Roberto Costa	Lucia Costa		61992269634	
4	Celina Figueira da Silva	Paraná do Reino	Comunidade	61993725944	
5	José Roberto Magalhães da Silva	26 Setembro	Colocação Jato (26 Set)	61996452401	
6	Sônia Amaro	26 SETEMBRO	AVENIDA JK	61991296241	Soniamauro2006@gmail.com
7	Marcos de Topacio	PARANÓIA	AHA IN AAM - CGP		
8	João Carlos de Souza	Fonte Alta	Comunidade	993975985	
9	Roberto Costa		AHA IN AAM		
10	Maria José Sousa	Setor de chácara	Comunidade	61982774514	Jose.sousa@gmail.com
11	Lucy Serejo	Guara			lucyserejo@
12	Luiz Stehne	Somobio	CONFEDAB	98277-0573	luizstehne@gmail.com
13	EDUARDO T. VASCONCELOS	26 DE SETEMBRO	COMUNIDADE	984056480	
14	Manuel da Silva Alves	São Sebastião	Comunidade	9000-4421	
15	Wagner Dias Tito	Dondara	Comunidade	95136976	Wagner.tito@gmail.com

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: "Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.

Lista 5



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	GILMA RODRIGUES FERREIRA	PARK WAY	795317 SSP/DF	(61) 98138141	gilmadf@uol.com.br
2	Aparecida T.M. Araújo	PARK WAY	ACPW - APWR	992899209	aparecida_m_s
3	Clelia Santos	26 Setembro	- Comunidade	993230466	cleliasantos
4	Regina Falcão	26 setembro	Comunidade	86220999	reginaf
5	João Machado Parente	Chagas	Comunidade	92269624	souza.sora1901@gmail.com
6	Sheila Santo	Lama do Reino	Indivíduo	61 999265367	Santos.Sheyla@gmail.com
7	Cassia Amorim	26 setembro / JK	AMRM	61982264839	carl.cassio@hotmail.com
8	FREDY VASCONCELOS	Ponte Alta - GAMA		61991650671	FREDY
9	MONA LO DOCHA	GUARA/VP	AAVIPS-DF	61 992674740	monalobrocta@gmail.com
10	Rosemari Miranda Santos	Expansão Capão C. 2 F. M. A.		619990971300	RosemariMiranda@gmail.com
11	Isahama R. dos Reis	Vicente Pires	PRECOMOR	61 99663 7676	isahamar2reis@gmail.com
12	Isaías dos Santos Pereira	Seta Charana	Comunidade	61 995515792	
13	Edson de Jesus de Jesus	Ponte Alta	PRIVADA - PREFEITURA	61-98659483	DVON.WA@HOTMAIL.COM
14	Smely N. A. Sakaguti	Aschagas	Comunidade	61.981211955	Smely1921@gmail.com
15	Ana da Silva Santos	Quinta 22 BA	PREF com. Ponte Alta	98122891	-

Lista de Presença Reunião de Pública Consolidação (17/8/5760) SEI 00390-00005572/2025-877/pq. 540



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)
Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF
Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	NATANAEL BORDO RAXU	~~RA SIA~~	CCLS	992057494	natan@clatund...
2	Christiane Aparecida Pereira	RA SIA	Prefeitura Comunitária	61982253572	cris.schneider@gmail
3	WELINGTON DUGASTO	ABRANTES	CÂMARA LEGISLATIVA	98222 1373	WELINGTON.DUGASTO@CLDF-DF
4	SAMUEL ASSUNÇÃO	CA	CAF/CLDF	98418 2347	Samuel.assuncao@cl.df.br
5	Patrícia Helena dos	26 de Setembro	Sinacri	6155330923	Patricia.Helena@gmail.com
6	Yara Sousa Lima	Setor Juiz de Paz	prefeitura	61982869772	yara.sousa85@gmail.com
7	Leide Sousa Lima	Setor Juiz de Paz	prefeitura	6198531225	leide.sousa2@gmail.com
8	Tatiane Mendes	26 de Setembro		(61) 91219311	Tatiane.mendes@gmail.com
9	Natália Batista dos Anjos	IBRAM	IBRAM	61 993637382	NATALIAANJOS@gmail.com
10	Marys das Amoras	Guaranápolis	Altafama	983800996	
11	Chivada A de Almeida	Senador	RF4P	398210060	ABenora
12	Elis B de Oliveira	Alto Paraisópolis	Ref Comunitária	993305064	elisb.oliveira@gmail.com
13	Jarriana Segabinazzi	Planaltina/Ponte Alta	DAB/Segabinazzi Adv.	(61) 998045679	asegabi@gmail.com
14	Walter G. Almeida	PARK WAY	CONSEB	61 998726419	w.walter.almeida@gmail
15	Nubia M. Germano	da Silva			

Lista 4



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	Mário Bruno	XVII	GTI/PDOT	999016605	mario.bruno@uneto
2					@gmail.com
3	SEBASTIÃO BOECHAT	ACPW	PARKWAY	984297512	PELTA-ASSESSORIA @ SEDUH.COM.BR
4	MARCIA H TROVÃO	26 de Setembro	COMUNIDADE	61982390162	marcia
5	EDUARDO ALVES VIEIRA	26 de Setembro	II	(61)99561-5335	eduardo
6	Lucio Costa ACHABA	Lucio Costa	ACHABA	(61)996915259	lucio
7	Marcelo dos Santos	CANA PO RENO	Comunidade	61 98159088	Marcelo
8	Jane Landi Figueiredo	Lago Sul/II	Assoc. Habitantes St II Lago Sul	61-981849809	jane.landifigueiredo@gmail.com
9	Wendy Larissa de Sá	St. Clara		982222934	Wendy
10	Almeida Lima		DAB/DF	9 9941.8105	almeida.lima@gmail.com
11	Rosângela A. Ferraz	CRILANDIA	ASSINPLAN	6198491-2739	ROSANGELA.FERRAZ@gmail.com
12	Eliana Blarmann Porto	Lago Norte	CODESE	992679989	eliana.blarmann@gmail.com
13	ARVALDO ZAMBI FILHO	CHAC. Lucio Costa	comunidade	983116333	arvaldo
14	Alcega VRL	CANA na CIMA	PDOT	991093677	alcega
15	Giorgio Denny	FID. VF	Puro	99119605	giorgio

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: ""Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.

Lista 8



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	Carina B. Alves	Santa Lucia	comunidade	6192774337	caribergs00@gmail.com
2	Raimundo Elói de Carvalho	PARK WAY	ATC PW	61-98642-1408	eloi-carvalho@outlook.com
3	ANTONIO PORTERO CAMPOS	SOBASOMITA II	COOPENAPALMAS	61981824798	APCAMPOI@HOTMAIL.COM
4	ALEX RODRIGUES SAOS	26 DE SETEMBRO	26 DE SETEMBRO	982996777	georgiofiofio@gmail.com
5	GILBERTO XAVIER	L. COSTA	COMUNIDADE	98436-0512	XAVIER8XAXA@HOTMAIL.COM
6	JOSE GERARDO B. DA COSTA	LUCIO COSTA	REFETORA	98232-3526	JOSE-GERARDO2@GMAIL.COM
7	Yvonne da Silva	Condomínio	comunidade	983108363	yvonne_da_silva@gmail.com
8	Henrique Rebecke	Lago Sul	comunidade	98496-0500	henrique.rebecke@gmail.com
9	Adriana Marques	Lucio Costa	Aschagas	996979153	adv.adriana.marques@gmail.com
10	Daniela D. Almeida	26 de Setembro	comunidade	61984993299	-
11	Marta Terra de Sá	Miguel	AM.P	(61)99264432	Terra_Sa@Hollander.com
12	João de Almeida	Lucio Costa	comunidade	161199882882	-
13	Ripartun M. J. C. Pereira	Lucio COSTA	COMUNIDADE	61198109445	-
14	Rosa Maria Rodrigues	São Sebastião	comunidade	16119592-3678	-
15	Nora Nay D. Silva	26 de Setembro	comunidade	61992471157	-

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: ""Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.

Lista 9



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	Adalberto Carvalho	N. BARRA	GGP- GTI	94438544	adalcarvalho@hotmail.com
2	Youssef Moura	GUARA	MOVIMENTO MORO	98525646	Ayutad2010@gmail.com
3	BEINALDO FIDELIS	PONTE ALTA	ASS. PARK VENEZA	61-992586159	fm
4	Wl3 Carlos B. (Jogem)	PARK WAY	PARKWAY/SUSTENTAVEL	61-99695-1207	KaKobanecelis55@gmail.com
5	FÁBIO FUZEIRA	CLDF	ASSESSORIA DE DEP. PAULA BEURONTE	98108.0061	FABIO.FUZEIRA@CLDF.GOV.BR
6	Bruno César dos Santos	Park Way	Park Way pelo conexão	98270095	brunofreda78@gmail.com
7	MARCOS J. SANTAROSA	SOBREVIDO	ASPROESTE-CGP	999713924	santarosajunior@gmail.com
8	William Jander da Silva	PARKWAY	Parkway pelo conexão	61 991696202	willianjeres2@gmail.com
9	Roberta Gabriela Bosc	J. BARRA	Adm. J. Barra	61 981184695	obedea.hustin@gmail.com
10	Afonso Guilherme M.S. Luz	ARNI QUEIRA	Com. Moradores Amigáveis	61 992457363	afonsoaluz@yahoo.com.br
11	SUZANA M. H. HIAS	PARK WAY	G30 PARKWAY	933815464	shiashian@gmail.com
12	Guilherme Jorgensen	Ingo Sul	Forum dos ABORES	981167925	jorgensguilherme@gmail.com
13	GILBISON P. SILVA	26. SET.	GER. REG.	98412-3139	P.GILBISON@GMAIL.COM
14	Alisson Elia do Nascimento	26 SET / CAMPESINHO	PRES. ASSOCIAÇÃO	98555-9953	ALISSON.ELIA@UNILIS.GOV.BR
15	Dani de Souza Luz	Celândia	Conseio Brasileiro	61 98182-6546	daniuz44@gmail.com

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: "Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.

Lista 10



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	Renilde Brito de Lata	Rio de Fundos	Ariz Jardim Litoria	61 999274948	renilde.brito@outlook.com
2	Suzanna Limauffeniche	COOPER PALMAS	COOPER PALMAS	61 98469004	SUZANNAUD@GMAIL.COM
3	DALMO JAEVIEKE	COOPER PALMAS	COOPER PALMAS	61 984690160	JAEPICKF.TESOUROS@GMAIL.COM
4	Jefferson Alvares	VICENTE PIRES	ASSOCIAÇÃO	61 98478303	JEFFERSONALVARES@GMAIL.COM
5	Raiane Paulodebantes	Pilândia	CLDF/Marcos	61 984737292	raiane.bontoy@clcdf.org.br
6	Guane Uporendi Pava	Ponte Alta	Dandan e	61 93983790	guaneup423@gmail.com
7	Esterle C. Silva Neto		DamDAR		
8	Romulo Andre de Oliveira		DF-LEGAL		romulo.oliveira@df.legal.df.gov.br
9	Janice Dias	Semanoviana	Urbano	61 994644445	diasjanice72@gmail.com
10	Michelle G. B. Borges	Ponte Alta		61 999336163	lucyaborges8.luchel@outlook.com
11	Josimar Nishigaki	26 Setembro		61 984289799	josimar.nishigaki@outlook.com
12	Roberto R. Batista	Loja Sul	Acabou DF	981113131	betobabi.com.br
13	Rosider Gonçalves	Ponte Alta		98598-0765	rosider.goncalves@gmail.com
14	Rosana Lúcia A. de Souza	Comunidade	Comunidade	(61) 991237241	vickefgenna13@gmail.com
15	Ricardo Sérgio O. Filho	SEMOB	SEMOB	(61) 99981-3223	ricardosergio.st.df@gmail.com

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: "Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.

lista 11

Lista de Presença Reunião de Pública Consolidação (17/8/5/60) SEI 00390-0000557/2025-8/7/pg. 545



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Prê-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)
Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Civico-Administrativa - Brasília/DF
Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	Ana Maria de Silva	R.T. II		61 984527051	-
2	Edviane B. Ennes do Vale	Guará I Lúndia	Prefeitura Comarcial	61 998741885	-
3	Irui Roberto C. Oliveira	26 Setembro	Associação	61.99687-7901	-
4	Michael Semes Oliveira	SCBASTIAO	ASSINERADO	61 99592604	
5	SERGIÃO AUGUSTO PEREIRA	26 SETEMBRO	PREFEITURA COM 26 SET	61 99764982	
6	Maria Rubiana Bezerra Guará	Guará	Homut	61 982535500	
7	Julio G de Sousa	R.T. Novo	Grande morador	61 986243932	
8	Eriziane Rocha Batista do Sil	R. Jordina Vitória	morador	61 992815504	
9	Alice Mª Ferreira	Rua Jordina Vitória	morador	61 991091495	alice123pau@gmail.com
10	Benício S. Lopes	Minichacaras	morador	61 981538989	BALOPESS1959@gmail.com
11	Magda Siqueira	Rua Piloto	morador / associação	61 99635-6565	
12	VANESSA BECKENKAMP	MINI CHACARAS	MINI CHACARAS LS	61 982873713	VANESSABECKENKAMP@HOTMAIL.COM
13	Tatiana Santos da Silva	Jardim Botânico	Parq. Estância Q.A	61-992089472	TSR
14	Edilberto PEREIRA FILHO	Grande Morador	Prefeitura Comarcial	61 995539138	
15	JOSIVAN FRANCISCO NETO	ADM SIA	ASSOCIAÇÃO	61 982024005	JOSIVAN.NETO@gmail.com

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: ""Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.

bunka 12



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	Gildonei Maria de Souza	Granja Modelo	comunidade	992633840	
2	Claudio Ribeiro de Silva	Granja Modelo	Comunidade	946756762	
3	Guilherme C. Pontes	Alto Kamagui	Prefeitura Alto Kamagui	981397965	
4	Josely AC. Queiroz	Sítio de São João	Comunidade	61 998200306	
5	Amanda Oliveira de Souza	Sítio de Chacrinha	Comunidade	61 982872978	
6	Vilma Sales de Lima	Kamagui	Associação	61945868156	vilma.sales.lima@hotmail.com
7	João G.C. Accioly	Plano Piloto	SINDUSCON-DF	61 992887435	jgaccioly@hotmail.com
8	Danussa Mota Bouzeiro	Ponte Alta	ASCODA	61991865513	danussa500@gmail.com
9	Eli de O. Carabona	Alto Kamagui	Proj. Camagui Kamagui	61986613420	eli-olla@hotmail.com
10	Gercisa Fernanda	Fab. do Vale		63 993999768	GercisaFernanda10@gmail.com
11	Muram Amaro Assis da Silva	CAB DO VALO	CABECINHA DO VALO COMUNIDADE	61985622061	
12	Umar Lima	CAB DO VALO	COMUNIDADE	6198557544	
13	João Aquino Campos	ARRM MONTEIRO	ARRM MONTEIRO	9816544170	joaquinocampos@hotmail.com
14	Vivian de Souza Rodrigues	Ch. do Cabeceira do Vale	CABECINHA DO VALO	993977015	vivian.rodrigues9899@gmail.com
15	Paulo Monteiro de Aguiar	Granja Modelo	Jardim Vitória	61983382636	monteiro.vitoria@gmail.com

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: ""Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.

busca 13



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Civico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	Quilovera	Ponte Alta		9645165	Quilovera
2	Andréa Pereira Mendes	Ponte Alta	Comunidade Condor	984827393	andrea57-stn@gmail.com
3	Samantha Salomoni	Lago Sul	Fórum das Águas-DF		
4	Ludmyla Soares Fernandes	Ponte Alta Norte		63991260246	soaresludmyla3@gmail.com
5	Ducos Tokeshi	Plano Piloto	CACI	6148226593	ducos.tokeshi@brturiti
6	Marqueline Ximenes Neto	Vitória (Rio de Janeiro)		62983464126	
7	IVANÍ SOARES DE SOUSA	Grande Modelo	Comunidade Jardim	61998764873	
8	Yacimaria Lopes	Jardim Vitória Grande Modelo	Comunidade Jardim	61996097253	
9	Antônia Pereira	Ponte Alta	acompanhamento	619966264	
10	Antônia de Oliveira Leite	Ponte Alta	acompanhamento	63982843438	
11	Jair Marou Neto	Sítio de Chacras	Rec. municipal		JairMarouNeto@gmail.com
12	Jair Marou Neto	Plano Piloto	CEUB	(61) 982062522	Jair Neto@gmail.com
13	ROGERIO KUTKIEWICZ	PLANO PILOTO	CAU-DF	(61) 992245536	rogerio.kutkiewicz@cau.gov.br
14	Bruno S. de Oliveira	PARADISA	ASCOBAS	(61) 99019331	
15	Theocores R. Jordão	MORADA DO SOL	ASS. MORADA DO SOL		

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: "Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.

bista 59



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	Bizirânia Pereira Gama	Gama	Pública	9 84 19 8750	LIZIGUSMAO1d@gmail.com
2	Maria Jose Costa Pereira	Gama	Pública	996157724	-
3	Doniele S de Araújo	GAMA - PONTE ALTA	Comunidade	(61) 98330-5592	doni_sda@live.com
4	Rosângela Amorim	GAMA - Ponte Alta	Privada	61 981575422	rosangellakamori@gmail.com
5	Adriano Augusto de O. Moura	Plano Piloto	MPDFT	3343-9989	1PROUR@MPDET.MP.BR
6	Carriana de J.S. Moura	Jardim Vitória Granga Modelo	C. Jardim Vitória	61 98764995	-
7	Estelane da S.P	Gama-Ponte A	Acampamento D	996632565	-
8	Clayton Souza da Costa	Granga Modelo - Reta	Jardim Vitória	9540-5720	-
9	Christiane R da Silva	Sítio do Chocalho e Costa	Comunidade		
10	SARINA MARQUES	PLANO PILOTO	IBDV	396904514	SARINA DUKIBON@GMAIL.COM
11	Ana de Paula	Noroeste	ADENMI DF	9912722836	anddepaulyfnecca@gmail.com
12	Valdemir dos S. Nogueira	Riocho Fundo II	RA-RF=II ADMINISTRAÇÃO	9.8604-5270	MYRIAN.MARTINS204@gmail.com
13	Roberto R da Silva	X F I	JARDIM VITÓRIA	391047573	
14	Edine Teixeira da Rocha	Riocho Fundo	Jardim Vitória	9 81172764	-
15	Nelson Teixeira da Rocha	Riocho Fundo	Jardim Vitória	996350928	

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: ""Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.

busk 15



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data e Horário:** 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	Maria Natal Fernandes	Dandara	Comunidade	984623676	-
2	Antônia Maria Zeca	Lucio Costa	Comunidade	-	-
3	Alba Carolines m c	Comunidade - GU RES. J. Vitoria	Comunidade	98598166	
4	Juaneide Soguel	Grupo Modulo			
5	Carlos José da Silva	Grupo Modulo	Comunidade	984373642	
6	Edileide Brito	Grupo Modulo	Comunidade	98561103	
7	Antônia Almeida (Juiz)	DANDARA-PA	ROTE ALTA NORTE	98539-2905	
8	Maíle Cardozo	Grupo Modulo	Comunidade	991135635	
9	Hildo Gonçalves da Silva	GRUPO CRISPIM	ASSOCIAÇÃO APRODA	985529492	
10	Lucia Gomes da Silva	Kanagá	Associação Vila Espiranga	981247238	
11	Gerardo Santos de Jesus	Dandara	Associação		
12	Reynold de Jesus da Silva	Dandara	Associação M. Dandara	992613378	
13	Renato Nunes da Silva	Lucio Costa	Comunidade	6198628-5435	
14	Nelma Teixeira da Rocha	Grupo Modulo	Comunidade	61981591468	
15	Juliana Maria de Sousa	Guina	Comunidade	61984185684	

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: ""Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.

Data 16



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	Luca de Silva	São Sebastião	Arruado 309	6191849806	manuela_d_9@hotmail.com
2	Yanduei Nunes	Ponte Alta	privada	99902.9431	Yandueinunes@gmail.com
3	Enoque Nunes de Paula	Vicente Pires	ASSICON-VP	984740721	ENOQUEPAV14@Gmail.com
4	Sandra Salgado	Ponte Alta Norte	ASCODA	993745661	Sandra Salgado
5	Ediane de C. Martins	Setor Chacara ^{COSTA} Lúcio	ASCHAGAS	982994234	Ediane
6	Bruna Gerbora D. Pereira	Setor Chacara Samambaia	Comunidade	61199103-6296	Bruna.d.pereira@gmail.com
7	Gabrielly W. N. Santos	Guará	Aschagas	(61)98355520	—
8	Esilene M. S. S. S. S.	26. S. S. S. S.	Comunidade	611991731070	—
9	Maria Nise de Albuquerque	Jardim Vitória	Prefeitura	992503478	—
10	Rayanne Marques	Setor Chacara	Setor Chacara	982342767	—
11	SEBASTIÃO GOMES AMADOR F. L.	Jardim Botânico	Privada	611999826895	GOMESAMADOR@hotmail.com
12	Monica Carvalho	Lago Norte	Prefeitura Comunt.	—	monicacarvalho.contas
13	Marcio Moreira da Silva	Calandria Costa	Moras Legal	98432-6663	marcioamoreira005@hotmail.com
14	Ildebrando R. Leite	Lúcio Costa	Comunidade	981639277	—
15	ERIK FROIS	ALTIPLANO LESTE	COMUNIDADE	6199811-1312	—

SARAIM BOTÂNICO

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: ""Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.

busca 14



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	Idenir Meneses	Lucio Costa	Chácara Lucio Costa	(61) 99307-0793	idenircestr@gmail.com
2	Jenice Nogueira Pereira Vitorino	Jardim Vitorino	Sede de Chácara Gama	61 995822855	jenice.nogueira2012@gmail.com
3	Orlando Sampaio	Porto Alto	Porto Alto	61 988177109	Orlando.Sampaio@outlook.com
4	Tatiane Alves de Lima S.	São Sebastião	ASS-dos moradores	97401-2311	-
5	Guilherme Bruno	GAMA A	RA GAMA	999911433	Guilherme Bruno 10a outubro
6	Benny Schusterberg	RA 1	Andar 2º / UnB	99963-0045	benny@unb.br
7	CEL SO COLACCI	CHACARA VBI	UNB I	61 98119124	CEL.S.COLACCI@unb.br
8	ÉRITON BECKENKAM	MINICHACARA	MINICHACARA	61 984289713	ERITON.BECKENKAM@unb.br
9	MERCEDES BRUNO	PARIZ WAM		99248183	mercedes.bruno@unb.br
10	OTACIANO Guedes Filho	Riacho Fundo II	Prefeitura Comunitária	61 -	-
11	Gláucia Key A. Jesus	Unio Oda	Unio Oda	61 985901706	glauca.jesus@unb.br
12	Anilene Silva dos Santos	Rua dos Pântanos	Prefeitura Comunitária	61 999276537	Anilene.Silva.01@gmail.com
13	Genirino P. Barros	Vale da Bencoe	Comunidade Valdeleia	61 98355-8797	genirino.barros@unb.br
14	EXY Ricardo Vitorino	GRANJA MARCO	ASS MORADORES G.M.	996280547	exy.vitorino@unb.br
15	PRIAMO MUNIZ M. JOTA	MINI-CHACARA	MINI-CHACARA	999880990	priamo.jota@unb.br

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: ""Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.

busca 18



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data e Horário:** 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	PAULO PAULO SÉRGIO	Lucio Costa	Igreja Católica	999999991	paulosergio.casteliano@gmail.com
2	Francilene Lemos da Silva	chob caboceros do vale	chopem caboceros do vale	61984499826	francilenelemosda Silva@gmail.com
3	Francinete Lemos da Silva	CAB DOVALO ESTRELA		611998440665	Net da Silva 179 @. com
4	Maria Madalena Lemos da Silva	CAB DOVALO	ASS DOS NOBRES	985514609	madalena_08@hotmail.com
5	Refane de Oliveira Martins	Grandeza modelo 3000	jardim Vitória grandeza modelo	996373437	refanemartins9@gmail.com
6	JOSE CARLOS GOMES COSTA	Serra Verde	A.C.M.M.A.	999083588	Jose Carlos Gomes Costa
7	Paulo H. dos Santos	Serra Verde	A.C.M.M.A.	995381047	
8	Raimundo dos Santos	Serra Verde	A.C.M.M.A.	991274972	
9	Steffania C.		CONPLAN	61999944199	Steffania@hotmail.com
10	Edson Luiz Costa	Ponte Alta	Comunidade	61.992490129	CESTARI2606@mail.com
11	João Roberto Queiroz	Comunidade	Ecotias	61999390954	roberto29@hotmail.com
12	Lucyane Mota Silva				
13	Rutemilson Rangel Costa	Ponte Alta		61991882213	
14	Margarite L. de S. Mattos	Grandeza Modelo	Condomínio Vitória	61999593828	egytomatto@hotmail.com
15	João Sérgio	6 de Setembro	AMOVIS	6135528-4372	joao.sergio@hotmail.com

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: ""Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.

basta 19

Lista de Presença Reunião de Pública Consolidação (17/8/5760) SEI 00390-00005572/2025-877/pq. 553



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)
Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Civico-Administrativa - Brasília/DF
Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	ERMINONE N. MARQUES	Granja Modelo DF	Propriedade Comunitária	66992226812	herminiane@gmail.com
2	Mª Cleide de Matos Paiva	Granja Modelo DF	Propriedade	63	
3	RAIMUNDO MONTEIRO Pires	Sítio 1 km DA	PRIVADA	61-99975.2138	
4	Alissonnora R. da Costa	Rua dos Pinheiros	Brua mulher	619912-5065	
5	José Carlos de Moraes	Sítio 2 km. W40 G33	W40 G33	6198435322	
6	Waldemir Gomes da Silva	Sítio 12		61984760659	
7	Isabela Reginal Costa dos Santos			619834039	
8	Guilherme J. de Jesus	CANDARA	COMUNIDADE	61991059754	NEGUEIRA@guilherme.com
9	LUISMAR N. da Silva	26 setembro	ANEXO 26 G33 do R40	(61)983862311	LUISMAR/duck2@GMAIL.COM
10	Luciana Almeida	dopo Norte	Forum Aguiar	61981558355	luciana-mendes3@gmail
11	JORGE DIAS DE OLIVEIRA	RA VII PARANÁ	APARTE: PRIVADA	61992330843	DIRETOR.ADMINISTRATIVO@APARTE.org.br
12	Vasconcelos de Souza	Casa Grande PA		61991748451	vasconcelos-junior@hotmail.com
13	Sebastião Gomes Junior	MULHER RURAL CASA GRANDE	PRATE ALTA	61981549117	pg-comunidade-reforma@rednet.org
14	Yuri Gedonias Pontes	Ponte Alta Norte		6198249-9948	
15	Francisco Bonfim dos Reis	Ponte Alta Norte		6199228-6530	franco.121@hotmail.com

lanta 20

Lista de Presença Reunião de Publica Consolidação (17/07/2025) SEI 00390-00005572/2025-87/pg. 554



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)
Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF
Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	Antonio Leite Filho	Lucia Costa	Comunidade	995047445	-
2	maria Luiza Gomes	Grande modelo	comunidade	-	-
3	Antonio Menezes Junior	Flavio Piloto	CAU - DF	-	-
4	Rosania S. de Oliveira	Dandara	FNH	998381215	-
5	Sylvio M. D. Freitas	Ponte Alta	Comunidade	98151-4059	-
6	Paulo V. Barreto	Ponte Alta (Dua)	Comunidade	8408 6127	-
7	Enio N. M. Coelho	Ponte Alta (Fina)	Quilada	981343517	-
8	Ana Paula Vieira F. Farias	Lucia Costa	Comunidade	98523-6586	-
9	Anamelo G. da Silva	Res. Vitoria	Comunidade	998117763	-
10	nei Nunes dos Santos	Res. Vitoria	Comunidade	99809-8960	-
11	Jose Carlos Pereira	Res. Vitoria	Comunidade	995537861	-
12	Maria de Cássia de Sousa	Lucia Costa	Comunidade	(61) 9-9239-4008	-
13	Edelma N. da Costa	Dandara	Associação	(61) 9804-8159	-
14	Sarah S. Costa	Lucia Costa	Comunidade	61 994061806	-
15	Ana Carolina F. Longo	Vicente Pires	CEUB	61 992146856	ana.longo@ceub.edu.br

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: ""Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.

basta 21



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	MARCELO WATAMBE	Taguatinga	APHOTAG	61 99984 2297	marcelowat@gmail.com
2	Eleni Pereira	Diondara	ASCODA	61 993060315	-
3	Antônio Luiz dos Santos	Jardim Vitória	Comunidade	61 9466-6593	-
4	JESUINO DE J. PEREIRA	Rio de Janeiro	CLDF - CDF	61-999850591	-
5	Suely Neide Figueiredo Piquiar	Alto Kanagaa	Ref. do Alto Kanagaa	61 983278997	vivianeadyosol@yahoo.com.br
6	Marcelo de Siqueira	Rio de Janeiro	Coop. Habitacional	61 982062811	calocencepopular@yahoo.com.br
7	Luizilene Beltrão	Guorã	ASEMBRA	61 985731200	marcelabell@gmail.com
8	Frederico Carlos de Mota	Rio de Janeiro	Comunidade	61 955062520	-
9	Maria Aparecida Martins	Rio de Janeiro	Comunidade	61 995062520	-
10	Elizir Matos Vieira	Cabo do Vale	Bu Cab	61 976018303	-
11	Thales Sales dos Santos	Cabo do Vale	Cabana Vale	61 981241422	thaleslink@hotmail.com
12	Vanessa Leão Martins	Cabo do Vale	Comunidade do Vale	61 984499326	-
13	JOSE	MORJOLO	COMUNIDADE	61 99874797	-
14	Diogo	PONTE ALTA	VALE DAS ÁGUAS	61 98145.1775	djmajor00@hotmail.com
15	Carlos Henrique	Jardim Vitória	Comunidade	61 981944005	-

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: "Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.

busca 22



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	Antônio Nunes	26 de Setembro	26	(61) 9248547	Amnunes@gmail.com
2	Bisete Carneiro	Lucio Costa	Comunidade	984208513	
3	RAFAEL CESAR DE ARAÚJO	CANA DO REIRO	ACARE / 26 de Setembro	61984398214	RAFAELCESAR70@GMAIL.COM
4	Maria Glina S. da Silva	Barbosa Vales	26 de Setembro	61.998493532	
5	Gleidemar das S. Carvalho	GUARA	ASSHTRAR	61982826064	GLEIDIMAR DOD@GMAIL.COM
6	Delfenney F. Gomes	SLA	ASCHREJO	61992228863	Delfenney
7	Dr. Divo Aury Gavião	Viscontes Pires	ELNICKA	68981343274	
8	VANDERSON EUGENIO OLIVEIRA	LUCIO COSTA MACHES	COMUNIDADE	6199615-3774	everson@A1MAIL.COM
9	Elisaveth Ferrare	ATAIN AAM		61993624373	elisia@hotmail.com
10	Ricardo Ricardo C	Ponte Alt. Norte	Prefeitura Comunitária	61 9.999 80694	ricardoferrare@comunicacao.gov.br
11	Rômulo R. Mendes	Ponte Alt. Norte		6199192.4292	
12	Domingos Alves	TAGUATINGA	CONRADOS-OF	61.99151-8868	
13	Leandro Guilherme de Jesus	N.R. OLHAS D'ÁGUA	ASSOC. OLHAS D'ÁGUA	62 99979644	
14	Paulo Roberto de Jesus	Coqueiro III	Comunidade	6498424132	
15	Thales Sereno	João Guedes	Comunidade	611925153107	Sereno1980@gmail.com

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: ""Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.

bush 23



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	Higor S. Barbosa da Silva	Park Sul	CLDF	38 99940 0046	higor.barbosa@cl.df.gov.br
2	Vera Lucia Batista N. J. J. J.	SMPW	Park Way	999811869	
3	Luzia Sampaio M. M.	Sor. Acheas	Associação	5998675044	jozsa@univille.com.br
4	CARLOS EDUARDO DE AMORIM	SANTA MARIA	MARINHA DO BRASIL	(61) 99812-1204	
5	Ludmila de A. Pereira	CGP/CAU-DF	CAU/DF - CEILÂNDIA	6199971-7424	
6	Marcelo de Moraes	CEILÂNDIA	ASS. MORAR LEGAL	61 991161109	un@univille.com.br
7	Isabelina B. D. S.	rua Sebastião	308.	991256113	
8	MARCELO BEVIRI	PLANALTINA	GAC - GALDÍAS DE ALMEIDA, ENGENHEIRO	97726192	marcelo@beviri.com.br
9	Walter P. Araújo	Imaculado	1	25625833	
10	Daiane Cardoso Pereira	Gama	AMPAR-DF	998390885	
11	Abraão A. A. A.	Ponte Alta		99675-5152	abraao@univille.com.br
12	Francisco Wilson F. Pereira	POURTE/ROA	MEF-GM-PAN	99823567	
13	João de Deus D. D. D.	Prochokind	Grupos/Produtos Residência Vitoriosa	61986043913	joao@univille.com.br
14	FRANCISCO CEILAN	SAMAMBAIA	ASMOPB	61986172935	
15	GERALDO BATISTA A. A. A.	GAMA	Ass. Mpe Lotes de B. B.	982441928	



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	LÉLIO S. NOGUEIRA	SAMAMBAIA	AMES - ASSOCIAÇÃO	98441233	LELIO@NOGUEIRA@GMAIL.COM
2	GISELE CARVALHO	26 DE SETEMBRO	PREFEITA LG	996040789	GICARVALHO@GMAIL.COM
3	Mônica Ramos de Jesus	Taguatinga Norte	IBRAM-DF	9912-3458	monica.jesus@ibram.df.gov.br
4	Maria Lúcia Silveira	Guará	ASMI-R	983410141	elinpires@Gmail.com
5	Reynary dos Santos Lima	Riochobundo	Proj. Cam. Aldeia	982932832	reynarymarinandy@hotmail.com
6	Gilberto Camargo	Vicente Pires	AMOVIA	-	-
7	Rivanda SOALIMIM	Parque Lúcia	Conselho	996379600	luter.rivanda@gmail
8	Simoni de C.M. Almeida	Eleza São Sebastião	Associação	6198540638	SICASSIO@hotmail.com
9	ISAÍAS CARVALHO DA SILVA	Riacho Fundo II	ADMINISTRAÇÃO REG. RF II	61991713562	isaias-holy@gmail.com
10	Saúl da Odegerida de A. OLIVEIRA	São Sebastião	Moradia 308	999091689	Saulladoliveira@gmail.com
11	Prof. Antonio Soares	São Sebastião	Moradia 308	998158167	joantonio.soares@kooapps
12	LEONARDO N. PEDRAZA	CASA BRANCA		996973869	-
13	Wuimemar de matos	Riacho Fundo II	Residência grupo modo	61991286141	wuimemar323@gmail.com
14	Andréia Patrícia R. Almeida	Lucio Costa	Estudante	(61)999849771	andreaa.almeida@gmail.com
15	mauricelias	Somenteira	Residência de São Pedro	61 984800190	(mauricelias)



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	William Jonathan S. Vasconcelos	PLANALTINA	ADM-PLANALTINA	61 7814-4066	WV.DV@outlook.com
2	Antonio TURRA	Plano Piloto	IBRAM	61 987899321	ANTONIO.TURRA@IBRAM.org.br
3	João J. de Souza Jr.	26 setembro	Pigalho 26 set. 2	61 981793223	-
4	LUIS CARLOS NOVAES	SOL NASCENTE	ASSUP	61 985955441	LUIS.OFICU@GMAIL.COM
5	Cirena Merya Lora	Fazenda Juapira	Proj. com p/ho Kanga	(61) 991523098	CIRNY.MERYO2602@GMAIL.COM
6	Brundel Furlatti	Gilândia	OAB-DF 71.776	(61) 981527611	brundel.94@gmail.com
7	JOÃO B. (HOMOS)	GUAMA	CADNU	61.99673154	JOAO.NUNO@COMMERCIAL.COM
8	Laís Cerqueira S. Figueira		MPDFT/5º PROURB	61-33439515	lais@mpdft.mp.br
9	Thiago L. Moreira	São Sebastião	Associação 308	61 981636944	-
10	Valdivinista da Silva Aguiar	São Sebastião	associação 308	61 996391503	-
11	JOSE DORALVINA SILVA	LAGO NORTE	COMPLANTA L.N	61 992729948	doralvina@yahoo.com.br
12	Fábio Henrique Silva	26 de Setembro	Lindomínio Cortelli	61 999690177	-
13	Deborah E. Pereira	MAOS	Almager	61 999184020	-
14	JOSÉ DE RIBAMAR DE SOUSA SANTOS	SAMAMBAIA RES. CHAC. SÃO PEDRO	SAMAMBAIA RES. CHAC. SÃO PEDRO	61-981823538	Jose Ribamar de S. Santos
15	Luizac de Oliveira	Charrua Lúcio Costa	Lúcio Costa Guina	61 97322590	Presente

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: ""Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.

lusk 26



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	Silviana de Sousa	grupo modelo	FMH	982627803	Silviana.de.sousa@gmail.com
2	Marly f. Dias Silva	grupo modelo	FMH FMH	61993488908	- - - -
3	Therisany Rodrigues Lacerda	grupo modelo	FMH	61992696957	- - - - -
4	Mikaelle Teles Brissotome	Alto Kaneco	Prefeitura U. ^{Gov} ~~Fate~~	61 982781760	
5	Suzanne Melo Sousa Brandão	CA 26 setembro	comunidade	61 99669-5156	sisismbrandao@gmail.com
6	Daniel Pereira Sousa Brandão	CA 26 setembro	comunidade	61 99902-5156	danielpsbrandao@gmail.com
7	Silviana Regina Costa Veloso	Chac. 03/04/1	comunidade	61 98272885	
8	Rodrigop. Lucas R. de Jesus	Alto Kaneco	ACAAK	61 99156444	rodrigota@gmail.com
9	2. Hugo Alves Silva	SETER HASEHIS			
10	Edryla S. Oliveira	Ponte Alta	comunidade	(61) 9937-7734	
11	Vivianne Sousa Santos	Setor Lúcio Costa	comunidade	61993919157	sousavivianne@gmail.com
12	José Ribamar S. Rodrigues	Setor de Chapecos	"	(61) 982204136	joseribamarviva@gmail.com
13	Marcos Gabriel Silva Sousa	Cidade do Voto	comunidade	61993428257	mmarioghs009@gmail.com
14	Thiago Veloso Martins	Cidade do Voto	comunidade	61996194804	ThiagoVelosoMartins@gmail.com
15	José Augusta P. dos Santos	Calçada da Voto	comunidade	61993460855	augusta.dosantos.132@gmail.com

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: ""Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.

buxa 24



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Civico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	Keli Vieira Campelo	Ponte Alta - Gama	Condomínio Dubei	61 982177030	KV.CAMPELO@GMAIL.COM
2	Eliana F. Riccio				
3	Francisco Marcos da Silva	Parkway	COORD. MOVIMENTO RW	61 984305708	frachilvur@GMAIL.COM
4	Yvonn Joseli de Silva	Lucas ESTÁ	ALHARONS	61.984594159	Yvonn Joseli de Sil
5	Helena de Oliveira Moraes	Ribeiro FZT	Ribeiro FZT	61 985989367	hellenefz@hotmail.com
6	Rafaela marcelo de A.	Al. do Vale	Belavista Solara	61 98236-6070	Rafaela marcelo de A.
7	Marcos Paulo S. de Silva	Condangolândia	Administrador Regional	61 981940723	marcos.silva@contingolândia.gov.br
8	Cibeli de Almeida Silva	Jardim Votouro	Prefeitura	991099754	
9	Sensira Gomes	Jardim Votouro	Prefeitura	993347684	
10	Helena Pereira Nunes	São Sebastião DF	morada do Sol	61 991012677	
11	Roberto Carlos P. Frip	308. SAO SEB.	ASSOC. MORADORES	61-992240474	Rp
12	Paulino de Souza Pereira	Inflorença	Residente	61 998091234	Souzaohyuk9@gmail.com
13	Marcelides de Almeida	Verde - Gama	Associação	999147733	marcelidesa@gmail.com
14	ESOLANGE M. SILVA LOPES	ALTO PLANO Deste MINICACEN	COMUNIDADE	61 (999224852	olimpocorango@gmail.com
15	Jacira Lopes de Oliveira Melo	Ponte Alta Norte	comunidade	61)995553111	JaciraLopesmelo@gmail.com

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: "Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.

basta 28



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	Batiana R. da Silva	Ponte Alta Norte	ASCODA	61 99805-3044	
2	Elaine da Rocha	Lucia Costa	Comunidade	61 992048453	
3	Glennia Portela da Silva	Riacho Fundo II	Adm. R.F. II	9.99554024	
4	Maria Cláudia de Silva	Riacho Fundo II	Adm. R.F. II	9.9229.2402	
5	Marciane Nóbrega Nunes	RES: d-jardim vitória	Adm. R.F. I	661.9609.5322	
6	Ezequiel P. Batista	RES: d-jardim vitória	Adm. R.F. I	64 99959409	
7	Ademilton B. Oliveira	Jardim Vitória		61 9 86099685	
8	John's Vazquez de Almeida	SÃO SEBASTIÃO	MONAD DO Sd	61 981528312	
9	Patrícia da Silva Galvão	São		61 996007521	
10	Elaine P. Silva	Guara	Coohmut	982207915	
11	Doutor Claudio	Guarás-melhor	Jardim Vitória	98449.1647	
12	Maria Elza CPN	Lago Oeste	CGP-Aspásio	977630517	
13	Rafael Felipe	Guara	ARAYARA	61 991475581	naiya-filippe@crayons.org
14	Almir Goerges de Amorim	Pol. Grego	Ass. Grego	61 99188348	almirgoerges@gnail.com
15	Lauro Lacerda	SUPERINTEND	BOUGAIVILLE	61 995304688	GOERGES22@GMAIL.COM

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: "Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.

busca 29



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	Rony da Costa Santos	S. CIL. LUCIO GOSA	PREFEITURA/ASSOCIAÇÃO	992090668	RONYLUKY@GMAIL.COM
2	Bruno Bortoletto	Vila Planalto	XXI de Setembro	(61) 989270950	bbortoletto@gmail.com
3	MARCELO ELSON RO	SAS SIV	-	99988-9188	PROTAMARCELO@hotmail.com
4	Alexandre Bortoletto	LAGO SUL	-	995928022	Alexandre.Bortoletto@gmail.com
5	Thelma Bernardino	R. FUNDASIS	TVAA Instituto	61 984594292	
6	Márcia Otávia Pinheiro	Parque Way	Assoc. de Empresários	61 981246611	marciaotaviapinheiro@gmail.com
7	Marcelo Faria	PARQUE WAY	PARQUE WAY/PROJETO	981543757	DRMARCELOFARIANO@GMAIL.COM
8	Roberto M. Menezes	ALTIPLANO LESTE	ALTIPLANO LESTE	98136-1592	menezes.roberto@gmail.com
9	Roberto M. Menezes	ALT. PLANO LESTE	ALU - ALTIPLANO URBANO	981768978	
10	Quincy Rodrigues de Silva	ALT. PLANO LESTE	ALU - ALTIPLANO URBANO	992316168	
11	Helena Prates Doyle	LAGO SUL	Assoc. Moradores/ATA	999765376	helendoyle@yahoo.com.br
12	Evaniel P. de Souza	Ponte Altos Norte	II	(61) 982433443	evaniel.p.souza@gmail.com
13	Sônia Augusta Pereira	SHUB	EGP/PDOT	61 - 996077737	SUBARVP@YAHOO.COM.BR
14	FATIMA REGINA F. DA SILVA	PLANO	MARINHA	61/985058797	FATIMA.REGINA@MARINHA.MIL.BR
15	ADONAI CONES FINEIRA	ALTIPLANO LESTE	MORADIA	(31) 388775005	adonai.fineira@gmail.com

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: ""Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.

busta 30



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Prê-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	Allice Silvestre	Rio do Fundo I	variz - cond. Vitória	61-999260601	alicesilvestre123@gmail.com
2	Francisco Bonifácio Pereira	Park Vay	MEPW	61-982738060	francisco.bonifacio@gmail.com
3	Saulo Antonio dos Santos	São Sebastião	AMSCMA	61-984465626	Saulo13@gmail.com
4	Delvita Alves Ferreira	São Sebastião	ASS. RIDE	61-994421001	delvitaalves@gmail.com
5	Olivia Pereira Campos Júnior	26 de Setembro	26 de Setembro	61-999624350	cavaleira.olivia@gmail.com
6	Antonio Alberto da Silva	Vila Telebrasil	AMAT	61-993488668	
7	Beila Brasília Alves da Silva	Cobacanga da Vila	chocoma 12	61-989655557	Beila
8	Ketiane Sena S. da Costa	Vitória	Setor de Chacaranas CC	61-98234-7250	Ketiane
9	Ana Beatriz da Costa Santos	ASCHAGAS	Prefeitura	61-994235194	anabeatrizcostasantos14@gmail.com
10	aurso - Sr. R	CHL	IBI IFB	61-98331540	
11	Luiz Gerardo da Silva	ASCHAGAS		61-983359179	
12	Carlos Eduardo R. Santos	Gilândia	ASSIC DF	61-9858181	Carlos 33756935@gmail.com
13	Francisco de Paula	Gilândia	ASSIC DF	61-985551139	Carlos 33756935@gmail.com
14	Rui Alberto	Gilândia	CLDF	61-995191677	ALBERTO55@hotmail.com
15	Randolph W. Oliveira	Gilândia	Associação Brasileira	61-996791444	randolph.woj@gmail.com

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: ""Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.

busta 31



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	Roseth Taques de	Rua dos	prefeitura	61 94285-7344	taquesroseth@gmail.com
2	Igor Gonçalves	Taguatinga	gab. dep. Gabriel Magno	61 981386723	igor.goncalves@cl.df.gov.br
3	Luciene N. Almeida	Ponte Acto	DANDARA	61 984767275	lucienemogueira347@gmail.com
4	KAVAN GOMES MANSUR	SUDOESTE		61-9-8110-8880	KK.BABYCORUFINHA@GMAIL.COM
5	CARLOS CESAR VIEIRA DALUZ	Água Clara	EMATER-DF (GT)	61.999715050	CARLOS.VIEIRA.DALUZ@EMATER-DF.GOV.BR
6	Luciano Carlos Pedra	Zona Alta		61 999 260994	Pedra.Luciano@hotmail.com
7	Sue Aze de Almeida Leite	J. Bolômio	MPDFT	61 999895573	sue.leite@mpdft.mp.br
8	Maria do Socorro M. Gomes (Nina)	Solar de Soma	Cond. Solar de Soma	61 999627637	minag.umb.ly@gmail.com
9	Paulo Roberto J. Lino		BRASIL 21	61 999028564	
10	André Junior Gomes	Solar Sombria	IAB/CONPLAN	61 982271069	
11	Ínacia Oliveira Souza	Marcelino		61 982605265	
12	Jefferson de Souza	Galvães VALO	CHACARA 12	61 996893615	
13	Rosely de Brito Santos	Ashegao	Prefeitura	61 98421315	roselydebritosantos@gmail.com
14	Danuf de Oliveira Nakao	Cabeceira do Vale	CH 121-A	61 981614565	danufrievilo@gmail.com
15	Eudene Gomes Uoz	Cabeceira do Vale	COOP VILL	984245540	Eudene.Uoz@gmail.com

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: "Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.

busta 32



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	CLÉVES BISPO FONSECA	GRUPO MARELO	EVANGÉLICO	61 986832846	clevesbispo42@gmail.com
2	Carmin Regina Correia	Cooper Palmas	Cooper Palmas	(61) 99986-5968	regiacorreia@gmail.com
3	Lucas Prata de Souza	São Sebastião	Assoc. AMOASA	(61) 98430 0636	pratalucas@hotmail.com
4	Carla Almeida	Porto Alta	Comunidade	61 986027233	carlaalmeida@gmail.com
5	Yosvany Lopes da Silva	26 Setembro	Comunidade	61 943748587	yosvanylopesilva@gmail.com
6	Jheniffer Nayane G. Pinus	Sambambaia	Parangara (CGP)	61 99999-1104	gnausyl@gmail.com
7	Elaine Soares da Silva	Caub II	Ass. Residencial (CETUR)	61 983416552	elaineindata@gmail.com
8	Edmaris Barbosa da Silva	CAUB 2	ASS. RESIDENCIAL CETUR	61 99530-1177	Edmariscentalreis@gmail.com
9	Gizelle Azeredo da Silva	Pous. Alto Canopi	Condomínio m. rosa	61 99371-5594	gizelle.az@hotmail.com
10	Gerardo José	26 SET.	26 SET.	9.8 2021	
11	Washington Luis D. Torres	Reganto	Washington Advogados	999659261	washingtonadvogados@gmail.com
12	Fernando Felipe B. M. de Sousa	Alphabeta	Moradia	61 996195595	fernandofelipe@gmail.com
13	ANDRÉ LUIZ DANTAS	TRAVATINHA	CLDF	61 98344-5070	
14	Wilson Tiliama	Comunidade	FAIAJE-DF	61 985775795	Wilson.Tiliama@gmail.com
15	CESAR MUNDOIA	PARF WAY	ASSOLIAÇÃO	998620087	CESARMUNDOIA88@gmail.com

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: ""Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.

busta 33



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Civico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	Renan Gabriel Ribeiro Farias	CAUB II	ASS. Residencial CATETIM	65 9855-4427	RibeiroFarias00@gmail.com
2	Dr. Dimo Mori	GAMA	CONPLAN	61 98 2236206	dimomori@gmail.com
3	Anthony Mori	GAMA	comunidade	61 992939939	A.Mori@gmail.com
4	José do Egito Alves de Souza	Taguatinga	ABCEgito	61 999716703	alvodegito@abcegito.com.br
5	Cláudio Neguim Puello	Park way	movimento park way	61 999881137	maucelio@hotmail.com
6	Manu da Silva	Altiplano Leste	ALU-Altiplano Leste	61 99904-7392	manu_da_silva@yahoo.com.br
7	João Bosco de Moraes	Ponte Anta	-	61 981434003	JKBosco2003@YAHOO.COM.BR
8	GEOVANA RESENDE	ALTIPLANO	JCGOVATO ENB.	61.99639-3160	geovana.arquivista@gmail.com
9	RAFAEL BATISTA XAVIER	ALTIPLANO LESTE	ALTIPLANO LESTE	61 99126-5134	RAFXAV@YAHOO.COM
10	Miriba Rosa de Lima	Taguatinga	COMDEMA	61 998171028	miribal-lima@yahoo.com.br
11	Noaide Rosa Marques	Asa Norte	Comunidade	61 98137892	noaide@smail.com
12	Isabela Porto Alegre	Asa Norte	Comunidade	61.98466-3020	isabela.portoalegre@gmail.com
13	Luz Kucharski	LAGO NORTE	Comunidade	61 99983-2985	feaneri@hotmail.com
14	Carla Fabbrini Morijilio	Altiplano Leste	MAR (monumento Rural)	(61) 983081922	carlafabbrini@gmail.com
15					

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: ""Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.

busta 34

Lista de Presença Reunião Pública de Consolidação (1778/5760)

SEI 00390-00005572/2025-877/pg. 568



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)
Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF
Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	Veronica P. Figueiredo	Praça Fundo	Povo / CGP	61 981004035	veronicafigueiredo@gmail.com
2	Alvaro Rocha de Azeite	26 de Setembro	Comunidade	61 982625995	alvarorocha@gmail.com
3	Fernando Santos	Vila Telescopio	Amat	61 98121281	Fernando.santos@gmail.com
4	Sônia Waleiria Pereira	SHUB	CGP / PDOT	61.996027737	SU CARVALHO@HATCO.COM.BR
5	Silvia Teófilo de Morais	CAUB II	Rio Catetinho	61 982006285	silvia.tefilo.morais@gmail.com
6	Thalyta Morais Viegas	CAUB II	Ass. Residencial Catetinho	61 982024619	thalyta.viegas@gmail.com
7	Luciana Camargo	Torres	Res. Bosque Jpê	61 981250551	lucianadecamargo@gmail.com
8	Abel Ferreira Leite Neto	Altiplano Leste	ALU - Alt. Plano Leste Velho	61 999147070	Abel.leite@gmail.com
9	DEIZA CARLA MEDEIROS LEITE	PARK WAY	Privada	61 996580889	deiza.leite686@gmail.com
10	ANA PAULA MELO GASPAR	Altiplano Leste	Privada	61 99823-2024	paulinha.gaspar.5@gmail.com
11	Hervston da S. Cruz	Sobradinho II	Quartões Castelo da Luz	61 98632-5709	hervston7@gmail.com
12					
13					
14					
15					

busto 35



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PARTICIPANTES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	Donelly V. Viana	guara	Associação Costa	61/98215-2302	—
2	Mayerilton S. S. S. S. S.	Riochubasco	Jardim Vitória	61 999419493	—
3	Rodo W. S. S.	MINI OMAE	ASS / PKI	9819777	—
4	Marcilio S. S. S. S.	Jardim Vitória	Condomínio	18997559940	—
5	Francisco Manoel Souza	São Sebastião	Associação Morada do Sol	91197176	—
6	Antônio Silva dos Santos	São Sebastião	Associação	3999.3112	—
7	Cláudia M. M. M.	Arigineira	Comunidade	985.022891	—
8	Guilherme C. S. S.	Jardim Vitória	Grande Mallo	984202758	—
9	Fernando Henrique	Jardim Vitória	Grande Mallo	984202718	—
10	Graciana C. Bernardino	Córego Crispim	Crispim	381812462	—
11	Lyrie Bent	Minha Áreas	comunidade	—	gizellebsb@yahoo.com.br
12	GERALDO ALEX GUIMARÃES MELO	Cond. Bela Vista	PRV SABOIA COMUNIDADE	61991284881	Gerardo Alex 720@gmail.com
13	José Oliveira	POBRE ALTA	—	61-981621105	—
14	Renato S. S. S.	U. Bandeira	Associação dos Pacientes	619812-7732	imov. Ametista@gmail.com
15	Denilo Condado	Cond. Vitória	comunidade	61583455550	—

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: ""Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.

basta 36



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE SERVIDORES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	JOSE RAFAEL FELIX	SUAG	SUAG	999837765	Jose.Felix@SEDUH.gov.br
2	ALEXSANDRO S.F. CAVALCANTI	SEDUH	UNTEC	6132144168	Alexsandro.Ferreira@SEDUH.gov.br
3	ALEXSANDRO DE ANTAS	SEDUH/SUPAR	SEDUH/SUPAR	3214 4122	ALEXSANDRO.INDIA@SEDUH.gov.br
4	EDSON COELHO	SUAG	SUAG	4040	EdsonCoelho@SEDUH.gov.br
5	ANA KARINA S. PASSOS	SEDUH/SUPAR	SUPAR	4118	ANA.PASSOS@SEDUH.gov.br
6	Luiz Flávio Bezerra	SEDUH/SUPAR	SUPAR	4119	Luiz.Flavio@SEDUH.gov.br
7	Felipe Souza Lima	PIREG	SUPLAN	4170	lima.felipe00@gmail.com
8	RENATA MARCHINI LOUREIRO	SCUB/SEDUH	SCUB	4109	RENATA.LOUREIRO@SEDUH.gov.br
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: ""Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE SERVIDORES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	Alano Domingues	Plano Piloto	DIPLAN-SEDUH		alano.domingues@seduh.df.gov.br
2	Edna Aires	Plano Piloto	COSUT-SEDUH		edna.aires@seduh.df.gov.br
3	Talita Rabelo	Plano Piloto	Uimot-Seduh	rammel 4059	talita.rabelo "
4	Eduarda Fernandes	Seduh	ASCOM	4092	eduarda.fernandes@seduh
5	Marine B. Russ	ASCOM/SEDUH	ASCOM/SEDUH	4092	
6	Pedro Luiz Dantas	ASCOM	ASCOM		dantapedro Luiz@gmail.com
7	Marcelo M. Borges	UNTEC	UNTEC	4152	marcelo.borges@untec
8	Albini Jorge do C. Funes	UNTEC	UNTEC	4153	albini.funes@seduh.df.gov.br
9	Antonio Martins	DIPLAN	DIPLAN	4153	"
10	Sofia Costa	UNTEC	UNTEC	4157	
11	CAMILA TE C PIRES LUKERS	PLANO PILOTO	SUPLAN-SEDUH	4127	camila.pires@seduh.df.gov.br
12	GISELE A. MANCINI	SUPLAN	SUPLAN	4127	gisele.mancini@seduh.df.gov.br
13	Isabel Cristina J. de Deus	SUDEEC	DIPLAN/SUDEEC	4199	isabel.deus@seduh.df.gov.br
14	Kamini Junior	DIAPO		4035	
15	TIABE RAFAELA GONCALVES	SUAS	SEDUH	4077	TIABE.GONCALVES

JOSE RAIMUNDO P. FELIX

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: ""Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE SERVIDORES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	Eugenia Platini P de J. Lator	ASCOM			eugenia.m.costa@gmail
2	ALÃO ANDRADE	SUA 6/ASA-SUL	SUA 6	3214-4041	
3	Formela Silva de S Camelo	Santa Maria	ASCOL	3214-4092	formela.camelos@seduh.df.gov.br
4	Fernanda de Oliveira Costa	Guará	ASCOL	3214-4092	fernanda.costa@seduh
5	Jussara Espindole	ASCOM/Schubert	ASCOL	3214-4092	jussara.salgado@seduh.df.gov.br
6	Anna Sofia Batista de Almeida	Águas Claras	ASCOL	3214-4092	anna.silva@seduh.gov
7	Leandro Cipriano Vieira Brandão	ASCOM-	ASCOM	3214-4025	leandro.brandao@seduh.df.gov.br
8	ANTONIO O MELLO JR	RA 1	COPVU	3214-4129	Antonio.Oliveira.mello@
9	Cristina M ^{sc} de Mello	Jardim Botânico	DIHAB	3214-4161	cristina.maria@seduh.df
10	Juliana Coelho	—	Suplan	—	juliana.coelho@seduh.df
11	Nayanne Moreira	Racho Fundo II	SUPAR	3214-4085	nayanne.moreira@seduh.df
12	Maria Luiza S.B Vile Real	Águas Claras	SUPAR	3214-4085	—
13	Fernando Martins de Oliveira	Itapoá	SUPAR	4011	fernando.martins@seduh.df
14	Gabriel Ribeiro Costa	Octogonal/Sud	DIHAB/SEDUH	4161	gabriel.costa@seduh.df.gov.br
15	Rubens Rodrigues Vargas	Taguatinga	DINT	4123	rubens.vargas@seduh.df.gov.br

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: ""Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Prê-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE SERVIDORES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	Poloma Soares Alvim	Amigues	SEDUH-DESUJ	4123	poloma.alvim@gmail.com
2	MARILIA MELO	PLANO PILOTO	SEDUH-SUPLAN	4028	MARILIA-MELO@SEDUH.DF.GOV.BR
3	Sarah Mascarenhas Bichara	Plano Piloto	SEDUH-ASCOM	4024	SARAH.BICHARA@SEDUH.DF.GOV.BR
4	DONIQUE CORREIA DE LIMA	ELSAK	SEDUH/SUPLAN/COPAN	4129	donique.lima@seduh.df.gov.br
5	Carla Godói A. de Oliveira	NOROESTE	SEDUH/SUPLAN	4129	carla.oliveira@seduh.df.gov.br
6	Jane E. do E. Santana	Plano Piloto	SEDUH/SUPLAN	4123	jane.santana@seduh.df.gov.br
7	Fabiana Lemos Gonçalves	Plano Piloto	SEDUH/SUPLAN	4161	fabiana.goncalves@seduh.df.gov.br
8	Eliete Goês	Agua Clara	SEDUH/ASCOM	4092	eli.goês7@gmail.com
9	Deuila Miranda	Salvador	SEDUH	4041	
10	CRISTIANE GUSMÃO	P.P	SEDUH	4123	cristiane.gusmao@seduh.df.gov.br
11	Luciana Carvalho	ASA NORTE	SEDUH	4123	luciana-carvalho "
12	Juliana Santos Lucas	Alti plano	SEDUH	4020	juliana.lucas@seduh.df.gov.br
13	Carliana Amaral		SEDUH	4132	carliana.amaral@seduh...
14	Juliana C.M. Ozelim	DIPLAN/SUPLAN	SEDUH	4163	Juliana.ozelim@seduh...
15	Amanda Elin Lopes	DIPLAN/SUPROS	SEDUH	4185	amanda.lopes@seduh...

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: ""Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE SERVIDORES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	AORIELLE CAVALCANTE DA SILVA	Plano Piloto - DF	DISOLO / SUPROS	4185	adricavalsilva@seduh.df.gov.br
2	RAYSA OLIVEIRA SPINDOLA	Plano Piloto	SEDUH / SUPAR / DIABET	4123	RAYSA.SPINDOLA@SEDUH.DF.GOV.BR
3	Giscomma Cauden	Plano Piloto	SEDUH / SUPAR / COSUT	4123	giscomma.cauden@seduh.df.gov.br
4	PAULA FERREI PAIXÃO	Plano Piloto	SEDUH / SUPROT / DIABET	4185	paula.paixao@seduh.df.gov.br
5	REINALDO FERREIRA PINTO	PARK WAY	SEDUH / UNTEC	4134	Reinaldo.ferreira@seduh.df.gov.br
6	Beatriz Goldino	~~Subsede~~ / Subseste	SUPAR / UPAR	4085	beatriz.lima@seduh.df.gov.br
7	Jessica Sousa Duarte	Plano Piloto	DIAB / SEDUH	4123	jessica.duarte@seduh.df.gov.br
8	Vinicius Alves Engleit	Damambai	DIPLAN / SEDUH	4163	VINICIUS.ENGLEIT@SEDUH.DF.GOV.BR
9	Domelle Lima Fonseca	Sobradinho 2	DIAB	4161	domelle.fonseca@seduh.df.gov.br
10	RENATA FREITAS C. CARREIRA	LAGO NORTE	SUDEC / SEDUH		RENATA.CARREIRA@SEDUH.DF.GOV.BR
11	Jefferson Roberto dos Santos	Valparaíso - GO	Seduh / DIAB	4123	jefferson.santos@seduh.df.gov.br
12	Felipe Augusto A.F. Maranhão	Plano Piloto	Seduh / SUPAR	—	felipe.maranhao@seduh.df.gov.br
13	Amanda Alves Serra Lopes	Lago Sul	Seduh / Suplan	4120	amanda.alves@seduh.df.gov.br
14	Carminem de Lencastre	Subseste	Seduh / AS com		carminem.lencastre@seduh.df.gov.br
15	Luíza Juliana Barros	Água Clara	Seduh / COAD	4014	luiza.barros@seduh.df.gov.br

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: ""Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE SERVIDORES

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	Marcus Vinícius de C. Rocha		SUPLAN/DIMOT	4154	marcus.rocha@seduh.df.gov
2	Samuel da Cruz Roster		BUGEG/SUPLAN	4071	roster.samuel@seduh.df.gov.br
3	Ellid Kenia dos S. Fereira		SUPLAN/DIPLAN	4163	ellid.ferreira@seduh.df.gov.br
4	Francis Gomes Aguiar		DIAPD/GSEIR	4046	franciscogomesaguiara@seduh.df.gov.br
5	Maria Clara Pimenta Santos		DIOEST/SUDEC		
6	Edson Rodrigues		DIASO/6 SEC		
7	Mamuelle Coelho		SUPLAN/MREG	4170	mamuelle.coelho@seduh.df.gov.br
8	Spinaire Silva Melo		COAD	4037	spinaire.melo@seduh.df.gov.br
9	LITZ MARY LIMA BAIY		SEDUH/UNGEO	4112	litz.mary@seduh.df.gov.br
10	Cristiane Lima		COAD	4038	cristiane.lima@seduh.df.gov.br
11	Roberto Torres Quintanilha		Protocolo	4053	roberto.quintanilha@seduh.df.gov.br
12	André Leonardo		SUPAR	4097	ANDRE.LUAS@SEDUH.DF.GOV.BR
13	LEANDRO GONÇALVES SANTANA		COAD	4094	
14	João Paulo A. Silva		ASCOM		joao.paulo@seduh.df.gov.br
15	Gliciane		AMOR. QS II.	991650671.	gliciane.castel@seduh.df.gov.br

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: ""Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)

Assunto: Reunião Pública de Consolidação de Pré-Propostas do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão de término às 18h

LISTA DE PRESTADORES DE SERVIÇO

Nº	NOME LEGÍVEL	RA (RESIDÊNCIA)	ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA	TELEFONE	E-MAIL
1	Kaio Alexandre Farias Melo	Ceilândia	RDK	61-998236364	66Kaio66@gmail.com
2	Luiz Almeida Moraes	Santa Maria	RDK	61-99377-8092	luizalmeida@gmail.com
3	Edvan Fortunato Benedito		edvan fortunato	61992967000	edvan.fortunato@gmail.com
4	Suzella Wodanide	Sudoeste	DIPRE/SEDUH	32144088	
5	Ramona de S. Ribeiro	Gama	Star	61 992970684	ramonaryles@gmail.com
6	ROBSON FONSECA	S. Ingoi	STAR	61-98405-3268	
7	Ivicy Ferreira Feresz	SA Maria	CVA	(61) 981462822	ivicy.ferrez85@gmail.com
8	David Pereira de Carvalho	Santa Maria	CVA	(61) 95642-1248	DavidCarvalho.Pereira@gmail.com
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					

ONDE SE LÊ: "Data e Horário: 10 de abril de 2025, com início às 9h e previsão às 18h, LEIA-SE: ""Data e Horário: 10 de maio de 2025, com início às 9h e previsão às 18h.

Audiência Pública Final do processo de revisão do PDOT

28.06.2025



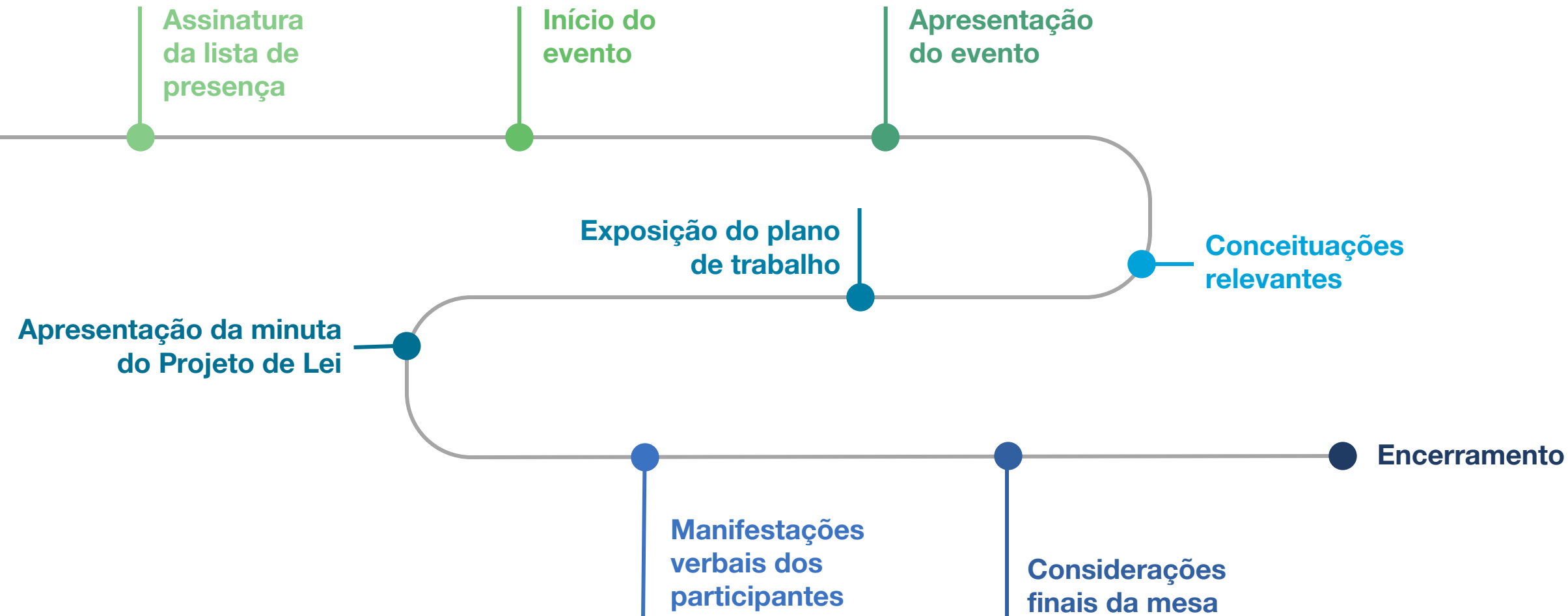
www.pdot.seduh.df.gov.br

Secretaria de Estado
de Desenvolvimento
Urbano e Habitação



URBTEC™

PROGRAMAÇÃO



ROTEIRO DO EVENTO



A Audiência Pública será **realizada de forma presencial, com transmissão virtual via YouTube**, a fim de potencializar o alcance público.



Será **apresentada a minuta do Projeto de Lei Complementar** que aprova o Plano Diretor.



As **contribuições** serão recepcionadas **por formulário eletrônico**, disponível no site do PDOT.



Durante toda a sessão, **será disponibilizada uma lista de presença** que deverá ser assinada obrigatoriamente por todos os participantes presentes.



Após a apresentação, serão permitidas manifestações verbais conforme inscrição prévia junto à organização do evento, que serão **respondidas pela mesa condutora**.

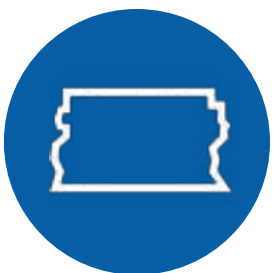


Durante todo o evento, haverá **tendas com banners expositivos**, para consulta e tirar dúvidas quanto às propostas constantes na minuta em discussão.

APRESENTAÇÃO



É o principal instrumento das **políticas de ordenamento territorial** e de **expansão e desenvolvimento urbano**, definido na Lei Orgânica do Distrito Federal (**LODF**), em consonância com o **Estatuto da Cidade**, para um horizonte temporal de 10 anos.



Abarca todo o **espaço físico do quadrilátero do Distrito Federal**, incluindo as porções urbanas, de expansão urbana e rural de cada uma das 35 Regiões Administrativas que o compõem.

Define, além do macrozoneamento do seu território, um conjunto de **critérios e diretrizes gerais para uso e ocupação do solo**, estratégias de intervenção, programas e projetos prioritários e instrumentos urbanísticos voltados para a **priorização dos interesses coletivos sobre os individuais**.

QUAIS SÃO OS OBJETIVOS DA AUDIÊNCIA?



Abrir um **debate** com a população sobre o conteúdo da minuta do **Projeto de Lei Complementar** que aprova o PDOT.



Apresentar para a população as **propostas** em fase de consolidação, democratizando a participação efetiva da sociedade.



Propiciar à população um ambiente para **encaminhamento de contribuições** e sugestões para aprimorar a versão consolidada do projeto.

QUAIS SÃO OS ATORES PRESENTES?



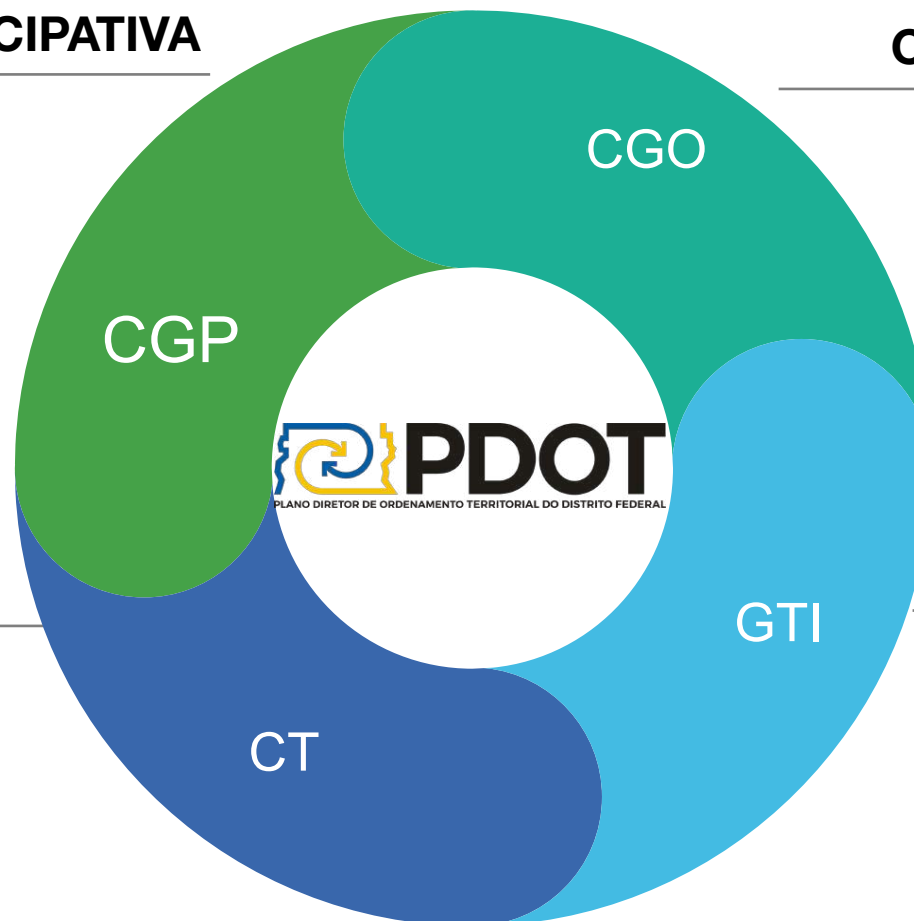
Decreto nº 41.004/2020

COMITÊ DE GESTÃO PARTICIPATIVA

- 5 membros do Poder Executivo Distrital;
- 35 membros da Sociedade Civil;

COORDENAÇÃO TÉCNICA

- 3 Técnicos da SEDUH.



COMISSÃO DE GOVERNANÇA

- 9 membros Governo;
- 2 representantes da Coordenação Técnica;
- 2 membros CGP e seus respectivos suplentes.

GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL

- 8 grupos temáticos;
- 29 órgãos do Governo
- 5 representantes CGP/Grupo;

1

DIAGNÓSTICO

Desenvolvimento da Leitura Técnica e da Leitura Comunitária, identificando problemáticas e potencialidades.



2

PROGNÓSTICO

Construção de cenários.



3

PROPOSTA

Formulação e definição das estratégias, instrumentos, diretrizes e zoneamento.



4

CONSOLIDAÇÃO

Finalização da minuta de projeto de lei, elaboração de ação orçamentária e acompanhamento da aprovação junto à CLDF.

1

DIAGNÓSTICO

Desenvolvimento da Leitura Técnica e da Leitura Comunitária, identificando problemáticas e potencialidades.



2

PROGNÓSTICO

Construção de cenários.



3

PROPOSTA

Formulação e definição das estratégias, instrumentos, diretrizes e zoneamento.



4

CONSOLIDAÇÃO

Finalização da minuta de projeto de lei, elaboração de ação orçamentária e acompanhamento da aprovação junto à CLDF.

EIXOS TEMÁTICOS



**Habitação e Regularização
Fundiária**



**Gestão de Valorização Social da
Terra**



Ruralidades



Território Resiliente



Meio Ambiente e Infraestrutura



Mobilidade



**Desenvolvimento Econômico
Sustentável e Centralidades**



**Participação Social e
Governança**

APRESENTAÇÃO DA MINUTA DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Dividida em **sete títulos**

Possui **quatro anexos** (Glossário, Organização Territorial, Estratégias de Ordenamento Territorial e Outorga Onerosa de Alteração de Zoneamento).

TÍTULO I – DA POLÍTICA TERRITORIAL

TÍTULO II - DAS DIRETRIZES ESTRATÉGICAS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS

TÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

TÍTULO IV – DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA TERRITORIAL

TÍTULO V – DA GESTÃO DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO

TÍTULO VI – DA FISCALIZAÇÃO, DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES

TÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

TÍTULO I – DA POLÍTICA TERRITORIAL

Art. 1º ao Art. 7º

DOS PRINCÍPIOS DA POLÍTICA TERRITORIAL (Art. 6)

- **Direito à cidade;**
- Cumprimento da **função social e ambiental** da propriedade, da cidade e do território;
- Direito de **usufruto da terra** por povos indígenas e por povos e comunidades tradicionais;
- **Participação da sociedade** no processo de planejamento territorial e na gestão democrática;
- **Justa distribuição dos benefícios e ônus** decorrentes do processo do urbano e rural;
- Promoção do **território sustentável e resiliente;**
- Conservação dos **recursos hídricos;**
- Preservação do **patrimônio cultural e natural** do Distrito Federal;
- **Valorização e preservação** do Conjunto Urbanístico de Brasília – CUB como Patrimônio Cultural da Humanidade;
- Valorização da importância de **Brasília** como **capital federal e metrópole nacional;**

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (Art. 7)

- Promover o **fortalecimento de centralidades** e criação de subcentralidades urbanas;
- Priorizar a ocupação urbana em **áreas consolidadas** com infraestrutura implantada;
- Orientar a **ocupação urbana** ao longo dos eixos estruturantes de **transporte coletivo**;
- Regularização fundiária com foco na **integração dos assentamentos informais à cidade legal**;
- Valorizar e proteger o **patrimônio cultural, natural e ambiental** do DF;
- Fiscalizar e **conter o parcelamento irregular** do solo.



desenvolvimento



justiça



bem-estar



patrimônio



meio ambiente



moradia



digna

TÍTULO II – DAS DIRETRIZES ESTRATÉGICAS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS

Art. 8º ao Art. 44

As **diretrizes estratégicas das políticas públicas setoriais** devem **orientar as ações** do poder público em áreas específicas, **relacionados aos seguintes temas**:



**PATRIMÔNIO
CULTURAL E NATURAL**



**MEIO
AMBIENTE**



ENERGIA



**RESILIÊNCIA
TERRITORIAL**



**SANEAMENTO
AMBIENTAL**



**POLÍTICA
HABITACIONAL**



**SISTEMA VIÁRIO E
CIRCULAÇÃO**



**DESENVOLVIMENTO
RURAL**



**INTEGRAÇÃO COM OS
MUNICÍPIOS
LIMÍTROFES**



**DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO**



MOBILIDADE

CAPÍTULO I - DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL (Art. 9º ao 11)

Em relação ao patrimônio cultural, **foi adicionado** explicitamente a proteção ao **patrimônio natural junto ao cultural**:

- Incluiu-se **bens de natureza ambiental** além dos **materiais** e **imateriais**, contemplando elementos naturais e paisagens de valor histórico, ecológico e cultural;
- Reforçou-se a **preservação do conjunto urbanístico de Brasília**, reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco bem como de outras áreas de relevante interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural, respeitando os princípios do desenvolvimento sustentável e da identidade cultural.



CAPÍTULO II - DO MEIO AMBIENTE (Art. 12 ao 14)

DIRETRIZES AMBIENTAIS

- Promoção do **uso sustentável dos recursos naturais**;
- Proteção dos **maciços vegetais do Cerrado** e **áreas de fragilidade ambiental** para manutenção dos serviços ecossistêmicos e seus reflexos na promoção do bem-estar humano;
- Aplicação do **zoneamento ambiental** das unidades de conservação;
- **Recuperação de áreas degradadas** e recompor vegetação no mosaico territorial;
- Adoção de ações de **educação e controle ambiental** contra poluição e degradação;
- Incentivo a **intensificação da matriz biológica de carbono**, respeitando o bioma Cerrado;
- **Instrumentos econômicos, de gestão e incentivos fiscais** para preservação ambiental;
- Procedimentos simplificados de **licenciamento ambiental** para atividades de pequeno potencial poluidor.

CAPÍTULO II - DO MEIO AMBIENTE (Art. 12 ao 14)

DIRETRIZES RECURSOS HÍDRICOS

- Promover o **uso sustentável**, a **proteção e a recuperação dos recursos hídricos**;
- **Assegurar o uso múltiplo das águas**, priorizando o abastecimento humano e animal em casos de escassez;
- **Respeitar a capacidade de suporte dos corpos hídricos superficiais** na exploração de água e como receptores de efluentes;
- Respeitar a **capacidade de suporte dos aquíferos**;
- Controlar a **impermeabilização do solo** para permitir infiltração e recarga dos aquíferos;
- Realizar **monitoramento contínuo** da qualidade e quantidade da **água de mananciais superficiais e subterrâneos**;
- Enquadrar os **corpos hídricos em classes** conforme os usos predominantes;
- Criar **instrumentos de gestão e incentivos** para conservação dos recursos hídricos;
- Incentivar **projetos de conservação no meio rural**, com **foco na segurança hídrica** e valorização dos serviços ambientais;
- **Aumentar a drenagem natural do solo** por meio de processos ecológicos, especialmente em áreas prioritárias de recarga.

CAPÍTULO III – DA RESILIÊNCIA TERRITORIAL (Art. 15 ao 19)

DIRETRIZES DE RESILIÊNCIA TERRITORIAL

- Minimizar os **impactos adversos sobre o habitat**, bem como sua recuperação, restauração e reabilitação, protegendo e promovendo funções ecológicas e os serviços ecossistêmicos associados;
- Promover o **manejo e uso sustentável do Cerrado**, por meio do planejamento do uso da terra orientado para proteção, promoção e acesso a serviços ecossistêmicos;
- Incentivar, nas áreas abrangidas pelas estratégias de resiliência territorial, a **compensação das emissões de gases de efeito estufa – GEE** oriundas do território do Distrito Federal;
- Promover a **utilização inteligente e sustentável dos recursos renováveis**, considerando, inclusive, o retorno para as comunidades locais;
- Promover a **diminuição das desigualdades socioambientais ao longo do território**, de forma a garantir o acesso universal aos serviços ecossistêmicos e seus reflexos no bem-estar humano;
- **Implementar Rede De Infraestruturas Verdes Regional – IVR**, multifuncional e multiescalar para a proteção, promoção dos serviços ecossistêmicos e do bem-estar humano às populações;

CAPÍTULO III – DA RESILIÊNCIA TERRITORIAL (Art. 15 ao 19)

DIRETRIZES DE RESILIÊNCIA TERRITORIAL

- Fomentar estratégias para implementação de **compensações financeiras para agentes que desenvolvam ações de preservação e recuperação do Cerrado**, com prioridade para grupos vulnerabilizados;
- Implementar a **política de arborização urbana** contemplando processos ecológicos de suporte, a fim de promover serviços ecossistêmicos efetivos, como a drenagem natural dos solos, a redução das temperaturas urbanas, a correção progressiva das ilhas de calor e a melhoria da qualidade e da umidade do ar;
- Fomentar a utilização de soluções baseadas na natureza, como o uso de áreas verdes urbanas para **controle de inundações e mitigação dos efeitos de ondas de calor**;
- Implementar infraestruturas inteligentes e **sistemas de monitoramento contínuo** para otimizar a gestão de recursos naturais, a previsão de eventos extremos e a resposta a crises;
- Promover o estímulo à pesquisa aplicada, inovação em soluções baseadas na natureza – SbN com o **foco na mitigação e na adaptação às mudanças climáticas**.

CAPÍTULO IV - DO SANEAMENTO AMBIENTAL E DA ENERGIA (Art. 20 ao 30)



DIRETRIZES GERAIS DO SANEAMENTO AMBIENTAL

- Promover **salubridade ambiental** com acesso universal e justo aos serviços essenciais.
- Integrar **Soluções Baseadas na Natureza (SbN)** à infraestrutura tradicional.
- Garantir o **fornecimento** regular, com qualidade e em quantidade suficiente de **água potável**.
- Assegurar **coleta, tratamento e destinação** adequada de **esgotos**.
- **Reduzir** a geração de resíduos e incentivar o consumo sustentável.
- Promover o **manejo sustentável** das **águas pluviais** e a **qualidade das águas superficiais**.





DIRETRIZES GERAIS DA ENERGIA

- Garantir o **acesso universal** à **energia elétrica** com qualidade.
- Promover o **uso eficiente e racional** da **energia elétrica** e do **gás natural** em todos os setores (residencial, comercial, industrial, rural, etc).
- Promover a **diminuição** do padrão de **consumo de energia elétrica** e seus reflexos na geração de gases de efeito estufa
- Viabilizar a **expansão de serviços de distribuição de gás natural canalizado**;
- **Incentivar a geração** distribuída de **energia renovável** (como solar e eólica).
- Criar mecanismos de **incentivo à certificação de energia renovável**.
- Diversificar a **matriz energética** e descentralizar a **geração de energia**.



CAPÍTULO V - DA MOBILIDADE, DO SISTEMA VIÁRIO E DA CIRCULAÇÃO (Art. 31 ao 34)

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS PARA MOBILIDADE

- **Priorizar** modos de **transportes não motorizados** sobre os motorizados e os serviços de **transporte público coletivo** sobre o transporte individual motorizado;
- Garantir a **acessibilidade universal ao sistema de transporte coletivo**, aos serviços e aos equipamentos públicos;
- Promover a **integração entre os modos** e os serviços de transporte;
- instituir processo de **planejamento de transporte integrado ao planejamento territorial**;
- **Melhorar a qualidade ambiental**, efetivada pelo controle dos níveis de poluição e pela proteção do patrimônio histórico e arquitetônico, promovendo zonas de baixa emissão de poluentes;
- Promover a **modernização** e a adequação **tecnológica** dos equipamentos de controle, de gestão e de operação dos serviços de transporte
- **Reconhecer**, para fins de planejamento integrado, a **Rede Estrutural de Transporte Coletivo Básica**;

CAPÍTULO VI - DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL (Art. 35 ao 36)

DIRETRIZES PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- **Fomentar a implantação de áreas destinadas a atividades econômicas** que fortaleçam a posição do Distrito Federal no cenário econômico regional e nacional;
- Promover a **diversificação de atividades econômicas em áreas já instituídas** e em áreas próximas à Rede Estrutural de Transporte Coletivo, como forma de ampliar a geração de trabalho e renda;
- Ampliar as **oportunidades de emprego de modo equilibrado no território**, observada a capacidade de suporte socioeconômica e ambiental;
- Promover ações integradas mediante **articulação técnica, política e financeira** entre agentes públicos e privados;
- Incentivar a produção industrial não poluente, com ênfase nas **atividades intensivas do conhecimento e de inovação tecnológica**;
- **Descentralizar** as oportunidades de empregos no território;
- Promover a **instalação de empreendimentos de grande porte nos eixos de articulação e de integração** com os municípios limítrofes do Distrito Federal, vinculados à Rede Estrutural de Transporte Coletivo.

CAPÍTULO VII - DA POLÍTICA HABITACIONAL (Art. 37 ao 40)

DIRETRIZES DE POLÍTICA HABITACIONAL

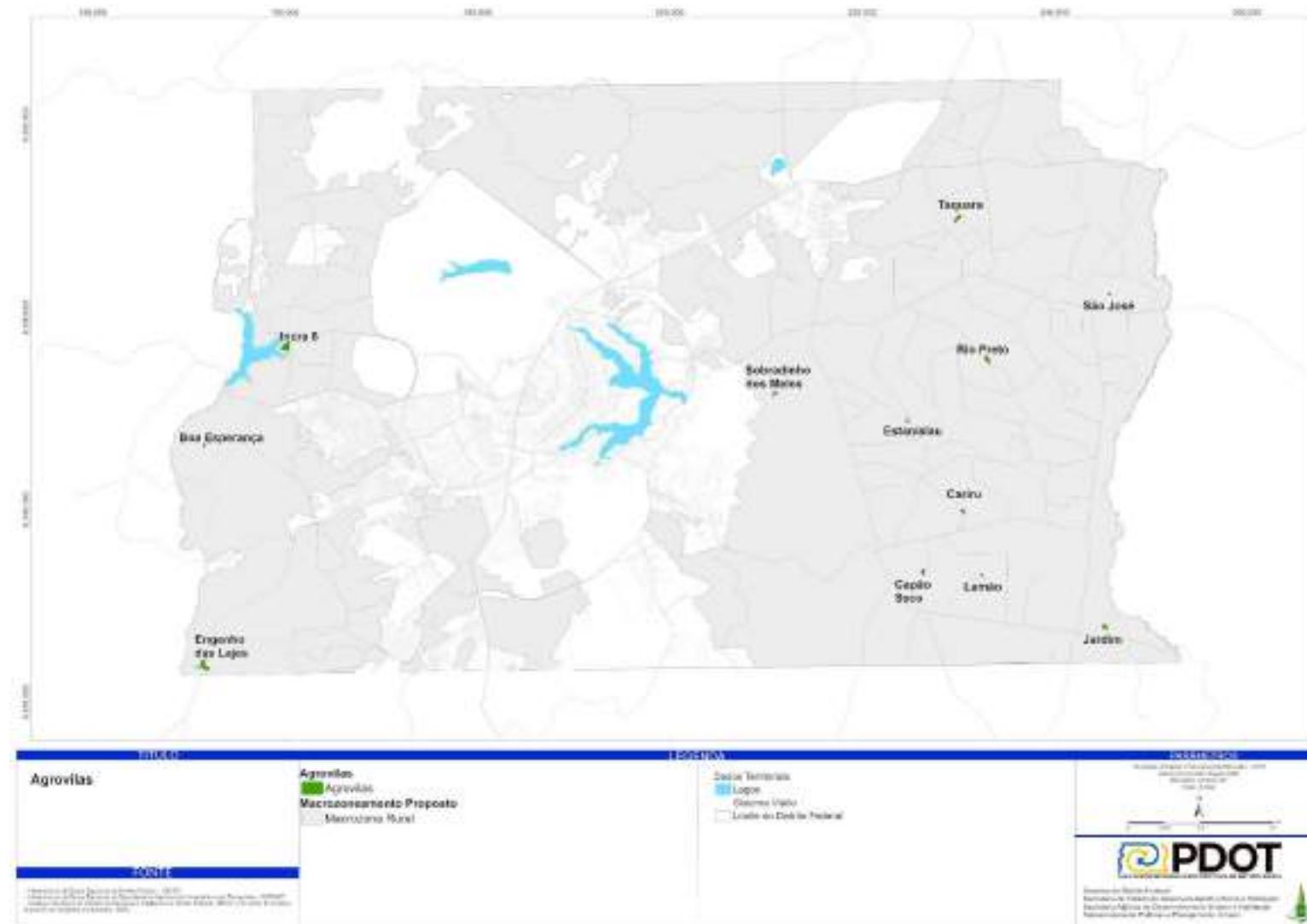
- Promover a **universalização do acesso à moradia digna** e a melhoria da qualidade de vida da população;
- **Articular a política habitacional com as demais políticas setoriais**, em especial com a política social e ambiental, de modo a garantir a conservação dos recursos naturais e a resiliência do território;
- Promover o **combate ao déficit habitacional** com o atendimento regionalizado e sensível às especificidades territoriais;
- **Fomentar a diversidade e integração social**, econômica, tipológica e de usos **nos empreendimentos habitacionais** em todo o território;
- Promover a ocupação do território de modo equilibrado, com **setores socialmente diversificados e áreas integradas ao meio ambiente natural**, respeitadas as áreas de risco e a capacidade de suporte socioeconômica e ambiental do território;
- Evitar a criação de **novos núcleos urbanos** dissociados da trama urbana existente;
- Incentivar a implementação de programas e projetos para **habitação de interesse social em áreas mais centrais** e próximas a polos de emprego, equipamentos públicos e eixos de transporte público coletivo;
- **Fomentar a assistência técnica** priorizando o público-alvo estabelecido na política habitacional.

CAPÍTULO VIII – DO DESENVOLVIMENTO RURAL

AGROVILAS (Art. 41 e 42)

As agrovilas são núcleos estruturados para oferecer suporte à população residente no meio rural, por meio da oferta de serviços, comércio e equipamentos coletivos.

Inserem-se na lógica de ocupação planejada do território rural do Distrito Federal, promovendo a articulação entre as atividades produtivas e a permanência das famílias em áreas localizadas fora do perímetro urbano.



CAPÍTULO IX – DA INTEGRAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS LIMÍTROFES (Art. 43 e 44)

- O Distrito Federal deve buscar, **em conjunto com a Região Metropolitana do Entorno** do Distrito Federal e municípios limítrofes, o **desenvolvimento integrado** da região.
- A elaboração e a implementação de planos, programas e projetos que visem o **desenvolvimento integrado da região podem ocorrer por meio de consórcios públicos**.

TÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Art. 45 ao Art. 189

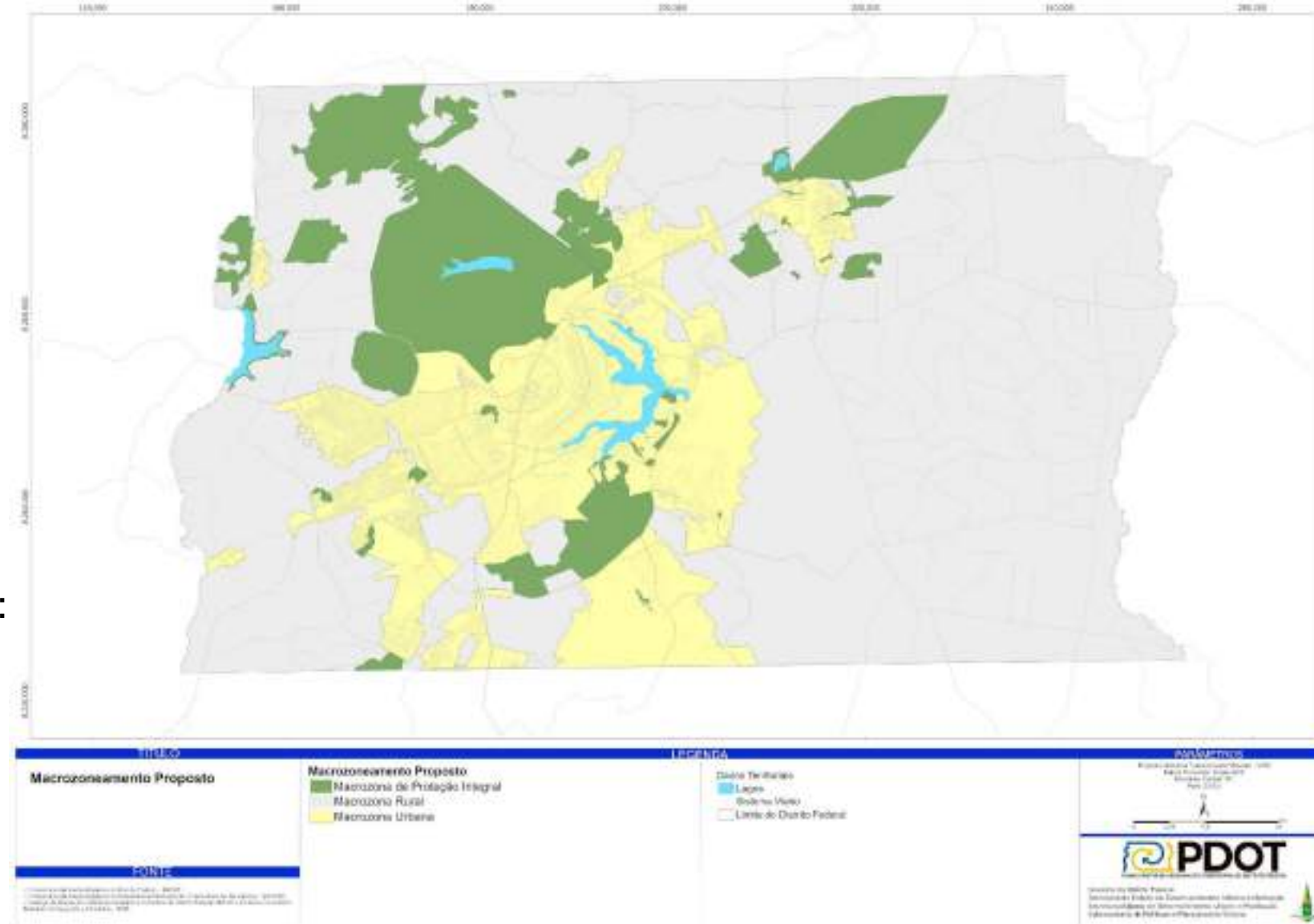
CAPÍTULO I - MACROZONEAMENTO

(Art. 46 ao 52)

O macrozoneamento busca **promover a organização adequada do território**, de modo a desenvolver uma ocupação equilibrada, adequada e sustentável.

Subdivido em **três** Macrozonas:

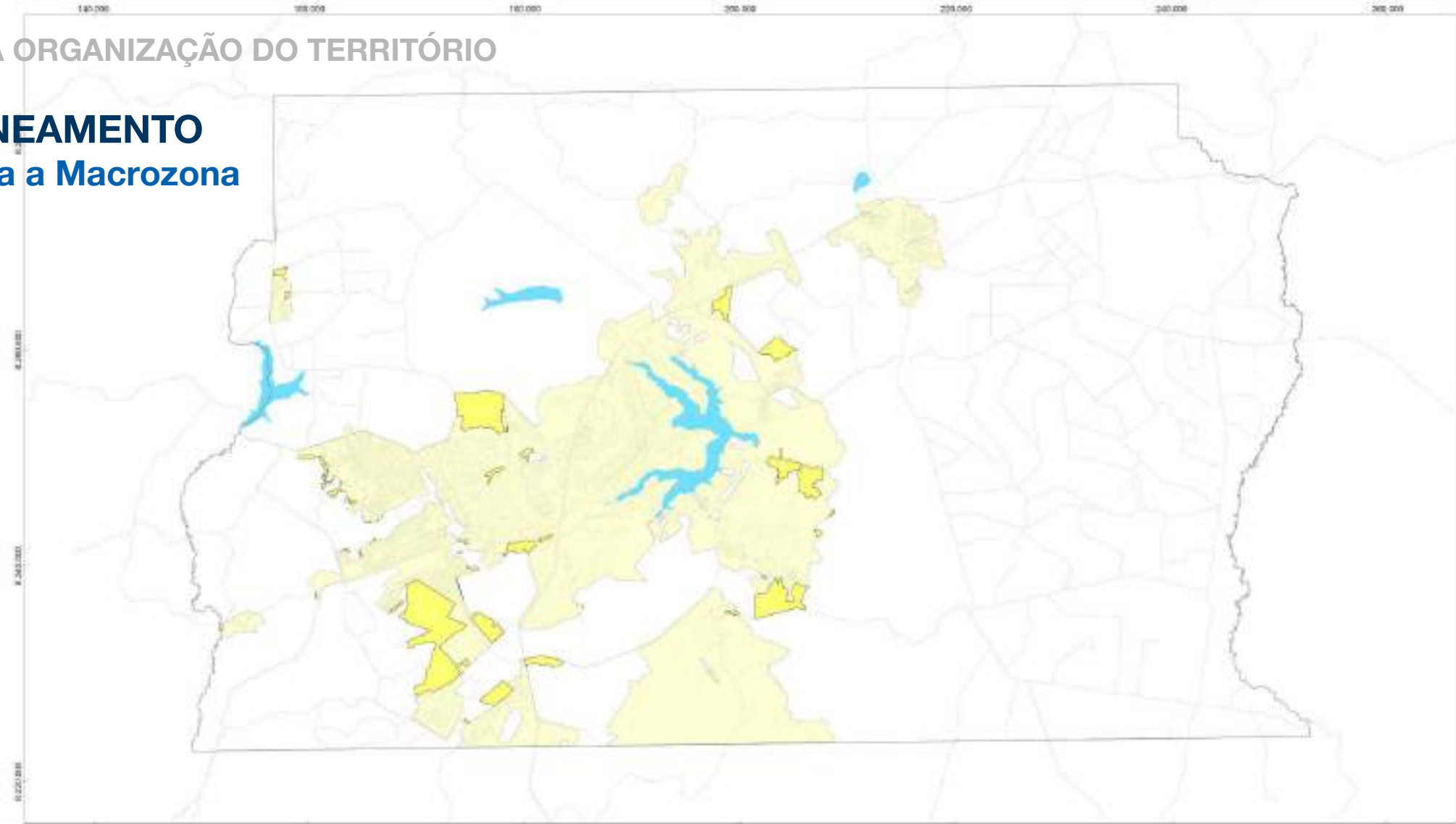
- **Macrozona Urbana**
- **Macrozona Rural**
- **Macrozona de Proteção Integral**



TÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

MACROZONEAMENTO

Proposta para a Macrozona Urbana

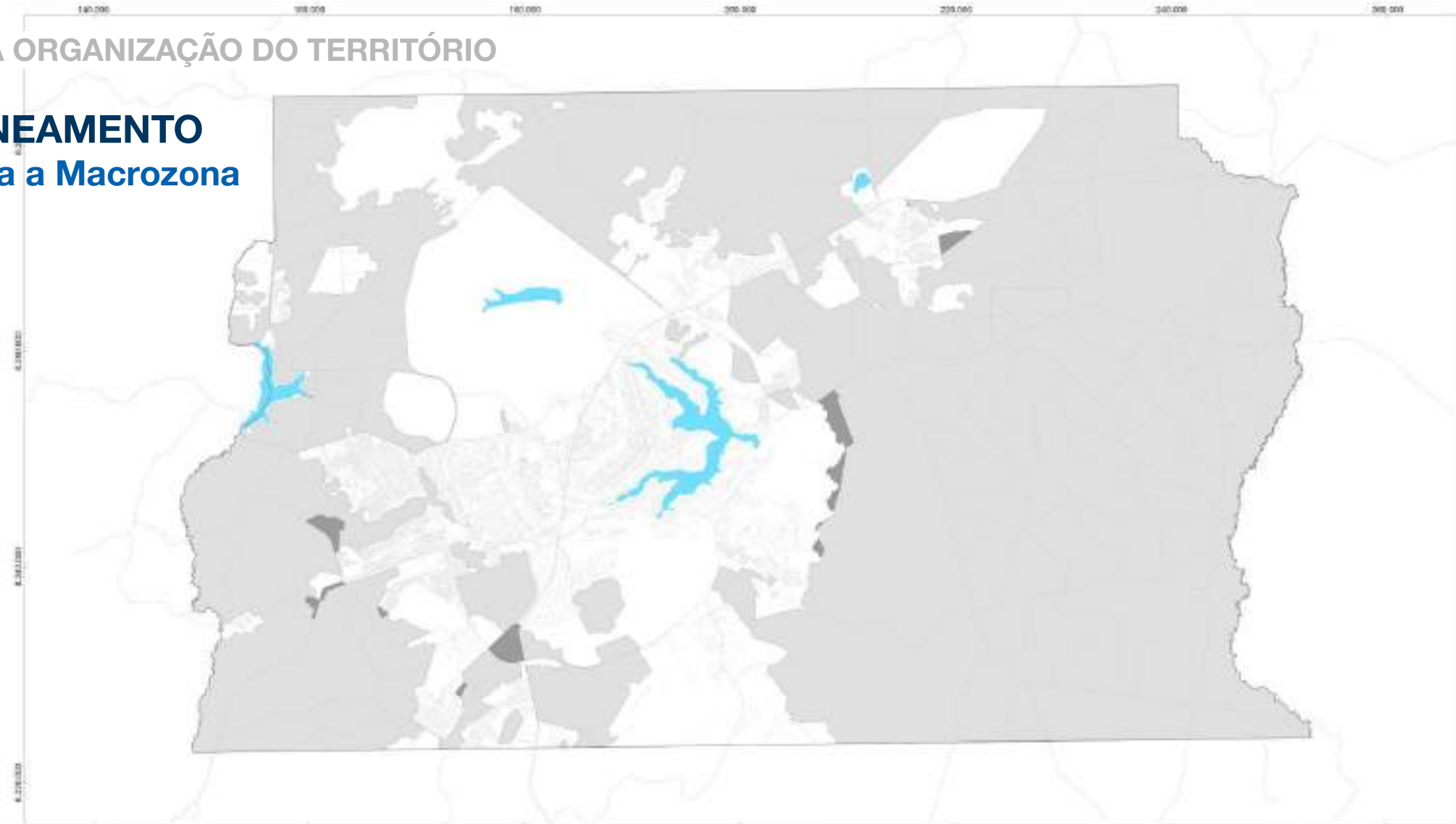


TÍTULO		LEGENDA		PARÂMETROS	
Proposta de aumento na Macrozona Urbana		Dados Territoriais		Projeto de Lei nº 1.000/2025 - Lei nº 1.000/2025 Data: 23/04/2025 Folha 23 de 24	
FONTE		Macrozoneamento Vigente			
- Plano Diretor do Distrito Federal - PDOT - Plano Diretor do Distrito Federal - PDOT - Plano Diretor do Distrito Federal - PDOT		- Macrozona Urbana - Aumento na Macrozona Urbana - Macrozona Urbana			
		- Lagos - Sistema Viário - Limite do Distrito Federal		PDOT Plano Diretor do Distrito Federal Secretaria de Planejamento Urbano e Territorial Subsecretaria de Planejamento Urbano	

TÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

MACROZONEAMENTO

Proposta para a Macrozona Rural

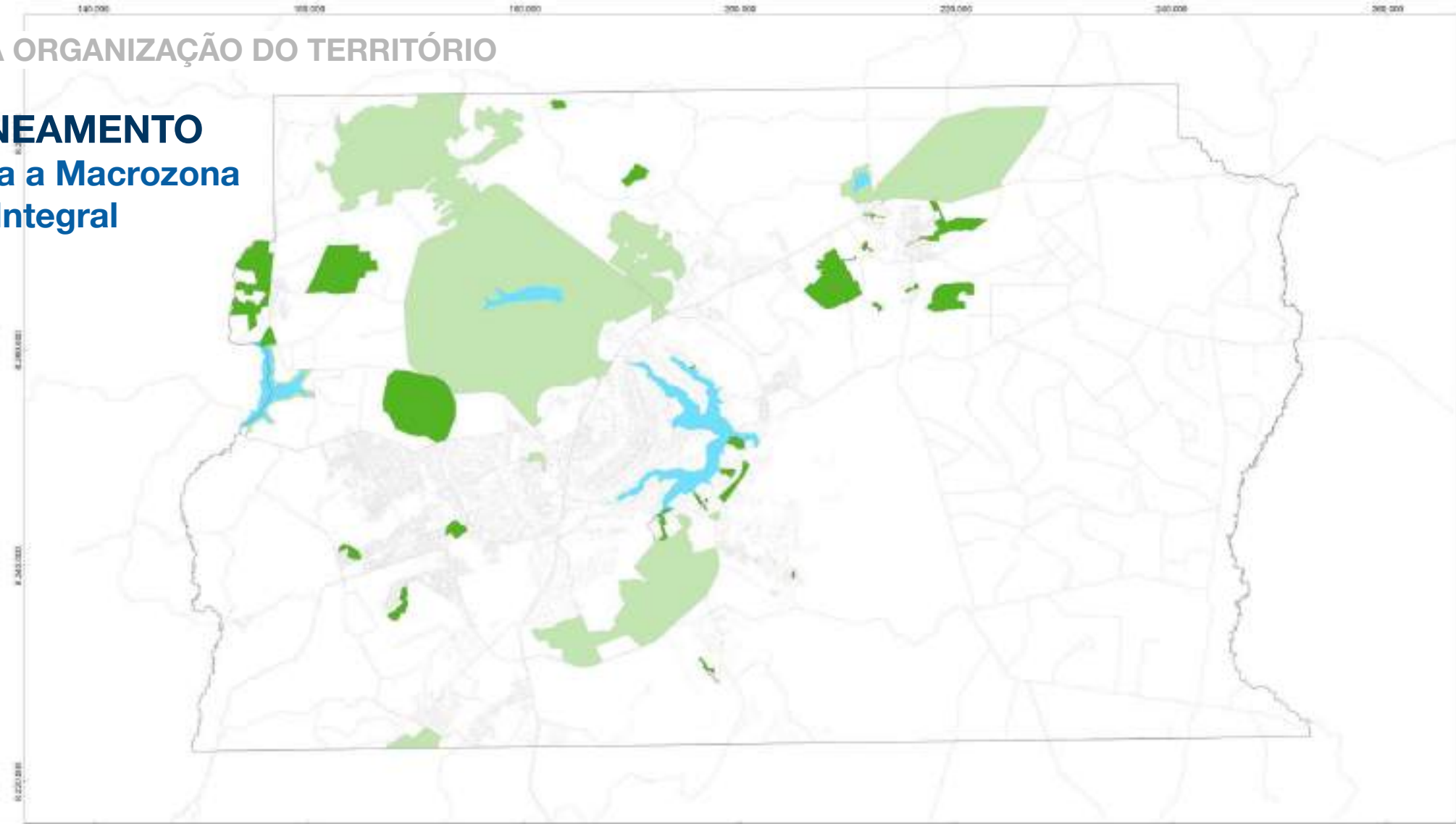


TÍTULO		LEGENDA		PARÂMETROS
Proposta de aumento na Macrozona Rural		Dados Territoriais		Plano de Zoneamento Urbano de Brasília - ZUP Atualizado em 2023 Escala: 1:50.000 Fonte: DIB
MACROZONEAMENTO VIGENTE		Lagos		
Aumento na Macrozona		Sistema Viário		
MACROZONA RURAL		Limite do Distrito Federal		
FONTE				
Universidade de Brasília - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - 2023				
Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Brasília - ZUP				
Carta de Zoneamento de Uso do Solo e de Infraestrutura Urbana - ZUP				
Diretoria de Planejamento Urbano e Territorial - DPUT				

TÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

MACROZONEAMENTO

Proposta para a Macrozona de Proteção Integral



TÍTULO		LEGENDA		PARÂMETROS	
Proposta de aumento na Macrozona de Proteção Integral		Dados Territoriais		Projeto de Lei nº 1.000/2025 - Lei nº 1.000/2025 Data: 23/04/2025 Folha 23 de 24	
MACROZONEAMENTO VIGENTE		Lagos		Escala: 1:50.000	
Aumento na Macrozona		Sistema Viário		PDOT	
Macrozona de Proteção Integral		Limite do Distrito Federal		Governo do Distrito Federal Secretaria de Planejamento Urbano e Territorial Departamento de Planejamento Urbano e Territorial Subsecretaria de Planejamento Urbano e Territorial	
FONTE					

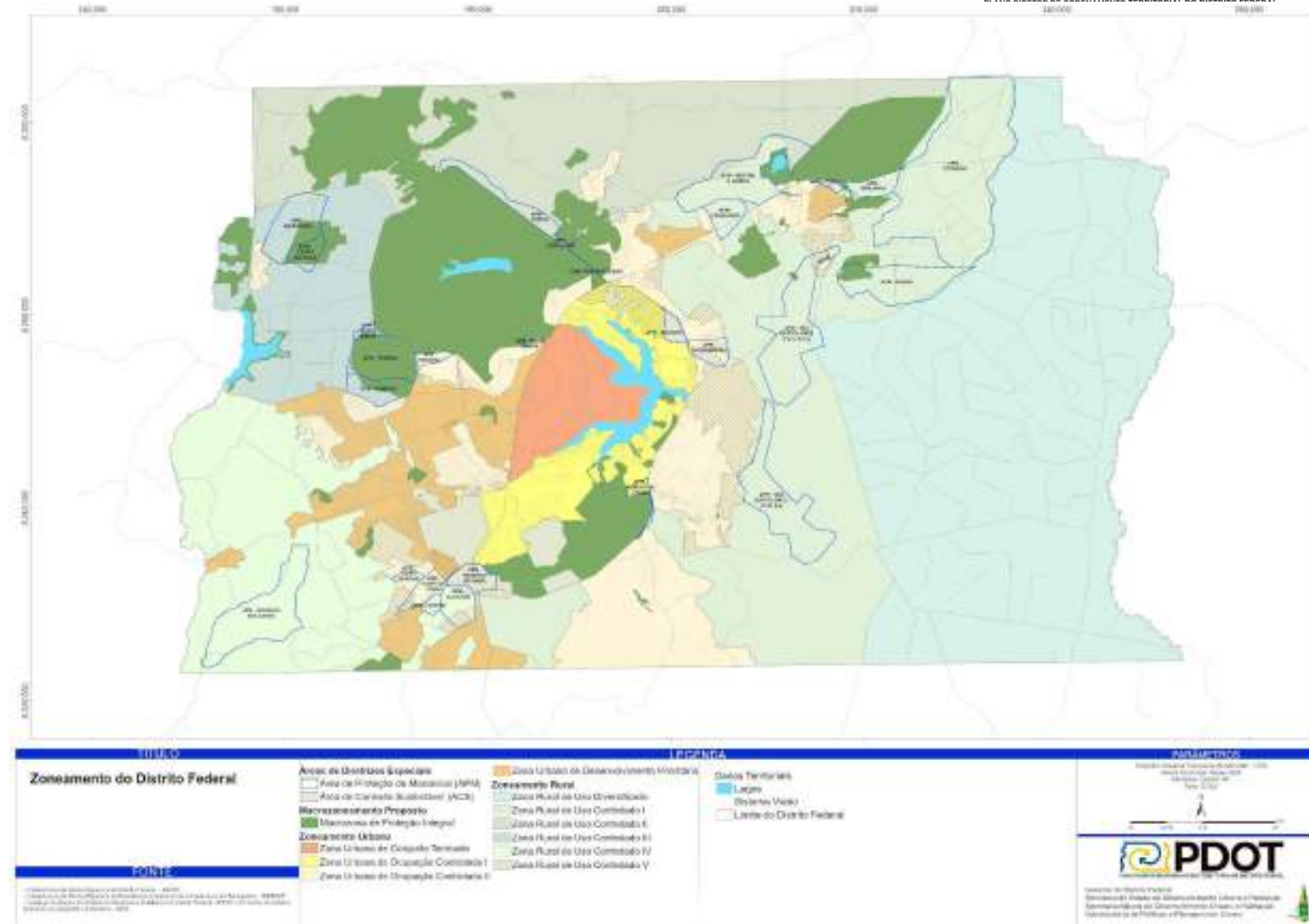
CAPÍTULO II - ZONEAMENTO

(Art. 53 ao 95)

O zoneamento **detalha o uso e ocupação do solo** dentro das macrozonas.

Subdividido em:

- **Zonas Urbanas;**
- **Zonas Rurais;**
- **Áreas de Diretrizes Especiais.**

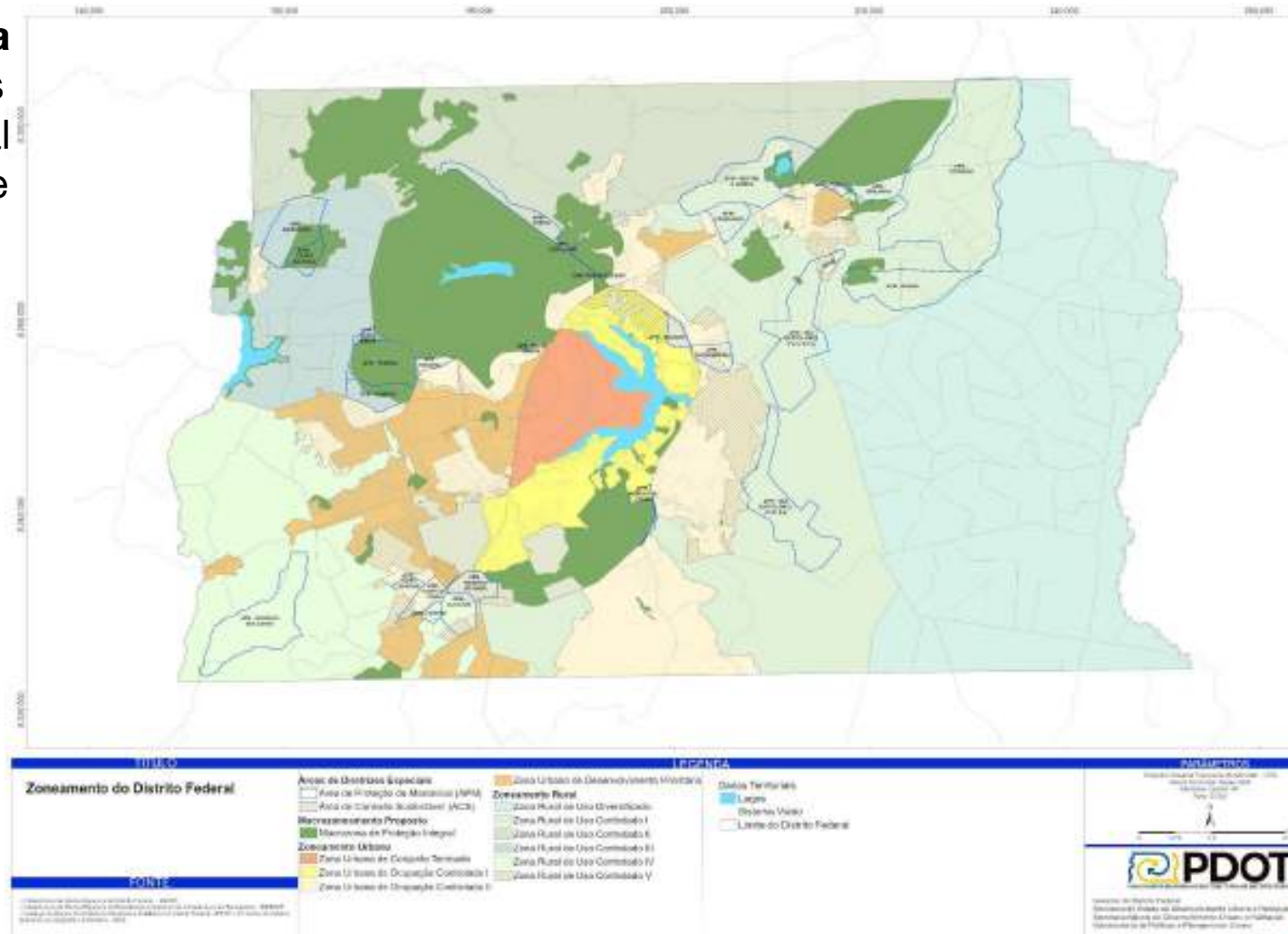


Subseção II - Zona Urbana de Ocupação Controlada I

Áreas habitacionais de baixa e média densidade que possuem restrições impostas pela sensibilidade ambiental (áreas de interesse ambiental e áreas de proteção de mananciais).

Diretrizes:

1. Manutenção de uso predominantemente habitacional
2. Respeito às restrições dispostas nos Planos de Manejo das unidades de Conservação
3. Proteção de recursos hídricos associada à recuperação de áreas de preservação permanente
4. Adoção de medidas de controle ambiental nas áreas limítrofes à unidades de conservação
5. Promover a regularização fundiária urbana
6. Qualificar áreas degradadas
7. Aplicar Soluções Baseadas na Natureza associadas à infraestrutura tradicional

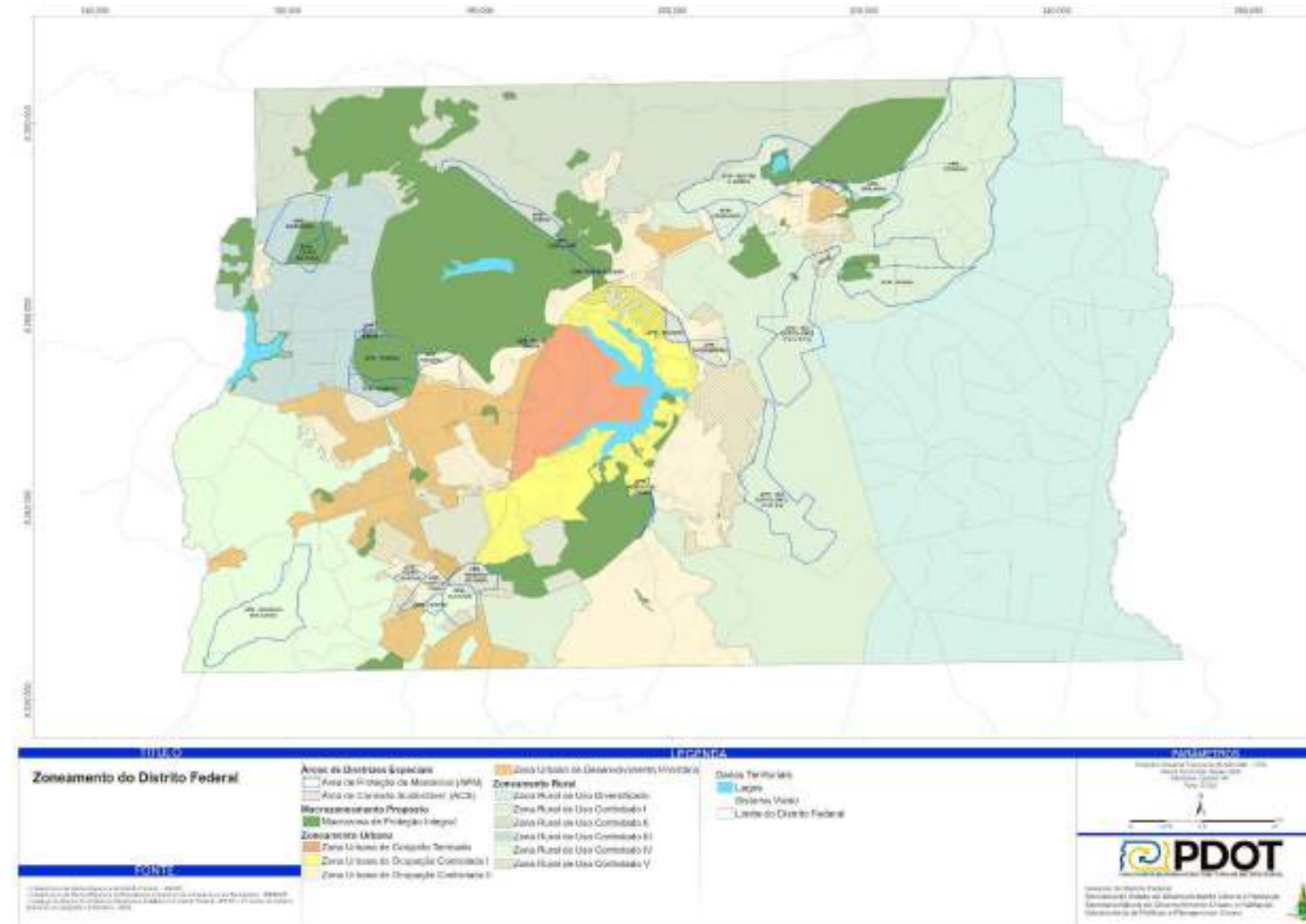


Subseção III - Zona Urbana de Desenvolvimento Prioritário

Áreas urbanizadas ou em urbanização de média e alta densidade
 demográfica, servidas de equipamentos e infraestrutura.

Diretrizes:

1. Diversificar usos
2. Melhorar infraestrutura urbana
3. Criar polos de desenvolvimento.
4. Aproveitar as potencialidades locais.
5. Integrar melhor os bairros e áreas vizinhas.
6. Usar instrumentos urbanísticos para regularizar e qualificar a ocupação do solo.
7. Recuperar áreas degradadas
8. Suprir a demanda habitacional.
9. Planejar saneamento ambiental

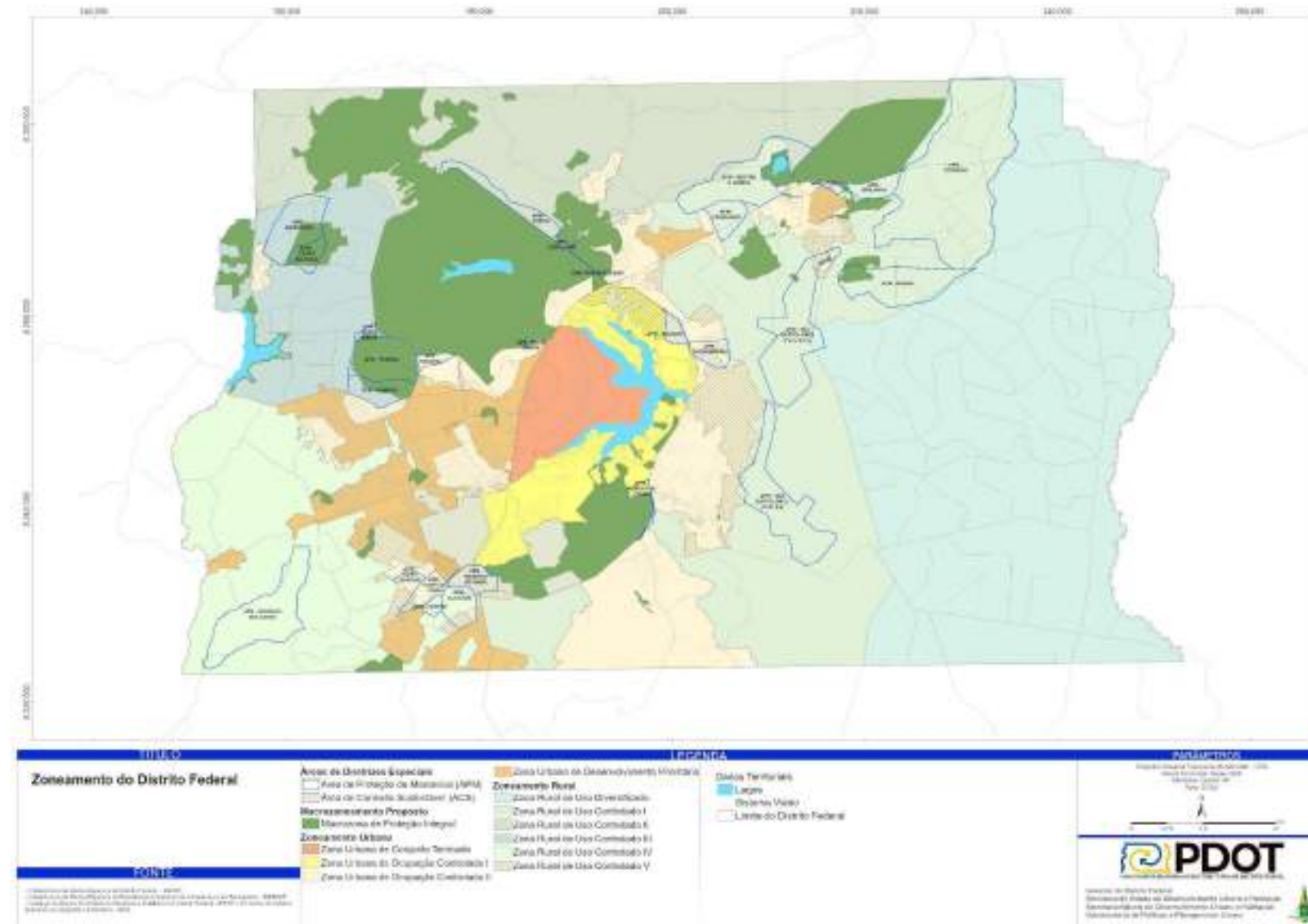


Subseção I – Da Zona Rural de Uso Diversificado

Áreas rurais com **atividades agropecuárias consolidadas**, com **predominância de agricultura comercial**.

Diretrizes:

1. Respeitar a capacidade ambiental das bacias hidrográficas
2. Promover infraestrutura viária que permita o escoamento da produção
3. Fomentar produção de serviços ecossistêmicos
4. Fiscalização para evitar loteamentos irregulares.
5. Deve ser incentivado o uso de fertilizantes orgânicos, adoção de práticas agroecológicas e substituição dos pivôs centrais
6. Deve ser incentivado a conservação de reservas legais

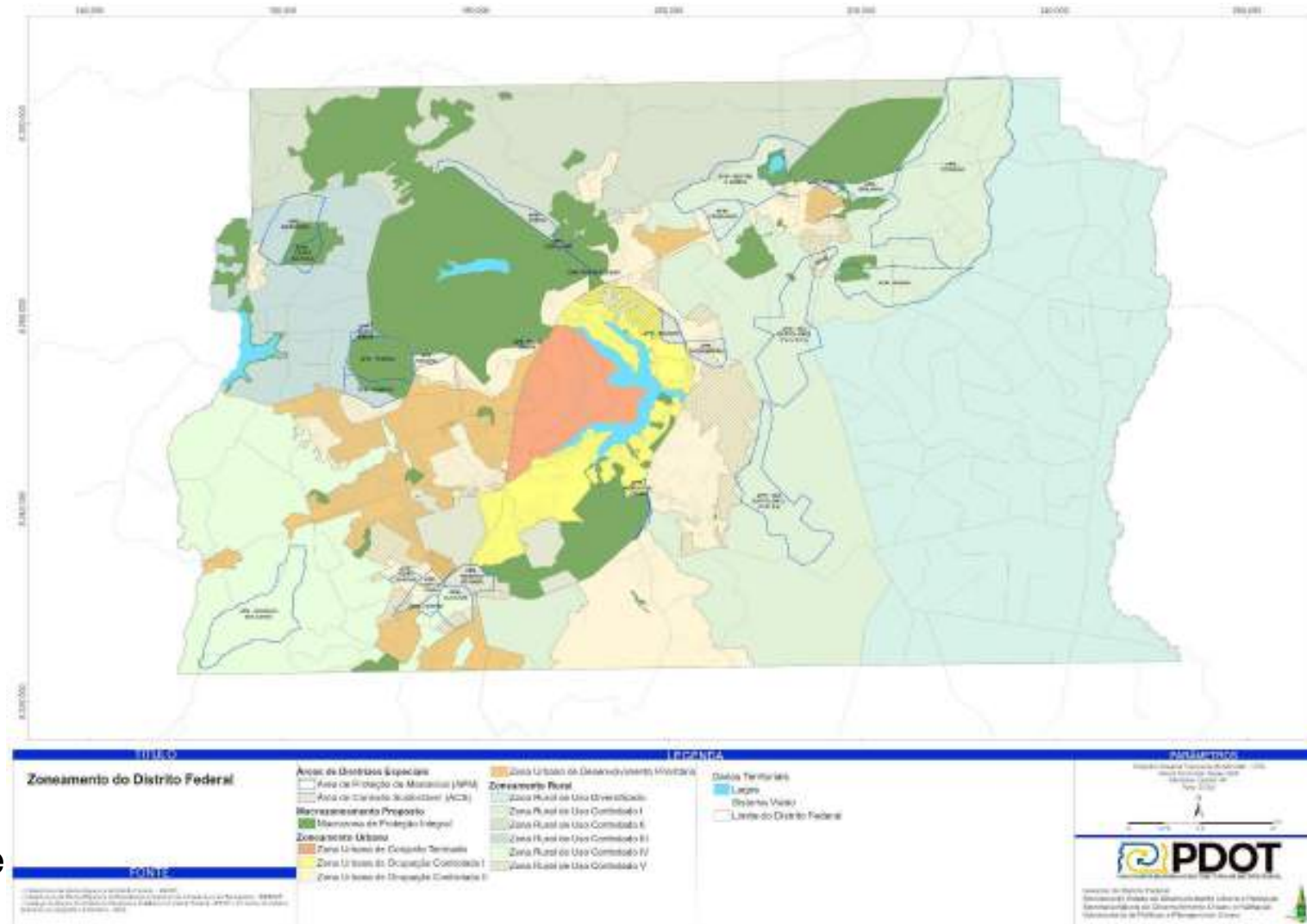


Subseção II – Da Zona Rural de Uso Controlado

Áreas rurais com **atividades agrossilvopastoris**, de subsistência e comerciais, sujeitas às restrições ambientais e de proteção de mananciais. Subdividida em cinco zonas conforme as bacias hidrográficas.

Diretrizes:

1. Incentivar uso agrícola de baixo impacto, agroindústria e turismo rural sustentável, com uso racional de água.
2. Respeitar fragilidades ambientais
3. Coibir o parcelamento irregular de glebas rurais
4. Fortalecer sistemas agroflorestais
5. Respeitar a capacidade de suporte dos recursos hídricos
6. Preservar remanescentes de vegetação nativa do cerrado



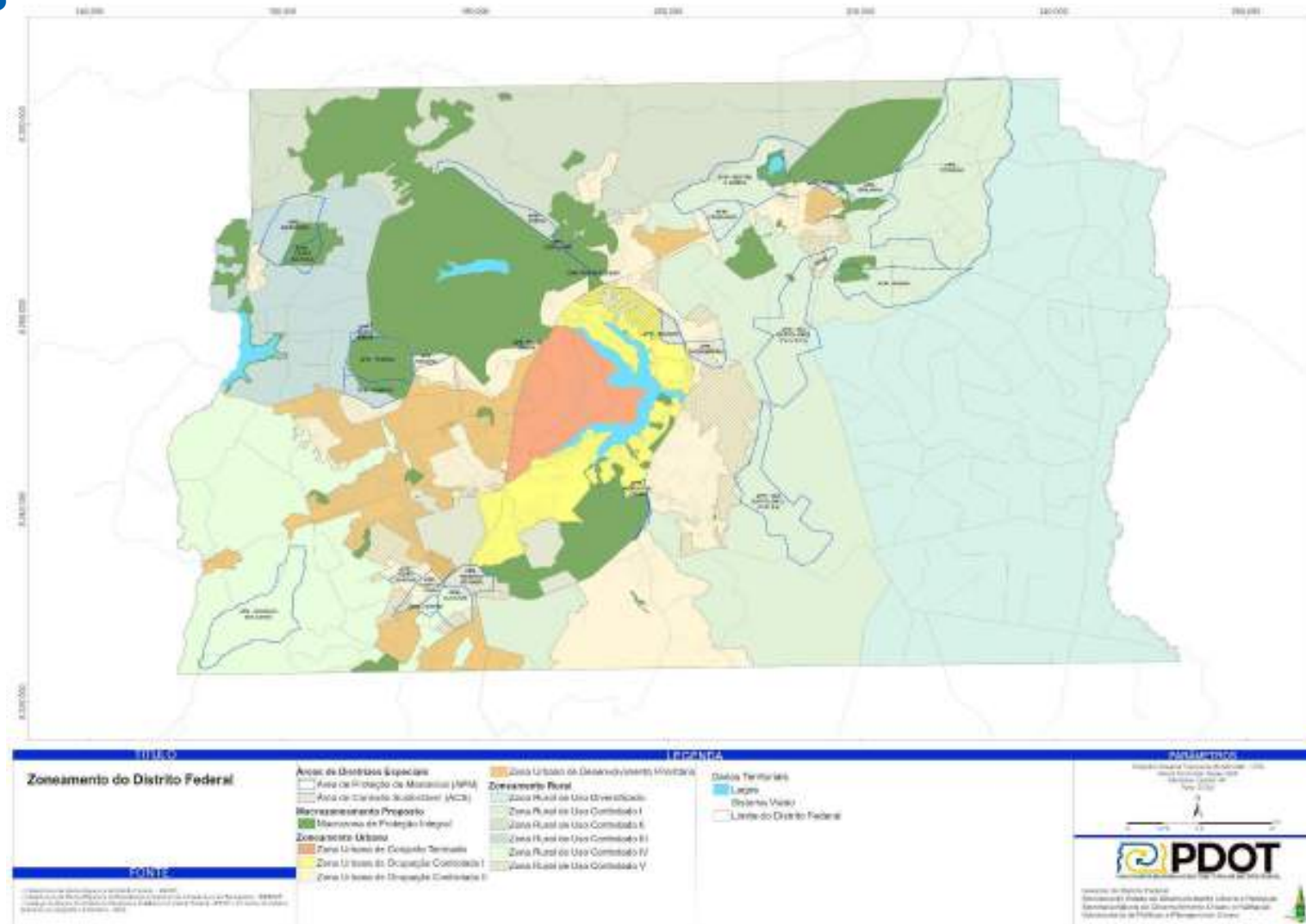
ÁREAS DE DIRETRIZES ESPECIAIS

Áreas com **parâmetros e diretrizes diferenciados** em função de suas **características físico-ambientais especiais**.

Criadas para **atuar de forma complementar ao zoneamento**.

São divididas em **3 grupos**:

- **Áreas de Proteção de Mananciais (APM)**
- **Áreas de Conexão Sustentável (ACS)**
- **Áreas de interesse ambiental**



ÁREAS DE DIRETRIZES ESPECIAIS

Áreas de Proteção de Manancial (APM)

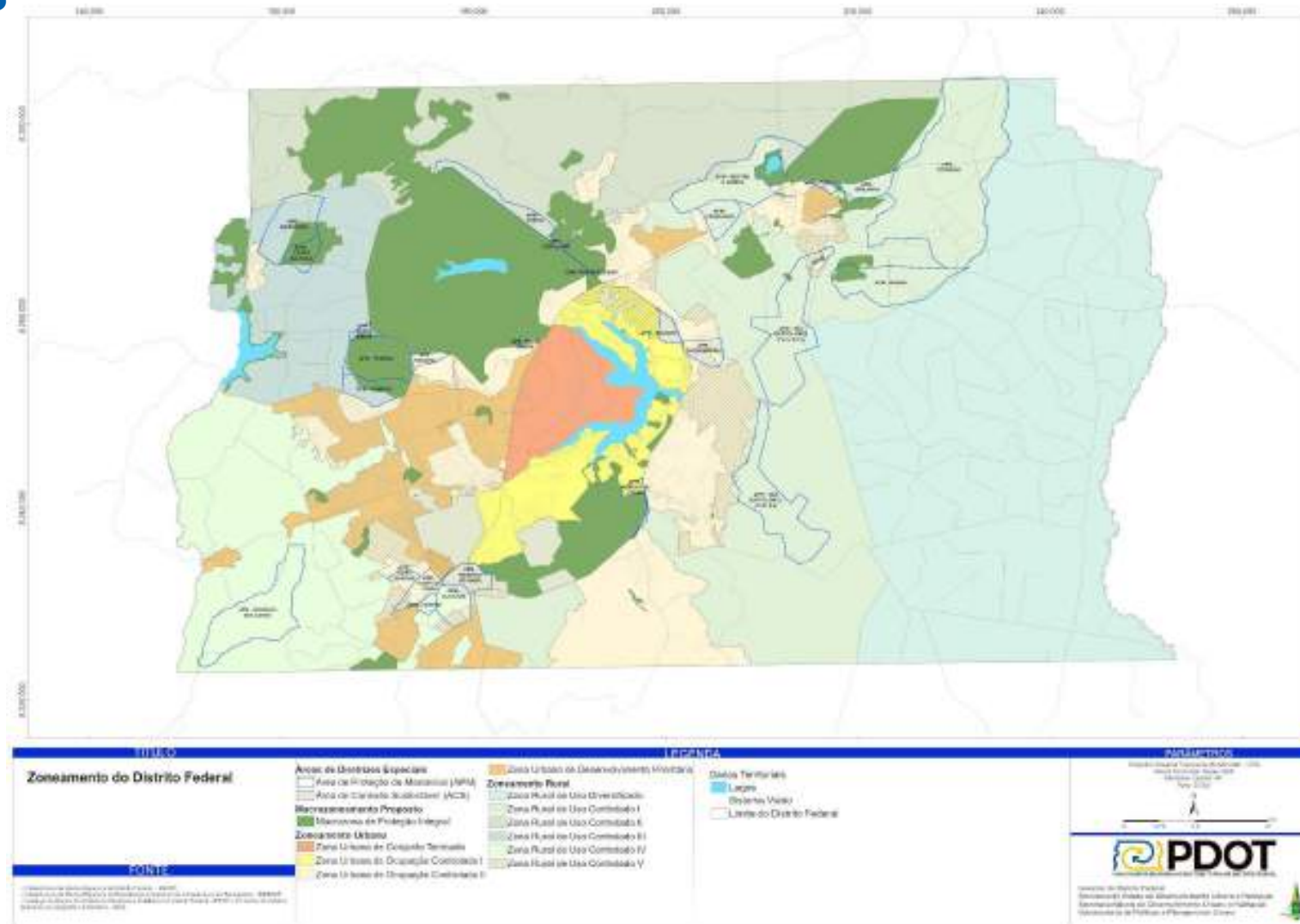
As APMs são destinadas a proteger os mananciais de captação de água destinada ao abastecimento público.

Áreas de Interesse Ambiental

Áreas onde incidem as Unidades de conservação de uso sustentável, além do Jardim Botânico e do Jardim Zoológico de Brasília.

Áreas de Conexão Sustentável (ACS)

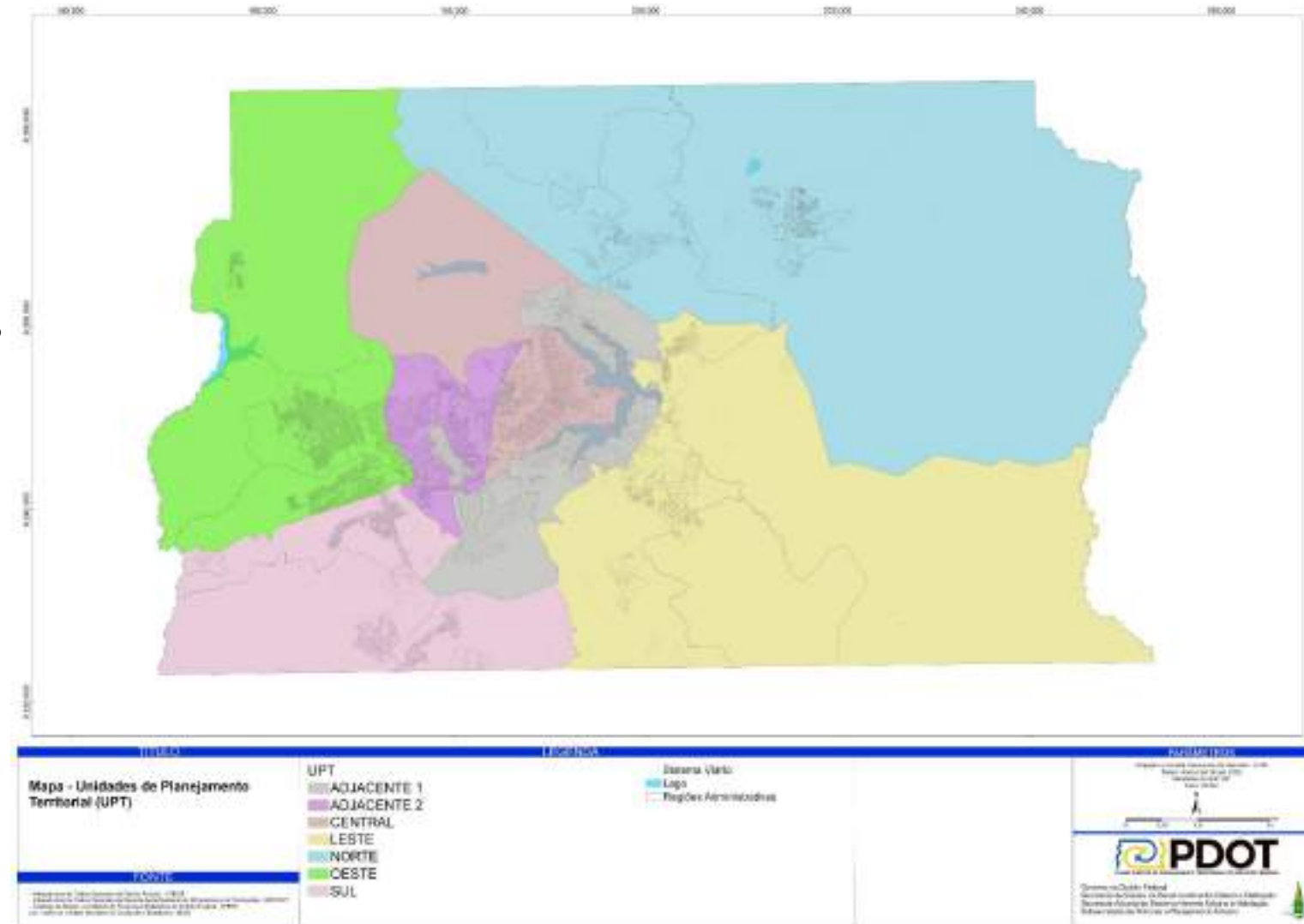
Áreas com características rurais em macrozona urbana, buscam assegurar o amortecimento da ocupação, a conectividade ecológica e a funcionalidade dos ecossistêmicas.



CAPÍTULO III - DAS UNIDADES DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL (UPT)

(Art. 96)

A **criação ou a extinção** de regiões administrativas **deve respeitar**, obrigatoriamente, os **limites das UPT** e os **setores censitários**, de modo a manter a série histórica dos dados estatísticos.



CAPÍTULO IV - DA OCUPAÇÃO URBANA (Art. 97 ao 107)

Ficam estabelecidos os seguintes usos para a ocupação urbana:

- I – residencial;**
- II – comercial**
- III – prestação de serviços;**
- IV – institucional;**
- V – industrial;**

É considerado **uso misto** a **combinação do uso residencial com** um ou mais usos estabelecidos nos **itens II a V**.

São diretrizes para a ocupação urbana:

- **Evitar a implantação de parcelamentos urbanos desconectados da malha urbana** existente, priorizando a ocupação orientada pela rede estrutural de transporte coletivo;
- Fortalecer **centralidades e subcentralidades** fora do Plano Piloto de Brasília;
- Estimular a **diversidade de atividades e o aumento da densidade** demográfica em áreas de influência de estações e linhas de transporte público coletivo de média e alta capacidade;
- Prever **infraestrutura destinada ao transporte** ativo em novos parcelamentos;
- **Conectar** as áreas definidas nas estratégias de dinamização, requalificação e revitalização ao transporte coletivo de média e alta capacidade;
- **Estimular a ocupação de áreas urbanizadas subutilizadas**, dotadas de infraestrutura, próximas à rede de transporte coletivo, por meio da aplicação de instrumentos jurídicos e urbanísticos;
- Estimular a implantação de **edifícios multifuncionais** junto às estações de **transporte público coletivo de média e alta capacidade**;
- Promover **dinamização, adensamento e qualificação** ao longo de trechos de transporte público coletivo de média e alta capacidade;
- Priorizar **novos parcelamentos orientados pelo transporte público coletivo** de média e alta capacidade.

Seção I - Dos Parâmetros Básicos

São parâmetros básicos para ocupação urbana:

I – **densidade demográfica;**

II – **coeficientes de aproveitamento básico e máximo;**

III – **percentual mínimo de equipamentos públicos urbanos e comunitários e espaços livres de uso público para novos parcelamentos;**

IV – **área mínima e máxima de lotes.**

Os parâmetros para ocupação urbana não definidos nesta Lei Complementar devem ser definidos pela LUOS, pelo PPCUB ou pelas diretrizes urbanísticas para novos parcelamentos urbanos, inclusive aqueles oriundos de regularização fundiária urbana.

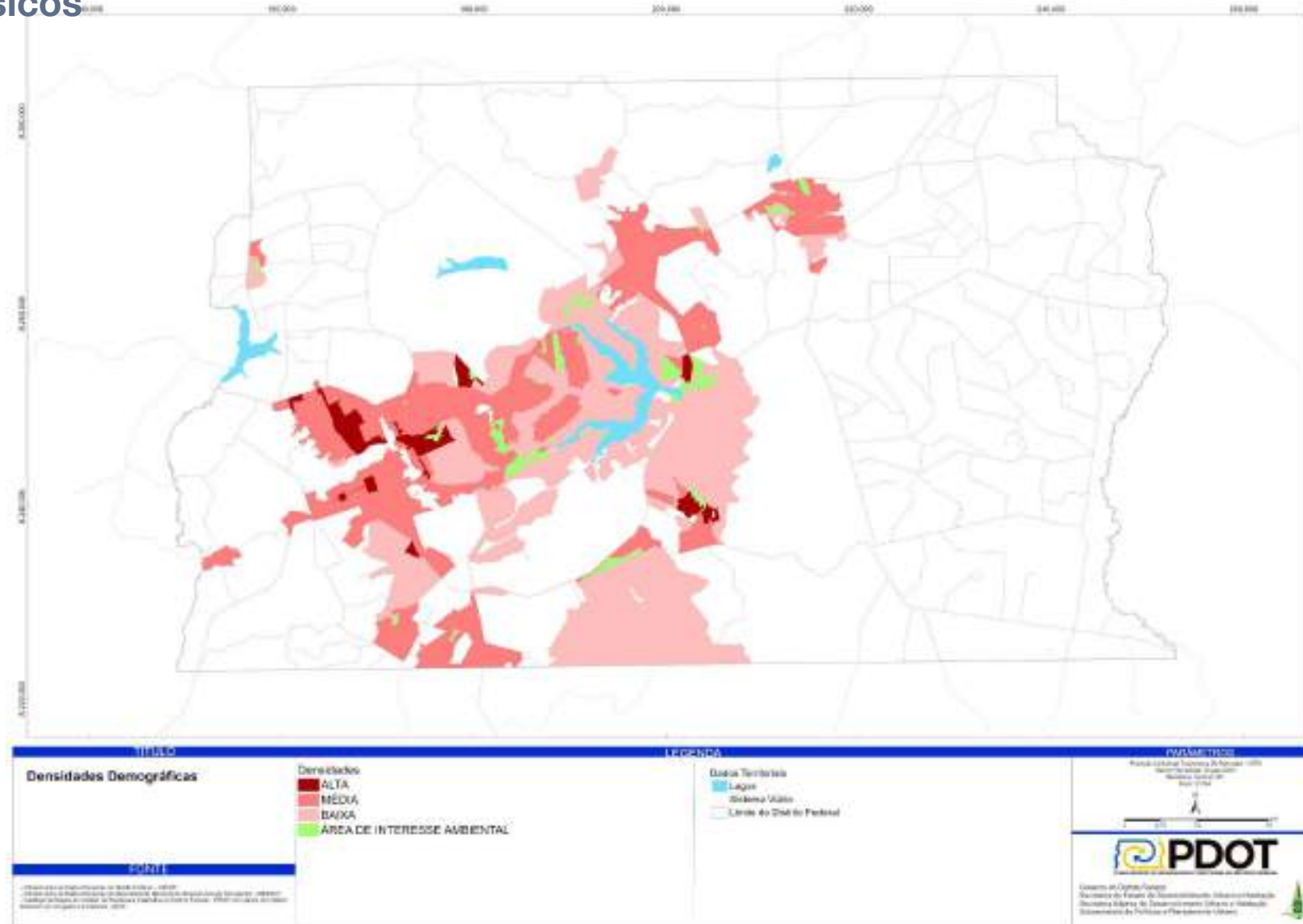
Valores de referência para a densidade demográfica:

I – densidade **baixa**: valores até **50 habitantes** por hectare;

II – densidade **média**: valores superiores a **50 e até 150 habitantes** por hectare;

III – densidade **alta**: valores superiores a **150 habitantes** por hectare.

O **coeficiente de aproveitamento básico** para novos parcelamentos urbanos deve ser igual a **1**.



Seção II - Dos novos parcelamentos

Para **novos loteamentos urbanos**, deve ser **destinado o percentual mínimo de 15%** da área da gleba para **equipamentos urbanos e comunitários e espaços livres** de uso público.

→ **Não se aplica às Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS e aos parcelamentos de características industriais**, que devem ter parâmetros próprios estabelecidos pelo órgão gestor de planejamento territorial e urbano.

Para novos parcelamentos urbanos, os lotes devem ter **área mínima de 125m² e frente mínima de 5m**, **exceto nas áreas de regularização fundiária urbana de interesse social**.

Os projetos de urbanismo devem estruturar e articular a malha urbana projetada para integrar e conectar as localidades existentes e as projetadas.

CAPÍTULO V – DAS ESTRATÉGIAS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL (Art. 108 a 189)

Questões centrais:



Centralidades | mobilidade | cultura | resiliência | moradia

- **Rede Estrutural De Transporte Coletivo** para articular os núcleos urbanos e induzir o desenvolvimento de atividades econômicas;
- **Sistema De Centralidades** para reduzir a segregação e a estabelecer relações com os municípios do entorno;
- **Conjuntos Urbanos** que compõem o **Patrimônio Cultural Do Distrito Federal**;
- Sistema de **Infraestrutura Verde** que articule as unidades de conservação ou provedoras de **Serviços Ecossistêmicos**;
- Inserção dos **Núcleos Urbanos Informais** ao ordenamento territorial de modo planejado para garantir o direito à cidade e a moradia digna.
- Novas **Áreas De Oferta Habitacional**, com ênfase em **Habitação De Interesse Social (ARIS)** e **Habitação De Mercado Econômico (ARINE)**, com os núcleos urbanos consolidados de modo a garantir o direito à cidade e à moradia

Seção I – Do Sistema de Centralidades (Art. 111 a 123)

»»» Dinamização de Áreas Urbanas:

Implantação de centros de trabalho e renda para descentralizar a oferta de empregos no território e diminuir os fluxos para o Plano Piloto de Brasília.

»»» Revitalização de Conjuntos Urbanos:

Preservação do patrimônio cultural e investimentos para a sustentabilidade das áreas de interesse histórico do Distrito Federal.

»»» Requalificação de Espaços Urbanos:

Melhorias ou transformações em áreas centrais consolidadas, para a recuperação de áreas degradadas, por meio de intervenções no espaço público e privado.

»»» Implantação de Subcentralidades:

Estabelecimento de **CINCO** Subcentralidades em áreas centrais de núcleos urbanos de Samambaia, Águas Claras, Paranoá, Sobradinho e Planaltina, nas proximidades de estações ou terminais de transporte de massa.

Seção I – Do Sistema de Cetralidades

DINAMIZAÇÃO DE ÁREAS URBANAS:

Centros de trabalho fora do
Plano Piloto.

REVITALIZAÇÃO DE CONJUNTOS URBANOS:

Preservação de áreas de
interesse histórico.

REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS:

Melhoria dos espaços
existentes.

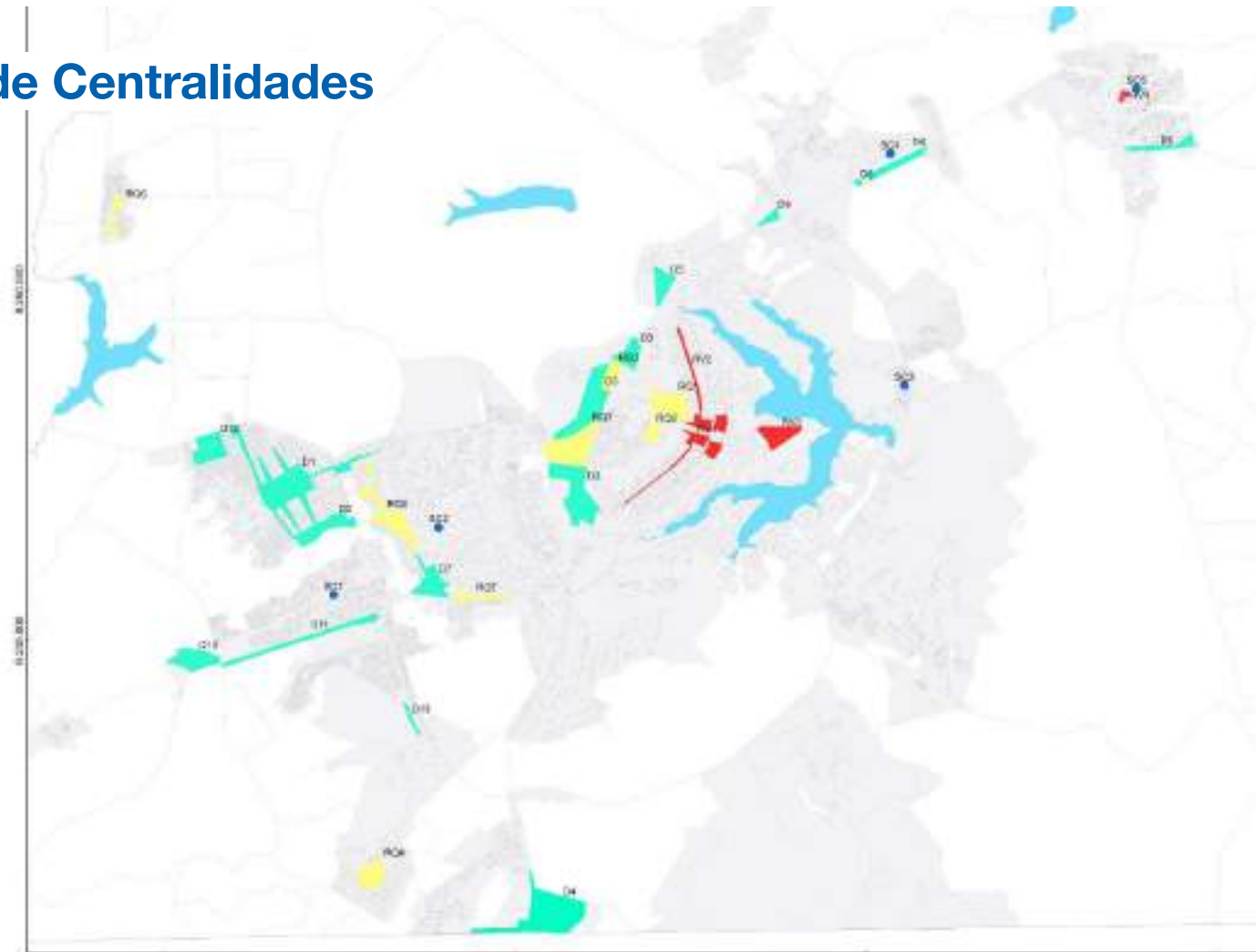
IMPLANTAÇÃO DE SUBCENTRALIDADES:

Estimular novas áreas de
comércio e serviço.



TÍTULO III | CAPÍTULO V - DAS ESTRATÉGIAS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Sistema de Centralidades



LISTAGEM DAS ESTRATÉGIAS E ÁREAS INTEGRANTES DAS PROPOSTAS

Proposta – Estratégia de Dinamização

- D1 – Eixo Collândia
- D2 – Eixo Taguatinga
- D3 – Eixo EPIA
- D4 – Polo JK
- D5 – Polo Cidade Digital
- D6 – Polo de Agronegócios
- D7 – Eixo Pistão Sul
- D8 – Polo Subzona Industrial
- D9 – Eixo Sobradinho
- D10 – Polo de Conhecimento
- D11 – Eixo BR-060
- D12 – Eixo BR-070
- D13 – Eixo Recanto

Proposta – Estratégia de Requalificação

- RQ1 – SGO, SAM e SRFN
- RQ2 – SIG
- RQ3 – SIA e SAAN
- RQ4 – Setor Central do Gama
- RQ5 – Taguatinga
- RQ6 – Complexo de Lazer de Brazlândia
- RQ7 – Áreas Econômicas de Águas Claras e do Núcleo Bandeirante

Proposta – Estratégia de Revitalização

- RV1 – Setores Centrais do Plano Piloto
- RV2 – W3 Sul e Norte
- RV3 – Vila Planalto
- RV4 – Eixo Histórico do Setor Tradicional de Planaltina

Proposta – Subcentralidades

- SC1 – Estação Terminal Samambaia
- SC2 – Estação Águas Claras
- SC3 – Paranoá
- SC4 – Sobradinho
- SC5 – Planaltina

TÍTULO Mapa Estratégia de Dinamização, Requalificação, Revitalização e Subcentralidades	LEGENDA Sistema de Centralidades ■ Estratégia de Revitalização ■ Estratégia de Requalificação ■ Estratégia de Dinamização ■ Estratégia de Subcentralidades	Sistema Viário ■ Lago ■ Macrozona Urbana	PARÂMETROS Projeto: Plano Diretor Estratégico do Município de Brasília - PDDE Escala: 1:50.000 Data: 2023 Autor: PDOT Revisão: 01 Assinatura: [Assinatura]
FONTE Instituto de Planejamento Urbano e Regional - IPUR Instituto de Planejamento Urbano e Regional - IPUR Instituto de Planejamento Urbano e Regional - IPUR Instituto de Planejamento Urbano e Regional - IPUR	PDOT Plano Diretor Estratégico do Município de Brasília Governo do Distrito Federal Secretaria de Planejamento Urbano e Regional Subsecretaria de Planejamento Urbano		

Seção II – Da Mobilidade Sustentável (Art. 124 ao 143)



Rede Estrutural de Transporte Coletivo e do Desenvolvimento Orientado

Elemento articulador dos núcleos urbanos e das centralidades, compostas pelos eixos de transporte público de média/alta capacidade, tais como Metrô, BRT (Transporte Rápido por Ônibus), VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) e ônibus expressos.

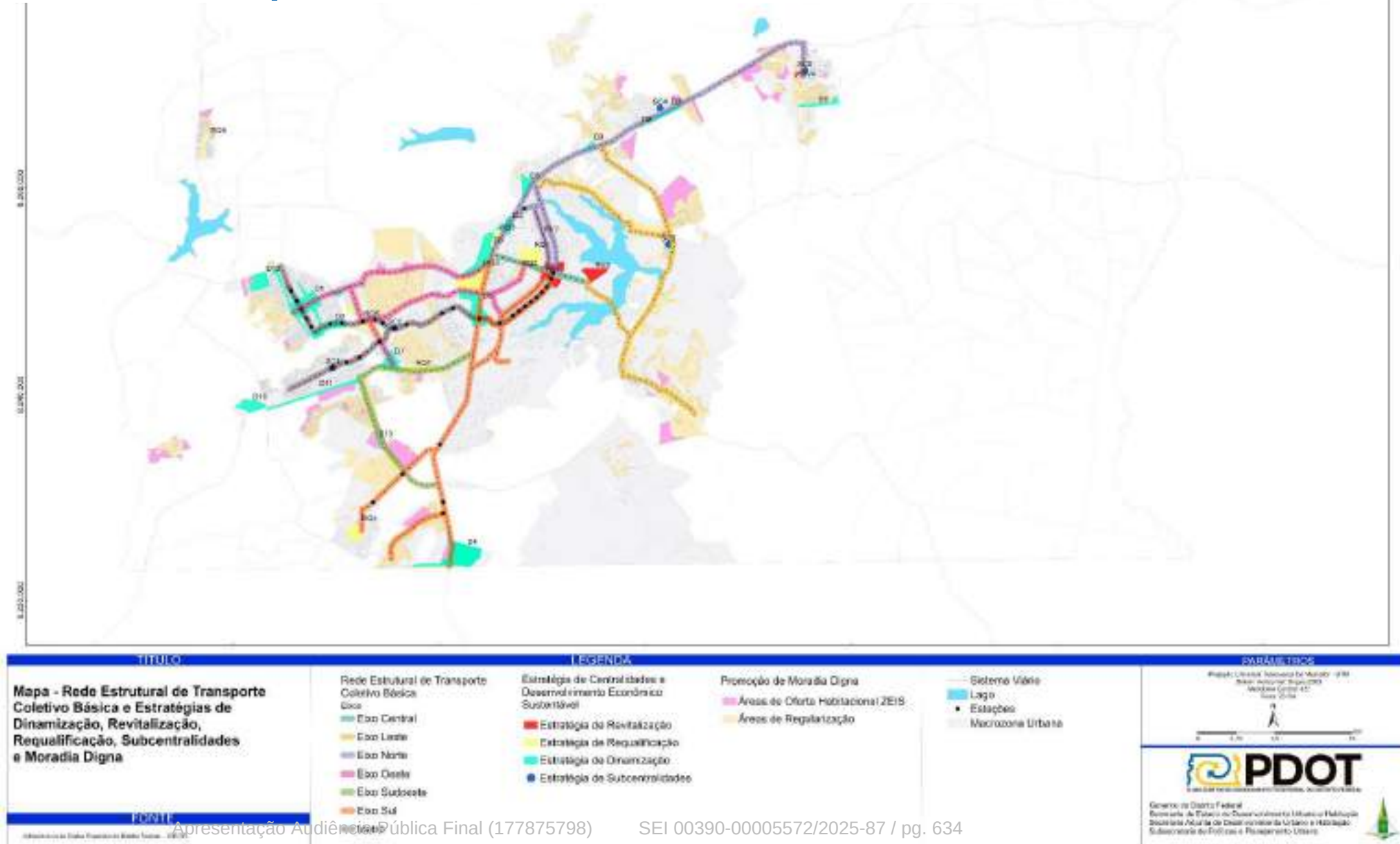


Cidade Integrada e Acessível

Trata dos deslocamentos de menor distância e locais, bem como a qualificação dos espaços públicos, dentro das UPT ou na escala local, ou seja, dentro dos núcleos urbanos. Busca reduzir tempos de deslocamentos e aumentar a segurança viária de ciclistas, pedestres, patinetes, motocicletas e ônibus locais.

TÍTULO III | CAPÍTULO V - DAS ESTRATÉGIAS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Rede Estrutural de Transporte Coletivo e Sistema de Centralidades



Seção II – Da Mobilidade Sustentável

RUAS COMPLETAS:

redesenhar ruas para que sejam seguras e confortáveis para todos, tanto pedestres, ciclistas, motoristas.

ZONAS 30:

Demarcar áreas de velocidade máxima 30km/h em zonas com grande trânsito de pedestres.

PLANOS DE MOBILIDADE

LOCAL POR RA: Criar planos de mobilidade específicos para a realidade.

CONVERSÃO DE RODOVIAS:

Transformar trechos de rodovias que passam por áreas urbanizadas em trechos mais amigáveis para pedestres e ciclistas.

INTEGRAÇÃO ENTRE RAs ADJACENTES:

Fortalecer a ligação entre núcleos urbanos próximos, para facilitar o acesso a serviços fora do Plano Piloto.



Seção III – Das Estratégias de Promoção de Áreas de Interesse Cultural

»» Áreas Especiais de Interesse Cultural – AIC:

Tem como objetivo **promover a preservação, a valorização e a salvaguarda de bens materiais e imateriais** de valor histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e paisagístico em áreas com significado afetivo, simbólico e religioso para a comunidade.

Patrimônio Material e Imaterial – PMI: Bens tombados ou registrados.

Reconhecimento de Referências Culturais – RRC: Imóveis ou localidades com previsão de registro, ou tombamento.

Áreas de Proteção Paisagística e Natural – APPaN: Locais em que sua paisagem natural é reconhecida por seu valor cultural, histórico ou natural.

Territórios de Ocupação Cultural – TOC: Locais destinados à formação e produção de serviços e bens culturais e artísticos.

Seção IV – Da Promoção de Moradia Digna (Art. 148 ao 174)

»» Estratégias de Provisão Habitacional

Tem por objetivo atender a necessidade de moradia para a população de diferentes faixas de renda, por meio de: imóveis prontos; lotes urbanizados; serviços de locação social; de assistência técnica de habitação de interesse social – ATHIS; de moradia emergencial.

»» Estratégias de Regularização Fundiária Urbana

Busca de garantir a regularização de Núcleos Urbanos Informais – NUI que cumprem os critérios de Porte (tamanho da área) e Compacidade (proximidade das edificações e densidade populacional) e que não estejam em áreas de Proteção Integral.

»» Zoneamento Inclusivo - ZI

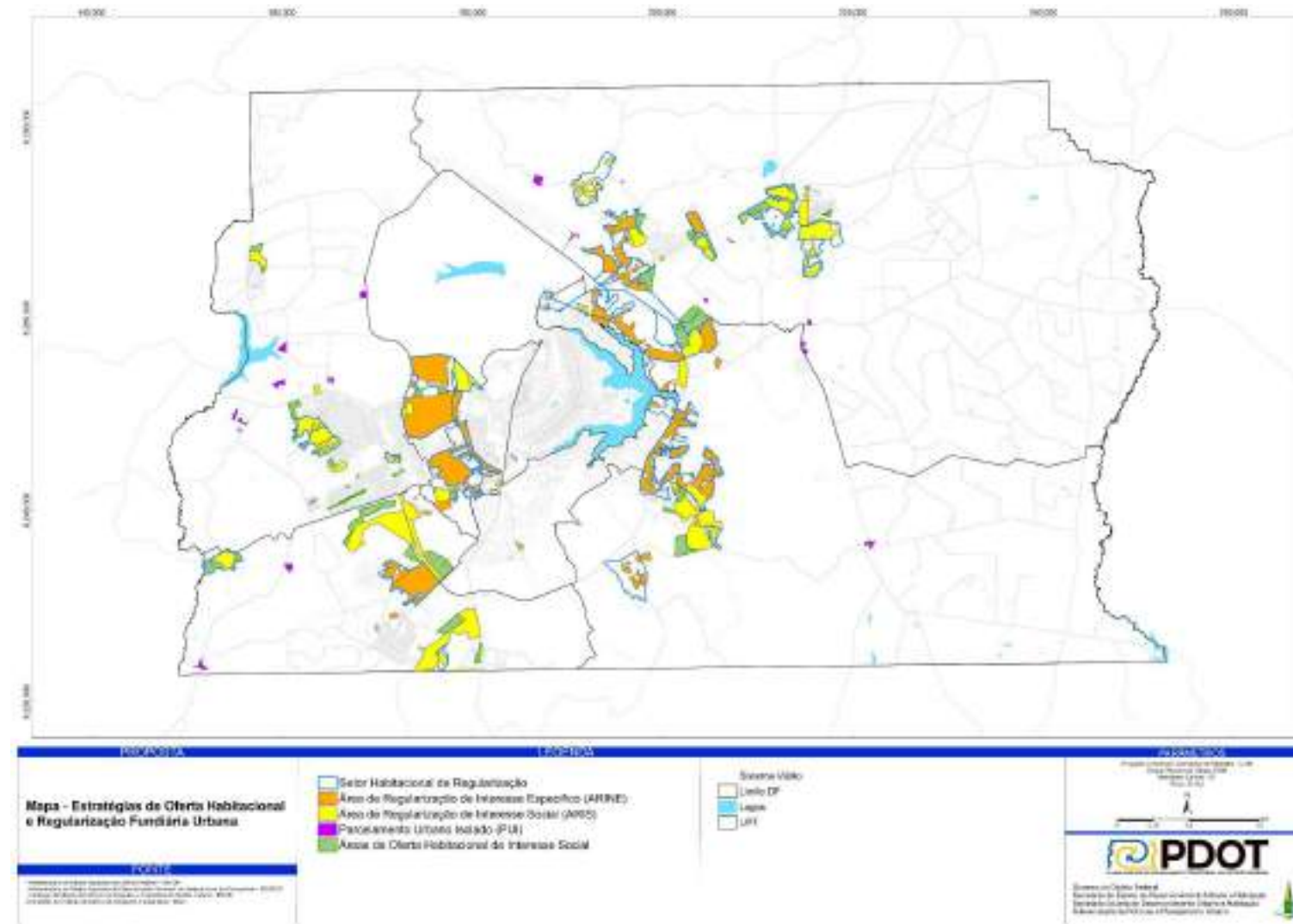
Visa garantir a distribuição da população no território de forma menos segregada. Para isso define que determinadas áreas os empreendimentos imobiliários devem prever 15% de unidades para Habitação de interesse Social (ARIS) e 15% para habitação de Mercado econômico (ARINE).

Seção IV – Da Promoção de Moradia Digna

Provisão Habitacional

Fatores para análise e demarcação:

- Socioeconômico;
- Urbanístico;
- Riscos e legislações ambientais;
- Déficit e demanda habitacional;
- Vacância imobiliária;
- Características geomorfológicas;
- Áreas vazias contíguas à malha urbana;
- Situação fundiária;
- Lei de uso e ocupação do solo (LUOS).

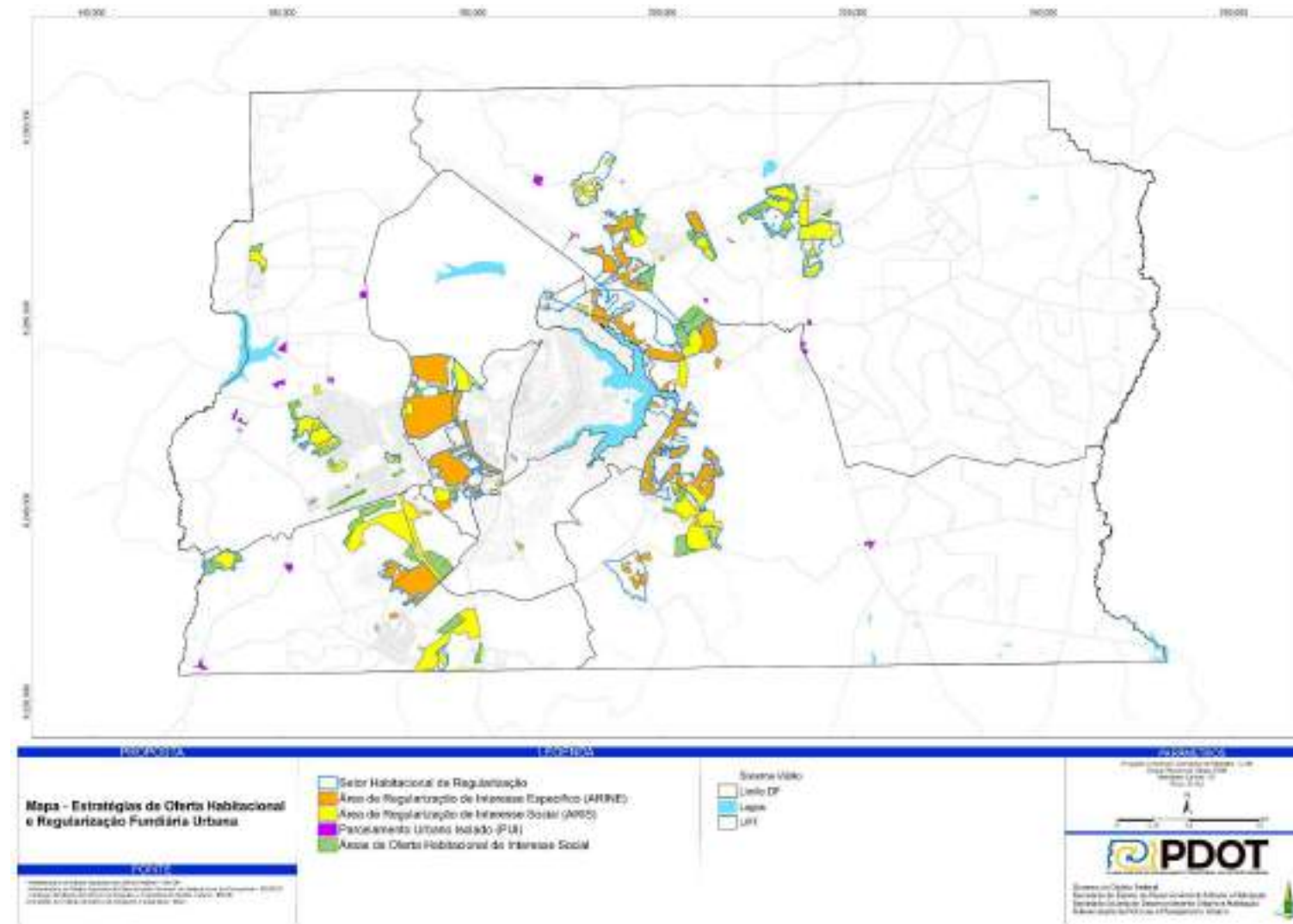


Seção IV – Da Promoção de Moradia Digna

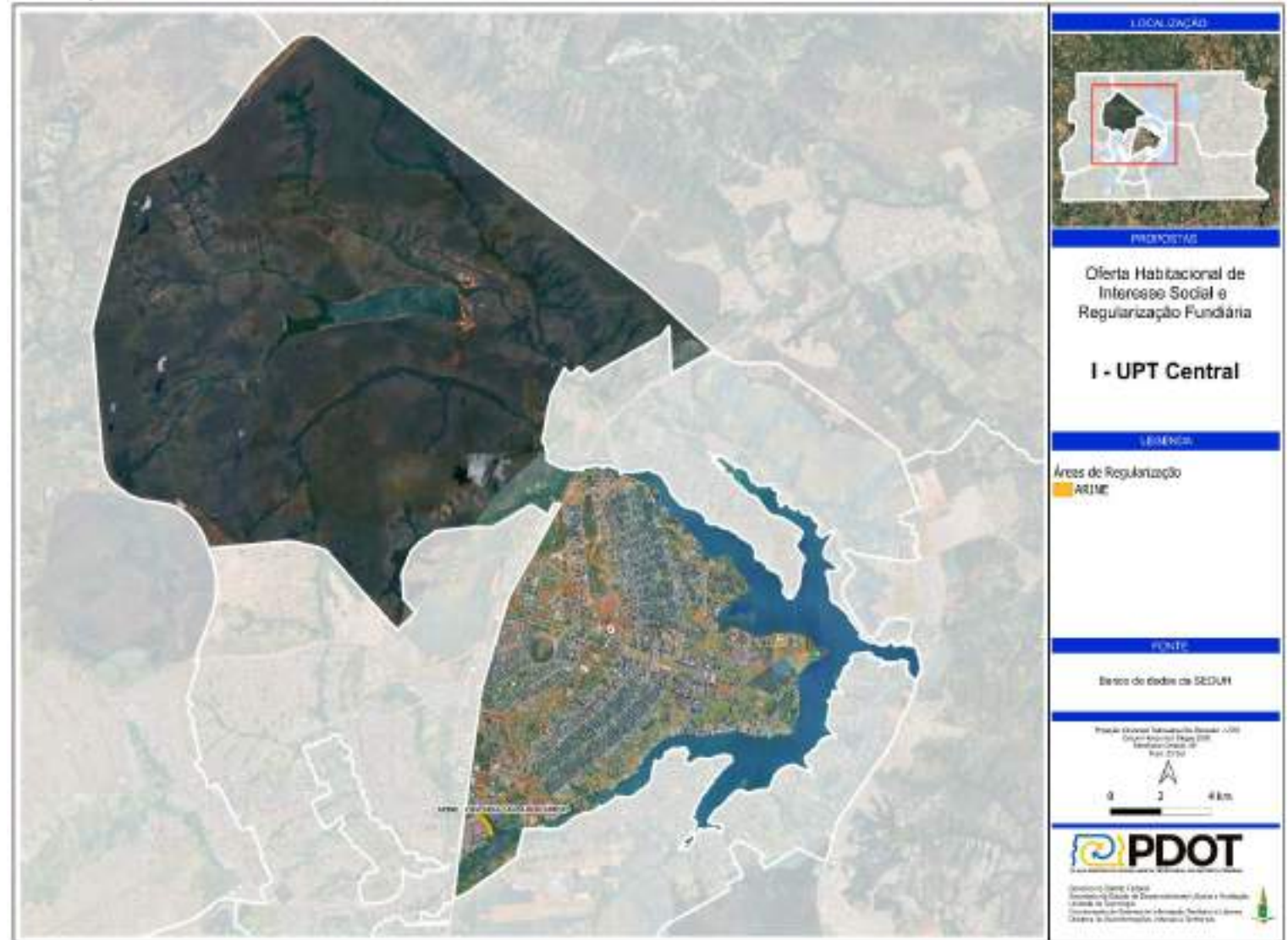
Regularização Fundiária

Aspectos considerados:

- Porte e compacidade do assentamento
- Restrições urbanísticas e ambientais
- Capacidade de instalação de infraestrutura
- Dificuldade de reversão da ocupação
- Continuidade da malha urbana
- Características edilícias
- Parcelamentos Urbanos Isolados (PUI) existentes foram mantidos



Proposta de Áreas de
Regularização de Interesse
Específico (**ARINE**):
→ **Setor de Chácaras
Candangolândia**



Seção IV – Da Promoção de Moradia Digna

Proposta de Áreas de Interesse Específico (ARINE):

Manter as ARINES Vigentes:

- Torto I, II e III
- Taquari I, II e III
- Privê
- Porto Seguro
- Dom Bosco I e II;

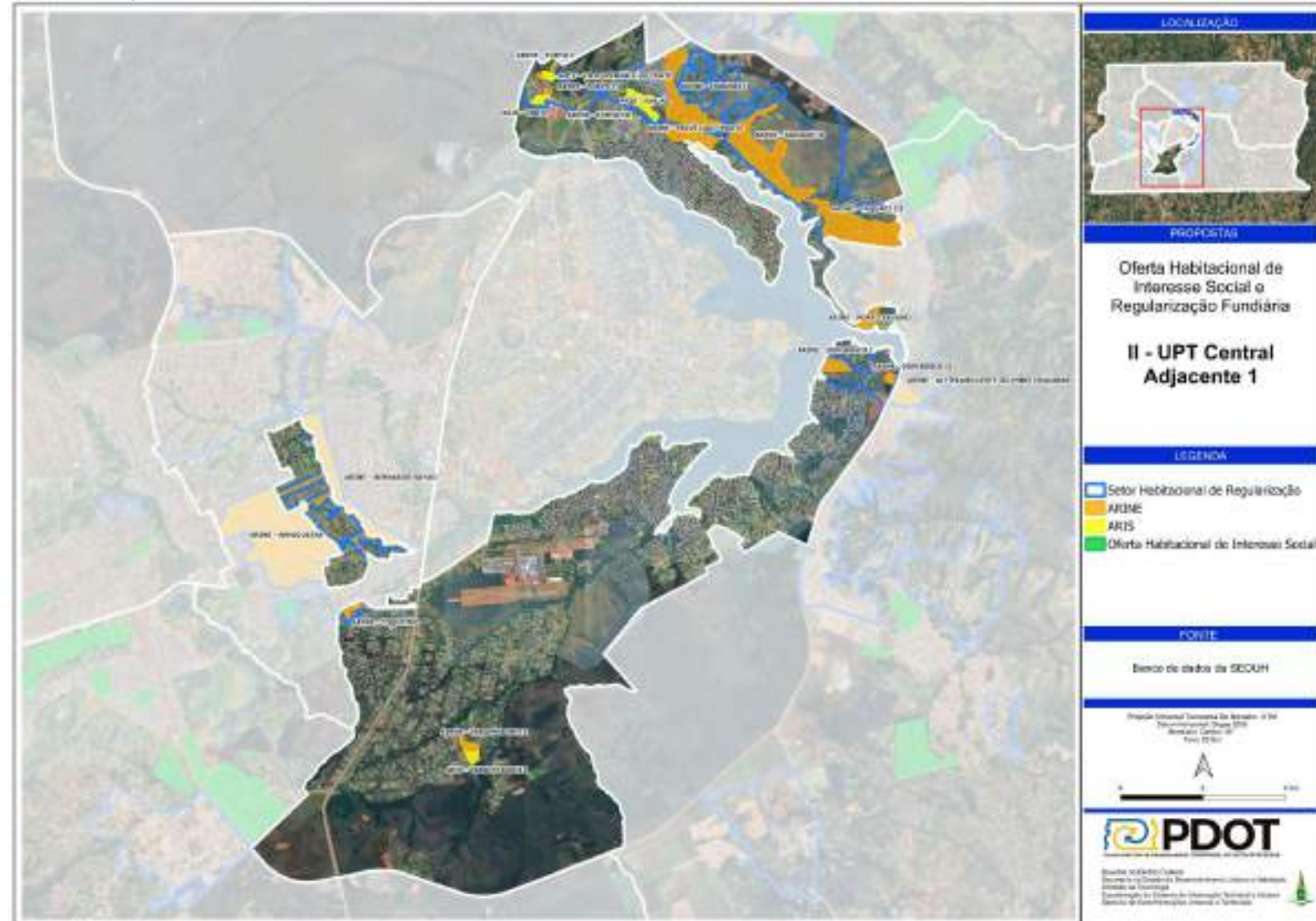
Novas ARINES:

- Coqueiro
- Vargem Bonita

de Interesse Social (ARIS)

Manter as ARIS Vigentes:

- Torto
- Vila Operária do Torto
- Vargem Bonita
- Varjão



Seção IV – Da Promoção de Moradia Digna

Áreas de Interesse Específico (ARINE)

Manter as ARINES:

- **Sucupira**
- **Bernardo Sayão**
- **Vicente Pires I e II**

Novas ARINES:

- **Alto Kanegae**
- **Placa das Mercedes**
- **Coopervile**
- **26 de Setembro**

Áreas de Interesse Social (ARIS): Manter:

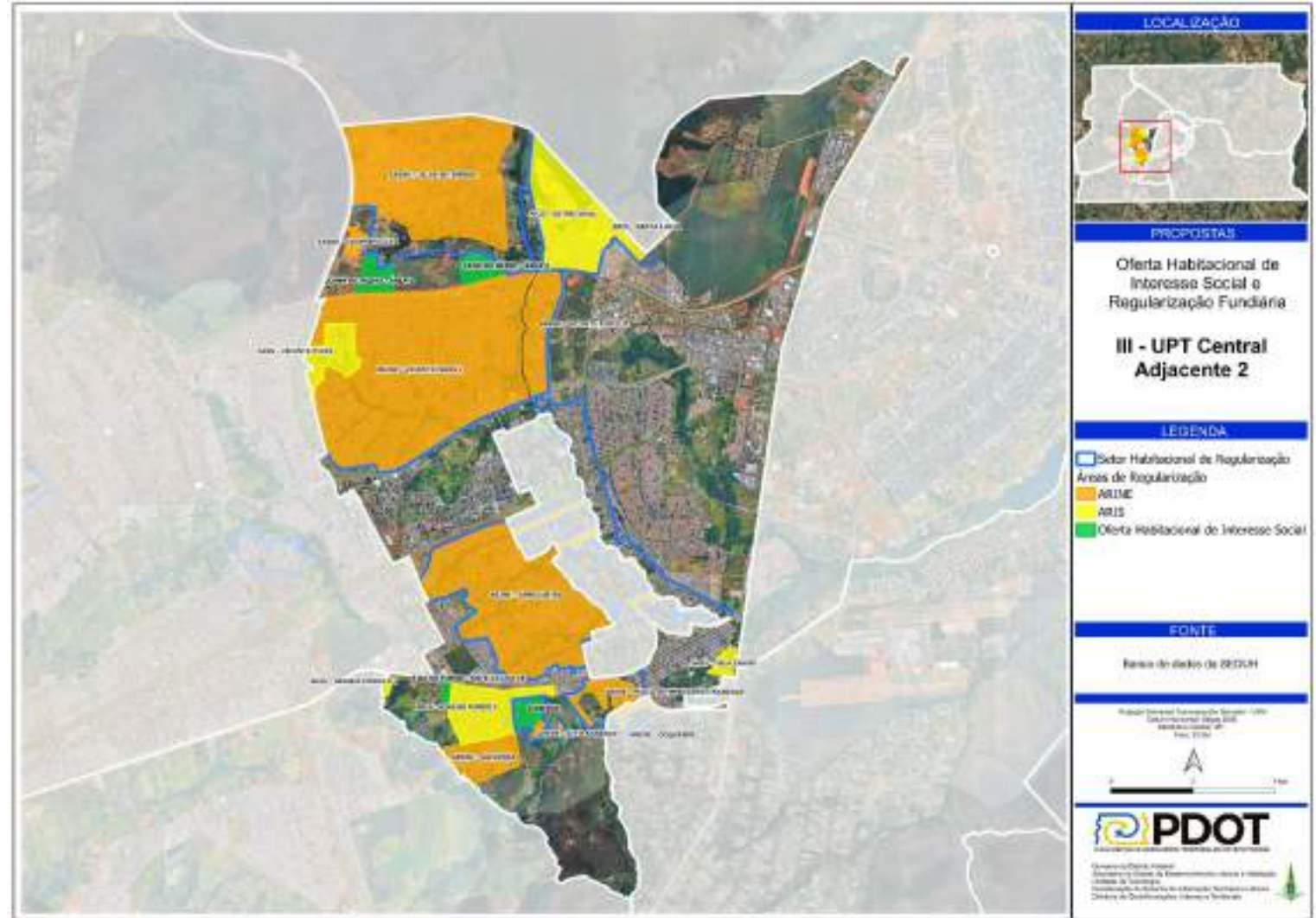
- **Vila Cauhy**
- **Vicente Pires**
- **Riacho Fundo**
- **Granja Modelo I**
- **Estrutural**

Novas ARIS:

- **Vale da Benção**
- **Santa Luzia**

Proposta de Oferta Habitacional

- **Cana do Reino I e II**
- **Kanegae**
- **Riacho Fundo QD 09, 11, 13 e 15**



Seção IV – Da Promoção de Moradia Digna

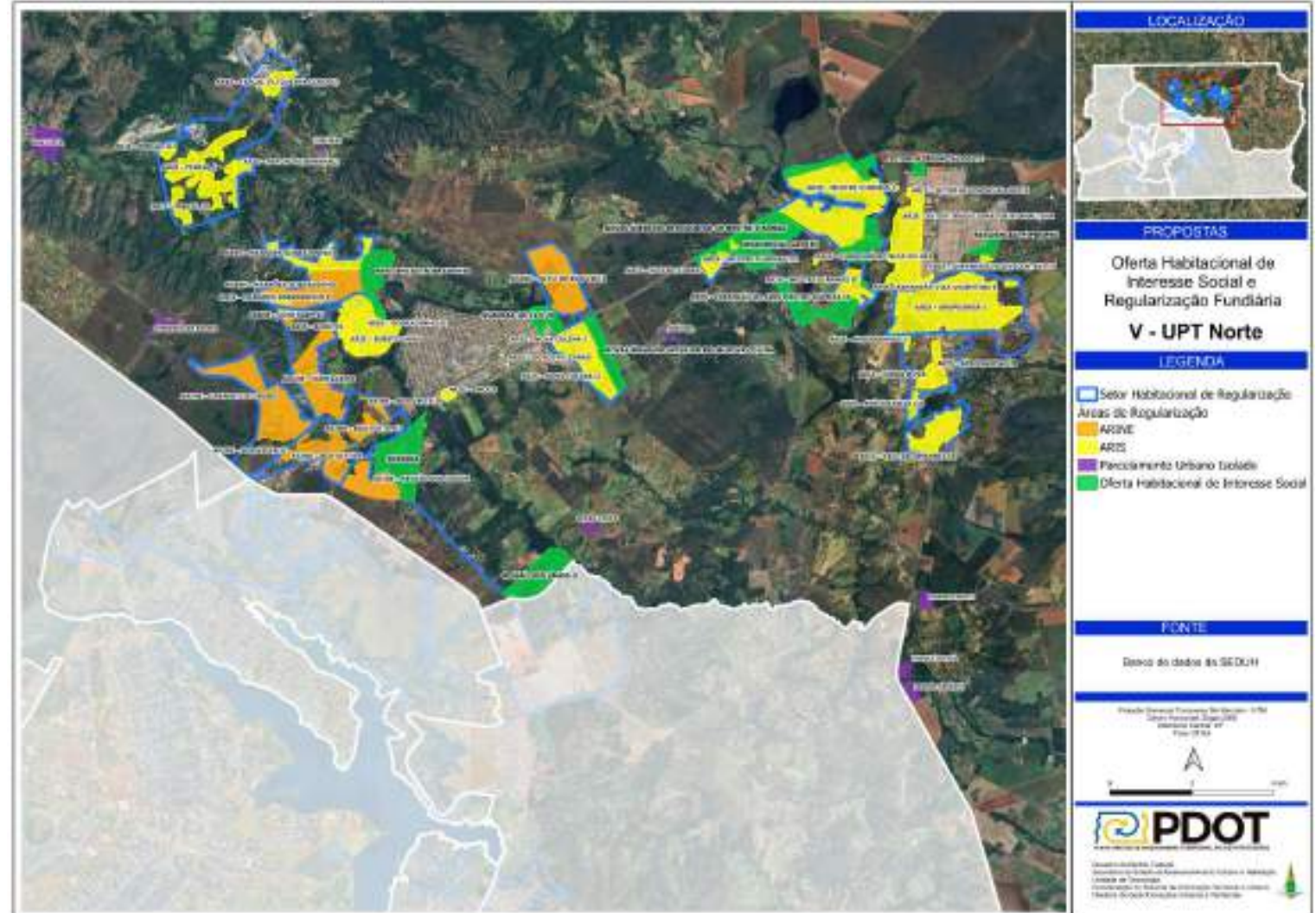
Proposta de Áreas de Interesse Social (ARIS):

Manter as ARIS Vigentes:

- Arapoanga I e II
- Aprodarmas I, II e III
- Fercal I, II, III e IV
- Nova Colina I e II
- Dorothy Stang
- DNOX
- Mestre D'Armas I, II e III
- Miguel Lobato
- Expansão Mestre D'Armas II
- Vale do Amanhecer
- Setor Tradicional de Planaltina
- Condomínio Bica do DER
- Favelinha da Horta Comunitária
- Buritis
- Sobradinho II
- Buritizinho
- Mansões Sobradinho I
- Mansões Sobradinho II

Novas ARIS:

- Expansão Vicentina I e II
- Fercal V
- Residencial Oeste
- Terra Nova



Seção IV – Da Promoção de Moradia Digna

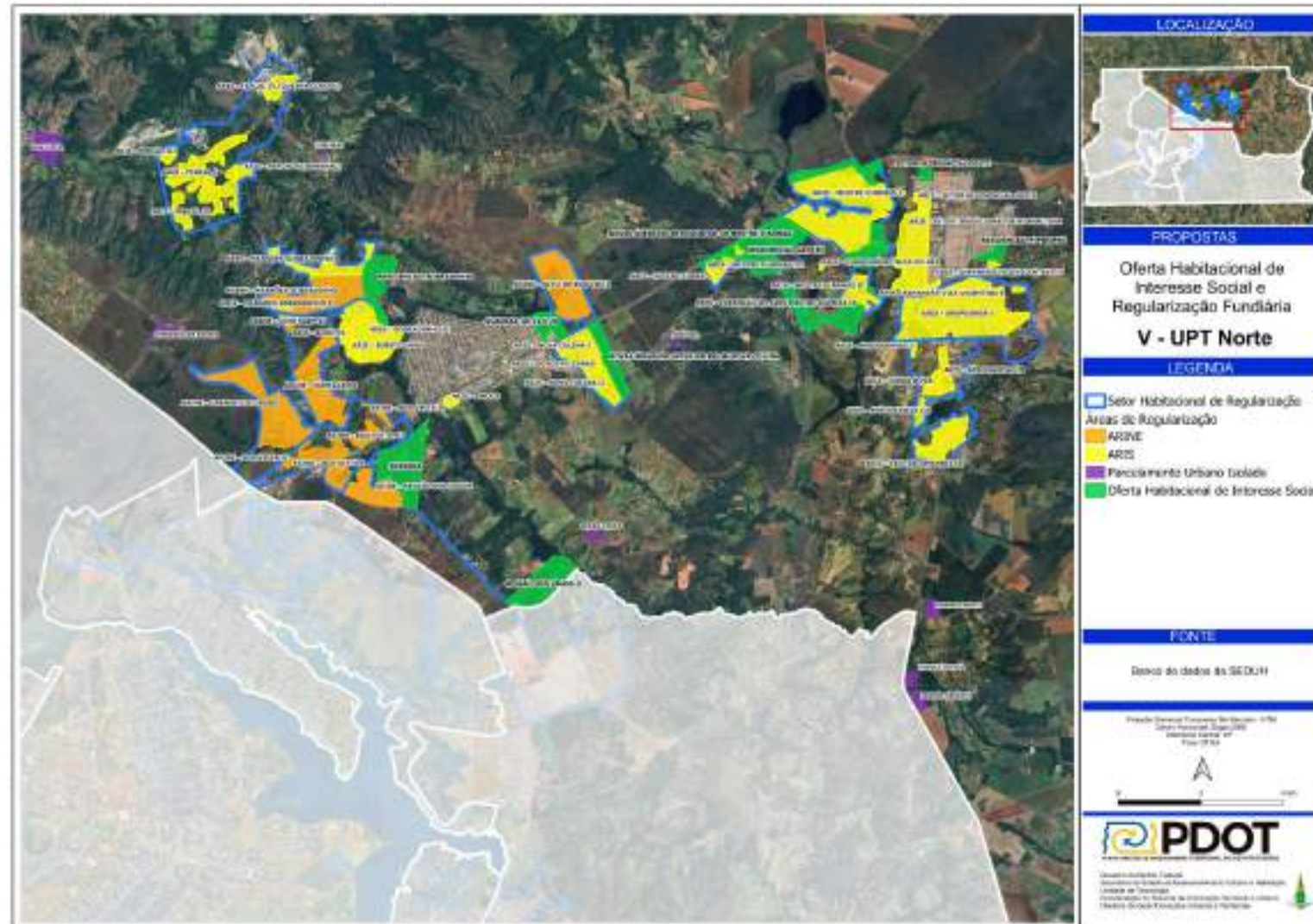
Proposta de Áreas de Interesse Específico (ARINE)

Manter as ARINES:

- **Alto da Boa Vista**
- **Região dos Lagos**
- **Boa Vista I, II, III e IV**
- **Grande Colorado**
- **Contagem I e II**
- **Mansões Sobradinho**

Proposta de Oferta Habitacional

- **Setor Residencial Oeste**
- **Residencial Grotão**
- **Novas áreas no interior do Setor Habitacional Mestre D'Armas**
- **Residencial Pípiripau**
- **Quadras 18, 19 E 20 (Sobradinho)**
- **Residencial Sobradinho**
- **Novas áreas no interior do Setor Habitacional Nova Colina**
- **Serrana**
- **Região dos Lagos II**



Seção IV – Da Promoção de Moradia Digna

Proposta de Áreas de Interesse Específico (ARINE) - Manter:

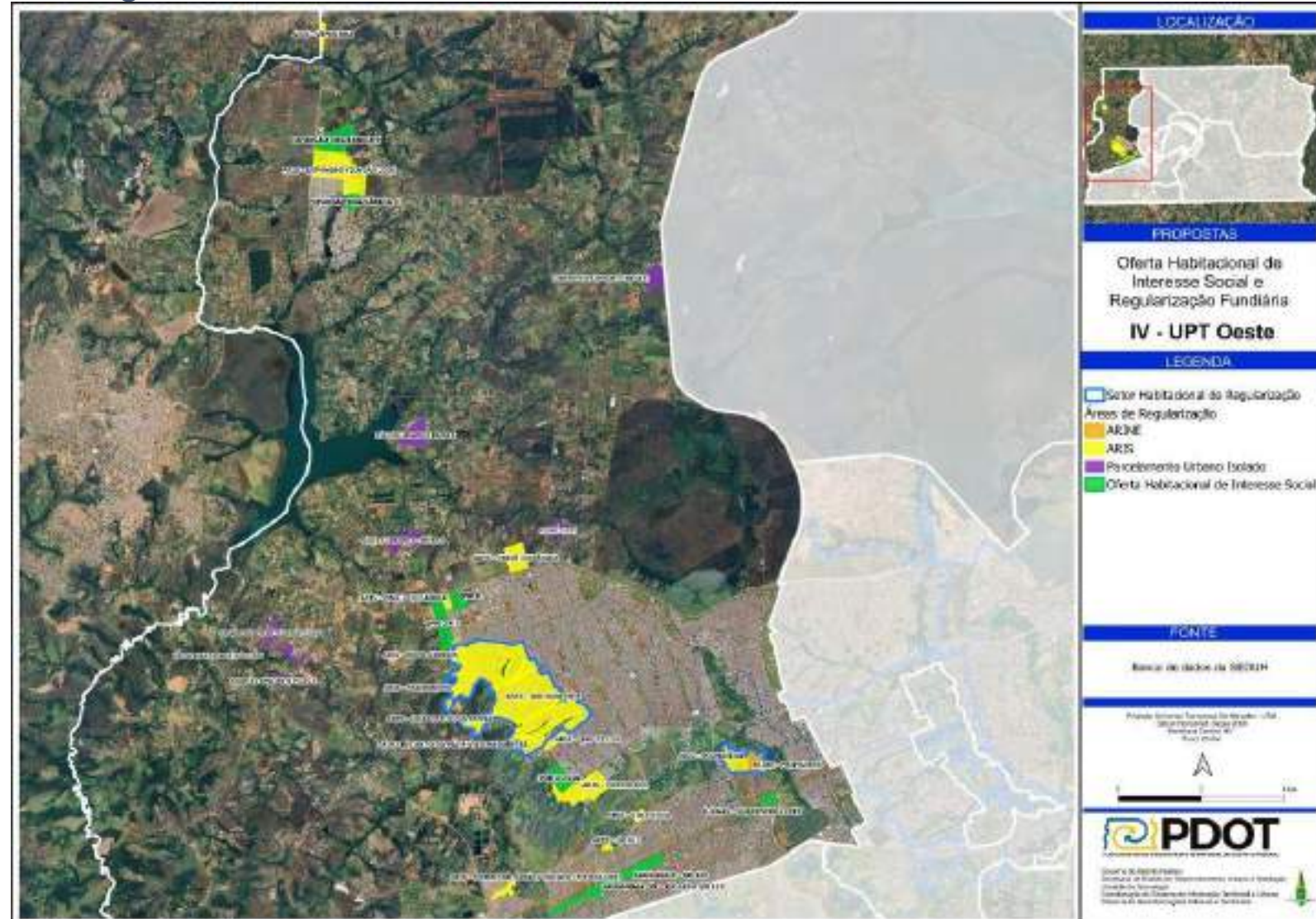
- Arniqueira
- Primavera

de Interesse Social (ARIS) - Manter

- Sol Nascente
- Nova Gênese
- Recanto da Paz e Vila
- Primavera
- Pôr do Sol
- Vida Nova
- QR 611 (Samambaia)
- Privê
- QNP 22/24 (Ceilândia)
- QNR 5 (Ceilândia)
- Expansão Vila São José

Novas ARIS:

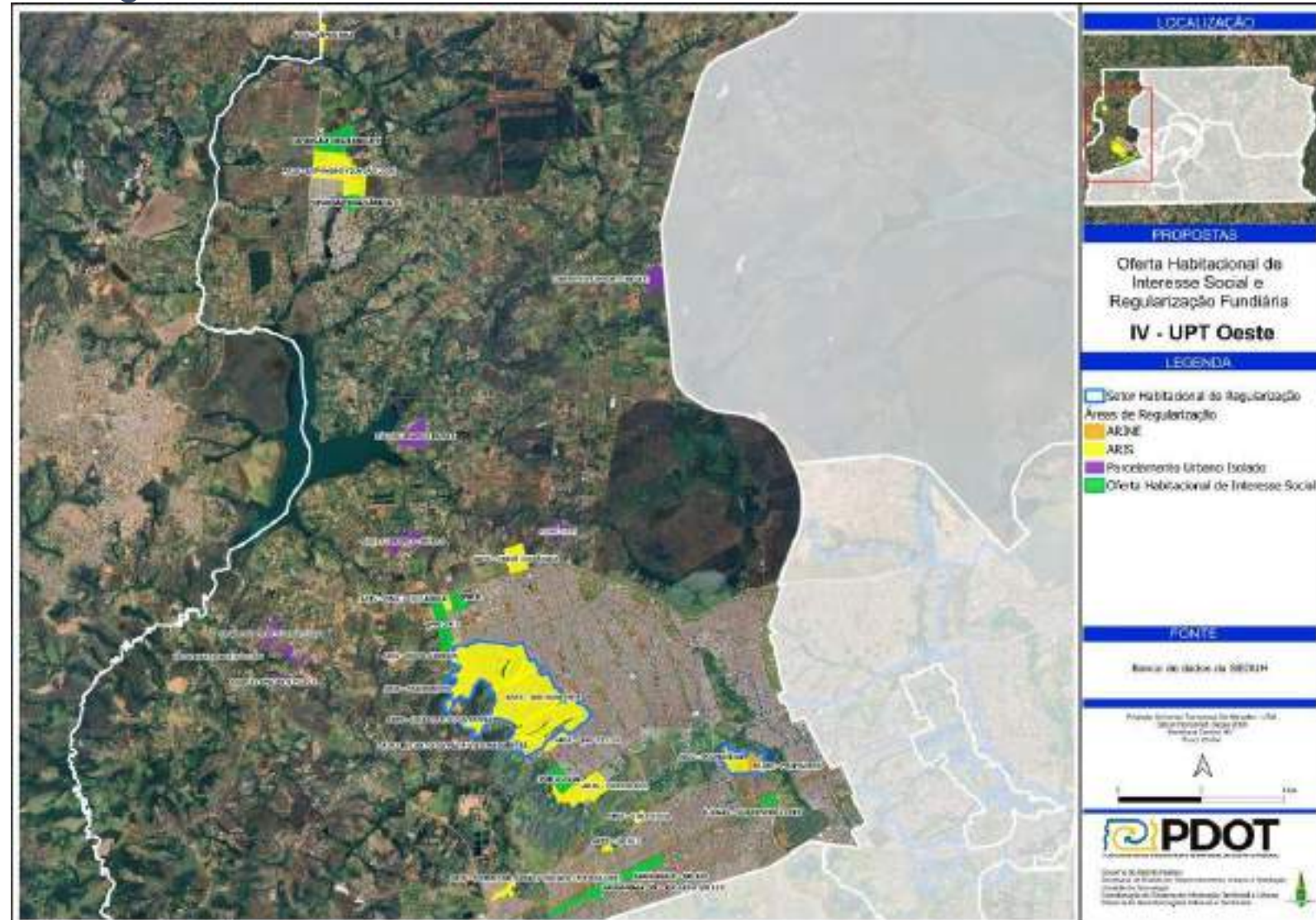
- Giliade e Nova Canaã
- Madureira
- Fazendinha
- Morro do Macaco/Sabão
- Vendinha



Seção IV – Da Promoção de Moradia Digna

Proposta de **Oferta Habitacional**

- Expansão de Brazlândia I e II
- QNR 6 (Ceilândia)
- Samambaia - QN 103 a QN 109
- Furnas - Subcentro Leste
- Samambaia - QD 100
- Pôr do Sol
- QNR 2 a 5 (Sol Nascente/ Pôr do Sol)



Seção IV – Da Promoção de Moradia Digna

Proposta de Áreas de Interesse Específico (ARINE)

Manter:

- **Ponte de Terra**
- **Mansões Paraíso**

Novas ARINES:

- **Ponte Alta**
- **Sucupira II**

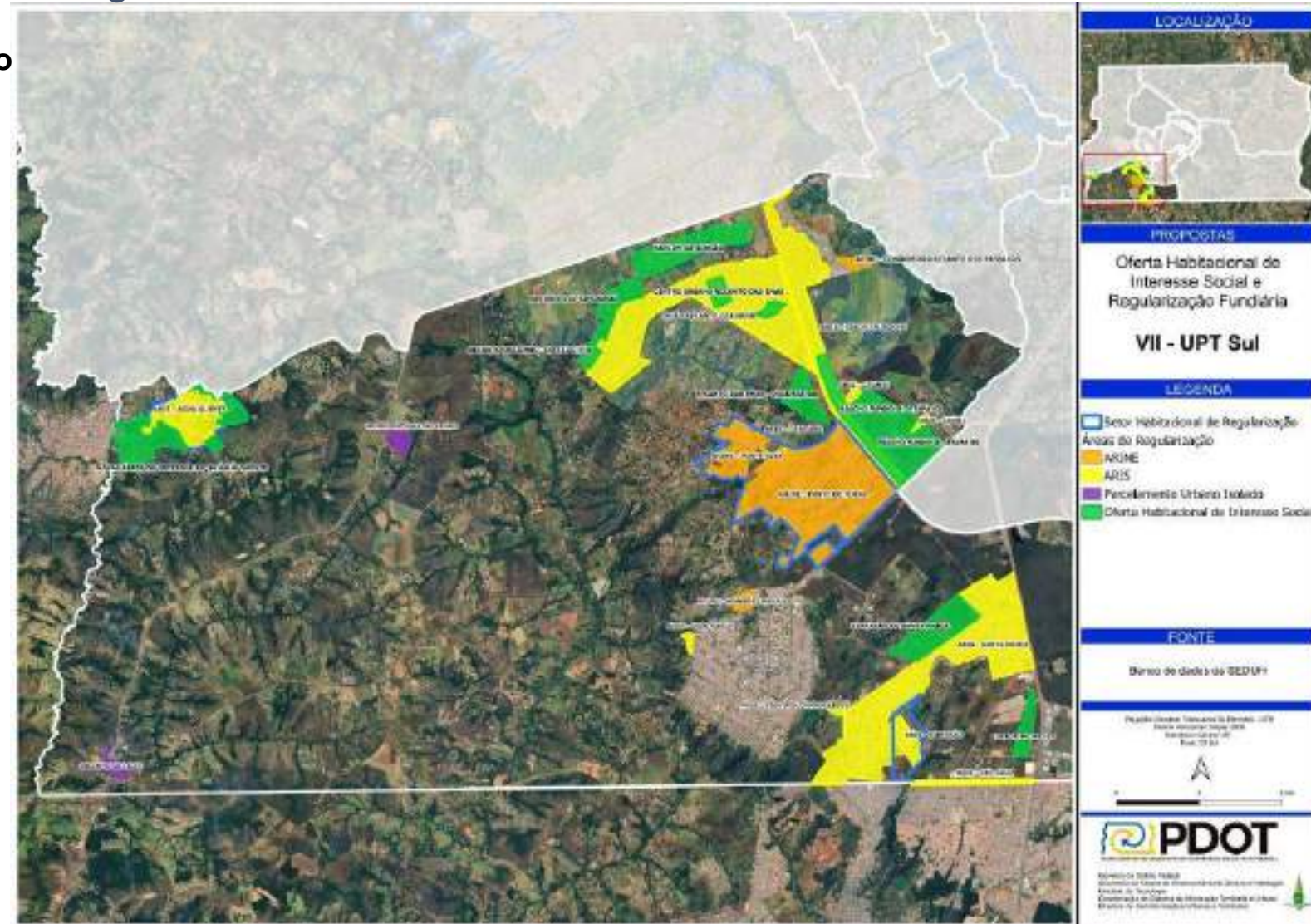
de Interesse Social (ARIS)

Manter:

- **Água Quente**
- **Vila Roriz**
- **Recanto das Emas**
- **CAUB I e II**
- **Granja Modelo II**
- **Ribeirão**
- **Vila dos Carroceiros**
- **Céu Azul**
- **Santa Maria**

Novas ARIS:

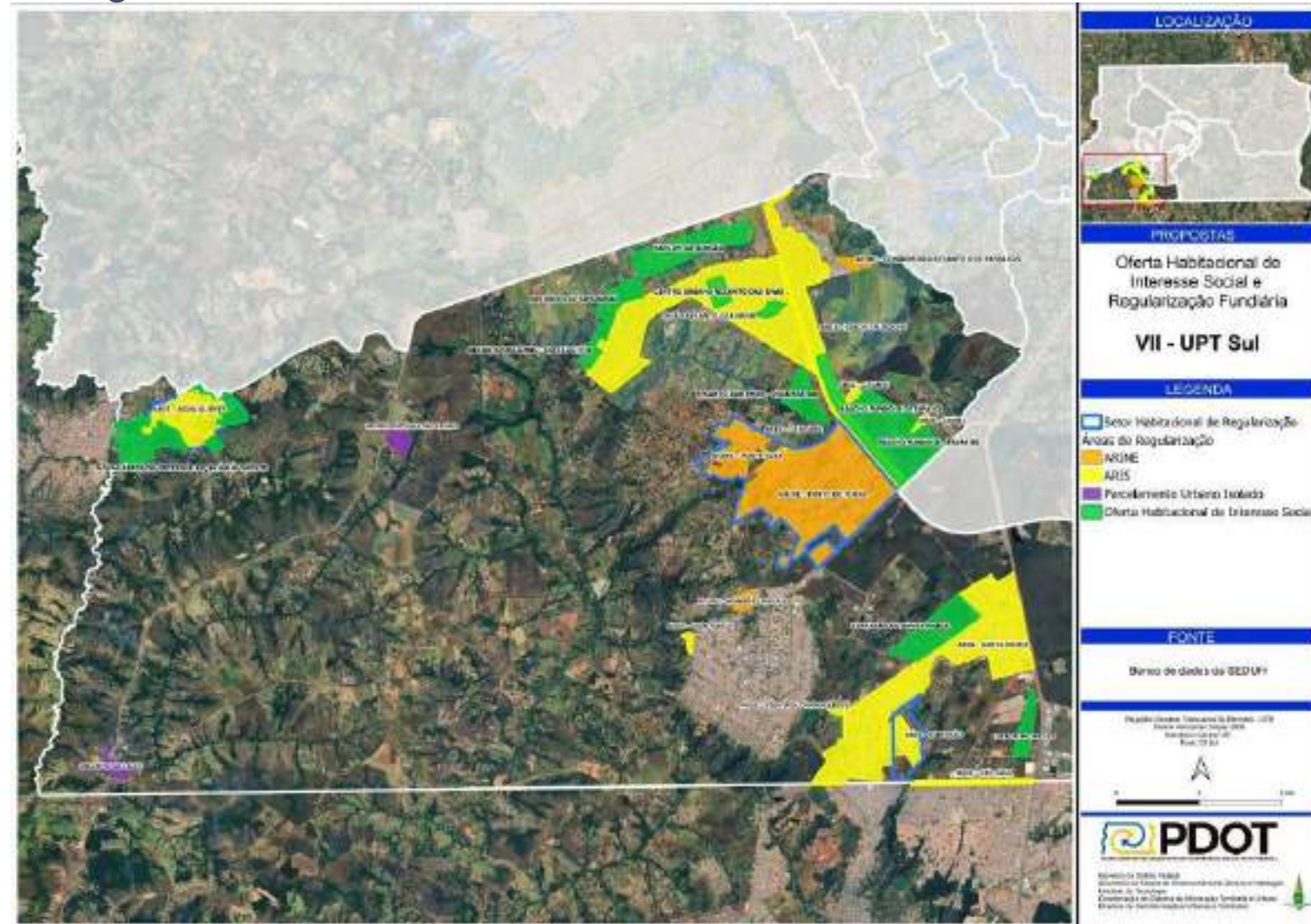
- **Dandara**



Seção IV – Da Promoção de Moradia Digna

Proposta de Oferta Habitacional

- Recanto das Emas - QD 900
- Recanto das Emas - QD 117 e 118
- Centro Urbano Recanto das Emas
- Residencial Tamanduá
- Subcentro Urbano 400/600
- Vargem da Bênção
- Riacho Fundo II - Etapa 03
- Riacho Fundo II - Etapa 05
- Setor Meireles
- Expansão de Santa Maria
- Novas áreas no interior de Água Quente



Seção IV – Da Promoção de Moradia Digna

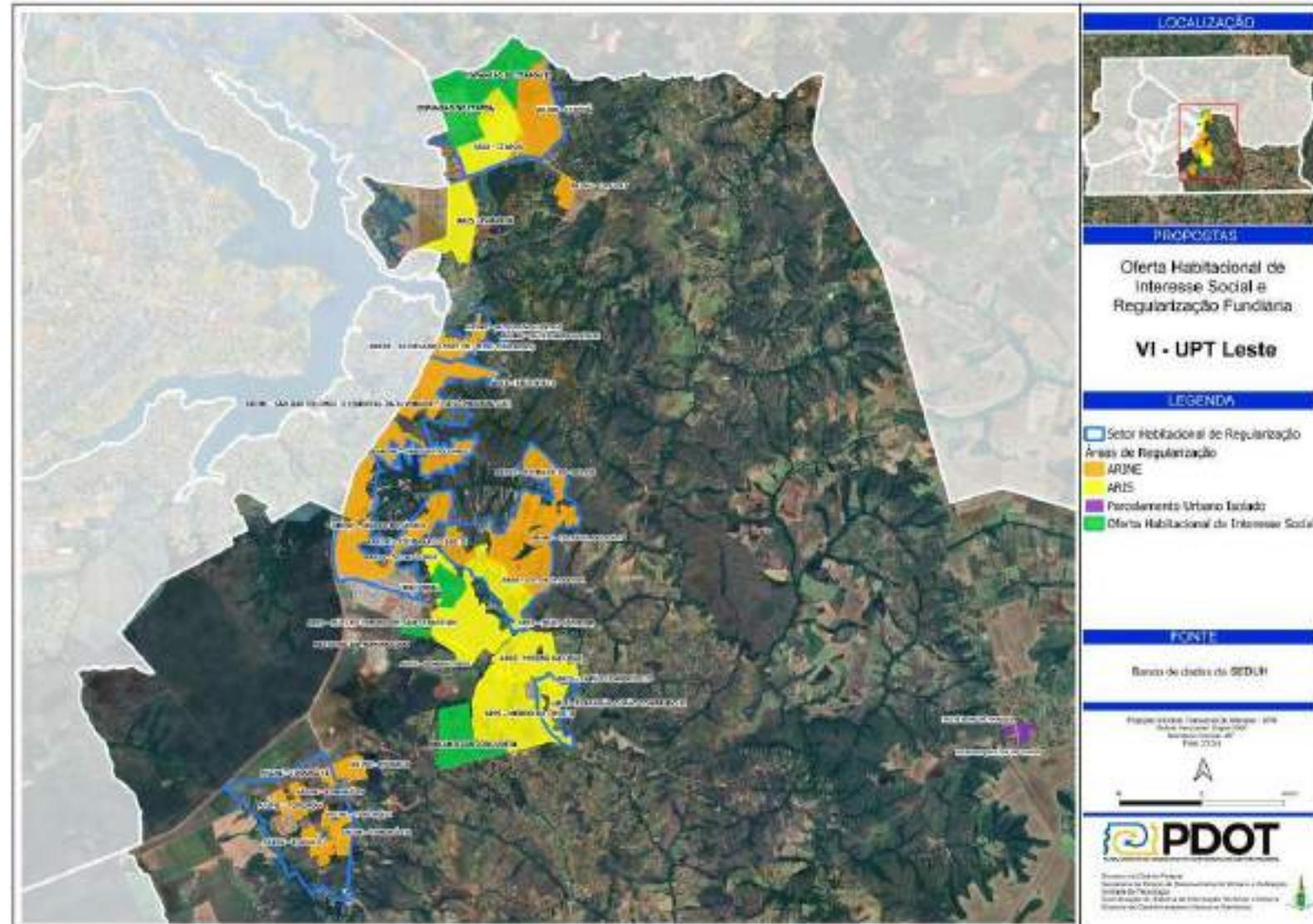
Proposta de Áreas de de Interesse Específico (ARINE)

Manter as ARINES:

- São Bartolomeu
- Tororó I, II, III, IV, V e VI
- Mônaco
- Jardim Botânico
- Estrada do Sol I, II e III
- Altiplano Leste I e II
- Itapoã
- La Font

Novas ARINES:

- São Bartolomeu II
- Altiplano Leste III



Seção IV – Da Promoção de Moradia Digna

Proposta de Áreas de Interesse Social (ARIS)

Manter as ARIS Vigentes:

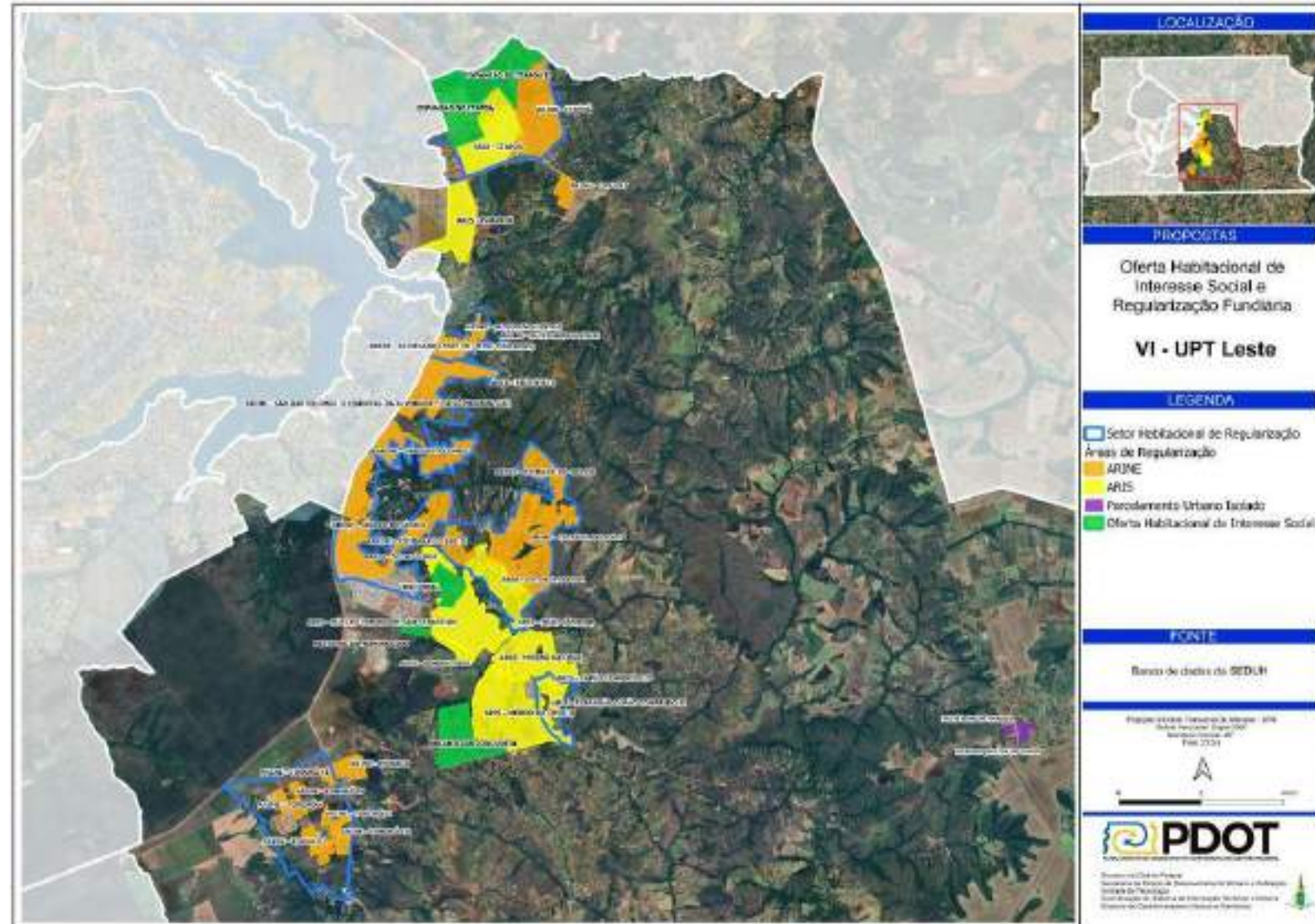
- Capão Comprido II
- Morro da Cruz
- Morro da Cruz II
- Núcleo Urbano São Sebastião
- Vila do Boa
- Itapoã
- Paranoá
- Estrada do Sol

Novas ARIS:

- Expansão Capão Comprido II
- Bonsucesso
- Bela Vista
- João Cândido

Proposta de Oferta Habitacional

- Residencial Bonsucesso
- Nacional
- Recanto da Conquista
- Expansão Itapoã
- Expansão Itapoã II



Seção V – Da Promoção da Resiliência Territorial (Art. 175 ao Art. 189)

- »» As **áreas prioritárias para a resiliência hídrica** são regiões essenciais para garantir água limpa e em quantidade adequada, permitindo a infiltração no solo e a alimentação dos lençóis freáticos. Elas ajudam a manter o fluxo dos rios e a enfrentar secas, enchentes e mudanças climáticas.
- »» A **Rede de Infraestruturas Verdes Regional (IVR)**, compõe um **mosaico** regional estruturado pela articulação de áreas de conservação ou provedoras de **serviços ecossistêmicos** com funções de infraestrutura do bioma Cerrado.



Mosaico: combinação de diferentes tipos de habitats ou paisagens que coexistem numa determinada área.

Serviços Ecossistêmicos: são os bens e benefícios fornecidos pelos ecossistemas à sociedade.

Serviços Ecossistêmicos: são os bens e benefícios fornecidos pelos ecossistemas à sociedade.

Mosaico: combinação de diferentes tipos de habitats ou paisagens que coexistem numa determinada área.

Seção V – Da Promoção da Resiliência Territorial (Art. 175 ao Art. 189)

»» A rede de infraestrutura verde local é formada pelo conjunto de elementos de vegetação, distribuídos dentro das áreas urbanas e das áreas de conexão sustentável, composto por florestas urbanas e demais formações vegetais.

Soluções baseadas na Natureza – SbN: ações que utilizam processos e ecossistemas naturais para enfrentar desafios socioambientais, promovendo a resiliência climática, a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade dos territórios, por meio da gestão integrada de recursos naturais e da restauração ecológica.

Manchas de suporte hídrico: infraestruturas da paisagem responsáveis pela segurança hídrica do Distrito Federal, destinam-se a proteger as áreas de recarga de aquífero.

Corredores ecológicos: porções de ecossistemas interligando unidades de conservação, que possibilitam o movimento da de animais e sementes entre elas.

Manchas de suporte ecológico: traçadas de forma a aumentar a resiliência dos processos ecológicos de suporte do mosaico.



Estratégia de Promoção da Resiliência Territorial

POSSIBILITAR A UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS RENOVÁVEIS

PROMOVER O USO SUSTENTÁVEL DO SOLO E A CONSERVAÇÃO DO CERRADO

PROTEGER E RESTAURAR A BIODIVERSIDADE E OS ECOSSISTEMAS
para manter o equilíbrio da natureza, fornecer alimentos, remédios, água limpa e ar puro, ajudam no enfrentamento das mudanças climáticas.

PROMOVER O USO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

FORTALECER A ECONOMIA CIRCULAR incentivar práticas que reduzem o desperdício e promovem o uso mais eficiente dos recursos naturais.

PROMOVER A JUSTIÇA CLIMÁTICA AO LONGO DO TERRITÓRIO soluções para a crise do clima que também promovam equidade social e direitos humanos.



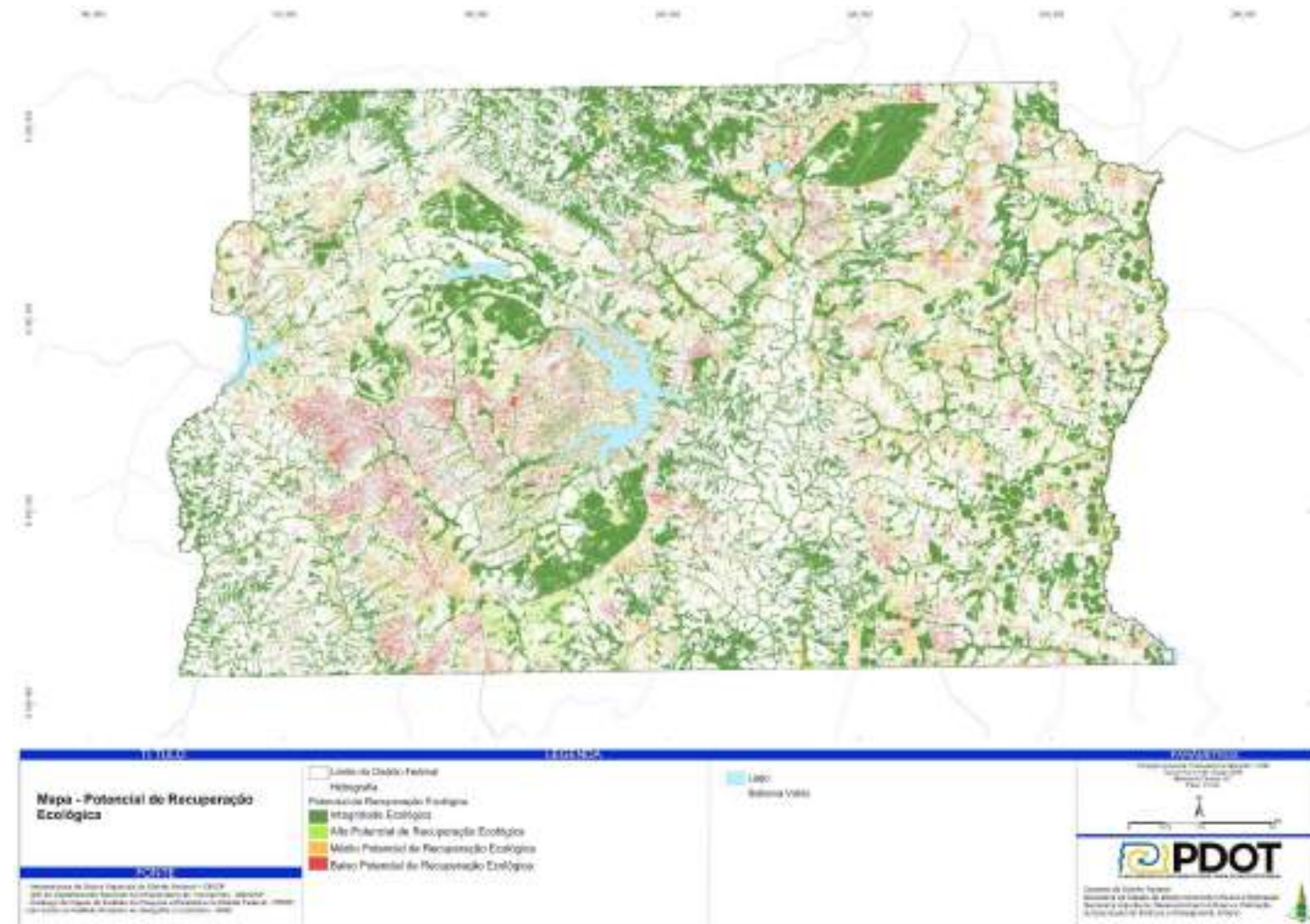
Seção V – Da Promoção da Resiliência Territorial

Potencial de Recuperação Ecológica

O que é o potencial de recuperação ecológica?

Refere-se à capacidade de **regeneração dos ecossistemas** a partir da análise integrada de variáveis ambientais que indicam condições favoráveis à restauração. Para o mapeamento dessas áreas prioritárias foi considerado aspectos como **fluxos de carbono, tendência de acúmulo de água, umidade e matéria orgânica, conectividade ecológica e potencial de provisão de serviços ecossistêmicos**.

Possibilita a visualização de **demandas diferenciadas de recuperação ecológica** que decorrem das formas de uso e ocupação do solo.



Seção V – Da Promoção da Resiliência Territorial

Subseção I - Áreas Prioritárias para Promoção da Resiliência Hídrica

O que está sendo proposto para essas áreas?

São ações que visam assegurar o equilíbrio entre oferta e demanda de água, **preservar mananciais e áreas de recarga**, manter a **conectividade ecológica** e garantir a integridade dos ecossistemas do Cerrado.

Destacando medidas como o uso de **Soluções baseadas na Natureza** (SbN), definição de percentuais mínimos de permeabilidade do solo, recuperação de vegetação nativa e incentivo a práticas produtivas sustentáveis, como agroecologia, agrofloresta e turismo ecológico. Serão previstos incentivos por meio de instrumentos de resiliência territorial



Seção V – Da Promoção da Resiliência Territorial

Subseção II - Rede de Infraestruturas Verdes Local - IVL

É um instrumento estratégico para o planejamento, gestão e manejo da arborização em meso e microescala no território do Distrito Federal.

Voltado ao manejo sustentável das florestas urbanas, articulando-as aos sistemas de espaços livres e às soluções baseadas na natureza, em consonância com a **Rede de Infraestruturas Verdes Regional-IVR** e o **ZEE-DF**.

O PDAU deve integrar os processos ecológicos de suporte, de forma sistematizada e técnica, voltados à **provisão de serviços ecossistêmicos**, estabelecendo **bases técnicas e ecológicas para a implementação dos Refúgios Climáticos** e fortalecendo a integração entre o planejamento urbano, resiliência climática e bem-estar humano.

Devem ser aplicadas também outras soluções baseadas na natureza adaptando-as às infraestruturas pré-existentes, visando o **manejo sustentável das águas pluviais** bem como outras formas de **Adaptações Baseadas na Natureza** juntamente com a arborização dos espaços urbanos.



Seção V – Da Promoção da Resiliência Territorial

Subseção IV - Refúgios Climáticos

São espaços urbanos planejados, para atuar como **zonas de conforto microclimático**, com solo permeável, vegetação adensada, uso de serrapilheira e equipamentos de lazer e convivência.

Eles operam como **núcleos exemplares** da aplicação prática das diretrizes do **PDAU**, onde se relacionam de forma sinérgica, como instrumentos complementares.

As áreas das Regiões Administrativas para sua implantação são definidas priorizando **locais com usos consolidados de esporte, cultura e lazer**, e que apresentem aptidão para o aperfeiçoamento e intensificação da **prestação de serviços ecossistêmicos**, como a melhoria da **permeabilidade do solo**, a melhoria da **regulação microclimática**, **mitigação de ilhas de calor**, aumento da permeabilidade ecológica e do fluxo gênico.



TÍTULO IV – DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA TERRITORIAL

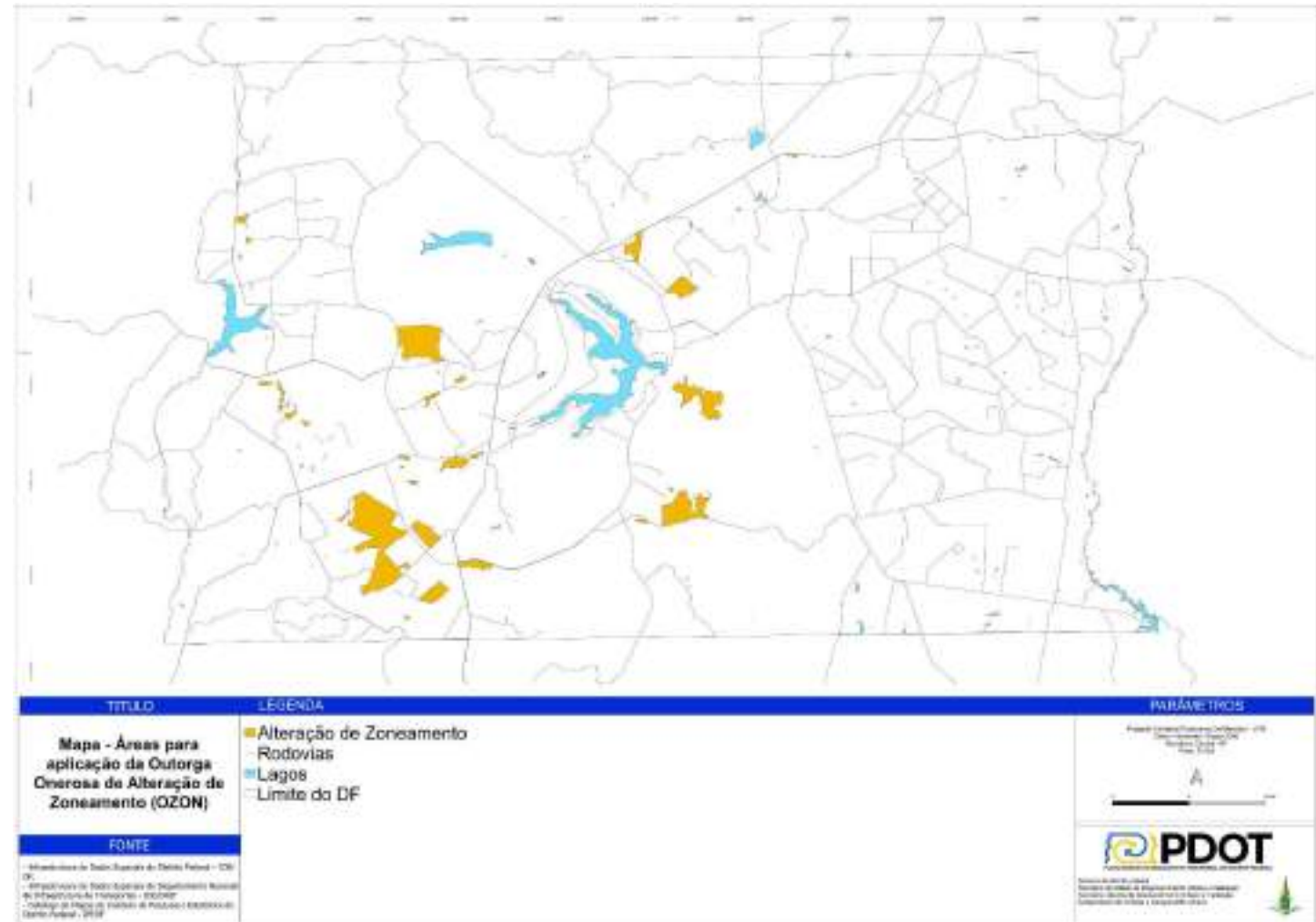
Art. 190 ao Art. 282

CAPÍTULO I – DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO

Art. 193 ao Art. 199

Instrumentos são **ferramentas** para o planejamento, controle, gestão e promoção do desenvolvimento urbano e da resiliência socioambiental.

A aplicação dos instrumentos busca atingir os **objetivos** do Plano Diretor.



CAPÍTULO I – DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO

Os instrumentos de planejamento territorial são aqueles relacionados ao planejamento urbano e às normas que regulam o uso e ocupação do solo.

- »» A **Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS)** define onde e como podemos construir, enquanto o **Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB)** protege nosso patrimônio cultural e histórico.
- »» Os **Planos de Desenvolvimento Locais (PDL)** são instrumentos de planejamento local participativo elaborados conforme a dinâmica e as peculiaridades das diferentes localidades urbanas
- »» O **Plano Distrital de Habitação de Interesse Social (PLANDHIS)** orienta as políticas para garantir moradia digna.



- »» A **Lei de Parcelamento do Solo Urbano** estabelece regras para o parcelamento do solo, garantindo que as áreas urbanas sejam bem planejadas e respeitem o meio ambiente.

CAPÍTULO II – DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS Art. 200 ao Art. 237

Visam assegurar que a propriedade urbana cumpra sua função social e ambiental, promovendo o uso responsável e sustentável do território.



- » Instrumentos indutores da função social da propriedade: **Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios (PEUC), IPTU Progressivo e Desapropriação Mediante Pagamento em Títulos da Dívida Pública.**
- » **Consórcio Imobiliário** viabiliza planos de urbanização ou edificação por meio da qual o proprietário transfere ao Poder Público o seu imóvel.
- » **Direito de Superfície** possibilita ao proprietário conceder, de forma onerosa, a terceiros o uso de imóveis integrantes do seu patrimônio, inclusive do espaço aéreo e subterrâneo.
- » **Termo Territorial Coletivo (TTC)** permite que os moradores sejam donos das unidades e façam a gestão coletiva da posse da terra, que fica em nome da coletividade.
- » **Direito de Preempção** permite que o governo tenha preferência em adquirir um imóvel que seja posto à venda, caso julgue necessário.

CAPÍTULO II – DOS INSTRUMENTOS JURÍDICOS

INSTRUMENTOS DE RECUPERAÇÃO DE MAIS-VALIA



- »» **Outorga Onerosa do Direito de Construir (ODIR) e Outorga Onerosa de Alteração de Uso do Solo (ONALT);**
- »» **Outorga Onerosa de Alteração de Zoneamento (OZON):** viabiliza a recuperação da valorização da terra gerada pela alteração de zoneamento, de rural para urbano;
- »» **Outorga Onerosa de Alteração de Parcelamento do Solo (OPAR):** permite a reformulação do desenho urbano com alteração de usos e parâmetros urbanísticos. Já prevista na Lei de Parcelamento (LC N°1.027/2023) e regulamentada pelo Decreto N° 46.143/2024;
- »» **Contribuição de Melhoria:** contribuição para quando obras públicas valorizam excessivamente os imóveis, assegurando que os benefícios sejam compartilhados.
- »» **A Concessão de Direito Real de Uso** é um contrato administrativo que concede ao Poder Público o direito de transferir a utilização de um imóvel público a um particular.

CAPÍTULO III - DOS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS Art. 238 ao Art. 251

Os Instrumentos Urbanísticos têm como principal objetivo organizar, planejar e direcionar o uso e a ocupação do solo nas cidades.



- »» **Transferência do Direito de Construir (TDC):** possibilita proprietário de imóvel urbano, a exercer total ou parcialmente o seu direito de construir para outro local, por meio de transferência de potencial construtivo.
- »» **Operação Urbana Consorciada (OUC):** Instrumento de intervenção pública com a participação de investidores, que visa alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental.
- »» **Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV):** visa evitar, mitigar ou compensar eventuais impactos prejudiciais à vizinhança, por meio de ações, os impactos gerados por projetos públicos ou privados.
- »» **Compensação Urbanística:** possibilita a regularização e o licenciamento de empreendimentos executados em desacordo com os índices e parâmetros urbanísticos estabelecidos na legislação, mediante compensação em pecúnia.

CAPÍTULO IV – DOS INSTRUMENTOS, RESILIÊNCIA SOCIOAMBIENTAL E TERRITORIAL

Art. 252 ao Art. 279

» **IPTU Sustentável:** incentivo à adoção de práticas sustentáveis no ambiente urbano, por meio da concessão de desconto no IPTU.

» **Crédito de Potencial Construtivo (CPC-Verde):** conversão em potencial construtivo adicional mediante ação de proteção e recuperação ambiental de área comprovada.

↳ Geração de renda socioambientais

» **Pagamento por Serviços Ambientais (PSA):** concede benefícios por serviços ambientais prestados, visando à conservação da biodiversidade e mitigação dos impactos climáticos.

» **Crédito de Carbono:** incentivo à redução de emissões de gases de efeito estufa – GEE e ao aumento do sequestro de carbono no DF.

» **Emissão de Títulos Verdes:** títulos emitidos para viabilizar o financiamento de projetos que promovem o desenvolvimento sustentável do território.

CAPÍTULO V – DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA Art. 280 ao Art. 282

A gestão democrática do Distrito Federal ocorre mediante os seguintes instrumentos:

- I – debates, oficinas e seminários;
- II – consultas públicas;
- III – audiência pública;
- IV – Conferência Distrital das Cidades;
- V – plebiscito;
- VI – referendo;
- VII – órgãos colegiados;
- VIII – programas e projetos de desenvolvimento territorial e urbano de iniciativa popular;
- IX – **orçamento participativo para qualificação de espaço público**, a nível de Região Administrativa.

Orçamento Participativo:

Fica instituído que os CLP poderão deliberar, junto da população, para qual projeto de **Qualificação de Espaço Público** será executado em uma ou mais RA.

Qualificação do espaço público: Refere-se às adaptações necessárias para o funcionamento digno de um território em escala local, como calçadas adequadas, adequação de áreas públicas à permanência e bem-estar humano, adequação para acessibilidade universal, adequações para mitigação climática, sinalização e comunicação visual e presença de instalações artísticas ou engenhos referentes à memória e cultura local.

TÍTULO V – DA GESTÃO DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO

Art. 283 ao Art. 318

CAPÍTULO II – DA ESTRUTURA E DAS ATRIBUIÇÕES DOS SEUS COMPONENTES

Art. 286 ao Art. 297



CONSELHO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL

O Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN) é o órgão colegiado superior do Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (SISPLAN). O colegiado possui função consultiva e deliberativa de auxiliar a Administração Pública na formulação, análise, acompanhamento e atualização das diretrizes e dos instrumentos de implementação da política territorial e urbana.



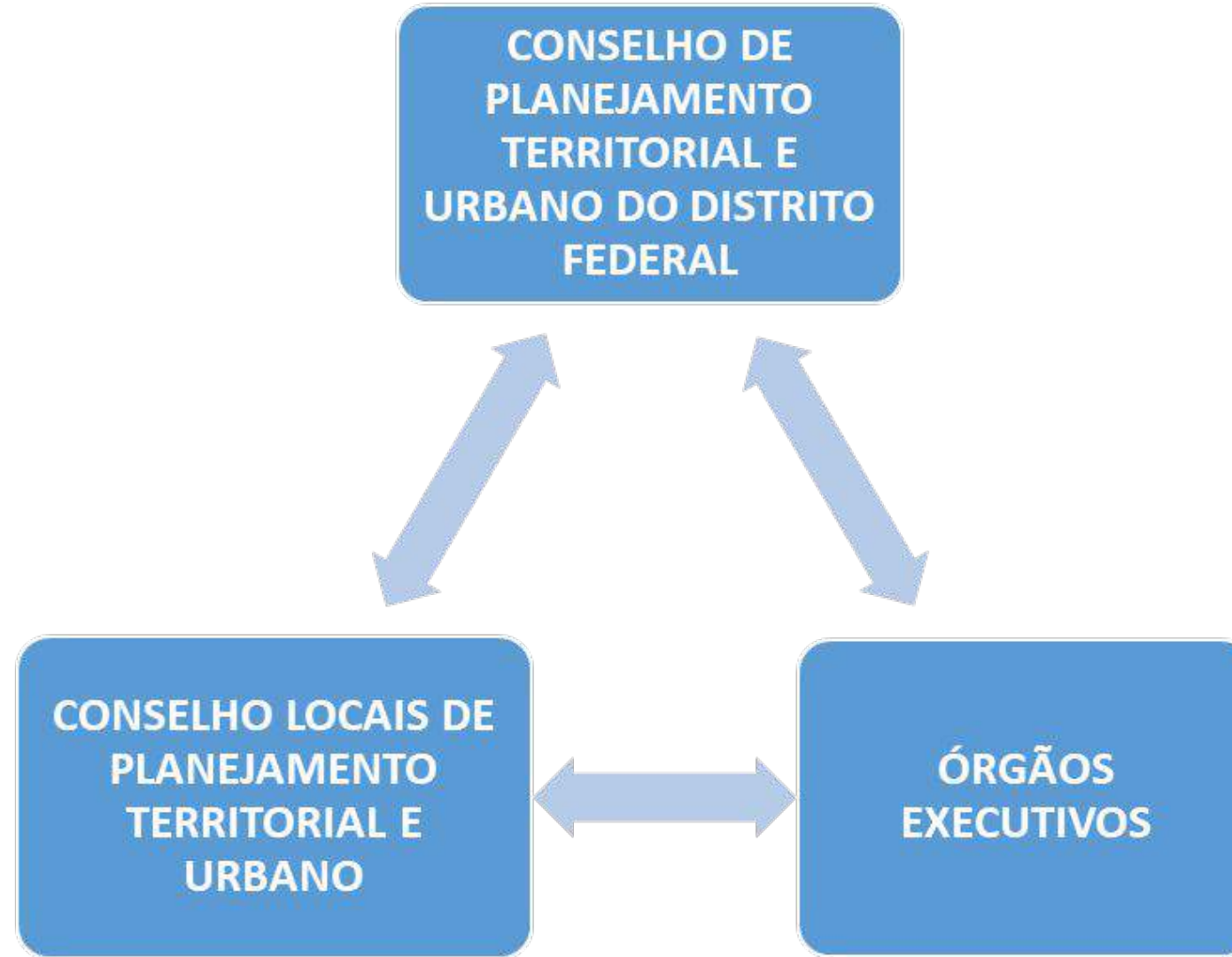
CONSELHOS LOCAIS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO

Os Conselhos Locais de Planejamento Territorial e Urbano – CLP têm por objetivo auxiliar, acompanhar e definir, junto às suas respectivas Administrações Regionais, as questões relativas ao ordenamento territorial, melhorias na infraestrutura básica, resgate de memórias e culturas da sua Região Administrativa.



DEMAIS COMPONENTES DO SISPLAN

Os demais componentes do SISPLAN são as secretarias de governo que tratam do desenvolvimento urbano e habitação, os demais conselhos de outros órgãos cujas questões influenciem no Ordenamento Territorial e as próprias administrações das RA, que devem instituir internamente os CLP



CAPÍTULO III ao V – DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO... Art. 298 ao Art. 311

Sistema de Informação Territorial e Urbana do Distrito Federal

O **SITURB**, o Sistema de Informação Territorial do Distrito Federal compreende as informações referentes ao planejamento, ordenamento e gestão territorial e urbana.

Sistema Cartográfico do Distrito Federal

O **SICAD**, o Sistema Cartográfico do Distrito Federal constitui a referência cartográfica oficial obrigatória para os trabalhos de topografia, cartografia, demarcação, estudos, projetos urbanísticos, controle e monitoramento do uso e da ocupação do solo do Distrito Federal. Essa é a base cartográfica oficial do Distrito Federal.

Cadastro Territorial Multifinalitário

O **CTM**, Cadastro Multifinalitário, é o cadastro de todas as informações referentes a uma **Parcela Cadastral**, de todo os temas de que trata o governo, dispostos de forma georreferenciada, ou seja, sobre um mapa com informações geográficas precisas.

CAPÍTULO VI – DO MONITORAMENTO E DO CONTROLE DA POLÍTICA TERRITORIAL

Art. 312 ao Art. 318

Monitoramento e Controle da Política Territorial

Para garantir o controle da sociedade sobre a implementação das estratégias e instrumentos do PDOT, estão propostas duas instâncias:



Observatório Territorial

O **Observatório Territorial** é a instância interna ao governo, na qual serão estudadas e definidas as formas de avaliar a implementação das estratégias e instrumentos do PDOT.



Governança Territorial Participativa

A **Governança Participativa** é a instância participativa, na qual grupos de diversos representantes da sociedade civil deverão acompanhar e monitorar os trabalhos do observatório territorial e propor melhorias.

TÍTULO VI – DA FISCALIZAÇÃO, DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES

Art. 319 ao Art. 326

TÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 327 ao Art. 334

É HORA DE PARTICIPAR!

Por **ordem de inscrição**:

- **5** minutos para **representantes** de entidades
- **3** minutos para manifestações **individuais**



TEMPO RESTANTE:

05:00

mins: secs: type:

 Breaktime for PowerPoint by Flow Simulation Ltd.

Pin controls when stopped ☒

É HORA DE PARTICIPAR!

Por **ordem de inscrição**:

- **5** minutos para **representantes** de entidades
- **3** minutos para manifestações **individuais**



TEMPO RESTANTE:

01:00

Start Stop Reset mins: 1 secs: 0 type:
None ▼

⚠ Breaktime for PowerPoint by Flow Simulation Ltd.

Pin controls when stopped ☒

É HORA DE PARTICIPAR!

Por **ordem de inscrição**:

- **5** minutos para **representantes** de entidades
- **3** minutos para manifestações **individuais**



TEMPO ESGOTADO!
FINALIZE A SUA
MANIFESTAÇÃO.

É HORA DE PARTICIPAR!

Por **ordem de inscrição**:

- **5** minutos para **representantes** de entidades
- **3** minutos para manifestações **individuais**



TEMPO RESTANTE:

03:00

Start Stop Reset mins: secs: type:
 ▼

 Breaktime for PowerPoint by Flow Simulation Ltd.

Pin controls when stopped ☒

É HORA DE PARTICIPAR!

Por **ordem de inscrição**:

- **5** minutos para **representantes** de entidades
- **3** minutos para manifestações **individuais**



TEMPO RESTANTE:

01:00

Start Stop Reset mins: 1 secs: 0 type:
None ▼

 Breaktime for PowerPoint by Flow Simulation Ltd.

Pin controls when stopped ☒

É HORA DE PARTICIPAR!

Por **ordem de inscrição**:

- **5 minutos** para **representantes** de entidades
- **3 minutos** para manifestações **individuais**



TEMPO ESGOTADO!
FINALIZE A SUA
MANIFESTAÇÃO.

Agradecemos!



www.pdot.seduh.df.gov.br

Secretaria de Estado
de Desenvolvimento
Urbano e Habitação



URBTEC™



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h

PARTICIPANTES

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Ronaldo dos Santos	63608944168		RA (RESIDÊNCIA): Paranoá Telefone: 61995248169 E-mail:
2	Edelso Bouballo	29959848149		RA (RESIDÊNCIA): Paranoá Telefone: E-mail:
3	Mário Medeiros Costa da Silva	385534609		RA (RESIDÊNCIA): Estrutural Telefone: E-mail:
4	Carlos José da Silva	3020886272		RA (RESIDÊNCIA): Rincão Fundo 9 Telefone: 61982433825 E-mail:
5	Marcos Vinícius Marques	02562406100		RA (RESIDÊNCIA): Lago Norte Telefone: 61999093337 E-mail: mrcosviniciusmarques@gmail.com
6	Marcia de Jesus de	61963704134		RA (RESIDÊNCIA): Planaltina Telefone: E-mail:
7	Erondina Figueiredo Gomes	61996267466		RA (RESIDÊNCIA): CAUBI Telefone: E-mail: nada
8	Sora Lima M. do Carmo	06641901198		RA (RESIDÊNCIA): Sudoeste Telefone: 61993205598 E-mail: sora.lima@gmail.com



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data: 28 de junho de 2025 (Sábado)

Horário de Início: 9h

PARTICIPANTES

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Marcosley Alves Barbosa	82850377172		RA (RESIDÊNCIA): <u>Koramba</u> Telefone: <u>61 992238655</u> E-mail: <u>Alfari@gmail.com</u>
2	Keli Vivia Campelo	803.710.511.34		RA (RESIDÊNCIA): <u>Ponte Alta Pond Dubai</u> Telefone: <u>51988141030</u> E-mail: <u>Rua Badabulla II (Bar. SG.A</u>
3	Joaquim V Campos	90700599100		RA (RESIDÊNCIA): <u>MONTA L D</u> Telefone: E-mail:
4	Carlos F. dos Santos	664.536.153.04		RA (RESIDÊNCIA): <u>Setor Unico Costa</u> Telefone: <u>61 36203-2999</u> E-mail:
5	João da Silva Araújo	08856329581		RA (RESIDÊNCIA): <u>Reatios Fundos</u> Telefone: <u>61 998584840</u> E-mail: <u>joaoaraujo@igmail.com</u>
6	Luci Lúcia Bessaia	21012330153		RA (RESIDÊNCIA): <u>PLANALINA</u> Telefone: <u>61 90658-0016</u> E-mail:
7	Angélica N. de Brito	705065901-00		RA (RESIDÊNCIA): <u>Pedra Grande II</u> Telefone: <u>61 992030462</u> E-mail: <u>angelica_ggre@gmail.com</u>
8	Wallace dos Santos Nunes	05604919560		RA (RESIDÊNCIA): <u>Planaltina</u> Telefone: E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Cecília Bartholo de Oliveira	149961.031-91		RA (RESIDÊNCIA): NRCT, Trilhos, Quadra 005, Lote 001, Lago Norte Telephone: (61) 998464242 E-mail: bartholocabr@igmail.com
2	Alisona Urzer Barcha	61.99913.3555		RA (RESIDÊNCIA): Telephone: E-mail: ~~alisona@igmail.com~~
3	Juliana Alves de Silva	99079955168		RA (RESIDÊNCIA): Rua Delibech 18, Estúdios Telephone: 61 992191414 E-mail: julianaalves011@gmail.com
4	Maria Luiza Raffaelli	52374939049		RA (RESIDÊNCIA): Bda Vista 39/40 ca 1 Telephone: 61 999062208 E-mail: maria.luiza.raffaelli@gmail.com
5	Ademilton B. Oliveira			RA (RESIDÊNCIA): Telephone: 61 986095695 E-mail: taxidito@gmail.com
6	Ana Paula R. Snaqem	039.949.411-43		RA (RESIDÊNCIA): Jardim Vitória Telephone: 995574012 E-mail: anapaulaapi@gmail.com
7	Katrina P. Monções Centro Cultural Dragoneiro	13944070259 07643359000170		RA (RESIDÊNCIA): Telephone: 61 - 985920510 E-mail: danconcarante2006@gmail.com
8	Daniela Miguel	51618184172		RA (RESIDÊNCIA): Quadra 48, Lote 12 Telephone: 41 992561891 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Monica Maria Santa	06019383806		RA (RESIDÊNCIA): <u>Parque Zelandia</u> Telefone: <u>985777330</u> E-mail:
2	Alencar de Azevedo	COOPARVILLER 38504544134		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: <u>952027721</u> E-mail:
3		382128132		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: <u>902138152</u> E-mail:
4	ALEXANDRE TIAGO	86349961853		RA (RESIDÊNCIA): <u>condom. VIO COAPEVIX</u> Telefone: <u>61986799254</u> E-mail:
5	Catarina L.B. Lemos	406.234 258873605-78		RA (RESIDÊNCIA): <u>Parque Way</u> Telefone: <u>61998415524</u> E-mail: <u>clebslemos3@gmail.com</u>
6	Rones Monteiro de Lima	71487689187		RA (RESIDÊNCIA): <u>BRASILANDIA</u> Telefone: <u>986219124</u> E-mail: <u>RONESRM2@gmail.com</u>
7	Ana Maria Batista Alves	933.042.003.00		RA (RESIDÊNCIA): <u>Chácara Bela Vista 45</u> Telefone: <u>3369068</u> E-mail:
8	Rafael Sérgio de Silva	95133-7728		RA (RESIDÊNCIA): <u>Parque</u> Telefone: <u>61991312728</u> E-mail: <u>RAFAEL.SILVA@GMAIL.COM</u>

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	JOÃO BATISTA DE LIMA	22399003187		RA (RESIDÊNCIA): INCAIA 8 / BAZILAR Telephone: 61 986240921 E-mail: joao@monamo@gmail.com
2	Edson Gabriel de Silva Ferreira	06069593197		RA (RESIDÊNCIA): RA 3 Telephone: 61 985132974 E-mail: edson.gabriel@silva.com
3	Joqueline dos Santos Lima	028365101-61		RA (RESIDÊNCIA): Brasília Telephone: 61 986298851 E-mail: joqui-16@gmail.com
4	Adriano Luiz de Moura	049.545.406-07		RA (RESIDÊNCIA): Rio de Janeiro Telephone: 61 982028021 E-mail:
5	Raimundo D. Augusto	225323151-72		RA (RESIDÊNCIA): Telephone: (61) 93221-4015 E-mail: raimundod2005@gmail.com
6	ROMINA S. HEREDIA	747-864.661-15		RA (RESIDÊNCIA): PARK WAY Telephone: 61 - 983730127 E-mail: romina.s.h@gmail.com
7	Paulucas Kenyatta Lameira	604.568.823-67		RA (RESIDÊNCIA): Paraguará Telephone: 61 9306-6341 E-mail: paulucaskenyatta@gmail.com
8	Weslleyson Rodrigues Silva	03720402163		RA (RESIDÊNCIA): Telephone: E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Clívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	marcos G. S. marista	030 28777796	marcos	RA (RESIDÊNCIA): <u>64413, modelo</u> Telefone: E-mail:
2	Quilici da Silva	724269691-72	Quilici da Silva	RA (RESIDÊNCIA): <u>Carli. VAP. e 100. 2º pº M. 10</u> Telefone: E-mail: <u>compesatimj.00@gmail.com</u>
3	Nalide Pimentel	553.389.841-72	Nalide Pimentel	RA (RESIDÊNCIA): <u>Park Way</u> Telefone: <u>381246611</u> E-mail: <u>nalide.pimentel@gmail.com</u>
4	Clidene da S. Ferreira	724.938.521-87	Clidene da S. Ferreira	RA (RESIDÊNCIA): <u>III</u> Telefone: <u>(61) 98483-8433</u> E-mail: <u>clideneferreira@hotmail.com</u>
5	Paulo César Neves Lima	717.738.511-87	Paulo César	RA (RESIDÊNCIA): <u>III</u> Telefone: <u>61199299-0070</u> E-mail: <u>clideneferreira@hotmail.com</u>
6	Manoela M. Lourenço	229.885.991-49	Manoela M. Lourenço	RA (RESIDÊNCIA): <u>núcleo rural (Gorego)</u> Telefone: <u>99972.1385</u> <u>TOPO</u> E-mail: <u>manoelallalourenco@gmail.com</u>
7	Anna Beatriz da C. Santos		Anna Beatriz da C. Santos	RA (RESIDÊNCIA): <u>C ACHAGAS</u> Telefone: <u>619940.35104</u> E-mail: <u>ANNABEATRIZCOSTASANTOS11@gmail.com</u>
8	Rogério da Costa Santos	14006444168	Rogério da Costa Santos	RA (RESIDÊNCIA): <u>ACHAGAS</u> Telefone: <u>6082442195</u> E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Maria do Rosário Correia Calisto	439.892.683-68	Maria do Rosário	RA (RESIDÊNCIA): São Sebastião Telefone: 61 982093473 E-mail:
2	Wilmara Mª do Vale Santo	275.895.361-72	Wilmara	RA (RESIDÊNCIA): Trevo 9 Telefone: 61 981674689 E-mail: wilmara_maria_dovalesto@gmail.com
3	Ediana de Brito P. Matos	06409696114	Ediana	RA (RESIDÊNCIA): 16 de Setembro Telefone: 61 998696260 E-mail:
4	Regiana Gomes	701166281-20	Regiana Gomes	RA (RESIDÊNCIA): R. Nacional Vale Telefone: 992883444 E-mail:
5	Regina de J. P. de Souza	399352941-00	Regina	RA (RESIDÊNCIA): Brasília Telefone: 61 7.85553761 E-mail: regina_menezes_2022@gmail.com
6	Orlete da Silva Furtosa	80330940104	Orlete	RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
7	Leandro Silva Furtosa	80749968168	Leandro	RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
8	Luiza Rodrigues Santos	07914313122	Luiza R. Santos	RA (RESIDÊNCIA): Taguatinga Sul Telefone: 61 985639555 E-mail: luiza61@gmail.com

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Vitoriano Henrique Xavier	426.298.171-53		RA (RESIDÊNCIA): Porto Alto 244 Telefone: 704 79568291 E-mail: VitorianoHenrique@gmail.com
2	Julia Batista de Souza	506.920.696-00		RA (RESIDÊNCIA): Condomínio Porto Alto Telefone: 61 981250229 E-mail: juliabatista@commodoponte.br
3	Miragda Helena Tavares Chaves	083.613.981-04		RA (RESIDÊNCIA): Park Way Telefone: 061 99833380 117 E-mail: miragda.helena100@gmail.com
4	MARIA TERESA MILANEZ	548.428.087-72		RA (RESIDÊNCIA): NUCLEO RURAL JERIVA Telefone: (61) 984293883 E-mail: teresamilanez@gmail.com
5	FRANCECA VAREJÃO CARNEIRO	209.612.23349		RA (RESIDÊNCIA): 26 DE SETEMBRO Telefone: 6399433010 E-mail: francecavarejo@gmail.com
6	CELESTINO FARIAS JÚNIOR	311.956.406-68		RA (RESIDÊNCIA): NOROESTE Telefone: 93987-7592 E-mail: C
7	LINDOMAR DE SOUZA GOMES	399824831-53		RA (RESIDÊNCIA): BRASÍLIA Telefone: 999983931 E-mail:
8	Aluísio Rodrigues	006694.631.03		RA (RESIDÊNCIA): 26 DE SETEMBRO Telefone: 61 932096321 E-mail: georgiadelas@gmail.com

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	João Carlos Lessa	379571821-59		RA (RESIDÊNCIA): 21 Telephone: 61 991417-11 E-mail:
2	WBERTHYER COSTA DE ARAUJO	359.270.621-72		RA (RESIDÊNCIA): Telephone: (61) 9 9931-8830 E-mail: WBERTHYER ARAUJO@GMAIL.COM
3	Carlos Eduardo de Amorim	035393997-80		RA (RESIDÊNCIA): Telephone: (61) 99812-1204 E-mail: eduardo.amorim@marinho.ri.2.br
4	Fernando Gonçalves	352.374.651-53		RA (RESIDÊNCIA): PLANO ALTO Telephone: (61) 90114-5669 E-mail: gonzalez@gmail.com
5	ERSON LIMA DOS SANTOS	724584501-30		RA (RESIDÊNCIA): NAC 1075 Telephone: 998910066 E-mail: ERSON LIMA DOS SANTOS
6	Luís Brás de Alencar Silva	993-505-641-49		RA (RESIDÊNCIA): Lúcia de Val Telephone: 81.999655057 Estância E-mail:
7	Betche M. Souto	005042581-50		RA (RESIDÊNCIA): Lopa Nete Telephone: 61 981882002 E-mail:
8	Princípio Renato Damasceno	347.226 453.53		RA (RESIDÊNCIA): Príncipe Renato Telephone: 61 991295965 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Inês de Sampaio Pauleo	102.328.931/87		RA (RESIDÊNCIA): NRETI - Lado 3 Norte Telefone: 61-991225000 E-mail: adonofack@gmail.com
2	Francisco Manoel Santos	020.966.144-57		RA (RESIDÊNCIA): São Sebastião Telefone: 9109-7146 E-mail:
3	Domingos Luiz de Jesus	167.119.626,61		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
4	Valdenia Apolito	95745807172		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
5	Wilson de Albuquerque	647998392833		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
6	Clara Lucine J. S.	61903314355		RA (RESIDÊNCIA): Planaltina DF Telefone: 6193314255 E-mail: VF-968136@gmail.com
7	Janaína	203691001-34		RA (RESIDÊNCIA): GAMA D-6 Telefone: 94394160 E-mail:
8	Carlos Felipe Rodrigues de Oliveira	021.103.911-30		RA (RESIDÊNCIA): S. Sebastião Telefone: 61982156641 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Alida R. Oliveira	516615941-15		RA (RESIDÊNCIA): Rua 8 casa 55 Sebastião Telefone: 981917872 E-mail: rathiguarda217@gmail
2	Alida	608058563-81		RA (RESIDÊNCIA): Gama Telefone: 61-99167-2891 E-mail:
3	João Batista dos Silva	06449887429		RA (RESIDÊNCIA): São Sebastião Telefone: 61.992067424 E-mail:
4	ALVARO PEREIRA DA SILVA JUNIOR	223 452 721-04		RA (RESIDÊNCIA): PARK WAY Telefone: 985484152 E-mail:
5	Mora made Sousa Santos	411221203		RA (RESIDÊNCIA): São Sebastião Telefone: 32191358 E-mail:
6	João Antônio Gomes	7840094704		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail: joaantonio.gomes@yahoo.com.br
7	-	-	-	RA (RESIDÊNCIA): São Sebastião Telefone: 61-998158167 E-mail:
8	JOÃO G.C. ACCIOLY	536899.501-63		RA (RESIDÊNCIA): BRASÍLIA Telefone: 61.992887435 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Sorália A.A. de Oliveira	516803431-49		RA (RESIDÊNCIA): São Sebastião Telefone: 93979 1689 E-mail: Soralia.doliveira@gmail.com
2	Gilda Maria da Silva	084867 601-78		RA (RESIDÊNCIA): Povo Novo Telefone: 981 1786 15 E-mail: Gilda.gilmaria@gmail.com
3	Damiano Pereira do Santos	079539 60739		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 99125 6113 E-mail: 67991256113
4	Alaôr Rosa Filho	161399411-72		RA (RESIDÊNCIA): Núcleo Rural do Pátio Telefone: 61 996519546 E-mail: alaorosa@gmail.com
5	Vitor B. de Almeida	281084261-20		RA (RESIDÊNCIA): Núcleo Rural Olhos D'Água Telefone: 61 981240603 E-mail: vitor.bathalozzi@gmail.com
6	Angela M. D. de Paiva	072.240.338-04		RA (RESIDÊNCIA): Núcleo Rural Olhos D'Água Telefone: 61 991887256 E-mail: alivalid16@gmail.com
7	Sandra Regina Teixeira	259106 801-10		RA (RESIDÊNCIA): Park Way Telefone: 9 81413696 E-mail:
8	Patrícia Kwiatkowski	354670.131-34		RA (RESIDÊNCIA): Sudoeste Telefone: 61 994031921 E-mail: Patricia.K@ibram.df.gov.br

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Lucimar Lima de Sousa	245.072.703-97	Lucimar	RA (RESIDÊNCIA): Semanaboa Telefone: E-mail:
2	Marina Silveira de Jesus	66507391115	Marina	RA (RESIDÊNCIA): São Sebastião Telefone: 61 999072178 E-mail:
3	Viviane Souza Rodrigues	033 461631 02	Viviane	RA (RESIDÊNCIA): Cabeceira do Vale Telefone: 61 98355 4756 E-mail: viviane.rodrigues98@gmail.com
4	RICHARD B RUGA	58476237120		RA (RESIDÊNCIA): SPO SEDUH/ST/10 Telefone: 61 99628 4765 E-mail:
5	Lidiana Bantolo de Oliveira	310.218.241-00	L.Oliveira	RA (RESIDÊNCIA): NRCT - Jato Telefone: (61) 99983 7517 E-mail: lidianabantolo@gmail.com
6	Luca da Silva	068068565 21	Luca	RA (RESIDÊNCIA): São Sebastião Telefone: E-mail:
7	Marcelle de Sousa	051685285 19	Marcelle	RA (RESIDÊNCIA): São Sebastião Telefone: E-mail:
8	GUSTAVO JOSÉ SOARES	253 527 388-84	U	RA (RESIDÊNCIA): Plano Pil. Telefone: 61 999123451 E-mail: GUSTAVO.SOARES@IDPM

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Clívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Janeide da Silva Costa	928 811 222-72	Janeide	RA (RESIDÊNCIA): Ceilandia Telefone: 9999 150 94 E-mail:
2	Marcio AUGUSTO B. PAIZIRO	366423 325-87	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): NRC TORO CH 20A Telefone: 61 99688 1560 E-mail: MASPIND@MAIL.COM
3	Humberto LAMMO	038601035-72	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): N.R. Edmundo 21 Telefone: (61) 93222 7700 E-mail: Humberto.Lammo@gmail.com
4	Valdeci Mendes Borges	305 321 991-87	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): Samambuca Sul Telefone: 61 984073110 E-mail:
5	Maria Juliana Chaves	179 477 405/78	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 99115 8205 E-mail:
6	Edaine Cristine F. de Sousa	611. 511-061-00	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): Guara Telefone: (61) 98407 2535 E-mail: edyld@gmail.com
7	Shirley Zamboni R. Machado	031.145.751-70	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): Niche Brindisi (Land) 16x Telefone: 61 99859-1666 E-mail: shirleyzamboni@gmail.com
8	Tucile Longhi	168023761-72	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): L norte- Telefone: 61 999763796 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Carlos A. de O. Quaresma	365.113.801-00		RA (RESIDÊNCIA): Paranoá Telephone: (61) 99603-1343 E-mail: carlosquaresma@hotmai.com
2	Regina Martins Gama	962462191-89		RA (RESIDÊNCIA): S2-mz-mbeia Telephone: 611981696960 E-mail: regina.martinsgama@gmail.com
3	Renato Rodrigues Lima	006.191.421-33 ~~61.985566347~~		RA (RESIDÊNCIA): S2-mz-mbeia Telephone: 61.985566347 E-mail: RenatoRodriguesLima@hotmail.com
4	Comila Ulmeide dos Santos	031.644.601-71		RA (RESIDÊNCIA): Solradimbo Telephone: 61991161080 E-mail: comila.feroz12@gmail.com
5	Alberto Meireles	116.096.301-06		RA (RESIDÊNCIA): Telephone: 61.99650.97.91 E-mail:
6	Cléia Gomes da Silva	026.953.41565		RA (RESIDÊNCIA): BKM 20 km D (Cidade Nova) Telephone: 16119.9.9.2538.9.9 E-mail: cleia.gomes.silva@gmail.com
7	MOZART OLIVEIRA	143822331-4		RA (RESIDÊNCIA): SMPW Q.19, CT.2, L.3-A Telephone: 61981184168 E-mail:
8	EDSON CURTO	309041026-53		RA (RESIDÊNCIA): P. WAX Telephone: 98122-5048 E-mail: edson.curto@gmail.com

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Bosimere M. A. Vaden	830358346-22		RA (RESIDÊNCIA): <u>30x adinho 2</u> Telefone: <u>61 936660301</u> E-mail:
2	Clema V. Soares	21720650802		RA (RESIDÊNCIA): <u>Gerana</u> Telefone: E-mail:
3	Eudes J. Silva	400493371-49		RA (RESIDÊNCIA): <u>RUA DO FUNDO</u> Telefone: <u>61 985746323</u> E-mail:
4	Oswaldo Bataglini	935654888-91		RA (RESIDÊNCIA): <u>SMPV - PARK WAY</u> Telefone: <u>9 81515425</u> E-mail:
5	Dalma Calaz de Silva Jr	65831861104		RA (RESIDÊNCIA): <u>Taqualinea</u> Telefone: <u>61 985966161</u> E-mail:
6	Rafaela Menezes	073-357-733-97	<u>Rafaela</u>	RA (RESIDÊNCIA): <u>Jardim Vitória</u> Telefone: <u>9</u> E-mail:
7	Marcio de Moraes	70171114 94		RA (RESIDÊNCIA): <u>QNM osange 15 78</u> Telefone: E-mail:
8	Vera Lúcia B. N. Dantas	02644010110		RA (RESIDÊNCIA): <u>Park Way</u> Telefone: <u>997 811869</u> E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2. Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	JOSE ARAUJO NETO	182120181-72		RA (RESIDÊNCIA): SOBADINHO Telefone: E-mail: JOSEARAJO@GMAIL.COM
2	Gracima C. Bernardino	60210435100		RA (RESIDÊNCIA): CRUZEIRO, Gama Telefone: 381812462 E-mail:
3	MARCELO JONÉ L. DE FREITAS	646689081-34		RA (RESIDÊNCIA): Gama Telefone: 61991351015 E-mail:
4	Anaíria L. Andreoli	709957451-53		RA (RESIDÊNCIA): S. Sebastião Telefone: 61992107581 E-mail:
5	Fabian AB da Silva	69647747187		RA (RESIDÊNCIA): ESTRUTURA Telefone: 61996897615 E-mail: CARREIRA DO VALE
6	Giulio Matta	289614631-87		RA (RESIDÊNCIA): PU Telefone: 98956-6006 E-mail: gu
7	Edelma B. S.	00875500161		RA (RESIDÊNCIA): São Sebastião Telefone: E-mail:
8	Ernando Carlos dos Santos	04315774106		RA (RESIDÊNCIA): São Sebastião Telefone: 61989883163 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	ELIANA KLARMANU	363379590-00		RA (RESIDÊNCIA): L VOREP Telefone: 99267 9989 E-mail: elianaklarmann@gmail.com
2	Francisco Henrique	113319921-68		RA (RESIDÊNCIA): B. D. Tamarit Telefone: 992796882 E-mail:
3	Aurora de S. Rêgo	78073863120		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 61 985752786 E-mail: I
4	Isabel Cristina da L. Sousa	726.925.101.00		RA (RESIDÊNCIA): Uelândia Norte (Setor D) Telefone: 61.985456270 E-mail: isabelcristina.030@gmail.com
5	Adriana Aparecida	90154339172		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
6	Rosirildo P. Parente	864903401-15 ~~7122~~		RA (RESIDÊNCIA): Gitor achagor Telefone: 98564 8850 E-mail:
7	Dhangmonys A.F. Silva	619293011.20		RA (RESIDÊNCIA): SMPW Telefone: 99283 0230 E-mail: dhangmonys@hotmail.com
8	Conselo S. Sampaio	61978177109		RA (RESIDÊNCIA): BPC ofu Telefone: 61 98177109 E-mail: Conselo.Sampaio@bpcparan

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Maria Helena S. de Sales	509 710 341 68		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 998 4935 37 E-mail:
2	Quilô	046.268.501-20		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 99984-1446 E-mail:
3	Silvinha Cardoso	118 500 43 191		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 61/981814029 E-mail:
4	Zatuniel Zoube	261.890.001-58		RA (RESIDÊNCIA): Amiguelinas Telefone: 999711996 E-mail:
5	Volante	42879817153		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
6	Paulo Affonso	050 941 079-46		RA (RESIDÊNCIA): Ponto Alto - Gama Telefone: 11 98653-1297 E-mail: pauloaffonso@ig.com.br
7	Salvino P. Lopes	046 707 131 40		RA (RESIDÊNCIA): Cabeceira do Vale Estreito Telefone: 61 98710 7421 E-mail: LOPESEBOM@GMAIL.COM
8	LUISMAR Nunes da Mota	858 764 371-15		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Grinle Carvalho	83010505191		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
2	Marciano Reis da Silva	69927546120		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
3	Melchior Barbosa Cordeiro	00298305102		RA (RESIDÊNCIA): Estrada do Vale, Est. 10 Telefone: 986715172 E-mail:
4	Danilo Afonso	6195954134 981392027		RA (RESIDÊNCIA): SMPW Telefone: 981392027 E-mail: daniloafonso131@gmail
5	Rosileide	63817996134		RA (RESIDÊNCIA): SMPW Telefone: 61973866622 E-mail: rosileide10@yahoo.com.br
6	Quintiliano de Almeida	324169081-53		RA (RESIDÊNCIA): POUCE AMT Telefone: (61) 98659-7864 E-mail: CLAUDIO DE ALMEIDA @GMAIL.COM
7	Fernando Almeida	935624462		RA (RESIDÊNCIA): ESTRELA Telefone: 995624462 E-mail:
8	Edson Lourenço Silva	61983371398		RA (RESIDÊNCIA): Labirinto do Vale Telefone: 61983371398 E-mail: edsonlourenco@gmail.com

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	José Bonalvin N. Silva	387.319.080-04		RA (RESIDÊNCIA): Lago Norte Telefone: 61.917.32.9418 E-mail: josebonalvin@ig.com.br
2	Raimundo C. de Mota	357.680.951-04		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
3	Claudio Diniz de S. Viana	505.563.091-87		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 984.69.6811 E-mail:
4	Luiz Lima	368.157.058-20		RA (RESIDÊNCIA): V. Bonita. Telefone: 9820.6976 E-mail: lena@ig.com.br
5	Maria Pereira	154.286.561-15		RA (RESIDÊNCIA): V. Bonita. Telefone: 9.950.87767 E-mail: licavb@ig.com.br
6	Randolph M. Chaves	274.017.991-72		RA (RESIDÊNCIA): Acs. Jardins Ananias Telefone: 9963.91944 E-mail: randolph_cue@ig.com.br
7	Roberto José Ferreira (Café)	076.69.87400		RA (RESIDÊNCIA): ~~Residência~~ Telefone: 61.913.131903 E-mail: roberto@ig.com.br
8	Michelle Pinto	028.655.46586		RA (RESIDÊNCIA): SCS Sebastião Telefone: 61.99.99.7221 E-mail: michelle.pinto@ig.com.br



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h

PARTICIPANTES

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Rafael do Sangre Funes	012.413.191-39		RA (RESIDÊNCIA): GUARÁ I Telephone: (61) 982920381 E-mail: TECNICO@guarai.com.br
2	Francisco Gilvan P. da Silva	563577618-68		RA (RESIDÊNCIA): Telephone: E-mail: ASAM@PB2.com.br
3	Milton Lopes da Silva	265456671-49		RA (RESIDÊNCIA): Pontalândia Telephone: 61 985854289 E-mail:
4	Anna Luiza M. da Conceição	05261455370		RA (RESIDÊNCIA): RUA 91 Telephone: 61 991958527 E-mail:
5	Maria Fátima de Oliveira	09473513291		RA (RESIDÊNCIA): Telephone: E-mail: faturado@ti-faces.com
6	Redomeli Maria de Souza	60)371745-87		RA (RESIDÊNCIA): Graça modeto Telephone: E-mail:
7	WANDERLEY CARVALHO COSTA	781331832-77		RA (RESIDÊNCIA): TAGUATUBA SUL Telephone: (61) 982361654 E-mail: WANDERLEY.CARVALHO@taguazul.com.br
8	Samuel R. Carvalho	92127339134		RA (RESIDÊNCIA): Associação (Vizinha) 9000 Telephone: (61) 955065244 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	JOSE MOREIRA	37008838115		RA (RESIDÊNCIA): FLAMALTINA DF Telefone: 61 991263516 E-mail:
2	RIVALINO RODRIGUES	23877998153		RA (RESIDÊNCIA): CONJ. S. VITORIA II Telefone: 991352607 E-mail:
3	Ruyter Jose de Medeiros	56412225100		RA (RESIDÊNCIA): CONJ. S. VITORIA II Telefone: 99983450 E-mail:
4	Walter Mangues	718725401-63		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 61 785010353 E-mail:
5	Oliver da Silva	75077388334		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 01981047573 E-mail:
6	João Vitor M	37135309391		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
7	Alice M. Sena	279373701-63		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
8	Sandra Alves Sales de Souza	516180601-04		RA (RESIDÊNCIA): Rio de Janeiro II Telefone: E-mail: SANDRAALVESCC@GMAIL.COM

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 26 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Vitor Barrozo	515053930-53		RA (RESIDÊNCIA): Subordinado Telefone: 61 996582604 E-mail: VITORBARROZO303@gmail.com
2	Aliton Silva	014129031-80		RA (RESIDÊNCIA): 17 Telefone: 999883495 E-mail: aliton.silva@prol.com
3	Francisco Otonari	2193339 67172		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 61 991131075 E-mail:
4	Maria Jomélia de Sousa Ramos	9.998135 1726		RA (RESIDÊNCIA): Ceilandia Telefone: E-mail:
5		—	—	RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
6	Gláucia G. Soares Melo	084540 93524		RA (RESIDÊNCIA): Bairro de Estância Telefone: 61 9740 14752 E-mail:
7	Quimero de Jesus	047.415401-70		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 61985805563 E-mail:
8	Aluísio B. Maciel Rodrigues	002916851-10		RA (RESIDÊNCIA): Jardim Vitória Telefone: 611981513060 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Ana Telles dos Santos	647484727-15	Ana Telles	RA (RESIDÊNCIA): CA BECEIRA SOUZA Telefone: 871 9 9230 4987 E-mail:
2	Daniela R. de Paiva Proença	721.259.501-20		RA (RESIDÊNCIA): 66 38000000 0552 Telefone: (61) 9 8646 0486 E-mail: danilapnproenca@gmail.com
3	Lidmila de Araújo Correia	000179.321-73		RA (RESIDÊNCIA): Ceilândia Telefone: 61 9 9974-7429 E-mail: lidmila.correia@gmail.com
4	Danilson de Paula	726539061-04		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
5	Dayre L. Carvalho	709674501-62		RA (RESIDÊNCIA): Candonga/Planície Telefone: 61 99944-6334 E-mail: dayre.lc@gmail.com
6	Nicolau de Melo Santos	08320252142		RA (RESIDÊNCIA): Rocha Faria Telefone: 61 99242 8886 E-mail: nicolau87delmelo@gmail.com
7	Valdenia Viana da Silva	245 023 161 72	Valdenia	RA (RESIDÊNCIA): PLANÁLTIN II Telefone: E-mail:
8	Amadeu K. Ribeiro da Silva	60486502309	Amadeu	RA (RESIDÊNCIA): 671 TL 26800000 Telefone: 61 98337 8806 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Carlos José da Silva			RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 61 984573647 E-mail:
2	ROGERIO S. SILVEIRA Administrador	296729531-00		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 61 99974-1730 E-mail: RSSBANBAND@GMAIL.COM
3	Ruan Carlos Des. Holanda	6951445104		RA (RESIDÊNCIA): IX Telefone: 61 986413595 E-mail: rcs.holando@gmail.com
4	Magna Adriana Costa	444565731-04		RA (RESIDÊNCIA): Fátima Telefone: 999041516 E-mail: magna.veloz@unimontes.edu.br
5	MICHAEL CAVALHO DE ALMEIDA	004 889 061.73		RA (RESIDÊNCIA): CABECEIRA DO VALÉ Telefone: 61 985038842 E-mail: MICHAELCAVALHO@GMAIL.COM
6	Diogenes Ribeiro	855.8393.921.72		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 61 984423450 E-mail: diogenes.ribeiro@unimontes.edu.br
7	Cléusa Maria da Silva	428.466.841.20		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 986239028 E-mail:
8	Suzete Moraes Silva	237215103.72		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 91668801 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	EDMILTON DOS SANTOS PEREIRA	037.637.501-17		RA (RESIDÊNCIA): RIACHO FUNDO E Telefone: (61) 9912187640 E-mail:
2	Joany D Gomes	635402891-68 1271954 DF		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 381537434 E-mail:
3	EDVALDO F. LIMA	014915421-82		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
4	Divino Marcos	386078831-00		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
5	Elizane Numa de A. Silva	218779748-11		RA (RESIDÊNCIA): Ceilândia Telefone: (61) 995952704 E-mail:
6	Heitor M. Kanabrag	144238551-00		RA (RESIDÊNCIA): Riacho Fundo I Telefone: 994062055 E-mail: HeitorKanabrag@gmail.com
7	Rosa Maria Rodrigues Pinto			RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
8	João Henrique Soares	042245.121-57		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Claudio Henrique Salazar	092.676.831-01	Claudio Henrique	RA (RESIDÊNCIA): Lucia Costa Telefone: 62 9212 1932 E-mail:
2	Kerwyn Rafael P Batista	071.245.271-04	Kerwyn	RA (RESIDÊNCIA): LUCIO Costa Telefone: 61 98407 2493 E-mail:
3	Roberto Rêgo	488.021.761-49	Roberto Rêgo	RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
4	Samuel Gomes de Sá	856.620.611-15	Samuel	RA (RESIDÊNCIA): (13410) Bloco A Telefone: 61 99252 5435 E-mail: FERNANDES@GMAIL.COM
5	João Francisco Nito	985641071	João	RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail: via do ferreiros em a cu
6	Francisca Guedes Batista	983838014	FGB	RA (RESIDÊNCIA): 702 do Sol Telefone: 61 98383 3017 E-mail:
7	Evans Santana de Silva	97452518197	Evans Santana de Silva	RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail: Evansia
8	Ailton Rocha Nobrega	9.9976 9500	Ailton	RA (RESIDÊNCIA): Park Way Telefone: 61 99977 3505 E-mail: Ailton NOBREGA@TEMA.COM.BR

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	JOSE NILTON FERREIRA PINHA	00332718314		RA (RESIDÊNCIA): São Sebastião Telefone: E-mail:
2	Augusto de F Costa	003.955.833-75		RA (RESIDÊNCIA): INCKA 02 Telefone: (61) 98599-5839 E-mail:
3	Sarah S Costa	068.238.941-21	Sarah S Costa	RA (RESIDÊNCIA): Deter Inflammaris Telefone: 068.238.941-21 E-mail: SarahCosta
4	Jaime Amorim	024.044.935-58	Jaime Amorim	RA (RESIDÊNCIA): Seta chao. Lúcio Pato Telefone: (61) 98638-8424 E-mail: JaimeSalles0512@gmail.com
5	TAHAN GOMES DA SILVA	025.509.403-50	Tahan B	RA (RESIDÊNCIA): CEILÂNDIA - PSUL Telefone: (61) 9.9286-9468 E-mail: TAHAN640@GMAIL.COM
6	Antonia Rodriguez de Bora	276024481-84	Antonia	RA (RESIDÊNCIA): Jardim Botânico Telefone: 999483198 E-mail:
7	Elvied B. Oliveira	239916481-15		RA (RESIDÊNCIA): Alto do Cruzeiro Telefone: 993305069 E-mail:
8	Normandy dos Santos	055.545.246.80		RA (RESIDÊNCIA): Alto do Cruzeiro Telefone: 619.8293.0832 E-mail: normandykennedy@outlook.com

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Ale Rodrigues	122445036-15		RA (RESIDÊNCIA): PARK WAY Telephone: 99909-0095 E-mail: alexrodriguesviana@hotmail.com
2	Miriam Silva			RA (RESIDÊNCIA): Telephone: 998540016 E-mail:
3	Antonio Carlos de Avila	121022531-04		RA (RESIDÊNCIA): Cond. Solar da Jéssica - V22 23 Telephone: 61-921152185 E-mail: acdaavila@gmail.com
4	Amareli de F. Bonas	2487245186		RA (RESIDÊNCIA): CAMPUS VILA SOLAR Telephone: 123456789 996594206 E-mail:
5	Suelly Meide Figueiredo Aguiar	861521933-49		RA (RESIDÊNCIA): Alto Kanagaa Telephone: 619812789970 E-mail: sfoquin2@yahoo.com.br
6	Angela Gibrano P. dos Santos	867.427.951-15		RA (RESIDÊNCIA): Telephone: E-mail:
7	DIOGO ROCCO RIBEIRO	041495.581-11		RA (RESIDÊNCIA): GEILÂNDA Telephone: 6199196-4221 E-mail: riberodrocco@gmail.com
8	Felipe Brondão Landim	41090837100		RA (RESIDÊNCIA): Riacho Fundo 1 Telephone: 61982017857 E-mail: felipebrondao@gmail.com

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Jana Gonçalves/antes	042 737 521 69		RA (RESIDÊNCIA): <u>Paulândia</u> Telephone: <u>993724909</u> E-mail: <u>janagconcalves032016@gmail.com</u>
2	Maria Madalena Vazquez Santos	007 915 385-24		RA (RESIDÊNCIA): <u>Silveira</u> Telephone: <u>92570194</u> E-mail:
3	Juanildo Reis Soares	94063648320		RA (RESIDÊNCIA): <u>Jordan Vitorio</u> Telephone: <u>61981639676</u> E-mail:
4	Jonas Otmar M. Rocha	029120311-68		RA (RESIDÊNCIA): <u>Canilândia</u> Telephone: <u>99984.9703</u> E-mail: <u>Jonas.Monte@gmail.com</u>
5	Jonas Gilberto Ribeiro da Silva	186 386.191-20		RA (RESIDÊNCIA): <u>Parque Way</u> Telephone: <u>61-99855.4110</u> E-mail: <u>gilbertoribeiro@gmail.com</u>
6	Maria Leticia Silva	553 504 021-53		RA (RESIDÊNCIA): <u>de Barros</u> Telephone: <u>9933362.442</u> E-mail: <u>marileticasilva@gmail.com</u>
7	Adão Fereira de Souza	34504132172		RA (RESIDÊNCIA): <u>S. Sebastião</u> Telephone: <u>61999160345</u> E-mail:
8	Cláudio SALGADO	003 241.018.20		RA (RESIDÊNCIA): <u>João Batista</u> Telephone: <u>61 99219.7731</u> E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	RENATO VALÉRIO DOS SANTOS	054 930 481 91		RA (RESIDÊNCIA): Plano Piloto Telefone: E-mail:
2	Querson Evêdo Araújo	019 833 901 19		RA (RESIDÊNCIA): QUA 20 COLCEI Telefone: 99 2328.05 E-mail: R.ES.05@HOTMAIL
3	Estermeco Pereira	09301500159		RA (RESIDÊNCIA): PLANALTO Telefone: 99 2360603 E-mail:
4	Mayara Buena	095.367.651-22	Mayara Buena	RA (RESIDÊNCIA): São Sebastião Telefone: 61-99516-8032 E-mail:
5	Didiano Goldino da Silva	956.99953193	Didiano Goldino	RA (RESIDÊNCIA): 61991685384 Telefone: 993198385 E-mail: didiano@provaeducacional.com.br
6	Gervânio Feliano	691088571-87		RA (RESIDÊNCIA): Sol Absente Telefone: 61 99996 0697 E-mail:
7	Hidelcino da Conceição	14072210502	Hidelcino	RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
8	Luís R. de Souza	114 415 691-20		RA (RESIDÊNCIA): QUA 3 CH 27 C/8 Telefone: 99 85352062 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	MATIAS BENIZ VILGAS	195-730-531-00		RA (RESIDÊNCIA): Flamarionia Telephone: 61 991372321 E-mail: matiasbenizvilgas@gmail.com
2	Selma Dornelas de Sousa	062 964586		RA (RESIDÊNCIA): Brasília de Jelinek Telephone: 993619263 E-mail:
3	Stefany Brandão da Silva	06400535136		RA (RESIDÊNCIA): Ceilândia-DF Telephone: 999065910 E-mail:
4	Emilio Batista de Carvalho	05117314182		RA (RESIDÊNCIA): Águas Paraisópolis Telephone: 61 991685236 E-mail: emiliobatista@outlook.com
5	Shemmyfer Costa Rêgo	07746815197		RA (RESIDÊNCIA): Ceilândia Telephone: 61 986643034 E-mail: shemmyfercosta106@gmail.com
6	Vitorino de 126	414372091191		RA (RESIDÊNCIA): Telephone: 61 993667570 E-mail: Vitorino126@gmail.com
7	Hamila Barbosa	98854801101		RA (RESIDÊNCIA): Park Way Telephone: 991810764 E-mail: daanjo12@hotmail.com
8	Marcos de A. Miranda	620 093701 04 ~~983856766~~		RA (RESIDÊNCIA): Samambaia Telephone: 61 983836766 E-mail: m2miranda@outlook.com

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Cláudia de Souza	821.090-061-81	Cláudia de Souza	RA (RESIDÊNCIA): 50444810-512 Telefone: 061-29532-4425 E-mail: DOT.CLAUDIA30@TESOUROAMERICANO.COM
2	ERSON R. CARVALHO	444532971-00	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): 04444810-512 Telefone: 61.949765496 E-mail: ERSONR@HOTMAIL.COM
3	STEFFEN CHAVES SOUTO	008747431-09	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): 1111111111111111 Telefone: 61.982026422/91654357 E-mail: STEFFEN.CD@HOTMAIL.COM
4	Marcelo Fagundes	691649401-87	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): Noloeste Telefone: 996492802 E-mail:
5	Roberto Kelly da Cruz	01697509495 61998631153	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): Raimundo Fátima Telefone: 61.998631153 E-mail: RobertoK383@gmail.com
6	Eliziane M. Costa	62955043387	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): Miera 06 Brasília Telefone: 61.996474206 E-mail:
7	Nelma Teixeira de Paiva	03884284-42	Nelma Teixeira	RA (RESIDÊNCIA): Tereza Vitoria Telefone: 61.98159468 E-mail:
8	Thalyta Morris Vogt Ribeiro	031657641-43	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): Caub F Telefone: 61.988071619 E-mail: thalytavogt@gmail.com

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Maria Julia Pereira de Souza	301570791-34		RA (RESIDÊNCIA): R. Santa das Encostas Telefone: 61 992523724 E-mail: padhcmrceof@gmail.com
2	JOSE M ^{te} A-SANTOS	086921221-49		RA (RESIDÊNCIA): CGLAN 012 Telefone: 61 99683-0212 E-mail:
3	Adriana Pereira da Silva	15287378149		RA (RESIDÊNCIA): R. Santa das Encostas Telefone: 6599918989 E-mail:
4	Maria L. Santos	209424786/49		RA (RESIDÊNCIA): R. Santa das Encostas Telefone: 999713924 E-mail: maria.l.santos@gmail.com
5	Carmelita de Souza	9307375500		RA (RESIDÊNCIA): R. Santa das Encostas Telefone: E-mail:
6	Haidee R. de Azevedo	385928781-07		RA (RESIDÊNCIA): PW Telefone: E-mail:
7	Brulene Lopes	77798729191		RA (RESIDÊNCIA): Park Way Telefone: 61 996471071 E-mail:
8	Rosamaria	49188550168		RA (RESIDÊNCIA): R.F Telefone: 9.84904553 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	João Pedro Santos Silva	032.425.2042		RA (RESIDÊNCIA): CAPECCEIRA DO VALDO Telefone: 71 72377720 E-mail:
2	Paulo Mto A. Silva	035.732.11109	Paulinho	RA (RESIDÊNCIA): CAPECCEIRA DO VALDO Telefone: CAPECCEIRA DO VALDO E-mail:
3	Georgina Santanara	701.0725518	Georgina	RA (RESIDÊNCIA): DR. 31 CONYASO Telefone: 61999726682 E-mail:
4	Benny Schenberg	606.43947-34		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 9963-046 E-mail: Benny@1025
5	ANDRÉ DUTRA	31260714104		RA (RESIDÊNCIA): SUOUESE Telefone: 972838411 E-mail:
6	Maria Ester C. P. Queiroz	060.831371-87		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 797620517 E-mail:
7	Rosa Maria da Silva	037.463.072-20		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: (66) 999589633 E-mail: Rosasilva1733@idina.igmail.com
8	Kátia Colbral	61.983553157		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Walter N Pardo Lucas	151523401-00		RA (RESIDÊNCIA): Casa da Reima Telephone: (61) 999082830 E-mail: waltern.pardo@gmail.com.br
2	ANDRÉ FERRAVANTE N. DURANTE	080390168-27		RA (RESIDÊNCIA): ANEXO PAVÃO CORREIO PAU Telephone: 61999593504 E-mail: andredurante@gmail.com.br
3	Karine Yéssis V. Lima	734415111-15		RA (RESIDÊNCIA): BR. R. do de Fátima Telephone: 61 99148-1114 E-mail: karineconsultacao@gmail.com
4	Yeny Suellem Magalhães X	08159164641		RA (RESIDÊNCIA): Morada da Sol Telephone: 061 992542345 E-mail:
5	Francisca Gonçim da Silva	06552025170		RA (RESIDÊNCIA): Ceilândia Telephone: E-mail:
6	Carlos Henrique De A. Jr	865265001-06		RA (RESIDÊNCIA): Telephone: E-mail:
7	Rosilene F dos Santos	51582449264		RA (RESIDÊNCIA): Chácara 87 Rua 1 Cond A Lavoura Telephone: 61992600593 E-mail: rosilene.santos286@gmail.com
8	Marcelo A. R. Cruz	01372028613		RA (RESIDÊNCIA): 73 AV. N. B. Telephone: 61.993462609 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Jenise Ferreira Dias	462.610.361-87	JF Dias	RA (RESIDÊNCIA): GUARA Telefone: 61 98573-9434 E-mail: amochiquant@gmail.com
2	HERMAN FRIS GULARTÉ	403902179/72	HG	RA (RESIDÊNCIA): NR CORDEO O-TOURTO Telefone: 976554258 E-mail: HERMAN.GULARTÉ@GMAIL.COM
3	MARIA CRISTINA L. M. GULARTÉ	51261871987	MCG	RA (RESIDÊNCIA): NR CORDEO O-TOURTO Telefone: 996564132 E-mail: MARIACRISTINA@GMAIL.COM
4	Marcelo R da Silva	793699601-04	MS	RA (RESIDÊNCIA): R.F. 07 Telefone: 61 983120722 E-mail: —
5	Romário Leal da Silva	0519763994	RLS	RA (RESIDÊNCIA): São Sebastião Telefone: 61 981237835 E-mail: —
6	Cláudio Silva	022 880 581 -77	CS	RA (RESIDÊNCIA): SOL PASCEIRO Telefone: 61 98527026 E-mail: CLAUDIO.SILVA1950@GMAIL.COM
7	Jheniffer L. G. Pires	03009597143	JGP	RA (RESIDÊNCIA): Samambaia 1DF Telefone: 61 99999-4104 E-mail: GJPRES-JL@Gmail.com
8	Mayra Cavalcanti	07362238436	MC	RA (RESIDÊNCIA): Água Quente Telefone: 61 99863-8011 E-mail: eng.mayra.cavalcanti@gmail.com

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Spandura da Silva (Jura)	613.413.173-71		RA (RESIDÊNCIA): RE 2019 0024-4544 Telephone: 611 99664 37-30 E-mail: SpanduraSilva@gmail.com
2	Flavio de Jesus Caputo	578.900.276-72		RA (RESIDÊNCIA): R. P. 22 0024-4544 Telephone: 32.11.0323 E-mail:
3	Crustina Mendes Corte	399101561-72		RA (RESIDÊNCIA): R. P. 22 0024-4544 Telephone: 61 99664 8464 E-mail: crustinacorte@gmail.com
4	Arrimando S. Silva	762.807.643.68		RA (RESIDÊNCIA): R. P. 22 0024-4544 Telephone: 61 99664 3159 E-mail: arrimando2823@gmail.com
5	Johara R. dos Reis	72333021104		RA (RESIDÊNCIA): Telephone: E-mail:
6	Vander Mendes Lucas	291330.411-72		RA (RESIDÊNCIA): Chacra 12 Casa 2 - R. P. 22 Telephone: 61 99664-6952 E-mail: VLucas@vnb.br
7	Paulo Roberto de S. Costa	298450832-00		RA (RESIDÊNCIA): R. P. 22 0024-4544 Telephone: 985627106 E-mail:
8	Michael Gomes	03481229186		RA (RESIDÊNCIA): R. P. 22 0024-4544 Telephone: E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Inaci marinho da silva	82387850149	Inaci	RA (RESIDÊNCIA): Cuiabá e Norte Telefone: 996208981 E-mail:
2	Raimundo J. GONÇALVES	71365907104 ~~986049973~~		RA (RESIDÊNCIA): RIACHO FUNDO Telefone: (61) 98604-9973 E-mail:
3	Luís Roberto Pereira	012503011-71		RA (RESIDÊNCIA): Riacho Fundo Telefone: 984110159 E-mail:
4	Alba Evangelista Ramos	151939261-34		RA (RESIDÊNCIA): BH do Parangaba-DI Telefone: 61 799221517 E-mail: alba.ramos@gmail.com
5	~~W~~ Nélson Samuel		Nelson Samuel	RA (RESIDÊNCIA): Catanduva Telefone: E-mail:
6	Wanaka	647 487 401-59		RA (RESIDÊNCIA): Taguatinga Telefone: 998170230 E-mail: wanaka@outlook.com
7	Maria de Fátima Oliveira Silva	182-859.023/53		RA (RESIDÊNCIA): Park Way Telefone: 98131-8139 E-mail: maria1955@gmail.com
8	Carla e Zorzi	598184491-04		RA (RESIDÊNCIA): Planaltina-DF Telefone: 992837980 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	MEIRELES JUNIOR	701 847471 04		RA (RESIDÊNCIA): CARA DO KINO Telephone: 61 99115 8159 E-mail:
2	Luciano Sales	857 076 865 04		RA (RESIDÊNCIA): Telephone: E-mail:
3	Tomaz Viana	041 233 141 12		RA (RESIDÊNCIA): Telephone: E-mail:
4	Manuel dos Santos Verra	708 379 172 47		RA (RESIDÊNCIA): Ceilândia Telephone: 83542379 E-mail:
5	Renato B. Carneiro	724 091 181 00		RA (RESIDÊNCIA): INCLAF Telephone: 61 98282-7201 E-mail: RENATO.CARNEIRO@MSN.COM
6	Joaquim J. Moura	257.078 2F		RA (RESIDÊNCIA): Telephone: E-mail:
7	Lucivaldo N. de C. Miranda	462 709 811 15		RA (RESIDÊNCIA): SMOE conj 8 blo G Telephone: 998710060 E-mail: ABEINASH2008@outlook.com
8	João do Anjo	989 427 781		RA (RESIDÊNCIA): Polígono Insan Telephone: 61 98602 9525 E-mail: joao@poligoninsan.com

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	WALDIR FORTES	101.374.786-07		RA (RESIDÊNCIA): VILA MARA Telephone: 61 481814073 E-mail:
2	ELIENAI C. ARAUJO	008543657-70		RA (RESIDÊNCIA): Casa Bourgoinville Telephone: 61 991810402 E-mail:
3	Isoliane Silva dos Reis	024859301-39		RA (RESIDÊNCIA): São Sebastião Telephone: 61 996712486 E-mail:
4	Elaine Ferreira P. de Jesus	397.782.665-49		RA (RESIDÊNCIA): Centeandia P. Sul Telephone: 61 981704253 E-mail:
5	Manoel dos Anjos A.	442.660.221-15		RA (RESIDÊNCIA): 11130C / Casa 08 Telephone: 61 999120688 E-mail:
6	Wesley Costa Almeida	030.149.881-46		RA (RESIDÊNCIA): Colônia Norte Telephone: 61 981054179 E-mail: WesleyCostaAlmeida@gmail.com
7	Manoel dos Reis	258806751-49		RA (RESIDÊNCIA): Telephone: 5555555555 E-mail:
8	Raquel C.	14650100778		RA (RESIDÊNCIA): 26 Telephone: 9270 92121 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Assis	24420039134		RA (RESIDÊNCIA): RA NB Telephone: 98675039 E-mail:
2	Maíra S. Meiva	21452130137		RA (RESIDÊNCIA): Recanto das Emas Telephone: 61 981148667 E-mail: maíra.meiva.s6@gmail.com
3	MILTON J. SILVA	358 793 201-1		RA (RESIDÊNCIA): SOBRADINHO Telephone: 996465585 E-mail:
4	Mouelme Sales Araújo	88185753172		RA (RESIDÊNCIA): Taguatinga Telephone: 982831899 E-mail:
5	Maria do Patrimônio S. Mendes	65857356290		RA (RESIDÊNCIA): Samambaia-norte Telephone: 91208022 E-mail:
6	Guano Siqueira			RA (RESIDÊNCIA): Aclimato SIA Telephone: 61 98703011 E-mail:
7	Fábio Ribeiro Pereira	0229820108		RA (RESIDÊNCIA): Qm 13 Conjunto 09 Telephone: 61 981438194 E-mail:
8	Wanderson da Silva Santana	68.351-101-82		RA (RESIDÊNCIA): 10.110.25 Conj. A Casa MA Telephone: 61 975613290 / 61 986177229 E-mail: wandersonsilva.santana@gmail.com

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Marco Polo S. do S. L.	614534401-00		RA (RESIDÊNCIA): Contingência Telefone: 61 98990423 E-mail: macedo.silva@gmail.com
2	Arineu Elias de F. Almeida	999539022		RA (RESIDÊNCIA): Lúcia Costa Telefone: E-mail:
3	Ademir Rodrigues Dias	444097291-87		RA (RESIDÊNCIA): T. G. V. T. N. G. A. Telefone: 61 994170730 E-mail:
4	Rosiciana Moura Lopes	87910136153		RA (RESIDÊNCIA): Cond. Acasias Cony. P. e. S. S. Telefone: 994296843 E-mail:
5	Maria de Fátima Borges	899333303-72		RA (RESIDÊNCIA): Aquas Lindas Telefone: 61 90650560 E-mail:
6	Armando Vitor Pimentel	698154651-04		RA (RESIDÊNCIA): R. BANDEIRANTE Telefone: 984110194 E-mail:
7	Colares Corta	35893230181 61 99		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 61 992403036 E-mail:
8	Francisco dos Chagas Pereira	324339.332-34		RA (RESIDÊNCIA): Taguabonga Telefone: 91626062 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Adriana Sousa Aranda	01076782175		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 99662 2533 E-mail: AdrianaSousaAranda@gmail.com
2	Leandro A de Souto	968557036-15		RA (RESIDÊNCIA): Col. Min. Phacel Telefone: 61 998013200 E-mail:
3	Roney de Góyloz	428331409-91		RA (RESIDÊNCIA): PARK WAY Telefone: 99642 6627 E-mail: GoylozRoney@gmail.com
4	Cláudio da L. Andrade	006-989473-63		RA (RESIDÊNCIA): SHSN Solnaxante recel Telefone: 4.83575526 E-mail:
5	Eliel Celso Amorjo	00895464748		RA (RESIDÊNCIA): Solnaxante recel Telefone: 995047717 E-mail: eliel.amorjo@DFHDF.org.br
6	WELBY DAF DE OLIVEIRA	40101819153		RA (RESIDÊNCIA): Solnaxante recel Telefone: 99622 0313 E-mail: WELBYDAFOLIVEIRA@gmail.com
7	Edno Jesus do Mota	91621054500		RA (RESIDÊNCIA): 26 de Setembro Telefone: 991266535 E-mail: Edno.Pimenta.759@gmail.com
8	SIDERAR OLIVEIRA GUIMARÃES	516.133.951-91		RA (RESIDÊNCIA): TRAM TINGUA SUL Telefone: 61 99923-7296 E-mail: SIDERAR.OLIVEIRAGUIMARAE@GMAIL.COM

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Ofandir	639.738.901-30	Ofandir	RA (RESIDÊNCIA): CRUZILANDIA Telephone: 61 949597090 E-mail:
2	Edézio Gonçalves da Costa	375.811.831-20		RA (RESIDÊNCIA): Planaltina Telephone: 61 981484336 E-mail: edezio.ucb@hotmail.com
3	Debora Hamanda Lima	076.612.621-50	Debora	RA (RESIDÊNCIA): Brasília Telephone: 61 98186-3436 E-mail:
4	Antonio Oliveira da Silva	981.115.151-20		RA (RESIDÊNCIA): Sombrio Telephone: 61 991032489 E-mail:
5	Cacilda	646.594.961-04		RA (RESIDÊNCIA): Samambaia Norte Telephone: 61 9292 0222 E-mail:
6	Sônia Maria Pereira	37166245334		RA (RESIDÊNCIA): SAJB Telephone: 61 9502 7737 E-mail: SUELEN.VALHO@YAHOO.COM.BR
7	Katia Fialde Oliveira	646.696.881-20	Vicente Pinheiro	RA (RESIDÊNCIA): Vicente Pinheiro Telephone: 61 995986295 E-mail: Katia.smit@hotmail.com
8	Arlene Alves dos Santos	65674673968	Arlene	RA (RESIDÊNCIA): Ceilândia Sul Telephone: E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Maria de Fátima Rm	827 377 3877		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
2	LAERT TEIXEIRA	284.819.096.53		RA (RESIDÊNCIA): COOPER PALMAS Telefone: 61 999 61-6584 E-mail: laertteixeira@gmail.com
3	Ana Cristina Ramos	034.234.305.51		RA (RESIDÊNCIA): Jardim Vitoria Telefone: E-mail:
4	Maíra Jara S. G. Leão	049409811-26		RA (RESIDÊNCIA): Gama Telefone: 61 992883341 E-mail:
5	Kaufmann Rodon	04015995155		RA (RESIDÊNCIA): Gama Telefone: 61 995163315 E-mail:
6	Thiery TORRES RUS	816.511.901-78		RA (RESIDÊNCIA): Gama Telefone: 61 785926123 E-mail: thierytorresrus@gmail.com
7	Marcelo de Moraes	552792791-53		RA (RESIDÊNCIA): CEILÂNDIA Telefone: 61 991161109 E-mail: marcelo2736@yahoo.com.br
8	Leizy A. L. O. N.	58921407134		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 991072545 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Kátia P. de Souza	585.564.866-49		RA (RESIDÊNCIA): N. Bandeirante Telefone: 61. 986003028 E-mail: acanub61@gmail.com
2	Marilene Pereira S. Moura	665 144 871-49		RA (RESIDÊNCIA): Residência Vitória R. Bundo Telefone: 61 98315 5604 E-mail:
3	Nataniel Vaz de	15438155100		RA (RESIDÊNCIA): Jorlin Vitor Telefone: 61 999891540 E-mail:
4	Roberto A. de Sousa	709338601-20		RA (RESIDÊNCIA): JALCA 07 Telefone: 99290 3993 E-mail:
5	Tatiana Alves dos Santos	890.763.381-91		RA (RESIDÊNCIA): Inera 7 Telefone: 001200-02-97 E-mail: tatianalv9@gmail.com
6	Marcus Moreira da Silva	69854980197		RA (RESIDÊNCIA): QNM-6- N-14A Telefone: 98432-6663 E-mail: marcosmoreira05@gmail.com
7	Tercio Gualberto	317639951-00 61 991153248		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 61 99115 3248 E-mail: TercioGualberto@gmail.com
8	Silvestre Vaz Cardoso	635129 551-34		RA (RESIDÊNCIA): Pau K Way Telefone: 61. 99115 3298 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Aurélius Gox Martins	027.863.786-80		RA (RESIDÊNCIA): PARK WAY Telephone: 61 984374644 E-mail: aurelius.goxmartins@gmail.com
2	Mica Terra de Sá	210257111-49		RA (RESIDÊNCIA): Aguai das Águas Telephone: 61 998.644524 E-mail:
3	Rogério Elias Guedes	787910141-15		RA (RESIDÊNCIA): INARA 07 Telephone: 61 986250943 E-mail: rogerio@P3conv.com.br
4	Feriane Romão S. Moraes	835102141-53		RA (RESIDÊNCIA): UNIMOS C5 CLAYDA Telephone: 61 9910-34325 E-mail: ferianemoraes2003@yahoo.com.br
5	Christiane Rolden	02245476100		RA (RESIDÊNCIA): Taguatinga Sul Telephone: 61 996326280 E-mail: cristiane.rolden@gmail.com
6	João Paulo de Almeida Neto	371990201-34		RA (RESIDÊNCIA): SIA TIT 15 CAMP 09/10 Telephone: 61 998133159 E-mail: joaopaulo@fmail.com
7	WAGNER XAVIER	666578731-15		RA (RESIDÊNCIA): RA GUARD 7 Telephone: 61-99883-5550 E-mail:
8	Wálter César de Oliveira	400380921-15		RA (RESIDÊNCIA): R. 21 + 2 A - GENE Telephone: 9843-91612 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Adilson M. F. Silva	58383182100	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): RIACHO FUNDO Telefone: 91548610 E-mail:
2	Ana Paula S. Lourenço	064.378.561-83	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): Água Clara Telefone: 312502206 E-mail:
3	JOSÉ LOPES DE BRITO	0888697081-88	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): JARDIM VITÓRIA Telefone: 01984501103 E-mail:
4	ISADORA AMANCIO LOPES	09647117108	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): JARDIM VITÓRIA Telefone: E-mail:
5	ARNOBIO S. JACINTO	14513226153	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 99710227 E-mail:
6	Katia Regina Sato Brinc	55268110187	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): Lado Fundo I / M. Brinc Telefone: (61) 981685547 E-mail: Katia.Regina.Sato.Brinc@gmail.com
7	Manoel da Silva Barreto	65896149115	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): Lado Fundo I do Vale SCIA Telefone: 61986021413 E-mail: MARCELOLINO22@hotmail.com
8	Merson REII	47146311104	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): Quadra Rialdo 2 Telefone: 61996222533 E-mail: mersonvda@gmail.com

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Gury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Luiziana de Oliveira Santos	704-078603-00	Luiziana	RA (RESIDÊNCIA): Sem residência Telefone: 61-99956-4622 E-mail:
2	Doni Evelina da Silva	9217993941	Doni	RA (RESIDÊNCIA): Chado de M. L. Silva Telefone: 6196842334 E-mail:
3	Melina B. Santos	724963473-20	Melina	RA (RESIDÊNCIA): Mor. de Locares, C. Telefone: 61 992830308 E-mail: melinasantos@gmail.com
4	Leonardo Teles Pires	066.19934840	Leonardo	RA (RESIDÊNCIA): INCL 4 Telefone: 61981513720 E-mail:
5	Eliane Soares de Amorim	983.221.931-89	Eliane	RA (RESIDÊNCIA): Ponte Alta Norte Telefone: 6199284.8446 E-mail:
6	Raizene Nogueira	095-814-133-59	Raizene	RA (RESIDÊNCIA): Jardim Vitorino Telefone: 6199399-7464 E-mail:
7	Vânia Maria F. Ribeiro	225.273.505-34	Vânia	RA (RESIDÊNCIA): Grupo de Satélite (Colônia) Telefone: 61 99644761 E-mail:
8	ORIVALDO PEDRO TAVARES	822 830 956 20	Orivaldo	RA (RESIDÊNCIA): Riacho Fundo I Telefone: 61 996518867 E-mail: orivaldopt@gmail.com

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de início:** 9h**PARTICIPANTES**

NR	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Valdemir Senger Haas	098 303 833 -72		RA (RESIDÊNCIA): Rocio Brachante Telefone: 998641410 E-mail:
2	Rosemi Miranda Santos	33597626572		RA (RESIDÊNCIA): São Sebastião DF Telefone: 61 999097300 E-mail: Re
3	Dulceineia B. Assis	443046171-68		RA (RESIDÊNCIA): Res. Jarda Vitória Telefone: 982063369 E-mail:
4	GEORGE ALVES			RA (RESIDÊNCIA): Res. Jarda Vitória Telefone: E-mail:
5	Ingrid r. sant	718504811 72		RA (RESIDÊNCIA): Ceilândia - NAR Telefone: 936034295 E-mail: ingridr433@gmail.com
6	Eduardo de Sá	507913424 15		RA (RESIDÊNCIA): R. Coelho Telefone: E-mail:
7	Eduardo Guimarães	915472296-94		RA (RESIDÊNCIA): Ceilândia Telefone: (61) 982224568 E-mail:
8	BRUNNO FREITAS	69260150159		RA (RESIDÊNCIA): CAVA REINO Telefone: 61 999814333 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Thaís Ribeiro da Silva	05889331560		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 61 996459388 E-mail:
2	Fábio Faria Siqueira	32209315419		RA (RESIDÊNCIA): Salvo de Cláudio Telefone: 61 986422632 E-mail:
3	Elaine Fomge de Seno	58436686115		RA (RESIDÊNCIA): Recem Ceilândia Telefone: 99.841444 E-mail: elaine.fomge@gmail.com
4	Rita R. do O. Braga	79542140100		RA (RESIDÊNCIA): Jardim Vitória Telefone: 982627366 E-mail: rita@mae-051
5	LUERECIA DE SANTO	5241761104		RA (RESIDÊNCIA): DW Telefone: 999242123 E-mail:
6	Robaineide F. Santos	70394334191		RA (RESIDÊNCIA): Estrutural Telefone: 996697529 E-mail:
7	Leandro de L. F. F. F.	71650393512		RA (RESIDÊNCIA): INCA 3 Telefone: 61 995541869 E-mail:
8	Elisângela de C. Ramos	79979645504		RA (RESIDÊNCIA): Ceilândia Telefone: 99186-0929 E-mail: lilalisanh@gmail.com

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 26 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Mauro Roberto da S. Barbosa	113 856 561 49		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 61 999378992 - E-mail:
2	Dalva MF Leite	119.817.681/49		RA (RESIDÊNCIA): <u>uncre</u> Telefone: 99985-8707 E-mail: <u>dalvauncre@gmail.com</u>
3	Wislene F. C. Guimarães	323828941-06		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 61 99659 4098 E-mail: <u>wislene.guimaraes@gmail.com</u>
4	Marcos Cam	116.724.631.49		RA (RESIDÊNCIA): <u>PAUB. 1 U - 69</u> Telefone: 9975-4981 E-mail:
5	Adriano Roberto da Silva	61 93989984		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
6	Marcus Vinicius Bellini	91574609234		RA (RESIDÊNCIA): <u>STRL ASIMAGAS</u> Telefone: <u>61 999967015</u> E-mail:
7	Naemir R. Martins	984158362		RA (RESIDÊNCIA): <u>Jardim Vitória</u> Telefone: <u>984159262</u> E-mail:
8	Paulinho A. Silva	983 226 773		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Matheus Bernardes da Silva	041.346.521-70	Matheus	RA (RESIDÊNCIA): Subsele Telefone: 21 331146361 E-mail: matheus95@gmail.com
2	Ferreira B. de Santos	035667410-7	Ferreira	RA (RESIDÊNCIA): Rocio Faria Telefone: 61 98503748 E-mail:
3	Daniel Fernando Mo. Rodrigues	10317797185	Daniel	RA (RESIDÊNCIA): Casa do Rume Telefone: 61 99323-3154 E-mail:
4	Jussara Corrêas de Almeida Alves	620.170.801-44	Jussara	RA (RESIDÊNCIA): XXI - RF2 INALDITO Telefone: 99826-3455 E-mail: jussaraalves75@gmail.com
5	Rosângela Gomes de Almeida	602.284.231-54	Rosângela	RA (RESIDÊNCIA): Água - Quente Telefone: 61 986290796 E-mail: 104-SK30@hotmail.com
6	Shylla Pereira da Silva	006.621.411-75	Shylla	RA (RESIDÊNCIA): Nova Adina Telefone: 61 998393504 E-mail: shylla@outlook.com
7	Jamil Lessa	383.342.095-04	Jamil	RA (RESIDÊNCIA): AGUAS CARIAS Telefone: 61 99994-0852 E-mail: JAMIL.LESSA@gmail.com
8	ERAN ALVES DA SILVA	907.690.943-15	Erân	RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Adriane Soares dos S. Ribeiro	039.970.151-63		RA (RESIDÊNCIA): <u>Ribeiro Curto</u> Telephone: <u>61 98902 6531</u> E-mail:
2	Elana S. Kawano	471.579.331-84		RA (RESIDÊNCIA): <u>FastTrack - Vale dos Ipir</u> Telephone: <u>(61) 99975-7831</u> E-mail: <u>elana.kawano@terra.com.br</u>
3	Valbete Vieira S.R. Veloso	092.22807.125		RA (RESIDÊNCIA): <u>Agustinho</u> Telephone: <u>62.98558171</u> E-mail:
4	Mathias Wesley de Azevedo	063.916.591-89		RA (RESIDÊNCIA): <u>Cidade da</u> Telephone: <u>6198626-9833</u> E-mail:
5	Kennedy de R. Rodrigues	052.062.43120		RA (RESIDÊNCIA): <u>Serra da</u> Telephone: <u>61 98895 0053</u> E-mail:
6	Vanessa Pereira da Silva	06509354110		RA (RESIDÊNCIA): Telephone: <u>61995973220</u> E-mail: <u>Vanessa.silva.978@gmail.com</u>
7	Sirlei Carlos Ribeiro	394.338.896-49		RA (RESIDÊNCIA): <u>Colônia</u> Telephone: <u>91927714</u> E-mail:
8	Luiz Carlos	985700608		RA (RESIDÊNCIA): Telephone: E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Maria do Socorro Costa Ferreira	441035732-87	Maria do Socorro	RA (RESIDÊNCIA): <u>Prado Fundo</u> Telefone: <u>9310 85 29</u> E-mail:
2	Renata S. da Silva	000.885961-70	Renata	RA (RESIDÊNCIA): <u>Taguatinga</u> Telefone: <u>61 99863.3075</u> E-mail:
3	Antonio Morais	310245721-53	Antonio	RA (RESIDÊNCIA): <u>SH A</u> Telefone: <u>61 98413.0235</u> E-mail:
4	Julio de Paula M. R. R.	400 006481-91	Julio	RA (RESIDÊNCIA): <u>BRASIA CLIA</u> Telefone: E-mail:
5	Maria Eliete de Souza	793.849.231-91	Eliete	RA (RESIDÊNCIA): <u>Recanto das Emas</u> Telefone: <u>(61) 9.8557-0234</u> E-mail:
6	Mara Bernardo	31871348153	Mara	RA (RESIDÊNCIA): <u>GUARA</u> Telefone: <u>98213 03 88</u> E-mail:
7	Meir dos Santos	339.883.321-91	Meir	RA (RESIDÊNCIA): <u>Carandá</u> Telefone: <u>61 984121280</u> E-mail:
8	Raimundo Nóbis de Souza	338.855.599-15	Raimundo	RA (RESIDÊNCIA): <u>Cubandá</u> Telefone: <u>61 9292 6336</u> E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Maria Lucia Silveira	025604445-10		RA (RESIDÊNCIA): Guará Telefone: 0011 983410141 E-mail: amilines@gmail.com
2	Lara Souza	61984503185		RA (RESIDÊNCIA): Lábrea Voto Telefone: 61 986021413 E-mail: sonapraiaedilviana@gmail.com
3	Mara Nogueira	6198189-2156		RA (RESIDÊNCIA): Riacho do Furo Telefone: 61 98889-2159 E-mail:
4	Rayane Ydo Tavares	61993308529		RA (RESIDÊNCIA): Riacho Furo I Telefone: 993308529 E-mail:
5	Obonofreana S.O.	986222120		RA (RESIDÊNCIA): ERL CANABO Telefone: REINO 17 B E-mail:
6	Alexandre Vg de Matos	606.610.911-53		RA (RESIDÊNCIA): BRASLÂNDIA Telefone: 61. 992695765 E-mail:
7	Joania Fúndia Bonas	136.520.116-49		RA (RESIDÊNCIA): Park Way Telefone: 61-99918-0186 E-mail: melinda.arnucao@gmail.com
8	Antonio Gesteira V. Filho	79444911187		RA (RESIDÊNCIA): Pôr do Sol Telefone: 9985210440 E-mail:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h

PARTICIPANTES

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Delia Maria Pata Ferreira	360940.216-49		RA (RESIDÊNCIA): Park Way Telefone: 61-984266685 E-mail: deliapata@gmail.com
2	matheus williams	08532477143		RA (RESIDÊNCIA): GRANJA MODELO Telefone: 61998424386 E-mail: matheuswilliams2000@gmail.com
3	Olímpio Mendes Ferreira	23494878168		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
4	Nubia Percilio Pereira	006806-061-06		RA (RESIDÊNCIA): Recanto das Emas Telefone: 985938296 E-mail: nubia-percilio@hotmail.com
5	maria de Jesus Siqueira	18431451149		RA (RESIDÊNCIA): Sertão das Chagas Telefone: 995885257 E-mail: maria.jesus.siqueira03@gmail.com
6	Olney Souza e	76648.231-15		RA (RESIDÊNCIA): Riacho Fundo Telefone: 61954057020 E-mail:
7	Phelipe L. G.	8055563242		RA (RESIDÊNCIA): Riacho Fundo Telefone: 96614970 E-mail: phelipe.l.g@gmail.com
8	Regiane Oliveira Soares	98694422100		RA (RESIDÊNCIA): Granja do Jardim Atlântico Telefone: 996323432 E-mail:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data: 28 de junho de 2025 (Sábado)

Horário de Início: 9h

PARTICIPANTES

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Leandro F. S. Sousa	87454101-8		RA (RESIDÊNCIA): CEILANDIA Telephone: 61 992659075 E-mail: leandro.sousa.023@gmail.com
2	Alberto R. S. Silva	93396725108		RA (RESIDÊNCIA): CEILANDIA Telephone: 91 999613919 E-mail:
3	Amanda Souza	07404769122		RA (RESIDÊNCIA): Gama M. Vitória Telephone: 61 982023483 E-mail:
4	Telma Cassia V. Marmo	0800858100		RA (RESIDÊNCIA): Gama M. Vitória Telephone: 62 9198833902 E-mail:
5	Raulo Cesar Amorim	311-954-955-72		RA (RESIDÊNCIA): Gama M. Vitória Telephone: 98209215 E-mail:
6	Maria Aparecida M. da Mata	94455473653		RA (RESIDÊNCIA): Telephone: 943 26 114. E-mail:
7	Maria F. dos Santos	9104-2544		RA (RESIDÊNCIA): Gama M. Telephone: 052 688 704-40 E-mail:
8	Rosângela A. Ferreira	61 98411-2739		RA (RESIDÊNCIA): RA-IX Telephone: 61 98411-2739 E-mail: Rosangela.AFA@gmail.com

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Elves Bispo	851.633.171-72	Elves Bispo	RA (RESIDÊNCIA): <u>Grande Modulo Jordenm v.</u> Telefone: <u>61 986832841</u> E-mail:
2	Carolina de J.S. Marques	076.618.255-03	Carolina	RA (RESIDÊNCIA): <u>Grande Modulo Jordenm v.</u> Telefone: <u>019 8764893</u> E-mail:
3	João Ribeiro	145.476.511-91	João	RA (RESIDÊNCIA): Telefone: <u>998828180</u> E-mail:
4	Priscila N.B. da Silva	011.930.641-93	Priscila	RA (RESIDÊNCIA): <u>J. Vitoria</u> Telefone: <u>61 984489475</u> E-mail: <u>Priscila.N.B.Silva@gmail</u>
5	Zelia Batista Pereira Marques	126.926.204-1	Zelia Batista Pereira	RA (RESIDÊNCIA): <u>Grande M</u> Telefone: E-mail:
6	Arlinda Loreia de Souza	351.076.261-49	Arlinda Loreia de Souza	RA (RESIDÊNCIA): <u>Riacho Fundo</u> Telefone: <u>61 996423832</u> E-mail:
7	Evalda Amancio Tavares	025.408.101-65	Evalda	RA (RESIDÊNCIA): <u>Grande Modulo</u> Telefone: <u>61 982558287</u> E-mail:
8	Marina da Penha	000.138.583-60	Marina	RA (RESIDÊNCIA): <u>Jorden Vitorio</u> Telefone: <u>983425204</u> E-mail:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data: 28 de junho de 2025 (Sábado)

Horário de Início: 9h

PARTICIPANTES

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Diana Cabana Medeiros Leite	349.110.221-91		RA (RESIDÊNCIA): SMPA 1616 Conj 3 Lote 1 Casa 11 Telephone: 999667740 E-mail: diana64@gmail.com
2	Francisco Ferreira Bayma	509.206.423-19		RA (RESIDÊNCIA): Jarolino Vitoria Telephone: 61 99438-2721 E-mail:
3	Tatiana Maria N. Marques	196437401-53		RA (RESIDÊNCIA): Brodaniel Junior Telephone: 98642 8414 E-mail: TUD1805@yahoo.com.br
4	Bianca Naiel Cabral	036.298.204-09		RA (RESIDÊNCIA): ASCHAGAS Lúcio Costa Telephone: (61) 98221-0842 E-mail:
5	Juliano S. Faria	275504564-34		RA (RESIDÊNCIA): Telephone: 9582089 E-mail:
6	Sora Maira Nogueira dos Santos	434.467.051-68		RA (RESIDÊNCIA): Telephone: E-mail:
7	Valéria Vitor Cunha de Almeida	183.422.133-75		RA (RESIDÊNCIA): Lucas F Telephone: 61 993034105 E-mail: -
8	Jonato Soares Sampaio	026.361.531-60		RA (RESIDÊNCIA): Jandim V. Faria Marinho Telephone: 60 - 999852412 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	José Wilton V. Junior	721544111-34	José Wilton	RA (RESIDÊNCIA): Jardim Vitoria Telefone: 981049816 E-mail: José.Wilton Junior@gmail.com
2	Eliane Cunha de Sousa Ximenes	368935333-04		RA (RESIDÊNCIA): Planaltina Telefone: 986250388 E-mail:
3	Jacqueline Ximenes	897488671-5	Jac	RA (RESIDÊNCIA): Jardim Vitoria (Grande) Telefone: 983496426 E-mail:
4	Reinaldo Nunes da Silva	118531431-00		RA (RESIDÊNCIA): Lúcio Costa Telefone: E-mail:
5	JOÃO MARQUES LUIS	04964949532	JOÃO MARQUES LUIS	RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 074.999330390 E-mail:
6	EVERSON OLIVEIRA	839408841-15	Em.O.Sen	RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 985206323 E-mail:
7	Adriana Melissa Ruel	22526743850	Adriana Ruel	RA (RESIDÊNCIA): Jardim Vitoria (Grande) Telefone: 061 984143332 E-mail: marcelo
8	FABIO FUZEIRA	308.443.201-53	F	RA (RESIDÊNCIA): Plano Piloto Telefone: 981080061 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	José Maria Marques	082.793.7340		RA (RESIDÊNCIA): <i>Grande Modelo</i> Telephone: <i>61 99372887</i> E-mail:
2	Guilherme Jagan	468.836.767-72		RA (RESIDÊNCIA): <i>Lauro Sane</i> Telephone: E-mail:
3	Vaní Soares de Sousa	564 958 89100		RA (RESIDÊNCIA): <i>Condomínio Jardim Vênus</i> Telephone: <i>61 998760873</i> E-mail: <i>ganga.modelo</i>
4	Wendley Laing dos Santos	707.225.60668		RA (RESIDÊNCIA): <i>Sede do Senado Federal</i> Telephone: <i>61/38222-0934</i> E-mail: <i>Rept@senado.gov.br</i>
5	Osmy Lael	710 07923121		RA (RESIDÊNCIA): Telephone: <i>61 993273030</i> E-mail: <i>lael.osmy@29.com</i>
6	João Bezerra Santos	1.76.625.559-87		RA (RESIDÊNCIA): Telephone: E-mail:
7	Caro J. Rangel	957.804.59134		RA (RESIDÊNCIA): <i>Grande Modelo RF II</i> Telephone: <i>61 993485817</i> E-mail: <i>caro@igmail.com</i>
8	Margarite E. do Egito Mattos	61.99959.3828 876862951-68		RA (RESIDÊNCIA): <i>Residência Vilma Riquelme</i> Telephone: <i>61 99959.3828</i> E-mail: <i>egitomattos@hotmail.com</i>

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Diana Quintana Tróvão	007309241-06	Diana Quintana	RA (RESIDÊNCIA): <i>modulo F casa 123</i> Telephone: <i>6199546.7733</i> E-mail: <i>motuon.kaistiana@gmail</i>
2	Flavia Ribeiro de Luz	221134521-20	Flavia	RA (RESIDÊNCIA): <i>511PW 25/02/02</i> Telephone: <i>61 998227 046</i> E-mail: <i>fguimaraes99@yahoo.com</i>
3	^{VIEIRA} Luiz Gonzaga Arruda	112414892-20	~~Luiz Gonzaga Arruda~~	RA (RESIDÊNCIA): <i>BRASILIA</i> Telephone: <i>61 982292348</i> E-mail: <i>GOZGAGA LUIZ.COM</i>
4	Dra. Alana Silva Morais	730309961-15	Dra. Alana Silva Morais	RA (RESIDÊNCIA): <i>Grande modelo</i> Telephone: <i>0199636622</i> E-mail:
5	MARCIANO RIBEIRO NUNES	042.462.265.30	MARCIANO RIBEIRO NUNES	RA (RESIDÊNCIA): <i>Jardim Nogueira G. 1416</i> Telephone: <i>061 9609 7255</i> E-mail:
6	Vivianica F. Fernandes	075 202 70462	~~Vivianica F. Fernandes~~	RA (RESIDÊNCIA): <i>Rio de Janeiro, Paredão II</i> Telephone: <i>61 98105 4535</i> E-mail:
7	João Cesar S. de Oliveira	017 561 990 51	João Cesar S. de Oliveira	RA (RESIDÊNCIA): <i>SAMA</i> Telephone: <i>61 9 8253 2794</i> E-mail: <i>DI.oliveira@gmail.com</i>
8	Thaísia S. Silva	011425321-86	Thaísia S. Silva	RA (RESIDÊNCIA): <i>Paranaguá</i> Telephone: E-mail: <i>THAISIASILVA14@gmail.com</i>

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Leonardo Souto	225551-36153	Leonardo Souto	RA (RESIDÊNCIA): 14002 77 Telephone: 99595605 E-mail: TOUTSO@yaho.com.br
2	Silvia Reis	12400591 91		RA (RESIDÊNCIA): 18-23 Parkway Telephone: 99977055 E-mail: sm5542@yaho.com.br
3	Juliana Patrícia dos Santos	02413412131		RA (RESIDÊNCIA): Candonga Jardim Vitoria Telephone: 61 992309084 E-mail: /
4	Thiago Paulo	980137311-20		RA (RESIDÊNCIA): Gama Telephone: 98717-5482 E-mail: mdfreire@yaho.com.br
5	Raquel Soares Lima	4063796073-40 61996507378		RA (RESIDÊNCIA): Telephone: 61 996507378 E-mail:
6	Yosi Adinda Monteiro Pimenta	46814698315	Adinda	RA (RESIDÊNCIA): Jardim Vitoria Telephone: 61 9923927215 E-mail:
7	Grinalva Batista de Assunção	808-273.83172		RA (RESIDÊNCIA): Telephone: E-mail:
8	Keli Winter	09908804 6194419063	Keli Winter	RA (RESIDÊNCIA): Ponte Alta Telephone: 99285147 E-mail: winter.keli@gmail.com

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Toni do Nascimento Costa	714.968.032-43	Toni do N. Costa	RA (RESIDÊNCIA): PONTE ALTA - GAMA Telefone: (61) 98593-8234 E-mail: toni-pamci@gmail.com
2	Elaine Luciano de Brito	782.126.771.68	Elaine	RA (RESIDÊNCIA): Ilusão 3 BRASLÂNDIA Telefone: 61.99688-9839 E-mail: elaine.luciano@gmail.com
3	Renata	874.278.77.87	Renata	RA (RESIDÊNCIA): PIACHO FUNTO 2 Telefone: 61.992216810 E-mail:
4	David Alexandre	99116.9614	David	RA (RESIDÊNCIA): QUA 40 - FI - 38 Telefone: 61.99116.9614 E-mail: david.alexandre@hotmail.com
5	Josimara Lopes	61996097253	Josimara	RA (RESIDÊNCIA): Jardim Cultura - Parça Modelo Telefone: E-mail:
6	Fernanda Alves Gomes	02406417107	Fernanda	RA (RESIDÊNCIA): Parça Modelo - Piasneft Telefone: (61) 984418117 E-mail:
7	Ydivene Teixeira da Rocha	03427866166	Ydivene	RA (RESIDÊNCIA): Parça Modelo - Piasneft Telefone: 984122766 E-mail:
8	Haroldo de Almeida	42581133104	Haroldo de Almeida	RA (RESIDÊNCIA): 310 Telefone: (61) 997547006 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Cristiane Aparecida Pereira	980635291-20		RA (RESIDÊNCIA): SIA Telefone: 61 98225-3572 E-mail: cristiane.pereira@gmail.com
2	Adriana de Sousa	265756711-87		RA (RESIDÊNCIA): Vicente Pires chác 10/03 Telefone: 61 984817621 E-mail:
3	Ubiratane Gomes	58451714153		RA (RESIDÊNCIA): ~~XXXXXX~~ Juruá 7 Telefone: (61) 98135-7262 E-mail:
4	Robéria Ferreira	864031761-53		RA (RESIDÊNCIA): XXIX SIA Telefone: 61 991633580 E-mail: roberia.santos73@gmail.com
5	Luiz Rana	85961854153		RA (RESIDÊNCIA): Cufanda Telefone: 99552 9211 E-mail:
6	Marcos Henrique de Oliveira	713473761-31		RA (RESIDÊNCIA): Sambaíba Sul Telefone: (61) 99473-1753 E-mail:
7	Francisca Helena Sousa	379529001-53		RA (RESIDÊNCIA): GUARÁ II Telefone: 9-9678-5036 E-mail: carlenebbs2005@hotmail.com
8	Helena dos Anjos Bizarra	980132953-87		RA (RESIDÊNCIA): ~~XXXXXX~~ 10/03 Telefone: 98495-9803 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Isadora Maria de Araujo Santos	22178767162	Isadora	RA (RESIDÊNCIA): Quora Telefone: 999910907 E-mail: araujomariaisa@gmail.com
2	Georgio Caetano de Fátima	768724162-49	Ge.	RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 61982605975 E-mail: GEORGIOCAETANO@hotmail.com
3	Fernanda A. Duarte	71928630	F	RA (RESIDÊNCIA): PAULO GRANDES Telefone: 995293703 E-mail: DUARTEFERNANDA348@gmail.com
4	Luís Edmarcelo	04075836100	Luís	RA (RESIDÊNCIA): LUANNA MORAES JV Telefone: 97471775 E-mail: LUIS431846@gmail.com
5	Yolte Batista	46182373253	Yolte	RA (RESIDÊNCIA): SOFIA DE OLIVEIRA Telefone: 981560499 E-mail: 4182936405.com
6	Luiza Sara	69070769149	Luiza	RA (RESIDÊNCIA): Ashagao - SIE Telefone: 995615049 E-mail: luizapereira@hotmail.com
7	Pranston Lacerda de Oliveira	2634167	Pranston	RA (RESIDÊNCIA): Pranto Lacerda Telefone: 6191716292 E-mail: pranston.lacerda@gmail.com
8	Cibeli de Almeida Faria	95686371334	Cibeli	RA (RESIDÊNCIA): Jardim Vitória Telefone: 61991097754 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Jefeli Maria de Paula	57954445100		RA (RESIDÊNCIA): Setor de desenvolvimento urbano Telefone: 61 985 17 9419 E-mail: jefely@gmail.com
2	Auricio Ben de Sauts	36924067115		RA (RESIDÊNCIA): Lucio Costa Telefone: 61 996814075 E-mail:
3	Sophia Loren Barros f.	098.162.881-84		RA (RESIDÊNCIA): Granja Jardim Vitória Telefone: 61 98122812 E-mail:
4	Kaline Nifre de Andrade	064.255.401-33		RA (RESIDÊNCIA): Jo. Granja modelo Telefone: 61 99642-4386 E-mail:
5	M. S. S. Santos	081.256.771-66		RA (RESIDÊNCIA): P.O. estrutural Telefone: 61 85842604 E-mail: M. s. s. santos@outlook.com
6	Nataline Santos da Silva	067.371.271.00		RA (RESIDÊNCIA): Planaltino Telefone: 61 993760628 E-mail:
7	Maria José Souza	033.430.531-50		RA (RESIDÊNCIA): Setor de desenvolvimento urbano Telefone: 61 982774514 E-mail: mariajose.souza@mail.com
8	João Paulo de	72385898181		RA (RESIDÊNCIA): Recanto das Emas Telefone: 61 991214932 E-mail: jps.4420@gmail.com

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Valentino M. Lima	58387021172		RA (RESIDÊNCIA): GARDIA model 0 Telephone: 987260248 E-mail:
2	Garvica Larminda J. Souza	04762780354		RA (RESIDÊNCIA): Colúmbia do Vale Telephone: 64 983989768 E-mail:
3	Isacileme Lemos da Silva	02797594300		RA (RESIDÊNCIA): Colúmbia do Vale Ch. 06 Telephone: 61 984499826 E-mail:
4	Vanessa Lages Martins	08901913000		RA (RESIDÊNCIA): Colúmbia do Vale Telephone: 984498670 E-mail:
5	Alex O. Souza	69559391172		RA (RESIDÊNCIA): CILAMPA Telephone: 982183389 E-mail:
6	Felício Trisga	4474683100		RA (RESIDÊNCIA): B142 Cam. de C. 7 Telephone: 61 999440441 E-mail: 1070 felicio@fmc.br
7	Jesvino de J. Pereira Lima	00633425807		RA (RESIDÊNCIA): CLDF / CAF Telephone: 61-9985-0594 E-mail: J.PereiraLima@gmail.com
8	Maria Figueira	112771651-49		RA (RESIDÊNCIA): Ch. 05 - R. Figueira 1 Telephone: 999016605 E-mail: Figueira.maria.uefa@gmail.com

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Raissa Felipe	03196364145	Raissa	RA (RESIDÊNCIA): <u>Guará</u> Telefone: E-mail: <u>raissa.felipe@opayara.org.br</u>
2	José de Fátima F Gomes	09324311-87	José	RA (RESIDÊNCIA): <u>Verde Residencial</u> Telefone: <u>9.81232822</u> E-mail: <u>geral@verdebrasil.com.br</u>
3	Claudine Ganassin Alvarez	584165601-53	Claudine	RA (RESIDÊNCIA): <u>RA XXIV</u> Telefone: <u>61-992396438</u> E-mail: <u>cganassin@gmail.com</u>
4	Alexandre Nascimento	70860452794	Alexandre	RA (RESIDÊNCIA): <u>R1611-02</u> Telefone: E-mail:
5	Nelson S. Ferreira	694805241-04	Nelson	RA (RESIDÊNCIA): <u>NELSON MANDELA</u> Telefone: <u>61 938634830</u> E-mail:
6	Luizinho Carlos dos Santos	092236931-55	Luizinho	RA (RESIDÊNCIA): <u>planaltino</u> Telefone: <u>61 991898860</u> E-mail:
7	Donalice Lima Silva	64984144584	Donalice	RA (RESIDÊNCIA): <u>Luís Carlos</u> Telefone: E-mail:
8	Natália dos Santos	036.398.015-63	Natália	RA (RESIDÊNCIA): <u>Luís Carlos</u> Telefone: E-mail:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data: 28 de junho de 2025 (Sábado)

Horário de Início: 9h

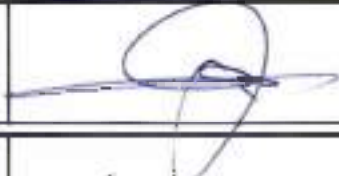
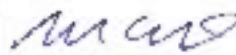
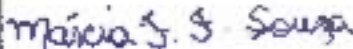
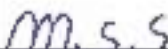
PARTICIPANTES

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	<i>[Signature]</i>	99.926461-68	<i>[Signature]</i>	RA (RESIDÊNCIA): <i>[Signature]</i> Telefone: 61 99863-8265 E-mail:
2	<i>[Signature]</i>	844614201-59	<i>[Signature]</i>	RA (RESIDÊNCIA): <i>[Signature]</i> Telefone: 992593913 E-mail:
3	<i>[Signature]</i>	985-194391-49	<i>[Signature]</i>	RA (RESIDÊNCIA): <i>[Signature]</i> Telefone: 61.48460.0250 E-mail: <i>[Signature]</i>
4	<i>[Signature]</i>	053-682728-53	<i>[Signature]</i>	RA (RESIDÊNCIA): <i>[Signature]</i> Telefone: 61 92302-2257 E-mail: <i>[Signature]</i>
5	<i>[Signature]</i>	028632007-07	<i>[Signature]</i>	RA (RESIDÊNCIA): <i>[Signature]</i> Telefone: 61 984297512 E-mail: <i>[Signature]</i>
6	<i>[Signature]</i>	08901397148	<i>[Signature]</i>	RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
7	<i>[Signature]</i>	386715621-00	<i>[Signature]</i>	RA (RESIDÊNCIA): <i>[Signature]</i> Telefone: 991814052 E-mail:
8	<i>[Signature]</i>	63093030749	<i>[Signature]</i>	RA (RESIDÊNCIA): <i>[Signature]</i> Telefone: 61981451315 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Luciana Mendes	355827666-34		RA (RESIDÊNCIA): LAGO NORTE - SERRA D'AMARELA Telephone: 481538399 E-mail: luciana.mendes3@gmail.com
2	Kátia Sombra R. da Silva	893137041-53		RA (RESIDÊNCIA): PCL Torre do Rio - VILA B. F. F. Telephone: 61992040371 E-mail: KATV.CIND@gmail.com
3	Rafael de Moraes Santos	052.559.201-34		RA (RESIDÊNCIA): BR 614 Conj 8 Telephone: 61992156442 E-mail: rafaelmoraes@gmail.com
4	Traci Silva Franca Santos	07640575109		RA (RESIDÊNCIA): BR 614 Conj 8 Telephone: 61991566200 E-mail: traci-franca631@gmail.com
5	Maisa	2147890219		RA (RESIDÊNCIA): JARDIM VITÓRIA Telephone: 992395951 E-mail:
6	Mônica S. S. Souza	04529169170		RA (RESIDÊNCIA): Condomínio do Chapéu Telephone: 61995737584 E-mail:
7	Paulo Marcos P. Mendes	995322981-34		RA (RESIDÊNCIA): Casa do Reino Telephone: 992983422 E-mail: paulomendes.br72@gmail.com
8	Micaelle Santos da Silva	0067-371-091-28		RA (RESIDÊNCIA): Planaltino Telephone: (61) 992886737 E-mail:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data: 28 de junho de 2025 (Sábado)

Horário de Início: 9h

PARTICIPANTES

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Maria de Fatima de Santos	874.685.221-20		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
2	Renzo Rodriguez Quintoz	647.476.971-87		RA (RESIDÊNCIA): Quara Telefone: 61.991.325341 E-mail: quara
3	Leonardo da Silva Paiva	708.701.131-60		RA (RESIDÊNCIA): Quara Telefone: 61.992.581655 E-mail: leonardo354@gmail.com
4	RODRIGO ALVES	720.597.291-49		RA (RESIDÊNCIA): Lado O Cesto Telefone: 16.981.152029 E-mail:
5	Stephanus G. B. Ferreira	056.637.791-83		RA (RESIDÊNCIA): Residencial Jardim Vitoria Telefone: 981232822 E-mail:
6	Andreza Adriano Aruino	057.979.4166		RA (RESIDÊNCIA): Riacho Fundo II Telefone: 61.98666.7492 E-mail: andmarly7@gmail.com
7	Rogério S. de Souza	72.982.5411-00		RA (RESIDÊNCIA): Chacara Camara Telefone: 9966.2884 do anjo E-mail: rogeriosouzasouza@hotmail.com
8	Fayssamary Figueira	280.166.701-3		RA (RESIDÊNCIA): ASCHRGO Telefone: 61.9900.8263 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Carlene B. Monteiro Oliveira	49446193168		RA (RESIDÊNCIA): <i>Aschamps</i> Telefone: <i>61 994237659</i> E-mail:
2	Patrícia Landino C.C.	92663311200	<i>Patrícia</i>	RA (RESIDÊNCIA): <i>3005 - Aschamps / Vitoria</i> Telefone: E-mail:
3	Edmundo Pereira Lima	61381074873		RA (RESIDÊNCIA): <i>Sobradinho</i> Telefone: <i>61 5604-9056</i> E-mail:
4	Letícia dos Santos	07688753155 ~~61991772323~~	<i>Letícia</i>	RA (RESIDÊNCIA): <i>Quanto modelo 9</i> Telefone: <i>61 991772323</i> E-mail:
5	Richard Radnyski Souza	566-029-793-53		RA (RESIDÊNCIA): <i>Ceilândia</i> Telefone: <i>61 9832-6367</i> E-mail: <i>radnyski72@gmail.com</i>
6	Matheus Sampaio Castro	060-614 881-73	<i>Matheus S.C.</i>	RA (RESIDÊNCIA): <i>ASA 51</i> Telefone: <i>61 98202-4399</i> E-mail:
7	Jonathan D. M. Lima	052-200 32170		RA (RESIDÊNCIA): <i>TAQUARA</i> Telefone: <i>996589873</i> E-mail: <i>Jonathan.sampaio@gmail.com</i>
8	Christian Lucas da Costa	048417451-73		RA (RESIDÊNCIA): <i>3005 - Vitoria P.F.T.</i> Telefone: <i>61 995522648</i> E-mail: <i>christianlucascosta@gmail.com</i>



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data: 28 de junho de 2025 (Sábado)

Horário de Início: 9h

PARTICIPANTES

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Roberta P. dos Santos	852.380.081-34	Roberta	RA (RESIDÊNCIA): CRANJA MODELO Telefone: 99164-2111 E-mail: PEREIRASANTOS@GMAIL.COM
2	Elisea Paulino Boas	061.155.161.61	Elisea	RA (RESIDÊNCIA): Planaltino DF Telefone: 61.933681501 E-mail: eliseapaulino2005@gmail.com
3	Rosângela Praca	400.740.21753	R Praca	RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 061.996416688 E-mail: rpraca@gmail.com
4	Francisco A.O. Neto	116.276.031-115		RA (RESIDÊNCIA): SIA F.W. 0018 Telefone: 61.98430-5707 E-mail: francolin@GMAIL.COM
5	Partiano C.M. Silva	01823425143	Partiano	RA (RESIDÊNCIA): Cronia Modelos Telefone: 61.984202718 E-mail:
6	Valdemar Francisco da Silva	430.739.873-09		RA (RESIDÊNCIA): Taguatinga Telefone: E-mail:
7	Lucy da Silva Mendes	019.407.84182	Lucy	RA (RESIDÊNCIA): Cronia Modelos - RF Telefone: 98503.2640 E-mail: lucy.silvamenes@gmail.com
8	Luana Alves	019.298.291-59	Luana	RA (RESIDÊNCIA): Planaltino DF Telefone: 61.98521226 E-mail: luanaalves19@gmail.com

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Gilmar L. de Santos	85916135568	Gilmar L. de Santos	RA (RESIDÊNCIA): <i>Grande Modelo Riacho Fundo</i> Telefone: <i>61994193395</i> E-mail: <i>gilmarlde@gmail.com</i>
2	Valdenice R. da Silva Gonçalves	88989902172 ~~999076059~~	Valdenice R. Silva	RA (RESIDÊNCIA): <i>Grande Modelo</i> Telefone: <i>999026050</i> E-mail:
3	Helena Maria dos Santos	82100020315	Helena	RA (RESIDÊNCIA): <i>Guara</i> Telefone: <i>981666994</i> E-mail:
4	Josiane R. da Silva	720567621-53	<i>[Assinatura]</i>	RA (RESIDÊNCIA): <i>Grande Modelo Torre Leão</i> Telefone: <i>61984163045</i> E-mail:
5	Adonirio T. Santos	78495636115	<i>[Assinatura]</i>	RA (RESIDÊNCIA): <i>INCEAT</i> Telefone: <i>61985941201</i> E-mail:
6	Luiz Carlos de Souza Pereira	4231605	<i>[Assinatura]</i>	RA (RESIDÊNCIA): <i>Samambaia</i> Telefone: <i>61995586266</i> E-mail: <i>LC650586@gmail.com</i>
7	Soraia B. S. Almeida	339233291-72	<i>[Assinatura]</i>	RA (RESIDÊNCIA): <i>Vicente Pires</i> Telefone: <i>61951117141</i> E-mail: <i>Soraiaalmeida@gmail.com</i>
8	Tercio Afonso de O. S.	01424604605	<i>[Assinatura]</i>	RA (RESIDÊNCIA): <i>Sítio Cachoeira Lagoa</i> Telefone: <i>982080127</i> E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Gracina Gomes Rodrigues	986.117.001-72		RA (RESIDÊNCIA): Riacho Fundo I Telefone: 61.9554.7684 E-mail: -
2	Mirlene Lima Ribeiro	967.83605191		RA (RESIDÊNCIA): Sina Telefone: 61.992548006 E-mail: -
3	Sidney dos Santos O.E.	99871270100		RA (RESIDÊNCIA): Bruma marte Telefone: 61.999721344 E-mail: -
4	Frederico Cardoso de Mat	01790214159		RA (RESIDÊNCIA): Grupo Rodão São Vitor Telefone: (61) 995062520 E-mail: frederico.cardoso@ig.com.br
5	América da Silva Almeida	02180728305		RA (RESIDÊNCIA): B. João Vilela Telefone: 61.995126414 E-mail: -
6	Rafael Almeida de Silva	30371835860		RA (RESIDÊNCIA): Planaltina Esmerin Telefone: 61.995009572 E-mail: 36046616@gmail.com
7	Vanessa Marques	84222093149		RA (RESIDÊNCIA): R. das Emas Telefone: 61.999738125 E-mail: eadha.marques@diverid.com
8	Marcia Cleide M	769.687231-15		RA (RESIDÊNCIA): Riacho Fundo I Telefone: - E-mail: -

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Shirlane Sousa Santos	021.632.901-90	Shirlane S. Santos	RA (RESIDÊNCIA): <i>Grande Modelo</i> Telephone: <i>(61) 996085749</i> E-mail: <i>shirlane28@hotmail.com</i>
2	ARNALDO ZANINI FILHO	0139506100	<i>[Assinatura]</i>	RA (RESIDÊNCIA): <i>Setor de Cuiabá 2.003 Ta</i> Telephone: <i>983116333</i> E-mail: <i>ARNALDOZANINI@GMAIL.COM</i>
3	Maryle Cardoso	088623716-59	<i>MAN</i>	RA (RESIDÊNCIA): <i>Grande Modelo J. W. 10</i> Telephone: <i>61991135635</i> E-mail: <i>Marylecardoso2@gmail.com</i>
4	Fátima Almeida	04917191599	<i>[Assinatura]</i>	RA (RESIDÊNCIA): <i>Jacim Vitoria</i> Telephone: <i>61981203635</i> E-mail:
5	Trácia Mendes	82354758/26	<i>[Assinatura]</i>	RA (RESIDÊNCIA): Telephone: <i>998665218</i> E-mail:
6	Mônica Luiza S. Rodry	58434623153	<i>[Assinatura]</i>	RA (RESIDÊNCIA): <i>Gondy Modelo</i> Telephone: <i>61933370</i> E-mail:
7	Edilene de Jesus	05409146540	<i>Edilene</i>	RA (RESIDÊNCIA): <i>Gaula</i> Telephone: <i>981066040</i> E-mail:
8	WALTER G. ALMEIDA	23982260106	<i>[Assinatura]</i>	RA (RESIDÊNCIA): <i>PARK WAY</i> Telephone: <i>61998726419</i> E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Lenise de Holanda	05105320323		RA (RESIDÊNCIA): <u>Grande meado</u> Telefone: <u>(61) 94336-7287</u> E-mail: <u>leniseholanda@gmail.com</u>
2	Valdomiro de Moraes	28715721191		RA (RESIDÊNCIA): <u>JARDIM VITÓRIA</u> Telefone: <u>61 991907857</u> E-mail: <u>APULANAPR100@GMAIL.COM</u>
3	Suelenita de Sousa	0393275199		RA (RESIDÊNCIA): <u>Grande meado Jardim Vito</u> Telefone: <u>388624863</u> E-mail:
4	Amor de Faria Ferreira	025982661-88		RA (RESIDÊNCIA): <u>Jardim Vitória</u> Telefone: <u>61-998117763</u> E-mail:
5	Daiane Rocha Batista da Silva	06078015141		RA (RESIDÊNCIA): <u>Grande meado</u> Telefone: <u>(61) 992815504</u> E-mail:
6	Edgar Gonçalves	471567321-53		RA (RESIDÊNCIA): <u>Grande meado</u> Telefone: <u>61 981304624</u> E-mail:
7	Daphon Oliveira Oliveira	04599066664		RA (RESIDÊNCIA): <u>GUARÁ</u> Telefone: <u>61992737349</u> E-mail:
8	Daniela Conceição de Melo	051.945.151-11		RA (RESIDÊNCIA): <u>Grande meado</u> Telefone: <u>61 989459580</u> E-mail:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)

Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF

Data: 28 de junho de 2025 (Sábado)

Horário de Início: 9h

PARTICIPANTES

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Roberto Antonio Neto	047.121.601.10		RA (RESIDÊNCIA): Taguatinga Telefone: (61) 992840531 E-mail: roberantoneto@outlook.com
2	Valmírio Alves da Silva	019.662.131.88		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: (61) 993513-713 E-mail:
3	Bruno César Santa Inês	99399061191		RA (RESIDÊNCIA): Park Way Telefone: 984270095 E-mail:
4	Rogério Maurício	04469565155		RA (RESIDÊNCIA): Riacho Fundo 3 Telefone: 0998536334 E-mail:
5	Edilberto Pereira Filho	269672531-34		RA (RESIDÊNCIA): Riacho Fundo Telefone: 99553-9132 E-mail:
6	Emmanuel Magalhães da Encarnação	067-47.021.50		RA (RESIDÊNCIA): Riacho Fundo 2 Telefone: 61 481894611 E-mail:
7	Claudia Paragassie Lemos	60257431187		RA (RESIDÊNCIA): Arni Quirina Telefone: 966022991 E-mail:
8	Rosmeire S. de Amorim	72208570320		RA (RESIDÊNCIA): Planaltina Telefone: 61 994411917 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	MAXWELL GALVÃO	00691762173		RA (RESIDÊNCIA): Gama Telefone: 61 995938552 E-mail: maxwell.galvao@gmail.com
2	José Carlos Pereira da Silva	88949400391		RA (RESIDÊNCIA): Granja Modelo Telefone: 385537861 E-mail:
3	Raunundo Rod. Goes Junior	646.559.491-34		RA (RESIDÊNCIA): Granja Modelo Telefone: 95670087 E-mail:
4	Valdeci de Sousa Sousa	939.869.983-49		RA (RESIDÊNCIA): Granja Modelo Telefone: 92766433 E-mail:
5	Sabrina Ferreira Santos de Alencar	611993111981		RA (RESIDÊNCIA): Granja Modelo Telefone: 611 958111981 E-mail:
6	Adão C. S. Medeiros	05003919395		RA (RESIDÊNCIA): SAMAMBAIA SUL Telefone: 989547895 E-mail:
7	Maria Rabana	24900109134		RA (RESIDÊNCIA): Guará Telefone: 985679938 E-mail: maria.rabana@gmail.com
8	ELY RICARDO VITORIA	41630993127		RA (RESIDÊNCIA): Jardim Vitoria Telefone: 391009007 E-mail: elyricardo@gmail.com

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Rafael de Souza Dias f. de Souza	296305091-72	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): Aracaju Telefone: 992591577 E-mail: rafael.dias@aracaju.gov.br
2	Elter Souza de Jesus	950117901-00	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
3	Herano N. de Almeida	049233973-99	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): Rio de Janeiro Telefone: 986130096 E-mail:
4	Joelma Pereira	948.978.593-82	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): Rio de Janeiro Telefone: E-mail:
5	Willian Reis	002.247.001-12	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): Porto Alegre Telefone: 61991696707 E-mail: willian.reis@portogale.com
6	Juraci Ferreira	3540294049	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): Taguaçu Telefone: 61988753206 E-mail:
7	Gerson Auto da Silva	809264791-72	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): Rio de Janeiro Telefone: (61)984821368 E-mail:
8	Wielker M. de Souza	788648521-15	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): RF - Rio de Janeiro Telefone: 61 83293949 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Vitor Hugo Dos Santos Sousa	038 022 722-82	Vitor Hugo Sousa	RA (RESIDÊNCIA): Lago Norte Telefone: E-mail:
2	Luciana da Rocha	047688337-47	Luciana da Rocha	RA (RESIDÊNCIA): Lago Norte Telefone: 61 984853617 E-mail: len.carlioca@gmail.com
3	Kelly Cristina Da Silva	57876738168		RA (RESIDÊNCIA): Brasília Telefone: 306 250 0148 E-mail:
4	Benebalina Lucia noqueira	21663920168		RA (RESIDÊNCIA): Taguatinga Telefone: E-mail:
5	M. Hon. M. Assis	316 891 1417		RA (RESIDÊNCIA): Planeta 28A 6200 09 Telefone: 99890 812 E-mail:
6	Felipe Pereira de Lima	022.233.321-35	Felipe P. de Lima	RA (RESIDÊNCIA): Capim Branco Telefone: 61 38306 1587 E-mail: LIPPEREIRA@hotmail.com
7	Leandro Araújo da Silva	005 640-581-54	Leandro A. Silva	RA (RESIDÊNCIA): Anápolis Telefone: (661) 99981-1026 E-mail:
8	Aline de Souza Lemos	955 353 491-00	Aline	RA (RESIDÊNCIA): Park Way Telefone: 339888711 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Ismael Alves da Silva	443.272.341-68	Ismael Alves	RA (RESIDÊNCIA): Calçada do Vale nº 128, Lote 1 Telefone: 99754 2938 E-mail:
2	André Junior Torres Barbosa	025.611.801-26	André	RA (RESIDÊNCIA): Santa Helena Telefone: 61-38229-1055 E-mail:
3	Thalita D.W. Silva	060.235.313-00	Thalita	RA (RESIDÊNCIA): Jardim Alvorada Telefone: 990279612 E-mail:
4	Bethmar Pereira	708.684.331-87	Bethmar	RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 61.989.2603/2 E-mail: BR.Lima@ig.com.br
5	Valdineia Soares	572.895.461-97	Valdineia	RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 81.9989.9566-9 E-mail:
6	ANTÔNIO EDSON GUIMARÃES FARIAS	115.587.171-53	Antônio	RA (RESIDÊNCIA): Póvoa Nova Telefone: 999.885.531 E-mail: ANTONIO.FARIAS@GMAIL.COM
7	Quina M. dos Santos	033.405.271-28	Quina M. Santos	RA (RESIDÊNCIA): Santa Os Bragança Telefone: 61.996.78101 E-mail: quina14juliana@gmail.com
8	Guilherme da Silva Santos	192.412.551-87	Guilherme	RA (RESIDÊNCIA): Taguatinga Telefone: 61.9649.12492 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Glauco Glauco Franco de Alti	043.088.131.23		RA (RESIDÊNCIA): Torção IV Telefone: 61 981246083 E-mail: glaucofranco@ig.com
2	Waldineia Carvalho	6022313814		RA (RESIDÊNCIA): Brasília Telefone: 61 7985022240 E-mail: waldineiacarvalho@gmail.com
3	Sheylla L. Martins da Silva	04260109146		RA (RESIDÊNCIA): Brasília Telefone: 61 981509902 E-mail: sheyllamartins@ig.com
4	Antonio Francisco da Silva	39785220397	Antonio	RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 903338567 E-mail:
5	Maurício José da Silva	532644012-15	Maurício José	RA (RESIDÊNCIA): Brasília Telefone: 61 993844826 E-mail:
6	Marcos Vinícius Campa	37353306149		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 61 996582124 E-mail:
7	Geraldo C. do Santos	99436405	geraldo	RA (RESIDÊNCIA): Brasília Telefone: 99434405 E-mail:
8	Francisco Jander da Silva	31878938134		RA (RESIDÊNCIA): LAGO NORTE Telefone: 983522509 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	VATIVISON PEREIRA DE LIMA	87270773140		RA (RESIDÊNCIA): BRAS 2011013 Telefone: 61 998171940 E-mail:
2	ROSEMARIA L. DA SILVA	258364711-34		RA (RESIDÊNCIA): Taguatinga Telefone: 61 934498875 E-mail:
3	SIMONE MARQUES DOS SANTOS	584.984.271.34		RA (RESIDÊNCIA): Emergentes Brasília Telefone: 61 9845410040 E-mail: Simone.marques61@gmail
4	ANA BEATRIZ VASCONCELOS	116.367421.49		RA (RESIDÊNCIA): Plano Piloto (CONDOMÍNIO) Telefone: 61 956644898 E-mail: arallad@gmail.com
5	GERILANE S. DE CARVALHO	04977886593		RA (RESIDÊNCIA): Brasília Telefone: 61-996240254 E-mail:
6	WALTER VIEIRA	27930386104		RA (RESIDÊNCIA): SHVP Telefone: 948682525 E-mail: waltervieira@gmail
7	CHRYSTIAN TIZEN	33491186153		RA (RESIDÊNCIA): Aguiar Chaves Telefone: 61 993817132 E-mail: Chrystian Aguiar
8	FRANCISCO LOPES DA SILVA	845 478 20109		RA (RESIDÊNCIA): ESTRUTURAL Telefone: 998690665 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Antonio Roberto da Silva	316858184-91		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 889369243 E-mail:
2	Renata Maria Soares	932342991-89		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 80985903244 E-mail: renata79.100@gmail.com
3	Melita Lécia Lopes	02361108100	Onela	RA (RESIDÊNCIA): BR 020 Km 16, Rodovia NIA Telefone: 61981467131 E-mail: melitalopes1@gmail.com
4	THAÍS A DA SILVA	822932.011-04		RA (RESIDÊNCIA): CHACALA BELA VISTA 41 Telefone: 996189215 E-mail: LAGO NORTE
5	GLAUBER A. CONTIENO	307.328.528-89	OTE	RA (RESIDÊNCIA): CAUB I Telefone: 61981638040 E-mail: GLAUBER.CONTIENO@hotmail.com
6	ERIVALDO CASTRO DE MENDONÇA	003.389.805-71		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 61999936-3939 E-mail:
7	JACO DE SOUZA TRISTES	042195191-52		RA (RESIDÊNCIA): QD 40 LT 10 P.M. JATINA Telefone: 61554061188 E-mail: JACO DESOUZA113@GMAIL.COM
8	JEOWASTA PAIVA	018.947.901-19		RA (RESIDÊNCIA): CAUB I Telefone: 61999527044 E-mail: JEOWASTA@GMAIL.COM

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Almeida da Conceição Oliveira	725.257.461-04		RA (RESIDÊNCIA): Casa do Primo Telephone: 38623-8348 E-mail: almeida.conceicao@gmail.com
2	Samuel Gonçalves Lima	314.782.471-34		RA (RESIDÊNCIA): Rua da Lândia Telephone: 61-98588-3420 E-mail: samuel.goncalveslima@gmail.com
3	Paulo Ricardo de Assis	994.075.661-53		RA (RESIDÊNCIA): RES IMPERIAL BRASÍLIA Telephone: 61.99184255 E-mail:
4	Edwin Novato de	70936859199		RA (RESIDÊNCIA): Green Park SSO Schatzen Telephone: 61-984275792 E-mail: EdwinNovato@gmail.com
5	Marciano Silva	332.110.305-49		RA (RESIDÊNCIA): SJPW 23-42 G Telephone: 9998-90.00.02 E-mail: marciano.silva@gmail.com
6	Deiza Carla Medeiros Leite	462.437.121-68		RA (RESIDÊNCIA): Park Way - DF Telephone: 61 996520889 E-mail: deiza.leite6269@gmail.com
7	Dominato Almeida	024.509.961-17		RA (RESIDÊNCIA): Água Quente Telephone: 61 986842465 E-mail:
8	Carlinhos da Rosa	461.430.761-20		RA (RESIDÊNCIA): Água Quente Telephone: E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	MARCELO AUGUSTO DOS SANTOS	010148277-95		RA (RESIDÊNCIA): SÃO SEBASTIÃO - DF Telefone: 61 981706997 E-mail: coqueirosantos@gmail.com
2		05718211469		RA (RESIDÊNCIA): COQUEIRO DO VALE Telefone: 21976886843 E-mail: FHY-AGOSTAO@GMAIL.COM
3	EDU PEREIRA BRANDIZZI	405.008.022-70		RA (RESIDÊNCIA): ARIZAL Telefone: 61 981786680 E-mail: brandizzi@brasil.com
4	beônio costa da cunha	901167551-72		RA (RESIDÊNCIA): Coqueiros 2 Telefone: 61 985169692 E-mail: LEOTRAVADO@GMAIL.COM
5	ANGELO RONCALLI	292 861 311 00		RA (RESIDÊNCIA): LA FORTTE Telefone: 61 993236997 E-mail: RONCALLICOSTA@GMAIL.COM
6	Frederico De Menezes	688368481-68		RA (RESIDÊNCIA): Guara Telefone: 61 992-086-230 E-mail: EDMENEZES@GMAIL.COM
7	Roger Hede O. Souza	61381746939		RA (RESIDÊNCIA): Q. 6 B. H. Casa 93 Telefone: 61381746939 E-mail: Rogerhede@Gmail.com
8	Yosilino modosile	413.76784434		RA (RESIDÊNCIA): NOVO HOSIUM Telefone: 887585792 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Jorge Leis Ramalho	247693631-68		RA (RESIDÊNCIA): GAMA - Ponte Alto Telephone: 61 996620052 E-mail: JLE.RAMALHO@gmail.com
2	Flora Siqueira Duarte	036.428.941-43		RA (RESIDÊNCIA): Chocora 12 Estrutural Telephone: 61 98554-3418 E-mail: clone-bravo@hotmail.com
3	Jaziel Rodrigues de Brito	969009471-53		RA (RESIDÊNCIA): Imperial Inova 7 Telephone: 99208-2652 E-mail:
4	Rogério de Souza Lacerda	561562901-20		RA (RESIDÊNCIA): Coqueiro - PARKWAY Telephone: 61 999493883 E-mail: rogerio.lacerda@gmail.com
5	Lucia Emi F. Silva	03354200609		RA (RESIDÊNCIA): R. Green Park 5 Sebastião Telephone: E-mail:
6	Tatiana Kosovski	006603283-85		RA (RESIDÊNCIA): M. Castelo - Casa IV Telephone: 61 39211-5558 E-mail: tatiana.kosovski@cloud.com
7	Mônica Regina Pires	478401611-30		RA (RESIDÊNCIA): Lago Norte Telephone: 61 992017279 E-mail: mpires.bsb@gmail.com
8	Saioe Rodrigues Cordeiro	70283058137		RA (RESIDÊNCIA): Telephone: E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	EDMILSON R. P. Souza	88496074/58		RA (RESIDÊNCIA): Rua 4, Quadra 1, R. B. C. 100 Telefone: 991902569 E-mail:
2	Francisca de Azevedo	804591635-87	Francisca	RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail: Ceilândia - Norte
3	Mª Cleonice R. Cabral	443.918.541-04	V. Ramos	RA (RESIDÊNCIA): Gama - Ponte Alta Telefone: 61.996.557920 E-mail:
4	Antônio Duarte de Araújo	539 22 008268		RA (RESIDÊNCIA): Planaltina Telefone: 61 898144 8607 E-mail:
5	Regina Fátima	120104301-82		RA (RESIDÊNCIA): 71660310 Telefone: 61 981892957 E-mail: reginafatima@gmail.com
6	Lucas Martins Raimundo	047.325.591-07		RA (RESIDÊNCIA): Gama Telefone: 61198104-0644 E-mail: lucas9295@hotmail.com
7	Sueli F. R. Góes	620843721-00		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail: Sueli_rach_940@gmail
8	Dorival de Souza	865121701-50		RA (RESIDÊNCIA): Planaltina Telefone: 980032857 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Camila M. Martins Jorge	70178932107	Camila M. Martins Jorge	RA (RESIDÊNCIA): <u>imcra 7</u> Telefone: <u>61 992893215</u> E-mail: <u>camila.martins.jorge@gmail.com</u>
2	Lucas P. Pradugue	01960394188	Lucas P. Pradugue	RA (RESIDÊNCIA): <u>São Sebastião</u> Telefone: E-mail:
3	Elton Vernal da Silva	916548471119		RA (RESIDÊNCIA): <u>CD 40 LT 40 BNSF</u> Telefone: <u>61 999219112</u> E-mail: <u>EIL.SILVA 752@gmail.com</u>
4	FABIO RODRIGUES	056.674.131-83	FABIO RODRIGUES	RA (RESIDÊNCIA): <u>São Sebastião</u> Telefone: <u>61 9872-6078</u> E-mail: <u>FR 8122353@gmail.com</u>
5	Marcia Imperadorino	075253, 669 11996321982	Marcia Imperadorino	RA (RESIDÊNCIA): <u>Bom Jardim 3ª Paralela</u> Telefone: <u>61 956292383</u> E-mail:
6	Regata da Lanchonete Ferreira	036-183-875-32	Regata	RA (RESIDÊNCIA): Telefone: <u>57226720384</u> E-mail:
7	Marco Mendes	00354861123		RA (RESIDÊNCIA): <u>EXIV</u> Telefone: <u>61 984287518</u> E-mail: <u>Marco.mendes@univ.br</u>
8	Nelson Paqueta	835223375300		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	moda: meire cristina	15213846149	moda	RA (RESIDÊNCIA): SAMANCAIA Telephone: 995491669 E-mail:
2	Jonstons Jorge Dos	74567451100		RA (RESIDÊNCIA): JNCDA Telephone: 61 96683171 E-mail: JONSTONSJ@GMAIL.COM
3	miuel fomes	043.351-453-14		RA (RESIDÊNCIA): Telephone: E-mail:
4	João Inácio de Souza	87496139187		RA (RESIDÊNCIA): Planaltina Telephone: E-mail:
5	Ailton Severino de Faria	492957801-91	Ailton	RA (RESIDÊNCIA): Planaltina Telephone: E-mail:
6	Gatiana da Santos	60925699301		RA (RESIDÊNCIA): Planaltina Telephone: 61 996441384 E-mail: gatianadasilva13@gmail.com
7	Drao Lopes Costa	012.31295163	Drao L. Costa	RA (RESIDÊNCIA): Ponte Alta - Gama Telephone: 61 984305042 E-mail:
8	Carlos Adriano Basilio	00153391199	Carlos Adriano	RA (RESIDÊNCIA): SES B13 E16354510 Telephone: (61) 984016848 E-mail: CARLOSBB282@GMAIL.COM

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Maria Patricia Pinheiro de Sousa	03551691185	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): Quadra 26B R.F.II Telefone: 61 99312 6928 E-mail: mariapatriciapinheiro@gmail.com
2	Idenir de Jesus Rados	92978657393	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): 91 Landline Telefone: 61 91 394983 E-mail:
3	Luciano Melo Costa	71835601120	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): 4000 S. B. 221110 Telefone: 61 39413338 E-mail: luciano.melo@planal.com
4	André Ricardo	1.673.050	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): 5A1 R2 Telefone: 91 99516 4444 E-mail: andrei@bsh.com
5	Helena Maria Costa	05365605181	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): Quadra 33A Bovera Telefone: 61 95284 2245 E-mail:
6	Danielo Martins	041 069 75165	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): 426041 LUGA Telefone: 61 9 3158 8609 E-mail: danielo.martins@planal.com
7	Ediene Matos C	05805187361	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): Planal Lote 10 F Telefone: 61-991050553 E-mail:
8	Renato de Souza	719-735151-34	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): Casa do Povo Telefone: 98957-4428 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2. Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Maryse Sessa Lima	097.415.291-98	Maryse	RA (RESIDÊNCIA): ESMERALDA Telefone: 3863 0665 E-mail:
2	Pedro Paulo C. Araújo	03466338155	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): Calceão de Telefone: 99256 7057 E-mail: pedropaulo@ig.com.br
3	Cláudia W. H. Contino	068211046 97	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): Rocha Fundo II (CIVIL) Telefone: 61 98270 8899 E-mail: claudia@outlook.com.br
4	Aguinaldo Rodrigues Monteiro	185.520.038-49	A R m	RA (RESIDÊNCIA): Telefone: Planaltina E-mail:
5	Ednir de Freitas	640 995 021 49	Ednir	RA (RESIDÊNCIA): Póvoa Nova Telefone: E-mail:
6	João Batista de Jesus	61 991 514572	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): SOL NASCENTE Telefone: 61 991 5145 72 E-mail: JBSRUIN@GMAIL.COM
7	José Francisco da Silva	61998526107	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): Planaltina Telefone: E-mail:
8	MARCELO HENRIQUE	61999328820	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): E-1 de Junho Telefone: E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Karin Barreto Viana	080.396.551-09	Karin Barreto Viana	RA (RESIDÊNCIA): Estrela Verde Telefone: E-mail:
2	Jonatan F. F. Costa	60216481504	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): Riacho Fundo 2 Telefone: E-mail:
3	Pedro Almeida Lobato	398592231-49	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): GAMA-DF Telefone: 61.998269072 E-mail:
4	Ytaci Cardoso dos Santos	52110970163		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 61.998372699 E-mail:
5	Luciana Costa	09852007	V. Costa	RA (RESIDÊNCIA): PANATINA Telefone: E-mail:
6	Elaine E. Pereira	51234246104	Elaine E. Pereira	RA (RESIDÊNCIA): Parapente Telefone: E-mail:
7	Anderson S. Souza	60026994-04	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): Águas Claras Telefone: 33972133 E-mail:
8	Maria de Lourdes Hart	245053101.53	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): Gama Telefone: 982385601. E-mail: laurdesmaralho2012@gmail.com

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Leociana da S. Rosa	58452702191		RA (RESIDÊNCIA): Bela Vista Lote 21 Telefone: 61 381225712 E-mail: junior60@gmail.com
2	Maria dos Anjos	596 907-393-15	Maria	RA (RESIDÊNCIA): Sobradinho Telefone: 61 988063944 E-mail:
3	Felipe Coutinho & Vilanova	38470488115		RA (RESIDÊNCIA): conv. PK Telefone: 61 931960426 E-mail: marcelocoutinho.fv@gmail.com
4	Janez R. Cardozo	91344190120	Janez	RA (RESIDÊNCIA): Sobradinho Telefone: 61 96590741 E-mail:
5	MARIA - SILVIA ROSSI	462 342.681-63	MIR	RA (RESIDÊNCIA): Plano Piloto Telefone: 61 99019951 E-mail:
6	Maria Elis A. Soya	339793-40104		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
7	Nelson S. Machado	847.248.971-04	NSM	RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail: nelisobmachado@gmail.com
8	Chirif Amr Elwan	0118784218		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail: chirifboos13@gmail.com

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Célio Teves Ror	657.787.441-19	Célio Teves	RA (RESIDÊNCIA): QN 21, Conj. I, apto 95 Telefone: 61.96603-7177 E-mail:
2	Celene M. Mendonça	17272743	Celene M. Mendonça	RA (RESIDÊNCIA): MÚLTIPLA RURAL 7123 Telefone: 61.9949317442 E-mail: celene.m.mendonca@outlook.com
3	Diogo Siqueira	471.420.491-20	Diogo Siqueira	RA (RESIDÊNCIA): SAU Telefone: 61.99999-0181 E-mail: diogo.siqueira@brasil.com.br
4	Maurício José da Costa	328.489.781-04	Maurício José da Costa	RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 61.99302285 E-mail: mauriciojcosta2020@gmail.com
5	Marcia Milene Araújo Costa	09607467574	Marcia Milene Costa	RA (RESIDÊNCIA): Nova Colina Indadele Telefone: 65885899112 E-mail: marcia33386@gmail.com
6	Samuel Nogueira Costa	426.748-243.89	Samuel Nogueira Costa	RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 8063-9615 E-mail: samuelnogueira@guia.com.br
7	Josanta Baptista da Silva	53953355104	Josanta Baptista da Silva	RA (RESIDÊNCIA): Res. das Palmeiras Telefone: 981427603 E-mail: josanta.baptista@gmail.com
8	Rosário de S. Romão	6199569991361184	Rosário de S. Romão	RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 61.995315360 E-mail: rosarioromao@outlook.com

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Leusa Alencar P. Nogueira	082421468-45		RA (RESIDÊNCIA): T01840 Telefone: 982020485 E-mail: leusapnogueira21@hotmail.com
2	SILVANA VIEIRA	380 279 761-20		RA (RESIDÊNCIA): Povo Novo Telefone: 61 981701313 E-mail: silvana.cidade@clufi.com
3	CLAUDIO VIEIRA	693.079.894-63		RA (RESIDÊNCIA): III Telefone: 61 981 346134 E-mail: claudiovieira@gmail.com
4	Francisco José de Fátima	150218151-72		RA (RESIDÊNCIA): RA I Telefone: 61-9-9611-1255 E-mail: francisco.jose.f@gmail.com
5	Priscilene da Silva	03743465507		RA (RESIDÊNCIA): Loma Verde Telefone: 61 906703593 E-mail: Priscilene da Silva
6	Mayana Rodrigues	61.98516.9450		RA (RESIDÊNCIA): Ponte Alta Telefone: 61.98516.9450 E-mail: mayarodrigues.adm@gmail.com
7	Luciana Souza	61 981434242		RA (RESIDÊNCIA): Vale dos I-pes Telefone: E-mail:
8	Maria Gerilda B. Silva	785.983.511.04 Maria		RA (RESIDÊNCIA): Demorados Telefone: E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Araceli T. Rosa	599.276.791-04		RA (RESIDÊNCIA): QNN-21-J-05 32 Telefone: 61-985062390 E-mail: araceli.rosa@guarapiranga.com.br
2	Paulo Cesar Dias do Souto	396.002.181-81		RA (RESIDÊNCIA): QOI-03-H-00 2 9me Telefone: 61-984115046 E-mail: paulo.03@yaho.com.br
3	Renelli Brito	695.108.901-91		RA (RESIDÊNCIA): QOI-03-H-00 2 9me Telefone: 61-993099116 E-mail:
4	Netton Junior SR	05610598613		RA (RESIDÊNCIA): São Sebastião Telefone: 61-996617278 E-mail: nettonjr@gmail.com
5	José do Egito A. de Souza	225.614.801-78		RA (RESIDÊNCIA): R4-A-III Telefone: 61-999716703 E-mail: alvedegito@alvedegito.com.br
6	Ilene Maria dos Santos	00148355170		RA (RESIDÊNCIA): Santa Helena Várzea Calina Telefone: 61-992215882 E-mail: ilene.maria.dos.santos@gmail.com
7	Leiricle Lanzanete de Lima	426.424.502-87		RA (RESIDÊNCIA): Lucio Costa Telefone: 61-98253-9303 E-mail:
8	Jonas Pereira de Santana	05335779589		RA (RESIDÊNCIA): SHN-011-Residência 46 V. 40 Telefone: 61-386317565 E-mail: jonas.pereira.santana@gmail.com

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	GEORGINA RESERVAE	702.715.181-20		RA (RESIDÊNCIA): JD BOMINIA Telefone: (61) 99639.3160 E-mail:
2	Jaiane Pereira	009 832 86116		RA (RESIDÊNCIA): Laran - Casa Grande Telefone: 99839.0835 E-mail: jaianetp@xbox.com.br
3	Diego de Mota Paiva	02128908195		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 61998104216 E-mail: amedeia@lucianoterminal.com
4	Andressa F.G.S.	04900518123		RA (RESIDÊNCIA): MA 05 - Casa Grande Telefone: 61992408804 E-mail: andressa.gomes@unb@gmail.com
5	Glérica da Silva Marcelino	083.258.541-62		RA (RESIDÊNCIA): Sobradinha Telefone: (61) 3413-0885 E-mail:
6	Cláudia M.R.C. Balua	372.134.231-34		RA (RESIDÊNCIA): PALHA Telefone: 99985-3661 E-mail: claudia.mdbalua@gmail.com
7	Francisca B. P. G. G. G.	055184901-00		RA (RESIDÊNCIA): PARKWAY Telefone: 61 9857316601 E-mail:
8	Maria Izete S. Silva	461.813.421-68		RA (RESIDÊNCIA): Sobradinha Telefone: E-mail:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)				
Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF				
Data: 28 de junho de 2025 (Sábado)		Horário de Início: 9h		
PARTICIPANTES				
Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Luciano Gonçalves	482.851.701-44		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 981247298 E-mail: LUCIANO@GMAIL.COM
2	Flávio (Augusto) de Fátima	005-990-171-06		RA (RESIDÊNCIA): Rueda fundo 1 Paragol Telefone: 61 981708829 E-mail:
3	Juceline Ribeiro Nogueira	705.406.911-00		RA (RESIDÊNCIA): ~~Em anexo em anexo em anexo~~ Telefone: Coluna anexo de 6 de setembro E-mail: 61 981958329
4	J. Miguel S. Batista	813.377.372-49		RA (RESIDÊNCIA): 11205 COSA Telefone: CAROL DE VENTURA E-mail:
5	maria do Rosário S.S. dos	038.352.753-00		RA (RESIDÊNCIA): 308 Avenida Telefone: 993940357 E-mail: marianhosilva07@gmail.com
6	Carla Mendonça Campelo de Paula	727.429.361-87		RA (RESIDÊNCIA): Bela Vista - 1º andar Telefone: 61 991121941 E-mail: carlamendonca@gmail.com
7	Guilherme de S.M. Santos	333.642.731-20		RA (RESIDÊNCIA): S.M.P.W. 23 Conj 2 L.S. L.H. Telefone: 61. 99542557 E-mail: crisallles@gmail.com
8	Reis mamede	339.101.701-53		RA (RESIDÊNCIA): S.M.P.W. 23 Conj 2 L.S. L.H. Telefone: E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Clívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Gilmara	5389568122	Gilmara	RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail: 997662046
2	Micha R. Lima-Ledes	56107706100	Micha	RA (RESIDÊNCIA): TAG Telefone: 98171022 E-mail: micha.r.lima@yaho.com.br
3	Leonardo Nunes	00104049103	Leonardo	RA (RESIDÊNCIA): CASA GRANDE Telefone: 61996973569 E-mail:
4	Jadery Freire Silva	80361862177	Jadery	RA (RESIDÊNCIA): TAGUATINGA Telefone: 61986148273 E-mail: JADERY.FREIRE@GMAIL.COM
5	Carla Vitoria da S. Aguiar	079.87792179	Carla	RA (RESIDÊNCIA): DVOCS Telefone: 981411682 E-mail: carla.vitoria@imail.com
6	Marcia Scherer Lima	55600549879	Marcia	RA (RESIDÊNCIA): GAMA Telefone: 986538756 E-mail: marcia.schererlima@gmail.com
7	Taina Santos	032.357.66178	Taina	RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 61.99158-8342 E-mail:
8	Marcia Mendes	263.77404768	Marcia	RA (RESIDÊNCIA): NECE-7 Telefone: 61.98758-6571 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Nelson Ferreira da Rocha	003.409.171-80		RA (RESIDÊNCIA): <u>Gratidão modelo Riacho</u> Telephone: <u>61 796250928</u> E-mail:
2	Isaac Rocha	013.626.621-37		RA (RESIDÊNCIA): <u>Gratidão modelo</u> Telephone: <u>61 998559507</u> E-mail:
3	João Gomes	657.655.691-34 ~~61.995.561.982~~		RA (RESIDÊNCIA): <u>LEILÃO 1º</u> Telephone: <u>61 995561982</u> E-mail:
4	Querença S. J. Gonçalves	789.043.661-00		RA (RESIDÊNCIA): <u>R 143</u> Telephone: <u>984582337</u> E-mail:
5	Alcides S. Gomes da Silva	527.401.986-84		RA (RESIDÊNCIA): <u>R 143</u> Telephone: <u>803 486182122</u> E-mail:
6	William Lima dos Santos	073.284.446-06		RA (RESIDÊNCIA): <u>COOPERVILLE</u> Telephone: <u>61 981955990</u> E-mail:
7	ETNAIR 6460170	803.453.791-87		RA (RESIDÊNCIA): <u>COOPERVILLE 26</u> Telephone: E-mail:
8	RONALDO DA COSTA SANTOS	903.335.645-34		RA (RESIDÊNCIA): <u>S CH. LUCIO COSTA GUAN</u> Telephone: <u>992090668</u> E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Ynis M. de Faria Almeida	56372035120		RA (RESIDÊNCIA): DVO Planaltina - DF Telefone: 61999586594 E-mail: ynis.almeida@hotmail.com
2	Glendiane R. F. Costa	464.285.261-8		RA (RESIDÊNCIA): INCEP 7 Telefone: 61-98155-6471 E-mail:
3	Edivania S. Tavares	8077880487		RA (RESIDÊNCIA): Sobradinho Telefone: 61981470565 E-mail:
4	maílen Zupprun	92369471800		RA (RESIDÊNCIA): Sobradinho Telefone: 61991686815 E-mail:
5	Sergio Edgar Ferreira	60722902104		RA (RESIDÊNCIA): Sudoeste Brasília Telefone: 61984145816 E-mail: Sergio.Hof.Dos.S.Guimaraes@gmail.com
6	Carla Brito Lemos	658.058.511-20		RA (RESIDÊNCIA): Sobradinho Telefone: 61994417673 E-mail: Carla.Brito.Lemos@gmail.com
7	FILIPPE FARIAS	03611419125		RA (RESIDÊNCIA): TAGUATUBA Telefone: 61 98307 0469 E-mail:
8	Luís Augusto	719907121-34		RA (RESIDÊNCIA): Santa Maria Telefone: 61988036815 E-mail: luiz.augusto@outlook.com

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Aduara Calado Costa	03644957150	Aduara	RA (RESIDÊNCIA): Sobradinho Telefone: 61 996546342 E-mail: aduara.calado@gmail.com
2	Tamiris Rocha Silva	084.931.336-05	Tamiris	RA (RESIDÊNCIA): Nícleo R. C. Terto Telefone: 98264 9531 E-mail: tamirisr.silva@gmail.com
3	JORGE DIAS DE OLIVEIRA	034.130.081-34	Jorge	RA (RESIDÊNCIA): PARANDÁ Telefone: 61 99033-0843 E-mail: DAEOR.ADMINISTRATIVO@APPAR.G.SAB.BR
4	Marta de Fátima Jardim	300.783.971-06	Marta	RA (RESIDÊNCIA): 26 Setembro Telefone: (61) 98443-5920 E-mail: maria-zilva@gmail.com
5	Marcia Sabrina Pereira	42866553187	Marcia	RA (RESIDÊNCIA): casa do Reino Telefone: 61 985267990 E-mail: Marcia.Silva@GUA/AN/CA
6	LARISSA SCHMIDT	63295563004	Larissa	RA (RESIDÊNCIA): J Botânico Telefone: 61 981125055 E-mail: Larissa.Lourenco@gmail.com
7	Gabrielly Waska Vieira dos Santos	(61) 985509038	Gabrielly	RA (RESIDÊNCIA): Aschaga Telefone: 1 E-mail:
8	Roberta Rêgo de Oliveira	61 99654-6368	Roberta	RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 61 99654-6368 E-mail:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)				
Local: Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF				
Data: 28 de junho de 2025 (Sábado)		Horário de Início: 9h		
PARTICIPANTES				
Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	SERGIO TEODORO	769.812.991-31		RA (RESIDÊNCIA): LAGO VERDE Telefone: 61 98606-1321 E-mail: SERGIO.TEODORO@GMAIL.COM
2	Fabírcia Queiroz	497.531.932-20		RA (RESIDÊNCIA): 26 DE SET. Telefone: 61 99576 5597 E-mail:
3	Jaciane Queiroz	7855 854916		RA (RESIDÊNCIA): CANDAMBA LÂNDIA Telefone: 984010771 E-mail: GEEISY.JACIANE@GMAIL.COM
4	Raimundo Manoel dos Santos	137593613-15		RA (RESIDÊNCIA): M-05 CH 03 B Telefone: 984626215 E-mail: raimundo.nap.silva5242400.com.br
5	Rodrigo D. Ameno	712.571.603-68		RA (RESIDÊNCIA): JARDIM VITÓRIA Telefone: 61 99192-3788 E-mail:
6	Satinyng Dias Rodrigues	004.359.501-42		RA (RESIDÊNCIA): JARDIM VITÓRIA Telefone: 61 99999.3389 E-mail: J.F.RODRIGUES@GMAIL.COM
7	Vanderlei de Castro	380769262-20		RA (RESIDÊNCIA): M-05 CASA GRANDE Telefone: E-mail:
8	maria das graças costa			RA (RESIDÊNCIA): JARDIM VITÓRIA Telefone: 99232 65 90 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Maurício A. Duarte	373.613.501-78		RA (RESIDÊNCIA): SMO 804 chco 26 Telefone: 981790200 E-mail: mauricioseparacao@gmail.com
2	Guilherme B. Dantas	392867381-55 983793		RA (RESIDÊNCIA): J. A. D. Dantas 3 Telefone: 992933746 E-mail:
3	Roberto Henrique D. Martins	714.907.901-28		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 68.99295.4961 E-mail:
4	Radma Lisboa Almeida	691.138.295-15		RA (RESIDÊNCIA): VRC T Trcho 03 Telefone: 61.99257.9223 E-mail: radma36@guiaf.com
5	Juliana Vieira	305.55.41-49		RA (RESIDÊNCIA): RA 3 Telefone: 61.981340135 E-mail:
6	Saucon Gabriel de Castro Lima	065.547.951-11		RA (RESIDÊNCIA): Pm do Sol Telefone: 61.90551.3282 E-mail: saucongabrielcastrolima@gmail.com
7	Laílson Emigdio Lima			RA (RESIDÊNCIA): São Pedro das Telefone: 95.78.8281 E-mail:
8	Renata dos Reis	034977272-13		RA (RESIDÊNCIA): Nazar Colina Telefone: E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Kaule da S. Rodrigues	021.104.491-10		RA (RESIDÊNCIA) 26 de setembro Tag Norte Telephone: 61 994415533 E-mail:
2	Mathheus Loureiro Braga	039 729.031.46		RA (RESIDÊNCIA) Parkway Telephone: 18172 8635 E-mail: matheusloureirob@hotmail.com
3	Maria da Graça Nova	297129821-63		RA (RESIDÊNCIA) Tag Norte S. A Telephone: 619 85509000 E-mail: ASDMOTAC@gmail.com
4	Helio Lordeiro de Castro	313.771.571-72		RA (RESIDÊNCIA) PLANO PILOTO Telephone: 999493885 E-mail: /
5	Bellina Ferreira de Sousa	01419556517		RA (RESIDÊNCIA): Riocho Lundett Telephone: 61 996729229 E-mail:
6	Rodolfo Ferreira dos Santos Pereira	038 296 793-73		RA (RESIDÊNCIA): POETA ALTA NORTE Telephone: 161 99432 8080 E-mail: RODOLFO2015@GMAIL.COM
7	Lécio S. Nogueira	119.607.011-34		RA (RESIDÊNCIA): SAMAMBAIA Telephone: 61 98441 2333 E-mail: LECIONOUEIRA@gmail.com
8	Lucas Pereira Cabral			RA (RESIDÊNCIA): Sahrachine 1 Telephone: 61 991458862 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Maria Rita da Silva F. Moreira	983.329.291-72	Maria Rita	RA (RESIDÊNCIA): Trave de Ligeira Telefone: 99362-9959 E-mail:
2	Mário José F.	040412391-56	Mário José	RA (RESIDÊNCIA): RA. NE Telefone: 1612.98636-6262 E-mail: MARIO.NOLETO83@GMAIL.COM
3	Livia Varisco	822.200.381-04	Livia	RA (RESIDÊNCIA): CA LAGO NORTE Telefone: E-mail: LIVVARISCO@GMAIL.COM
4	Gabriela D. L. Torres	007.142.521-33	Gabriela	RA (RESIDÊNCIA): Inda 07 Telefone: 61.9896.52517 E-mail: gabrieladl@GMAIL.COM
5	Delvita Alves Ferreira Dias	994421001	Delvita	RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail: delvitalves@GMAIL.COM
6	João Nilton da Silva	263.12.972100 984326410	João Nilton	RA (RESIDÊNCIA): Samambaia Telefone: 584726410 E-mail: JNILTON@SAMAMBAIA@GMAIL.COM
7	Susana da Silva Tostes	287.313.441-00	Susana Tostes	RA (RESIDÊNCIA): Orlândia Telefone: 3362.6116 E-mail: SUSANA.TOSTES@SISMAFERRA REG AR
8	Milena Ribeiro da Silva	50560182102	Milena	RA (RESIDÊNCIA): Ceilândia Telefone: 61.98577-5795 E-mail: Milena.Ribeiro@GMAIL.COM

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Alvo Flávio Resende	029-418-613-83		RA (RESIDÊNCIA): Sobradinho - ACMMMA Telefone: 61-992049645 E-mail:
2	Georgina de S. S.	03495999389		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 999960623 E-mail:
3	IDILIO CARDOSO	505935791-00		RA (RESIDÊNCIA): LAGO NORTE Telefone: 61 981165816 E-mail: IDILIO.CARDOSO@GMAIL.COM
4	Victoria Carolina Nogueira Passos	05410152140		RA (RESIDÊNCIA): Casa Pêlo Telefone: (62) 992830185 E-mail: VICTORIA.PASSOS.397@GMAIL.COM
5	Lucia do Carmo R. Martins	099088541-00		RA (RESIDÊNCIA): Evila 17000 Telefone: 61-999700835 E-mail:
6	Donatiz Freire Vieira	149506801-48		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
7	Emílio Borges Lima	259331241-68		RA (RESIDÊNCIA): RAV Telefone: 398190614 E-mail:
8	Roni Juan Roca J. Pereira	919383020124		RA (RESIDÊNCIA): ~~LAGO NORTE~~ LAGO NORTE Telefone: 61931022018 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Raimundo P. Silva	05262132140	Raimundo P. Silva	RA (RESIDÊNCIA): São Sebastião Telefone: 61999152383 E-mail:
2	Raimundo Santiago	928.129.971-72	Raimundo Santiago	RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 619855913023 E-mail: raimundo.santiago@6mail.com
3	JOSÉ BASÍLIO FILHO	245.825.731-34	JBF	RA (RESIDÊNCIA): VILA CULTURAL - P. R. LOTE 2 DF Telefone: (61) 992833403 E-mail: basilio.jbf62@gmail.com
4	Washington Lourenço	05130656520	Washington Lourenço	RA (RESIDÊNCIA): Residência Al Green Park Telefone: 6199104-2159 E-mail: Washingtonlourenco112@gmail.com
5	Yasmim Ferreira da Silva	07736123195	Yasmim Ferreira da Silva	RA (RESIDÊNCIA): Rua Gama 19, São Sebastião Telefone: 61998529369 E-mail: yasmimferreira.dasilva@gmail.com
6	André de Souza	005.134.601-01	André de Souza	RA (RESIDÊNCIA): Norte Horizonte Telefone: 611986298712 E-mail: andredeSouza65@gmail.com
7	maria da Glória	035.235.183-80	maria da Glória	RA (RESIDÊNCIA): São Sebastião Telefone: 0932772583 E-mail:
8	Maria Lúcia Lima	946.394.001-44	Maria Lúcia Lima	RA (RESIDÊNCIA): São Sebastião Telefone: 995277253 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Lucas Santa Souza	068179323-84		RA (RESIDÊNCIA): Villa Green Park Telefone: 61 983332474 E-mail:
2	Blisângela Sousa	88089351-49		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 06999552085 E-mail:
3	Allyne Spindola	012209201-00		RA (RESIDÊNCIA): Planaltina Telefone: 61 93866 8614 E-mail: allyne.spindola.advocacia@gmail.com
4	Emerson Braz	731946863-15		RA (RESIDÊNCIA): Fort Way Telefone: 61 98107-1926 E-mail: brazsantoseg@gmail.com
5	Fran F. Cruz	6633285019		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 99241-0628 E-mail:
6	Ozcaros! Assis	811-525-26120		RA (RESIDÊNCIA): NOVA HORIZ- Telefone: 984149000 E-mail:
7	MARIANA LINS LACERDA	012.873.753-08		RA (RESIDÊNCIA): 26 DE SETEMBRO Telefone: 61-98357-0208 E-mail: mariana_lacerta@hotmail.com
8	Jailma R. Romão	03544404946		RA (RESIDÊNCIA): SMPW 04 05 60426 Telefone: 61954736555 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Milzilene Santos da Costa	040 27494103	Milzilene	RA (RESIDÊNCIA): <u>Adrianópolis</u> Telefone: E-mail:
2	Joelma Ferreira da S	047 34113017	Joelma	RA (RESIDÊNCIA): <u>São Sebastião</u> Telefone: <u>61 99335 7687</u> E-mail:
3	Steffania Cardoso	036.407.391-83	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): <u>VP</u> Telefone: E-mail:
4	Djan Moraes	020667901-03	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): <u>Água-Quente</u> Telefone: <u>61 931905158</u> E-mail:
5	Sandra B. Carvalho		Sandra B.	RA (RESIDÊNCIA): <u>Novo Origine</u> Telefone: <u>992140580</u> E-mail:
6	Jose Carlos Gomes	43090249391	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): <u>Sobradinho E. H. A. 11</u> Telefone: <u>61 999083588</u> E-mail: <u>JoseCarlosGomes5331@gmail.com</u>
7	Ludmila Bernardes	048652304-51	ALBarton	RA (RESIDÊNCIA): <u>SMPO Q.4, Conj. 6, Ch. 26</u> Telefone: <u>61 99957-8408</u> E-mail: <u>ludmylabasthos@hotmail.com</u>
8	Cláudia Moreira da Silva	933792771-34	[Assinatura]	RA (RESIDÊNCIA): <u>Núcleo rural do Taboão</u> Telefone: <u>61 998311608</u> E-mail: <u>Y</u>

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Peterson De Melo e S	003352685-40		RA (RESIDÊNCIA): R. Fund I Telefone: (33) 38855 2816 E-mail:
2	RAIMUNDA RONDONIAU SERRAO DA SILVA	275.312.792 -15		RA (RESIDÊNCIA): 22424120 Telefone: 61 98155 2061 E-mail: raimunda.silva@brasil.com.br
3	Isabella J Silva	074-361031-60		RA (RESIDÊNCIA): R. São Sebastião Telefone: 99992 7724 E-mail: Isabella001@gmail.com
4	Miriam Moraes	886268571-82		RA (RESIDÊNCIA): P. Piloto Telefone: E-mail: miriam.moraes@tmdo.df.gov.br
5	Maria Izabel Braga Vitor	610172481-68		RA (RESIDÊNCIA): Plano Piloto Telefone: 993761224 E-mail: izabel.vitor@hotmail.com
6	Romulo Andrade da Oliveira	578836531-72		RA (RESIDÊNCIA): Plano Piloto Telefone: 983436718 E-mail: romulo.oliveira@df.gov.br
7	João Vitor da Costa	885443384-53		RA (RESIDÊNCIA): SMPW Q. 04 Conj B Telefone: CH 26 61 981340950 E-mail:
8	Isa Vitor D L L	036 812 051-36		RA (RESIDÊNCIA): Taguatinga Telefone: 938014849 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Leonardo Vieira Avilani	376146621-72		RA (RESIDÊNCIA): IX Telefone: 61 944433064 E-mail: leocavilani@hotmail.com
2	Sebastião Silvestre	321749267-08		RA (RESIDÊNCIA): SUPER PARK-WAY Telefone: 199042323 E-mail: sebastiao.silvestre@outlook.br
3	Patrícia Duarte	44307004191		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 932116451 E-mail: patricia.aud@igmail.com
4	Francisco Costa			RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
5	Guilherme Robson	03606595352		RA (RESIDÊNCIA): XXX B Telefone: E-mail:
6	Edson Gomes de A. V. A.	03191250142		RA (RESIDÊNCIA): RUA GUADELOPE Telefone: 61 981644445 E-mail:
7	Laura E. P. M. Sousa	012426566-93		RA (RESIDÊNCIA): Logo Norte Telefone: E-mail: lauraedmaia@gmail.com
8	Silvia Dantas	768.693.421-72		RA (RESIDÊNCIA): 26 SETEMBRO Telefone: 61 392373080 E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

NR	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Maria de Fátima Carlos	00663910323		RA (RESIDÊNCIA): Brazlândia Telephone: 61 985509838 E-mail:
2	maíra Feresira da Silva	69321140115		RA (RESIDÊNCIA): doaiti Telephone: 992.16911 E-mail:
3	Ramulo S Silva	38116066897		RA (RESIDÊNCIA): GRANJA MODELO Telephone: 61 984215219 E-mail: ramulo.bbe@hotmail.com
4	Valdimagno N. Santana	563736511-34		RA (RESIDÊNCIA): Ceilândia Telephone: 61 9988486157 E-mail: mnmnmcms@outlook.com
5	María Modeste Pinatti	634834241-72		RA (RESIDÊNCIA): Serrinha do Paranaíba Telephone: 61 986363380 E-mail: marapinatti@gmail.com
6	Leiz Carlos Barcellos Hagen	151.156.581-00 61 9645-1207		RA (RESIDÊNCIA): PARKWAY Telephone: (061) 4645-1204 E-mail: leizbarcellos@gmail.com
7	Jussara Campos de Almeida	61998263455		RA (RESIDÊNCIA): XVI Telephone: 998263455 E-mail: jussara750@gmail.com
8	João Alvaro Silva	792-822.352.72		RA (RESIDÊNCIA): Zébrão Telephone: E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Ricardo F Lima	0364557490	Ricardo F Lima	RA (RESIDÊNCIA): <u>61995793479</u> Telefone: <u>61995793479</u> E-mail:
2	Sylvia Secundo	1172 055 08		RA (RESIDÊNCIA): <u>Doroth Stoma</u> Telefone: <u>6199677 59 16</u> E-mail: <u>Sylvia.Secundo@gmail.com</u>
3	Dimas Soares Lima			RA (RESIDÊNCIA): <u>61128 00 5410</u> Telefone: <u>61 98667 1993</u> E-mail:
4	Jean Vitor Condeiro	093.455.601-06		RA (RESIDÊNCIA): <u>Colônia IDT</u> Telefone: <u>(61) 90159-3370</u> E-mail: <u>jeanv.condeiro@gmail.com</u>
5	Sidney R medeiros	68835396115		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail: <u>6198994533</u>
6	Jonatans Jorge	76567457100		RA (RESIDÊNCIA): <u>LUCAS 7</u> Telefone: <u>61 79668 3211</u> E-mail: <u>jonatansjorge@gmail.com</u>
7	Kennedy mendes	00961513152		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: <u>61 986339784</u> E-mail: <u>Kennedy.mendes@yahoo.com.br</u>
8	ANTONIO MATEO FILHO	403.279.306-91		RA (RESIDÊNCIA): <u>LAGO NORTE</u> Telefone: <u>61-9092-6422</u> E-mail: <u>amateo10@gmail.com</u>

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	PAULO RICARDO TAVARES	698864355-20		RA (RESIDÊNCIA): SOBREDOINHO TR. Telephone: 61996302566 E-mail: PRICARDO@GMAIL.COM
2	David de Azevedo	025045473-40		RA (RESIDÊNCIA): GRANJA MODELO Telephone: 61.984609834 E-mail: JARDIM_VITORIA
3	BRUNA AZEVEDO	037454411-50		RA (RESIDÊNCIA): GRANJA MODELO Telephone: E-mail: JARDIM_VITORIA
4	Viviany A.F. de Souza	019.753211-03		RA (RESIDÊNCIA): Donatelly Telephone: 61996943693 E-mail: VIVISARA410@gmail.com
5	Joana D. de Azevedo	2.241.152		RA (RESIDÊNCIA): Donatelly Telephone: E-mail:
6	Renúciade Montenegro	524339781-49		RA (RESIDÊNCIA): Guapira - Opma Telephone: 61.979747133 E-mail: renuciades@opma.com
7	KRYTON PHONE S. COSTA	028.524.541-86		RA (RESIDÊNCIA): Telephone: E-mail:
8				RA (RESIDÊNCIA): Telephone: E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Raiane Paulo dos Santos	009.235.224-37		RA (RESIDÊNCIA): <u>Culândia</u> Telephone: <u>619.8472.7297</u> E-mail: <u>raiane.paulo.dos.santos@gmail.com</u>
2	Edilson Batistina	628.892.141-68		RA (RESIDÊNCIA): Telephone: <u>(061) 99160-2828</u> E-mail:
3	Roney Roy Rodrigues	505.962.171-53		RA (RESIDÊNCIA): <u>Vastos Pires</u> Telephone: <u>(61) 99645-3042</u> E-mail: <u>ronerroyrodrigues@gmail.com</u>
4	Regina Maria Brante Freitas	097.309.231-91		RA (RESIDÊNCIA): <u>Dama do Resno</u> Telephone: <u>999834606</u> E-mail: <u>regina.brante@gmail.com</u>
5	João Gonçalves	092.769.681-00		RA (RESIDÊNCIA): <u>Taguatinga</u> Telephone: <u>61981386723</u> E-mail: <u>joao.goncalves12@gmail.com</u>
6	Georanna Riba	055136.96126		RA (RESIDÊNCIA): <u>Samaritânia norte</u> Telephone: E-mail:
7	Wesley Almeida	091.914.851-14		RA (RESIDÊNCIA): <u>Celândia</u> Telephone: <u>61.998894199</u> E-mail:
8				RA (RESIDÊNCIA): Telephone: E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Marcos C. M. de Souza	490.331.311-53		RA (RESIDÊNCIA): Tamará Telefone: 99177-0780 E-mail:
2	Helena Wernick	943026 963 34		RA (RESIDÊNCIA): Marulvina Telefone: 61 99923 8857 E-mail: helena.wernick@hotmail.com
3	Edison M. Rampa Junior	017.945.141-01		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
4	WANDERSON OLIVEIRA RIBEIRO	036.683.043-60		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
5	Samuel Sousa dos Santos	017.811.923-75		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
6	Emílio Rampa	61061549100		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
7	Leon Thiago	01502503407		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
8				RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Minicipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	FRANCISCO CHEMONT DE A. MONTA	239.884.441-20		RA (RESIDÊNCIA): 50122401-40 Telephone: 61-98242-3644 E-mail: VERAES.CHEMONT@GMAIL.COM
2	MILTON PAULO WAIHACK ROSA	01631257130		RA (RESIDÊNCIA): Nucleo Rural C. Tinto Telephone: 61 99303-9342 E-mail: MILTONPAULOWR@GMAIL.COM
3	Emerson Clemente Toranzo	63562026268		RA (RESIDÊNCIA): N. Mandacaru Telephone: 61-981127732 E-mail: emersonclemente@ig.com.br
4	Emonea Prampa de Brito	265.416.881-68		RA (RESIDÊNCIA): Ceilândia Sul Telephone: (61) 991221573 E-mail: emoneapampa@hotmail.com
5				RA (RESIDÊNCIA): Telephone: E-mail:
6				RA (RESIDÊNCIA): Telephone: E-mail:
7				RA (RESIDÊNCIA): Telephone: E-mail:
8				RA (RESIDÊNCIA): Telephone: E-mail:

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública final do processo de revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)**Local:** Auditório Lindberg Aziz Cury, da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Zona Cívico-Administrativa - Brasília/DF**Data:** 28 de junho de 2025 (Sábado)**Horário de Início:** 9h**PARTICIPANTES**

Nº	Nome:	CPF	ASSINATURA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1	Edson de Sousa	723.495.416-00		RA (RESIDÊNCIA): S. de Almeida II Telefone: 61 992168008 E-mail:
2	M ^{re} da Conceição Chagas	462.396.421-34		RA (RESIDÊNCIA): chaga 1 chaga 66 Telefone: (61) 9 9640-9003 Riacho Fundo E-mail: conceicao.chagas1@gmail.com
3	Flaviana Eugênia Lima	281.661.671-15		RA (RESIDÊNCIA): Telefone: 61 982022499 E-mail: FLAVIANOCETOSIMIL@GMAIL.COM
4	ZENON DU COMPARADO CEZINON PEREIRA DOS SANTOS	291563861-62		RA (RESIDÊNCIA): 61 291944403 Telefone: PARANÁ E-mail: CEZINONJS@GMAIL.COM
5				RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
6				RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
7				RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:
8				RA (RESIDÊNCIA): Telefone: E-mail:







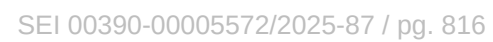












LEI DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

AVISO DODF

AVISO JORNAL







Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito
Federal
Gabinete
Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados

Relatório de Atividades

RELATÓRIO DE ATIVIDADES nº 01/2025

Câmara Temática do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – CT-PDOT

Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do DF - CONPLAN

Introdução

O presente relatório visa registrar e avaliar os debates e avanços realizados pela Câmara Temática do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (CT-PDOT), desde a sua criação até a presente data.

Este documento sumariza as atividades, encontros e contribuições significativas que têm orientado os trabalhos realizados pela supracitada Câmara Temática, subsidiando, assim, a compreensão da colaboração de seus membros no aperfeiçoamento e construção coletiva do futuro Plano Diretor, no âmbito do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do DF (CONPLAN).

Previsão Normativa

A Câmara Temática do Plano Diretor de Ordenamento Territorial– CT-PDOT foi instituída pela Resolução nº 01, de 27 de fevereiro de 2025 (DODF nº 42, de 28 de fevereiro de 2025), cujas disposições foram estabelecidas para acompanhamento do processo de revisão do Plano Diretor, aprovado pela Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009.

O objeto da CT-PDOT, assim como as orientações para a sua composição e coordenação são previstos pelos artigos 1º ao 3º da Resolução nº 01/2025, enquanto o art. 4º da referida Resolução apresenta as competências da CT-PDOT, conforme segue:

Art. 1º Instituir a Câmara Temática do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – CT-PDOT, para o acompanhamento da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, aprovada pela Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009.

Art. 2º A CT-PDOT será composta por órgãos e entidades representantes do poder público e da sociedade civil, que integram o Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – Conplan.

[...]

Art. 3º A CT-PDOT será coordenada por representante do órgão gestor de planejamento territorial e urbano do Distrito Federal, a quem caberá:

- I – propor o calendário de reuniões;
- II – convocar e coordenar as reuniões;
- III – encaminhar os documentos necessários às discussões;
- IV – encaminhar o relatório técnico para apreciação do Conplan; e
- V – exercer outras atividades necessárias ao funcionamento da Câmara Temática.

[...]

Art. 4º Compete à CT-PDOT:

- I – aprovar seu cronograma de atividades;
- II – propor convite a especialistas e a outros participantes qualificados para o debate das pautas; e

Destaca-se que o art. 2º, § 1º da Resolução nº 01/2025 prevê a garantia de paridade entre representantes do poder público e da sociedade civil, na composição da CT-PDOT, refletindo o compromisso com a participação efetiva da população em todas as instâncias e procedimentos do processo de revisão do PDOT.

Registra-se que o art. 4º, III, § 1º ao 5º da Resolução apresenta diretrizes de competência para a elaboração do relatório técnico referenciado nesse inciso III.

Proposta e Criação da CT-PDOT

A Câmara Temática do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, instituída por meio da Resolução nº 01, de 27 de fevereiro de 2025, cuja constituição foi devidamente em plenário, teve suas atividades na sexta-feira 09/05/2025, em que se pautou a apresentação da Estrutura da Minuta de PLC para o futuro PDOT, assim como o debate de assuntos gerais afetos à realização dos trabalhos, destacando-se, conforme extrato da ata da 1º Reunião da CT-PDOT, que:

[...] o Senhor **Marcelo Vaz Meira da Silva** sugeriu que a metodologia seja realizada da seguinte forma: dividindo o texto da lei em algumas partes. Informou que a expectativa é que sejam realizadas 8 reuniões, todas as sextas-feiras, para que seja debatido e discutido, finalizando as reuniões na primeira sexta-feira de julho, para que seja deliberado no pleno do CONPLAN na segunda quinzena de julho. A proposta é que todos os membros leiam o que for proposto na reunião, para que tragam, no encontro seguinte, suas contribuições de forma a garantir eficiência às tratativas. Acerca dos anexos, cada membro pode opinar sobre um ponto específico ao final da discussão do texto, em cada reunião.

Assim, registra-se que o presente Relatório é, portanto, resultado do cumprimento do que dispõe o art. 4º, III da Resolução nº 01/2025, normativo que instituiu a CT-PDOT, bem como das deliberações aprovadas no âmbito das atividades dessa Câmara Temática.

Objetivos e Diretrizes

A Câmara Temática do Plano Diretor de Ordenamento Territorial– CT-PDOT teve como objetivo inicial providenciar espaço para a discussão da minuta consolidada do Projeto de Lei Complementar (PLC) elaborado para a revisão do Plano Diretor vigente, Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, implicando, assim, na conformação de discussões e contribuições qualificadas para o aperfeiçoamento da minuta de PLC a ser encaminhada para apreciação e aprovação do CONPLAN.

Participações e Reuniões

No período de três meses a Câmara Temática se reuniu por treze vezes, contando com a participação de: 3 representantes da SEDUH, responsáveis pela coordenação das atividades; 7 membros representantes do Poder Público e seus respectivos suplentes; 7 membros representantes da sociedade civil e seus respectivos suplentes, totalizando 14 membros, conforme segue:

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal Câmara Temática do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CT-PDOT)	
COMPOSIÇÃO (Quorum 8)	
COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS	
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEDUH	Secretário: MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA
	Secretária Adjunta: TEREZA DA COSTA FERREIRA LODDER
	Subsecretária da SUPLAN: JULIANA MACHADO COELHO
PODER PÚBLICO	
1 SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL - SEAGRI	Titular: RAFAEL BORGES BUENO Suplente: PEDRO PAULO BARBOSA GAMA
2 SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL DO DISTRITO FEDERAL - SEMA	Titular: ANTONIO GUTENBERG GOMES DE SOUZA Suplente: GLAUCO AMORIM DA CRUZ
3 SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL - SEMOB	Titular: MIRIAN MITUSUKO IZAWA MORAES Suplente: RICARDO SERGIO DE OLIVEIRA E SILVA
4 INSTITUTO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL - IPEDF	Titular: WERNER BESSA VIEIRA Suplente: THIAGO NORONHA GARDIN
5 SECRETARIA DE ESTADO DE PROTEÇÃO DA ORDEM URBANÍSTICA DO DISTRITO FEDERAL - DF LEGAL	Titular: SIMONE MARIA MEDEIROS COSTA Suplente: MARCELLO SAYEGH
6 COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB	Titular: LUIS ANTÔNIO ALMEIDA REIS Suplente: GRAZIELLE BESERRA BORGES
7 AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL - TERRACAP	Titular: HAMILTON LOURENÇO FILHO Suplente: BIANCA ILHA PEREIRA
SOCIEDADE CIVIL	
1 ANDARA PÉ - O MOVIMENTO DA GENTE	Titular: BENNY SCHWABERBERG Suplente: PÉRSIO MARCO ANTÔNIO DAVISON
2 FEDERAÇÃO DOS INQUILINOS DO DISTRITO FEDERAL - FID/DF	Titular: FRANCISCO DORION DE MORAIS Suplente: STEFFANIA CARDOSO MENDONÇA
3 UNIÃO DOS CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS E ASSOCIAÇÕES DE MORADORES NO DISTRITO FEDERAL - ÚNICA/DF	Titular: JUNIA MARIA BITTENCOURT ALVES DE LIMA Suplente: DANIEL BITTENCOURT ALVES DE LIMA
4 INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL / DEPARTAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - IAB/DF	Titular: ANDRÉ JUNIO TAVARES BARBOSA Suplente: JULIETTE ANNA FANNY LENOIR
5 ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL / SECCIONAL DO DISTRITO FEDERAL - OAB/DF	Titular: ALMIRO CARDOSO FARIA JUNIOR Suplente: MAURO JÚNIOR PIRES DO NASCIMENTO
6 ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA NOVA GAMA - AMOVING	Titular: MAÍRA DE SOUSA SILVA TORQUATO CEDRAZ Suplente: EDUARDO ALVES FAYET
7 PREFEITURA COMUNITÁRIA DOS MORADORES DA COLÔNIA AGRÍCOLA SUCUPIRA - PRECOMOR	Titular: IONIANA RODRIGUES DOS REIS Suplente: DIDIMO GEORGE DE ASSIS MATOS

Composição de membros da Câmara Temática do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (CT/PDOT).

As reuniões da CT-PDOT, abertas à participação da sociedade como um todo, também contaram com a presença de outros participantes, do poder público e da sociedade civil, conforme pode ser consultado nas listas de presença das reuniões realizadas.

As atas e as listas de presença das reuniões realizadas no âmbito das atividades da CT-PDOT são apresentadas nos anexos do presente Relatório.

Agenda da CT-PDOT

A CT-PDOT tem se debruçado sobre a minuta de PLC para o futuro Plano Diretor de Ordenamento Territorial, que consiste no instrumento básico da política de desenvolvimento e organização do território, que cumpre com as proposição de diretrizes para temáticas territoriais específicas, como a habitação e a regularização fundiária urbana, assim como também atua como instrumento orientador para as diretrizes a serem cumpridas por outras políticas setoriais afetas ao território, como meio ambiente, resíduos sólidos e mobilidade urbana.

A norma apresenta princípios e objetivos para orientarem a desenvolvimento e a organização do território do Distrito Federal pelos próximos dez anos; estratégias para políticas públicas setoriais; estratégias para a organização do território; instrumentos de política urbana para a política territorial e diretrizes para a gestão

do planejamento territorial e urbano e para a fiscalização da dinâmica territorial.

As atividades seguiram um cronograma sequenciado, a partir da estrutura da minuta de PLC, apresentada logo na primeira reunião da Câmara Temática, tendo sido discutido todo o conteúdo da minuta ao longo das reuniões realizadas. A princípio, as reuniões foram previstas para realização às sextas-feiras pela manhã, entretanto, objetivando um melhor aproveitamento das discussões realizadas e para melhor fluxo de contribuições, foram realizadas, também, reuniões às quartas-feiras, à tarde.

As contribuições à minuta de PLC objeto de debate da CT-PDOT foram apresentadas pelos membros, anotadas e analisadas pela equipe técnica. Esse trabalho, notadamente técnico e participativo, resultou na consolidação de uma minuta de PLC que reflete um trabalho sólido e fundamentado, capaz de refletir as demandas e expectativas da população e da equipe técnica para o futuro do território.

Registre-se a dedicação da equipe da Seduh, subsidiando as discussões, relativas a ajustes na estrutura ou no conteúdo da proposta, permitindo aos participantes esclarecimentos com relação à leitura plena, interpretação de aspectos técnicos incorporados à proposta, utilizando de todas as ferramentas de georreferenciamento e publicização de informações disponíveis.

Contribuições oriundas da CT-PDOT à minuta de Projeto de Lei Complementar

A equipe técnica da Seduh recepcionou e avaliou as contribuições apresentadas pelos membros da CT-PDOT, incorporando as sugestões ao texto final elaborado, considerando, sempre, os princípios da razoabilidade, legalidade, impessoalidade e eficiência, assim como os critérios técnicos elencados pela equipe técnica. Assim, ressalta-se que os trabalhos desenvolvidos permaneceram, apesar do robusto volume de contribuições apresentadas por esta Câmara Temática, restritos à discricionariedade da Seduh, a quem compete legalmente a respectiva atribuição.

Registra-se que as contribuições apresentadas pela CT-PDOT contemplam diversos aspectos da minuta de PLC debatida, no que se refere forma, conteúdo e estilística, buscando a construção de uma norma moderna e objetiva, mas suficientemente sólida quanto às diretrizes e estratégias apresentadas.

Destaca-se quanto ao conteúdo da minuta de PLC para o futuro PDOT, que as sugestões e contribuições apresentadas pelos membros da CT-PDOT perpassam toda a estrutura do texto proposto, contemplando os mais distintos temas, diretrizes e estratégias, assim como aperfeiçoando a compreensão da norma em termos de organização e complementação das informações apresentadas por meio de elementos normativos, gráficos e textos previamente presentes ou inseridos no âmbito dos trabalhos.

A fim de trazer didaticamente a dimensão das contribuições apresentadas no âmbito da CT-PDOT, bem como o reconhecimento às pertinentes considerações apresentadas pelos membros desta Câmara Temática por parte da equipe técnica da Seduh, relaciona-se a seguir um quadro com o resumo quantitativo das contribuições e o respectivo desdobramento que as resultaram:

Contribuições à minuta de PLC apresentadas pela CT-PDOT		
Contribuições incorporadas	214	72,5%
Contribuições incorporadas parcialmente	27	9,2%
Contribuições não incorporadas	54	18,3%
Total de contribuições	295	100%

Nesse contexto, em que pese a atenção a todas as contribuições, assertivas e ponderações realizadas, tanto no âmbito dos trabalhos da Câmara Temática coube à equipe técnica da Seduh, em razão da própria tecnicidade, legalidade e legitimidade para tal tarefa, a retificação, ou não, do conteúdo do PLC.

Pontua-se que a minuta de PLC foi originalmente disponibilizada em página eletrônica dedicada ao processo de revisão do PDOT, tendo permanecido disponível para acesso ao público por 15 dias iniciais, por meio de ferramenta online que permitiu contribuições em toda a minuta. Posteriormente, uma primeira consolidação

foi apresentada e disponibilizada na referida ferramenta, permitindo novamente contribuições de toda população, para a audiência pública. Em cumprimento às diretrizes das normativas que disciplinam os procedimentos para a realização de audiências públicas relativas à apreciação de matérias urbanísticas e ambientais no Distrito Federal – objetivamente, a Lei nº 5.081, de 11 de março de 2013, a ferramenta ficou disponível pelo período de trinta dias.

Impende destacar que as contribuições decorrentes do trabalho desenvolvido pela CT-PDOT não refletem posicionamentos individuais, mas sim pautas de interesse de cada um dos órgãos públicos e entidades da sociedade civil, neste ato, representadas por seus membros. Nesse sentido, busca contribuir com a estratégia de participação social adotada na construção do processo de revisão do PDOT, somando-se assim às contribuições da sociedade civil oportunizadas durante todas as etapas de construção do instrumento.

No sentido da divulgação e publicidade das atividades e produtos desenvolvidos, é válido observar que o processo de revisão do PDOT foi embasado em uma robusta estratégia de participação social e comunicação, fundamental para considerar os interesses da coletividade e equilibrar a inclusão dos diferentes representantes da sociedade no processo. Para além das diferentes formas de participação social oportunizadas, como oficinas, audiências públicas e reuniões públicas, houve um efetivo esforço de divulgação dos eventos, por distintos meios de comunicação. Destaca-se que a Secretaria de Comunicação do DF – Secom elaborou um plano de publicidade, para viabilizar ampla divulgação acerca das informações e produtos relacionados com a revisão do PDOT, possibilitando a divulgação de informações em mídias sociais, rádio, televisão, engenhos publicitários e outras formas de comunicação popular. Além disso, a Seduh prosseguiu com a divulgação da Audiência Pública Final, realizada em 28/06/2025, por meio dos contratos de publicidade executados pela Secom e por meio de campanhas virtuais nas redes sociais, para divulgação das proposições elaboradas para o futuro PDOT; por Região Administrativa, o que possibilitou que cada cidadão compreendesse as propostas elaboradas, dentro do que compete ao Plano Diretor.

Conclusão

O presente relatório destaca a importância de, para além das particularidades do trâmite do devido processo legal inerente à apreciação e aprovação do PLC objeto de trabalho desta Câmara Temática, faz-se basilar a manutenção do comprometimento técnico e comunitário, assim como da dedicação constante para o acompanhamento dos assuntos correlatos ao desenvolvimento e organização do território do Distrito Federal, para que as diretrizes, estratégias e políticas estabelecidas na norma objeto de debate, assim como em normas e instrumentos de política urbana afins, estejam sempre alinhadas com a realidade e necessidades do território do Distrito Federal, para todos os segmentos da população.

Por fim, não é despidendo lembrar que é necessário continuar, periodicamente, com o acompanhamento dos assuntos correlatos ao cumprimento e implementação do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, por meio da Câmara Temática criada, para que se possa aprimorar cada vez mais as disposições apresentadas à realidade do território do Distrito Federal, conforme previsto pela Resolução nº 01/2025.

Apresenta-se, assim, nesta, o presente relatório, em cumprimento ao art. 4º, III, § 1º ao 5º da Resolução nº 01/2025, que apresenta as diretrizes de competência para a elaboração do relatório técnico desta Câmara Temática, compreendendo satisfatório e suficientes as discussões e produtos nessa desenvolvidos.

Brasília, 11 de julho de 2025

ALMIRO CARDOSO FARIAS JÚNIOR

Relator da CT-PDOT

representante da OAB no CONPLAN

Anexos:

- Compilado das 11 atas de reuniões realizadas no âmbito das atividades da CT-PDOT e, após aprovação da CT-PDOT, compilado as atas da 12ª e 13ª reuniões;
- Compilado das listas de presença das 14 entidades que compõem a CT-PDOT;
- Compilado das contribuições apresentadas pelos membros participantes, no âmbito das atividades da CT-PDOT.



Documento assinado eletronicamente por **Almiro Cardoso Farias Júnior, Usuário Externo**, em 23/07/2025, às 11:28, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador= 176236934](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=176236934) código CRC= **D9B2DE9E**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Edifício Number One SCN Q 1 - Asa Norte, Brasília - DF - Bairro Asa Norte - CEP 70711-900 - DF

3214-4101

00390-00002200/2025-07

Doc. SEI/GDF 176236934

Tipo	Número	Texto do artigo	Proposta	Situação	Total de contribuições	Contempladas	Parcialmente contempladas	Não contempladas
Artigo	1º	Esta Lei Complementar dispõe sobre o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT em consonância com as diretrizes e os instrumentos constantes da Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, com os princípios da política urbana e rural contidos no Título VII da Lei Orgânica do Distrito Federal e do Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE, Lei nº 6.269, de 29 de janeiro de 2019.	1 - Antes de se remeter à lei federal, remeter aos artigos 182 e 183 da CF.	Sugestão contemplada.	1	1	0	0
Artigo	3º	A política territorial é o conjunto de estratégias e ações que busca propiciar o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e rural e o uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado de seu território de modo a reforçar a resiliência territorial para assegurar o bem-estar de seus habitantes, o desenvolvimento socioeconômico sustentável e à melhoria da qualidade de vida da população. §1º As revisões e atualizações do PDOT devem compatibilizar as condicionantes ecológicas e ambientais para o uso e a ocupação dos espaços territoriais definidos nesta Lei Complementar. §2º Os instrumentos legais relativos a políticas territoriais urbanas e rurais devem ser desenvolvidos em consonância com este Plano Diretor, constituindo parte do processo contínuo e integrado de planejamento territorial. §3º Os planos setoriais, em sua elaboração ou revisão, devem ser adequados ao disposto nesta Lei Complementar.	1 - incluir LUOS. 2 - Incluir mobilidade urbana sustentável após o desenvolvimento socioeconômico.	1 - incluído instrumentos de política territorial, abrange Luos, PPCub, PDL, Lei de Parcelamento do Solo Urbano e Plandhis; 2 - sugestão contemplada.	2	2	0	0
Artigo	5º	São partes integrantes do PDOT: I – Anexo I – Organização Territorial: a) Mapa 1A – Macrozoneamento do Distrito Federal; b) Mapa 1B – Zoneamento do Distrito Federal; c) Tabela 1B – Áreas de Proteção de Manancial; d) Mapa 1C – Detalhamento do Zoneamento Rural do Distrito Federal; e) Mapa 1D – Unidades de Planejamento Territorial. II – Anexo II – Estratégias de Ordenamento Territorial: a) Mapa 2 – Estratégias de Oferta Habitacional e de Regularização Fundiária Urbana; b) Tabela 2A – Áreas de Oferta Habitacional de Interesse Social; c) Tabela 2B – Setores Habitacionais de Regularização; d) Tabela 2C – Áreas de Regularização de Interesse Específico Dentro de Setor Habitacional; e) Tabela 2D – Áreas de Regularização de Interesse Específico Fora de Setor Habitacional; f) Tabela 2E – Áreas de Regularização de Interesse Social Dentro de Setor Habitacional; g) Tabela 2F – Áreas de Regularização de Interesse Social Fora de Setor Habitacional; h) Tabela 2G – Parcelamentos Urbanos Isolados; i) Tabela 2H – Parâmetros Urbanísticos em Setores Habitacionais - Vicente Pires e Boa Vista; j) Tabela 2I – Parâmetros Urbanísticos em Setores Habitacionais - Torto, Primavera, Itapoã, Contagem, Mansões Sobradinho e Estrada do Sol; k) Tabela 2J – Parâmetros Urbanísticos em Setores Habitacionais - Ponte de Terra, Arniqueira, Região dos Lagos, Grande Colorado, Alto da Boa Vista, Nova Colina, Altiplano Leste, São Bartolomeu, Bernardo Sayão, Tororó, Jardim Botânico, Dom Bosco, 26 de Setembro, Placa da Mercedes/Kanegae, Coqueiro, Sucupira e Taquari; l) Tabela 2K – Parâmetros Urbanísticos em Setores Habitacionais - Fercal, Mestre D'armas, Arapoanga, Aprodarmas, Vale Do Amanhecer, Sol Nascente, Água Quente e Ribeirão; m) Tabela 2L – Parâmetros Urbanísticos das Áreas de Regularização de Interesse Social localizadas fora de Setores Habitacionais; n) Tabela 2M – Parâmetros Urbanísticos das Áreas de Regularização de Interesse Específico localizadas fora de Setores Habitacionais; o) Mapa 3 – Sistema de Centralidades; p) Mapa 4 – Estratégias de Dinamização de Áreas Urbanas, Revitalização de Conjuntos Urbanos, Requalificação de Espaços Urbanos e de Implantação de Subcentralidades; q) Tabela 4A – Áreas de Dinamização Urbana; r) Tabela 4B – Áreas de Revitalização de Conjuntos Urbanos; s) Tabela 4C – Áreas de Requalificação de Espaços Urbanos; t) Tabela 4D – Subcentralidades; u) Mapa 5 – Rede Estrutural de Transporte Coletivo do Distrito Federal; v) Tabela 5A – Rede Estrutural de Transporte Coletivo do Distrito Federal; w) Mapa 6 – Rede de Infraestruturas Verdes Regional – IVR; x) Mapa 7 – Áreas Prioritárias Para Promoção de Resiliência Hídrica; y) Mapa 8 – Potencial de Recuperação Ecológica; z) Mapa 9 – Transferência do Direito de Construir Verde (TDC – Verde) – Áreas Doadoras; aa) Mapa 10 – IPTU Sustentável; bb) Mapa 11 – Pagamento por Prestação de Serviços Ambientais; cc) Mapa 12 – Crédito de Carbono e Serviços Ambientais Associados/Cédula de Produção Rural. III – Anexo III – Mapa 13 – Densidades Demográficas. IV – Anexo IV – Agrovilas: a) Mapa 14 – Distribuição de Agrovilas; b) Tabela 14A – Listagem das Agrovilas. V – Anexo V – Glossário. Parágrafo único. O documento técnico do PDOT deve ser utilizado como ferramenta complementar para subsidiar a interpretação deste PDOT.	1 - avaliar a inserção do anel viário. 2 – Mapa que estabeleça a relação do DF com municípios da Região Metropolitana do Entorno do DF; 3 – Mapas por UPT, relação da tabela com o mapa.	1 - o anel viário poderá ser tratado no PDTU; 2 - o referido mapa não é viável na escala padronizada para os mapas apresentados; 3 - contemplada tabela com as RA por UPT.	3	1	0	2

Artigo	6º	São princípios que regem a política territorial: I – valorização da importância de Brasília como capital federal e metrópole nacional; II – valorização e preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – CUB como Patrimônio Cultural da Humanidade; III – preservação do patrimônio cultural e natural do Distrito Federal; IV – promoção do território sustentável e resiliente; V – conservação dos recursos hídricos; VI – justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de desenvolvimento urbano e rural; VII – garantia do direito à cidade; VIII – garantia do cumprimento da função social e ambiental da propriedade, da cidade e do território; IX – garantia da participação da sociedade no processo de planejamento territorial e na gestão democrática do território.	1 – princípios fundamentalmente vinculados aos arts. 182 e 183 da CF e Estatuto da Cidade. Sugestão de fazer referências aos ODS. Referência a todos e, em especial, ao que se refere aos assentamentos humanos; 2 – fazer princípio relacionado à moradia digna, ampliação da oferta habitacional interesse social e regularização fundiária; 3 – lacuna em relação à mobilidade; 4 – garantia de manifestações e atividades culturais.	1 - incluído texto que faz referência aos ODS em todos os princípios e contemplada a referência aos ODS no art. 1º; 2 - presente nos objetivos; 3 - incluído novo inciso; 4 - contemplada no inciso I.	4	3	1	0
Artigo	7º	A política territorial é orientada pelos seguintes objetivos estratégicos: I – promover o ordenamento territorial e o cumprimento da função social e ambiental da propriedade, da cidade e do território; II – reduzir as desigualdades socioespaciais para promoção do bem-estar humano e da qualidade de vida da população; III – promover o desenvolvimento territorial e socioeconômico do Distrito Federal, articulado ao desenvolvimento metropolitano e regional; IV – valorizar o Conjunto Urbanístico de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade; V – valorizar e proteger o patrimônio cultural, natural e ambiental do Distrito Federal; VI – promover a justiça ambiental e climática por meio da proteção e recuperação dos ecossistemas, da gestão integrada dos recursos naturais e da adaptação do território às mudanças climáticas; VII – promover a distribuição equilibrada das oportunidades de trabalho, moradia e serviços no território; VIII – promover o fortalecimento de centralidades e criação de subcentralidades urbanas; IX – realizar a regularização fundiária urbana e rural, com foco na integração dos assentamentos informais à cidade legal; X – priorizar a ocupação urbana em áreas consolidadas com infraestrutura implantada; XI – estimular a produção de habitação de interesse social e de mercado econômico, contribuindo para a redução do déficit habitacional e das desigualdades socioespaciais; XII – propiciar a implantação de infraestrutura e de equipamentos públicos adequados para atendimento da população; XIII – promover a acessibilidade e a mobilidade sustentável por meio da integração entre ordenamento territorial e transporte; XIV – orientar o ordenamento territorial pela consolidação e qualificação da ocupação urbana ao longo dos eixos estruturantes de transporte coletivo; XV – integrar e articular o planejamento territorial com as demais políticas setoriais; XVI – fomentar a participação da sociedade no processo contínuo de planejamento e gestão territorial democrática; XVII – monitorar, controlar e fiscalizar a ocupação territorial; XVIII – fiscalizar e conter o parcelamento irregular do solo.	1 – orientação baseada em evidências científicas e indicadores científicos; acrescentar evidências científicas para o monitoramento, planejamento urbano; 2 – acrescentar moradia digna no VII; 3 – inciso XI - promover e ampliar, acrescentar socioeconômico; 4 – XIV – transporte coletivo em área rural; 5 – lacuna no XV, fala em articulação às políticas setoriais, promoção do planejamento territorial articulado ao planejamento metropolitano e regional; 6 – contribuição e deliberação quando houver participação social (participação social deliberativa).	1 - metodologia e método podem ser abordados em regulamento; 2 - contemplada; 3 - contemplada; 4 - PDOT trata da rede estrutural, transporte coletivo em área rural não compõe a rede estruturante; 5 - contemplada; 6 - não contemplada.	6	2	0	4
Artigo	8º	As diretrizes estratégicas das políticas públicas setoriais devem orientar as ações do poder público em áreas específicas, relacionados aos seguintes temas: I – patrimônio cultural e natural; II – meio ambiente; III – resiliência territorial; IV – saneamento ambiental e energia; V – mobilidade; VI – desenvolvimento econômico; VII – política habitacional; VIII – desenvolvimento rural; IX – integração com os municípios limítrofes. Parágrafo único. As diretrizes estratégicas dispostas nesta Lei Complementar definem objetivos e ações para as políticas públicas setoriais e devem estar alinhadas às estratégias de ordenamento territorial dispostas para atingir	1 – política habitacional geral e de interesse social; 2 – desenvolvimento rural sustentável; 3 – gestão territorial democrática; 4 - políticas públicas para regularização fundiária para interesse específico e social; 5 – caput: além de orientar as ações do poder público, também orientem os investimentos privados; 6 – IX: integração com os municípios metropolitanos; 7 – parágrafo único: incluir políticas públicas setoriais integradas.	1 - o termo sem detalhar já abrange as duas políticas; 2 - contemplada; 3 - foi criado um capítulo no título V; 4 - não contemplada; 5 - são diretrizes para o poder público elaborar suas políticas territoriais; 6 - contemplada; 7 - contemplada	7	3	1	3

Artigo	11	São diretrizes estratégicas para a preservação do patrimônio cultural e natural do Distrito Federal: I – proteger o patrimônio cultural, com a participação da comunidade por meio de identificação, inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação, planos de preservação, normatização de áreas protegidas e outras formas de acatamento e preservação, com estímulo à sensibilização e à educação patrimonial; II – implementar instrumentos de financiamento e de incentivos fiscais para manutenção e conservação de bens tombados e áreas de interesse cultural; III – garantir a preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – CUB, com a manutenção das quatro escalas urbanas que traduzem a concepção do Plano Piloto de Brasília, e das demais áreas tombadas, evitando descaracterizações e impactos visuais negativos; IV – avaliar interferências nas áreas de vizinhança de imóveis, sítios e conjuntos urbanos protegidos, de maneira a evitar aquelas que influenciem negativamente na sua ambiência, visibilidade e sustentabilidade; V – promover revitalização e requalificação de áreas degradadas de interesse cultural para integrá-las à dinâmica urbana e social, respeitando seus valores históricos e culturais; VI – associar o desenvolvimento de projetos de turismo, lazer, cultura e educação à preservação do patrimônio cultural e natural; VII – valorizar o patrimônio cultural e natural como vetor de desenvolvimento econômico e social, incentivando sua relação com geração de trabalho e renda; VIII – definir diretrizes normativas para a preservação do patrimônio cultural e natural, incluindo regras de ocupação e limites construtivos nas áreas do entorno; IX – unificar os acervos relativos à memória do planejamento e da construção do Plano Piloto de Brasília e das demais Regiões Administrativas, promovendo o acesso público e o uso de novas tecnologias para difusão do patrimônio cultural e natural; X – fortalecer a salvaguarda do patrimônio imaterial, reconhecendo e promovendo práticas culturais, festas tradicionais, saberes e modos de fazer da população; XI – desenvolver programas de educação ambiental voltados para a valorização do patrimônio natural, incentivando a participação comunitária na sua conservação.	1 – Fazer menção ao PPCUB (inciso III).	1 - contemplada.	1	1	0	0
Artigo	13	São diretrizes estratégicas para o meio ambiente: I – promover o uso sustentável dos recursos naturais; II – manter maciços vegetais representativos do bioma Cerrado para assegurar a manutenção do patrimônio natural; III – proteger mananciais, bordas de chapadas, encostas, fundos de vales e outras áreas de fragilidade ambiental, para manutenção dos serviços ecossistêmicos e seus reflexos na promoção do bem-estar humano; IV – promover a aplicação do zoneamento ambiental definido no plano de manejo de cada unidade de conservação; V – promover a recuperação de áreas degradadas e a recomposição de vegetação ao longo do mosaico territorial; VI – promover a adoção de medidas de educação e de controle ambiental para mitigação da poluição e da degradação ambiental no território; VII – promover a constituição do mosaico territorial; VIII – conservar e ampliar, ao longo do mosaico territorial, os processos ecológicos de suporte em diferentes funções ecológicas, garantindo o acesso universal da população a serviços ecossistêmicos e seus reflexos na promoção do bem-estar humano; IX – incentivar a intensificação da matriz biológica de carbono ao longo do território, como elemento integrador do fluxo de serviços ecossistêmicos, observadas as especificidades do bioma cerrado; X – instituir instrumentos econômicos e de gestão territorial e incentivos fiscais e administrativos para promoção, conservação, preservação, recuperação, adaptação e gestão do patrimônio ambiental; XI – garantir a demarcação, a averbação e a conservação das reservas legais das propriedades e posses rurais de domínio privado; XII – estabelecer procedimentos simplificados de licenciamento ambiental para atividades de pequeno potencial poluidor e outras que justifiquem tal procedimento; XIII – promover o fortalecimento das funções ecológicas e garantir o fluxo dos serviços ecossistêmicos ao longo das ocupações humanas; XIV – fomentar a implantação de escolas técnicas voltadas para o meio ambiente.	1 – promoção e recuperação, o reflorestamento, a não ocupação urbana das áreas de preservação permanentes, preservação de mananciais e parques; 2 – monitorar os parques (ecológico, urbano) para coibir a ocupação irregular; 3 – fortalecer articulação entre planejamento urbano e ambiental; 4 – instrumentos integrados de gestão urbana e ambiental (promover integração plena); 5 – alinhar com as agendas climáticas internacionais; 6 – promover implementação das diretrizes e parâmetros previstos no ZEE; 7 – poluição sonora e poluição do ar – incluir referência.	1 - contemplada; 2 - contemplada; 3 - contemplada; 4 - contemplada; 5 - contemplada em outros artigos; 6 - contemplada; 7 - contemplada.	7	7	-14	
Artigo	14	São diretrizes estratégicas para os recursos hídricos, compreendidos pelas águas superficiais e subterrâneas, do Distrito Federal: I – promover o uso sustentável, a proteção e a recuperação dos recursos hídricos, mantendo sua disponibilidade em quantidade e qualidade suficientes para as atuais e futuras gerações; II – assegurar o uso múltiplo das águas, sendo priorizada, nos casos de escassez, a sua utilização para o abastecimento humano e a dessedentação animal; III – respeitar a capacidade de suporte dos corpos hídricos superficiais na exploração de água e como receptores de efluentes, em especial a do lago Paranoá e a dos mananciais destinados ao abastecimento da população e suas bacias de drenagem; IV – respeitar a capacidade de suporte dos aquíferos; V – controlar a impermeabilização do solo, de forma a manter a capacidade de infiltração e de recarga dos aquíferos; VI – realizar monitoramento da qualidade e da quantidade da água de mananciais superficiais e subterrâneos; VII – promover o enquadramento dos corpos hídricos em classes, segundo os usos predominantes; VIII – instituir instrumentos econômicos e de gestão territorial e incentivos fiscais e administrativos para promoção, conservação, preservação, recuperação e gestão dos recursos hídricos; IX – incentivar a promoção de projetos de conservação de recursos hídricos no meio rural, com ênfase na segurança hídrica e na valorização dos serviços ambientais prestados pelo produtor rural; X – promover o manejo adequado de áreas de contenção para aumentar a recarga regular e a perda de água subterrânea; XI – promover o aumento da drenagem natural dos solos por meio de processos ecológicos de suporte, considerando as áreas prioritárias para recarga de aquíferos; XII – proteger, conservar e aperfeiçoar a vegetação ripária ao longo de mananciais e linhas de alta umidade topográfica.	1 - art. 14, V e XI: com soluções baseadas na natureza;	1 - contemplada.		0	0	

Artigo	18	São diretrizes estratégicas para a política de resiliência territorial: I – minimizar os impactos sobre o habitat, bem com sua restauração, protegendo e promovendo funções ecológicas e os serviços ecossistêmicos associados; II – promover o manejo e uso sustentável do cerrado, por meio do planejamento do uso da terra orientado para proteção, promoção e acesso a serviços ecossistêmicos; III – promover o manejo e uso sustentável dos recursos hídricos, implementando medidas para minimizar o consumo e aumentar a disponibilidade de água e reduzir a poluição associada às diversas formas de uso e ocupação do solo; IV – promover a redução e o gerenciamento de resíduos, bem como a promoção do uso eficiente de insumos, sob a ótica do metabolismo circular nas ocupações humanas; V – promover a utilização inteligente e sustentável dos recursos renováveis, considerando, inclusive, o retorno para as comunidades locais; VI – promover a diminuição das desigualdades socioambientais ao longo do território, de forma a garantir o acesso universal aos serviços ecossistêmicos e seus reflexos no bem-estar humano; VII – implementar rede de infraestruturas verdes regional, multifuncional e multiescalar, para a proteção, promoção dos serviços ecossistêmicos e do bem-estar humano às populações; VIII – promover a equidade e a inclusão social por meio da geração de empregos e de capacidades, direcionados para a adaptação e ampliação da resiliência territorial; IX – fomentar estratégias para implementação de compensações financeiras para agentes que desenvolvam ações de preservação e recuperação do cerrado, com prioridade para grupos vulnerabilizados; X – implementar a política de arborização urbana contemplando processos ecológicos de suporte, a fim de promover serviços ecossistêmicos efetivos, como a drenagem natural dos solos, a redução das temperaturas urbanas, a correção progressiva das ilhas de calor e a melhoria da qualidade e da umidade do ar; XI – promover a mobilidade sustentável, de forma progressiva, incentivando o uso de combustíveis menos poluentes, transporte público e mobilidade ativa; XII – fomentar a utilização de soluções baseadas na natureza, como o uso de áreas verdes urbanas para controle de inundações e mitigação dos efeitos de ondas de calor.	1 – O art. 15 fala de segurança alimentar; incluir no art. 18: implementar políticas de hortas urbanas para relacionar com o art. 15; 2 – art. 18: fomentar participação social por meio de plano de desenvolvimento de bairro; 3 – art. 18, X: índice de sustentabilidade urbana: UPT Oeste carente de arborização, considerando as diferenças regionais e a busca da equidade;	1 - Acatada, com base nos critérios técnicos estabelecidos, sendo, contudo, incorporada de forma ampliada, com ênfase no fomento à agricultura urbana e periurbana; 2 - Não acatada. O instrumento citado na proposta não está previsto no Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), não sendo aplicável sua incorporação às diretrizes de resiliência territorial; 3 - Informamos que a sugestão está contemplada no item VII (art 19), ao considerar o acesso universal aos serviços ecossistêmicos, perante as desigualdades socioambientais;	3	2	0	1
Artigo	19	A política de arborização urbana deve contemplar processos ecológicos de suporte, de modo a promover serviços ecossistêmicos, no mínimo de: I – drenagem natural dos solos; II – diminuição das temperaturas urbanas; III – correção progressiva de ilhas de calor; IV – melhoria da qualidade e da umidade do ar. Parágrafo único. A arborização urbana deve ser feita prioritariamente com árvores nativas do Bioma Cerrado com incorporação de serrapilheira, identificando e substituindo de áreas gramadas e solo exposto em espaços livres das Regiões Administrativas por trechos de florestas urbanas.	1 – art. 19: incluir algo mais objetivo como: incluir “quando possível” para serrapilheira e para substituição de área gramada; 2 – promover educação voltada para educação ambiental em relação ao território resiliente; 3 – fomentar letramento urbanístico; 4 – art. 13 – inserir educação ambiental;	1 - Informamos que objeto da proposta será regulamentada oportunamente por meio de instrumento específico, conforme os critérios técnicos e operacionais aplicáveis. Esclaremos que o termo “quando possível” inviabiliza e torna discricionária a aplicação da estratégia. Cabe ressaltar que na análise de temperaturas de superfície, áreas gramadas se possuem o mesmo comportamento de ilhas de calor. O aumento do contingente arbóreo no DF é essencial para a mitigação das temperaturas urbanas e o acesso universal a serviços ecossistêmicos. 2 - Contemplada. A proposta sugerida é relevante e compatível com as diretrizes estratégicas para a política de resiliência territorial, sendo incorporada no art. 18. 3 - Contemplada no art. 18. 4 - Contemplada. A proposta sugerida é relevante e compatível com as diretrizes estratégicas para a política de resiliência territorial, sendo incorporada no art. 18.	4	3	0	1
Artigo	20	Devem ser promovidos a compatibilização, a integração e, quando couber, o compartilhamento entre a arborização, a iluminação pública e as redes de água, de esgotamento sanitário, de gestão de águas pluviais, de energia e de comunicação de dados, priorizando soluções que visem a adaptação climática e a resiliência urbana. Parágrafo único. Os planos, programas e projetos relacionados ao saneamento ambiental devem priorizar soluções que visem a diminuição de emissões de gases de efeito estufa – GEE, a adaptação territorial aos impactos socioambientais e a resiliência urbana.	1 - Incluir a palavra sustentável após “soluções” no parágrafo único.	1 - Contemplada.	1	1	0	0
Artigo	28	São diretrizes estratégicas para drenagem e manejo sustentáveis das águas pluviais urbanas: I – promover o manejo sustentável das águas pluviais; II – promover a qualidade das águas superficiais; III – reduzir a erosão pluvial e o assoreamento; IV – controlar o escoamento superficial na fonte; V – elaborar o zoneamento de áreas inundáveis VI – incentivar a recarga de aquíferos e a utilização da água de chuva; VII – compatibilizar lançamentos de águas pluviais com a capacidade de receptores; VIII – estimular a adoção de infraestrutura verde. Parágrafo único. O zoneamento de áreas inundáveis deve delimitar as áreas segundo o risco hidrológico, contendo, no mínimo, informações sobre profundidade, velocidade de escoamento e duração estimada da inundação.	1 – incluir no VIII infraestrutura azul.	1 - Contemplada.	1	1	0	0

Artigo	30	São diretrizes estratégicas do fornecimento de energia elétrica e gás natural: I – assegurar o acesso ao uso de energia elétrica em continuidade e qualidade de fornecimento a todo habitante do Distrito Federal; II – promover o uso racional e eficiente da energia elétrica e do gás natural para os segmentos residencial, comercial, prestação de serviços, industrial, institucional, automotivo e rural; III – promover a diminuição do padrão de consumo de energia elétrica e seus reflexos na geração de gases de efeito estufa; IV – viabilizar a expansão de serviços de distribuição de gás natural canalizado; V – incentivar a geração distribuída de energia renovável; VI – criar mecanismos de incentivo à certificação de energia renovável; VII – estimular o uso de hidrogênio de baixo carbono e hidrogênio renovável; VIII – priorizar redes elétricas subterrâneas em áreas urbanas e modernização das redes existentes; IX – estimular a incorporação de soluções de armazenamento de energia e redes inteligentes; X – incentivar a diversificação da matriz energética e a descentralização de geração de energia; XI – fortalecer a segurança energética frente a eventos climáticos adversos e oscilações na demanda; XII – priorizar o desenvolvimento de redes inteligentes de energia.	1 – incluir outros tipos de energia (outras matrizes energéticas; formas alternativas de energia, energias renováveis).	1 - Sugestão já contemplada no inciso V do artigo.	1	1	0	0
Artigo	31	São diretrizes estratégicas para a mobilidade: I – priorizar os modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e os serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado; II – proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, de forma segura, socialmente inclusiva e ambientalmente sustentável; III – garantir a acessibilidade universal ao sistema de transporte coletivo, aos serviços e equipamentos públicos; IV – promover a integração entre os modos e serviços de transporte; V – promover a integração do transporte individual motorizado com o transporte público coletivo por meio de estacionamentos rotativos; VI – instituir um processo de planejamento de transporte integrado ao planejamento territorial; VII – melhorar a qualidade ambiental, efetivada pelo controle dos níveis de poluição e pela proteção do patrimônio histórico e arquitetônico, promovendo zonas de baixa emissão e poluentes; VIII – promover a modernização e a adequação tecnológica dos equipamentos de controle, de gestão e de operação dos serviços de transporte; IX – promover um conjunto de ações integradas provenientes das políticas de transporte, circulação, acessibilidade, trânsito e de desenvolvimento urbano e rural que priorize o cidadão na efetivação de seus anseios e necessidades de deslocamento; X – reconhecer, para fins de planejamento integrado, a Rede Estrutural de Transporte Coletivo, indicada nesta Lei Complementar.	1 – promover mobilidade ativa por meio da melhoria das calçadas e ciclovias; 2 – integrar a rede de mobilidade ativa à de transporte público; 3 – inciso X fazer menção ao PDTU; 4 – primeira diretriz: promover integração plena entre mobilidade urbana sustentável de transporte público e uso e ocupação do solo; 5 – I: ao final da redação, incluir “de acordo com a hierarquia definida na lei da política nacional de mobilidade urbana”; 6 – V: incluir “e medidas para coibir o uso excessivo do transporte individual motorizado”; 7 – V: estudar soluções e medidas alternativas tecnológicas que possam minimizar o uso excessivo do transporte individual motorizado; 8 – priorizar sistemas de monitoramento inteligentes de fluxos urbanos.	1 - não contemplada; 2 - já contemplada na minuta; 3 - não contemplada; 4 - essa é a proposta da mobilidade para esta minuta; 5 - não contemplada; 6 - já contemplada na minuta com outros termos; 7 - já contemplada na minuta com outros termos; 8 - Contemplada.	1	3	0	-2
Artigo	34	O Plano de efetivação da Política Nacional de Mobilidade Urbana do Distrito Federal deve contemplar, no mínimo: I – a identificação, o planejamento e o detalhamento da Rede Estrutural de Transporte Coletivo, considerando a prioridade dessa modalidade sobre o transporte individual motorizado e integração com a rede de pedestres e de ciclistas; II – o planejamento da Rede de Transporte Ativo, considerando a prioridade dos modos de transportes não motorizados sobre os motorizados; III – o mapeamento do sistema viário e a classificação hierárquica das vias, conforme o estabelecido pelo Código de Trânsito Brasileiro; IV – medidas de gerenciamento de demanda para desestimular o uso do automóvel, aliadas a estratégias de incentivo à mobilidade sustentável; V – a definição das formas de integração entre as instituições de planejamento, gerenciamento e operação do sistema de transporte e de planejamento urbano; VI – a definição das formas de integração entre as instituições de planejamento, gerenciamento e operação do sistema de transporte e de planejamento urbano.	1 – compatibilizar com as sugestões feitas para o art. 31; 2 – I: integração com a rede de mobilidade urbana sustentável com ênfase nos modos ativos (substituir pedestres e ciclistas).	1 - não contemplada; 2 - não contemplada	1	0	0	1
Artigo	35	São diretrizes estratégicas para o desenvolvimento econômico: I – fomentar a implantação de áreas destinadas a atividades econômicas que fortaleçam a posição do Distrito Federal no cenário econômico regional e nacional; II – promover a diversificação de atividades econômicas em áreas já instituídas e em áreas próximas à Rede Estrutural de Transporte Coletivo, como forma de ampliar a geração de trabalho e renda; III – ampliar as oportunidades de emprego de modo equilibrado no território, observada a capacidade de suporte socioeconômica e ambiental; IV – promover ações integradas mediante articulação técnica, política e financeira entre agentes públicos e privados; V – ampliar a cooperação e as parcerias entre as esferas públicas, associações empresariais locais, associações nacionais e organismos multilaterais; VI – incentivar a produção industrial não poluente, com ênfase nas atividades intensivas do conhecimento e de inovação tecnológica; VII – descentralizar as oportunidades de empregos no território; VIII – promover a instalação de empreendimentos de grande porte nos eixos de articulação e de integração com os municípios limítrofes do Distrito Federal, vinculados à Rede Estrutural de Transporte Coletivo.	1 – VII: principalmente nas centralidade e subcentralidades definidas no Mapa do sistema de centralidades (ver número); 2 – incluir novo inciso: incentivar o desenvolvimento de atividades do setor secundário e terciário, desde que não poluentes, nas áreas rurais; 3 – novo inciso: promover políticas de proximidade entre moradia e oportunidade de geração de emprego e renda em todo o território do DF; 4- novo inciso: preocupação sobre territórios resilientes: promover desenvolvimento econômico atendendo as especificidades da dinâmica local; 5 - Buscar a promoção de resiliência territorial prioritariamente em territórios mais vulneráveis (incluir no capítulo de território resiliente); 6 – novo inciso: fomentar e promover o empreendedorismo para geração de emprego e renda nas localidades; 7 – VII: reformulação – descentralizar e desconcentrar as oportunidades de emprego e geração e renda com áreas multifuncionais de uso do solo diversificado; (ADE com usos exclusivos, e não multifuncionais, não se mantém. Gera	1 - não contemplada; 2 - não contemplada; 3 - não contemplada; 4 - não contemplada; 5 - a ideia já está na minuta como um todo; 6 - não contemplada; 7 - não contemplada.	7	0	1	6
Artigo	36	As Áreas Econômicas, definidas em regulamento, são áreas onde deve ser incentivada a instalação de atividades geradoras de trabalho e renda por meio de programas governamentais de desenvolvimento econômico, com o objetivo de oferta de empregos, de qualificação urbana, de articulação institucional e de formação de parcerias público-privadas.	1 – dizer que vai ocorrer nos eixos de transportes e nas centralidades (ao invés de regulamento).	1 - parcialmente contemplado.	1	0	1	0

Artigo	38	São diretrizes estratégicas para política habitacional e promoção de moradia digna: I – promover a universalização do acesso à moradia digna e a melhoria da qualidade de vida da população; II – articular a política habitacional com as demais políticas setoriais, em especial com a política social e ambiental, de modo a garantir a conservação dos recursos naturais e a resiliência do território; III – promover o combate ao déficit habitacional com o atendimento regionalizado e sensível às especificidades territoriais; IV – fomentar a diversidade e integração social, econômica e tipológica nos empreendimentos habitacionais em todo o território; V – promover a ocupação do território de modo equilibrado, com setores socialmente diversificados e áreas integradas ao meio ambiente natural, respeitadas as áreas de risco e a capacidade de suporte socioeconômica e ambiental do território; VI – evitar a criação de novos núcleos urbanos dissociados da trama urbana existente; VII – promover a diversificação das opções para habitação de interesse social e de mercado econômico, por meio da instituição de diferentes programas e linhas de ação em todo o território; VIII – estimular a participação da iniciativa privada na produção de moradias para todas as faixas de renda; IX – priorizar o atendimento às comunidades localizadas em áreas de maior concentração de população de baixa renda; X – incentivar a implementação de programas e projetos para habitação de interesse social em áreas mais centrais e próximas a polos de emprego, equipamentos públicos e eixos de transportes público coletivo; XI – estimular a destinação de imóveis vazios ou subutilizados para habitação de interesse social e de mercado econômico em áreas integradas ao tecido urbano consolidado; XII – fomentar a assistência técnica priorizando o público-alvo estabelecido na política habitacional; XIII – realocar famílias para áreas adequadas nos casos de ocupação irregular em áreas sensíveis ambientalmente; XIV – manter, por meio de sistemas georreferenciados, acompanhamento e controle do desempenho da implementação da política habitacional, da regularização fundiária urbana, das informações de cadastro dos beneficiados e dos inscritos em programas habitacionais.	1 – XIII: acrescentar “áreas centrais e consolidadas”; 2 – acrescentar: estimular habitação em áreas centrais por meio de zoneamento (HIS); 3 – acrescentar: estímulo para a iniciativa privada fazer HIS; 4 – VII: após “promover diversificação”, acrescentar tipologias e modelos de gestão; 5 – X: retirar “incentivar” e acrescentar “fomentar e promover”; 6 – XI: retirar “estimular” e substituir por “priorizar”, “vazios” por “ociosos ou não utilizados para empreendimentos”; 7 – XII: acrescentar : pública e gratuita (após assistência técnica); 8 – XIV: após “georreferenciado”, articulado ao SITURB; 9 – XIII: acrescentar risco físico e geológico; 10 – XIII: questão da realocação: parques, mecanismos para não deixar ocupar; evitar núcleos urbanos inclusive nos parques; 11 – acrescentar: estimular produção de moradia autogestionável vinculadas a programas de moradia popular.	1 - contemplada; 2 - contemplada; 3 - contemplada; 4 - contemplada; 5 - contemplada em outros artigos; 6 - contemplada; 7 - contemplada; 8 - contemplada;; 9 - contemplada, já está nos outros riscos; 10 - contemplada em outro artigo; 11 - contemplada.	11	10	1	0
Artigo	39	O Plano Distrital de Habitação de Interesse Social – Plandhis é o instrumento orientador para a política habitacional de interesse social e de mercado econômico.	(avaliar a contradição com o Plandhis que fala 4 anos) 1 – áreas destinadas à política habitacional são da Terracap; preocupação com a oferta para HIS; terras devem ser destinadas obrigatoriamente à Codhab ou à Seduh; 2 – desenvolvimento dos instrumentos, linhas de ação e programas do Plandhis em espaços deliberativos (comissões, comitês, etc.).	(Plndhis fala em 6 anos); 1 - contemplada em outro artigo; 2 - já contemplada. O texto traz que a gestão da política de HIS será tratada no âmbito do Sihab e CondHab.	2	2	0	0
Artigo	42	São diretrizes estratégicas para o desenvolvimento rural: I – implantar políticas agrícolas e sociais para a promoção da permanência do homem no campo, a melhoria na qualidade de vida da população e o fomento à multifuncionalidade rural; II – viabilizar as atividades no espaço rural, por meio de incentivos a pesquisa, extensão rural, capacitação e inovação tecnológica, promovendo o desenvolvimento de cadeias produtivas e o fortalecimento das organizações sociais; III – estimular práticas agropecuárias adequadas a ações de adaptação e mitigação climática, visando o aumento da segurança alimentar; IV – incentivar a implantação e a expansão de agroindústrias visando aumentar a participação do agronegócio na economia do Distrito Federal; V – apoiar o turismo rural como alternativa de agronegócio, geração de emprego e melhoria da renda familiar; VI – executar a política de regularização de terras públicas rurais; VII – promover a preservação, a conservação e a recuperação por meio do manejo racional dos recursos naturais nas bacias hidrográficas; VIII – promover o direcionamento de investimentos para viabilizar economicamente a pequena propriedade familiar; IX – incentivar ações destinadas à preservação do Cerrado, de mananciais e de áreas degradadas, à conservação dos recursos naturais e ao desenvolvimento sustentável, por meio de pagamentos por serviços ambientais, agricultura de baixo carbono, programas de reflorestamento e preservação hídrica; X – incentivar a implantação e consolidação da rede de Infraestrutura Verde Regional – IVR; XI – planejar, implantar, conservar e revitalizar estradas vicinais na Macrozona Rural; XII – fortalecer as agrovilas como unidades socioeconômicas de apoio à população e à produção rural; XIII – implementar as Áreas de Desenvolvimento Produtiva – ADP V, VII e VIII, definidas no Zoneamento Ecológico-Econômico, Lei nº 6.269, de janeiro de 2019. XIV – fiscalizar e monitorar o território a fim de evitar o desvio de atividades rurais para atividades urbanas; XV – adequar o Plano de Desenvolvimento Rural a esta Lei Complementar.	1 – inclusão de 2 incisos: incentivar a implantação de atividades secundárias e terciárias não poluentes nas áreas rurais, principalmente ao longo das rodovias; 2 – permitir a implantação dos condomínios rurais, respeitados o módulo mínimo de 2 ha; 3 – acrescentar “empreendedorismo” após “emprego” no inciso V.	1 - contemplada. Sugestão já contemplada no Capítulo da Macrozona Rural; 2 - não contemplada; no entanto, em ACS é possível 1,5 habitação/ha 3 - contemplada.	3	2	0	1
Artigo	43	O Distrito Federal deve buscar, em conjunto com a Região Metropolitana do Entorno do Distrito Federal e municípios limítrofes, o desenvolvimento integrado da região.	1 – incluir referência ou remissão ao estatuto da metrópole.	1 - Estatuto da Metrópole não permite que DF faça parte de Região Metropolitana, fazer referência a ele é <u>contraditório</u>.	1	0	0	1
Artigo	49	As Áreas de Proteção de Manancial – APM, as Áreas de Interesse Ambiental e as Áreas de Conexão Sustentável se sobrepõem ao Macrozoneamento e Zoneamento definidos neste Plano Diretor. §1º As APM, as Áreas de Interesse Ambiental e as Áreas de Conexão Sustentável são porções do território que possuem parâmetros e diretrizes de uso e ocupação diferenciados sobre aqueles das zonas em que se inserem. §2º As Áreas de Proteção de Manancial – APM, as Áreas de Interesse Ambiental e as Áreas de Conexão Sustentável devem ter monitoramento e fiscalização prioritários.	1 – questionamento sobre as APM que estão ocupadas (Ponte de Terra e Cachoeirinha), sugestão de permanecer só o que é rural; 2 – IPEDF está fazendo estudo sobre as APM; 3 – possibilidade de alteração dessas 2 APM após estudos.	1 - aguardando retorno do questionamento à Caesb; 2 - cientes; 3 - quando o estudo for finalizado, LC poderá alterar as poligonais.	1	0	0	1
Artigo	55	São consideradas inseridas em Macrozona Urbana as glebas únicas, com matrícula individualizada até a publicação desta Lei Complementar, que possuírem mais de 50% da área inserida na Macrozona Urbana, aplicando-se as respectivas definições para toda a gleba. Parágrafo único. Para as áreas citados no caput, aplica-se a Outorga Onerosa de Alteração de Zoneamento – Ozon na porção da gleba inserida na Macrozona Rural, conforme disposto no Art. 230.	1 – trocar “individualizada” por “especializada” e excetuar do marco temporal parágrafo os casos que são objeto de discussão judicial cuja a decisão ocorra após o PDOT; 2 – acima de 2ha no rural deve ser mantido rural.	1 - contemplada; 2 - contemplada. O artigo foi todo reestruturado para adaptar às sugestões.	2	2	0	0

Artigo	60	Na Zona Urbana de Ocupação Controlada, o uso urbano deve ser compatível com as restrições relativas à sensibilidade ambiental da área e promover a conservação e a proteção dos recursos naturais, observadas as seguintes diretrizes: I –manter o uso predominantemente habitacional, com oferta de comércio, prestação de serviços, atividades institucionais e equipamentos públicos e comunitários inerentes à ocupação; II –respeitar o plano de manejo ou zoneamento referente às unidades de conservação englobadas por essa zona; III –proteger os recursos hídricos com a manutenção e a recuperação da vegetação das áreas de preservação permanente; IV –adotar medidas de controle ambiental voltadas para áreas limítrofes às unidades de conservação de proteção integral e às Áreas de Relevante Interesse Ecológico – Arie inseridas nesta zona, visando à manutenção de sua integridade ecológica; V –preservar e valorizar os atributos urbanísticos e paisagísticos nas áreas caracterizadas como envoltório da paisagem da Zona Urbana do Conjunto Urbano Tombado, em limite compatível com a visibilidade e a ambiência do bem protegido; VI –promover a regularização fundiária urbana e a regularização edilícia dos núcleos urbanos informais inseridos nesta zona, considerando as questões urbanísticas, ambientais e de adaptação e mitigação às mudanças climáticas; VII –qualificar e recuperar áreas degradadas ocupadas por assentamentos informais de modo a minimizar danos ambientais; VIII – aplicar soluções baseadas na natureza – SbN e infraestruturas verdes associadas à infraestrutura tradicional.	1 – qual o tamanho do “entorno imediato” ou “limitrofe”; 2 – zona de tamponamento, avaliar valor mínimo para aquelas que não têm; 3 – adotar medidas de recuperação e promoção da permeabilidade do solo, de arborização, de melhoria de qualidade do ar e do microclima; 4 – reforçar o monitoramento, o controle e a fiscalização do parcelamento irregular e do adensamento do solo, especialmente em sub-bacias hidrográficas que contribuem para o abastecimento de água.	1 - não contemplada; 2 - não contemplada; 3 - contemplada em outros artigos; 4 - contemplada no Título de fiscalização territorial	4	2	0	2
Artigo	62	Art. 62.Na Zona Urbana de Uso Controlado, devem ser desenvolvidas as potencialidades dos núcleos urbanos com incremento da dinâmica interna e melhor integração com áreas vizinhas, respeitadas as seguintes diretrizes: I –promover o uso diversificado, de modo a otimizar o transporte público e a oferta de empregos; II –promover a otimização e a melhoria da infraestrutura urbana e dos equipamentos públicos; III –implantar polos e eixos de dinamização; IV –promover desenvolvimento das potencialidades locais; V –estruturar e articular a malha urbana de forma a integrar e conectar as localidades existentes; VI –aplicar o conjunto de instrumentos de política urbana adequado para qualificação, ocupação e regularização do solo; VII –qualificar as áreas ocupadas para reversão dos danos ambientais e recuperação das áreas degradadas; VIII –constituir áreas para atender ao déficit e à demanda habitacional; IX –de transporte ativo e de transporte público coletivo integradas à rede estrutural de transporte coletivo; X –planejar previamente a infraestrutura de saneamento ambiental para a ocupação, de acordo com a capacidade de suporte socioambiental do território.	1 – promoção de mobilidade ativa; 2 – promover arborização em áreas consolidadas/adensadas; 3 – adotar medidas de recuperação e promoção da permeabilidade do solo, de arborização, de melhoria de qualidade do ar e do microclima; (pensar de colocar para a macrozona urbana toda); 4 – art. 62, I: acrescentar dentro do “uso diversificado” a habitação de interesse social.	1 - contemplada. A mobilidade ativa foi pensada para todo o DF, não apenas para essa zona; 2 - contemplada nos artigos de território resiliente; 3 - contemplada nos artigos de território resiliente; 4 - já está contemplado em uso diversificado.		4	4	-8
	68	As agrovilas são áreas localizadas em Macrozona Rural que visam ao pleno atendimento das demandas sociais das populações envolvidas, com prioridade para habitação, saneamento ambiental, educação integral, proteção e recuperação da saúde, transporte e segurança. Parágrafo único. São consideradas agrovilas aquelas constantes do Anexo II, Mapa 1C e Tabela 1C, ou aquelas definidas pelo órgão responsável pela política rural, conforme regulamento.	1 – sugestão de novo artigo: permitir condomínio rural: Almiro vai enviar a proposta que tem em legislação paulista. Permite o condomínio, mas mantém a produção rural, não poluentes e sustentáveis. Art. 1358A do Código Civil. Gleba única, tamanho mínimo de área privativa; (tamanho da gleba: mínimo 30 ha, unidade autônoma unifamiliar, permeabilidade da área mantida, etc. – olhar na redação que Almiro enviou). Observar as atividades permitidas para a área rural; 2 – o que garante que esses condomínios rurais permaneçam rurais? Possibilidade de inclusão de agricultura familiar.	1 - não contemplada; no entanto em ACS pode 1,5 habitação/há	1	0	0	1
Artigo	70	A Zona Rural de Uso Diversificado é aquela com atividade agropecuária consolidada com predominância de agricultura comercial.	1 – incluir agricultura familiar	1 - não contemplada. Aqui é o que é predominante na zona, não significa que não possa ter agricultura familiar.	1	0	0	1
Artigo	71	Na Zona Rural de Uso Diversificado, deve ser reforçada sua vocação rural e incentivada a verticalização da produção, assegurando o beneficiamento dos produtos locais e respeitadas as seguintes diretrizes: I –promover atividades agrossilvopastoris, agroindustriais e de turismo rural sustentáveis, incentivando práticas de produção que reduzam o consumo de água, aumentem a produtividade com eficiência hídrica e respeitem a capacidade de suporte dos corpos hídricos; II –promover infraestrutura viária e estratégias de mobilidade humana e de transporte de cargas e mercadorias compatíveis com os riscos ecológicos da zona, com vistas à garantia do escoamento da produção e da mobilidade; III –promover produção de serviços ecossistêmicos pelos produtores rurais; IV –incentivar a utilização de fertilizantes orgânicos e as práticas agroecológicas; V –incentivar a conservação de reservas legais com estímulo para implementação dos corredores ecológicos; VI –incentivar a conservação e preservação das áreas de corredores ecológicos; VII –estimular a adoção de novas tecnologias de irrigação em substituição ao uso de pivôs centrais.	1 – alterar “mobilidade humana” por outro termo a ser pensado; talvez “transporte de pessoas e cargas e mobilidade ativa”.	1 - contemplada.	1	1	0	0
Artigo	72	A Zona Rural de Uso Controlado é composta, predominantemente, por áreas de atividades agropastoris, de subsistência e comerciais, sujeitas às restrições e condicionantes impostos pela sua sensibilidade ambiental e pela proteção dos mananciais destinados à captação de água para abastecimento público.	1 – incluir agricultura familiar.	1 - Sugestão já contemplada em outros termos.	1	1	0	0

Artigo	74	Art. 74.A Zona Rural de Uso Controlado deve compatibilizar as atividades nela desenvolvidas com a conservação dos recursos naturais, a recuperação ambiental, a proteção dos recursos hídricos e a valorização de seus atributos naturais, de acordo com as seguintes diretrizes específicas: I –garantir o uso agrossilvopastoril e agroindustrial, desde que compatível com a conservação dos recursos naturais e com a manutenção da qualidade dos mananciais destinados ao abastecimento público; II –incentivar o turismo rural e o ecoturismo; III –incentivar sistemas de produção orgânica, agroflorestal, agroecológica e agricultura familiar; IV –respeitar as diretrizes quanto às fragilidades e potencialidades territoriais estabelecidas pela legislação referente às unidades de conservação nela inseridas, especialmente quanto aos respectivos zoneamentos ambientais e planos de manejo; V –coibir o parcelamento irregular de glebas rurais; VI –adotar medidas de controle ambiental, de preservação e conservação dos recursos hídricos, de conservação do solo e de estradas e de controle de erosões; VII –exigir que os Planos de Utilização da Unidade de Produção – PU das glebas rurais localizadas em unidades de conservação contemplem medidas de controle ambiental compatíveis com as diretrizes específicas destas unidades; VIII –respeitar a capacidade de suporte dos corpos hídricos no lançamento de efluentes e na captação de águas; IX –incentivar a implantação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural como forma de ampliar a preservação das diferentes fitofisionomias e da fauna associada; X –preservar e fomentar a cultura popular tradicional, presente nas festas, folguedos e folclore regional; XI –controlar o emprego de fertilizantes e agrotóxicos; XII –incentivar a implantação de sistemas agroflorestais como alternativa de produção e recuperação de áreas degradadas e consolidação da rede Regional de Infraestrutura Verde – IVR; XIII –fortalecer a região como polo de experimentação e disseminação de tecnologias associadas a atividades rurais; XIV –incentivar práticas agrícolas conservacionistas ou regenerativas; XV –preservar e conservar remanescentes de vegetação nativa do Cerrado, inclusive em agrovilas, com vistas à garantia da quantidade e da qualidade das águas; XVI –preservar a função de corredor ecológico das áreas de proteção ambiental para favorecer a conexão entre as bacias hidrográficas.	1 – incluir permissão de atividades do setor secundário e terciário, não poluentes e sustentáveis; 2 – incentivar a criação de condomínios rurais.	1 - Sugestão já contemplada; 2 - contemplada parcialmente.	2	1	1	0
Artigo	85	É permitido o parcelamento do solo para fins rurais, desde que respeitado o módulo mínimo rural estabelecido nesta Lei Complementar, no zoneamento ambiental e nos planos de manejo das unidades de conservação. §1º O parcelamento para fins rurais deve manter as funções ecossistêmicas e a integridade ambiental e adotar: I –práticas de manejo sustentável de águas pluviais; II –soluções baseadas na natureza – SbN; III – estratégias para recuperação de áreas degradadas. §2º As atividades rurais a serem desenvolvidas em APM devem estar aprovadas no Projeto Individual da Propriedade – PIP.as de manejo sustentável de águas pluviais; II – soluções baseadas na natureza – SbN; III – estratégias para recuperação de áreas degradadas. §2º As atividades rurais a serem desenvolvidas em APM devem estar aprovadas no Projeto Individual da Propriedade – PIP.	1 – incluir § da admissão do parcelamento habitacional rural (condomínio rural); considerar o estatuto da terra 2 – não descaracterizar o uso rural; 3 – considerar que a infraestrutura para a área rural é diferente da urbana; 4 – a destinação das áreas de uso rural devem contribuir ao estímulo à produção agropecuária, potencial produtivo para abastecer o mercado interno; 5 – fonte de receita para agricultores familiares: ANA e Caesb têm programas de produtor de águas; agricultor se inscreve e apresenta o compromisso com a preservação e recebe valor anual que ajuda a manter a atividade; ampliação do programa (ampliação de programas ou subsídios 'para manutenção); 6 – possibilitar consórcios rurais.	1 - contemplado em outros artigos; 2 - contemplado em outros artigos; 3 - contemplado em outros artigos; 4 - contemplado em outros artigos; 5 - contemplado em outros artigos; 6 - contemplado em outros artigos.	6	6	0	0
Artigo	87	A gestão e o monitoramento das APM devem ser realizados pelo Comitê Gestor das Áreas de Proteção de Manancial – CGAPM, composto por representantes do poder público e da sociedade civil. §1º Devem compor o CGAPM representantes: I – do órgão gestor de planejamento territorial e urbano; II –do órgão gestor da política ambiental; III – órgão executor da política ambiental; IV –do órgão responsável pela política rural; V –do órgão responsável pela regulação de águas, energia e saneamento ambiental; VI –o órgão responsável pela fiscalização de atividades urbanas; VII –a concessionária de serviço público autorizada e responsável pela captação de água; VIII –a empresa pública responsável pela assistência técnica rural; IX –dos comitês de bacia hidrográfica; X –de entidade da sociedade civil relacionada ao meio ambiente ou aos recursos hídricos. §2º Devem cooperar com os órgãos gestores, nos limites de suas competências institucionais: I – o órgão responsável pela articulação das ações nas Regiões Administrativas; II –a empresa pública responsável pela execução da política habitacional; III –a empresa pública responsável pelas terras públicas urbanas; IV –a empresa pública responsável pelas terras públicas rurais. §3º Os órgãos gestores devem estabelecer o programa anual de gestão das APM que inclua ações de: I – monitoramento; II –educação ambiental; III – conservação dos recursos hídricos. §4º O programa anual de gestão de APM deve ser elaborado pelo CGAPM com participação de entidades representativas das comunidades nelas residentes. §5º A gestão das APM deve estar integrada com o processo de gestão de bacias hidrográficas.	1 – órgão de auditoria e fiscalização de atividades urbanas	1 - não contemplado.	1	1	0	0

Artigo	89	Art. 89.As Áreas de Interesse Ambiental são destinadas à conservação dos recursos naturais, à manutenção de suas condições ecológicas e ao manejo e pesquisa de fauna e flora, devendo ser atendidas as seguintes diretrizes: I – respeitar a legislação específica aplicada à área, especialmente quanto ao plano de manejo ou zoneamento referente às unidades de conservação; II –recuperar as áreas degradadas, priorizada a recomposição da vegetação em Áreas de Preservação Permanente; III – garantir atividades compatíveis com as diretrizes do plano de manejo; IV –garantir atividades de pesquisa, conservação e manejo de espécies da fauna e flora, bem como de visitação e de educação ambiental, próprias dos equipamentos públicos do Jardim Botânico de Brasília e do Jardim Zoológico de Brasília.	1 – parques com famílias morando; 2 – delimitação da poligonal exata das unidades de conservação; 3 – criação de novas unidades de conservação.	1 - a questão de parques é legislação ambiental; 2 - as poligonais utilizadas vieram do libram; 3 - legislação ambiental.	3	0	0	3
Artigo	90	As Áreas de Conexão Sustentável – ACS são compostas por áreas com características rurais ou naturais localizadas na Macrozona Urbana, conforme Anexo II, Mapa 1B, ou em Macrozona Rural, conforme regulamento específico. §1º As ACS devem criar zonas de transição e amortecimento entre o uso urbano e o uso rural, assegurando a conectividade ecológica, a funcionalidade dos ecossistemas e a resiliência ambiental do território.	1 - Alterar o verbo “criar”, as ACS têm caráter de transição, sugestão de colocar “constituir”; acrescentar ao final: tendo monitoramento prioritário de forma a controlar a expansão urbana.	1 - contemplada.	1	1	0	0
Artigo	95	As ACS podem ser definidas em Macrozona Rural, desde que contíguas à Macrozona Urbana e situadas a, no máximo, 3 Km desta. Parágrafo único. A identificação e definição de ACS em Macrozona Rural, conforme regulamentação específica, deve ser precedida de estudo técnico conjunto elaborado pelo órgão gestor de planejamento territorial e urbano, pelo órgão responsável política rural e pelo órgão gestor da política ambiental.	1 - § que garanta a equidade na criação, manutenção e fiscalização dessas áreas em todo o DF.	1 - contemplado parcialmente.	1	0	1	0
Artigo	96	Art. 96.Ficam instituídas, para fins de ordenamento e gestão do território, as seguintes Unidades de Planejamento Territorial – UPT, conforme Anexo II, Mapa 1D: I – Unidade de Planejamento Territorial Central – UPT Central; II –Unidade de Planejamento Territorial Central-Adjacente 1 – UPT Central-Adjacente 1; III – Unidade de Planejamento Territorial Central-Adjacente 2 – UPT Central-Adjacente 2; IV –Unidade de Planejamento Territorial Oeste – UPT Oeste; V –Unidade de Planejamento Territorial Norte – UPT Norte; VI –Unidade de Planejamento Territorial Leste – UPT Leste; VII –Unidade de Planejamento Territorial Sul – UPT Sul. Parágrafo único. A criação ou a extinção de regiões administrativas deve respeitar, obrigatoriamente, os limites das UPT e os setores censitários, de modo a manter a série histórica dos dados estatísticos.	1 – UPT Oeste: região que possui processo de conurbação – Taguatinga e Ceilândia – dinâmica distinta da RA de Ceilândia; 2 - UPT que contém Vicente Pires, etc. Separação de Riacho Fundo I e II: dúvida se devem estar em UPT diferentes; 3 – histórico: interligação entre Brazlândia e demais RA da UPT Oeste; 4 - considerar a questão da fiscalização: não criar UPT muito grande que dificultaria a fiscalização.	1 - não contemplada; 2 - não contemplada; 3 -considerada; 4 - considerada.	4	2	0	2
Artigo	98	São diretrizes para a ocupação urbana: I – evitar a implantação de parcelamentos urbanos desconectados da malha urbana existente, priorizando a ocupação orientada pela rede estrutural de transporte coletivo; II –restringir a construção de condomínios habitacionais fechados ou com acesso controlado em áreas próximas aos eixos de transporte público de alta e média capacidade; III – definir diretrizes específicas para promover a integração do tecido urbano, inclusive em parcelamentos objeto de regularização fundiária urbana; IV –fortalecer centralidades e subcentralidades fora do Plano Piloto de Brasília; V –estimular a diversidade de atividades e o aumento da densidade demográfica em áreas de influência de estações e linhas de transporte público coletivo de média e alta capacidade; VI –conectar as áreas definidas nas estratégias de dinamização, requalificação e revitalização ao transporte coletivo de média e alta capacidade; VII –prever infraestrutura destinada ao transporte ativo em novos parcelamentos; VIII –estimular a ocupação de áreas urbanizadas subutilizadas, dotadas de infraestrutura, próximas à rede de transporte coletivo, por meio da aplicação de instrumentos jurídicos e urbanísticos; IX –estimular a implantação de edifícios multifuncionais junto às estações de transporte público coletivo de média e alta capacidade; X –promover dinamização, adensamento e qualificação ao longo de trechos de transporte público coletivo de média e alta capacidade; XI –priorizar novos parcelamentos orientados pelo transporte público coletivo de média e alta capacidade.	1 – promover a implantação de áreas verdes permeáveis com árvores no interior das áreas urbanas, dos parcelamentos do solo e dos condomínios, para melhoria do microclima, qualidade do ar e infiltração das águas pluviais; 2 – destinar áreas para instalação de coletores de pequeno, médio e grande porte para os diversos tipos de resíduos gerados de forma seletiva; 3 – utilizar SbN e infraestruturas verdes e azuis nos maneios de águas pluviais, saneamento ambiental e espaços públicos; 4 – elaborar projetos de uso de ocupação de solo que promovam a ventilação natural, a melhoria da qualidade do ar e do microclima; 5 – criar parques urbanos, especialmente onde existem áreas de preservação permanente e áreas de risco de perda de remanescentes do cerrado nativo; 6 – sugestão de supressão do inciso I; 7 – transporte coletivo precisa ser estruturado em uma ocupação organizada. Sugestão de manutenção do inciso I; 8 – situações de adensamento urbano: atender com transporte coletivo, vias exclusivas para ônibus: exemplo de Riacho Fundo I e II; 9 – questão ambiental sensível no local; vias para ônibus, pedestres e ciclistas (mobilidade ativa), permitir mobilidade urbana entre os dois núcleos; 10 – soluções adequadas de desenho urbano, vias em níveis; questão de custo/investimento e desenho urbano para evitar ocupação nas margens das vias/rodovias; 11 – boas contribuições da Sema/libram – estudo IPEDF sobre o índice de sustentabilidade urbana: distribuição desigual de áreas verdes nas diversas RA; incluir equidade das sugestões da Sema para todo o DF; 12 – além dos índices de sustentabilidade, já há disponível indicadores produzidos há 12 pelo observatório das metrópoles que	1 - contemplada em território resiliente; 2 - não contemplada; 3 -; contemplada; 4 - contemplada; 5 - contemplada; 6 - contemplada; 7 - contemplada; 8 - contemplada; 9 - contemplada; 10 - contemplada; 11 - é um comentário; 12 - comentário; 13 - contemplada; 14 - contemplada; 15 - contemplada.	13	12	0	1
Artigo	99	São parâmetros básicos para ocupação urbana: I – densidade demográfica; II –coeficientes de aproveitamento básico e máximo; III – percentual mínimo de equipamentos públicos urbanos e comunitários e espaços livres de uso público para novos parcelamentos; IV –área mínima e máxima de lotes. Parágrafo único. Os parâmetros para ocupação urbana não definidos nesta Lei Complementar devem ser definidos pela Lei de Uso e Ocupação do Solo, pelo Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília ou pelas diretrizes urbanísticas para novos parcelamentos urbanos, inclusive aqueles oriundos de regularização fundiária	1 – incluir no III: “áreas” para equipamentos; 2 – incluir inciso com usos do solo; 3 – sistema viário e mobilidade urbana.	1 - não contemplada; 2 - não contemplada; 3 - não contemplada.	3	0	0	3

Artigo	100	Ficam definidos os seguintes valores de referência para a densidade demográfica, conforme Anexo II, Mapa 1E: I – densidade baixa: valores até 50 habitantes por hectare; II – densidade média: valores superiores a 50 e até 150 habitantes por hectare; III – densidade alta: valores superiores a 150 habitantes por hectare. §1º A distribuição da densidade pode ocorrer na mesma porção do território, desde que orientada às estratégias de ordenamento e desenvolvimento territoriais locais. §2º A distribuição da densidade deve ser indicada nas diretrizes urbanísticas estabelecidas pelo órgão gestor de planejamento territorial e urbano, mediante elaboração de estudo técnico, considerando, no mínimo: I – parâmetros definidos para a zona urbana em que o parcelamento está inserido; II – condicionantes territoriais e ambientais da área onde o parcelamento está localizado. §3º Para distribuição da densidade, são consideradas como mesma porção do território, áreas contíguas e de mesmo valor de densidade demográfica estabelecida nesta Lei Complementar. §4º Em reparcelamentos, o cálculo da densidade deve considerar as porções do território em que a poligonal de projeto está inserida.	1 - repensar as densidades	1 - contemplada	1	1	0	0
Artigo	105	Para novos loteamentos urbanos, deve ser destinado o percentual mínimo de 15% da área da gleba para equipamentos urbanos e comunitários e espaços livres de uso público. Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS e aos parcelamentos de características industriais, que devem ter parâmetros próprios estabelecidos pelo órgão gestor de planejamento territorial e urbano.	1 – possibilidade de colocar esses equipamentos proporcional à densidade (fazer estudo nas diretrizes regionais); 2 – ajuste de redação para ser compatível com o art. 104.	1 - contemplada; 2 - contemplada.	2	2	0	0
Artigo	106	Para novos parcelamentos urbanos, os lotes devem ter área mínima de 125m2 e frente mínima de 5m, exceto nas áreas de regularização fundiária urbana de interesse social.	1 – avaliar se é para qualquer uso; 2 – avaliar exceções; 3 - § no art. 106 que abra a excepcionalidade vinculadas a programas públicos de HIS; remeter a programas públicos; vários desses programas estimulam o uso misto; 4 – unidade imobiliária é diferente de lote; 5 – falar sobre a necessidade de regulamentar o direito de laje.	1 - avaliada; 2 - avaliada; 3 - não contemplada; 4 - contemplada.	2	1	0	1
Artigo	115	As centralidades locais devem ser detalhadas nos instrumentos complementares da política urbana, respeitadas as características da respectiva Região Administrativa, considerando as seguintes diretrizes: I – incentivo à diversificação de uso; II – vedação de uso residencial exclusivo no térreo das edificações; III – utilização de fachadas ativas; IV – fortalecimento da dimensão social dos espaços públicos de modo a estimular a interação entre as pessoas; V – incentivo à mobilidade ativa; VI – fomento à economia local; VII – implantação de soluções baseadas na natureza – SbN articuladas com a infraestrutura existente.	1 – II: priorizar usos não residenciais exclusivos no térreo, vedar para novos, permitir para existentes.	1 - não contemplada.	1	0	0	1
Artigo	117	Nas Áreas de Dinamização, indicadas no Anexo III, Mapa 3 e Tabela 3A, devem: I – ser implantados centros de trabalho e renda voltados para descentralizar a oferta de empregos no território e promover a melhoria dos padrões de mobilidade e acessibilidade; II – ser priorizados o transporte público coletivo e a mobilidade ativa. §1º As Áreas de Dinamização exigem tratamento urbanístico específico, condicionado aos objetivos estratégicos a serem alcançados e às suas peculiaridades no que se refere às características locais, às formas de ocupação do solo e aos valores ambientais e culturais do território. §2º Nas Áreas de Dinamização especificadas no Anexo III, Tabela 3A, incide o zoneamento inclusivo, conforme regulamento.	1 – inserir inciso: devem ser estimulados usos mistos do solo que promovam diversidade funcional e a indução de densidades adequadas à urbanidade; 2 – adensamento e usos mistos.	1 - não contemplada; 2 - não contemplada. Nem todas as áreas de dinamização possuem vocação residencial.	2	0	0	2
Artigo	118	As Áreas de Dinamização comportam ações de: I – organização e estruturação da malha urbana e dos espaços públicos associada à rede estrutural de transporte coletivo, resguardado o equilíbrio ambiental; II – integração e reorganização da infraestrutura de transporte urbano, público e individual; III – estímulo à multifuncionalidade dos espaços, de modo a possibilitar o incremento de atividades; IV – incentivo à parceria entre o poder público, a comunidade e a iniciativa privada para o desenvolvimento urbano; V – incentivos fiscais e tributários.	1 – incluir inciso: comportem ações decorrentes de operações urbanas consorciadas e se constituam como áreas de potenciais construtivos pela aplicação do instrumento transferência do direito de construir (TDC) e CPC Verde (áreas prioritárias)	1 - contemplada parcialmente em instrumentos.	1	0	1	0
Artigo	119	A estratégia de revitalização de conjuntos urbanos está voltada à preservação do patrimônio cultural e ao fomento de investimentos para a sustentabilidade de sítios urbanos de interesse patrimonial.	1 – avaliar a inclusão da área central de Brasília.	1 - não contemplada.	1	0	0	1
Artigo	121	A estratégia de requalificação de espaços urbanos está voltada à recuperação de áreas degradadas, por meio de intervenções integradas no espaço público e privado Parágrafo único. A Estratégia de Requalificação de Espaços Urbanos abrange áreas consolidadas que necessitam de melhorias ou transformações mediante intervenções urbanísticas como forma de manter a vocação existente.	1 – art. 121: incluir novo § - constitui-se áreas preferenciais para a implementação do instrumento urbanístico operações urbanas consorciadas ou interligadas.	1 - não contemplada.			0	0
Artigo	123	Art. 123.A estratégia de implantação de subcentralidades tem o objetivo de fomentar o desenvolvimento de espaços multifuncionais vinculadas à acessibilidade decorrente da Rede Estrutural de Transporte Coletivo. §1º As Subcentralidades devem ser implantadas nas proximidades de estações ou terminais de transporte público de média e alta capacidade, nas localidades indicadas nesta Lei Complementar, indicadas no Anexo III, Mapa 3 e Tabela 3D. §2º As Subcentralidades devem abrigar espaços para oferta de emprego, comércio e serviços, lazer, esporte, cultura e moradia para diferentes faixas de renda.	1 – estação central de Ceilândia (incluir mesmo estando na estratégia de dinamização) e nas proximidades da estação do BRT (estação final de Santa Maria e do Gama), incluir eixo para região de São Sebastião.	1 - não contemplada.	1	0	0	1
Artigo	124	A promoção da acessibilidade e da mobilidade sustentável mediante a integração entre ordenamento territorial e transporte objetiva: I – orientar o ordenamento territorial pela consolidação e qualificação da ocupação ao longo de eixos estruturantes de transporte coletivo e de deslocamento, integrando localidades e centralidades; II – fortalecer e efetivar a mobilidade ativa; III – diminuir a dependência do automóvel.	1 – termo desenvolvimento orientado está incompleto; ou coloca o termo usual ou coloca “por ele orientado”	1 - não contemplada	1	0	0	1

Artigo	126	As Estratégias da Mobilidade Sustentável são relacionadas às escalas territoriais, sendo interligadas e complementares, definidas como: I – macroescala; II – mesoescala; III – microescala. §1º A macroescala corresponde ao território do Distrito Federal e compreende a Estratégia da Rede Estrutural de Transporte Coletivo e o Desenvolvimento Orientado. §2º A mesoescala e a microescala correspondem às Unidades de Planejamento Territorial, às Regiões Administrativas e seus núcleos urbanos e compreendem a Estratégia Cidade Integrada e Acessível.	1 – no §1º: a macroescala corresponde ao território do DF e suas conexões com a RM do Entorno do DF; 2 - no §2º: a mesoescala corresponde às UPT, a microescala corresponde às RA e seus núcleos urbanos e rurais e correspondem à estratégia de cidade integrada e acessível.	1 - não contemplada; 2 - contemplada.	2	1	0	1
Artigo	128	São diretrizes para a Rede Estrutural de Transporte Coletivo: I – localizar as novas estações da Rede Estrutural de Transporte Coletivo prioritariamente em áreas de centralidades, subcentralidades, de dinamização, de requalificação, de equipamentos regionais e polos geradores de viagens; II – reservar espaço viário para infraestrutura exclusiva de transporte público coletivo, conectada à Rede Estrutural de Transporte Coletivo, em novas áreas de parcelamento urbano; III – prover a integração da Rede Estrutural de Transporte Coletivo com todos os modos de transporte, especialmente com as Redes de Transporte Ativo. Parágrafo único. Os projetos da Rede Estrutural de Transporte Coletivo e a localização das estações devem ser avaliados pelo órgão gestor de planejamento territorial e urbano e aprovados pelo órgão gestor de transporte e mobilidade.	1 – I: “e polos geradores de viagens”, incluir polos atratores e geradores; 2 – II: substituir “novas” por “futuras”; 3 – III: substituir “transporte ativo” por “mobilidade ativa”;	1 - não contemplada; 2 - contemplada; 3 - parcialmente contemplada.	3	0	1	2
Artigo	129	São diretrizes para o Desenvolvimento Orientado ao Transporte Coletivo: I – priorizar o desenvolvimento urbano das áreas definidas pelas estratégias de ordenamento territorial indicadas neste Plano e que são atendidas pela Rede Estrutural de Transporte Coletivo; II – promover e priorizar a diversificação de usos, a qualificação do espaço público e a aplicação de instrumentos jurídicos e urbanísticos nas áreas de influência das estações da Rede Estrutural de Transporte Coletivo; III – vincular as novas áreas de oferta habitacional à Rede Estrutural de Transporte Coletivo; IV – fomentar a utilização do potencial construtivo e da densidade demográfica e econômica compatíveis com a capacidade da Rede Estrutural de Transporte Coletivo, respeitando a capacidade de suporte socioambiental e a sensibilidade paisagística e patrimonial de cada localidade. §1º São consideradas áreas de influência aquelas localizadas no raio de 600 metros de estações de transporte público coletivo de média e alta capacidade. §2º O modelo de governança, mecanismos e fundo de fomento de projetos vinculados ao desenvolvimento de áreas no entorno das estações deve ser definido por regulamento específico.	1 – II: incluir depois de “usos”, adensamento construtivo e populacional; 2 - raio de 600 metros: parâmetro tradicional é de 500 metros.	1 - tema abordado em outros locais da proposata; 2 - não contemplado.	2	0	1	1
Artigo	130	A estratégia de Cidade Integrada e Acessível tem objetivo de reduzir os tempos de deslocamento e aumentar a segurança viária por meio da melhoria das condições de circulação e da infraestrutura prioritária de transporte ativo e de transporte público coletivo, mediante medidas previstas conforme a hierarquia viária: I – rodovias e vias de trânsito rápido; II – vias arteriais; III – vias coletoras; IV – vias locais.	1 – substituir “transporte ativo” por mobilidade ativa; 2 – I: incluir vias expressas.	1 - contemplada parcialmente; 2 - não contemplada. Utilizada classificação do Código de Trânsito Brasileiro.	2	0	1	1
Artigo	131	São medidas da estratégia de Cidade Integrada e Acessível: I – conversão de trechos de rodovias em áreas urbanas em vias arteriais; II – integração entre Regiões Administrativas adjacentes; III – Ruas Completas; IV – Zona 30; V – elaboração de Planos de Mobilidade Local por Região Administrativa.	1 – I: retirar a expressão “em vias arteriais”; qualificar os espaços urbanos para que a “passagem”; “vias urbanas” (substituir “em áreas urbanas em vias arteriais”), medidas para possibilitar a conexão entre as partes da cidade, não necessariamente a conversão em vias arteriais.	1 - não contemplada.	1	0	0	1
Artigo	134	A medida de Ruas Completas compreende a implantação de espaço dedicado à circulação do transporte ativo, pedestres e ciclistas, e do transporte público coletivo, assim como a adoção de fachadas ativas, por meio da transformação de vias arteriais internas das ocupações urbanas onde há ocorrência de atividades e maior fluxo de pessoas. §1º As Ruas Completas devem ser vinculadas à Rede Estrutural de Transporte Coletivo. §2º Novos projetos devem prever Ruas Completas desde sua concepção.	1 – após “adoção de fachadas ativas” incluir calçadas largas e arborizadas.	1 - não contemplada.	1	0	0	1
Artigo	135	A medida de Zona 30 compreende intervenções de sinalização e de desenho urbano para garantir a velocidade máxima de até 30 km/h e aumentar a segurança para a circulação e permanência de pedestres e ciclistas em vias locais. §1º As áreas de Zona 30 podem ter tráfego compartilhado, sem infraestrutura segregada para cada modo. §2º Devem ser priorizadas intervenções de moderação de tráfego em áreas residenciais e entorno imediato de instituições de ensino e de saúde. §3º As medidas de Zona 30 devem ser adotadas, também, em áreas de estacionamento público.	1 - § 2º: antes de “tráfego” colocar “velocidade de”.	1 - não contemplada.	1	0	0	1
Artigo	138	Em rodovias, vias expressas, vias arteriais e coletoras, a tipologia da infraestrutura cicloviária deve estar de acordo com a velocidade da via, devendo ser mais segregada naquelas de maior velocidade e hierarquia.	1 – substituir transporte ativo por mobilidade ativa.	1 - contemplada parcialmente.			0	0

Artigo	139	O Plano de Mobilidade Local por Região Administrativa é o instrumento de efetivação da mobilidade sustentável na mesoescala e na microescala e de articulação das medidas da Estratégia de Cidade Integrada e Acessível. §1º Os Planos de Mobilidade Local devem ser elaborados por Região Administrativa e podem ser incorporados ao Plano de Desenvolvimento Local – PDL, sendo considerados nestes quando não incorporados. §2º Os Planos de Mobilidade Local, elaborados por Região Administrativa, devem estar alinhados e em conformidade com o plano de mobilidade urbana do Distrito Federal, instrumento de efetivação da Política Nacional de Mobilidade Urbana. §3º Os Planos de Mobilidade Local devem contemplar estratégias e ações de mobilidade e de circulação para todos os modos, bem como de desenho urbano de logradouros e espaços públicos, com prioridade e detalhamento da Rede de Transporte Ativo de pedestres e de ciclistas. §4º Os Planos de Mobilidade Local por Região Administrativa devem classificar intervenções de curto, médio e longo prazo. §5º Os Planos de Mobilidade Local por Região Administrativa devem ser coordenados e elaborados em conjunto pelo órgão gestor de planejamento territorial e urbano e pelo órgão gestor de transporte e mobilidade, submetidos à apreciação dos Conselhos Locais de Planejamento Territorial e Urbano – CLP e à deliberação do Conplan.	1 - §2º: planos de mobilidade local, elaborados por RA: após RA colocar ou “por UPT” ou “agrupamento de RA”	1 - contemplada.	1	1	0	0
Artigo	140	Fica estabelecido como conteúdo mínimo dos Planos de Mobilidade Local por Região Administrativa: I – diagnóstico sobre as rotas de ciclistas e de pedestres, com avaliação da caminhabilidade; II – definição de Redes de Transporte Ativo com rotas prioritárias de pedestres e de ciclistas contemplando: a) estações e rotas de Transporte Público Coletivo; b) avenidas de comércio e serviços; c) equipamentos regionais e públicos comunitários; d) áreas de interesse ambiental; e) áreas de interesse patrimonial; f) áreas de interesse cultural – AIC; g) áreas verdes. III – classificação das intervenções por tempo de implantação, podendo ser de curto, médio ou longo prazo; IV – indicação dos responsáveis pelas intervenções.	1 – incluir “agrupamento de RA” onde fala só RA; 2 – incluir mais um item para conteúdo mínimo: compatibilidade entre o transporte coletivo e a mobilidade sustentável com o uso e ocupação do solo.	1 - contemplada; 2 - não contemplada.	2	1	0	1
Artigo	144	A estratégia de promoção de Áreas Especiais de Interesse Cultural – AIC tem o objetivo de promover a preservação, a valorização e a salvaguarda de bens materiais e imateriais de valor histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e paisagístico em áreas com significado afetivo, simbólico e religioso para a comunidade.	1 – substituir “para comunidade” por “para toda a população do DF”; 2 – incluir parágrafo único: a estratégia deve promover a democratização do acesso e usufruto dos bens referidos no caput para toda população do DF; 3 – incluir no caput: economia solidária, cultura popular e manifestação popular.	1 - contemplada; 2 - contemplada; contemplada.	3	3	0	0
Artigo	146	As AIC comportam ações de: I – identificação, manutenção, conservação e proteção de bens, de áreas e de imóveis de valor histórico, cultural ou paisagístico; II – incentivo à ocupação de imóveis não utilizados por coletivos e atividades culturais; III – incentivos fiscais e urbanísticos associados à manutenção e preservação de áreas e atividades culturais; IV – fortalecimento do patrimônio arqueológico e natural como elemento de identificação cultural; V – estímulo à manutenção e valorização da memória, da identidade, dos saberes populares e das expressões culturais presentes em cada Região Administrativa do Distrito Federal; VI – fomento à formação, fruição e produção de serviços e bens culturais e artísticos da economia criativa e solidária, visando a geração de renda e o desenvolvimento local e regional sustentável; VII – criação de rotas, polos e circuitos culturais, identificando os bens, imóveis e paisagens significativas e áreas protegidas.	1 - incentivo à ocupação, por coletivos e atividades culturais, de imóveis não utilizados; acrescentar áreas públicas; 2 – alterar “Incentivo” por fomento; 3 – discutir a possibilidade de definir áreas novas, não necessariamente só as indicadas no caput, necessidade de áreas para grupos culturais existentes se manifestarem, por exemplo.	1 - contemplada; 2 - contemplada; 3 - contemplada.	3	3	0	0
Artigo	148	As estratégias voltadas à promoção de moradia digna são: I – provisão habitacional; II – regularização fundiária urbana; III – Zoneamento Inclusivo.	1 – I: destinação de áreas urbanas e rurais para a provisão habitacional; destinação de habitação em áreas centrais; 2 – II: incluir de interesse social e de interesse específico; regularização fundiária urbana e rural; 3 – inserir IV: estímulos ao uso misto do solo com convivência de diferentes faixas de renda; 4 – V: garantia de atendimento e convívio solidário nos parcelamentos e empreendimentos habitacionais do DF.	1 - contemplada; 2 - contemplada; 3 - contemplada; 4 - não contemplada.	4	3	0	1

Artigo	149	São consideradas Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS: I – áreas não ocupadas para oferta de moradias indicadas na estratégia de provisão habitacional que buscam promover a expansão ou adensamento da mancha urbana, denominadas ZEIS de vazio urbano; II – terrenos ou áreas não ocupadas e imóveis ociosos, subutilizados ou não utilizados a serem demarcados conforme regulamento, denominados ZEIS de subutilização; III – Áreas de Regularização Fundiária de Interesse Social – Aris, incluindo aquelas identificadas como passivo histórico ou localizadas em Equipamentos Públicos Urbanos ou Comunitários; IV – Parcelamentos Urbanos Isolados de Interesse Social – PUI-S. §1º As ZEIS são destinadas a famílias com renda até 12 salários mínimos, contemplando exclusivamente a habitação de interesse social e a habitação de mercado econômico. §2º Podem ser estabelecidas ZEIS em áreas não ocupadas na malha urbana consolidada e em imóveis ociosos, subutilizados e não utilizados, conforme regulamento. §3º A distribuição de moradias nas ZEIS deve priorizar o atendimento de famílias com rendimento até 3 salários mínimos, observadas as características do déficit habitacional do Distrito Federal. §4º Nas ZEIS de vazio urbano, a execução da infraestrutura essencial pode ser realizada por etapas, desde que o planejamento de todo o parcelamento seja considerado na definição de cada etapa, conforme regulamentação específica. §5º O disposto no §4º deve garantir a implantação de infraestrutura básica para o início do empreendimento, resguardado ao poder público a complementação para a efetiva implantação, conforme regulamentação específica. §6º Na área do Conjunto Urbanístico de Brasília – CUB, as ZEIS devem observar as características definidas para as áreas especiais de interesse social – AEIS. §7º A instituição de AEIS ocorre por legislação específica, de iniciativa do Poder Executivo, mediante prévias audiência pública e aprovação do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – Conplan. §8º A instituição de AEIS pode promover a implementação de habitação de interesse social em imóveis vazios ou subutilizados no CUB onde o uso residencial é permitido ou previsto, condicionada à elaboração de estudos e definição das respectivas poligonais pelo Poder Executivo.	1 – ou incluir a expressão infraestrutura básica no glossário ou substituir por infraestrutura essencial.	1 - contemplada.			0	0
Artigo	150	Os Setores Habitacionais, indicados no Anexo III, Mapa 5 e Tabela 5A, correspondem à agregação de áreas para promoção de moradia digna com o objetivo de auxiliar no ordenamento territorial, a partir de diretrizes mais abrangentes quanto aos parâmetros urbanísticos, aos parâmetros ambientais, à estruturação viária e de endereçamento. §1º Os Setores Habitacionais podem incluir áreas de regularização, áreas de oferta habitacional e áreas para qualificação urbanística. §2º Os Setores Habitacionais podem ser ajustados quando necessário para a adequação do projeto de regularização fundiária urbana para garantir melhor qualificação dos espaços urbanos e a observância das restrições socioambientais do território. §3º O ajuste indicado no §2º visa garantir a implantação de equipamentos públicos, proteção de áreas ambientalmente sensíveis e definição de áreas para reassentamento de famílias, por meio da previsão de áreas para qualificação urbanística. §4º O ajuste deve priorizar a identificação de áreas para reassentamento de famílias, quando necessário. §5º Em caso de ajuste limitrofe ao setor habitacional, este fica ajustado conforme alteração aprovada para a área. §6º As diretrizes urbanísticas devem ser adequadas ao ajuste realizado.	1 – acrescentar x§: ajustes e redefinições diversos devem ser formalizados por meio de ato administrativo com ampla publicidade e participação da população afetada (conforme Estatuto da Cidade); 2 – no mapa está Setor Habitacional de Regularização; 3 – colocar definição de Setor Habitacional.	1 - não contemplada; 2 - contemplada; 3 - contemplada.	3	2	0	1
Artigo	151	Conforme regulamentação específica, pode ocorrer o reassentamento compulsório e involuntário de ocupantes de áreas: I – afetadas por regularização fundiária urbana; II – áreas de risco; III – áreas atingidas por situações de emergência ou calamidade decorrentes de eventos climáticos extremos. §1º O órgão executor da política habitacional é responsável pelo reassentamento da população cuja renda familiar seja igual ou inferior a 5 salários mínimos. §2º O reassentamento de população com renda familiar superior a 5 salários mínimos deve ocorrer por meio de provisão habitacional do mercado econômico.	1 – I – onde haja conflitos por preservação ambiental ou outra espécie de risco; 2 – II – incluir “área de risco” no glossário.	1 - contemplada; 2 - contemplada.	2	2	0	0
Artigo	152	As ações de reassentamento devem priorizar: I – a alocação das famílias em áreas próximas ao local de origem, preferencialmente, dentro do mesmo setor habitacional e, quando possível, nas Áreas para Qualificação Urbanística – AQU; II – o atendimento às famílias em situação de risco iminente; III – o assentamento definitivo da população reassentada. §1º O direito à assistência técnica para a população reassentada deve ser garantido. §2º Fica permitido o reassentamento para localidades que disponham de infraestrutura provisória, desde que garantam habitabilidade e salubridade.	1 – para a promoção de moradia digna: criar comitês articulando poder executivo com sociedade civil para indicação de novas unidades e tratamento dos reassentados; participação para a implementação da estratégia também (comitês para a implementação da estratégia); 2 – suprimir o § 2º do art. 151; 3 – III – depois de população reassentada, incluir garantia de acesso à infraestrutura, equipamentos públicos e serviços essenciais; 4 - §2º "incluir “por tempo determinado”; 5 – incluir inciso: famílias com pessoas PCD; 6 - §2º - após “localidades” incluir: mesmo não situadas no mesmo Setor Habitacional, sejam o mais próximas destes o possível, e... continua a frase, depois incluir “transporte público” após “salubridade”.	1 - contemplada; 2 - não contemplada; 3 - contemplada; 4 - contemplada; 5 - contemplada; 6 - contemplada.	6	5	0	1
Artigo	153	A estratégia de Provisão Habitacional tem o objetivo de atender à necessidade por moradia, a partir de programas e projetos, de iniciativa pública ou privada, voltados a diferentes faixas de renda que busquem: I – a oferta de moradia digna em diferentes partes do território; II – a proximidade com núcleos urbanos consolidados onde haja oferta de serviços, comércio e equipamentos comunitários; III – a proximidade com os principais corredores de transporte; IV – o respeito à capacidade de suporte do território, no que se refere ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem de águas pluviais.	1 – no caput: após “privada” incluir “em zonas urbanas e rurais” 2- II: incluir equipamentos urbanos; 3 – incluir inciso: promover o mix (diversidade) de faixas de rendas socioeconômicas e de uso do solo; 4 – III: corredores de mobilidade urbana (faltou colocar média e alta capacidade); 5 – IV depois de “água”: acrescentar energia e mobilidade urbana.	1 - contemplada; 2 - contemplada; 3 - contemplada; 4 - contemplada; 5 - contemplada.	5	5	0	0

Artigo	154	A estratégia de provisão habitacional comporta ações para oferta de moradias: I – em bens imóveis, subdividido em: a) imóveis prontos; b) lotes urbanizados. II – por meio de serviços de: a) locação social; b) assistência técnica de habitação de interesse social – Athis; c) moradia emergencial. §1º A oferta de moradias deve ser promovida, preferencialmente, mediante a otimização de localidades urbanas com infraestrutura subutilizada, com vazios residuais ou com áreas obsoletas. §2º A oferta de moradias pode ser promovida mediante a criação de novos núcleos urbanos em áreas contíguas às áreas consolidadas. §3º A estratégia a ser disponibilizada deve considerar as especificidades das famílias a serem atendidas e do território.	1 – I, b: complementar com “ou semiurbanizados, desde que garantam habitabilidade e salubridade”; 2 – II, c: incluir “ou soluções de arquitetura efêmera”; 3 - §1º - incluir “área ou edificações obsoletas”; 4 – após subutilizada, incluir “ociosa”.	1 - não contemplada; 2 - contemplada; 3 - contemplada; 4 - contemplada	4	3	0	1
Artigo	155	As ZEIS de vazio urbano destinadas a oferta habitacional, indicadas no Anexo III, Mapa 5 e Tabela 5B, são constituídas por áreas para novos parcelamentos urbanos. §1º A oferta de moradias nas áreas indicadas no caput pode ocorrer por bens imóveis ou por meio de serviços, de acordo com o programa habitacional específico. §2º O parcelamento urbano das ZEIS de vazio urbano deve reservar 10% do número total de unidades habitacionais a serem produzidas na área para reassentamento de famílias.	1 – §2º: incluir “e para famílias com pessoas com deficiência”; 2 - §1º: bens imóveis para comercialização, para promoção de locação social ou para ocupações temporárias ou emergenciais;	1 - constante de legislação específica; 2 - não contemplado.	2	0	0	2
Artigo	156	Art. 156. I – mescla de tipologias residenciais, com ênfase na habitação multifamiliar com uso misto; II – oferta de unidades imobiliárias voltadas a diferentes faixas de renda; III – articulação com áreas consolidadas; IV – estruturação de sistema de espaços livres e refúgios climáticos; V – implantação de sistema de mobilidade ativa; VI – oferta de equipamentos comunitários; VII – oferta de unidades imobiliárias para os usos de comércio e serviços, de acordo com a necessidade local; VIII – adoção de parâmetros urbanísticos compatíveis com a oferta de sistema de transporte coletivo eficiente.	1 – incluir inciso: capacidade de suporte no que se refere ao abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem de águas pluviais e aos riscos ecológicos de perdas de recursos naturais e serviços ecossistêmicos; 2 – novo inciso: recuperação de áreas degradadas, reflorestamento e conservação das áreas de preservação permanente; 3 – novo inciso: criação de parque urbano com áreas livres, permeáveis e arborizadas; 4 – I: complementar: uso misto especialmente nos térreos, produzindo fachada ativa; 5 – III: articulação funcional e viária com áreas consolidadas próximas; 6 – V: implantação de sistema de mobilidade ativa, com integração intermodal com o transporte público.	1 - contemplada; 2 - contemplada em território resiliente; 3 - contemplada em território resiliente; 4 - não contemplada; 5 - contemplada; 6 - contemplada em mobilidade sustentável.	6	5	0	1
Artigo	157	As áreas ou as unidades imobiliárias destinadas ao uso residencial nas ZEIS de vazio urbano indicadas no Anexo III, Mapa 5 e Tabela 5B devem ser distribuídas, no mínimo, em: I – 10% para reassentamento de famílias, conforme regulamentação específica; II – 30% para habitação de interesse social; III – 40% para habitação de mercado econômico. §1º Caso não haja demanda de reassentamento de famílias, as áreas ou as unidades habitacionais destinadas para reassentamento de famílias podem ser utilizadas para demais linhas de ação da política habitacional de interesse social, prioritariamente para população em vulnerabilidade social. §2º O percentual de áreas ou unidades não indicado no caput pode ser distribuído para habitação de interesse social ou habitação de mercado econômico.	1 – retirar o §2º; 2 - §2º: destinar/priorizar os 20% para modalidade entidades e concurso público; 3 – manter o §2º; 4 – caráter das ZEIS: incluir §3º que remeta à ideia de que nas ZEIS a parametrização urbanística e edificação possui caráter diferenciado, apropriado à geomorfologia e ao desenho dos programas e projetos (parâmetros urbanísticos mais flexíveis, campo aberto à experimentação arquitetônica). 5 – Incluir em algum lugar: provisão nas ZEIS sejam de administração da Codhab, obrigatoriedade de transferência das áreas para a Codhab. Trazer o art. 329 para esta subseção.	1 - não contemplada; 2 - não contemplada; 3 - contemplada; 4 - contemplada; 5 - contemplada.	5	3	0	2
Artigo	158	A estratégia de regularização fundiária urbana visa à garantia da moradia digna, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, por meio de adequação dos Núcleos Urbanos Informais – NUI. §1º A regularização fundiária urbana compreende medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais promovidas por razões de interesse social ou de interesse específico. §2º Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por NUI aquele comprovadamente ocupado, com porte e compacidade que caracterize ocupação urbana, clandestina, irregular ou na qual não foi possível realizar, por qualquer modo, a titulação de seus ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente à época de sua implantação, predominantemente utilizada para fins de moradia, localizadas em áreas urbanas públicas ou privadas.	1 – após “visa” reconhecimento de direitos; §2º depois de “por qualquer modo” incluir “a segurança na posse”.	1 - contemplada; 2 - não contemplada.	2	1	0	1
Artigo	159	A estratégia de regularização fundiária urbana, composta pelas áreas indicadas no Anexo III, Mapa 5 e Tabelas 5C a 5G, é subdividida em: I – Áreas de Regularização: a) de Interesse Social – Aris; b) de Interesse Específico – Arine; II – Parcelamento Urbano Isolado: a) de Interesse Social – PUI-S; b) de Interesse Específico – PUI-E; III – Áreas para Qualificação Urbanística – AQU. §1º As Áreas de Regularização de Interesse Social – Aris e os Parcelamentos Urbano de Interesse Social – PUI-S têm prioridade na regularização fundiária promovida pelo Poder Público. §2º As Áreas para Qualificação Urbanística – AQU podem ser indicadas nas diretrizes urbanísticas.	1 – corrigir no glossário: está APQU e não AQU.	1 - contemplada.	1	1	0	0

Artigo	160	A estratégia de regularização fundiária urbana comporta ações de: I –agrupamento dos assentamentos informais em áreas com características urbanas e ambientais semelhantes, observada a capacidade de suporte socioeconômico e ambiental; II –elaboração de projetos integrados de regularização fundiária para as Áreas de Regularização e os Parcelamentos Urbanos Isolados; III –adequação de habitabilidade e melhoria das condições de sustentabilidade urbanística, social, ambiental e de salubridade das unidades habitacionais da área ocupada; IV –realização da regularização fundiária em etapas, quando necessário, para garantir soluções concomitantes, sequenciais ou alternadas para questões urbanísticas, ambientais, fundiárias e cartorárias; V –parceria entre o poder público e os interessados, favorecendo maior integração dos órgãos e tornando mais ágil e eficaz o processo de regularização fundiária; VI –priorização de regularização de núcleos urbanos informais de interesse social; VII – adoção de medidas de compensação por eventuais danos ambientais e prejuízos à ordem urbanística, diante da irreversibilidade das ocupações e constatada a viabilidade de sua permanência; VIII –promoção de divisão das terras desapropriadas que estejam em comum com terceiros, por meio de ações divisórias; IX –intervenção do poder público no processo de regularização fundiária sempre que os responsáveis não atenderem às exigências e restrições estabelecidas; X –adoção de medidas de fiscalização, prevenção, combate e repressão à implantação de novos parcelamentos irregulares do solo, principalmente em Áreas de Proteção de Manancial, Áreas de Relevante Interesse Ambiental, Áreas de Conexão Sustentável e Áreas para Qualificação Urbanística; XI –articulação do processo de regularização dos assentamentos informais com a política habitacional; XII –aprimoramento de instrumentos e medidas jurídicas, urbanísticas e ambientais para promoção da regularização fundiária urbana de núcleos urbanos informais; XIII –adoção de medidas para conciliação de conflitos fundiários prévias ao ajuizamento de ações discriminatórias e demarcatórias com o objetivo de regularizar as terras do Distrito Federal.	1 – incluir inciso: integração plena urbanística e socioambiental das áreas informais e irregulares ao tecido urbano; 2 – X: acrescentar após “urbanística”, unidade de conservação da natureza; 3 – incluir inciso: adoção de medidas de conciliação e mediação de conflitos fundiários articulados em comitês envolvendo poder público e sociedade civil sob a égide dos direitos humanos, articulando aos instrumentos da política habitacional.	1 - contemplada; 2 - contemplada; contemplada.	3	3	0	0
Artigo	161	A implantação e adequação de infraestrutura essencial, em caráter provisório, e a implantação de equipamentos públicos comunitários nas áreas previstas na estratégia de regularização fundiária urbana desta Lei Complementar podem ser realizadas, desde que esteja instaurado o processo de regularização fundiária urbana. Parágrafo único. Fica dispensada a instauração do processo de que trata o caput para os casos de instalação de infraestrutura essencial situados em áreas de interesse social, comprovado o interesse público.	1 – Parágrafo único: inserir “e adequação” após instalação; 2 – Parágrafo único: depois de “interesse público”, incluir situações emergenciais; 3 – retirar “comprovado o interesse público”.	1 - contemplada; 2 - contemplada parcialmente; 3 - não contemplada.	3	1	1	1
Artigo	162	Compõem as Áreas de Regularização da estratégia de regularização fundiária urbana aquelas: I – indicadas no Anexo III, Mapa 5 e Tabelas 5C a 5G; II –parceladas para fins urbanos anteriormente a 19 de dezembro de 1979 que não possuam registro, identificadas como passivo histórico, as quais podem ter a sua situação jurídica regularizada mediante o registro do parcelamento, desde que esteja comprovadamente ocupado e integrado à cidade; III –com ocupações informais de interesse social situadas em lotes destinados a Equipamentos Públicos Comunitários – EPC ou em Equipamentos Públicos Urbanos – EPU, reconhecidas como Núcleo Urbano Informal – NUI pelo órgão gestor de planejamento territorial e urbano; IV –núcleos urbanos informais, comprovadamente existentes antes do dia 2 de julho de 2021, em zona urbana ou rural, cujo porte, compacidade e parâmetros urbanísticos específicos definidos em estudo técnico elaborado ou aprovado pelo órgão gestor de planejamento territorial e urbano admitam a instauração de processo de regularização. §1º A regularização das áreas identificadas como passivo histórico deve obedecer ao rito estabelecido na legislação vigente e a regulamento específico. §2º O reconhecimento de ocupações informais de interesse social situadas em lotes destinados a Equipamentos Públicos Comunitários – EPC ou em Equipamentos Públicos Urbanos – EPU, conforme regulamentação específica, fica condicionado ao atendimento cumulativo dos seguintes critérios: I –serem constituídas por no mínimo 80% do total de terrenos ocupados para fins de moradia, com no mínimo 5 anos de ocupação; II –serem constituídas por terrenos com área predominante de até 250 metros quadrados, limitado à área máxima de 500 metros quadrados; III –ser comprovada por estudo técnico realizado pelo órgão gestor de planejamento territorial e urbano da possibilidade de dispensa ou de oferta desses equipamentos em área adequada, considerado no mínimo o público-alvo, os deslocamentos necessários, as dimensões dos lotes disponíveis e seus acessos.	1 – II: retirar a expressão “integrado à cidade”, no caput, e colocar “integrado ao tecido urbano”; 2 – dúvida sobre o critério de 80% de ocupação por moradia.	1 - contemplada; 2 - não contemplada.	2	1	0	1
Artigo	163	rt. 163. Para efeito de implementação da estratégia de regularização fundiária prevista no PPCub, são consideradas áreas de estudo para regularização de interesse social, os seguintes assentamentos: I – área de tutela da Vila Planalto; II – Vila Cultural Cobra Coral; III – Acampamento Saturnino de Brito; IV – áreas limítrofes aos limites da Região Administrativa da Candangolândia inseridas no Jardim Zoológico de Brasília, Parque Ecológico dos Pioneiros e Área de Relevante Interesse Ecológico do Santuário da Vida Silvestre do Riacho Fundo - Área II. Parágrafo único. A regularização fundiária urbana das áreas citadas no caput deve observar o disposto no Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCub.	1 – dúvida sobre as questões de “miudezas”: detalhar as características ao invés de colocar os locais específicos; colocar as áreas no anexo.	1- contemplada			0	0

Artigo	164	Os polígonos das Áreas de Regularização e dos Parcelamentos Urbanos Isolados podem ser ajustados, para acréscimo ou redução de área, no momento da elaboração do projeto de regularização fundiária urbana, para garantir áreas necessárias à localização de equipamentos públicos, à proteção de áreas ambientalmente sensíveis e ao reassentamento de famílias, sendo respeitado o limite de: I –20% em relação ao polígono original, quando localizados em Aris e PUI-S; II –10% em relação ao polígono original, quando localizados em Arine e PUI-E. §1º O ajuste do polígono das Áreas de Regularização, quando referente a redução, não pode causar prejuízos à população residente e à qualificação do projeto urbanístico. §2º O ajuste de polígono indicado das Áreas de Regularização está condicionado à anuência da unidade de planejamento do órgão gestor de planejamento territorial e urbano do Distrito Federal. §3º As áreas lineares às definidas no Anexo III, Mapa 5 e Tabelas 5C a 5G que estejam eventualmente ocupadas na data de publicação desta Lei Complementar podem ser consideradas no ajuste definido neste artigo. §4º As Áreas de Regularização de Interesse Específico e os Parcelamentos Urbanos Isolados de Interesse Específico, localizados em terras particulares, ficam obrigados a promover sua regularização. §5º As áreas citadas no §4º ficam sujeitas à aplicação de IPTU progressivo no tempo, conforme legislação específica. §6º As Aris situadas na Macrozona Rural e os PUI são consideradas como Zona de Urbanização Específica, nos termos do art. 3º da Lei federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, e apresentam média densidade demográfica.	1 - §4º está truncado, parece faltar a indicação de quem promoverá a regularização; 2 – §4º: obrigatoriedade de aplicação dos instrumentos previstos na legislação. Especificar porque é obrigatória a regularização; 3 – §4º remeter a responsabilidade aos proprietários e ocupantes (legitimados); 4 – sobre o ajuste: abrir a possibilidade para outras situações que permitam o ajuste além das 3 estabelecidas no caput.	1 - contemplada; 2 - contemplada; 3 - contemplada; 4 - não contemplada.	4	3	0	1
Artigo	165	As Áreas para Qualificação Urbanística – AQU são prioritariamente destinadas à qualificação urbanística das áreas definidas na estratégia de regularização fundiária urbana, visando maior qualidade de vida e equilíbrio socioambiental, de modo a garantir áreas para implantação de equipamentos públicos, proteção de áreas ambientalmente sensíveis e reassentamento de famílias. §1º As Áreas para Qualificação Urbanística – AQU podem ser previstas nos Setores Habitacionais com o objetivo de promover uma melhor integração entre as áreas de regularização e as áreas de oferta habitacional. §2º As Áreas para Qualificação Urbanística – AQU são classificadas em: I – Áreas Prioritárias para Equipamentos Públicos Comunitários – EPC e Espaços Livres de Uso Público – ELUP; II – Áreas de Resiliência Ambiental; III – Áreas de Resiliência Rural; IV – Áreas de Resiliência Local; V – Áreas de Resiliência Cultural.	1 – proposta para o caput: As áreas para AQU são aquelas em que predominam baixos padrões de urbanização, definidas na estratégia de regularização fundiária urbana, visando promover urbanidade, qualidade de vida, equilíbrio socioambiental (e continua a frase); 2 – colocar as áreas de resiliência local e cultural; 3 – colocar todas as áreas juntas; 4 – incluir áreas de resiliência de economia popular e criativa.	1 - contemplada parcialmente; 2 - contemplada; 3 - contemplada; 4 - não contemplada.	4	3	0	1
Artigo	167	Os parâmetros urbanísticos definidos para as Áreas de Regularização e para os Parcelamentos Urbanos Isolados no Anexo III, Tabelas 5H a 5M podem ser ajustados, desde que aprovados pelo órgão gestor de planejamento territorial e urbano, considerada a situação fática. Parágrafo único. Para o ajuste dos parâmetros urbanísticos citados no caput, o órgão gestor de planejamento territorial e urbano pode, conforme o caso: I – elaborar ou solicitar estudos urbanísticos específicos; II – solicitar estudos ambientais específicos; III – consultar outros órgãos afetos.	1 – fazer um único artigo para o 166 e o 167; 2 – O “pode” parece estranho.	1 - não contemplada; 2 - não contemplada.	2	0	0	2
Artigo	169	Os parcelamentos irregulares de interesse específico em terras particulares ficam obrigados a promover sua regularização nos termos deste Plano Diretor, devendo apresentar a documentação requerida no prazo máximo de 180 dias, a partir de notificação emitida pelo órgão responsável pelo planejamento territorial e urbano, após o que ficam sujeitos à aplicação de IPTU progressivo no tempo.	1 – especificar quem são os responsáveis pela regularização de interesse específico; 2 – PEUC/desapropriação.	1 - contemplada; 2 - contemplada em outros artigos.	2	2	0	0
Artigo	170	As ocupações irregulares que não se enquadrem nas características de regularização fundiária de interesse social não caracterizadas até a publicação desta Lei Complementar ficam sujeitas à cobrança de outorga, a ser criada por lei específica, à título de punição pela ocupação irregular do território, devendo obrigatoriamente ser suportada pelos ocupantes da área irregularmente ocupada.	1 – explicar que é só em Arine.	1 - contemplada.	1	1	0	0
Artigo	171	No momento da elaboração do projeto de urbanismo para as Áreas de Regularização e para os Parcelamentos Urbanos Isolados, caso não seja possível cumprir o percentual mínimo exigido de equipamentos públicos urbanos e comunitários e espaços livres de uso público, pode ser aplicada contrapartida urbanística preferencialmente não pecuniária, conforme regulamento. Parágrafo único. A contrapartida urbanística deve ser aplicada na Região Administrativa em que a área a ser regularizada se encontra ou em Região Administrativa adjacente, desde que aprovada pelo órgão gestor de planejamento territorial e urbano.	1 – avaliar em relação à lei de parcelamento quanto à localização; 2 – acrescentar depois de não pecuniária, colocar “na produção de EPC e EPU”.	1 - contemplada; diretrizes urbanísticas podem alterar o percentual mínimo exigido. 2 - não contemplada.	2	1	0	1
Artigo	174	Os novos parcelamentos urbanos, os reparcelamentos e os lotes registrados que estejam em áreas de incidência do Zoneamento Inclusivo devem ofertar, no mínimo: I –15% de unidades imobiliárias destinadas ao uso residencial para habitação de interesse social; II –15% de unidades imobiliárias destinadas ao uso residencial para habitação de mercado econômico. §1º Em lotes registrados localizados em áreas de Zoneamento Inclusivo, as unidades imobiliárias destinadas ao uso residencial devem obedecer à distribuição indicada nos incisos I –e II –deste artigo. §2º O disposto neste artigo não se aplica a edificações de uso residencial unifamiliar.	1 – Avaliar a possibilidade de incluir o SIA; 2 – reavaliar a porcentagem; 3 - 15% ou 20% no total e juntar as duas faixas; 4 – colocar transição; 5 – vincular ao direito de preempção para locação social.	1 - não contemplada; 2 - contemplada; 3 - contemplada; 4 - contemplada.	4	3	0	1
Artigo	175	Art. 175. I –promover a justiça climática ao longo do território; II –proteger e restaurar a biodiversidade e os ecossistemas; III –promover o uso sustentável do solo e a conservação do Cerrado; IV –promover o uso sustentável e a proteção de recursos hídricos; V –fortalecer a economia circular; VI –possibilitar a utilização sustentável dos recursos renováveis. §1º O desenvolvimento e a implantação de planos e de projetos e aplicação de instrumentos da política territorial devem observar as estratégias de promoção à resiliência territorial. §2º O pagamento por serviços ambientais deve ser regulamentado por lei específica.	1 - estabelecer as categorias (tipificação) que podem ser consideradas serviços ambientais; 2 – definição de prazo para a regulamentação, prazo de 12 meses após a publicação da lei; 3 – outra possibilidade seria avançar para garantir o mínimo de autoaplicabilidade sem necessitar de regulamentação por lei; 4 – não parece estar claro como comandos da lei a segurança alimentar e capacidade de suporte.	1 - contemplada; 2 - contemplada; 3 - não contemplada; 4 - não contemplada.	4	2	0	2

Artigo	180	Em áreas prioritárias para promoção da resiliência hídrica localizadas em Macrozona Rural, a área permeável mínima, observado o disposto em planos de manejo e legislações específicas, deve ser: I – 80% da área da gleba para imóveis rurais entre 2 e 20 ha; II – 85% da área da gleba para imóveis rurais acima de 20 até 50 ha; III – 87,5% da área da gleba para imóveis rurais acima de 50 até 150 ha; IV – 90% da área da gleba para imóveis rurais acima de 150 ha; §1º Em parcelamentos urbanos em áreas com alto risco de perda de recarga de aquíferos, a área permeável mínima, associada à preservação e recuperação de vegetação nativa, deve ser definida por procedimento metodológico estabelecido em regulamento. §2º O descumprimento de áreas mínimas de permeabilidade é passível de penalidades progressivas, definidas em regulamento, sem prejuízo da aplicação de compensações ambientais. §3º O Poder Público pode conceder incentivos para os casos em que a área permeável do imóvel rural, localizado em Macrozona Rural, seja superior à área mínima definida neste artigo.	1 – vincular à não utilização de agrotóxicos.	1 - não contemplada	1	0	0	1
Artigo	183	O mosaico regional deve ser desenvolvido baseado em princípios de multiescalaridade e de multifuncionalidade para a proteção, promoção e aperfeiçoamento de serviços ecossistêmicos. Parágrafo único. Na interceptação do mosaico regional com os núcleos urbanos devem ser: I – implantados refúgios climáticos associados a espaços de cultura, lazer e desporto; II – implementadas soluções baseadas na natureza, traçadas conforme a demanda por adaptação territorial.	1 – acrescentar no inciso I “educação ambiental”;	1 - contemplada.	1	1	0	0
Artigo	185	O programa de arborização urbana tem como objetivo principal a consolidação da Rede de Infraestruturas Verdes Local, tendo como principal instrumento o Plano Diretor de Arborização Urbana – PDAU, em consonância com a Política de Arborização Urbana do Distrito Federal. Parágrafo único. O Plano Diretor de Arborização Urbana – PDAU deve abordar, no mínimo, questões relativas a: I – ecologia da paisagem, ecologia da restauração, processos ecológicos de suporte; II – serviços ecossistêmicos; III – sequestro de carbono orgânico no solo; IV – florestas urbanas; V – resiliência hídrica; VI – segurança alimentar; VII – sistema de espaços livres; VIII – soluções baseadas na natureza.	1 – colocar prazo para a elaboração e aprovação do plano; 12 meses após a publicação da LC.	1 - contemplada nas disposições finais e transitórias.	1	1	0	0
Artigo	188	As diretrizes para os projetos de refúgios climáticos devem prever, no mínimo: I – densidade arbórea mínima a ser alcançada pelo aumento do número de árvores no local selecionado; II – técnicas de recuperação de áreas degradadas, manejo de vegetação e do solo para a aceleração do crescimento da vegetação a ser introduzida; III – técnicas de manejo da vegetação e do solo voltadas para a eficácia fotossintética máxima da vegetação arbórea; IV – estratégias para a implantação de equipamentos de lazer, esporte e cultura, considerando o conforto térmico destas atividades, bem com a acessibilidade a tais equipamentos; V – previsão de no mínimo 60% de cobertura de copa, com indicação camada de serrapilheira; VI – mecanismos de participação social para garantir o envolvimento das comunidades locais no planejamento, implantação, monitoramento e manutenção. Parágrafo único. Os parques ecológicos e urbanos podem integrar as estratégias de refúgio climático, com anuência do respectivo órgão gestor, para fins de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e promoção do bem-estar humano.	1 – incluir onde deve acontecer e prazo (12 meses após a publicação da LC).	1 - contemplada nas disposições finais e transitórias.	1	1	0	0
Artigo	191	Os instrumentos de política territorial e de desenvolvimento urbano são subdivididos em instrumentos: I – de planejamento territorial; II – jurídicos; III – urbanísticos; IV – de gestão democrática; V – de resiliência socioambiental e territorial. §1º Os instrumentos de planejamento territorial são aqueles relacionados ao planejamento urbano e às normas que regulam o uso e ocupação do solo. §2º Os instrumentos jurídicos estão relacionados à garantia do cumprimento da função social e ambiental da cidade, da propriedade urbana e da propriedade rural. §3º Os instrumentos urbanísticos envolvem a aplicação de instrumentos de natureza jurídica e tributária com finalidade urbanística para refletir a abordagem integrada e multifacetada da promoção do ordenamento e da reestruturação do território. §4º Os instrumentos que demandem dispêndio de recursos por parte do Distrito Federal devem ser objeto de controle social, garantia de participação da comunidade, de movimentos sociais e de entidades da sociedade civil.	1 – inciso I: incluir “e gestão”; 2 – inciso II: incluir “e tributários”; 3 – inciso 3: incluir “e de indução do desenvolvimento urbano”; 4 – incluir inciso: instrumentos de inibição da retenção especulativa do solo (peuc e iptu progressivo e desapropriação com títulos da...); 5 - §1º incluir “e gestão urbana”; 6 - § 2º substituir por socioambiental (o social e ambiental); 7 – no §3º substituir reestruturação por estruturação; 8 - §4º ou criar novo parágrafo que vincule os instrumentos que demandem dispêndio por parte do DF ao PPA e à LOA.	1 - contemplada; 2 - contemplada; 3 - contemplada; 4 - contemplada; 5 - contemplada; 6 - contemplada; 7 - contemplada; 8 - contemplada.	8	8	0	0
Artigo	192	A utilização dos instrumentos de política territorial e de desenvolvimento urbano deve evitar o uso de soluções que causem desequilíbrio nos ecossistemas naturais, em consonância com o Plano Nacional de Adaptação à Mudança climáticas.	1 – incluir os ODS.	1 - contemplada.	1	1	0	0
Artigo	193	A Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal – Luos deve estabelecer os critérios e os parâmetros de uso e ocupação do solo para lotes e projeções localizados na Macrozona Urbana do Distrito Federal nos parcelamentos urbanos registrados em cartório de registro de imóveis competente. Parágrafo único. O estabelecimento dos parâmetros de uso e ocupação do solo devem observar o disposto nesta Lei Complementar.	1 – complementar/ajustar o que a LUOS traz porque ela traz lotes que não estão registrados.	1 - não contemplada.	1	1	0	0
Artigo	194	O Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCub é o instrumento das políticas de preservação, de planejamento e de gestão da Unidade de Planejamento Territorial Central. Parágrafo único. O PPCub corresponde, simultaneamente, à legislação de uso e ocupação do solo e ao Plano de Desenvolvimento Local da Unidade de Planejamento Territorial Central.	1 – incluir antes de uso e ocupação do solo a expressão “preservação patrimonial”.	1 - contemplada.	1	1	0	0

Artigo	195	Os Planos de Desenvolvimento Local – PDL são instrumentos para ampliação da governança e participação social e podem ser elaborados conforme a dinâmica e as peculiaridades das diferentes localidades urbanas, observados os princípios estabelecidos neste PDOT, por: I – Região Administrativa; II – agrupamento de duas ou mais Regiões Administrativas localizadas em uma mesma Unidade de Planejamento Territorial – UPT; III – Unidade de Planejamento Territorial – UPT. §1º Os Planos de Desenvolvimento Locais devem ser aprovados por leis complementares. §2º A elaboração e a implementação dos Planos de Desenvolvimento Locais – PDL devem ser conduzidas pelo órgão gestor de planejamento territorial e urbano do Distrito Federal, em articulação com os demais órgãos setoriais e Administrações Regionais, com a participação da sociedade. §3º A elaboração dos PDL deve ocorrer em até 5 anos após a publicação desta Lei Complementar, conforme cronograma a ser definido pelo órgão gestor de planejamento territorial e urbano. §4º O cronograma citado no §3º deve ser divulgado pelo órgão gestor de planejamento territorial e urbano em até	1 - §2º incluir “com colaboração dos CLP”; 2 – no caput: depois de “dinâmica”, colocar das densidades populacionais, articulações funcionais territoriais e as peculiaridades das diferentes localidades urbanas; 3 – previsão no PPA e na LOA a destinação de recursos para a elaboração de PDL; 4 – incluir possibilidade de contratação, parcerias e convênios para a elaboração e implantação dos PDL.	1 - contemplada; 2- não contemplada; 3 - contemplada; 4- não contemplada.	4	2	0	2
Artigo	197	Os Planos de Desenvolvimento Locais devem conter, no mínimo: I – mapeamento de demandas e vulnerabilidades da infraestrutura, considerando as demandas por soluções baseadas na natureza – SbN e articulação com a infraestrutura existente; II – identificação de demandas e definição da localização de equipamentos comunitários e de áreas para implantação de refúgios climáticos; III – adequações de desenho urbano e melhorias das condições de acessibilidade para a mobilidade ativa e transporte público coletivo; IV – qualificação dos diferentes espaços públicos; V – projetos especiais de intervenção urbana;	1-Separar as duas questões tratadas no inciso II 2-Inciso: Identificar demanda por habitação de interesse social 3-Inciso: análise e adequação da morfologia e de uso solo (parâmetros urbanísticos); 4-Novo inciso: mapeamento da aplicação dos instrumentos de política urbana.	1-contemplada; 2 - contemplada; 3 - contemplada; 4-contemplada.	4	4	0	0
Artigo	198	O Plano Distrital de Habitação de Interesse Social – Plandhis é o instrumento orientador para a Estratégia de Moradia Digna quanto à política habitacional de interesse social e de mercado econômico no território do Distrito Federal. Parágrafo único. A viabilidade e o fomento das linhas de ação e de programas conforme as diretrizes e os objetivos estabelecidos para o Plandhis estão previstos por meio da aplicação de seus instrumentos e daqueles definidos nesta Lei Complementar.	1 – incluir no caput: “e de combate à segregação socioespacial”	1 - contemplada.	1	1	0	0
Artigo	199	A Lei de Parcelamento do Solo Urbano do Distrito Federal deve complementar os princípios estabelecidos nesta Lei Complementar, devendo conter, no mínimo: I – as modalidades de parcelamento do solo urbano a serem adotadas, com definição dos critérios e padrões diferenciados para o atendimento das respectivas peculiaridades; II – as normas gerais, de natureza urbana e ambiental, para o parcelamento do solo urbano no Distrito Federal; III – os procedimentos para aprovação, licenciamento e registro dos parcelamentos do solo urbano do Distrito Federal; IV – as responsabilidades dos empreendedores e do Poder Público; V – as penalidades correspondentes às infrações decorrentes da inobservância dos preceitos estabelecidos.	1 – incluir a participação social nos processos de aprovação dos parcelamentos e da lei; 2 – incluir que haja a participação social na elaboração das diretrizes urbanísticas e apreciação pelo Conplan; 3 – inciso IV: remissão à legislação específica aplicável ao EIV.	1 - contemplada; 2 - contemplada; 3 - contemplada.	3	3	0	0
Artigo	200	Os instrumentos jurídicos são classificados em: I – instrumentos indutores da função social da propriedade; II – consórcio imobiliário; III – direito de superfície; IV – termo territorial coletivo; V – direito de preempção; VI – instrumentos de recuperação de mais-valia; ~~III – instrumento de direito real de uso;~~	1 – incluir instrumento semelhante ao cepac para uso; 2 – inciso I: incluir “e da cidade”; 3 – inciso III: incluir “e direito de laje”.	1 - contemplada; 2 - contemplada; 3 - contemplada.	3	3	0	0
Artigo	201	O Poder Executivo, conforme legislação específica, pode exigir do proprietário de imóveis não edificadas, subutilizados e não utilizados que promova seu adequado aproveitamento, estando sujeitos a: I – parcelamento, edificação ou utilização compulsórios – PEUC; II – imposto predial e territorial urbano progressivo no tempo – IPTU progressivo; III – desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública.	1 – estabelecer critério objetivo (base de cálculo do ITBI ou valor venal praticado pela Terracap) para aferição de valor do imóvel (para desapropriação) ou colocar um gancho para que a lei específica faça.	1 - contemplada.	1	1	0	0
Artigo	202	Para a promoção do cumprimento da função social da propriedade, além dos instrumentos descritos no Art. 201, podem ser promovidos: I – chamamentos públicos para a realização de consórcio imobiliário com a finalidade de implantação de unidades de habitação de interesse social; II – desapropriação amigável, inclusive no caso em que o valor da dívida relativa ao IPTU supere o valor do imóvel.	1 – retirar o “amigável”; 2 – dação em pagamento, no caso em que o valor da dívida relativa ao IPTU supere o valor do imóvel (substituir o inciso II).	1 - contemplada; 2 - contemplada.	2	2	0	0
Artigo	203	A aplicação de instrumentos indutores do uso social da propriedade pode ocorrer em Macrozona Urbana nos imóveis não edificadas, subutilizados, ou não utilizados localizados em: I – áreas centrais; II – áreas de centralidades; III – áreas de requalificação e reabilitação urbana; IV – áreas inseridas nas áreas de influência da Rede Estrutural de Transporte Público Coletivo e de estações de transporte. §1º O órgão gestor de planejamento territorial e urbano deve elaborar Plano Estratégico de Gestão e Destinação de Imóveis Ociosos que não cumpram a função social da propriedade localizados nas áreas indicados nos incisos I – a IV – deste artigo. §2º O Plano Estratégico de Gestão e Destinação de Imóveis Ociosos deve indicar estratégias de ação territorial para a aplicação de ações voltadas ao combate à ociosidade urbana, incluindo critérios de priorização por localização,	1 – incluir a participação da sociedade civil na elaboração desse plano estratégico; 2 – deve ser apreciado pelo Conplan.	1 - contemplada; 2 - contemplada.	2	2	0	0
Artigo	204	São considerados imóveis não edificadas os lotes, projeções e glebas que possuam área superior a 500 m² cujo coeficiente de aproveitamento utilizado seja 0.	1 – considerar retirar o tamanho de 500 m²; 2 – considerar o terreno sem edificação e não coeficiente 0) gleba <u>não tem coeficiente</u> .	1 - contemplada; 2 - não contemplada.	2	1	0	1
Artigo	205	São considerados imóveis subutilizados os lotes, projeções e glebas que possuam área superior a 500m² cujo coeficiente de aproveitamento utilizado seja inferior a 50% do básico previsto na Luos ou no PPCub.	1 – PPCub não coloca básico para alguns lotes; 2 – rever questão das glebas que não têm coeficiente; talvez fazer um artigo específico para gleba.	1 - contemplada; 2 - contemplada.	2	2	0	0

Artigo	206	Ficam excluídos das categorias de não edificadas ou subutilizadas os imóveis que se enquadrem em, no mínimo, uma das seguintes condições: I – estejam localizados na Zona Urbana de Ocupação Controlada I; II – abriguem atividades que não necessitem de edificação para suas finalidades, com exceção de estacionamento; III – necessitem de áreas construídas menores de 500 m² para o desenvolvimento de atividades econômicas; IV – incluam em seu perímetro Áreas de Preservação Permanente - APP; V – forem classificados como tombados, tenham processo de tombamento aberto pelo órgão competente de qualquer ente federativo ou cujo potencial construtivo tenha sido transferido; VI – produzam hortifrutigranjeiros vinculados a programas de abastecimento alimentar, devidamente registrados nos órgãos competentes; VII – contenham áreas de parques ecológicos, de parques urbanos ou de vegetação nativa relevante; VIII – estejam não edificadas ou subutilizadas devido a impossibilidades jurídicas momentaneamente insanáveis e apenas enquanto estas perdurarem.	1 – incluir com processo de licenciamento em andamento.	1 - contemplada.	1	1	0	0
Artigo	208	São considerados imóveis não utilizados aqueles que apresentem: I – 60% de sua área construída desocupada por mais de um ano ininterrupto; II – com edificação em ruínas ou desocupada há mais de cinco anos; III – com obras paralisadas há mais de cinco anos. §1º Em caso de edificação constituída por unidades autônomas, a não utilização deve ser aferida pela desocupação de pelo menos 60% das unidades por mais de um ano ininterrupto. §2º A desocupação dos imóveis pode ser comprovada por meio de consulta às concessionárias quando não houver utilização ou houver solicitação de interrupção do fornecimento de serviços essenciais como água, luz e gás. §3º A classificação do imóvel como não utilizado pode ser suspensa devido a impossibilidades jurídicas momentaneamente insanáveis e apenas enquanto estas perdurarem, conforme regulamentação.	1 – deixar os critérios para serem definidos na lei específica (no caso dos arts. 207 e 208); 2 – incluir um § que remeta à realização de vistoria por órgão de fiscalização (para atestar que se enquadra); 3 – colocar a possibilidade de aferição por outros recursos tecnológicos e não apenas vistorias; 4 – reescrever para que não fique confuso; 5 – avaliar colocar apenas critérios estruturantes; 6 – colocar prazo de 2 anos.	1 - contemplada parcialmente; 2 - não contemplada; 3 - não contemplada; 4 - contemplado parcialmente; 5 - contemplada parcialmente; 6 - não contemplada.	6	0	3	3
Artigo	210	Os proprietários dos imóveis objeto da aplicação de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios devem ser notificados pelo Poder Executivo em prazo determinado, devendo a notificação ser averbada no ofício de registro de imóveis competente. §1º No prazo máximo de ano a partir do recebimento da notificação, os proprietários devem protocolar pedido de aprovação e a respectiva execução de parcelamento ou projeto de edificação. §2º Os demais prazos e condições para parcelamento, construção ou utilização dos imóveis em que se aplique o instrumento devem ser determinados na lei específica. §3º Fica facultado ao proprietário atingido pela obrigação de que trata este artigo propor o estabelecimento de consórcio imobiliário como forma de viabilização financeira do aproveitamento do imóvel, conforme disposições do Estatuto da Cidade e nesta Lei Complementar. §4º O prazo máximo para conclusão da obra, contado do protocolo do pedido de licenciamento de obras e edificações, deve ser de 3 anos, prorrogável uma única vez, mediante justificativa técnica aprovada pelo órgão gestor de planejamento territorial e urbano.	1 – §1º: protocolar no órgão gestor de planejamento territorial e urbano; retirar o restante da frase; (em um ano), tirar aprovação e colocar licenciamento; 2 - §4º: avaliar o prazo de 3 anos (não é possível cumprir); incluir "aprovação de parcelamento e licenciamento de obras e edificações", vincular o prazo a partir do protocolo do pedido de parcelamento; considerar o rito da lei específica; o protocolo funciona como uma suspensão do prazo para a adoção do Peuc; prorrogação depende da natureza do empreendimento, o prazo pode ser diferente a depender do tipo de empreendimento; 3 – §4º: pensar no prazo após o licenciamento; colocar a aprovação do licenciamento (avaliar); proposta de prazo de 4 anos; não colocar a quantidade de vezes.	1 - não contemplada; 2 - contemplada; 3 - contemplada.	3	2	0	1
Artigo	211	Caso os proprietários dos imóveis mencionados na subseção anterior não cumpram as obrigações nos prazos ali estabelecidos, devem ser aplicadas alíquotas progressivas de IPTU majoradas anualmente pelo prazo de 5 anos consecutivos até atingir a alíquota máxima de 15%. §1º A alíquota a ser aplicada a cada ano deve ser igual ao dobro do valor da alíquota do ano anterior. §2º Deve ser adotada a alíquota de 15% a partir do ano em que o valor calculado venha a ultrapassar o limite estabelecido no caput deste artigo. §3º Deve ser mantida a cobrança do Imposto pela alíquota majorada até que se cumpra a obrigação de parcelar, edificar, utilizar o imóvel ou que ocorra a sua desapropriação. §4º É vedada a concessão de isenções, anistias, incentivos ou benefícios fiscais relativos ao IPTU Progressivo de que trata esta Lei Complementar, salvo em caso de comprovada impossibilidade de uso do imóvel por força de decisão judicial ou impedimento legal superveniente. §5º Os recursos auferidos pelo instituto devem ser destinados ao Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito	1 – retirar o §5º; 2 – glebas não parceladas pagam ITR, precisa ser transformada compulsoriamente para gleba urbana (nas áreas de aplicação do instrumento); áreas na macrozona urbana, colocar que a seduh pode promover a alteração do cadastro fiscal na secretaria de fazenda; 3 – aplicação da transferência do direito de construir para os casos de impedimento legal superveniente como criação de área de proteção ambiental.	1 - contemplada; 2 - contemplada; 3 - contemplada.	3	3	0	0
Artigo	212	Decorridos 5 anos de cobrança do IPTU progressivo no tempo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação e utilização compulsórios, o Distrito Federal pode proceder à desapropriação do imóvel com pagamento em títulos da dívida pública, mediante condições definidas na lei específica e baseadas no art. 8º do Estatuto da Cidade.	1 - pensar em um artigo que indique que após a desapropriação mediante pagamento de títulos da dívida pública, o imóvel deve, preferencialmente, ser destinado para a habitação de interesse social e HME.	1 - contemplada.	1	1	0	0
Artigo	213	Consórcio Imobiliário é a forma de viabilizar planos de urbanização ou edificação por meio da qual o proprietário transfere ao Poder Público o seu imóvel. §1º O Distrito Federal pode promover o aproveitamento do imóvel que receber por transferência nos termos deste artigo, direta ou indiretamente, mediante concessão ou outra forma de contratação. §2º O proprietário que transferir seu imóvel para o Distrito Federal nos termos deste artigo deve receber, como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas. §3º O valor das unidades imobiliárias a serem entregues ao proprietário deve corresponder ao valor do imóvel antes da execução das obras. §4º O valor referido no §3º deste artigo deve: I – refletir o valor da base de cálculo do IPTU à época da transferência do imóvel ao Poder Público; II – excluir do seu cálculo expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios.	1 – incluir parcelamento; 2 – novo §: o poder público poderá promover ou adequar o parcelamento e usos do solo do imóvel (lógica do reajuste de terras); 3 – ao invés de utilizar o IPTU, utilizar o ITBI; 4 – colocar que quem vai fazer o cálculo pode ser o órgão responsável pela gestão de terras; (ver como estamos chamando a Terracap no texto, se já tiver aparecido alguma vez); 5 – retirar o inciso II.	1 - contemplada; 2 - contemplada; 3 - contemplada; 4 - contemplada; 5 - contemplada.	5	5	0	0
Artigo	215	Para promover a viabilidade da implementação de diretrizes e estratégias constantes nesta Lei Complementar, o Distrito Federal, conforme legislação específica, pode: I – adquirir o direito de superfície, inclusive a utilização do espaço aéreo e subterrâneo; II – conceder o direito de superfície de imóveis integrantes do seu patrimônio, inclusive do espaço aéreo e subterrâneo. Parágrafo único. A concessão e a extinção do direito de superfície, contratadas entre particulares ou entre estes e o Poder Público, se dá mediante escritura pública averbada no cartório de registro de imóveis competente.	1 – inciso I: adquirir de particulares ou do poder público; 2 – inciso II: incluir “mediante leilão ou licitação”	1 - contemplada; 2 - contemplada.	2	2	0	0

Artigo	217	O Termo Territorial Coletivo – TTC é instrumento urbanístico de gestão territorial atrelado à estratégia de Promoção de Moradia Digna, com uso predominantemente residencial e se caracteriza, de modo simultâneo, pela: I – gestão coletiva da propriedade da terra; II – titularidade individual das construções; III – função social da propriedade; IV – autonomia de ingresso. Parágrafo único. O Termo Territorial Coletivo deve ser aplicado, prioritariamente, em: I – Zona Especial de Interesse Social – ZEIS; II – Zoneamento Inclusivo; III – comunidades tradicionais, quilombolas ou ciganas; IV – comunidades indígenas; V – agrovilas; VI – Áreas de Conexão Sustentável – ACS.	1 - incluir participação social das pessoas que estão na área; 2 – indicar que se houver necessidade de reassentamento que as pessoas precisam ser avisadas previamente; 3 – vedar em Aris.	1 - contemplada; 2 - não contemplada; não contemplada.	2	2	0	0
Artigo	218	O Termo Territorial Coletivo se constitui, concomitantemente: I – pela consolidação da propriedade de uma pluralidade de imóveis contíguos, na titularidade de pessoa jurídica, sem fins lucrativos e constituída pelos moradores que aderirem ao TTC, com o objetivo específico de provisão, melhoria e gestão de habitação de interesse social; II – pela concessão do direito de superfície em nome de seus membros, referente à área de uso pessoal, familiar ou ambos. III – pela formação de um conselho gestor do Termo Territorial Coletivo. §1º Nos casos de edificações ou benfeitorias realizadas coletivamente em benefício dos moradores, a pessoa jurídica que o administra deve ter a propriedade plena do bem. §2º O Termo Territorial Coletivo pode ser instituído no âmbito de procedimentos de regularização fundiária de interesse social. §3º A instituição de um Termo Territorial Coletivo não impede que a ele sejam incorporados novos imóveis posteriormente. §4º A pessoa jurídica gestora do TTC fica impedida de dispor ou dar em garantia os imóveis de sua titularidade ou sob sua gestão. §5º O conselho gestor deve ter regimento próprio aprovado em assembleia e mecanismo de resolução de conflitos mediado pelo Ministério Público ou Defensoria Pública, quando necessário.	1 – avaliar a necessidade de que a pessoa jurídica que administra tenha a propriedade plena do bem; 2 – incluir no inciso I "sem fins lucrativos e previamente constituída"; 3 – incluir marco temporal; 4 – o que acontece com quem não aderir ao TTC (precisa sair? ser reassentado?)	1 - contemplada; 2 - contemplada; 3 - contemplada; 4 - contemplada.	4	4	0	0
Artigo	219	O Termo Territorial Coletivo pode ser instituído em áreas urbanas ou rurais, com fins diversos do uso residencial, desde que respeitados os princípios da gestão coletiva da terra, da função social da propriedade e da preservação dos modos de vida das comunidades envolvidas, fundamentado em estudos técnicos e sociais e que sejam adotados para, no mínimo, uma das seguintes situações: I – projetos de desenvolvimento territorial sustentável; II – proteção sociocultural; III – regularização fundiária; IV – projetos de fortalecimento de arranjos coletivos. Parágrafo único. A aplicação ampliada do TTC não descaracteriza suas premissas estruturantes previstas no Art. 218.	1 – III: regularização fundiária urbana ou rural.	1 - contemplada.	1	1	0	0
Artigo	221	O direito de preempção tem por finalidade: I – compor de parque de imóveis públicos para implementação da locação social; II – incluir ou retornar o imóvel para a política habitacional com o objetivo de garantir que o imóvel permaneça sob domínio público ou sujeito a destinação social, com objetivo de prevenir deslocamentos forçados da população residente devido à especulação ou valorização imobiliária.	1 – inciso: corrigir redação; (estoque de imóveis públicos) 2 – incluir equipamento público (retirar locação social: compor estoque de imóveis públicos)	1 - contemplada; 2 - contemplada.	2	2	0	0
Artigo	222	Os instrumentos de recuperação da mais-valia são aqueles destinados à recuperação de valorização de imóveis urbanos resultante de ações estatais no território.	1 – colocar que os recursos das outorgas irão para aos fundos especificados na lei regulamentadora de cada instrumento. Em caso de omissão vai para o fundurb.	1 - contemplada.	1	1	0	0
Artigo	225	O Distrito Federal pode conceder, onerosamente, a possibilidade de alteração de usos e atividades que acarretem valorização de unidades imobiliárias mediante pagamento de contrapartida financeira denominada Outorga Onerosa de Alteração de Uso – Onalt.	1 – onalt é só alteração de uso; (rever em toda a seção)	1 - não contemplada.	1	1	0	0
Artigo	254	O IPTU Sustentável pode ocorrer nas áreas da Macrozona Urbana, com níveis de priorização vinculados às estratégias de Resiliência Territorial. Parágrafo único. São considerados níveis de priorização para aplicação do IPTU Sustentável: I – faixa de amortecimento das áreas geradoras de serviços ecossistêmicos da IVR; II – Áreas Prioritárias para Promoção de Resiliência Hídrica; III – demais áreas inseridas na Macrozona Urbana.	1 – incluir: áreas com vulnerabilidades socioambientais.	1 - contemplada.	1	1	0	0
Artigo	272	A aplicação do incentivo do crédito de carbono deve ser precedida de apresentação de estudo técnico e pode ocorrer nas seguintes áreas: I – áreas inseridas na IVR-DF; II – áreas com características rurais localizadas na Macrozona Urbana e inseridas nas Áreas Prioritárias para a Promoção da Resiliência Hídrica - APRH; III – Áreas de Conexão Sustentável – ACS; IV – áreas inseridas na Macrozona Rural.	1 – incluir: no caput “prioritariamente”; 2 – novo inciso: unidades de conservação.	1 - contemplada; 2 - contemplada.	2	2	0	0
Artigo	302	Os agentes públicos e privados ficam obrigados a fornecer as informações e os dados necessários ao Siturb.	1 – trocar agentes públicos por entes públicos e concessionárias de serviços públicos; 2 – manter atualizado o cadastro das redes de infraestrutura urbana implantadas (avaliar colocar no cadastro multifinalitário)	1 - contemplada; 2 - contemplada.	2	2	0	0
	Título VI	Título Fiscalização Territorial	1 - reestruturar todo o título	1 - contemplada.	1	1	0	0
Artigo	329	Para a implementação efetiva da política habitacional, deve ser garantida a transferência das parcelas de áreas de provisão habitacional destinadas a habitação de interesse social e de habitação de mercado econômico ou das unidades imobiliárias de uso residencial, na proporção definida nesta Lei Complementar, para o órgão executor da política habitacional.	1 - Incluir prazo de até 12 meses após a promulgação; 2 – áreas da Terracap para o Distrito Federal (não para a Codhab); 3 – garantir a doação (não transferência);	1 - contemplada; 2 - contemplada; 3 - contemplada.	3	3	0	0
Artigo	330	O Conselho de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – Condhab deve ser instituído e nomeado no prazo de 12 meses a contar da publicação desta Lei Complementar	1 – até 12 meses.	1 - contemplada.	1	1	0	0

Artigo	331	Deve ser elaborado estudo técnico pela Defesa Civil e demais órgãos competentes, em até 12 meses da publicação desta Lei Complementar, para avaliar concomitantemente: I – a possibilidade de regularização, conforme disposto no inciso IV do caput do Art. 162 deste Plano Diretor, das áreas ocupadas irregularmente no Setor de Inflamáveis; II – a necessidade de realocação de moradores da área, para os casos em que a regularização não seja possível. §1º O estudo indicado no caput deste artigo deve conter, no mínimo: I – as áreas georreferenciadas e os níveis de risco; II – a indicação das áreas em que o risco é aceitável para o uso residencial; III – as medidas de mitigação de risco para possibilitar o uso residencial; IV – o custo da mitigação para o poder público; V – o custo da mitigação para o morador; VI – a indicação de local para realocação da população de baixa renda que, eventualmente, seja realocada. §2º A não apresentação de estudo técnico que contemple os aspectos elencados no §1º deste artigo inviabiliza a regularização das ocupações localizadas no Setor de Inflamáveis.	1 - Deve ser elaborado estudo técnico para avaliar a realocação da população de baixa renda que esteja ocupando a localidade até a data de publicação desta Lei Complementar; 2 – não remeter a situações específicas; 3 – §2º a apresentação de estudos técnicos que contemplem os aspectos elencados no §1º constitui condição indispensável para a regularização fundiária.	1 - contemplada; 2 - contemplada; 3 - contemplada.	3	3	0	0
Artigo	332	Os programas, planos, projetos e ações vinculados às estratégias de ação climática devem ser iniciados em um ano após a promulgação desta Lei Complementar.	1 – Dois novos artigos: a) Os programas, planos, projetos e ações vinculados às estratégias deste PDOT, especialmente na área de mobilidade, habitação e PDL, devem ser iniciados em até 12 meses (habitação precisa fazer relação com o Plandhis); b) Os CLP devem ser instalados no prazo de até 12 meses para implementação plena do Sisplan, devendo ser criadas condições nas Administrações Regionais para seu efetivo funcionamento; c) Incluir a estruturação dos CLP em até 12 meses; d) Dotação orçamentária para os CLP; e) Reestruturação, em até 12 meses, da composição do Conplan de forma a incluir a representação das sete UPT que por sua vez representarão de maneira rotativa os CLP da UPT (de modo a não repetir a mesma RA em dois mandatos seguidos).	1 - parcialmente contemplada.	1	0	1	0
					295	214	27	54